

Andrelino de Oliveira Campos

**O PLANEJAMENTO URBANO E A “INVISIBILIDADE” DOS
AFRODESCENDENTES**

Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial
na cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Rio de Janeiro, setembro de 2006

Andrelino de Oliveira Campos

O PLANEJAMENTO URBANO E A “INVISIBILIDADE” DOS AFRODESCENDENTES

Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial
na cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia (PPGG) da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção
do grau de Doutor em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa

Prof. Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão

Prof. Dr. Maurício de A. Abreu

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2006

CAMPOS, Andreino de O. 1949 –

O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

1. Geografia urbana e planejamento urbano.
 2. Sociologia: questões étnico-raciais na sociedade brasileira.
 3. História.
-

A Dolores e Dionísio (*in memorian*), mãe e pai não esquecidos. Apesar de transcorrer meio século sem a presença dos dois, ainda guardo na memória momentos que o tempo não foi capaz de apagar. A vida não permitiu que eu pudesse conviver mais do que cinco anos em sua companhia. Porém, de acordo com Rose Aruom, a formação principal é feita nos seis primeiros anos; eu tive cinco; essa talvez tenha sido a principal contribuição que alguém pôde ter na vida.

Sumário	
Agradecimentos	11
Resumo	14
Abstract	15
Introdução	
	16
Marco Zero: notas metodológicas	
	23
1	Encontros, desencontros e os rumos de uma pesquisa 23
2	Realizações do campo: encontros e desencontros de pesquisa em “áreas socialmente conturbadas” 25
3	Tempos difíceis: um pesquisador com uma tese em busca de dados secundários 43
Primeira Parte	
	48
A produção da “invisibilidade” dos afrodescendentes e as representações sócio-espaciais no imaginário instituído na sociedade brasileira 48	
1	A criação da sociedade e do indivíduo no contexto da instituição imaginária: a produção da “invisibilidade” dos afrodescendentes 49
1.1	O sistema simbólico e a formação de identidade sócio-espacial 50
1.2	Heteronomia (mais) e autonomia (menos): elementos para a discussão da invisibilidade social dos afrodescendentes na sociedade brasileira 58
2	O espaço social, as representações e suas práticas: a produção da estigmatização étnico-racial sob a égide da “invisibilidade” dos afrodescendentes 78
2.1	O estigma como representação sócio-espacial: a retroalimentação da “invisibilidade” étnico-racial 78
2.2	Espaço e renda: a permanência da pobreza entre os afrodescendentes e alguns de seus significados no Brasil 88
3	O significado da produção de hierarquias sociais em sociedades heterônomas e racializadas 107
4	A afrodescendência: as condições prévias para se constituir uma identidade “visível”, inserida e politicamente compartilhada 123

Segunda Parte	
	O planejamento urbano e a segregação nas metrópoles brasileiras: as representações sócio-espaciais em uma sociedade étnico-racial desigual 131
1	Algumas tendências de planejamento urbano: concepções de ordenamento espacial das cidades brasileiras e a questão da afrodescendência 132
1.1	O urbanismo pré-modernista: eugenismo, segregação e discriminações dos afrodescendentes em cidades brasileiras 132
1.2	O planejamento modernista e a permanência do “estigma” da segregação sócio-espacial e da discriminação dos afrodescendentes na sociedade brasileira 165
1.3	A emergência da não-ortodoxia em planejamento urbano no Brasil: modernização das cidades brasileiras e as mudanças no padrão de segregação induzida no Rio de Janeiro 180
2	Plano diretor e segregação: o descompasso entre os discursos e as práticas da “invisibilização” <i>tácita</i> dos afrodescendentes em cidades brasileiras 205
2.1	Plano diretor: pressupostos e ideologia como princípio (muitas vezes injustos) de ordenação espacial das cidades 208
2.2	Plano Agache e a <i>satelitização</i> das favelas cariocas: a intensificação da “ <i>invisibilidade</i> ” dos afrodescendentes nos espaço urbano carioca 215
2.3	Doxiadis, PUB Rio e PIT Metrô: entre a modernização do espaço urbano carioca e a remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro de 1960 a 1975 221
2.4	O Programa Favela-Bairro: permanência da invisibilidade dos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro 225
3	Planejamento conservador, movimentos sociais urbanos: a dimensão étnico-racial no contexto da segregação no Rio de Janeiro 232
3.1	As contradições entre o ideário das intervenções urbanas e os movimentos sociais étnico-raciais percebidos a partir da metrópole carioca 235
3.2	A segregação sócio-espacial, os “aglomerados de exclusão” e os embates teórico-metodológicos em questão 266
3.3	Entre a segregação sócio-espacial e a dimensão do “abandono” das populações pobres das metrópoles 300
	Considerações Finais 335
	Referências bibliográficas 343

Tabelas

1	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha segundo a autodeclaração de cor ou raça, 2004	60
2	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo a origem, 2004	61
3	Brasil 1997: população total, economicamente ativa (PEA) e PIB desagregadas por gênero e etnias (branca e afrodescendente)	89
4	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha: percepção sobre a própria comunidade e a cidade, 2004	228
5	Distribuição setorial da PEA, segundo a cor em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1950	251
6	Município do Rio de Janeiro: favelas, população total e população favelada, 1950/1991	260
7	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros de maior incidência de horas trabalhadas (45 ou mais horas), segundo a ocorrência da autodeclaração de cor ou raça e da população favelada, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	274
8	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda média até 1 (um) salário mínimo em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	276
9	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre dois e cinco salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	283
10	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre cinco e 10 salários mínimos em comparação com locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	286
11	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre 10 e 20 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	289
12	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda mais do que 20 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)	291
13	Perfil dos entrevistados: comparação entre as favelas pesquisadas e os seus respectivos bairros, segundo o perfil de renda, 2000/2004 (por grupo de 10 habitantes)	297

14	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo o grupo de renda familiar e a autodeclaração ou cor/raça atribuída, 2004 (por grupo de 10 habitantes)	298
15	Distribuição da população, por cor (brancos e pretos/pardos), segundo a circunscrições do Rio de Janeiro – 1940	307
16	Quadro comparativo aproximado da participação da população afrodescendente no Rio de Janeiro, 1940 e 2000	308
17	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 21 bairros com maior e/ou menor incidência de indicadores de educabilidade em comparação com locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003	315
18	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo o grau de escolaridade, 2004 (por grupo de 10 habitantes)	324
19	Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo o grau de escolaridade, de acordo a presença dos autodeclarados da <i>cor ou raça</i> negra, 2004 (por grupo de 10 habitantes)	326
20	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 50 bairros com maior e/ou menor inclusão digital, população por bairro em relação à população favelada e população segundo autodeclaração cor ou raça preta/parda e branca no município do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 10 habitantes)	328

Mapas

1	Município do Rio de Janeiro, espacialização dos bairros, 2005	29
2	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização de acordo com a ocorrência de afrodescendentes, por bairro, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (pro grupo de 1.000 habitantes)	64
3	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização de acordo com <i>autodeclaração de cor ou raça branca</i> , por bairro, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (pro grupo de 1.000 habitantes)	65
4	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – vivendo ALP, de acordo com a ocorrência dos que se autodeclararam da cor ou raça preta, 2000/2002	94
4 a	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – vivendo ALP, de acordo com a ocorrência dos que se autodeclararam da cor ou raça branca, 2000/2002	95
5	Município do Rio de Janeiro: áreas concentradoras de favelas por bairro de ocorrência, 2005	272
6	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a renda de até um salário mínimo recebida na semana de referência da pesquisa em 2000/2003	281
7	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo o grupo de pessoas que recebem mais de 20 salários mínimos em 2003/2003	295
8	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a ocorrência de indivíduos com 15 ou mais anos de estudo em 2003/2003	318
9	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a ocorrência de indivíduos com <i>mais de um e menos de três anos de estudo</i> em 2003/2003	320
10	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a ocorrência de indivíduos com um ano <i>ou menos de estudo</i> em 2003/2003	321
11	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a ocorrência de inclusão digital em 2003/2003 (computador por cada grupo de 10 domicílios)	333

Anexos

1	Roteiro de entrevista	364
2	Município do Rio de Janeiro, espacialização, segundo a autodeclaração de cor ou raça (afrodescendentes, branca e outras), por bairro na cidade do Rio de Janeiro, 2000 e 2005	372
3	População residente – 10 ou mais anos de idade – que vive abaixo da linha de pobreza (ALP) por unidade da Federação, 2000/2002	378
4	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – classificados por rendimento de acordo com o bairro de ocorrência no município do Rio de Janeiro, 2000/2005 (por grupo de 1.000 habitantes)	379
5	Pessoas residentes – 10 anos ou mais – classificados de acordo com a educabilidade por bairro de ocorrência no município do Rio de Janeiro, 2000/2002 (por grupo de 1.000 habitantes)	385
6	Pessoas residentes – 10 anos ou mais -- classificadas de acordo com a população que se autodeclarou como pertencente à cor ou raça preta/parda e branca; cidade com favelados e sem favelados por bairros de ocorrência; e computador por grupo de domicílios, na cidade do Rio de Janeiro, entre 2000 e 2005 (por grupo de 10 habitante e/ou domicílios)	390
7	Programa Brasil Quilombola: regularização das terras de descendentes de ex-escravos	397

Quadro

1	Relação dos bairros do município do Rio de Janeiro, 2006	30
---	--	----

Agradecimentos

No fim de cada jornada, muitos novos conhecimentos são incorporados. As novas concepções de vida são aprendidas e ensinadas, em movimento contínuo do tempo e espaço. Já se tornou clássica a expressão “só sabe ensinar quem sabe aprender”. Pelo menos, a segunda parte da frase faz-nos sentir plenos: aprendemos muito ao longo destes seis anos. Foi um tempo difícil, de intensa transformação, sem qualquer possibilidade de retorno, por um momento sequer, aos dias anteriores. Surgiram Rose Aruom, Arion Abaáde e Pedro Andrey, um novo ser que adentrou a “passarela” deste mundo (que os Devas o protejam). Tudo isso é sentido da vida. Obrigado aos três, por nos permitirem alcançar e ultrapassar esse momento.

Como norma de vida, consideramos que, na maioria das vezes, não estamos sozinhos em tudo aquilo que nos envolvemos; apenas percebemos pouco a participação dos outros. Nosso fazer quase sempre envolve muitas pessoas. Oscilam entre pequenas e grandes participações que, se não existissem, teríamos mais dificuldades do que normalmente já temos. Portanto, agradecer é sempre bom, porque quem fez precisa saber que foi importante (ou, melhor, muito importante) no processo. Obviamente, alguns não serão lembrados, mas deverão sempre se sentir importantes e perdoar nossa incapacidade de lembrar todos os momentos. Começamos, então, a celebrar os encontros.

Agradecemos a Marcelo Lopes Souza, mais do que orientador acadêmico e interlocutor, um grande amigo. Toda amizade é consolidada por experiências trocadas, posições contrárias em alguns assuntos complexos, e muita sinceridade e respeito mútuo. Sua amizade fez com que muitas de nossas dificuldades e faltas pudessem ser superadas com acréscimos positivos. Por não termos palavras que possam abarcar todo o sentimento, registramos aqui apenas, obrigado pela amizade, Marcelo.

À professora Ana Clara Torres Ribeiro (carinhosamente chamada de Ana), pela amizade, pela generosidade e pelas contribuições teórico-conceituais, muito obrigado.

Ao professor Roberto Lobato Corrêa, pela cortesia e pelas palavras de incentivo, muito obrigado.

Ao professor Maurício de Almeida Abreu as contribuições precisas na banca de qualificação. Se há alguma coisa que nos incomoda profundamente ao longo destes 10 anos de PPGG, foi não termos a oportunidade de freqüentar suas aulas sobre Rio de Janeiro. Mesmo assim, restaram seus escritos, nos quais podemos beber para aprender mais sobre o passado de nossa cidade.

Agradecemos aos muitos amigos que fizemos nos corredores e na turma de doutoramento: Vitor, Vicente e Sonia, com os quais travamos boas discussões sobre os mais diferentes temas. O ano de 2000 não deverá ser esquecido. Obrigado pela amizade e pela paciência.

A Ildione, Nildete e Roberto Braga (todos da secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG), que tiveram muita paciência em tirar nossas dúvidas e providenciar soluções nem sempre simples, obrigado pela ajuda sempre em boa hora.

A Denise e Marquinho de Oswaldo Cruz, que contribuíram de maneira ímpar para que conhecêssemos pessoas tão maravilhosas como tia Ira (com suas belas e fantásticas histórias sobre a comunidade), a Elaine, a Priminho (articulando politicamente todo o seu conhecimento a fim de levar o melhor para sua comunidade e dedicando seu tempo aos meninos que se encontram em risco permanente pela imprevidência da vida) e a Aparecida (pondo a disposição das pessoas todo o conhecimento sobre tradição e coisas da vida), obrigado. E ao grupo da Serrinha, obrigado especial pelo carinho e distinção com que fomos recebidos. A pesquisa acabou, restou a amizade. O tempo ausente não significa esquecimento, apenas necessidade de concluir o trabalho.

Aos amigos Cláudio (*in memorian*), Floriano, Catia, Karol, Charles, Santana, Paulo Alentejando, Marcos Couto, Marco César, Desirée, José Antonio, Otávio, Anice, Renato Emerson, Luiz Bertolino, Carla Salgado, Ana Valéria, Heloisa, Carla Brito, Denilson, colegas de Departamento, e Demerval (secretário), que em algum momento assumiram funções que deveríamos ter assumido, obrigado. A Rafael Barros, que interrompeu algumas vezes sua tese para preparar os dados que permitiram a produção de nossos mapas, obrigado pela amizade e por seu tempo.

Ainda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, devemos agradecer las contribuições prestadas em algum momento a Vera Muniz, Mariza, Eveline, Vera T. da

Silva, Maria Alice, Luérbio, Paixão, Glauber, Adriano, Ana Cléia. E. a Marcelo Ângelo, pelo apoio fundamental na elaboração do banco de dados e pela amizade.

A Nilo Sérgio e Rosaura, amigos antigos que acompanharam todo o nosso processo de transformação – ouviram, opinaram e contribuíram de maneira substancial para que as mudanças tivessem curso seguro –, obrigado pela amizade; não há como expressarmos tudo o que vocês representaram (e ainda representam) ao longo destes seis anos.

Aos jovens auxiliares de pesquisa, em grande parte também responsáveis pela construção do Núcleo de Pesquisas Sociedade Espaço e Raça (Noser/ Uerj/FFP), Oswaldo, Gabriele, Bárbara, Inácia, Tamara, Walter e Yuri, somos muito gratos pela oportunidade de orientá-los e pela amizade.

A Breno, a Rafaela, a André, que contribuíram de alguma maneira para que este trabalho pudesse chegar ao final, obrigado

Aos alunos do curso de História do Pensamento Geográfico, que ao longo destes seis anos permitiram que fizéssemos um passeio por nossa ciência, com paradas nos dias atuais, obrigado.

Agradecemos a Bruno, aluno que se tornou amigo e desde 1999 vem ajudando a manter “esta coisa” que nos deixa em situação de estresse quando resolve não funcionar. Todos que gozam de sua amizade sabem da importância de tê-lo por perto. Ele acaba tendo dupla função: permite a honra de cultivar a amizade e traz tranquilidade, obrigado. E obrigado, Sonia, esposa de Bruno, por lhe permitir dedicar algum tempo a nós, mortais comuns, que temos incompatibilidades com *hardware* e novos programas.

E, finalmente, agradecemos a Rose – amiga, interlocutora sempre presente na jornada que ora se encerra, companheira de todas as horas, que nos deu Arion Abaáde e Pedro Andrey. Arion Abaáde, uma doce criatura que nos encanta e nos surpreende a todo momento; e Pedro Andrey, que veio ao mundo nos momentos finais da redação desta tese, proporcionando felicidade e serenidade a todos que aguardavam seu nascimento.

Rose, cumprida essa jornada, não nos faltarão momentos belos para olhar o mundo ao longo do tempo, observar a lua (coisa que Arion adora fazer e nos mostrar), assistir a uma revoada de pássaros ou simplesmente contemplar uma flor. Sua sensibilidade é o encanto que nos cativa e envaidece – sempre. Obrigado por você existir.

Resumo

O Estado, por meio das intervenções urbanas, promove, nas últimas três décadas do século XIX, intensa demolição das áreas ocupadas pelos grupos de pobres, sobretudo de escravos de ganhos, ex-escravos e migrantes, buscando a modernização do espaço urbano em várias cidades brasileiras. Porém, é na primeira década do século XX que essa modalidade de atuação deixa marcas sócio-espaciais em toda a sociedade: nas classes de maior poder aquisitivo, o sentido de recuperação de uma área intensamente degradada pelo uso dos mais pobres; para estes últimos, a intervenção urbana do início do século representou a *periferização*, ou seja, o *deslocamento compulsório* para as favelas localizadas nas proximidades da área central ou a ocupação de espaços abertos ao longo dos trilhos ferroviários, inaugurados desde a década de 1870.

Nas décadas seguintes do século XX, o Estado, por meio de políticas públicas de planejamento, reforça e mantém os valores segregacionistas por meio dos investimentos que valorizavam ainda mais as amenidades espaciais tão a gosto dos grupos de maior poder aquisitivo. Os planos Agache, Doxiadis, PUB-Rio, Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (todos bancados pela administração municipal) e mais o PIT-Metrô (governo federal) contribuíram em larga medida para o deslocamento compulsório dos grupos de afrodescendentes da área central da cidade, reforçando ainda mais o sistema simbólico do racismo criado principalmente na vigência de valores higienistas.

A participação do Estado é fundamental no processo de promoção da segregação sócio-espacial no sistema urbano do país, que, por sua vez, contribuiu para a que os mais pobres urbanos, sobretudo os afrodescendentes, vissem agravar todos os tipos de preconceitos: das questões étnico-raciais à acessibilidade ao sistema educacional e ao mundo do trabalho, da ineficiência das políticas de saúde e educação à pouca atenção voltada para infra-estrutura básica que promovesse mais justiça social e maior qualidade de vida.

O “direito à cidade” para os afrodescendentes permitiria também a conquista de direitos básicos para todos os segmentos populacionais. Esse, portanto, seria um caminho seguro para o desenvolvimento sócio-espacial com fortes vínculos autonomistas.

Palavras-chave: afrodescendência, segregação sócio-espacial. Discriminação étnico-racial, planejamento urbano, Rio Rio de Janeiro.

Abstract

The State, by means of the urban interventions, promotes, in the last three decades of the XIX century, intense demolition of the occupied areas by the groups of poor people, mainly all the profits slaveries, the former slaveries and migrates, searching the modernization of the urban space in some Brazilian cities. However, it is in the first decade of XX century that this modality of performance leaves partner-space marks in all the society: in the classrooms of greater purchasing power, the direction of recovery of an area intensely degraded by the use of poor; these last ones, the urban intervention of the beginning of the century represented the obligatory displacement of the slum quarters localization in the neighborhoods of the central area or the occupation of open spaces or along of one of the railroad tracks, inaugurated since the decade of 1870.

In the following decades of the XX century, the state, by means of public politics of planning, strengthens and keeps the apartheid values by means of the investments that value the space amenities in order to please the taste of the groups of greater purchasing power. The plans Agache, Doxiadis, PUB-Rio, Decennial managing Plan of the City of Rio de Janeiro (all banked by the municipal administration) and more PIT-Metrô (Federal government) had contributed in wide measured for the obligatory displacement of the groups of afro-descendents from the central area of the city, strengthening the symbolic system of racism created mainly in the validity of the hygienists values.

The participation of the State is basic in the process of promotion of the partner-space segregation in the urban system of the country, that, in turn, contributes for that poor urban, mainly the afrodescendents, saw to aggravate all the types of preconceptions: of the ethnic-racial questions to the accessibility of the educational system and the work market, of the inefficiency of the politics of health and education to the little attention toward to the basic infrastructure that could promoted more social justice and a better quality of life.

The "right to the city" for the afrodescendents would also allow to the conquest of basic rights for all the population segments. This, therefore, would be a safe way for the partner-space development with strong autonomous bonds.

Introdução

O entardecer representa para milhares de trabalhadores o fim de um dia de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro. Pessoas atravessam as ruas da área central em direção aos terminais rodoferroviários, para chegar a suas casas. Ônibus, trens, transportes alternativos em geral estão apinhados de gente, como que a denunciar a injustiça social e a qualidade de vida inadequada, sofrida, dos urbanos mais pobres, que precisam percorrer quilômetros de distância entre o trabalho e a casa. Quanto maior a distância da área central e da Zona Sul da cidade, mais heteronomia, menos dignidade. É árduo ser pobre em grandes cidades.

Entre esses trabalhadores, alguns mais desiguais do que outros sofrem pela inobservância dos direitos mínimos do indivíduo. A cidade padece com a crise da segurança pública e merece vigilância constante para reprimir atos de violência contra o patrimônio e a vida. Aplauda-se toda ação que seja justa, que busque dar segurança à sociedade. O problema é que alguns desses trabalhadores vivem sob suspeição permanente dos operadores de políticas públicas de segurança. Conduzidos em ônibus apertados, são abordados pelas forças que deveriam zelar pela lei e pela ordem. Escolhidos, de maneira quase nunca aleatória, passam pelo constrangimento de ser revistados e ter seus objetos pessoais examinados na busca de algum artefato ou substância proibida pela lei. Parte significativa desses trabalhadores é de pretos e de pardos, aqui denominados afrodescendentes¹.

¹ O termo *afrodescendente*, apesar de sua recorrência em textos acadêmicos e até mesmo no cotidiano de grupos étnico-raciais, ainda não está consolidado enquanto categoria de análise. Inicialmente, sem grandes discussões, será usado aqui para designar principalmente aqueles que se autotransferiram no Censo Demográfico (2000) como pertencente à cor ou raça preta e parda.

Entretanto, em um segundo momento, estaremos trabalhando em nova perspectiva contemplando o sistema identitário, abrangendo o campo político de aliança entre os que se autodeclaram pretos e pardos e os aliados que assumem posturas contra todo tipo de preconceito e toda forma de discriminação étnico-racial no Brasil. Assumir a afrodescendência enquanto identidade não implicar uma transposição pacífica da categoria afro-americana, consagrada nos Estados Unidos, mas buscar toda a possibilidade que o campo político pode oferecer, ou seja, uma assunção política do termo. Essa postura servirá para que possamos avançar de forma crítica, inserindo novos significados, rejeitando as matrizes de pensamento eurocêntricas que consagraram “raça” como classificação dos povos e dos sujeitos por meio dos “princípios” criados pela biologia, reduzindo assim, a importância histórica de alguns e superestimando a de outros.

Mesmo a tese da diáspora, noção trabalhada por alguns autores, apesar de sua força discursiva, precisa ser considerada com muita cautela, pois ela, às vezes, embute uma continuidade dos “princípios” da raça, da origem ou põe em evidência a questão fenotípica, os quais tentamos, com todas as forças, não reconhecer como parâmetro de classificação.

Os negros e pardos – incluindo aqueles que não fazem parte do sistema identitário afrodescendente –, segundo todas as estatísticas, são os que mais estão expostos às heteronomias sociais. De acordo com a história, foram os indivíduos que chegaram por último à moderna economia brasileira, que teve como marco o início do sistema fabril, apesar da sua presença de quatro séculos no cotidiano da sociedade. Como se não bastasse, também foram os últimos a ter direito ao sistema educacional, apesar de constituírem, até o início do século XX, a maioria da população. Foram os primeiros a sofrer discriminação, inicialmente por serem escravos. Posteriormente, com a emergência de estudos pseudo-científicos, passaram pela desqualificação de serem pessoas de cor, mais tarde negros² e/ou pretos. Vencer tais classificações na sociedade brasileira vem se tornando uma árdua tarefa tanto do ponto de vista acadêmico como no âmbito da militância política..

Assim, como o transporte nasceu deteriorado para as classes populares, a crise habitacional sempre atingiu (ou quase nunca contemplou) esse segmento social. Os pobres (parcela significativa de afrodescendente) estão mais expostos às carências urbanas, já que a cidade, em quase todos os tempos, não foi (e parece não continuar sendo) pensada para essas classes. As carências estão em todos os setores – transporte, habitação, educação, lazer, entre tantas outras. As cidades brasileiras, entre elas o Rio de Janeiro, o planejamento urbano em geral é ineficiente no sentido de atender as necessidades da vida em coletividade das populações mais pobres. O Estado, através das classes políticas, é uma das instituições responsáveis por tais iniquidades sociais, promotor de desigualdades nos diferentes setores da vida social e também quem melhor controla os diversos acessos aos equipamentos urbanos. Daí a pergunta: *qual é a responsabilidade do Estado na promoção e na permanência da segregação sócio-espacial, na discriminação e no preconceito contra os afrodescendentes (pretos e pardos) no Rio de Janeiro, no planejamento urbano realizado por meio de planos diretores?* É este o caminho que este trabalho trilhará, este será o nosso *objeto de pesquisa*.

O ator principal neste contexto é o afrodescendente, constituído pelo contingente autodeclarado como preto e pardo que compõem a grande parte da população depauperada pela inserção precária em quase todos os setores da vida pública do país

Toda essa discussão é nova para quase toda a sociedade: nova para o autor, nova para a militância dos movimentos étnico-raciais urbanos, nova para academia, por isso é necessário entendê-la no campo propositivo. Sendo assim, no final dessa jornada, ainda teremos muito em que avançar.

² Quanto à designação negro, ver nota 67.

segundo os estudos do IBGE³. A identidade, ferramenta indispensável à afirmação da auto-estima, vem sendo construída ao longo dos últimos 40 anos (o marco é a década de 1960), seguindo a autodeclaração de cor ou raça em torno das cinco designações principais: branca, preta, parda, indígena e amarela. Entender os elementos que compõem a formação identitária em conjunto com a inserção nos mais diferentes setores da vida social é também compreender a espacialização das pessoas que sofrem alguma discriminação e segregação sócio-espacial, visto que a cidade em geral não é pensada para todos. Dessa maneira, o objetivo principal desta pesquisa é *compreender, analisar, estabelecer pontos de comparações e avaliar, a partir da literatura, os impactos que tem o planejamento urbano na organização espacial das cidades, tendo como foco principal os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Sobretudo, pensar como os afrodescendentes são vistos no assentamento de políticas públicas espaciais e sociais, geradas pelo Estado por intermédio dos grupos que dominam as estruturas sócio-espaciais, política e intelectual (provedora de discursos que justificam a ação daqueles que implementam o fazer urbano).*

A identidade, como apontado linhas acima, é fundamental para que os indivíduos possam se sentir plenos de direito⁴. Com base nessa assertiva, a pesquisa estabelecerá como primeiro objetivo secundário *compreender e analisar as dimensões dos impactos da negação ao desenvolvimento sócio-espacial dos grupos subalternizados na sociedade brasileira, ocasionada por possível aumento da segregação espacial e pela intensificação da discriminação étnico-racial contra os afrodescendentes (pretos e pardos), observada pelas práticas políticas e econômicas do país, sobretudo, em metrópoles como o Rio de Janeiro.*

Os pressupostos do processo de construção identitária nacional, vistos nos grupos subalternizados, mudam a ordem das coisas, pensando-se que os discursos dessa construção sempre tiveram sob a égide das classes que dominam as estruturas sociais, políticas e econômicas. Os discursos são produzidos onde são ressaltadas determinadas qualidades do grupo de pertencimento, mas ao mesmo tempo desqualificam e/ou ignoram os demais setores da sociedade. Quando esses valores são operados

³ Ver “IBGE confirma desigualdades raciais”. In: *Boletim Informativo PPCOR* (4), Rio de Janeiro, PPCOR/UERJ, 23/06/2003, p 1. Acessado em 15/10/2006 por meio de www.politicaadacor.net. Ver ainda: ADITAL. Desigualdade no trabalho. In: *ADITAL*, 17/04/06, www.adital.com.br, acessa em 15/10/2006; e IBGE, <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/home.html>, acessado em 15/10/2006.

⁴ Não pretendemos utilizar o termo *cidadania*, visto que para os mais pobres a expressão ganha uma profusão de sentidos. Por isso, evitaremos seu uso como significação última de apropriação de direitos sociais.

concomitantemente, influenciam de modo inexorável todos os campos da vida cotidiana das pessoas, entre os quais o que diz respeito a pensar e gerir as cidades. A escala local é a que melhor representa os interesses das pessoas de menor poder de consumo, visto que há muito pouca possibilidade de manobra no que tange aos deslocamentos espaciais desse contingente. É de acordo com os interesses e a localização dos afrodescendentes no espaço urbano carioca que o segundo objetivo específico será *investigar, comparar, avaliar e correlacionar a partir da literatura as intervenções urbanas no Rio de Janeiro, tendo em vista as práticas, os comportamentos e os discursos que podem ser considerados fundadores da segregação sócio-espacial, tanto em sua dimensão material (localização da habitação) como em sua extensão imaterial abarcada, sobretudo pela discriminação étnico-racial operada a partir de instrumentos de poder, representados aqui por cinco planos diretores: Agache, Doxiadis, PUB Rio, PIT Metro e Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, coadunando com as práticas sócio-espaciais dos grupos subalternizados.*

A aproximação com o tema é bastante antiga – desde a graduação, quando da participação no movimento negro, nascido na própria universidade, denominado Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR). As discussões teórico-conceituais começaram a despertar interesse bem mais tarde, quando desenvolvíamos a dissertação de mestrado. Militância e interesses acadêmicos, entretanto, não se deram de maneira passiva, visto que o bom desenvolvimento de ambas as atividades exige muita dedicação. Optamos aqui por posição que privilegiasse a segunda experiência: o interesse acadêmico, em que as posições assumidas possam refletir a mediação entre os fenômenos que pretendemos apurar e a realidade, amparado sempre pela literatura pertinente a cada tema tratado.

A parte que se refere aos procedimentos metodológicos será tratada separadamente, na seção denominada Marco zero: procedimentos metodológicos, visto que incorpora algumas especificidades que alongariam por demais a Introdução. Por isso, decidiremos tratá-los à parte, mas também foram incluídas “algumas impressões de viagem”, em que tentaremos de maneira sintética expor e analisar alguns eventos que de alguma maneira estarão ligados à pesquisa. Essa parte representará uma radiografia sócio-espacial de alguns momentos vividos pela cidade, ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

O texto que ora se apresenta está dividido em duas partes, subdivididas em sete capítulos, dispostas da seguinte maneira: a) Parte 1: Os afrodescendentes e as representações sócio-espaciais no imaginário instituído na sociedade brasileira e b)

Parte 2, no qual trataremos do planejamento urbano e da segregação nas metrópoles brasileiras: as representações sócio-espaciais em uma sociedade étnico-racial desigual.

A Parte 1 tratará do processo de construção da identidade sócio-espacial dos grupos invisibilizados e subalternizados dos afrodescendentes (negros e pardos) na sociedade brasileira. Como são raras as pesquisas na Geografia brasileira que abordam essa temática, as referências aqui remeterão a obras norte-americanas que, em grande parte, não estão disponíveis em nossas bibliotecas, levando à opção de tomar emprestados conhecimentos de outras áreas para subsidiar esses estudos. Assentar conhecimentos, experimentar, demonstrar postulados e propor entendimento sobre alguns problemas referentes à temática tornarão esta pesquisa complexa em todos os seus aspectos: político, intelectual e responsável. Político no sentido de que serão assumidas posições que se confrontam com outras estabelecidas fora e dentro do movimento negro. Não há por que *concordar com* ou enaltecer aquilo em que não cremos, pois o que se pretende é valorizar posições que satisfaçam os pontos de vista assumidos em cada setor com que assumimos o compromisso de trabalhar. É bom esclarecermos que as contraposições assumidas aqui e ali nunca serão pessoais, apenas acadêmicas. Acreditamos que há espaço possível para que elas possam ocorrer de maneira educada, sem ofensas à honra de quem quer que seja. Não tem validade aqui o expediente de desqualificar tese/autor para impor ponto de vista divergente, como encontramos na maior parte das vezes nas emergências de novos pensamentos sobre questões sociais.

A Parte 1 terá quatro capítulos; Capítulo 1 – A criação da sociedade e do indivíduo no contexto da instituição imaginária: produção da “invisibilidade” dos afrodescendentes na sociedade brasileira – terá a função de discutir a formação da identidade sócio-espacial dos diferentes grupos sociais, a produção de heteronomias como fator de desagregação social na sociedade brasileira.

No Capítulo 2 serão discutidas as formulações de representações sociais e a produção de estigmas que desqualificam e/ou retiram a possibilidade de os mais pobres, sobretudo os afrodescendentes, desenvolverem a *auto-estima*, uma das legitimadoras das identidades sócio-espaciais. Deverá se assentar como entendimento que a desqualificação identitária cria um sistema de retroalimentação, por si só prejudicial aos mais pobres e principalmente aos pretos e pardos. Essa posição cria elementos de caráter heterônomo, possibilitando a *permanência* do *status quo* no Rio de Janeiro e na sociedade brasileira.

O Capítulo 3 estabelecerá as condições que ocorrem a construção de hierarquias sociais e a racialização em sociedades como a brasileira.

Depois dessas discussões, no Capítulo 4, é nossa intenção estabelecer elementos que soldem, de maneira teórica, a identidade *afrodescendente*, a partir de situações que correlacionem o pensamento político em seus vários estágios de apreensão da realidade brasileira e as lutas de militantes que abraçam as questões da afrodescendência como princípio para as lutas e práticas políticas ao longo de suas vidas.

A Parte 2 tratará das diferentes visões de planejamento e de planos diretores. A tendência será demonstrar como o Estado, por meio da implementação de políticas públicas de planejamento, provocou a fragmentação do tecido sócio-espacial das cidades brasileiras, sobretudo do Rio de Janeiro, fazendo surgir uma *legião* de segregados. A assunção desde agora do termo segregação significa que outras designações que porventura surjam na literatura brasileira não substituirão o conceito, ou melhor, a teoria original.

Planejar para as classes de maior poder aquisitivo é para qualquer administrador público uma tarefa não muito original, tendo em vista que ele próprio em geral faz parte do grupo de elite (seja na dimensão política, intelectual ou econômica). O desafio de qualquer administrador é criar estratégias que permitam intervir no espaço urbano sem provocar fraturas na espacialização dos mais pobres e, assim, promover equidade espacial em meio a todos os segmentos sociais e fomentar o desenvolvimento sócio-espacial, além de assentar nas redes sociais os princípios básicos da autonomia – nessa etapa serão privilegiadas a relação entre planejamento e áreas segregadas e a maneira como estão estruturados os diferentes segmentos sociais, segundo a *autodeclaração de cor ou raça* apresentada pelo IBGE (2000).

No Capítulo 1, desta parte, examinaremos as diferentes políticas de intervenções urbanas e linhas de planejamento que foram empregadas em cidades brasileiras, responsáveis pela produção de segregação sócio-espacial, principalmente, no Rio de Janeiro. Desta também constará um panorama sobre a literatura norte-americana para subsidiar o entendimento das práticas espaciais brasileiras dos grupos inferiorizados pela ação política do planejamento urbano contemporâneo.

No Capítulo 2 serão observadas as práticas que, contidas nos planos diretores, permitiram a “invisibilidade” e a subalternização dos afrodescendentes enquanto indivíduos participantes de sociedades locais.

O Capítulo 3 percorrerá as trilhas dos movimentos sociais e o planejamento urbano de acordo com os interesses dos mais depauperados socialmente, sobretudo no que se refere aos afrodescendentes. Também serão examinadas as contradições intramovimentos sociais de cunho étnico-racial e as práticas urbanas. Além dessa possibilidade analítica, estar-se-ão confrontando as práticas dos movimentos étnico-raciais e dos movimentos sociais urbanos de forma geral. Outra perspectiva que será adotada diz respeito à abordagem do tema *segregação* em confronto com a visão de *aglomerados de exclusão* ou da dimensão do *abandono* ou do *descaso*, tratadas por dois respeitados geógrafos contemporâneos.

Marco Zero **Procedimentos metodológicos**

1) Encontros, desencontros e os rumos de uma pesquisa

Os procedimentos metodológicos serão divididos em três partes: *a*) teórico-conceituais, *b*) informações de campo (dados primários) e *c*) dados secundários produzidos por instituições públicas ou privadas. Os dados teórico-conceituais deverão ser tratados ao longo da Parte 1 do texto que funcionará como fundamentação teórica à Parte 2.

A Parte 2 é o segmento da pesquisa em que pretendemos ligar o teórico-conceitual ao empírico, cotejando o real por meio de uma massa de dados estatísticos. Porém, quando se fizer necessário, também serão discutidos alguns conceitos com o propósito de fundamentar de maneira mais consistente o que pretendemos demonstrar, como por exemplo nos subcapítulos 3.3 e 3.4, em que serão contrapostas as teses dos aglomerados de exclusão e a existência ou não de segregação no urbano brasileiro, respectivamente.

No que se refere ao primeiro ponto, a discussão das concepções teórico-conceituais será buscada na compreensão da relação étnico-racial e em todas as vinculações que este pesquisador vem percebendo ao longo de sua vida. Essa procura nos levou a caminhos tortuosos, tendo em vista que a Geografia brasileira carece de densidade para tratar essa questão, visto que lhe falta a condição fundamental: a historicidade e a aproximação com a temática.

Alguns estudos privilegiaram a segregação, outros, as questões de organização e de gestão da cidade, e muitos estudiosos preocuparam-se com a relação capital/trabalho. Contudo, existe uma quase total ausência de discussão que ligue as questões espaciais aos problemas étnico-raciais.

Em princípio é até lugar-comum pensar que o espaço urbano do Rio de Janeiro e os de algumas outras metrópoles brasileiras tenham diferença ligada às questões étnico-raciais na apropriação da cidade, porém não existe sistematização, tendo em vista que os dados mais recentes (Censo Demográfico de 2000 e o Resultado da Amostra por Área

de Ponderação, 2003) só permitiram a sistematização sobre quanto à localização dos diferentes segmentos sociais.

No entanto, temos a lamentar a circulação precária do Resultado da Amostra por Área de Ponderação e sua difícil obtenção. Os resultados desse esforço poderão ser vistos nos Anexos 2 e 4 (Parte 1) e em diversas passagens da Parte 2, os quais serão demonstrados quando discorrermos sobre os dados secundários.

As dificuldades só poderão ser superadas quando recorrermos de forma intensa a outros campos do saber, criando o risco de mergulhar com profundidade nesses conhecimentos, e produzirmos um trabalho que não se pareça nem um pouco com aquele assentado em nossa ciência. Assim, encontrar apoio na sociologia, antropologia, ciência política etc. requer cuidado redobrado, sendo insuficiente a apropriação da melhor teoria e do conceito mais justo para explicar as relações espaciais do preconceito, da discriminação, do racismo, dos movimentos sociais contemporâneos e das teses de um passado que ainda nos é muito caro, seja para refutá-lo ou para reafirmar seus principais pressupostos e suas vinculações com as representações sociais. Para tanto, será necessário que não percamos de vista as categorias fundadoras da Geografia enquanto ciência acadêmica, para que possamos explicitar as mais diferentes relações sócio-espaciais.

A Parte 1 da pesquisa terá a função de trabalhar as concepções e assentar posições no campo teórico-conceitual, trazendo para o interior da Geografia brasileira a ligação mais estreita entre as práticas sociais no que tange à “cor da cidade” e o ponto de vista assumido pelo pesquisador, de acordo com a espacialização dos diversos grupos sociais, seja pelo corte da autodeclaração de cor ou raça, pela renda, pela educabilidade ou, ainda, pela inclusão digital.

O *risco é calculado*, tendo em vista que na Geografia mundial, sobretudo na literatura dos Estados Unidos, existe uma longa tradição em tratar de temas relacionados ao planejamento urbano e às relações étnico-raciais nas cidades desse país, onde a identidade sócio-espacial de minorias, os direitos civis e a vida nos mais diferentes espaços urbanos são pesquisados visando subsidiar a própria organização dos movimentos sociais ou propiciar a ação do poder público na formulação de políticas de planejamento.

Dessa maneira, as lacunas da Geografia brasileira no tratamento do tema terão como esteio a literatura brasileira encontrada na sociologia, na antropologia, em alguns setores da pedagogia, na história, na ciência política, entre outros campos, apoiada pela

literatura norte-americana ligada ao planejamento urbano, rearranjada de acordo com o interesse precípua das minorias étnico-raciais.

Para as questões teórico-conceituais ligadas ao planejamento urbano, à segregação sem corte étnico-racial e aos conceitos-chave de nossa ciência, a literatura e os teóricos brasileiros não deixaram lacunas. Por isso, sempre que possível, faremos uma interpolação, comparação ou contraposição a essas concepções dessa Geografia. Procuraremos, a partir de então, questionar as ausências ligadas aos problemas étnico-raciais na sociedade brasileira que não mereceram lugar nas análises, visto que o contingente de pretos e pardos tem as suas especificidades, que devem ser destacadas em pesquisas acadêmicas.

Esse será um risco calculado, porém passível de correção de rota, do qual essa pesquisa não se poderá furtar, pois carecerá ainda do julgamento de seus leitores. Somente o tempo dirá se as escolhas foram adequadas ou não. Então, esperemos o tempo, o “senhor da razão” da história e dos processos sociais.

2) Realizações do campo: encontros e desencontros de pesquisa em “áreas socialmente conturbadas”

O segundo corte nos procedimentos metodológicos refere-se à formulação de estratégias para as questões empíricas da pesquisa e o campo propriamente dito. Ressaltamos que a busca de acervos literários e materiais de pesquisa ligados ao tema não poderá ser desconsiderada. Esse tipo de abordagem será também considerado trabalho de campo. Todo pesquisador sabe o quanto é difícil, demorada e custosa a tarefa de buscar os dados. Costurar de forma literal os diferentes assuntos, ajustar, contrapor, buscar o inédito constituem uma façanha de difícil execução. Contudo, o novo se faz pela articulação diferenciada dos diversos temas. Essa deverá ser sempre a meta de qualquer pesquisador. Em contrapartida, identificar o potencial do novo não pode ser considerado em hipótese alguma uma tarefa tranqüila, nem menor em relação ao inédito.

O novo poderá surgir de acordo com o processo de escolha do objeto e dos objetivos a serem alcançados. Essas escolhas serão sempre mais tranqüilas no recesso

dos gabinetes. Tem-se, nesses momentos, a possibilidade de dar curso à imaginação e aos desejos do pesquisador, que poderão estar ligados às necessidades básicas do objeto e dos objetivos estabelecidos pela pesquisa. Essa será considerada a fase do “ótimo da pesquisa”, em que tudo é permitido, em que o cronograma deverá ser cumprido com pleno sucesso e em que todos deverão gostar do que será desenvolvido, pois nesse instante ainda nem se começou a pesquisa, mas já se vislumbra o final do trabalho.

A dura realidade da vida de pesquisador aparece por ocasião dos primeiros contatos com a área-objeto. Estabelece-se a metodologia, traça-se a estratégia, e mãos à obra. Em muitos casos, quando se é marinheiro de primeira viagem, a tentativa inicial é ir direto à área-objeto de estudo, porque há desejos inconfessáveis de colher os primeiros resultados. Contudo, existe um abismo extremamente profundo entre desejo e realidade. Em geral o objeto de pesquisa não é tão estruturado da forma que se imaginou. Começam as dificuldades. As primeiras tentativas de abordar os entrevistados são complicadas, as pessoas falam pouco, dão informações que mal atendem às necessidades do que se objetiva fazer. Em geral, se torna-se uma tarefa incômoda, desgastante e não raro sem sentido. Muitas vezes essas condições fazem o pesquisador abandonar o campo e procurar outro objeto de estudo que substitua o original ou ainda reduzir sensivelmente o tamanho deste último.

Contudo, outros caminhos podem ser trilhados, e mediações deverão ser criadas entre o desejo e o mundo real. Recomenda-se que, ao se tratar de áreas faveladas, conjuntos habitacionais populares ou loteamentos irregulares (onde prevalece a desconfiança, com toda a razão, dos moradores), a aproximação seja mediada por alguma entidade institucional: associação de moradores, instituições religiosas, comerciantes, escolas. O pesquisador de alguma maneira precisa conhecer seu entorno e ser visto – nas entrelinhas serão ditos quais os limites para sua atuação. Diante de *áreas conflagradas*, todas as medidas de segurança deverão ser tomadas, o que não é novidade para ninguém, além de a mídia não nos deixar esquecer dos problemas que vivem muitas dessas “comunidades”. E, mesmo que se tenha tranqüilidade para desenvolver o trabalho, não se deve subestimar a realidade, lembrando que o pesquisador está entrando na intimidade coletiva de um grupo social que em geral não é o do perguntador. Quem chega será sempre considerado um estranho; isso não pode ser esquecido.

No nosso caso, deveriam ter sido escolhidas três “comunidades” – número considerado exagerado por alguns e aceitável por outros. Acreditávamos que poderíamos dar conta, visto que em duas das três escolhidas – Chapéu Mangueira, na

Zona Sul, e o Morro do Andaraí, na Zona Norte – já havíamos estabelecido algum contato quando do trabalho *Do quilombo à favela* (CAMPOS, 2005). A certeza do bom andamento da pesquisa era tanta, que não tínhamos qualquer dúvida do êxito inicial. Seguindo o bom senso, voltaríamos à associação de moradores, porta de entrada para a “comunidade”, independentemente do nível de conflagração ali estabelecido e ali começaríamos o trabalho.

De acordo com a estratégia e a metodologia de pesquisa que foram pensadas, o problema do campo já estaria resolvido. Na verdade, não estava. Como veremos nas linhas subseqüentes, o que era considerado certo se tornou duvidoso por algum tempo e depois impossível. Explica-se. Pensávamos que a relação estabelecida com as lideranças do Morro do Andaraí, no final da pesquisa anterior (1995-1998), seria suficiente para retornar à “comunidade”. Nada disso aconteceu. Necessitamos, a partir de então, de escolher uma nova “comunidade” para desenvolver a pesquisa. Depois de discutirmos com o orientador e recebermos ponderações de pessoas que acompanhavam a construção do trabalho, escolhemos a Serrinha (localizada no bairro de Madureira, como mostra o Mapa 1 e Quadro 1), uma importante favela da Zona Norte, do eixo ferroviário da antiga Central do Brasil.



Quadro 1

Relação dos bairros do município do Rio de Janeiro, 2006

Código	Bairro	Código	Bairro	Código	Bairro
1	Saúde	41	Ramos	81	Engenheiro Leal
2	Gamboa	42	Olaria	82	Cascadura
3	Santo Cristo,	43	Penha	83	Madureira
4	Caju	44	Penha Circular	84	Vas Lobo
5	Centro	45	Brás de Pina	85	Turiaçu
6	Catumbi	46	Cordovil	86	Rocha Miranda
7	Rio Comprido	47	Parada de Lucas	87	Honório Gurgel
8	Cidade Nova	48	Vigário Geral	88	Oswaldo Cruz
9	Estácio	49	Jardim América	89	Bento Ribeiro
10	São Cristóvão	50	Higienópolis	90	Marechal Hermes
11	Mangueira	51	Jacaré	91	Ribeira
12	Benfica	52	Maria da Graça	92	Zumbi
13	Paqueta	53	Del Castilho	93	Cacuaia
14	Santa Teresa	54	Inhaúma	94	Pitangueiras
15	Flamengo	55	Engenho da Rainha	95	Praia da Bandeira
16	Glória	56	Tomás Coelho	96	Cocotá
17	Laranjeiras	57	São Francisco	97	Bancários
18	Catete	58	Rocha	98	Freguesia *
19	Cosme Velho	59	Riachuelo	99	Jardim Guanabara
20	Botafogo	60	Sampaio	100	Jardim Carioca
21	Humaitá	61	Engenho Novo	101	Tauá
22	Urca	62	Lins de Vasconcelos	102	Moneró
23	Leme	63	Méier	103	Portuguesa
24	Copacabana	64	Todos os Santos	104	Cidade Universitária
25	Ipanema	65	Cachambi	105	Galeão
26	Leblon	66	Engenho de Dentro	106	Guadalupe
27	Lagoa	67	Água Santa	107	Anchieta
28	Jardim Botânico	68	Encantado	108	Parque Anchieta
29	Gávea	69	Piedade	109	Ricardo de Albuquerque
30	Vidigal	70	Abolição	110	Coelho Neto
31	São Conrado	71	Pilares	111	Acari
32	Praça da Bandeira	72	Vila Cosmos	112	Barros Filho
33	Tijuca	73	Vicente de Carvalho	113	Costa Barros
34	Alto da Tijuca	74	Vila da Penha	114	Pavuna
35	Maracanã	75	Vista Alegre	115	Jacarepaguá
36	Vila Isabel	76	Irajá	116	Anil
37	Andaraí	77	Colégio	117	Gardênia Azul
38	Grajaú	78	Campinho	118	Cidade de Deus
39	Manguinhos	79	Quintino Bocaiúva	119	Curicica
40	Bonsucesso	80	Cavalcante	120	Freguesia

Código	Bairro		Código	Bairro		Código	Bairro
121	Pechincha		134	Deodoro		147	Cosmos
122	Taquara		135	Vila Militar		148	Paciência
123	Tanque		136	Campo dos Afonsos		149	Santa Cruz
124	Praça Seca		137	Jardim Sulacap		150	Sepetiba
125	Curicica		138	Magalhães Bastos		151	Guaratiba
126	Joá		139	Realengo		152	Barra de Guaratiba
127	Itanhangá		140	Padre Miguel		153	Pedra de Guaratiba
128	Barra da Tijuca		141	Bangu		154	Rocinha
129	Camorim		142	Senador Câmara		155	Jacarezinho
130	Vargem Grande		143	Santíssimo		156	Complexo do Alemão
131	Vargem Pequena		144	Campo Grande		157	Complexo da Maré
132	Recreio dos Bandeirantes		145	Senador Vasconcelos		158	Vasco da Gama
133	Grumari		146	Inhoaíba		159	Parque Columbia

Fonte: Armazém dos dados 2005.

As três “comunidades” foram escolhidas obedecendo a critérios de reavaliação do Programa Favela-Bairro⁵ e à forma como os afrodescendentes percebem a cidade, tendo em vista os processos de discriminação étnico-racial e as questões que envolvem a segregação sócio-espacial. Uma pesquisa desse calibre conta sobretudo com os acessos que são criados, pois nem sempre se consegue o conjunto de dados mais adequados para mensurar aquilo que se traçou como objeto. Muitos são os obstáculos à melhor escolha. Só para ilustrar, a morte de um jornalista, de repercussão nacional e ocorrida em uma das “comunidades” visitadas em 1996, demonstrou ser impossível o acesso de qualquer pessoa que não pertencesse à “comunidade”. Assim, a flexibilidade dos procedimentos metodológicos foi uma sábia decisão, visto que a vigilância em relação a estranhos estava sendo levada ao extremo na época. Dessa feita, “comunidades” como as do Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Complexo do Jacarezinho, por exemplo, reuniriam condições mais adequadas e respostas talvez mais consistentes para os objetivos da pesquisa do que as três selecionadas, porém o risco de o trabalho deixar de ser concluído era considerável.

As condições de segurança teriam que ser mantidas a qualquer custo, mesmo que os dados obtidos não fossem os mais representativos. Outro fato a ser considerado relevante diz respeito ao caráter da pesquisa. Uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado, em geral, são empreendimentos em que o pesquisador atua de modo solitário, tendo de cumprir todas as etapas: da elaboração do roteiro de entrevista, à aplicação, mensuração e montagem das tabelas

⁵ O Programa Favela-Bairro, *grosso modo*, tem como objetivo principal urbanizar as favelas cariocas, dotando-as de infra-estrutura técnica e social para que possam tornar-se bairros incorporados à “cidade formal”. Pelo menos é essa a intenção da administração municipal desde 1993, quando o programa começou a ser implementado. Voltaremos a esse ponto ao longo do trabalho, mas especificamente na Parte 2, Capítulo 2.2.

para análise. Esse aspecto, por si, já se torna limitador e, sem que se perceba, tem grande influência no andamento e na conclusão do trabalho.

Uma das etapas de montagem do campo envolveu a elaboração do roteiro de entrevistas, que comporta três tipos de avaliação. A primeira parte, visa à montagem de um perfil dos entrevistados. As questões de 1 a 12 procuram reunir informações gerais, como origem, idade, escolaridade, renda etc. Na segunda parte, as perguntas de 13 a 33 buscam descobrir que percepção e que informações tem o entrevistado sobre o Programa Favela-Bairro e qual o seu envolvimento nas discussões a respeito da implantação das obras na “comunidade”, além de verificar a percepção dos indivíduos sobre o entorno e a cidade como um todo. O último bloco refere-se à percepção do pesquisador com relação ao enquadramento na autodeclaração de *cor ou raça* do indivíduo, segundo o procedimento do IBGE, na amostra de 25% do universo.

O roteiro prossegue com as questões de número 33 até 59 para os que se autodeclaram de *cor ou raça* preta. Tomou-se essa decisão em função da crença de que as pessoas não se autodeclaram de cor preta, preferindo outras designações. Do ponto de vista da pesquisa, esta última fase foi considerada das mais importantes, tendo em vista que trabalharia o indivíduo frente a si mesmo, à “comunidade”, à cidade e a questões étnico-raciais.

Para facilitar a mensuração das entrevistas, foi montado um banco de dados⁶ que totalizasse as informações obtidas sem constituir filtro. Algumas dessas informações, porém, as referentes às questões étnico-raciais, seriam filtradas pela autodeclaração de cor ou raça, segundo os procedimentos adotados pelo IBGE.

Com o roteiro de entrevista estruturado, avaliado e autorizado pela banca responsável (Anexo 1), começamos os contatos iniciais em meados de 2001. A primeira tentativa, com a favela Chapéu Mangueira, localizada no Leme, foi feita em julho de 2002, por ocasião da presença de uma pesquisadora sul-africana em visita ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (DGEO-UFRJ), mas se demonstrou frustrada em função de dois fatores: os membros da associação de moradores não se encontravam e, fazemos questão de registrar, havia a presença de policiais, motivos por que fomos aconselhados pelos moradores a não prosseguir com a visita.

No mês de setembro do mesmo ano, quando pretendíamos retomar os contatos com a área, não o conseguimos. O desdobramento dos acontecimentos foi pior do que poderíamos

⁶ Sobre a elaboração do banco, agradecemos a Marcelo P. dos Anjos a amizade e também a ajuda prestada para desenvolver este trabalho, que pode ser quantificada no mínimo em horas economizadas na digitação e apuração dos dados.

imaginar, mesmo em se tratando de metrópole acostumada a tantos eventos que vêm complicando a vida na cidade.

Documentamos desde então uma sucessão de fatos que nos deixaram, se não estarecidos, pelo menos em situação de alerta. Para efeitos de registro, entenda-se que o dia 11 de setembro, para o mundo e, sobretudo, para os norte-americanos, é data para ser esquecida (ou lembrada, dependendo da perspectiva). Essa data, em 2002, passa a ser um marco para as cidades brasileiras, tendo em vista o impacto que o Rio de Janeiro causou no imaginário da nação. Segundo divulgado à época, a cidade foi *sacudida* violentamente pela ação dos detentos, no chamado presídio de segurança máxima Bangu I, cujo o controle foi tomado por um grupo de presidiários, provocando ampla discussão nacional sobre “segurança máxima”⁷. O impacto ainda foi maior porque estávamos no calor de uma disputa de eleição presidencial, e como complicador, o estado era governado por Benedita da Silva, candidata à reeleição. Independentemente de nossa concordância ou discordância quanto ao perfil político da ex-governadora, alguns candidatos tentaram capitalizar o fato como handicap eleitoral, diante da incapacidade de controlar a segurança pública demonstrada pela primeira mandatária negra de um estado da federação. Obviamente, como tantos outros que ocuparam o Palácio Guanabara (tanto os que a antecederam como seus sucessores), todos perderam sistematicamente (até aqui) a batalha no que tange ao controle dos problemas ligados à segurança pública.

Foi nesse clima que a segunda tentativa de estabelecer contato com a “comunidade” do Chapéu Mangueira ocorreu. A consequência foi o adiamento, e o primeiro contato só foi possível em 28 de setembro de 2002, sábado, quando fomos recebidos pelo presidente da Associação de Moradores, Sr. Gibeão. Depois das apresentações formais, lembrando-lhe nossa estada lá por ocasião da pesquisa para a dissertação de mestrado, expusemos a atual proposta de trabalho, com o roteiro de entrevista que pretendíamos aplicar no decorrer da pesquisa. Inicialmente, tivemos a impressão de que a proposta de trabalho fora bem aceita, mas, por respeito à “comunidade”, deixamos para que fosse avaliada pelos moradores e/ou seus representantes.

Às sextas-feiras, início de final de semana, o *happy-hour* começa logo após o expediente. O Rio de Janeiro, como não poderia deixar de ser, também vive seu frenesi por finais de semana, dentro da perspectiva de *sol, suor e cerveja* (como já cantava o poeta Caetano Veloso). Foi nesse clima que deixamos a “comunidade”, depois da primeira visita.

⁷ Ver, principalmente, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Dia* e, ainda, *Folha de S. Paulo* no período de 12 a 15 de setembro de 2000.

Só não podíamos imaginar que a cidade teria outra segunda-feira tão complicada. No dia 30 de setembro de 2002, os acontecimentos foram mais fortes do que registrados em 11 de setembro – pode-se pensar em uma situação *surreal*, potencializando o discurso dos que acreditam e defendem que estamos diante do se convencionou denominar “caos urbano”. Não se sabe como, e nem muito menos por que, a cidade “caiu” como peças de dominó, bairro após bairro, uma cidade após outra, enfim, quase toda a região metropolitana teve o comércio e as demais atividades interrompidos – a cidade virou um caos de boataria. Atribuiu-se o caos, inicialmente, à ação de grupos armados, responsáveis pela venda de drogas na cidade⁸. Essa paralisação, mesmo sem uma avaliação clara, foi além do que a cidade estava acostumada. Como profissional de educação, assistimos, ao longo de 11 anos (1988-1999), ao fechamento de comércio, escola e outras atividades na Vila Kennedy e em outras “comunidades”, e, no extremo, até de um bairro inteiro como, por exemplo, a Tijuca (veja Mapa 1 e Quadro 1). Porém, esses movimentos nunca foram além da Vila Kennedy ou de bairros isolados. Da mesma maneira, vimos ao longo desse tempo, por motivos diversos, as *áreas convulsionadas* e suas proximidades também acompanharem esses movimentos. O dia 30 de setembro fugiu totalmente do controle; toda a cidade (ou quase toda a região metropolitana) teve suas atividades encerradas no início do expediente. Obviamente, a repercussão foi danosa à imagem do Rio de Janeiro. Em meio a declarações das autoridades e promessas de intervenção de forças federais, a mídia estava exaltada, pedindo investigação e punição para os promotores de tamanho absurdo. Finalmente, na terça-feira, primeiro de outubro, a cidade voltou à normalidade. Mas o fato marcou, e até o término da pesquisa não houve outros eventos de proporção equivalentes aos daquele 30 de setembro de 2002.

Em 12 de outubro do mesmo ano foi feito o contato inicial com o Morro do Andaraí. Quebrando as normas de segurança por falta de alternativa, a visita foi feita sem prévio aviso à “comunidade”. Aparentemente daquela vez estávamos com “sorte”, como veremos adiante, pois o presidente da associação de moradores fora encontrado. O contato exploratório, porém, já demonstrava algumas dificuldades, visto que se cobrava deste pesquisador a anúnciação da visita, informação que já nos fora repassada; porém todas as tentativas nesse sentido, porém, haviam sido infrutíferas. Essas dificuldades foram expostas, justificando a decisão da visita sem prévio aviso. A conversa durou cerca de uma hora, e nos foram feitas perguntas sobre a pesquisa e sua intenção. Para compensar a “comunidade”, propusemos ao líder comunitário retornar com os resultados da pesquisa, fosse por meio de textos já publicados ou de palestras, se assim

⁸ Para melhor avaliação, confira as revistas *Veja e Época* (6/09/02), e os jornais citados na nota anterior.

desejassem os moradores. A proposta parecia ter apoio do líder comunitário, aliás, candidato a vereador nas eleições de 6 de outubro. Vale dizer que, apesar da percepção generalizada de que lideranças comunitárias costumam usar as “comunidades” como *trampolim* político, nada temos contra esse movimento. Pensamos que o caminho de um líder comunitário, cuja atividade é política por excelência, é pleitear cargos públicos eletivos, buscando representar melhor os anseios de sua “comunidade” e das “comunidades” congêneres. A filiação e as práticas de cada liderança, como descrito em SOUZA (2000a, 140-177), precisam ser avaliadas pelas “comunidades” de acordo com os interesses por elas estabelecidos.

Voltando à visita ao morro do Andaraí, Quando da avaliação do roteiro de entrevista (*veja anexo I*), parecia que o líder comunitário pretendia responder às questões como porta-voz da “comunidade”. Em geral, a tendência é normal: o líder comunitário tem a necessidade, em função do exercício de sua atividade e de sua representatividade junto à “comunidade”, de tentar responder e até mesmo interferir nas questões propostas e examinadas pelo pesquisador. Quanto ao mérito dessa interferência, há casos e casos: por vezes existe a necessidade de alterar uma questão aqui e acolá, mudar o procedimento operacional, adaptando ao real aquilo que foi projetado no recesso do gabinete. Muitas vezes, porém, isso significa uma alteração de fundo naquilo que foi pensado inicialmente. Nesse caso, cabe ao pesquisador avaliar os objetivos de sua pesquisa e tomar a decisão sobre o que fazer. Ressalte-se que toda mudança oportunista deve ser rejeitada, pois dela surgirá uma inexorável contaminação dos objetivos iniciais da pesquisa, para atender a uma determinada situação que não se justifica.⁹

Como na primeira visita, foi proposto que o roteiro de entrevista fosse deixado para que a diretoria da Associação de Moradores pudesse avaliar melhor a intenção da pesquisa. Foi marcado um novo encontro para 29 de outubro, logo após a realização do segundo turno das eleições. Propôs o presidente que o encontro fosse realizado fora da “comunidade”. Não havia como concordar, pois isso fugiria do objetivo original, ou seja, o maior número de contatos possíveis com a área selecionada para a pesquisa.

No dia agendado com o presidente, dirigimo-nos à Associação de Moradores. E, para nossa surpresa, recebemos a informação de que ele não estava. Nada de anormal, pois, como se poderá ver mais adiante, encontros e desencontros nesse tipo de campo são normais, por conta de problemas particulares (de saúde, familiares etc.) ou políticos. Ligamos para o líder comunitário, e ele nos pediu que agendássemos uma nova data. Foi marcado, então, o dia 12 de novembro, mas por motivos profissionais não pudemos comparecer, comunicando então a

⁹ Este tipo de intervenção não foi verificado na “comunidade” do Chapéu Mangueira, onde o líder comunitário se limitou apenas a comentar a relação da “comunidade” com o poder público.

dificuldade ao presidente da Associação. Nesse momento ainda era possível estabelecer contato por telefone com a entidade. Porém, soubemos por intermédio do secretário da Associação, que o presidente havia “designado” um representante para saber mais detalhes sobre a pesquisa. Concomitantemente, soubemos, por outras fontes, que a “comunidade” estava passando por algumas dificuldades e que a ausência do presidente se deveria a morte de alguém ligado à estrutura de poder no morro. Embora não caiba aqui discutir os motivos, o substituto do presidente era alguém ligado à cadeia de comando da favela, o que nos levaria a tomar outras decisões no futuro.

Numa avaliação das duas visitas efetivadas ao Morro do Andaraí, podemos dizer que, apesar da aparente calma, percebemos uma certa tensão no ambiente. Diferente das condições em que se realizou a pesquisa de 1995/1996, dessa vez havia homens motorizados patrulhando a favela, com turnos constantes de revezamento. Apesar de não haver impedimento explícito quanto ao desenvolvimento do campo, havia sinais de tensionamento, o que dificultaria todo e qualquer trabalho, embora a sua realização não tivesse sido proibida¹⁰. Notamos ainda, nesse primeiro contato, como evidência inexorável da realidade daquele momento da favela, que o telefone público, além de depredado, estava literalmente queimado.

Depois desses dois momentos, foram feitas inúmeras tentativas de contato, nos mais diversos horários do dia, e todas resultaram infrutíferas, com os telefonemas nunca atendidos¹¹. Tendo em vista tais dificuldades, decidimos estabelecer um novo campo.

Ao mesmo tempo, por motivos diferentes, também encontramos dificuldades em restabelecer contato com o presidente da “comunidade” do Chapéu Mangueira, muito embora os impedimentos ali tenham sido de outra ordem, relativa à inserção política do líder comunitário, cuja agenda era sempre muito apertada. Com esse tivemos de ter mais paciência, o que valeu a pena. No final de dezembro (dia 21), no apagar das luzes da administração da governadora Benedita da Silva, conseguimos encontrar Gibeão na inauguração do Centro Poliesportivo do Chapéu Mangueira e da Babilônia. O encontro, bastante produtivo, durou cerca de duas horas, e pudemos traçar estratégias para o desenvolvimento da pesquisa. Como estávamos numa “comunidade” sujeita a conflagrações repentinas, o presidente achou por bem procurar, entre os jovens que o auxiliavam na gestão da Associação, um que pudesse nos acompanhar durante o tempo em que durasse a pesquisa.

¹⁰ Veja, por exemplo, SOUZA (1995a; 1995b; 1996) e CAMPOS (2005) que, apesar de dificuldades em campo, realizaram suas pesquisas.

¹¹ Poder-se-ia pensar que não havia por parte interesse dos representantes da “comunidade” na pesquisa, porém, como se pôde observar em visitas anteriores, não existia qualquer aparelho identificador de chamada (bina) na sede da Associação de Moradores. Conclui-se, portanto, que a Associação deixou de funcionar temporariamente por algum outro motivo, o que foi confirmado por outros líderes comunitários.

O presidente ficara de fazer contato logo depois do Natal a fim de marcar a data em que iniciariamos as entrevistas. Ressalte-se que em 9 de novembro, numas das visitas, sem agendamento com o presidente, fizemos um piloto com uma das moradoras, em que inserimos perguntas e retificamos outras para que pudéssemos ter respostas mais objetivas.

Em dezembro de 2003, iniciamos a gestão do terceiro campo, o Morro da Serrinha. O contato dependeu, inicialmente, de conhecimento particular do pesquisador, tendo em vista que as estratégias adotadas até aquele momento se mostraram de difícil operação. Optamos por uma intermediação de pessoas ligadas à Escola de Samba Império Serrano, agremiação tradicional do bairro de Madureira (*veja Mapa 1*), que tem origem no Morro da Serrinha. Essa intermediação, porém, não fez a vida do pesquisador um “mundo dos sonhos”, resultando em muitas idas e vindas. Dezembro terminava, e o campo do Morro da Serrinha ainda não havia começado.

O campo no Morro Chapéu Mangueira foi realmente aberto com a realização de entrevista¹² em 10 de janeiro, tendo, portanto, decorridos cinco meses da primeira tentativa, em julho, e três meses do contato efetivo, em 9 de setembro de 2002, aparentemente tempo suficiente para concretizar alguns trabalhos de campo. Na abertura dos trabalhos, nove moradores foram entrevistados. Por medida de segurança, um dos integrantes da equipe da liderança comunitária cumpriu a função de mediador entre pesquisador e entrevistados. Esse tipo de mediação elimina parte da desconfiança que algumas pessoas apresentam quando se vêem diante de um pesquisador e de suas perguntas incômodas. A entrevista ocorreu como fora previsto na montagem de estratégias. Primeiro foram contatados os moradores da via de maior importância, a rua Dr. Nelson, onde o programa Favela-Bairro havia atuado.

Concomitantemente, a gestão para a abertura de um novo campo na mesma área do Morro do Andaraí estava em andamento. Tudo indicava que a melhor opção, caso houvesse oportunidade e condições, seria o complexo do Morro dos Macacos, em uma de suas “comunidades”, o Parque Vila Isabel. Essa “comunidade”, com cerca de 3.200 domicílios, é composta por três favelas — Morro Pau Bandeira, Favela do Jardim e Bananal, localizada na grande Tijuca, no bairro de Vila Isabel (*veja Mapa 1*).

Em 3 de janeiro de 2003, fizemos o primeiro contato¹³, quando encontramos um dos diretores do centro comunitário, denominado Centro Educacional de Ação Comunitária da Criança e do Adolescente (Ceaca) Ligia dos Santos, e com o presidente da Associação de

¹² Agradecemos a José Roberto Lopes (designado pelo presidente da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira para nos acompanhar durante nosso trabalho de entrevistas). Também agradecemos o inestimável apoio recebido de Rosilda de Oliveira Moura que vem acompanhando as idas a campo e nos oferecendo interlocução no fazer deste trabalho.

¹³ Agradecemos a gentileza de Fabrício Lanzerotti, ex-aluno da UERJ/FFP, que se encontrava em fase de conclusão de seu TCC, que teve como objeto estudo a própria “comunidade”.

Moradores do Parque Vila Isabel, duas entidades que exercem papéis diferentes na “comunidade”, ambos de cunho político. Reunimo-nos com os dois líderes comunitários, para que pudéssemos apresentar a proposta e os principais objetivos da pesquisa. À primeira vista, parecia ter havido uma aceitação bastante positiva da parte de ambos. Nesse mesmo dia, deixou-se agendado um encontro para a semana seguinte, mas como já se esperava¹⁴, tanto a segunda como a terceira visita não se obteve sucesso, ocasionando, obviamente, uma frustração neste pesquisador. Dentro das possibilidades apresentadas acima, os problemas ordem pessoal e de saúde respectivamente, foram os motivos que impediram a realização do contato. Entretanto, nestes dois momentos, se nada deu certo, podemos observar o andamento frenético das obras do Programa favela-Bairro, na rua principal da “comunidade”, com a presença de muitos operários trabalhando, onde estão concentrados os pontos importantes de comércio.

No dia 17 de janeiro retornamos à “comunidade”,. Conversamos brevemente com o presidente da associação que designou um funcionário para nos acompanhar¹⁵ (estratégia também utilizada no Chapéu Mangueira). Em função do tempo, foram realizadas três entrevistas, na rua São Sebastião, e no final do dia, decidimos que as quintas-feiras seriam melhores para dar continuidade ao trabalho.

No dia 18 janeiro, sábado, foram realizadas últimas cinco entrevistas no Morro Chapéu Mangueira, que, por ser uma “comunidade” pequena (1.146 habitantes), demandou apenas 15 entrevistas.

Em 23 de janeiro, voltamos para dar continuidade ao trabalho no Morro Pau Bandeira. Nesse dia, diferente de outros, havia alguma tensão na “comunidade”, em função de o Ceaca Lígia dos Santos, ter sido invadido, e roubados o vídeo cassete da instituição e alguns outros objetos. Os dirigentes do centro comunitário, que faziam realizar uma colônia de férias com jovens de seis a 16 anos, suspenderam as atividades com o objetivo de fazer pressão sobre os responsáveis pelo evento. Nesse dia havia muitos jovens na rua Armando de Albuquerque, a principal da “comunidade”, e notamos uma certa insatisfação, uma tensão em suas conversas. Contudo, realizamos o trabalho de campo, entrevistando sete pessoas, uma delas com o líder

¹⁴ É sempre problemática a fase inicial de qualquer trabalho de campo. Por motivos óbvios, o pesquisador deverá sempre procurar a associação de moradores, um vez que os líderes comunitários, em funções de suas atividades, tem sempre uma agenda com muitos compromissos. Posteriormente, os contatos dependerão de uma série de fatores que facilitam ou criam dificuldades para a realização da pesquisa, e poderão ocorrer *encontros e desencontros*. Portanto, uma das providências que pode, com certeza, minimizar o problema e estreitar a relação, é pedir um telefone para contato com o líder comunitário ou mesmo com a associação de moradores, algo simples, mas que em geral se esquece. Com certeza, essa providência não se demonstra o ponto mágico, salvador da pesquisa, pois verificamos que no Andaraí, apesar dessa providência, o resultado foi nulo, mas em grande parte dos casos é uma boa estratégia de campo.

¹⁵ Agradecemos a João Luiz Nazaré, mais conhecido por “Moococa” que gentilmente nos acompanhou até o final da etapa de entrevistas, fornecendo-nos seu vasto conhecimento sobre o Complexo do Morro dos Macacos.

comunitário. Dessa vez, começamos as entrevistas pelo conjunto de domicílios que foram construídos pela Cehab (Companhia Estadual de Habitação), por ocasião das chuvas de 1988, quando mais de 30 pessoas perderam suas casas. Nessa localidade foram realizadas seis entrevistas.

No sábado, dessa mesma semana, a Região Sudeste foi atingida por fortes chuvas, e o Estado do Rio de Janeiro contabilizou 75 vítimas fatais e centenas de desabrigados. Na cidade do Rio de Janeiro, entretanto, a população apenas contou seus desabrigados não ocorrendo nenhum óbito em consequência das chuvas¹⁶. No Complexo do Morro dos Macacos, houve alguns deslocamentos de massas e quedas de árvores, e, no Parque Vila Isabel, três casas desabaram, motivo pelo qual nessa semana não conseguimos realizar nenhuma entrevista na “comunidade”.

Concomitantemente, em São Paulo, o presidente da Associação de Moradores da Pedra Bonita, bairro da Zona Leste foi brutalmente assassinado¹⁷. Nosso interesse pelo fato diz respeito a duas vertentes de análises: assassinatos de líderes comunitários e seu novo papel frente ao Estado e à “comunidade”.

Quanto à primeira parte, registramos um grande número de líderes comunitários assassinados desde que começamos a fazer a pesquisa, em 1995, sendo que parte, como apontado em CAMPOS (2005) sem envolvimento com o tráfico de drogas; outros, entretanto, estavam de fato envolvidos, fosse por “livre escolha” como passaporte para recursos nem sempre de muito fácil obtenção, fosse de maneira compulsória. Explica-se. Quando se assume a liderança de uma “comunidade”, ou de outra instituição, são prementes os acordos em torno de alguns interesses. A liderança comunitária não faz diferente de outras instâncias políticas. O líder poderá fazer acordos com políticos tradicionais, visando à obtenção de novos recursos ou de apoio para os pleitos da “comunidade”, ou, ainda, fazer acordo com instâncias de poder que exercem suas atividades na “comunidade” como, por exemplo, igrejas, clubes de qualquer natureza, comerciantes e, obviamente, os *mandatários de plantão* (quadrilhas que vendem drogas no varejo que atuam em diferentes favelas cariocas, bem como em todo o Brasil).

Embora, muitos desses líderes não façam acordos, são obrigados a aceitar o apoio (nem sempre desejável) de pessoas sem a devida *legitimidade social*. Caso recusem, em geral, põem

¹⁶ Veja sobre as chuvas nos arquivos da revista *Época*, em reportagem intitulada: “Chuvas causam destruição nas regiões Sul e Sudeste e número de mortos passa dos 100”; capturado na internet em 29/01/2003.

¹⁷ Veja arquivo da *Folha Online*, 2/2/2003, em reportagem intitulada: “Líder comunitário é morto a pauladas na zona oeste de SP”. Veja também sobre o projeto de regularização de favelas, na revista *Época*: “Associações de moradores vão ajudar o governo a legalizar favelas”, revista *Época*, Editora Globo, capturada na internet em 21/01/2003; segundo a reportagem, o maior projeto do líder comunitário brutalmente assassinado, era a regularização dos lotes de Pedra Bonita.

em risco a própria vida. É nesse sentido que a vida de um líder comunitário torna-se complicada. Eles sofrem acusação de setores da polícia e da mídia (como aponta Cecília COIMBRA [2001]), mas também daqueles que dão cobertura ao tráfico de drogas nas diferentes “comunidades”.

Os membros de uma dada sociedade, de maneira geral, formam sua opinião de acordo com o que vêem, escutam e lêem nos órgãos de imprensa. De certo modo a sociedade acompanha a opinião dos profissionais que a emitem. Condenam-se, assim, as lideranças sem que haja nenhum julgamento, responsabilizando-as por envolvimento ou pertencimento a *quadrilhas de traficantes de drogas*. Seja pelo envolvimento direto (de livre escolha) ou *compulsório* (quando não há alternativa), os líderes sofrem sanções da sociedade.

A segunda vertente de análise refere-se à gestão (como aponta SOUZA [2001, pp. 88-102]) dos recursos públicos e da própria “comunidade”. Em entrevista informal, o presidente de uma das associações visitadas durante esta pesquisa informa que ao se afastar das “comunidades”, o Estado delegou poder as associações de moradores no que diz respeito a limpeza pública e as creches, entre outros serviços, o que obviamente, aumentou de forma substancial o poder do líder comunitário. Ele passou a administrar quantia de dinheiro significativa, a fim de fazer frente às despesas com o pagamento de funcionários ligados a administração da associação, garis comunitários, manobristas etc. Além desses serviços, a associação administra os recursos provenientes da taxa de água e esgoto cobrada aos moradores¹⁸. A soma dos recursos administrados pela associação, é considerável, o que coloca o líder comunitário em constante risco, tornando-o alvo em potencial de todo tipo de ataque, incluindo em alguns casos, a morte.

Na mesma forma que o líder comunitário é gestor de grandes quantias de dinheiro também se torna responsável pela gestão cartorial da “comunidade”. Ele, segundo a designação do Ministério das Cidades, passa a servir como ponto de registro de glebas para efeito de regularização dos lotes de ocupação urbana de baixa renda. Com relação à iniciativa de regularização de lotes, já prevista na formulação do Programa Favela-Bairro, foi proposto que a própria associação de moradores fosse a responsável pelo cadastramento e fornecesse o documento de posse. De acordo com os moradores, foi essa função que provocou a morte do líder comunitário de Pedra Bonita.

¹⁸ O funcionamento da cobrança tem alguma correlação com alguns condomínios de baixa renda, destes existentes na periferia das grandes cidades. No caso das favelas, existem grandes caixas, sem sistema de cisternas na parte mais baixa da favela, o que deveria ser uma prática para evitar a falta de água cotidiana, que distribuem a água para os moradores por sistema de manobras. No caso do Parque Vila Isabel, são três grandes caixas que atendem a todos os moradores. Os funcionários do sistema de manobras são empregados da associação de moradores

Como a maior parte das favelas ainda carece de titulação de lotes, há que ficar atento a essa nova função da associação de moradores. Também não se pode perder de vista que a titulação das terras em favelas representa, para o Rio de Janeiro, um potencial de negócio quase inesgotável, tamanha e quantidade de terras disponíveis nas mãos de favelados.

Voltando mais uma vez às pesquisas de campo no Morro Pau Bandeira, elas prosseguiram no dia seis de fevereiro¹⁹. Dessa vez, não adotamos o esquema de baixo para cima, mas invertendo, começamos pelas últimas casas, das partes mais altas para a mais baixa. Assim, haveria possibilidade de comprovar se é fato que os negros ocupam realmente as parte mais elevadas da “comunidade”, como ocorreu no Morro do Chapéu Mangueira. Lembramos que a rua principal da “comunidade”, aquela que dá acesso à *cidade formal*, é a rua Armando Albuquerque, quase não residencial, abrigando apenas o comércio da “comunidade”. Por isso, nas visitas anteriores, a rua São Sebastião foi a primeira a ser abordada, sendo realizadas oito entrevistas com moradores. Nesse dia seis, a área focalizada foi a rua Santo Antonio²⁰, onde fizemos também oito entrevistas com moradores e mais duas com líderes comunitários.

Nessa “comunidade” foram realizadas 30 entrevistas em mais de 10 visitas. Nem todas as visitas renderam entrevistas em função de o trabalho de campo necessitar, às vezes, de incursões para verificar alguma situação pendente. No Parque Vila Isabel há cerca de 3.216 habitantes (IPP, Armazém dos Dados, 2005). Trata-se de favela de porte médio, com problemas sérios de infra-estrutura e com número elevado de pobres, como poderá ser constado no transcorrer do texto.

Na última etapa de coletas de dados, no Parque Vila Isabel, no dia 20 de fevereiro, a estratégia, como já dito, mudou. Começamos pelo alto do morro, na localidade denominada Lote, no Morro Bananal, onde fizemos nove entrevistas. Nessa parte do morro, como já suspeitávamos, há mais afrodescendentes, vivendo em condições de vida muito mais precárias do que as dos moradores da parte mais baixa do complexo. Também, registramos que, além da pobreza absoluta, a escolaridade é muito baixa, aproximando-se do analfabetismo total, e notamos que parte das construções estava arrasada, parecendo um “cenário de guerra”. O guia²¹ informou que a destruição das casas foi uma “ação combinada”: ação da polícia no combate à

¹⁹ Nesse dia, recebemos a informação de que a colônia de férias voltara a funcionar, uma vez que os equipamentos do Ceaca Lígia dos Santos que haviam desaparecidos foram devolvidos.

²⁰ No dia 06/02/03, fomos acompanhados por uma das lideranças da “comunidade”, Ivan Mineiro dos Santos, mais conhecido como Ivan da Vanda. Agradecemos sua gentileza não só por nos apresentar aos moradores entrevistados, mas, sobretudo, pelas informações fornecidas quanto ao início da ocupação da “comunidade” e os motivos pelos quais se pressupõem que os negros encontram-se nas partes mais altas da favela.

²¹ Nesse campo, contamos, mais uma vez, com a colaboração e gentileza de Ivan da Vanda.

chamada “criminalidade urbana” e a represália dos grupos que territorializam a favela²². Obviamente, nesse embate, perdem os moradores, provocando, segundo outra liderança, a saída sistemática de famílias da “comunidade” para outros lugares. Nesse sentido, encontra-se agora um outro tipo de migração intra-urbana: a *migração induzida*, correlata ou provocada pelo processo de segregação induzida. Se pensávamos que o Programa Favela-Bairro poderia, juntamente com a regularização dos lotes, provocar a “expulsão branca”, como apontado em CAMPOS (1998b), encontramos outro elemento que, presente há algum tempo, intensificou após a pesquisa realizada no âmbito do mestrado²³, entre 1995 e 1998: os lotes não foram regularizados, mas os deslocamentos da população vêm acontecendo de maneira sistemática, pelo menos no Parque de Vila Isabel, em função dos constantes conflitos ocorridos entre os dois lados aqui arrolados.

No sábado 22 de fevereiro, recebemos informações de que a cidade do Rio de Janeiro estava sob nova tensão superior àquela verificada no cotidiano e que não passaria incólume naquela semana que antecedia o carnaval. Nesse mesmo dia, tínhamos um encontro agendado com as lideranças do Chapéu Mangueira, em que receberíamos informações sobre a “comunidade”.

De fato, na segunda-feira 24 de fevereiro, tal como ocorreu em 30 de setembro, a cidade amanheceria sob tensão, registrando cerca de sete veículos incendiados, sendo que seis na avenida D. Helder Câmara, antiga Avenida Suburbana, entre os bairros de Del Castilho e Benfica, na Zona Norte (veja Mapa 1), e uma ação na Reduc, no Município de Duque de Caxias. Também, ocorreram algumas agressões na Zona Sul da cidade, com lançamento de granadas, em Ipanema, no Posto 11; uma ação armada em Santa Cruz, onde os funcionários foram obrigados a fechar o terminal ferroviário do bairro; na Tijuca, outra bomba foi arremessada contra um supermercado, por volta de sete da manhã, impedindo a abertura do comércio no bairro. A cidade dessa vez não “caiu”, como em outubro, mas acredita-se que, mais uma vez, a ação tenha sido coordenada de dentro dos presídios cariocas²⁴.

²² No primeiro capítulo, tentaremos dar uma distinção entre os termos favela e “comunidade”. Notamos, no decorrer da entrevista, apesar de um ser tomado pelo outro, no jargão acadêmico, que a referência de um não pode ser confundido com o uso do outro. A princípio, podemos dizer que o termo “comunidade” é mais amplo do que o de favela.

²³ Essa pesquisa, ligava-se a outro projeto maior, denominado “*O tráfico de drogas e seus impactos sócio-espacialmente desordenadores/reordenadores nas cidades brasileiras*”, ao qual este pesquisador estava vinculado (veja SOUZA, 1996a; 2000a)

²⁴ Todas essas informações sobre a cidade, foram colhidas através da *Radio Jornal do Brasil*, “Repórter Aéreo, no dia 24/02/03, entre sete e nove horas da manhã.. Mais informações podem ser obtidas no jornais cariocas de 25/02/05.

Em março de 2004, as visitas ao Morro da Serrinha começaram, pela casa de uma líder comunitária que também exerce a liderança religiosa na “comunidade”²⁵). Foram efetivadas 20 visitas até a complementação do campo em 20 de novembro do mesmo ano, cujo resultado foi *58 pessoas entrevistadas*. Os procedimentos de campo foram semelhantes aos adotados por ocasião das entrevistas feitas tanto no Chapéu Mangueira como no Morro Pau Bandeira.

Até o encerramento do campo da Serrinha, muitos eventos aconteceram na cidade: contudo não foi repetido o 30 de setembro (até porque ninguém agüentaria outro episódio daquelas proporções). Atentados à prefeitura da cidade, chacinas estarrecedoras na Baixada Fluminense, corrupções praticadas contra o erário público no campo da política, agora divulgadas para mundo (nada de novo no *front* – apenas sabe-se com mais detalhes o que já era tão velho), e, assim, “o mundo roda como uma engrenagem”.

Para finalizar esse bloco, destacamos que os resultados obtidos a partir do trabalho de campo não têm representação estatística, portanto nos interessa a qualidade dos dados.

Alertamos ainda que, os dados apurados da pesquisa de campo serão submetidos a análise isoladamente, comparativamente (“comunidade” versus comunidade ou com o bairro à qual a “comunidade” está inserida). Neste caso, para efeito de comparação, ambas as estruturas serão examinadas na base 10, ou seja, “x’ em cada grupo de 10” tem tal comportamento. Porém, quando a massa de dados envolver valores elevados, a base tomada será “1.000 habitantes”.

3) Tempos difíceis: um pesquisador com uma tese em busca de dados secundários

A busca dos dados que consubstanciariam a tese começou, efetivamente, em janeiro de 2001. De início, acreditávamos que seria uma tarefa muito fácil, posto que os dados existem, tendo sido produzidos pela agência oficial, o IBGE, no Censo Demográfico de 2000. Descobrimos, ao longo de ano de 2001 e 2002, que a missão de acessá-los, porém, seria complicada.

A obtenção dos resultados gerais do universo da pesquisa censitária não foi difícil: essa estava disponível desde 2001. Pretendíamos, porém, ter acesso aos dados da amostra de 25%, reunidos na publicação denominada *Resultado da Amostra por Área de Ponderação* (2003) e prometido pelo governo federal desde 2001. Segundo o IBGE, essa amostra:

²⁵ Agradecemos a tia Ira e sua família seus filhos: Priminho (que desenvolve trabalho comunitários fantástico, como a organização do Império do Futuro) e Elaine (que conosco subiu e desceu as ladeiras da Serrinha); a Aparecida, brilhante professora de português em busca do conhecimento como porto seguro da cidadania), a Yuri, descoberto em uma sala de calouro de geografia na UERJ/FFP), morador da parte baixa da Serrinha, tornou-se também auxiliar de pesquisa. A todos agradecemos a colaboração e pelo carinho com que nos receberam.

divulga o total de pessoas residentes em 2000 [efetivando as informações de] domicílios [e] características das pessoas. As informações relativas a 2000 foram obtidas a partir dos elementos de acompanhamento e controle da coleta. As informações apresentadas na Base de informações do Censo Demográfico – Resultados da Amostra referem-se ao ano de 2000²⁶.

A obtenção dos dados da amostra ponderada representará um substancial elemento de análise para a pesquisa. Sua real incorporação, porém, implica dificuldades e uma delas se refere à base espacial, visto que o *Resultado da Amostra por Área de Ponderação* (2003) se objetiva de acordo com a constituição de *setores censitários*, diferente da base municipal. Levando-se essas informações em consideração, haverá necessidade de compatibilização entre as duas bases, converterá área ponderada à configuração por bairros da cidade do Rio de Janeiro, o recorte espacial da pesquisa.

A estrutura do *Resultado da Amostra por Área de Ponderação* (2003) tem codificado um conjunto de *setores censitários*, ordenados de 3304557999001 a 3304557999170 e que correspondem aos 156 bairros da capital do estado (Mapa 1 e Anexo 8). Um exemplo dessa dificuldade pode ser observado para os bairros de Botafogo/Urca, que no *Resultado da Amostra por Área de Ponderação* (2003), aparecerá com a seguinte codificação: 3304557999018, 3304557999019, 3304557999020 e 3304557999021. A junção dessas áreas compõe os bairros supracitados; outros bairros sofrerão esse mesmo procedimento metodológico – 3304557999141, por exemplo, abrangerá os arrabaldes de Saúde, Santo Cristo e Gamboa (a designação será a do bairro da Saúde); Estácio/Catumbi – 3304557999060 (Estácio), Laranjeiras/Cosme Velho – 3304557999091(Laranjeiras), Ipanema/Vidigal – 304557999077 e 304557999078 (Ipanema), Tijuca e Alto da Tijuca – 3304557999157, 3304557999158, 3304557999159 e 330455799991(Tijuca) etc. Essa configuração se repete em outras relações bairros/área ponderada²⁷.

Depois desse procedimento foram tabuladas as informações que a pesquisa desenhará como importantes para mensurar resultados, como será apresentado nos anexos 2, 4, 5.e 6. Também serão empregadas o recurso das *tabelas-síntese* para que os resultados ganhem relevância do ponto de vista da visualização. O conjunto poderá ser observado nas tabelas 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15 e 16 e nos mapas 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. Essas sínteses (tabelas e mapas) têm por objetivo facilitar a leitura dos anexos, nos quais as informações estarão sendo apresentadas sem filtros de qualquer natureza. Por outro lado, pensamos que as sínteses deverão sustentar as diferentes análises que serão postas em evidência ao longo dos capítulos, não

²⁶ Mais detalhes poderão ser obtidos: *Estratcart, Base de Informações do Censo Demográfico 2000: Resultado da Amostra por Área de Ponderação*, Rio de Janeiro, IBGE (CD), 2003.

²⁷ Mais informações, consultar os *Resultados da Amostra por Área de Ponderação* (2003)

privilegiando uma ou outra seção. Dessa maneira, evitará que o conjunto de tabelas, mapas e outras ferramentas de análise se concentrem nem só capítulo, como tradicionalmente se faz.

Essa também será a estratégia para apuração dos dados, gerados a partir das entrevistas de campo. A diluição dos resultados tem o mesmo sentido apontado em linhas anteriores. Serão montadas algumas tabelas que tratarão dos diferentes temas a respeito dos quais se pretende obter conhecimento da realidade. A apresentação desses dados deverá seguir o ritmo da apuração das informações sobre a cidade, mostrando-as de acordo com os temas tratados. Dessa forma, o leitor poderá comparar as diversas escalas do fenômeno, comparando e criticando sem a necessidade de sobrepor páginas e páginas para encontrar dados correlatos.

Outra providência diz respeito a algumas sínteses e anexos. Quando for possível, serão mostrados em uma única tabela os dados referentes à *autodeclaração de cor ou raça* e escolaridade, ou renda etc. Essa é uma providência que servirá para facilitar a leitura do texto, tendo em vista que se fará necessário mostrar muitas tabelas e mapas.

Ainda com referência aos dados secundários, o Anexo 2 está produzido de acordo com as informações oferecidas pelo Instituto de Estudos do trabalho e Sociedade (Iets), apoiado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1992/2002. O Iets trabalha com duas categorias: pobres e miseráveis; usaremos apenas a segunda, em função de as informações referentes à primeira apresentarem algumas distorções. Ressaltaremos, na Parte 1, Capítulo 2, seção 2, os motivos que nos levaram a utilizar a expressão *pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (ALP)*, em substituição ao termo *miserável*, empregado originalmente pela instituição.

Pretendemos demonstrar, ao longo do texto, que as denominadas “minorias” sociais precisam fazer muitos esforços com o objetivo de superar as heteronomias no decorrer do desenvolvimento do processo histórico. Superação é a palavra-chave. Os objetivos são claros: vencer o preconceito, a discriminação, a “invisibilidade” e a segregação sócio-espacial. Dessa forma, longe de vitimizar os afrodescendentes, considerados minorias no contexto das relações sócio-político-espaciais, cabe percebê-los como sujeitos responsáveis pela história. Por outro lado, a visibilidade, resultado do reconhecimento da atuação efetiva na história da gente brasileira, não nos autoriza a celebrar, de maneira destacada, as virtudes e os valores dos heróis de origem afrodescendentes (“todos quase pretos”²⁸), para a sociedade contemporânea. Só tem sentido se a celebração for de todos os compatriotas, independente da origem de quem merece a celebração.

O processo histórico é construído a partir da vivência de todos e não pode ser exclusividade de uma fração da população, que, por um motivo ou outro, ignora as realizações de outros segmentos considerados de menor importância. Dessa forma, o que se busca é entender como o afrodescendente se insere no “curto” processo histórico brasileiro de pouco mais de 500 anos. Compreender para desvendar as possíveis saídas institucionais a todos os pesquisadores e ativistas (negros, pardos ou brancos) comprometidos com as lutas populares, com a justiça social e a boa qualidade de vida. Só assim, caminharemos a passos largos para a autonomia plena.

Na semana, de dois a oito de fevereiro de 2003, a Uerj publicou sua lista de classificados de acordo com a nova metodologia, dentro do programa de ação afirmativa, o que nos meios de comunicação reduzida como “lei de cotas”. O debate saiu do âmbito da universidade e da cidade do Rio de Janeiro, ganhando dimensão nacional, com manifestações frontalmente contrárias à iniciativa. Mesmo que venha ser revogada no decorrer das disputas entre os grupos favoráveis e contrários, expresso aqui o meu apoio à iniciativa pelo simples fato de que é preciso começar por qualquer ponto que seja, a reduzir as desvantagens entre os que se autodeclaram da *cor ou raça* branca e os afrodescendentes (cor ou raça preta e/ou parda)²⁹

²⁸ A frase é de autoria de Caetano Veloso, na composição “O Haiti não é aqui”.

²⁹ Para mais informações veja as publicações entre 11 e 18 de fevereiro, sobretudo o editorial da *Folha de São Paulo*: “Cotas e nada mais”, de 11/02/2003, p. 2.

Para encerrar este momento, registra-se que, o “dono” do Morro da Fé (uma favela, localizada na Vila da Penha, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro) comandou um ato de *violência sem sentido*, inadequadamente denominado pela imprensa de “*selvageria*” ou *terrorismo*, entre outras formas de se referi ao crime. O crime perpetrado por um grupo de jovens, incluindo uma adolescente de 13 anos, sinalizou para um ônibus da linha 350 (Passeio/Irajá) e ao ingressar no coletivo, junto com outros também jovens, impediram que os passageiros desembarcassem. O evento ocorreu no dia 29 de dezembro de 2005, por volta de 22 horas e 30 minutos, na rua Irapuá, Vila da Penha, onde 5 pessoas morreram carbonizadas e outras 12 ficaram gravemente feridas, entre as vítimas, um bebe de meses de vida.

O crime de uma gravidade sem precedente na história deste país deveria ser enquadrado como tal, não cabendo comparações e usos de conceitos indevidos: *selvageria* ou *terrorismo*. O primeiro termo guarda um preconceito na forma em que é empregado. Em geral, tradicionalmente, refere-se às populações indígenas denominada equivocadamente como *selvagens*. O uso sempre foi preconceituoso para significar algum evento de qualidade negativa da sociedade. A sua utilização será sempre uma atitude preconceituosa e discriminatória, portanto, indevido. Além disto, as populações indígenas merecem respeito, pois por trás dessas “comunidades” existem mais anos de história do que a própria brasilidade a qual pertencemos.

O segundo termo, *terrorismo*, é bastante complicado. A comparação do crime com os atos terroristas, expões quase 1 milhão de pessoas aos atos e desmandos de autoridades que vêem a ação policial como a única saída. Além disso, a comparação é inadequada, pois as pessoas são levadas a entender que *terrorismo* não é necessários vínculos políticos ideológicos, o que não encontramos em nenhuma “organização” criminosa, capitaneada por indivíduos que, em geral, não pode ser considerados como tal. *Terrorismo* é um exagero, como também outros utilizados para matizar situações correlatas: guerra civil, estado paralelo/poder paralelo etc.

Usamos este espaço para apresentar o nosso protesto e nos congratular com a maior parte (sem exagero, quase todos favelados que vivem nas “comunidades” pobres no Rio de Janeiro e pelo Brasil todo).

PRIMEIRA PARTE

**A PRODUÇÃO DA “INVISIBILIDADE” DOS AFRODESCENDENTES E AS
REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO IMAGINÁRIO INSTITUÍDO NA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Capítulo 1

A criação da sociedade e do indivíduo no contexto da instituição imaginária: a produção da “invisibilidade” dos afrodescendentes

As representações constituídas pelo imaginário social são produzidas de acordo com as práticas exercidas por cada grupo de interesse. Essas representações servem àqueles que majoritariamente são os produtores dos discursos. Em geral, o conhecimento que se origina nesse discurso não é distribuído de forma equitativa entre todos os membros que participam dessa sociedade. Visto assim, o discurso cumpre o papel de assentar na sociedade valores e signos que levam os indivíduos a se acreditarem emissores das mensagens, mas, de certa maneira, apenas uma pequena parcela tem essa função, enquanto a maioria é levada a acreditar que, além de emissora dos discursos, é parte ativa dessa mesma sociedade.

A *raça*, força motriz dos estudos do início do século XX, fixou, no imaginário instituído, valores que fizeram a sociedade acreditar que as diferenças entre os indivíduos eram biologicamente intransponíveis. Todo discurso precisa ser fundamentado. A questão étnico-racial brasileira não foi diferente e buscou o seu lastro na *crença* de que negros e brancos eram diferentes, fosse pela concepção da ciência (demonstrada pelos postulados biológicos), fosse pela criação divina.

A desqualificação dos descendentes de africanos segue os pressupostos desenvolvidos na Europa, valorizando os que tinham a origem vinculada ao continente como portadores de uma sociabilidade que não podia ser encontrada em nenhum outro grupo social. Dessa maneira, de acordo com a aparência, ser negro representaria ter pouca aceitabilidade no seio da sociedade nacional, fundamentalmente pela condição de escravos em que se encontravam desde o século XVI, constituindo-se como dos elos frágeis do sistema social.

Por outro lado, existe a tendência de os grupos “subalternos” aceitarem o discurso formulado por aqueles que detêm o maior poder de informação, visto que não há consciência de que a subalternização amplia o preconceito e a discriminação dos que são hierarquicamente

considerados inferiores. Em geral essa inferioridade tem um componente que valoriza o fenotípico dos segmentos majoritários. Dessa maneira, o arranjo cria nos grupos que sofrem preconceitos e discriminação o “desejo” de se tornar iguais aos produtores do discurso. O exemplo emblemático dessa situação é a criação do termo “pardo”. Ele serviu, politicamente, para aumentar o contingente de brancos na sociedade brasileira, que de uma incômoda situação de minoria, passa a dominar o cenário ostentando agora a maioria com a incorporação desse novo contingente. A existência de “pardo” só teve sua legitimidade aceita à medida que aqueles que são considerados brancos necessitaram tornar-se maioria.

Esta parte do trabalho visa discutir quais são as bases em que foram assentados os “saberes” sobre *raça e etnia*, e as possibilidades analíticas que são oferecidas pelo discurso étnico-racial na contemporaneidade brasileira. De outra forma, se se compreender a geograficidade que pode ser aprendida das relações sócio-espaciais tendo em vista que grande parte desse conhecimento tem, na própria cidade, a sua base espacial.

1.1) O sistema simbólico e a formação de identidade sócio-espacial

O estudo da semiótica, seguindo a tradição aristotélica, tem nos escritos agostinianos a sua melhor tradução. Apesar do tempo transcorrido desde então, essa abordagem continua presente até os dias de hoje. “Neste sentido, quando se dá à palavra “signo” um sentido genérico, de modo a englobar o de símbolo (e que conseqüentemente o especifica), pode-se dizer que os estudos sobre o símbolo tratam da teoria geral dos signos” (TODOROV, 1996, pp. 9-10). Diz o autor, apoiado nessa tradição, que “a palavra é o signo de uma coisa quando pode ser compreendida pelo ouvinte e, conseqüentemente, pelo locutor” (*id. ibid.*, p. 37). E ressalta ainda:

O mundo divide-se em signos e coisas, segundo o objeto da percepção tenha um valor transitivo ou não. A coisa participa do signo como significante, não como referente (...). É pelos signos que aprendemos as coisas (...). A articulação dos signos e das coisas é resultante da articulação de dois processos, usar e fruir. Com efeito, essa segunda distinção situa-se no interior das coisas; porém as coisas que devem ser usadas são transitivas como os signos, e as coisas³⁰ que se fluem, são intransitivas” (...) Todo signo também é uma coisa, sem o que ele não seria nada (...).

³⁰ Sobre a distinção entre coisa e objetos, veja SANTOS (1996).

Não se [deve atentar] mais para que as coisas são, mas ao contrário, para os signos que elas representam, isto é para o que elas significam (...). Entre os signos, uns são naturais e outros, intencionais. Os signos naturais são aqueles que, sem intenção nem desejos de significar, dão a conhecer, por si mesmo, alguma coisa a mais diferente do que são em si. Os exemplos de signos naturais são: a fumaça para o fogo, o rastro do animal, a fisionomia humana. Os signos intencionais são aqueles que todos os seres vivos criam entre si para mostrar, tanto como possível, os movimentos da sua alma, isto é, tudo o que sente e pensam. Os exemplos (...) são, sobretudo, humanos (as palavras); porém a eles se ligam também os gritos dos animais, anunciando a presença de alimento ou simplesmente o emissor de signos³¹ (*id. ibid.*, pp. 41-2; 47-8).

Um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de *toda* referência do real. Enfim, nada permite determinar as fronteiras do simbólico, pois todo simbolismo é diacrítico ou age “por diferença”: um signo só pode emergir como signo sobre o fundo de alguma coisa que não é o signo ou que é o signo de outra coisa. Mas isso não permite determinar concretamente por onde deve passar a fronteira, o limite signitivo. O simbolismo não pode ser neutro nem totalmente adequado, primeiro porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos. Mas, paradoxalmente, o simbolismo também é visto como simples revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, da “verdadeira substância” de relações sociais, que nada acrescenta ou diminui. A sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição não é “livre”. Ela também deve tomar sua matéria no “que já existe” (CASTORIADIS, 1986, pp 142-6). Portanto, a vida contemporânea é tomada sempre pela história pessoal e coletiva, pela produção de objetos novos e pelos objetos preexistentes. Fazer e refazer a vida de forma contínua, ou melhor, um processo.

Pierre BOURDIEU (1989, pp. 8-10) aponta que a tradição neo-kantiana trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência, como instrumento de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como “formas simbólicas”, reconhecendo-os como o “aspecto ativo” do conhecimento. Nessa linha, observa o autor que, os “sistemas simbólicos”, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social). Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: como instrumento de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

O domínio do simbolismo das instituições não colocaria, portanto, problemas essencialmente diferentes do domínio da linguagem (abstraindo no momento sua “carga”

³¹ Para outras discussões sobre signos, veja SARTRE (1996, pp. 38-56), que apresenta uma posição oposta à que foi aqui exposta.

material – classes, armas, objetos etc.) se não existisse outra coisa. Um simbolismo é dominável, salvo na medida em que se remete, em última instância, a algo que não é *simbólico*. O que ultrapassa o simples “progresso na racionalidade”; o que permite ao simbolismo institucional não se desviar passageiramente, para logo ser retomado, mas sim automatizar-se; o que, finalmente, lhe fornece seu suplemento essencial de determinação e de especificação não faz parte do símbolo. (CASTORIADIS, *op. cit.*, pp. 153-4)

O imaginário deve utilizar o simbólico não somente para “expressar-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais. O simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é. É, finalmente, a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem. A influência do imaginário (formar imagem sobre o símbolo – signo): o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um “representa” o outro. Mas é somente nas etapas muito desenvolvidas do pensamento racional lúcido que estes três elementos (o significante, significado e seu vínculo *sui generis*) são mantidos simultaneamente unidos e distintos, numa relação ao mesmo tempo firme e flexível. O simbolismo comporta, quase sempre, um componente “racional-real”: o que representa o real ou o que é indispensável para pensar ou para agir. Mas esse componente é tecido inextricavelmente com o componente imaginário efetivo – e isso coloca, tanto para a teoria histórica como para a política, um problema essencial (CASTORIADIS, *id. ibid.*, p. 154-5). Sobre a “invenção” se fazendo “real”, a história que permaneceu “verdadeira” durante mais de dois séculos, com a chancela das camadas dominantes, diz respeito à invenção dos sistemas simbólicos que lastrearam, por exemplo, o “mito fundador brasileiro”.

O *mito* (*mythos*), para Marilena CHAUI (1996, p. 9), é entendido como a “narração pública de feitos lendários da “comunidade””, ou em seu aporte antropológico, “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Para entendermos melhor a questão do “mito fundador”³², a autora encontra a seguinte solução:

Se também dizemos mito *fundador* é porque, a maneira de todo *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à realidade e impede lidar com ela. *O mito fundador, então, é aquele que não cessa de encontrar*

³² Mito fundador contrapõe-se à expressão “pais fundadores”; para uma leitura mais aprofundada, veja John H. FRANKLIN (1999).

novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (p. 9; destaque no original).

Como parte da invenção do mito fundador é posterior à recriação da identidade nacional, ele também pertence à instituição imaginária da sociedade. Para CASTORIADIS (1986, pp.154-160), a instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, em que se combinam proporções e relações variáveis. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando-lhe comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-a das outras classes. Para a integração *fictícia* da sociedade, em seu conjunto, há uma desmobilização, conseqüência da *falsa consciência* de classes dominantes que busca a sua legitimação na ordem estabelecida por meio da consignação das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

Pensando na correlação entre *mito*, conceito recém exposto, e fatores culturais, acrescida da combinação de vários componentes sociais que envolvem as questões políticas, em conjunto com as questões espaciais, transversalmente encontramos um elemento que nos coloca frente a um problema de difícil solução: a instituição imaginária ligada à “democracia racial brasileira” ou, em sua versão mais contemporânea, o “racismo cordial”³³. A primeira expressão é atribuída a Gilberto FREYRE (1968a; 1968b), embora existam dúvidas razoáveis quanto a essa autoria, devido à impossibilidade de localizar na obra gilbertiana³⁴. O certo é que tal instituição imaginária pode ser colocada no âmbito das invenções que fundam a história, o mito fundador recriado, merecendo e esperando do “outro” um comportamento passivo para a sua manutenção, bem como a cordialidade existente na identidade nacional, que CASTORIADIS (1986) denomina “situação infantil”, ou, aproximando-se da denominação utilizada em VIANNA (1997) que apoiando-se em Gramsci, fala em “revolução passiva”. Para efeito de ilustração denominando o primeiro sentido, vejamos o ocorrido em 1995, relatado, por Fernando RODRIGUES (1995, pp. 20-1), que coletava então um depoimento para a Folha de S. Paulo: uma diretora de escola pública do interior paulista foi acusada de práticas racistas, fato que resultou em rumoroso processo que a levou às “barras” dos tribunais. Julgada e, posteriormente, absolvida, ela recebeu apoio de parte significativa da “comunidade” escolar. Rodrigues ressalta, entretanto, que, no decorrer da entrevista, ao ser perguntada: “Não seria o caso, hoje em dia, de as pessoas tomarem cuidado com aquilo que dizem, quando um branco e um negro estão discutindo?”, a diretora respondeu:

³³ Título de uma publicação da Folha de São Paulo que retrata uma longa pesquisa de opinião sobre o comportamento do brasileiro frente às questões do racismo (Racismo Cordial, São Paulo, Folha de São Paulo/Datafolha, 1995).

³⁴ O período onde está expressão foi mais bem definida será abordado de maneira direta na Parte 2, Capítulo 2.

Principalmente o branco. Mas precisaria acabar com isso, porque gera animosidade, a raiva. Você já viu algum português te processar? Algum judeu te processar porque você contou uma piada? *E o que tem de repertório burro ... É isso que quero: que a criança preta tenha o espírito do português. Ele não se sente, no fundo, inferior: dá risada*” (RODRIGUES, 1995,20-1; o destaque é nosso).

Não estamos dizendo que os afrodescendentes, considerados no imaginário instituído como o Outro – assim como, guardadas as devidas proporções, os turcos para os alemães, os afro-americanos para os eurodescendentes americanos, ou os índio-descendentes para a “comunidade” de hispânicodscendentes na medida em que permanecem em uma posição conformista (o que não verdade para todos os grupos acima citados) menos direitos conquistam e não transformam os fatos em questões de âmbito político; mas, se pensarmos na atuação da religião, salvo algumas poucas exceções, sobretudo aqueles que usam a religião como instrumento político, como os mulçumanos que buscam respostas no mundo, deixando a transcendência para o pós-morte, as demais pessoas que estão envolvidas, sobretudo àquelas enquadradas na renovação pentecostais e carismáticas, para ficarmos apenas nessas duas, são levadas a um estado de letargia política, pois os problemas não são transformados em questões politizadas no interior da própria coletividade. A situação infantil, além de guardar proximidade com a “revolução passiva”, também tem a sua correspondência com os “problemas urbanos primários”, pois, de certa maneira, as populações envolvidas no estado de segregação³⁵/ racismo detêm pouca organicidade³⁶ no interior da estrutura social, enfrentado ainda o problema da informação, que lhes chega a partir do discurso que é produzido pelos grupos dominantes, uma exterioridade ao mundo do segregado que, ao mesmo tempo, sofre com o racismo.

Quanto ao desejo de participação, ele pode ser oculto pela desarticulação do Outro, despolitizando sua ação, até torná-la apolítica. Nesse caso, podemos enquadrar tal postura como uma situação infantil, que se constitui em uma relação dual, a fantasia da fusão – e dessa forma, é a sociedade atual que infantiliza constantemente o mundo, em decorrência da fusão do imaginário com entidades irreais (CASTORIADIS, *op. cit.*, p. 115).

Que muitas pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no mundo já é fartamente sabido, porém, quando assistimos a eventos dessa magnitude, nos horrorizamos. No Brasil, olhamos para as áreas de maior incidência de pobreza, como a clássica pobreza do semi-árido nordestino,

³⁵ A segregação em sua acepção teórico-conceitual é posta em dúvida quanto à aplicabilidade na estrutura espacial urbana no Brasil por Pedro de A. VASCONCELOS (2003). Concordamos, em parte, com tal entendimento, mas apresentaremos algumas argumentações distintas do autor na Parte 2, Capítulo 3.3.

³⁶ Estamos considerando relacional o termo organização. O fato de uma estrutura social se dizer organizada não significa que todos os membros se encontrem no mesmo nível de organização. Além do mais, para que uma estrutura social se afirme organizada é necessária a comparação com outra estrutura de mesmo tamanho, densidade de relações, tempo de existência etc. Nesse sentido, uma estrutura social qualquer nunca pode ser considerada desorganizada ou sem história, ou algo do gênero.

mas, em geral, nos esquecemos de que no Sudeste, onde a concentração de renda é maior, parte significativa da população vive em condições de pobreza absoluta: nas favelas e nos loteamentos das grandes cidades, por exemplo. A situação de infantilização instaura-se quando convencem os mais pobres (e acabamos nos convencendo) de que o problema sempre foi um não-problema, com justificativas que transcendem o conhecimento do outro em função de sua pouca organicidade interna, pois, quando transcendem seu universo, despolitizam as ações.

Operando em um campo ainda não muito bem estabelecido, mas que se poderia, de certa maneira, associar ao movimento de *contracultura*, formulado por volta de 1960, encontram-se os princípios da politização da ação. De outra forma, de maneira tênue, pode ser localizado em décadas anteriores, sem que a influência tenha um padrão estabelecido de comportamento que ultrapassasse as fronteiras de São Paulo e do Rio de Janeiro. o *mito* que se recria e que se retroalimenta das próprias práticas sócio-espaciais tendo como um dos seus principais elementos a mesma situação infantil, a despolitização da ação. Escreve BOURDIEU (*op. cit.* p. 125) que:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce têm em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer.

O autor localiza tal fato justamente no elemento que funciona como “desprovedor” dos valores da auto-estima, do *estigma*. O *estigma* produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, como postura de se auto-reconhecer publicamente na “situação de estigmatizado”, reconhecendo também que existem algumas desvantagens sócio-espaciais impostas ao grupo de que se faz parte. A reivindicação pública do estigma constitui-se assim em emblema – segundo o paradigma “*black is beautiful*” – e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização (BOURDIEU, *id. ibid.*, p. 125).

Por outro lado, quando há politização do tema – como a questão das “cotas”, que trata do ingresso de afrodescendentes nas universidades públicas, ou aquelas que tratam das concorrências públicas, visando à preferência de pessoas e de empresas comandadas por membros desse grupo social em concorrências públicas para prestação de serviços ao governo por este grupo social (ferramentas das políticas de ação afirmativa) – as críticas não são bem calibradas, elas perdem sua dimensão histórica, pois só é visto por sua ação imediata. Uma vez descontextualizada a situação, fica fácil criar adversários, pois parece ser apenas o

privilegiamento de um determinado grupo em detrimento da maioria da população. Visto desta forma, apresentada pelos meios de comunicação mais influente do país, os críticos da ação afirmativa acreditam que as posições adotadas sobre as cotas sejam indefensáveis.

Obviamente, essa não é a melhor alternativa para reduzir as desvantagens entre eurodescendentes (ou, melhor, os que se autodeclaram brancos) e afrodescendente (os que se autodeclaram pretos ou pardos), mas, de maneira prática, é um ponto de partida para a abordagem do assunto. Essa questão, além de mexer de maneira clara com as práticas estabelecidas, também põe a real dimensão do problema, ou seja, o mérito é a capacidade de ocupação dos bancos universitários ou existem motivos que levem o “Outro” (afrodescendentes) a sair da subjetividade, transcendentalidade da religião, por exemplo, para constituir uma práxis que representa uma ocupação real na sociedade brasileira? Queiram ou não, criou-se um fato político, que terá que ser enfrentado pela sociedade brasileira. Por outro lado, a geografia, afeita às questões tanto espaciais como sociais, terá que constituir uma agenda de discussões em que as questões étnicas ocupem, junto com outros temas importantes, um lugar de destaque, pois é incontestável que esse tema atravessa quase todos os estudos ligados às cidades, além de envolver a apropriação do espaço agrário.

A estigmatização, com toda a sua carga sócio-histórica e espacial, necessita para sua concretização, que seja, ao longo do tempo, recriada de acordo com o *magma* instituído pela sociedade em questão, como ensina CASTORIADIS (*op. cit.*). A atualidade, como elemento presente no cotidiano, é de difícil apreensão, ainda mais quando a tradição tem a prática como um fator natural no contexto das relações sociais. Nesse sentido, o “mito fundador”, tratado acima, é revivido com estranhamento por quase toda a sociedade, não se reconhecendo que a repetição é uma estratégia de duas entradas. Se, por um lado, a falta de reconhecimento do problema gerado pelas desvantagens sociais deixa de ser politizado, por outro lado, aceita-se o fato de que a *desorganização* é inerente às camadas populares, em que se encontra a maior parte dos pobres urbanos. Dessa maneira, o espaço de moradia e a população confluem para reafirmar a superioridade de um grupo sobre outro, potencializada pelas questões raciais, regionais, bairristas, religiosas, entre outras excrescências sociais.

A relação entre o tempo e o espaço pertence ao sistema simbólico, levado a efeito pelas práticas sociais oriundas das afinidades inter e intragrupos que são postas de maneira hierárquica em quase todas as partes do mundo e em quase todos os tempos. No Brasil, de certa maneira, a sociedade produziu a “invisibilidade” dos grupos sociais considerados “subalternos”: os afrodescendentes, delineados a partir dos elementos étnico-raciais do negro e do pardo.

A produção de “invisibilidade” não deve ser lida como incapacidade do outro em se adaptar, mas como negação da própria história. Dessa maneira, a sociedade e o indivíduo são inseparáveis, constituindo entre eles uma relação de retroalimentação, o que possibilita que a existência de uma e outra tenha ligações visíveis. A instituição da sociedade é compreendida a partir de normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas (enquanto imagem e pensamento destas coisas) e de fazer coisas (enquanto práxis), conforme indica CASTORIADIS (1987, 229).

Homens e mulheres, por exemplo, podem ser regidos pelas mesmas normas ou ter estatutos sociais diferenciados, tornando-os diferentes entre si. Porém, ao mesmo tempo, podem gerar outras circunstâncias distintas: se por um lado, pode acontecer a “situação infantil”³⁷, em que os indivíduos em desvantagem são levados à passividade, à conformação, reproduzindo as condições predeterminadas pela tradição (CASTORIADIS 1986, pp. 114-5), por outro lado, os indivíduos podem estabelecer uma relação de conflito, reconhecendo as atitudes que causaram problemas e, ao mesmo tempo, reconhecendo os elementos que fomentam a liberdade, a autonomia, onde os problemas ganham a dimensão política. A ignorância em que os indivíduos são lançados resulta em passividade, em conformação, mas ao contrário, no mundo de liberdade, os indivíduos são levados em direção aos direitos, construindo-se então o estado de autonomia.

As políticas públicas em todos os campos da sociedade fornecem tais elementos. Nesse contexto, as intervenções no espaço como elemento de política pública podem ser responsáveis, se reconhecidas como tal, pela letargia e passividade de indivíduos ou segmentos sociais inteiros, ou podem ser responsáveis por uma organização que os leve à busca dos direitos. Há que considerar também as variáveis do tempo; pois as desvantagens sociais podem ser conformadas ao longo de gerações, sendo as injustiças “naturalizadas” pela ausência do conflito.

O conjunto de fatores apresentados acima influencia o imaginário dos indivíduos, tanto na fragmentação/segmentação do tecido sócio-espacial, na segregação ou auto-segregação como na conduta social, sobretudo no que diz respeito às questões que envolvem os problemas referentes às desigualdades étnicas³⁸. Para começarmos essa abordagem, torna-se necessário entender alguns conceitos fundamentais, como *liberdade*, *heteronomia*, *autonomia* etc.

³⁷ Segundo Castoriadis, a situação infantil diz respeito à vida que nos é dada, mas, também, à lei, que é dada sem nada, sem mais, sem discussão possível. Quem permanece na situação infantil é o conformista ou o apolítico, pois aceita a lei sem a discutir e não deseja participar de sua formação (1986, p. 115), ratificando o estado de heteronomia do sempre foi assim.

³⁸ A discussão sobre etnia e suas derivações será mais bem observada a partir do Capítulo 2.

1.2) Heteronomia (mais) e autonomia (menos): elementos para a discussão da “invisibilidade” social dos afrodescendentes na sociedade brasileira

A instituição da sociedade produz indivíduos conforme as suas normas, e esses indivíduos, por sua vez, a reproduzem. A lei, as normas e os valores produzem os “elementos” de tal modo, que o próprio funcionamento desses “elementos” incorpora e reproduz – perpetua – a “lei”, as normas e os valores (CASTORIADIS, 1987b, p. 230). Entretanto, o autor critica a visão reprodutivista da sociedade e argumenta que mediante o potencial criativo de homens e mulheres, há possibilidade de, no seio de uma sociedade instituída, serem produzidos valores que ratifiquem a liberdade, a autonomia, como também podem ser produzidos/criados signos e valores que ratifiquem uma pseudoliberalidade. Essa, por sua vez, alimentará uma pseudo-autonomia, abrindo caminho, sobretudo a partir da crescente individualidade, para criar, produzir, recriar e reproduzir os valores heterônomos ou uma crescente falta de liberdade. Nesse sentido, tornar ação uma ação política no contexto da “questão urbana” é fugir da conformação – a pseudoconsciência que não gera ação é veículo para a falta de organização na estrutura social, que leva: aos “problemas urbanos primários”³⁹, entre os quais podemos encontrar elementos ligados ao racismo, ao bairrismo, ao regionalismo, à xenofobia etc.

Assim, não se deve tomar uma sociedade apenas por um conjunto monolítico de normas, valores, instrumentos, apesar de se manter um bem maior, que é a própria língua, visando àquilo que é um bem nacional, a sua própria unidade. Ainda que seja considerada um dos fatores iniciais de heteronomia entre os diferentes grupos sociais, a língua possibilita também o domínio de um grupo sobre o outro, pois o domínio dos códigos que são inerentes à própria língua permite que tais grupos configurem os códigos, firmando então os discursos que alcançam, de uma maneira ou de outra, todos os grupos sociais, que, sem dúvida, ratificaram o controle destes sobre aqueles. No caso brasileiro, como afirma Darcy RIBEIRO (1996), apesar de mais de um século transcorrido, o domínio dos códigos lingüísticos permite ainda um certo controle dos segmentos dominantes sobre aqueles que estão fora dessa esfera social. Estes últimos são elementos que provocam e mantêm a desarticulação no interior da sociedade.

³⁹ Sobre os “problemas urbanos primários”, veja Souza (2000: pp. 46-7).

Nas sociedades em que parte da população é privada das liberdades primárias, aquelas consagradas como básicas para a vida, a desarticulação é condição essencial para que exista o domínio de um grupo sobre o outro. Em geral, a ausência de liberdade pode ser explicada pelas condições históricas em torno das desigualdades sociais em diversos setores da vida pública e privada dos “cidadãos”.

Na sociedade brasileira, encontram-se elementos que consagraram, para além dos códigos lingüísticos, a desarticulação entre os diversos segmentos sociais. Uma dessas possibilidades diz respeito aos signos e valores forjados no sistema escravocrata que, de certa maneira, foram mantidos pelas formas sutis de discriminação étnica ao longo de vários períodos republicanos.

Apesar da proximidade entre o sistema escravagista produzido no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo, no Brasil, a partir da Abolição, a discriminação, com componente étnico, foi operada em campos distintos do modelo norte-americano. Nos Estados Unidos, a discriminação étnica é seguida de forte aparato segregacionista, baseada em fortes políticas de planejamento que buscaram separar os negros dos anglo-descendentes, como já apontavam de maneira direta ou não alguns autores, como McKENZIE (1948), que traçava um paralelo entre o crescimento urbano e a segregação; PARK (1948), que dirá ser o fenômeno da segregação residencial resultado da competição, entre os agentes econômicos pela melhor localização no espaço urbano; ou, ainda, GRIER & GRIER (1968) ou SOJA (1993) quando tratam do crescimento da segregação dos negros em Los Angeles, ocasionando conflitos urbanos incontroláveis.

Na sociedade brasileira essas condições não são objetivadas pela separação explícita, mas apenas por ações que ganham explicações nas condições de saúde pública, risco ambiental e quicá até mesmo risco à segurança pública. Portanto, as condições de avaliação e a constatação desses elementos tornam difíceis sua percepção, porque os argumentos iniciais são complicados de ser objetivados, implicando, na maioria das vezes, a “invisibilidade” dos afrodescendentes, subsumidos no contexto das políticas públicas, reafirmando os valores impostos pela desarticulação social.

Essas práticas, ao longo do tempo, são cristalizadas e levam tanto o planejamento e os planejadores como a própria sociedade, incluindo nesse contexto os moradores dos espaços segregados, a criar signos e valores que os façam acreditar que, dada sua permanência na história, elas sempre existiram, não merecendo nenhuma contestação por parte daqueles que as sofreram. Por isto, a condição de segregados não ganha a dimensão que deveria ter, pois o que está sendo feito é um “favor” para a população ali localizada. A condição de alvo da *segregação*

*induzida*⁴⁰ permanece como uma questão não politizada pela população, respaldada, de certa maneira, pelos discursos que se produzem sobre o tema. Portanto, a tendência é tornar-se ausente da agenda das questões urbanas, só constituindo problema para os estudiosos do tema.

Historicamente, os espaços das favelas têm forte presença de afrodescendentes, os negros e pardos, em função do descompasso de todas as políticas públicas existentes entre o final da escravidão e a consolidação da República. A espacialização dos afrodescendentes, em contexto restrito à pesquisa, tem as seguintes características: se tomarmos a autodeclaração, nas três “comunidades”, independente da área pesquisada, esse segmento prevalece em todas, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Morro Pau Bandeira e Serrinha segundo a autodeclaração de cor, 2004

Autodeclaração segundo a de cor ou raça	População por grupo de 10 habitante			
	Chapéu Mangueira	Pau Bandeira	Serrinha	Total entre as 3 “comunidades”
Preta	5	5	5	5
Parda	1	1	3	2
Mulata	0	0	0	0
Branca	2	1	1	1
Morena	1	3	0	1
Indígena	0	0	0	0
Amarela	0	0	0	0
Total	10	10	10	10

Fonte: Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004

* O Morro Pau Bandeira será doravante tratado apenas como Pau Bandeira

Como podemos observar, a estrutura de dados dos bairros do Leme, Vila Isabel e Madureira se mostra diametralmente oposta às “comunidades” estudadas. A primeira estrutura, a dos bairros, é totalmente favorável aos autodeclarados da cor ou raça branca (ver Anexo 2). Por outro lado, as “comunidades” apresentam uma prevalência dos autodeclarados da cor ou raça preta e parda (mais a variável mulata), perfazendo o conjunto de afrodescendente. Nas três comunidades, os autodeclarados da cor preta ou parda, segundo os dados apurados constituem a metade, totalizando 5 pessoas em cada grupo de 10. Somando aos pardos e mulatos, chegamos a: 6 em 10 no Chapéu Mangueira e Morro Pau Bandeira; e 7 em 10 na Serrinha. Já no bairro, encontramos a seguinte espacialização: no Leme, bairro da Zona Sul da cidade, 8 em 10 se autodeclararam da cor ou raça branca; em Vila Isabel (pertencente á grande Tijuca), 7 em 10 se

⁴⁰ A segregação induzida, de forma geral, condiz com a situação de milhares de pessoas que vivem em cidades contemporâneas sem ter escolhido seus lugares de moradias, e que, em larga medida, contrapõe-se a auto-segregação, segundo a qual as pessoas optam, de acordo com o nível de renda, pelos lugares segundo as suas conveniências. Esta dinâmica acaba gerando uma apropriação espacial específica por grupos sociais também distintos.

autodeclararam da cor ou raça branca. A situação de Madureira se mostrou equilibrada, onde 5 em 10 se declararam em ambas as designações (preta/parda e branca)

Quanto a mobilidade residencial nas três comunidades é variável como é demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo a origem, 2004

Situação	Chapéu Mangueira	Pau Bandeira	Serrinha
Própria “comunidade”	8	6	7
Outra “comunidade”	0	1	1
Outro bairro	1	0	1
Outro município	0	0	0
Outra unidade da Federação	1	3	1
Total de entrevistados	10	10	10

Fonte: Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004.

*Os resultados da pesquisa direta não têm significação estatística, por isso não podem ser expandidos fora do contexto analisado.

A maioria dos entrevistados nasceu e sempre viveu na própria “comunidade”, ou seja, 8 em cada grupo de 10 pessoas na favela Chapéu Mangueira tem esse perfil. Quando examinamos as pessoas que tiveram alguma mobilidade, *com origem em outro bairro*, encontramos 1 em cada 10 que fez o movimento intra-urbano. Esses números são repetidos quando observamos aqueles que vieram de outra unidade da federação. Por outro lado, no bairro do Leme a migração é igual a 1 por cada grupo de 10 (Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; pesquisa direta, 2003/2004)

No Pau Bandeira a mobilidade residencial também é baixa em relação à própria cidade. Em cada grupo de 10 pessoas entrevistadas, 6 sempre moraram na própria “comunidade”; 1 veio de outra comunidade; e 3 vieram de outra unidade da Federação. Nesse caso, assim como no Chapéu Mangueira, a origem da migração é nordestina. Portanto, é o segundo contingente mais importante encontrado nas favelas visitadas. Comparada à favela do Pau Bandeira com o bairro de Vila Isabel, encontramos para essa variável a seguinte relação: menos de 0,5 de 10 ocorrência dos dados apurados pelo Censo 2000 (0,413 por cada grupo de 10) migrou de outra unidade da Federação para o Rio de Janeiro nos últimos 10 anos). Isso resulta que, em cada grupo de 30 pessoas, 1 chegou na cidade no período apurado (Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; pesquisa direta, 2003/2004).

A mobilidade residencial da Serrinha é maior e mais bem distribuída. 7 entre 10 pessoas sempre viveram na própria “comunidade”; 1 entre 10 veio de outra favela (não especificamos no roteiro de entrevista se a mobilidade seria dentro do bairro ou de outro lugar da cidade); 1 em 10 veio de outro bairro. Portanto 9 em 10 entrevistados sempre viveu na cidade do Rio de Janeiro, mostrando que a mobilidade intra-urbana não é elevada. Por outro lado, 1 em cada grupo de 10 entrevistados veio de outra unidade da Federação. Segundo a apuração, como encontrado nas outras duas favelas, a origem da migração foi nordestina. Esse índice é muito maior do que aquele encontrado no bairro de Madureira, representando 0,225 em cada grupo de 10, ou seja, em cada grupo de 50 pessoas 1 veio de outra unidade da Federação (Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; pesquisa direta, 2003/2004).

Como podemos observar, tanto os dados do Censo 2000 como a pesquisa campo apontaram situação semelhante, mostrando pouca mobilidade residencial nos bairros e nas comunidades. Alias essa já era a tendência do Censo de 1991, como podemos observar nas estatísticas oficiais (Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1993/94)

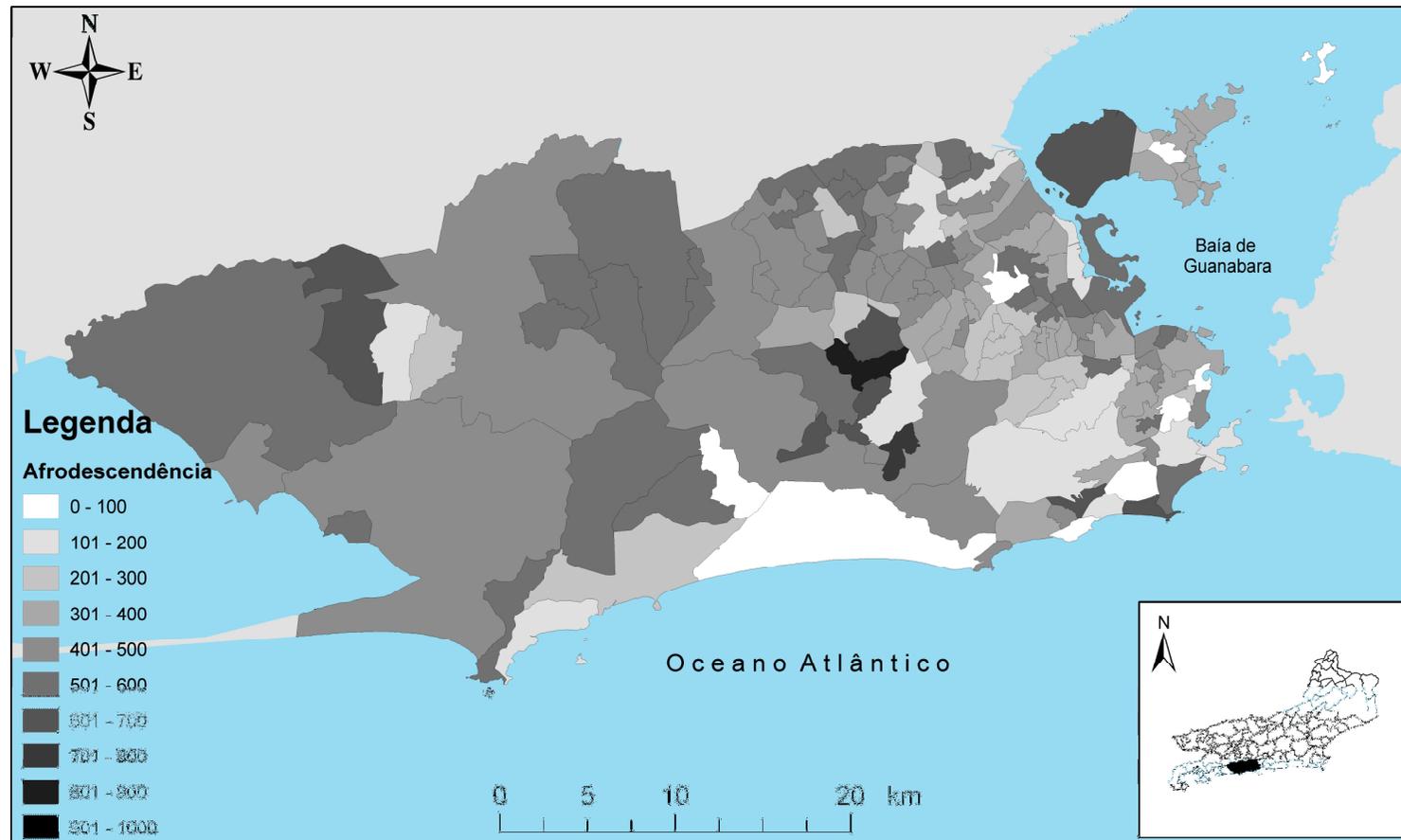
Não se pode negar que existem algumas diferenças na apropriação dos espaços da cidade, tendo em vista que em alguns bairros há a prevalência de autodeclarados da “cor” ou “raça” branca, e em outros, predomínio de pretos e pardos. Também não podemos atribuir ao acaso o fato de que os bairros de maior valorização do solo urbano sejam os que concentrem os primeiros, e, à medida que o preço da terra perde valor o contingente de pretos e pardos começa a ganhar maior representação espacial até passar a ser maioria da população nessa parte da cidade. O Anexo 2 mostra que os bairros do Tanque, Anil, Pechincha, Freguesia, Gardênia Azul, Cidade de Deus, Praça Seca, Taquara (todos na grande Jacarepaguá); Inhoaíba, Paciência, Santa Cruz etc. (Zona Oeste); e Vigário Geral, Jacaré, Pavuna, Acari etc (Zona Norte) são os que apresentam maior concentração de afrodescendentes (pretos e pardos), variando entre 577 e 886 habitantes para cada grupo de 1.000 pessoas. Obviamente, se pensarmos na dimensão de acúmulo de investimento ao longo do tempo em infra-estrutura técnica e social, são também os menos beneficiados por ação de planejamento urbano.

Na outra ponta, os bairros da Lagoa, Barra da Tijuca/Joá, Humaitá, Leblon, Gávea, Laranjeiras/Cosme Velho, Ipanema/Vidigal, Flamengo, Maracanã, Copacabana, Grajaú, Jardim Botânico, Botafogo/Urca entre outros são os que mais concentram estoques populacionais que se autodeclaram da cor branca, variando de 682 a 940 pessoas, para cada grupo de 1.000

habitantes⁴¹. O Mapa 2 e o Mapa 3 ajudarão a observar melhor a distribuição, segundo o indicador da “cor” ou “raça” autodeclarada, por bairro da cidade.

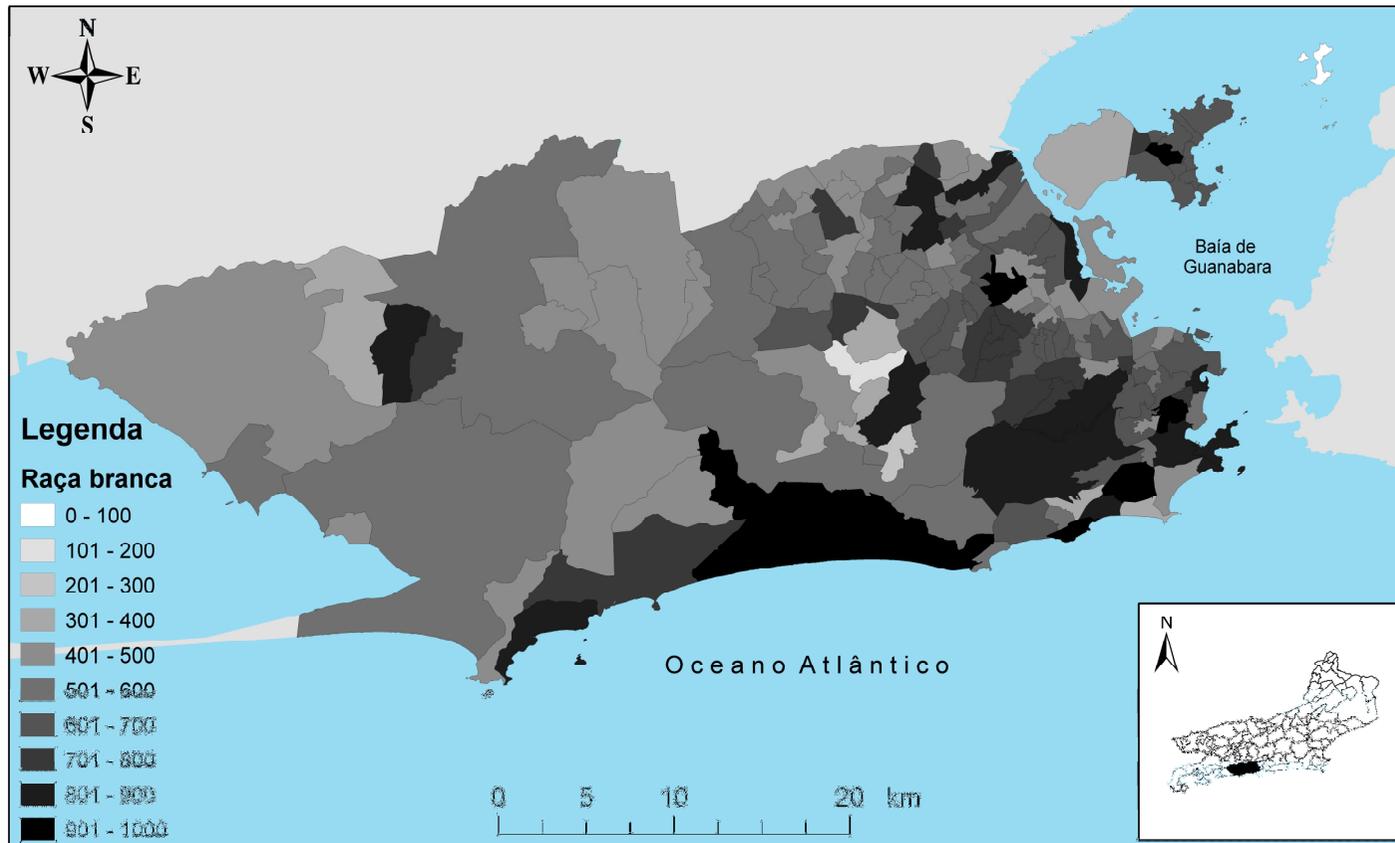
⁴¹ Por enquanto, é intenção do autor demonstrar que a distribuição de autodeclarados da cor branca é diferente daqueles que se autodeclararam como pretos e pardos no Censo Demográfico 2000. Alertamos que não existe, pelo menos no Rio de Janeiro, exclusividade espacial de nenhum grupo étnico-racial. Qualquer afirmação nesse sentido irá contra o conjunto de dados visto até aqui.

Mapa 2
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização de acordo com a ocorrência de afrodescendentes,
por bairro, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)



Fonte: Censo Demográfico, Estatísticas, IBGE, 2000
Base de Ponderação Especial do Censo, Rio de Janeiro, IBGE, 2003
Atas Escolares da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, pp. 4-10, 2000, dados organizados pelo autor e elaboração ATR

Mapa 3
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização de acordo com autodeclaração de cor ou raça branca, por bairro, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)



Fonte: Censo Demográfico, Estatisticard, IBGE, 2000
 Base de Ponderação Especial do Censo, Rio de Janeiro, IBGE, 2003
 Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, pp. 4-10, 2000, dados organizados pelo autor e elaboração ATR

A quase-ausência da participação popular no processo de implantação de infra-estruturas, em espaços de moradia, conduz a outro problema: a *liberdade*, pressuposto básico da *autonomia*, um dos princípios marcantes do desenvolvimento sócio-espacial pleno. Ao se pensar a tendência apontada pelos dados recém-apresentados, pressupõe-se a falta de liberdade de escolha, por parte dos diferentes segmentos sociais, quanto a opção pelo local que de fato querem habitar. Todavia, é necessário avaliar quais são os parâmetros que compõem a liberdade como instância da autonomia individual ou coletiva.

Na depuração do termo *liberdade*, segundo a acepção mais comum, faz com que nos deparemos com mais de duas dezenas de sentidos, o que por si só, demonstra uma tradição do tema na filosofia e nas ciências sociais; foge, portanto, do escopo deste trabalho, tratá-lo em toda a sua extensão, mas cabe explicitar seu entendimento aqui⁴². Como todo termo, esse não pode ser compreendido de forma absoluta, pois, enquanto parte do imaginário, cada palavra instituída ganha sentido pela própria existência dos discursos múltiplos, visto que a sua compreensão dependerá da maneira como os segmentos sociais transformam-no em suas *práxis*. Por exemplo, “sociedade de homens livres”, à primeira vista, sem nenhuma reflexão, faz pensar: “todos os homens são livres”, porquanto existe liberdade para todos⁴³. O termo liberdade deve pertencer à *práxis* coletiva, que sai do *campo do desejo*⁴⁴ individual para o imaginário coletivo, e deste para o campo dos desejos individuais. E, ao mesmo tempo, ela não pode ser concedida por uma lei ou norma qualquer, não importa qual seja seu alcance. A *práxis* é entendida, aqui, na acepção castoriadiana. Diz o autor que, entre a teoria e a *práxis*

⁴² Apesar de sua importância ímpar para avaliar os processos sociais, aqui liberdade é um conceito de classe essencial, portanto não deve ser avaliado como fundamental, segundo o que nos indica H. JAPIASSU (1975).

⁴³ Acrescente-se que, primeiro, se a sociedade realmente é livre, não há necessidade do rótulo, já que será vista e reconhecida por todos como uma sociedade livre; a necessidade de tal rótulo significa que existem indivíduos que não são livres ou que têm grau de liberdade diferenciado. Então, que se tenha clareza de que, pelo menos na contemporaneidade, o rótulo de “sociedade de homens livres” não passa de mera peça discursiva.

⁴⁴ O termo é usado por CASTORIADIS (1986, pp. 112-3) no sentido de “aspiração”, como base privilegiada de se buscar a realização de um projeto, como se esclarece na passagem: “Tenho o desejo e sinto necessidade, para viver, de uma outra sociedade diferente dessa que me rodeia. Como a grande maioria dos homens [mulheres], posso viver nesta aqui e acomodar-me – de qualquer forma, vivo nela. Por mais criticamente que tente olhar-me, nem minha assimilação da realidade me parece inferior ao meio sociológico. Não peço a imortalidade, a ubiqüidade, a onisciência. Não peço que a sociedade “me dê a felicidade”; sei que isso não é uma razão que poderia ser distribuída pela municipalidade ou pelo Conselho Operário do bairro [ou no caso brasileiro, pelo Programa Bolsa-família], e que esta coisa existe, somente eu posso construí-la para mim, nas minhas medidas, como já aconteceu e como ainda acontecerá, sem dúvida (...). Desejo e peço que antes de tudo meu trabalho tenha um sentido, que eu possa aprovar aquilo a que ele serve e a maneira como é feito e que me permite entregar-me a ele verdadeiramente e usar minhas faculdades, bem como enriquecer-me e desenvolver-me (...)”.

existe um saber e, como tal, “a teoria é um fazer, uma tentativa sempre incerta de realizar o projeto de elucidação do mundo. Ela pertence a um outro domínio, o do fazer, e a este modo específico do fazer que é a *práxis*”. (CASTORIADIS, 1986, p. 93). Entende ainda o autor que,

A *práxis* é este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia. A verdadeira política, a verdadeira medicina, [a verdadeira prática social], na medida em que algum dia estes elementos existiram, pertencem à *práxis*. Existe na *práxis* um por fazer, mas esse por fazer é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia do outro ou dos outros. Poderíamos dizer que para a *práxis*, a autonomia do outro ou dos outros é, ao mesmo tempo, o fim e o meio; a *práxis* é aquilo que visa o desenvolvimento da autonomia como fim e utiliza para este fim a autonomia como meio. Mas na *práxis*, a autonomia, dos outros não é um fim, ela é um começo, tudo o que quisermos, menos um fim; ela não é finita, não se deixa definir por um estado ou características quaisquer (...).[A] *práxis* jamais pode reduzir a escolha de sua maneira de operar a um simples cálculo [porque este deixaria escapar o principal fator: a autonomia].

A *liberdade* (ou melhor, as *liberdades*) na concepção de Amartya SEN (1999) opera no campo das liberdades positivas, em que haverá uma condição privilegiada do coletivo sobre o individual. Diz o autor que a visão de *liberdade* envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados, como violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis, e, mesmo assim, o que faz parte do direito individual ou coletivo é compreendido de maneira distinta, de acordo com o acúmulo de conhecimento do indivíduo singular ou mesmo coletivo. Ou, ainda, pelas oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo que desejariam, incluindo a ausência de oportunidades elementares, como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária (p. 31).

A *liberdade*, assim como a autonomia, é pensada em dois níveis: individual ou negativa e coletiva ou positiva. A *liberdade negativa*, de maneira geral, é abrigada pelos limites da autonomia individual. Esse nível de liberdade é definido como:

(...) a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com o máximo de liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe. [Nesse caso], pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos (o

que inclui as condições materiais e o acesso a informação confiáveis) (SOUZA, 2002, p. 64)⁴⁵.

Um indivíduo é autônomo quando ele está efetivamente em condição de conduzir lucidamente sua própria vida. Isso não significa que ele possa controlar a própria vida: jamais podemos controlá-la, pois não podemos controlar o inconsciente nem eliminar o fato de que fazemos parte de uma sociedade. Mas podemos criar uma relação diferente com nosso inconsciente, acreditando que somos responsáveis pela constituição das instituições que perpassam a nossa vida, e, que elas, muito mais do que herdadas, são a criação da própria sociedade (CASTORIADIS, 1987b, pp. 41-2), portanto, destituída dos elementos endógenos, e mesmo estes, quando acontecem, passam por uma depuração para sua aceitação.

Dessa forma, a *liberdade* é considerada, segundo Norberto BOBBIO (1997, p. 13), aquilo em que os homens – ou, melhor, os membros de um determinado grupo social – são ou devem ser iguais, do que resulta a característica dos membros de um determinado grupo de serem igualmente livres ou iguais na liberdade. Por *liberdade individual* entende-se a situação na qual um sujeito tem a possibilidade de agir sem ser impedido ou de não agir sem ser obrigado por outros sujeitos. A *liberdade negativa* compreende tanto a ausência de impedimento, ou seja, a possibilidade de fazer, quanto a ausência de constrangimento, ou seja, a possibilidade de não fazer. Dado que os limites às nossas ações em sociedade são geralmente postos por normas (sejam consuetudinárias ou legislativas, sejam sociais, jurídicas ou morais), podemos também dizer, como foi feito por uma longa e autorizada tradição, que a liberdade nesse sentido consiste em fazer (ou não fazer) tudo o que as leis, entendidas em sentido usual e não só em sentido técnico-jurídico, permitem ou não proíbem e enquanto tal – permitem também não fazer (*id. ibid.*, pp. 48-9).

Por outro lado, a *liberdade positiva* se constitui em um dos elementos fundamentais da *autonomia coletiva*. Esta última, segundo Souza, depende não só das instituições sociais que garantem a justiça, a liberdade e a possibilidade de pensamento crítico (o que implica a ausência de opressão “de fora para dentro” – de uma sociedade sobre outra –, “de cima para baixo” – de uma classe ou grupo social sobre outro – e de mitos ou mecanismos ideológicos que transferem a responsabilidade pelos destinos humanos da ação humana para um plano metafísico – no estilo “vontade de Deus”, “direito divino dos reis” etc.), mas também da constante formação de indivíduos lúcidos

⁴⁵ Ver ainda CASTORIADIS (1986; 1987b) e SOUZA (1995; 1997; 2000b)

e críticos, dispostos a encarnar e defender essas instituições (SOUZA, 2002, pp. 64-5). Por *liberdade positiva* entende-se – na linguagem política – a situação na qual um sujeito tem a possibilidade de orientar seu próprio querer no sentido de uma finalidade, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer de outros. Essa forma de *liberdade* é também chamada de *autodeterminação* ou, ainda mais propriamente, de *autonomia*. A primeira forma de *liberdade* é negativa porque designa, sobretudo, ausência de algo; a segunda é positiva porque indica, ao contrário, a presença de algo, ou seja, de um atributo específico de “meu querer”, que é precisamente a capacidade de se mover para uma finalidade sem ser movido. Na verdade, costuma-se chamar de liberdade também essa situação, que poderia ser mais apropriadamente nomeada autonomia, na medida em que, em sua definição, faz-se referência não tanto ao que existe, mas ao que falta, como quando se diz que autodeterminar-se significa não ser determinado (BOBBIO, *op. cit.*, p.51).

A autonomia (levando-se em conta a autonomia individual e a coletiva) possui tanto um valor instrumental quanto um valor intrínseco. O primeiro refere-se à liberdade para fazer (nesse caso sai da liberdade negativa para a liberdade positiva e desta para a negativa); já seu valor intrínseco diz respeito ao prazer do exercício da própria liberdade como valor em si mesmo.

A *autonomia* tem na sociedade e em seu imaginário instituído um aliado poderoso; na medida em que cada indivíduo deseja liberdade, a liberdade terá que ter como limite o discurso do outro, pois, se não há reconhecimento do outro, cessa toda possibilidade de liberdade, e, portanto, a própria autonomia é comprometida. A instituição da sociedade é instituição de significações imaginárias sociais que deve, por princípio, conferir sentido a tudo que se pode apresentar, tanto na “sociedade” como “fora” dela (CASTORIADIS, 1987b, p. 373).

A instituição imaginária da sociedade, apesar do aparente caos do ponto de vista dos indivíduos, não pode ser encoberta pela sociedade (*id. ibid.*, p. 374). Dessa maneira, a relação entre sociedade e indivíduo e vice-versa tem como elemento fundamental a relação com o lugar, com o território, porque tanto uma instância como a outra são resultados da ação de indivíduos em seu poder organizativo, maior ou menor, será sempre um sem fim relacional, que não se limitará à vontade desses indivíduos, mas ao sistema relacional que se impõe a todos os elementos presentes na vida dessa sociedade, levando em consideração sobretudo o tempo e o espaço.

Assim, seguindo o raciocínio castoriadiano, pensando as estruturas espaciais em tempos diferentes (quilombo periurbano⁴⁶ dos tempos coloniais/imperiais e a favela em sua versão dos anos 90), encontramos um aparente caos, percebido pelo imaginário da sociedade instituída de acordo com a sua época e no qual os indivíduos presentes nessas estruturas espaciais (quilombos e favelas) vêm representando uma ameaça constante à “ordem” estabelecida. Para além dos indivíduos, o próprio território, enquanto estrutura espacial que dissemina poder – a partir dos indivíduos ali presentes – é considerado um “espaço criminalizado” tendo em vista a própria ocupação.

A “aparente ilegalidade” e ameaça representada pelas favelas, sobretudo, neste momento de “desorganização” social e do propalado clima de “guerra civil”, como já é uso corrente em toda a sociedade, ganhou uma dimensão fatalista do ponto de vista de parte da sociedade instituída, com a suspensão parcial dos direitos fundamentais dos indivíduos (nesses ambientes quase nunca respeitados)⁴⁷, em nome de uma segurança pública que se torna, por efeitos de retórica, uma das diretrizes a serem preservadas. Apesar de neste caso, em ambas as situações, não existirem exclusividades espaciais, a presença dos afrodescendentes é marcante; o imaginário instituído por meio do sistema de signos e valores, e as representações criadas/produzidas em determinado tempo são recriadas/reproduzidas ao longo dos tempos. Algumas são deslocadas ou substituídas para que outras sejam mantidas e validadas. A figura do escravo perdeu o sentido nos dias atuais, porém permanecem vivos o preconceito e a discriminação contra os mesmos afrodescendentes e os espaços que eles ocupam: as favelas.

A discriminação e a segregação sócio-espaciais são autocriações da sociedade, sempre expressas como postulação/instituição de um *magma* particular de significações imaginárias e que escapam à determinação por ser, precisamente, autopostulação; algo que não pode estar fundado em uma razão universal nem se reduzir a uma correspondência com uma suposta reprodução do mundo. A autocriação e a autopostulação transcendem o “real”, a *práxis* quotidiana dos indivíduos, subsidiada sempre pelo imaginário social instituído dominante, perpassando, de maneira dialógica, o imaginário dos grupos socialmente dominados; estes últimos, porém, por suas práticas

⁴⁶ Para aprofundamento do tema, veja CAMPOS (2005).

⁴⁷ Veja os Princípios Fundamentais da Constituição Federal, em seu artigo 3^o, inciso III: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; e inciso IV, “promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Nova Constituição Brasileira, Sistema Jornal do Brasil, 1988, p. 7).

Esclarece-se ainda que a sensação de insegurança é maior em grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, porém não é exclusividade delas, pois nos diferentes relatos há, em menor grau, a mesma sensação (ver L. E. SOARES; MV BILL e Celso ATHAYDE, 2005).

sociais, também interferem na imaginação dos grupos dominantes de acordo com suas respostas, sejam elas no campo cultural, sejam no campo político, aceitando ou não os conflitos que possam ser gerados nesses embates que levaram, por sua vez, determinado grupo social a ser dominante ou dominados nessa relação. A significação constitui o mundo e organiza, de maneira correlata, a vida social, sujeitando-a, cada vez, a “fins” específicos: viver como ancestrais e honrá-los, adorar a Deus e cumprir seus mandamentos (CASTORIADIS, 1987b, pp. 375).

Sobre aquilo que pode vir a ser um problema, ou um conjunto de problemas, em uma sociedade, como as discriminações étnico-raciais e regionais, os credos, as preferências sexuais ou mesmo o bairrismo e outras tantas modalidades de heteronomia, o autor escreve que

Quando afirmamos, no caso da instituição que o imaginário só representa um papel porque há problemas “reais” que os homens não conseguem resolver; esquecemos pois, por um lado, que os homens só chegam precisamente a resolver esses problemas reais, na medida em que se apresentam, porque são capazes do imaginário; e por outro lado, que esses problemas só podem ser problemas, só se constituem como estes problemas que tal época ou tal sociedade se propõe a resolver, em função de uma imaginária central da época ou da sociedade considerada. Isso não significa que esses problemas sejam totalmente inventados, surjam a partir do nada e no vazio. Mas o que, para cada sociedade forma problema em geral (...) é inseparável de sua maneira de ser em geral, do sentido precisamente problemático com que ela investe o mundo e seu lugar nele, sentindo que como tal não é nem verdadeiro, nem falso, nem verificável nem falsificável como referência a “verdadeiros” problemas e a sua “verdadeira” solução, salvo em uma acepção bem específica (CASTORIADIS, 1986, p. 162).

Como problema, o racismo no Brasil é emblemático, no sentido estrito do termo, pois como emblema, acaba indo do imaginário ao real, sem que tenhamos que passar pelas questões políticas que o impõem. No mundo real, encontramos as desvantagens vistas pelos olhos de qualquer observador menos atento, mas, por outro lado, no imaginário social instituído, essas desvantagens não passam de uma questão “natural” cuja solução carece de superação da questão da pobreza, tornando-se parte desse imaginário. Para entendermos a força dessa instância do imaginário, é necessário, antes, entendermos o magma de significações da sociedade. Propõe Castoriadis que

A instituição social-histórica é aquilo em que se e por que se manifesta e é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações, as significações imaginárias sociais. O suporte representativo participável destas significações (...) consiste em imagens ou figuras, no sentido mais amplo do termo: fonemas, palavras, células, estátuas, igrejas, monumentos, uniformes, pinturas corporais, cifras, postos aduaneiros, centauros, batinas, partituras musicais – mas também a totalidade do percebido natural, designado ou designável pela sociedade considerada. As composições de imagens ou figuras podem ser, e freqüentemente são, imagens ou figuras por sua vez, e, portanto, também suporte de significação. O imaginário social é, primordialmente, criação de significações e criação de imagens ou

figuras que são o seu suporte. A relação entre a significação e seus suportes (imagens ou figuras) é o único sentido preciso que se pode atribuir ao termo simbólico; é com esse sentido que o termo é utilizado aqui (*id. ibid.*, p. 277).

Se o magma de significações corresponde àquilo que é representável, então a representação não pode e não deve ser a mesma para todos os grupos sociais, colocando, por exemplo, no plano do planejador elementos que ele, por mais bem intencionado que seja, cria mais heteronomias nos espaços em que a sua intervenção se dará ou, dizendo de outra maneira, a heteronomia será menor à medida que o planejador estiver mais próximo em termos do imaginário instituído, e seus signos e valores estiverem mais próximos dos objetos e dos espaços que sofrerão intervenção. Assim, o que está sendo planejado conterà seu sistema de valores, pois ele achará “natural” o que está sendo executado. Esse pensar/fazer que advém do mundo das representações alimentado ou não pela *práxis* (*id. ibid.*, p. 277) pertence à organização identitária. Essa inserção é designada pela capacidade do grupo de ir além do discurso, juntando o que advém do conjunto do pensamento e do conjunto de práticas sociais. Assim, o mundo instituído pela sociedade faz-se no e pelo *legein* – distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer; em que os diferentes de si mesmo merecem, voluntária ou involuntariamente, um *teukhein* – juntar-ajustar-fabricar-construir – o mundo “real” diferente, sendo que essa diferença ocorrerá de acordo com a distância social. Ainda segundo o autor, o *legein* é uma dimensão do pensar e expressar da sociedade, operando no campo do representar/dizer social, enquanto o *teukhein* pertence à dimensão do fazer social e se insere no contexto das *práxis* sociais. Os dois campos são criações sociais, instituições primordiais e instrumentais de toda instituição. O *teukhein*, ainda segundo o autor, liga-se, de certa maneira, à *práxis*, à dimensão politizada do fazer, tendo como base *legein*, que é o próprio imaginário instituído, tomado em sua forma coletiva de representação. Esse imaginário contempla maior justiça social, dentro de equidades e participação em todas as instâncias sociais. O *teukhein* e *legein* terão a aplicação assegurada no caso de sociedade plenamente democrática, mas, se for ao contrário, abraça-se a heteronomia.

As *heteronomias*, resultado, em geral, das dimensões conjuntistas do representar/dizer social do *legein* com as *práxis* do *teukhein* do fazer social, criam imagem do “Outro” e do seu fazer com a imaginação distorcida do mundo do outro, pois, como ele não é a sua imagem, então, não pode e não deve ser visto como igual a si mesmo. Os valores e os signos, entre eles os ligados ao racismo e aos diferentes preconceitos, são recriados no interior de cada sociedade tomada com essas heterogeneidades.

Outra possibilidade analisada pelo autor é referente à criação de laços entre o “real” e a dimensão transcendental do indivíduo.

À medida que se introduz a questão da significação, a sociedade não pode mais se confinar ao “lado de cá” de sua existência “real”. Não se trata, como acreditava Marx – e, em alguns momentos Freud –, do fato de que, confrontada com uma “existência real” insatisfatória, a sociedade procuraria, durante todo um período, compensações imaginárias (poder-se-ia perguntar se a existência das vacas é completamente satisfatória e, em caso negativo, qual é a religião que elas professam). O fato é que essa “existência real” é impossível e inconcebível, enquanto existência de uma sociedade, sem a postulação de fim de vida individual e social, de normas e valores que regulem e orientem essa vida, da *identidade* da sociedade considerada, do *por quê* e *para quê* de sua existência, de seu lugar no mundo, da natureza desse mundo – e que nada disso pode ser deduzido da “realidade” ou da “racionalidade”, nem “determinado” pelas operações da lógica conjuntista-identitária (...). A religião dá nome ao inominável, representação ao irrepresentável, lugar ao não localizável. Ela realiza e satisfaz simultaneamente, a experiência do abismo e a recusa a aceitá-lo, circunscrevendo-o – pretendendo circunscrevê-lo –, dotando-o de uma ou mais figuras, designando lugares que ele habita, os momentos que ele privilegia, as pessoas que o encarnam, as palavras e os textos que o revelam. A religião é, por excelência, a apresentação/ocultação do Caos ... (CASTORIADIS, 1987, pp.386-390; grifado no original).

É esse imaginário instituído da religião que se torna um dos motivos da “invisibilidade” dos afrodescendentes no cenário da representação no Brasil. A incorporação de valores culturais “subalternos” só é possível depois que os grupos que controlam os discursos passam também a dominar os códigos da cultura considerados menor, e só então ela passa ter mais aceitabilidade na sociedade (CAPRARA, 1999, pp. 261-2). Essa autora afirma ainda que,

No contexto da sociedade baiana, onde ainda existiam formas de discriminação racial e desigualdade social [e ainda existem] – o negro é pobre, marginalizado, com menores possibilidades de acesso à instrução e aos serviços de saúde – a cultura negra [não] encontra canais de fluxo para emergir e influenciar a cultura dominante. Por exemplo, basta ir a uma festa nos grandes terreiros da Bahia para notar que – mesmo excluindo os turistas, sempre mais numerosos – uma parte das pessoas que assistem às cerimônias públicas é branca, pertencente às classes sociais elevadas e “contaminadas” pela cultura negra.

No Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Recife, entre outras tantas cidades brasileiras, não existem relações simples entre a origem social e a distribuição de elementos culturais. Assim, como há uma subsunção, uma “invisibilidade”, dos afrodescendentes nas questões religiosas, da mesma forma essas condições estão presentes quando se trata de outras desvantagens sociais, em que a presença é quase uma constituição de “áreas apartadas” de maneira muito geral, uma forma bem próxima de *ghetos*.

Podemos comprovar isso de maneira insofismável em tantos campos da vida nacional: na política (Legislativo e Executivo), no Judiciário (desembargadores e juízes) nos cargos políticos de segundo escalão, em meio a empresários, grandes proprietários de terras, intelectuais etc. Para tal sentimento de subsunção, de “invisibilidade”, Carlos A. HASENBALG (1992, pp. 9-10), pesquisador branco das relações sociais, remonta à alegoria do gueto ao afirmar:

Como é sabido, quem pertence a um gueto frequentemente é levado a ter sentimento de impotência e frustração. Afinal de contas, os habitantes do gueto raramente são ouvidos pela maioria de fora. Ou a maioria finge que não escuta, que a conversa é com ela”.

Pensando nos brasileiros, o habitante do gueto, às vezes, acredita estar frente a um fenômeno colossal de inconsciência racial e se pergunta como é possível que esses brasileiros ainda entendam o país nos termos ditados por Gilberto Freyre há mais de 50 anos. Tenta explicar também como é possível que as pessoas pensem em democracia racial numa sociedade onde a democracia, a seca, sem qualificativos, tem existido em quantidade tão limitada. Os sociólogos [geógrafos, historiadores, antropólogos etc] do gueto concluem que a noção de democracia racial não passa de uma idealização prematura cujo efeito tem sido paralisar e abortar as poucas tentativas de gerar uma sociedade mais igualitária.

Com certeza, as questões étnico-raciais no Brasil são um dos complicadores das relações sociais, além de que os “poucos que falam, falam para poucos, e estes poucos reproduzem para os mesmos poucos”, tornando-se quase um “*happy hour*” de escolhidos do “nada”. As atitudes só poderão ser mudadas quando o debate se tornar público, mediante uma agenda de discussão sobre as questões étnicas. E ainda a Hasenbalg que questiona: por que será que, entre os cientistas sociais estrangeiros que estudam o Brasil, notadamente os norte-americanos, há um número proporcionalmente maior que se preocupa e escreve sobre temas raciais no Brasil? Ele mesmo ensaia uma resposta, com a qual concordamos em todos os sentidos.

(...) nos Estados Unidos o tema racial sempre teve um lugar mais central no âmbito do debate público e, por isso, conta com mais legitimidade na esfera acadêmica. No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão do racismo, um problema aparentemente menor, quase resolvido pela (...) Constituição no seu artigo 5^o, parágrafo XLII⁴⁸. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa de campo em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem questionam por que há tantos negros e mestiços favelados. Por sua vez, cientistas políticos [entre outros intelectuais] continuam publicando ensaios lúcidos sobre transição democrática e

⁴⁸ O artigo supracitado reza que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Ainda hoje, é de difícil aplicação, passando a ser empregado o código civil que trata da “injúria” (Constituição Brasileira, 1988, p. 11), o que reduz o crime a problemas menores.

elaborando agendas para a construção da cidadania sem gastar uma palavra sobre racismo e desigualdades raciais ... (*id. ibid.*, pp. 9-10).

Chegamos, então, a um nó: se o tema racial não entra como um dos pontos centrais nos debates públicos, como poderemos colocá-lo na agenda acadêmica, tirando-lhe a “invisibilidade” e dando-lhe representação sócio-espacial? Sob a transparência da sociedade e dos indivíduos, o que poderia resultar em sociedade autônoma é justamente explorar o tema em toda a sua dimensão política, transformá-lo em uma questão de alcance e interesse de grande parte da sociedade, no sentido de provocar a discussão, fazendo com que os vários segmentos sociais entrem no debate público sobre a temática. Todavia, trazer esse problema para a agenda central da sociedade não é tarefa tão fácil, pois, como afirma CASTORIADIS (1986), nunca uma sociedade será totalmente transparente, em primeiro lugar porque os indivíduos que a compõem nunca serão transparentes para si mesmo, já que não é possível eliminar o *inconsciente* de cada um de nós.

A dimensão sócio-histórica, ainda na perspectiva do autor, como dimensão do coletivo e do anônimo, instaura, para cada um e para todos os indivíduos, uma relação simultânea de interioridade e de exterioridade, de participação e de exclusão, a qual não pode ser abolida nem mesmo “dominada”. O social é uma dimensão indefinida, mesmo se está circunscrito a cada instante; uma estrutura definida e ao mesmo tempo mutante, uma articulação objetável de categorias de indivíduos e o que, para além de todas as articulações, mantém a sua unidade. É o que se dá com a estrutura – forma e conteúdo indissociáveis –, mas que supera toda estrutura dada, um produtivo inatingível, um formante informe, um sempre, mas sempre outro. Há o social instituído, mas esse pressupõe sempre o social instituinte “em tempo normal”; o social manifesta-se na instituição, porém, essa manifestação é ao mesmo tempo verdadeira e falaciosa – como mostram os momentos em que o social instituinte se coloca em ação com as próprias mãos, os momentos de revolução (*id. ibid.*, p. 135).

Obviamente, os tempos são outros; a revolução nos termos tradicionais, em que os grupos em desvantagens sociais promovem, de maneira “organizada”, uma mudança radical de toda estrutura societária, é uma forma de transformação que está cada vez mais distante; não é possível, porém, que tenhamos que conviver com situações de desvantagens estruturais. Portanto, é premente que entendamos os motivos pelos quais as “coisas” ganham esse ar de tradição e, por isso, tenham que ser reproduzidas ao longo de muitas gerações. Os estudos sobre as representações sociais e espaciais, e a

variante das duas, as representações sócio-espaciais, podem abrir, dentro da geografia, a possibilidade de entendimento sobre a temática, escapando da formação de estruturas de guetos dos pesquisadores ou, ainda, incluindo-se entre aqueles que buscam a legitimação do tema por meio do debate público com mais amplidão, sem necessariamente ser panfletário.

As representações e suas *práxis* respectivas estão baseadas no sistema simbólico, ou seja, nas instituições imaginárias da sociedade. Segundo CASTORIADIS ((*id. ibid.*, p. 142), primeiro encontramos o simbólico na linguagem – por onde são articulados os discursos. Mas o encontramos igualmente, em outro grau e de outra maneira, nas instituições. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico; são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau, e cada qual constitui sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião – cada um existe socialmente como sistema simbólico sancionado, o que consiste em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequência, significações) e fazê-los valerem como tais, ou seja, tornar essa ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou *o grupo considerado*. Um título de propriedade, um ato de venda é um símbolo do “direito” socialmente sancionado de o proprietário proceder a um número indefinido de operações sobre o objeto de sua propriedade; mas poderá reduzir-se a um número definido se um outro “direito” sobrepuser ao primeiro, cancelando-o. Nesse caso, há uma transformação do símbolo, pois ele não deixa de existir para quem o direito foi cancelado, mas ganhará outro sentido, pertencendo aos símbolos do passado-presente. No que se refere à relativização do sistema simbólico, ainda apoiado em CASTORIADIS (1986), uma folha de pagamento é símbolo do direito do assalariado de exigir uma quantidade estabelecida de cédulas que são símbolos do direito de seu possuidor de dedicar-se a uma variedade de atos de compra, cada um deles vindo a ser, por sua vez, simbólico. O trabalho, além de sua praticidade social, tem em si uma importância para consubstanciar o estado de *desvantagens estruturais* em que se encontram os afrodescendentes brasileiros, como já apontaram inúmeros autores, desde os clássicos, como Clovis MOURA (1987; 1988) e Darcy RIBEIRO (1996), até BENTO (2000). O próprio trabalho que ganha uma representação especial tem um de seus maiores signos na existência da folha de pagamento; embora eminentemente real para seu sujeito e em seus resultados, é constantemente percorrido por operações simbólicas (no pensamento daquele que trabalha, nas instrumentações

que recebe etc). E ele próprio se torna simbólico tão logo, reduzido à primeira hora e minutos afetados por tais coeficientes, ele entra na elaboração contábil da folha de pagamento ou do balanço, “resultado de exploração” da empresa; também quando, em caso de litígio, ele vem preencher as premissas e conclusões do silogismo jurídico que decidirá. (CASTORIADIS, *op. cit.*, p. 142). Entre aquelas ações que se tornam importantes para esta pesquisa estão são as ações de planejamento, pois as *práxis* embutem-se também de representações e estas estão visceralmente ligadas às *práxis*.

Diz CASTORIADIS (*id. ibid.*, p. 142) que as decisões dos planejadores da economia [ou do urbano] são simbólicas, pois, com ou sem intenções, impõem novos valores nos/aos objetos planejados. Por outro lado, entendemos que a ação dos planejadores não é isolada, mas constituída de acordo com os valores e signos gerados no interior de seu grupo social. Dessa maneira, ao planejar um determinado espaço, seu sistema simbólico se distancia em muito dos signos e valores do grupo em que a ação será empreendida. Obviamente, quanto mais próximo de seu grupo social, maior será a interação entre planejador e “comunidade”. Esse afastamento contribui, de maneira indireta, com as questões que envolvam a “invisibilidade”.

A “invisibilidade” dos afrodescendentes, em larga medida, é resultado, entre outros fatores, do imaginário instituído sobre esse segmento social. Imaginário imposto pelos grupos socialmente dominantes que, ao longo de nossa história, produziram discursos que proporcionaram a desqualificação, por um lado. Ao mesmo tempo, porém, a ausência de organização desse segmento social corroborou para a manutenção dessa “invisibilidade”, uma vez que, só em momentos agudos, os problemas são elevados à esfera política. Em geral, tais problemas são mantidos como dificuldades concernentes a cada “comunidade” e não como uma questão coletiva de todas as “comunidades”, não ganhando a esfera pública de discussão, o que contribui para reforçar o imaginário da “invisibilidade” social dos afrodescendentes.

Capítulo 2

O espaço social, as representações e suas práticas: a produção da estigmatização étnico-racial sob a égide da “invisibilidade” dos afrodescendentes

2.1) O estigma como representação sócio-espacial: a retroalimentação da “invisibilidade” étnico-racial

O indivíduo ou o conjunto de indivíduos, os fenômenos sociais e espaciais, os elementos naturais; enfim, tudo que é observável, definível e percebido, ou seja, o que é da “natureza” do indivíduo instituído ou pertencente à instituição da sociedade faz parte, como vimos acima, do “equipamento perceptível” dessa mesma sociedade. Partindo do princípio enunciado, temos que tanto o indivíduo como todos os objetos ou coisas e mesmo aquilo que ele representa necessitam estar localizado no espaço produzido pela própria sociedade, ou seja, no espaço social. Apoiado na concepção de SOUZA (1988, pp.24-5; 1997, pp. 22-4; 2002, pp. 61-2), entendemos que o espaço social é produto do trabalho, local em que se localizam as mais variáveis instâncias, da produção, do consumo, do poder, das idéias, da cultura; portanto, ele é um suporte para a sociedade concreta, ou seja, o “palco”. Desta forma, os membros que compõem a sociedade concebem diferentes cenários, arranjos de acordo com o sistema relacional estabelecido em que são impostas normas e regras sociais de conduta a todos os participantes de dada sociedade. Sendo assim, as normas e as regras produzidas por discurso *competente* tornam-se o *legein* (distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer) – que criam sistema mútuo de retroalimentação com o *teukhein* (juntar-ajustar-fabricar-construir) da vida social.

Por sua vez, BOURDIEU (1989) defende o entendimento de espaço social em outra linha, dentro da tradição da sociologia, tendo a região como palco das ações sociais.

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço ([há] várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também *como campo de força, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre agentes* (BOURDIEU, 1989, pp. 133-34; o destaque é nosso).

A segregação sócio-espacial é um desses desdobramentos, resultado óbvio das relações heteronômas estabelecidas entre os vários grupos e/ou no interior de um dado grupo. Além de sua dimensão objetiva, a apartação de uns em detrimento de outros também é carregada pelo sistema simbólico. A perpetuação dos valores segregacionistas e/ou racistas, ou de ambos confluindo para um único signo, passaria apenas pelo crivo da sociedade como problema atinente à pobreza, pois vivemos em uma sociedade de classe, mas, dentro dessa lógica, não poderia ser um problema espacial. Nesse sentido, as discussões sobre as representações, sejam sociais, sejam espaciais, precisam ser aprofundadas, com intuito de coadunar esforços à proposta do “desenvolvimento sócio-espacial”.

Para ilustrarmos as representações sócio-espaciais, escolhemos dois momentos retirados da história nacional, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro: um no final do século XIX, e outro no início do século XX. O primeiro foi encontrado em Eduardo Silva, quando relata a atuação de Cândido da Fonseca Galvão em “Dom Obá II D’África, o Príncipe do Povo”. Em uma de suas passagens escreve o autor:

Ainda em vida, em 1887, o *Jornal do Commercio* descreve o Príncipe de sobrecasaca e cartola, “falando grosso” — isto é, com imposição de autoridade — aos criolos e às criolas a quem chama seus súditos. Fala grossa, imensa popularidade ou soberania, parecia difícil explicar o poder de Dom Obá II d’África, ou mesmo descrevê-lo adequadamente. Seus contemporâneos, de um modo geral pouco dispostos a perder tempo com o assunto, parecem acreditar tratar-se do que chamaríamos hoje, sob a influência de Weber, liderança ou autoridade tradicional. Assim, conforme foram vistos pela lei brasileira de então, os “súditos” ou “vassalos” de Dom Oba II apenas repetiam no Brasil práticas e costumes mais antigos trazidos da África. Naquela África Pequena⁴⁹, tão dividida internamente por questões de costumes, sobrevivência e religião — a um só tempo, sudaneses, bantos e crioula —, o que poderia

⁴⁹ Para mais detalhes sobre a África Pequena, um aglomerado urbano existente até meado do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, constituído pelos bairros da Saúde, Santo Cristo e a atual Praça XI, estendendo ainda por parte da Presidente Vargas, um dos principais eixos de ligação da Zona Norte, área central da cidade e a Zona Sul – veja Roberto MOURA (1995).

valer uma remota (embora simbolicamente importante) legitimidade tradicional ioruba? (...) Trata-se efetivamente de um rei (Oba, em iorubá), o segundo de uma dinastia que renasce com seu pai, Benvindo da Fonseca Galvão, Oba I da diáspora. Com o desenraizamento da família, contudo, a autoridade de Dom Oba não se restringia mais ao velho Império Oyó, mas passa abranger todas as etnias da África Pequena: Dom Oba II d'África⁵⁰ (SILVA, 1997, pp. 125-6).

Guardadas as devidas proporções no tempo, embora nem tanto no espaço, Dom Obá II pode ser equiparado, em importância social, à governadora do Rio de Janeiro, em 2002, Benedita da Silva, negra e favelada – adjetivos que durante o período republicano serviram como desqualificação dos indivíduos e são hoje ressignificados tanto para os favelados que habitam as favelas da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo o Morro Chapéu Mangueira, favela localizada na Zona Sul da cidade, quanto para os afrodescendentes e simpatizantes da igualdade social e racial⁵¹ entre as diversas etnias.

Certamente Dom Obá II e Benedita da Silva representam situações distintas para a totalidade da sociedade carioca e, quiçá, brasileira. Dentro dessa perspectiva é necessário para compreender a importância de ambos, de acordo com o contexto de seu tempo, entender as especificidades, levando em consideração os signos que essa mesma sociedade produz sobre seus membros. Com certeza, a raça, independente da acepção que se queira dar (biológica, comportamental ou política), será um dado importante a ser considerado, pois fará parte dos códigos de representação social. Nesse sentido, faz-se necessário entender o que é representação social do/no espaço e, também, consubstanciada pelas práticas sociais e espaciais, para que, a partir desses elementos, possamos discutir como os afrodescendentes se vêem representados (espacial e socialmente) no planejamento e na gestão do Programa Favela-Bairro, levando em consideração dois elementos que são importantes no contexto do desenvolvimento sócio-espacial: maior qualidade de vida e mais justiça social para todos.

A representação encontrada na psicologia, como parte do imaginário instituído socialmente, entende que a expressão “representação social” regula um conteúdo mental estruturado — isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico — sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagem ou metáfora, conscientemente compartilhada com outros membros do grupo social. Para Wolfgang WAGNER (2000), essa é uma caracterização *distributiva* da representação. Por outro lado, a partir dos

⁵⁰ Para maior compreensão do tema, sugerimos a leitura de Kwame Anthony APPIAH (1997), filósofo africano, que, de maneira ímpar, desvenda o mundo africano.

⁵¹ A questão da afrodescendência ou da eurodescendência, no contexto atual, como veremos adiante, ultrapassa em muito as questões biologizantes postas no início do século XX e ganha um sentido mais aberto, estando afeita sobretudo às questões comportamentais ou à subjetividade da própria sociedade.

princípios indicados por vários autores, WAGNER (*id. ibid.*, pp. 3-4) entenderá que, de acordo com uma perspectiva coletiva, a representação social será vista como um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado no discurso cotidiano dos grupos sociais. Em outras palavras: “representação social é definida como a elaboração de um objeto social pela ‘comunidade’”.

Como o conceito de representação social ganhou vários entendimentos, segundo o próprio autor, torna-se necessário explicitar outras versões. Para Jean-Claude ABRIC (2000, p. 27), as representações têm a ver com a identificação da “visão de mundo” que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para agir e para tomar posição, e que é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e explicitar os determinantes das práticas sociais.

Apoiado na teoria das representações sociais formulada por S. Moscovici, ABRIC (*id. ibid.*, p. 28) propõe que compreendamos a definição de representações sociais “como uma visão funcional do mundo, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou grupo dar sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nesta realidade”.

Ainda de acordo com ABRIC (*id. ibid.*, p. 28), a representação não é um simples reflexo da realidade, mas uma organização significativa. E essa significação depende, ao mesmo tempo, de fatores contingentes (as circunstâncias) — natureza e limites da situação, contexto imediato, finalidade da situação — e de fatores mais globais que ultrapassam a situação em si mesma: contexto social e ideológico, lugar do indivíduo na organização social, história do indivíduo e do grupo, determinantes sociais, sistema de valores.

O que é fruto das representações é produzido a um só tempo pelos indivíduos, tendo em vista que não existe separação entre o *universo externo*⁵² e o *universo interno do indivíduo (ou grupo)*. *Sujeito e objeto não são forçosamente distintos* (*id. ibid.*, p. 27). Apesar de não haver consenso a respeito da separação ou não entre sujeito e objeto, pensamos que todo objeto é fruto do trabalho social e dessa maneira, pertence ao espaço social. Com tal perspectiva, indivíduo e objeto são produzidos pela própria sociedade, e

⁵² A espacialidade dos objetos geográficos e sua ordenação, que produzem valores e signos, são elementos que transitam de fora do indivíduo (exógena) para se constituir em elemento de subjetividade (endógeno), e vice-versa.

esta, como observa CASTORIADIS, é responsável pela produção do indivíduo. Assim, para que haja objeto é necessário que os indivíduos os criem, não podendo haver separação entre um e outro, pois fora do indivíduo, além de não existir objeto, também não haverá sociedade. E, mais ainda, objeto (coisa), representação e indivíduo são constituídos a um só tempo, distintamente de sociedade para sociedade, e, dentro de cada uma são guardadas as especificidades, permitindo que cada grupo social possa ter sentido distinto sobre o todo social, como visto em CASTORIADIS (1986). Segundo esse autor, a representação não pode ser vista fora do indivíduo; ela não é ocasionalmente vinculada, nem existe contradição entre o interno e o externo, entre o que se pensa do objeto e o próprio objeto. O objeto torna-se uma representação presente. Nesse sentido, escreve o autor:

A representação é a apresentação perpétua, o fluxo incessante no e pelo qual o que quer que seja se dá. Ela não pertence ao sujeito, ela é, para começar, o sujeito. Ela (representação) é aquilo pelo qual estamos na claridade, mesmo fechando os olhos, aquilo pelo qual somos luz na obscuridade, aquilo pelo qual o próprio sonho é luz. Ela é aquilo pelo qual existe sempre mesmo se não “pensarmos em nada”, esta corrente espessa e contínua que nós somos, aquilo pelo qual só estamos presentes para nós, estando presentes para outra coisa que não nós, mesmo quando nenhuma “coisa” estaria “presente”, pelo qual nossa presença para nós só pode ser como presença daquilo que não é simplesmente nós. Ela é precisamente aquilo pelo qual este “nós” nunca pode estar fechado em si mesmo, aquilo pelo qual ele foge por todos os lados, faz-se constantemente como diferente do que é, coloca-se na e pela colocação de figuras e ultrapassa toda figura dada (CASTORIADIS, 1986, p. 275).

Em uma sociedade de classe, cada classe fará dessas representações uma apresentação incessante de acordo com os elementos que tenha presentes em sua cultura. Se a tradição leva quase toda a sociedade a uma organização política pela participação em todas as instâncias da vida social, a tendência é termos uma representação cada vez mais consistente que influenciará as práticas positivas no intuito da construção de uma sociedade democrática. Se o estigma social se origina em uma prática estruturada, a tendência é que tenhamos um afastamento dos valores democráticos, uma vez que os signos e valores que corroboram com o estigma não poderão ser combatidos sem que os grupos estigmatizados estejam também organizados. Assim, um e outro dependem do grau de entendimento do problema – quanto maiores são os entendimentos, maiores serão as possibilidades de politizá-los –, e a estigmatização tem alcance diferente no que tange aos fluxos incessantes, estagnados em uma situação falsamente infantil, colocada como um estado de consciência, cristalizando-se em guetos.

As representações espaciais podem ser compreendidas em duas instâncias: as representações do espaço e os espaços de representações. As representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las, pouco importa se em termos do senso comum⁵³ cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais. Por outro lado, os espaços de representações são invenções mentais (códigos, signos, “discursos espaciais”, planos utópicos, paisagem imaginárias e até construções imateriais como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc.) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para as práticas sociais. (LEFEBVRE, 1991, p. 33; HARVEY, 1993, p. 201)

Porém, ressalta LEFEBVRE (1991, p. 39), as representações espaciais estão ligadas aos espaços de moradia, onde existe uma atuação privilegiada das políticas de planejamento. O autor escreve que as representações espaciais podem ser compreendidas como aquelas que estão diretamente ligadas ao espaço vivido (o espaço social) pela associação com imagens e símbolos; e, conseqüentemente, aos espaços de moradia e a seus usuários; mas, também, aquelas representações espaciais criadas pelos artistas, e, talvez, como aquelas encontradas em alguns poucos filósofos, que as descrevem em seus escritos (id. *Ib.* p 39).

Em relação às práticas tanto sociais como espaciais, existem entendimentos diferentes, assim como encontramos nas representações. Como condição básica das práticas espaciais e materiais, os fluxos, as transferências, as interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço são formas de garantir a produção e a reprodução social (HARVEY, *op. cit.*, p. 201).

Nesse debate, nota-se que a representação social ora tem a prática social como par dialético, no sentido hegeliano do termo, ora aparece em correlação com as práticas sociais. No primeiro caso, WAGNER (2000) explicita a constituição de um par dialético apontando que a representação social é sempre uma unidade formada pelo que as pessoas pensam e pelo modo como fazem. Assim uma representação não é mais do que uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas; ela compreende também seu comportamento e a prática interativa e de um grupo. É a um só tempo, uma teoria sobre o conhecimento representado, assim como uma teoria sobre a construção de mundo (p.

⁵³ Para melhores esclarecimentos das expressões “senso comum” e “bom senso” ver DEBRUN (2001, pp. 170 e seg.).

11). Essa possibilidade de imobilidade do objeto quando já se encontra no nível do pensamento tira também a possibilidade transformadora do indivíduo, pois as transformações do real não acontecem, simplesmente, pelo impulso do momento vivido de cada indivíduo ou de grupo de indivíduos, pois, nessas condições, prevalecem as pulsões, o instinto, que não passa pela racionalização dos indivíduos.

Por seu turno, Michel-Louis ROUQUETTE (2000) vê problema na relação direta entre práticas e representação social. Afirma que, se as representações se modificam, as práticas também se transformam, sendo verdadeira a recíproca. A bem dizer existe, em termos da metodologia clássica, outra possibilidade: que as práticas e as representações sociais estejam em correlação, e não em dependência causal, uma em relação à outra; restaria, portanto, determinar seus fatores comuns, o que nos conduziria a elevar o nível da abstração (p. 39). Nesse caso, foge o autor da posição desvalorizada, estabelecida pelo instinto. Entretanto, vale ressaltar que, seja no âmbito da singularidade do indivíduo, seja no âmbito da convivência coletiva, as práticas podem ser responsáveis, vez por outra, por possibilitar a ação do instinto sobre a razão. Nesse caso, como exemplo ilustrativo, citamos as práticas de incêndios de ônibus, no Rio de Janeiro, ou a invasão com fins de saque de um supermercado; não podemos colocar uma e outra no nível do Id, mas devemos pensar apenas no instinto coletivo. Pelo lado da representação, há a possibilidade de que tais reações sirvam como uma presentificação da insatisfação ou resistência coletiva perante a heteronomia sofrida por uma parcela significativa da população.

Em tal situação, as representações e práticas intergrupais podem constituir-se em um elemento de análise. Ainda segundo ABRIC (*op. cit.*, p. 30), as representações intergrupais têm por função essencial a justificativa dos comportamentos adotados em face do outro grupo. Essa possibilidade terá que ser entendida em dois campos: endógena e exogenamente a uma dada sociedade. No primeiro caso, pensando a sociedade brasileira, constituída em heteronomia inerente a uma sociedade de classe, e a classe, para além da estrutura econômica, constituindo-se como “uma cadeia de ligações causais” (CASTORIADIS, 1986, p. 42), pode-se, então, entender os afrodescendentes como uma classe em uma concepção mais ampliada, dentro da sociedade, assim como os nordestinos, os gaúchos, os pentecostais, os católicos e outros tantos grupos que detêm uma certa especificidade na sociedade. Então, endogenamente, as representações intergrupais são produzidas confundindo-se algumas

vezes ou interpenetrando em outros momentos, ou ainda concorrendo em outros instantes. Exogenamente, essa ação pode ser efetivada de fora da própria sociedade, mas interferindo no comportamento, ou seja, uma prática sócio-espacial pode alcançar a sociedade ou parte dela, podendo ser ressignificada, como é o caso, por exemplo, do *hip-hop* ou do *funk* (de todas as tendências), que em detrimento da cultura do samba e seus *malandros*, genuinamente nacional, colocam os jovens moradores das periferias urbanas e favelas em contato com o imaginário e uma realidade que, aos poucos são incorporados como se fossem elementos da cultura nacional. Em alguns casos, os elementos novos são agrupados a tal ponto, que mesmo sabendo de sua origem, são readaptados e juntados ao cotidiano como elementos nativos, como é o caso do *hip-hop*⁵⁴.

Estes imaginários certamente também criaram práticas que procuram reproduzir o comportamento daqueles, como, por exemplo, a radicalização de grupos rivais por bairros, aliados aos problemas do tráfico de drogas e a suas pseudo-organizações criminosas. A contradição entre os elementos de origem exógena, mesmo que incorporados ao longo do processo histórico, e os elementos endógenos cria áreas de conflitos em todas as direções: por parte dos grupos socialmente dominantes, que, por seu conservadorismo, tendem a rejeitar qualquer elemento novo que possa interferir na hegemonia; esses se aliam aos grupos que outrora foram rejeitados (*aliados fortuitos*⁵⁵), mas que ao longo do processo histórico foram assimilados, como os costumes religiosos e outras práticas culturais, em busca da defesa do que o imaginário constitui como legítima cultura nacional; o movimento desses dois grupos, que pode acontecer de maneira concomitante ou não, tem um único objetivo: tornar cada vez mais marginal em sua totalidade as práticas e esse novo imaginário, estabelecendo então uma zona de conflito e agravando ainda mais os problemas sociais. Podem ser destacados, nesse caso, o racismo e o imaginário constituído a partir dos valores e signos fixados ao longo da história, que são recriados e reproduzidos, recriando também novas fases dos

⁵⁴Para mais informações sobre o tema, veja SOUZA e RODRIGUES, 2004.

⁵⁵ Estamos designando como “*aliados fortuitos*” aqueles indivíduos que, pertencentes a um dado grupo social diferente, são conclamados ou convencidos a fornecer apoio contra membros de sua própria classe social. Essa aliança envolve apenas uma determinada temática, não servindo como base para outros momentos, sobretudo quando os interesses são dos grupos dominados tanto do ponto de vista cultural como nas diversas instâncias da vida social. Por exemplo, os sambistas passaram boa parte século XX tentando se afirmar como portadores de uma cultura, mas só quando os grupos de jovens, na década de 70 começam a importar ritmos e comportamentos do exterior, eles foram chamados a apoiar o nacionalismo da cultura. Entretanto, isto não é a regra, porque nas décadas de 1950/60, o *rock* é transmutado em elemento estranho, mas tem uma aceitação quase maciça dos segmentos médios e altos da sociedade (para uma visão mais aprofundada, veja Hermano VIANA (1995)).

conflitos. Às vezes são mais latentes, outras vezes são sutis, encobrendo as práticas nem sempre perceptíveis pelo grupo que sofre a estigmatização. Entre a relação endógena e a exógena, ABRINC (*op. cit.*, p. 30) defenderá que o contato com outros grupos faz, de algum modo, as relações do grupo “evolúem”, uma vez que, ao se constatar uma situação de relações competitivas, a representação do grupo adversário ou copiado vai sendo progressivamente reelaborada, visando a um comportamento hostil em face dele. Concordamos em parte, porque o termo “evoluir” é tomado com uma acepção de acréscimo positivo ao comportamento, mas, entretanto, isso só poderá ser entendido assim se houver uma politização frente a problemas que levaram o grupo que sofre interferência, caso contrário, será mais um fator de alienação, um dos problemas que trataremos por conta dos elementos de representações sócio-espaciais.

Em seu conteúdo espacial, as práticas existem em uma associação múltipla envolvendo indivíduos, que se percebem no interior do espaço vivido, a realidade diária (o cotidiano) e a realidade urbana, os caminhos e as redes que estão associados ao mundo e que configuram parte do mundo do trabalho, em outras palavras, na vida privada e também no lazer. Essa associação, segundo LEFEBVRE (1991, p. 38), é um paradoxo único, porque ela inclui uma separação muito extrema entre os lugares, mas, de alguma maneira, também reúne a um só tempo a realidade quotidiana e a realidade urbana, pois não há separação entre as duas. A competência e o desempenho da especificidade espacial de cada um dos membros de dada sociedade só poderão ser avaliados empiricamente, tendo em vista que a “moderna” prática espacial pode, na verdade, ser definida pela vida diária — tomada em uma acepção extrema, em um caso significativo — a vida diária no sistema de financiamento dos projetos de casa popular governamental para seus usuários. A prática espacial tem muito de coercitiva, mas isso não implica que ela seja coerente (no sentido fora do trabalho intelectual ou na lógica conservadora). Ao considerar as práticas e a sua dimensão material, HARVEY (1993, p. 201) entende que as práticas espaciais, com sua dimensão material, referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social.

Para R. L. CORRÊA (1995, pp. 35-6), as práticas espaciais são conjuntos de ações espacialmente localizadas que criam impactos diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou ainda preservando-o em sua espacialidade e interações espaciais. Elas são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o

controle da organização espacial em existência e reprodução. As práticas espaciais, entre outras motivações, da consciência da diferenciação espacial, de outro lado, são ingredientes pelos quais a diferenciação espacial é valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita, ou mantida em sua essência por um período mais ou menos longo. As práticas espaciais podem ser caracterizadas como: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora; não são instâncias espaciais mutuamente excludentes; ao contrário, podem ocorrer combinadamente ou apresentar caráter complementar.

Pelo que se pode observar, não importa a direção do movimento (prática-representação-prática ou representação-prática-representação) nem sua origem (exógena ou endógena ao grupo ou à sociedade como um todo), as representações criam elementos que subsidiam todos os momentos a vida social, desde a vida cultural até as formulações e execuções das políticas públicas de planejamento, constituindo assim magmas que são cristalizados de acordo com a intenção buscada pelos grupos que se encontram em situação propositiva. Porém, esses grupos que dominam as estruturas recebem, por parte do grupo que é socialmente dominado, alguma resistência na implementação e gestão do Programa Favela-Bairro. Esse movimento terá sua compreensão plena a partir da junção da representação social e da representação espacial em outra perspectiva: a representação sócio-espacial como *magma* de significação do desenvolvimento sócio-espacial.

A urbanização, em área favelada da cidade do Rio de Janeiro, pode ser interrompida por fatores que estão além da vontade da “comunidade”, como, por exemplo, a ação de grupos que territorializam espaços favelados, quando impedindo a construção de equipamentos de infra-estrutura técnica de grande alcance socioesportivo, como a piscina comunitária, de um cruzeiro em um centro ecumênico⁵⁶. Outra situação que merece destaque não por impedir as obras de urbanização, mas pela interferência

⁵⁶ Entrevista concedida a este pesquisador pelo líder comunitário do Parque Vila Isabel, em 13 de fevereiro de 2003. As territorializações nas favelas, diferente do senso comum, ocorrem por vários grupos, incluindo aquelas que têm como fio condutor os projetos sociais das diversas religiões que constituem grupos de poder, embora os de maior evidência sejam aqueles ligados ao tráfico de drogas. Em meio a tantos fatos já tratados pela literatura e que reforçam o estigma sobre o espaço favelado no Rio de Janeiro, encontramos um elemento novo de alcance ainda não muito bem dimensionado, a expulsão de moradores de suas “comunidades”. Reportagem do *Jornal do Brasil* (1/6/2003, pp. Capa, C1 e C2), intitulada “Cresce a população expulsa pelo tráfico – tráfico cria legião de sem tetos”, explica que, aproximadamente, 27% da população que se encontra nas ruas da cidade do Rio de Janeiro é composta por pessoas que tiveram de abandonar suas casas em favelas cariocas. As autoridades municipais só conseguiram produzir uma resposta de cunho assistencialista, ignorando a dimensão exata do novo problema que compromete toda a política pública de planejamento.

direta na contratação de trabalhadores para execução do Programa Favela-Bairro em algumas “comunidades”, tem a ver com grupos ligados ao tráfico de drogas de varejo, controladores de determinados espaços favelados, que vêm exigindo que os operários contratados sejam de “comunidades” pertencentes à “facção”⁵⁷. De uma maneira ou de outra, impedindo ou “pedindo prova de fidelidade”, interfere-se na construção da autonomia dos grupos de menor poder aquisitivo, criando-se o que poderia ser denominado *constrangimento espacial*. Essas ações violam os direitos do indivíduo tanto no plano singular como no coletivo, aumentando a heteronomia, na qual essas “comunidades” estão mergulhadas.

A existência de “autoridade auto-instituída” representa, por si mesmo, uma ameaça a um dos elementos mais importante na vida de uma sociedade: a liberdade, que a proposta do desenvolvimento sócio espacial vê como possibilidade essencial para a constituição de uma sociedade verdadeiramente autônoma.

2.2) Espaço e renda: a permanência da pobreza entre os afrodescendentes e alguns de seus significados no Brasil

As pessoas que sofrem os estigmas oriundos da segregação, em proporções semelhantes, sofrem também outras discriminações⁵⁸ sejam elas de ordem étnico-racial, regional ou religiosa. Não se pode afirmar, contudo, que todo processo segregacionista seja necessariamente acompanhado ou precedido pela pobreza.

Apesar de os fatores econômicos serem fartamente rejeitados, os dados demonstram, pelo menos para efeitos de ilustração, o tamanho das desvantagens entre brancos e afrodescendentes no país. Na Tabela 3, podemos observar a estrutura de renda de uns e outros.

⁵⁷ Para mais detalhes, veja jornal *Extra*: “Tráfico do Dona Marta determina quem trabalha em obras públicas” (Rio de Janeiro, 01/09/2005, reportagem de capa). O morro Dona Marta fica localizado em Botafogo, Zona Sul da cidade (veja Mapa 1).

⁵⁸ A discriminação/segregação, como demonstra SENNETT (1997), no que se refere aos judeus, nem sempre é acompanhado pelo estado de pobreza.

Tabela 3

Brasil 1997: população total, economicamente ativa (PEA) e PIB desagregadas por gênero e etnias (branca e afrodescendente)

Gênero	População		PEA		PIB	
	Total	%	Total	%	Total	%
População afrodescendente						
Homens	35.083.262	22,59	21.452.573	26,82	68.708.090,24	18,45
Mulheres	35.303.124	22,73	14.903.042	18,63	27.721.258,58	7,44
Total	70.386.386	45,33	36.355.615	45,45	96.429.348,82	25,90
População branca						
Homens	40.717.352	26,22	24.891.703	31,12	192.980.831,13	51,83
Mulheres	44.183.347	28,45	18.749.722	23,44	82.946.441,00	22,28
Total	84.900.699	54,67	43.641.425	54,55	275.927.271,25	74,10
Brasil						
Total	155.287.085	100	79.997.040	100	372.356.620,07	100

Fonte: PAIXÃO, M. (1999; 2003); dados reorganizados pelo autor.

Em breve análise para contextualização, se levarmos em consideração a apropriação do PIB por etnia, chegamos a resultados que merecem, por si só, uma reflexão mais cuidadosa. Em uma primeira tomada, observamos que existe imensa distância entre brancos e afrodescendentes no que se refere à distribuição percentual: os primeiros detêm quase dois terços de todo o produto interno bruto (74,10%), enquanto os pardos e os pretos apropriam apenas 25,90%. Na relação homens brancos e homens afrodescendentes, o tamanho da diferença chega a mais de 33 pontos percentuais (51,83% contra 18,45%) em favor dos autodeclarados brancos. Essa diferença abissal não se repete e não é proporcional à participação na população total dos autodeclarados da cor ou raça branca. Esses participam com 54,67% da população total, enquanto os afrodescendentes totalizam 45,33%, perfazendo, assim, diferença de apenas 9,34 pontos percentuais. Essa leve diferença, percebida na população total, repete-se na PEA (54,55 e 45,45%), portanto, 9,1 pontos percentuais em favor dos autodeclarados brancos.

Na comparação entre homens afrodescendentes e mulheres brancas, existe uma pequena diferença em favor das mulheres brancas (de 3,83 pontos percentuais), diferença, entretanto, que não se repete na participação da população total. Os homens afrodescendentes participam com 22,59% contra 28,45% das mulheres brancas, totalizando diferença favorável às mulheres brancas de 5,86 pontos percentuais. Em relação à participação na PEA, essa diferença se reduz em favor dos homens afrodescendente (26,82 contra 23,42% das mulheres brancas).

Essa diferença, porém, não se repete quando comparamos homens e mulheres afrodescendentes em relação à participação no PIB, encontrando entre eles 11,1 pontos percentuais em favor dos primeiros. Quanto à participação na PEA, os homens

apresentam leve vantagem de 8,19 pontos percentuais. Entretanto, as mulheres têm participação ligeiramente maior: (26,22 contra 28,45% das mulheres afrodescendentes).

As mulheres autodeclaradas brancas representavam mais de 28% da população total, enquanto as afrodescendentes menos de 23%, diferença de cinco pontos percentuais, que se repete em relação à PEA. Contudo, a diferença na apropriação do PIB quase triplica, alcançando mais de 14 pontos.

Essas diferenças mostram que há uma apropriação injusta da riqueza no país. Entretanto, nenhuma é tão avassaladora como a que existe entre homens brancos e mulheres afrodescendentes, representando mais de 44 pontos percentuais em favor dos homens brancos.

Da mesma forma que as desigualdades entre as pessoas autodeclaradas brancas e as afrodescendentes (tanto dentro como fora da classe) refletem, em larga medida, a distribuição espacial das cidades, onde os grupos se que apropriam da maior riqueza acabam ocupando as áreas de maior valor agregado e com mais benfeitorias.

Os dados certamente não se auto-explicam, mas são importantes para que se entenda como, na última década do século XX, estava distribuída a renda entre as etnias. Contudo, necessitamos associar renda a outros indicadores, como alfabetização-escolaridade. O binômio formação/renda, até que se prove o contrário, é um dos mais relevantes, pois o mercado de trabalho tende a associar os dois elementos para conceder vagas. O Anexo 3 apresentará, por grupo de autodeclaração de “cor” ou “raça”, a espacialização por unidade da Federação, ou seja, como está repartida a população de acordo com a apropriação da renda, entre aqueles que vivem “abaixo da linha da pobreza”.

O tamanho da população do Brasil, em 2000, era de 169.799.170 habitantes, com expressivo contingente urbano de 79,4%, ou seja, 137.953.959 habitantes. Façamos um exercício de aproximação entre o Censo de 2000 e os dados da PNAD 2002, a fim de dimensionar o problema da “exclusão” causado pela renda insuficiente para sobreviver com dignidade. A classificação original utilizada pelo IETS é “indigente”, porém consideramos essa denominação muito forte para quem vive “abaixo da linha de

pobreza no Brasil, por isso, doravante, usaremos a expressão “população abaixo da linha da pobreza”⁵⁹ ou sua sigla “ALP”. É importante notar que:

- a) o total de pessoas, de todas as etnias ou raça, que viviam com proventos entre R\$ 48,93 e R\$ 97,60, classificadas como “ALP”, era 22.784.885 pessoas, entre 2000 e 2002. Para cada grupo de 1.000 habitantes, na escala nacional, 231 pessoas se autodeclararam pertencentes à cor ou raça preta e 156 se declararam de cor ou raça branca. Lembramos que, que dessa amostra, foram excluídos os autodeclarados “pardos”, “indígenas” e “amarelos”, o que aumentaria substancialmente o contingente de afrodescendentes;
- b) os estados de Alagoas (com 402 autodeclarados da cor preta contra 222 autodeclarados da cor branca, por cada grupo de 1.000 habitantes), Piauí (359 contra 215), Pernambuco (316 contra 225), Maranhão (315 contra 247), Bahia (294 contra 223) e Paraíba (288 contra 177) são os que concentram maior quantidade de pobres em cada grupo de 1.000 habitantes. Pode-se notar que, dos 16 estados que compõem a Região Nordeste, nove estão enquadrados no grupo em que os pretos se concentram na faixa de pobreza. Na Região Norte, sete estados encontram-se nessa mesma situação. Existe a possibilidade real de que parte desse contingente populacional possa habitar os municípios centrais, em favelas ou loteamentos irregulares. Portanto, a pobreza extrema deve trazer imensas dificuldades estruturais para a gestão e o planejamento dessas cidades;
- c) por outro lado, encontram-se no estado do Rio de Janeiro, para cada grupo de 1.000 habitantes, 82 autodeclarados da cor ou da raça preta contra 37 autodeclarados da cor ou raça branca; Mato Grosso do Sul (82 pretos contra 41 brancos); Goiás (88 pretos contra 46 brancos); Mato Grosso (94 pretos contra 51 brancos) para cada grupo de 1.000. Esses são os estados que concentram o menor número de pessoas que vivem ALP, mesmo assim os pretos dominam a estatística.

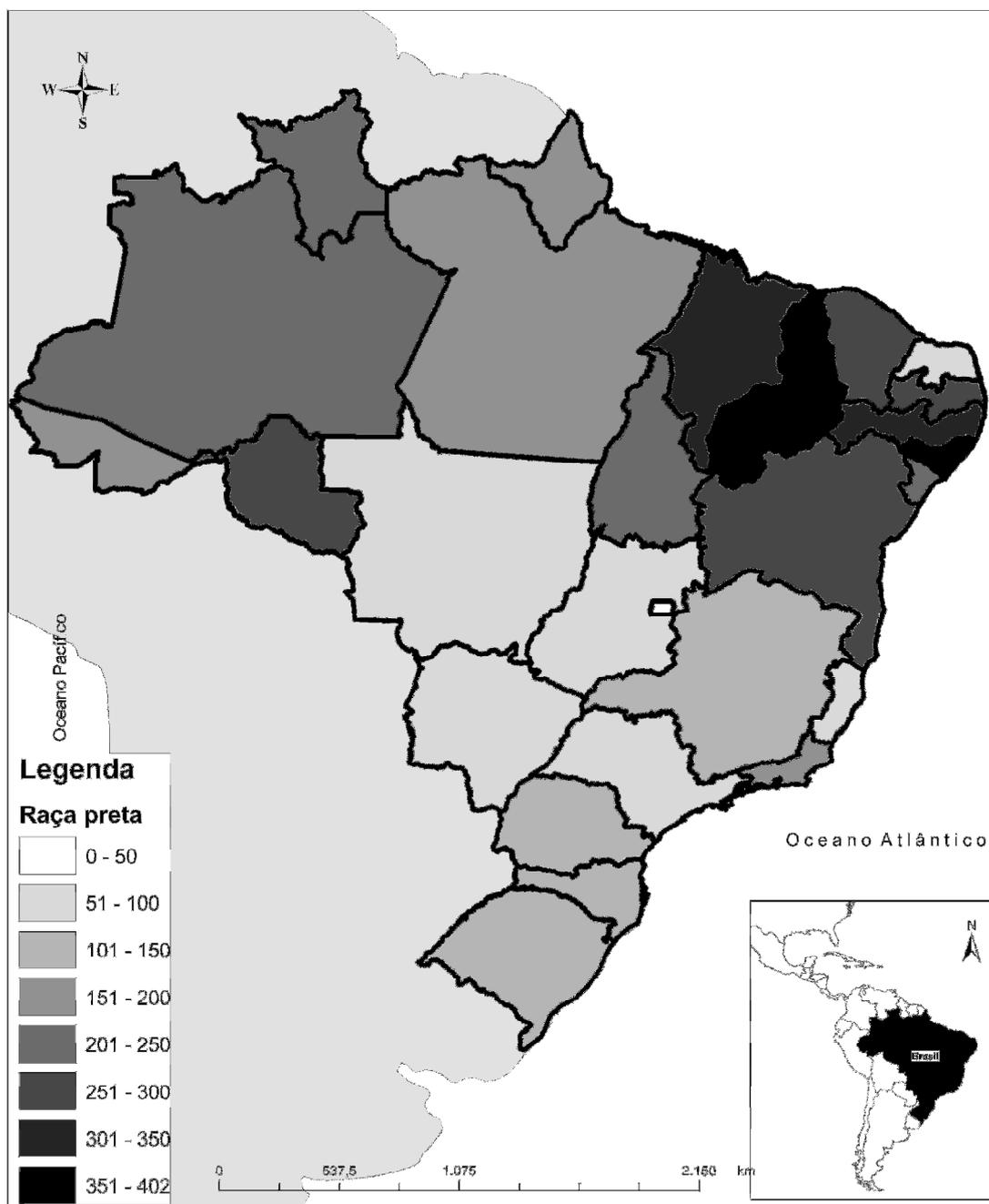
⁵⁹ Acreditamos que a classificação aceita pelo IETS crie uma confusão conceitual sobre os diferentes níveis de pobreza no Brasil. A instituição qualificou aqueles que recebem em média R\$ 62,46 como indigentes, não observando que existem grupos de renda inferior ou sem renda. Dessa maneira, preferimos tratar as pessoas com esse nível de renda como “população abaixo da linha de pobreza” (ALP), contrapondo com os grupo de indigentes. Nesse caso, poderemos classificar o grupo que se encontra abaixo do limite inferior geral de R\$ 62,45 (veja Anexo 3), dependendo da região, como “indigente” ou “população de rua”. Lembramos que, mesmo que pouco provável, poderemos encontrar pessoas com nível tão baixo de renda que não poderiam ser enquadradas nesse tipo de classificação. Atualmente, as expressões mais aceitas para designar tal população são “população em situação de rua provisória” e “população em situação de rua permanente”, incorporam desde pessoas com renda inferior a R\$ 48,93 até aquelas sem renda.

- d) pode-se observar que em média, no Brasil, os autodeclarados da cor ou raça preta são 48,15% superiores aos autodeclarados da cor branca;
- e) os estados do Amapá com 11,7%, Ceará (23,2%), Maranhão (27,5%) e Bahia (31,8%) são os que apresentam a autodeclaração de cor ou raça mais equilibrada;
- f) não se pode deixar de ressaltar que, muito mais do que os números analisados friamente, tem-se a tendência de ignorar os problemas que são gerados por essa desigualdade entre os dois grupos sociais. Assim, contribui-se para a “invisibilidade” dos mais pobres, que, estruturalmente já se encontra “excluídos” de diversos setores da vida nacional. Então, de maneira mais explícita, “ignorar” quem são os mais atingidos pela pobreza absoluta ou, como querem alguns teóricos, pela “indigência” é perder uma oportunidade de trabalhar para corrigir o problema de todos os que se encontram na mesma situação e não somente daqueles que numericamente são mais representativos.

A distribuição espacial do Anexo 3 poderá ser mais bem visualizada no Mapa 4 (espacialização dos afrodescendentes (somente daqueles que se autodeclararam cor ou raça preta) e aqueles que se autodeclararam da cor ou raça branca que vivem ALP).

Mapa 4

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – vivendo ALP, de acordo com a ocorrência dos que se autodeclararam da cor ou raça preta, 2000/2002



Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2002, dados produzidos pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), (2004); dados organizados pelo autor e elaboração ATR



A pobreza é de difícil caracterização, visto que, para cada situação, tem-se um quadro distinto. A pobreza é uma norma definida institucionalmente, que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinada – em geral, uma faixa de renda estabelecida em função de um determinado número de membros de uma residência, definida pelo governo ou instituição competente⁶⁰ (CASTELLS, 1999: 96).

Segundo Maria Elena Rodrigues ORTIZ (2004, pp. 141-148), os mais pobres estão sujeitos a diferentes formas de exclusão⁶¹ social, de isolamento [todos os tipos de segregação sócio-espacial], discriminação ou de desigualdade [desvantagens]. O respeito precário aos princípios dos direitos humanos (observados a partir da esfera pública ou da privada) alimenta o imaginário instituído sobre a pobreza que, ao mesmo tempo, pode proporcionar aumento da discriminação e do preconceito, bem como o não-respeito dos direitos fundamentais.

Na concepção tradicional, de acordo com a autora, pobres são aqueles que não dispõem de renda para satisfazer suas necessidades elementares. A expressão pobreza permite a inscrição na perspectiva dinâmica que significa a noção de “exclusão” e o fato de que a pobreza não é mais uma questão de falta de adaptação, mas uma questão estrutural ligada ao funcionamento social e aos mecanismos de proteção dos direitos. Contudo, o esforço [nada fácil] de erradicar a pobreza requer o conhecimento das causas e dos fatores econômicos que a produzem e a fazem aumentar, bem como pressupõe a compreensão dos mecanismos jurídicos, políticos e institucionais relativos à proteção de direitos humanos fundamentais. Somente assim, podem-se alcançar resultados concretos e duradouros na luta contra a pobreza, possibilitando, dessa forma, que as pessoas consigam recuperar e exercer a gama completa dos direitos e das liberdades (ib. id., p. 146). A partir de então, pode-se caminhar para construir, em bases sólidas, a verdadeira autonomia, o que seria um passo muito importante para reverter o estado de injustiça

⁶⁰ Dentre tantas tipologias de pobreza, destacamos a Lei 10.219, de 11/04/2001, e a Lei 023/2001, de 14, 15 e 16/07/2001. A primeira, de âmbito federal, cria o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – “Bolsa Escola”, e a segunda, no âmbito do município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro (onde participamos como conselheiro), ambas estabelecem o que será considerada pobreza urbana. Para efeito do programa, as famílias com rendimento *per capita* igual ou inferior a R\$ 90,00 estariam classificadas e aptas a receber os benefícios. É interessante observar que o município será responsável pela seleção de 14 mil famílias e que os primeiros 2.500 cartões foram entregues, em 26/12/01, a uma maioria de afrodescendentes. Obviamente, essa observação não tem valor para análise, que demandaria pesquisa mais sistematizada, e isso foge do escopo deste trabalho, tanto do ponto de vista do recorte espacial como do ponto de vista de seus objetivos.

⁶¹ A expressão “exclusão”, que vem aparecendo ao longo do texto, será mais bem debatida, na Parte 2, Capítulo 3.2.

social (ou estado de heteronomia) ao qual estão expostos inúmeros indivíduos no mundo todo.

Por outro lado, a pobreza não pode ser equiparada ao mesmo nível da miséria. Essa se refere ao que estatísticos sociais chamam de “pobreza extrema”, isto é, o nível mais baixo de distribuição de renda/bens ou, de acordo com alguns especialistas, “privação”, apresentando ampla gama de desvantagens sociais/econômicas (CASTELLS, 1999: 96). Podemos classificá-la como indigência, situação em que as referências sócio-espaciais, para além de serem difusas, inexistem. A rua é, sem sombra de dúvida, o *locus* preferencial de moradia embora haja referência aos albergues públicos ou privados e à caridade privada.

Sobre qualidade de vida digna e justiça social, SOUZA (2000a, p. 61) destaca que, “pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida digna e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, contempla não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade”. A qualidade de vida digna e a justiça social não podem ser consideradas elementos isolados no contexto do desenvolvimento sócio-espacial, mas partes subordinadas da autonomia. Dessa maneira,

Justiça social e qualidade de vida são consideradas, aqui, como parâmetros subordinados (subordinados à autonomia enquanto parâmetro) e mutuamente complementares. Por que complementares? Por que uma maior liberdade efetiva para todos [liberdade positiva], embora configure um aumento de justiça social, não se traduzirá, necessariamente, em um melhor desempenho de alguns ou muitos fatores de qualidade de vida; por seu turno, um aumento de qualidade de vida apenas ou principalmente para os mais privilegiados em uma sociedade heterônoma muito menos defensável, de um ponto de vista autonomista (...) subordinar justiça social e qualidade de vida, como parâmetros, à autonomia, não equivale a pô-las no mesmo plano.

(...) Se autonomia tem a ver com o controle democrático dos processos decisórios e com a ausência de opressão, é evidente que a justiça social deriva da autonomia, ou é dela uma instância. O mesmo não se pode dizer da qualidade de vida, pois a igualdade política e um processo decisório livre e transparente não conduzem, por si sós, obrigatoriamente, a bons resultados. Não obstante, embora uma melhor qualidade de vida não seja, diversamente da justiça social genuína, propriamente derivada do princípio de defesa da autonomia, não é ilógico pretender subordinar a qualidade de vida à autonomia, ainda que de modo sutil e indireto (SOUZA, 2000b, p. 79).

A justiça social e a boa qualidade de vida⁶², em uma sociedade que privilegie a autonomia, criam um imaginário positivo em quase toda a população, permitido, em geral, pela postura democrática de todos que estão envolvidos no processo. Dessa

⁶² Em função de sua importância, vamos avaliar a justiça social e a qualidade de vida levando em consideração apenas a dimensão pública da aplicação dos recursos.

maneira, quanto maior a participação da população, também será maior a justiça social, o que derivará em maior qualidade de vida para todos. Por outro lado, quanto menor a participação popular, menor será a possibilidade de se obterem justiça social e a boa qualidade de vida compatível com o bem estar da maioria dos habitantes. A representação sócio-espacial localiza-se a partir da *práxis* da sociedade e terá dois caminhos. O primeiro diz respeito ao aumento da auto-estima coletiva, que cria os meios necessários ao aumento constante da participação popular na aplicação dos recursos públicos (materiais e imateriais). Como a repartição dos recursos é fruto da ação política, ao longo do tempo, a sociedade é levada a uma *práxis* inclusiva nos processos decisórios com a participação de todos. Esse processo tende a modificar a relação entre poder público e população em geral, pois, tem efeitos cumulativos ao longo do tempo. Ano após ano, o imaginário social se modificará criando uma sinergia positiva sobre a capacidade de reivindicação, gerando expectativas sobre o todo social, tanto no que se refere aos aspectos sociais como nos aspectos espaciais⁶³.

O segundo caminho das representações sócio-espaciais refere-se a um contexto de injustiça social generalizada e de comprometimento da boa qualidade de vida, quando se considera a maioria da população de uma dada sociedade. Ambas as situações só poderão ser dimensionadas como estritamente relacionais, havendo necessidade de comparações entre segmentos sociais distintos. Se levarmos em conta a capacidade de reivindicação das classes que são privilegiadas em comparação com a maioria da população, a distribuição dos recursos tenderá para as primeiras, permitindo, ao longo do tempo, uma valorização do espaço habitado muito forte e uma auto-estima coletiva positiva. Em contrapartida, como os recursos públicos são escassos, a eleição desses grupos coloca a maioria da população em situação de desigualdade social, acumulando ano após ano, frustrações e, portanto, baixa-estima. Enquanto os primeiros entenderão como um direito à inversão de recursos, os demais, quando beneficiados com investimentos, demonstram “gratidão” àqueles que se dizem benfeitores, abrindo brechas ao clientelismo.

⁶³ Veja SOUZA (2000a; 2002) quando trata do processo de democratização do orçamento de Porto Alegre; veja ainda Luciano FEDOZZI (1997).

Assim, as representações sócio-espaciais derivadas da injustiça social, serão positivas para os grupos privilegiados em função da *repetição*⁶⁴ das ações do poder público, e tenderão a ser “naturalizadas” pelas gerações como um direito inalienável desse grupo. Por outro lado, os segmentos sociais menos organizados e com menor penetração política na sociedade (a maioria da população) tenderão à conformação política e, em certos casos, acreditarão, geração após geração, que as coisas funcionam assim e que para sempre será dessa maneira, criando um quadro de desesperança. As representações sócio-espaciais serão constituídas de forma negativa, o que levará a um estado de reificação ou, ainda, a uma situação infantil, como nos ensina CASTORIADIS.

No caso dos afrodescendentes, o deslocamento de sentido é claro; consideradas pelos meios religiosos e aceitas pela intelectualidade como seres sem “alma” no período escravocrata, transcendem para a República por sua “invisibilidade” perante os grupos dominantes, como assinalam Darcy RIBEIRO (1996), Manuela Carneiro CUNHA (1985), Muniz SODRÉ (1988), entre outros autores. Do “ser” desalmado à “invisibilidade” existe uma mudança de sentido – o escravo equiparado à coisa, a uma mercadoria, é destituído de sua condição humana e, mais tarde, eclipsado pelo quase total desaparecimento do cenário nacional, só ganhando substância quando negros e “espaço” de moradia são criminalizados, subsumidos nos compêndios de história como um ausente crônico. Pode-se entender este problema a partir dos escritos de CASTORIADIS, quando afirma que

A reificação, do ponto de vista simbólico, ela aparece como um deslocamento de sentido, como uma combinação de metáfora e (...) metonímia. O escravo só pode “ser” animal metaforicamente, e esta metáfora, como toda metáfora, apóia-se sobre uma metonímia, sendo parte tomada pelo todo, tanto no animal como no escravo e sendo a pseudo-identidade das propriedades parciais estendida sobre o todo dos objetos considerados. Mas esse desvio de sentido – que é afinal a operação indefinidamente repetida do simbolismo –, o fato de que sob um significado surja um outro significado é simplesmente uma maneira de descrever o que se passou, e não explica nem a gênese, nem a maneira de ser do fenômeno considerado. O que está em questão na reificação – no caso da escravidão ou no caso do proletariado – é a instauração de uma nova significação operante, a captação de uma categoria de homens por uma outra categoria como assimilável, em todos os sentidos práticos, a animais ou a coisa [materiais ou imateriais] (CASTORIADIS, 1986, pp. 170-1).

⁶⁴ CASTORIADIS (1986, p. 296) trata da figura da repetição quando a equipara a iteração. Observa o autor que “O esquema operativo da equivalência, do valer como (...), implica circularmente o da iteração: torna-o possível, posto que iterar é repetir a mesma coisa como diferente ou colocar o diferente como mesmo *quanto a* ...e é possibilitado por este, posto que nunca poderia funcionar sem esta repetição do mesmo como diferente ou do diferente como o mesmo”.

Do ponto de vista das práticas sociais, transformar os afrodescendentes em seres socialmente inferiores é uma condição básica da submissão presente desde o Brasil colônia, como os registros encontrados na literatura. Mesmo superada a escravidão, eles não foram reconhecidos como iguais, apesar de as leis dizerem o contrário, em quase todas as áreas da vida social. Os afrodescendentes no imaginário instituído, certamente, ainda são reconhecidos como inferiores, apesar de não mais considerados escravos. Então, de “desalmado” a “invisível”, houve apenas uma troca de sentido para tratar o mesmo grupo social, o que cria uma sinergia negativa entre os pretos e pardos diante da totalidade da sociedade, pois, do ponto de vista ideológico, eles tentam transformar-se no outro, ou seja, em brancos, nos diferentes contextos sociais.

Esse estado de reificação vem funcionando de maneira circular para os afrodescendentes, pois no contexto social, como mostram o Anexo 1 (espacialização, segundo a autodeclaração de cor ou raça preta e parda – afrodescendentes –, branca e outras), o Anexo 2 (que trata dos diferentes níveis de rendimento por bairro) e as tabelas 8 e 9 (que classificam os 20 bairros de acordo com maior ocorrência de pessoas que receberam até 5 salários mínimos), que há uma coincidência entre os dados: a presença de afrodescendentes em uma determinada faixa do território carioca é a mesma observada para apropriação dos menores indicadores de renda e grau de instrução. Nesses lugares a qualidade da organização social será constituída de forma deletéria, o que resultará em menor poder reivindicatório de quase todos os grupos sociais. Dessa maneira, acreditamos que esse conjunto de fatores influenciarão na qualidade de vida do grupo de forma negativa, o que, por si só, levará seus membros a um estado de injustiça social crônico, reforçando as distâncias que existem entre o grupo dominante e aqueles que se encontram na base da pirâmide social. Tal estado de coisa cria no imaginário de negros e de pardos uma situação de incapacidade individual e coletiva, influenciando negativamente na auto-estima.

O outro componente da representação sócio-espacial é a desvantagem social. Estamos entendendo que a desvantagem só pode ser operada no interior do estado de desigualdade, como algo que especifica uma situação. A heteronomia consiste no fato de que a instituição da sociedade, criação da própria sociedade, é apresentada pela sociedade como sendo obra de alguém mais, de uma fonte “transcendente”: os ancestrais, os deuses, a natureza, ou – como em Marx – as leis da história (CASTORIADIS, 1987b, 40-1).

A desigualdade é posta, em uma visão marxista da história, como algo a ser superado pela própria história. Entretanto, ser pobre ou rico, instruído ou analfabeto, ter ou não o sentido de pertencimento a uma “comunidade” são elementos que caracterizam um estado de desigualdade no âmbito geral de uma sociedade, mas não levam em consideração as especificidades geradas a partir das desigualdades, impedindo de perceber os grupos que são mais desiguais do que outros. Faz-se necessário, então, outro conhecimento, que torne visíveis essas especificidades. Ser pobre ou ser rico é uma condição posta para uma sociedade de classe, mas não mostra o fato de que essa pobreza não é igual para todos os indivíduos que se encontram no estado de pobreza. Da mesma forma, ser considerado rico não iguala todos os indivíduos da mesma classe social. Porém, o reconhecimento das desvantagens por parte do coletivo permite que o grupo social possa traçar estratégias, desde que organizado internamente, para superar os problemas que provocam tais situações.

A redução das desvantagens sociais também influencia, além da boa qualidade de vida e da justiça social, o sentido, o acesso e o controle das políticas públicas e da própria cidade em toda a sua plenitude pelos cidadãos, permitindo uma redução do estado de alienação.

Lynch, ao falar a respeito do sentido de uma cidade, refere-se à clareza com que se pode perceber e identificar a facilidade com que seus elementos se relacionam com outros acontecimentos e lugares em representação mental coerente do espaço e do tempo, e como essa representação pode ligar-se com os conceitos e valores espaciais. Essa é a articulação entre a forma, os processos humanos de percepção e o conhecimento dessas qualidades, o que vem a ser a raiz dos sentimentos pessoais referentes à cidade. A percepção é um ato criativo, e não uma recepção passiva (LYNCH, 1985, p. 100). Por sua dimensão tempo-espacial-perceptiva, o sentido é tipicamente uma representação sócio-espacial e necessita, para além dos elementos cognitivos e da percepção, das práticas espaciais ao longo do tempo.

O sentido, não isoladamente, é influenciado pela fixação de objetos geográficos através da percepção da *forma*⁶⁵ que eles nos apresentam. Apoiado em SANTOS (1996), entendemos como objeto geográfico tudo que é parte da totalidade do espaço social, natural ou constituído pela sociedade, material ou imaterial (através dos signos e

⁶⁵ A forma, diferente do senso comum, é o que permite entender o objeto geográfico para além de sua presentificação, pois leva a entendê-lo de acordo com a percepção, uma instância do pensamento, assim como a estrutura, função e o processo. Para um aprofundamento dessa discussão, veja SANTOS (1977), LEFEBVRE (1991; 1999), Jean-Paul SARTRE (1996), MARX (1890/1983, p. 53), entre outros.

valores). Os objetos geográficos, apesar do sentido que ganham separadamente para os indivíduos, podem ser ressignificados dentro de uma perspectiva, de um olhar que focaliza o conjunto. Exemplos desse tipo de relação podem ser a aquisição de um carro ou de uma casa, a plantação de um campo de trigo ou ainda a exploração de uma jazida de petróleo.

De acordo com a distribuição dos objetos geográficos, uma parte da sociedade lhe dará sentido positivo, enquanto a outra lhe atribuirá sentido negativo. Quanto maior for o acesso, mais o sentido tenderá a ser considerado algo positivo, o que representará um controle efetivo da sociedade sobre o espaço. Em contrapartida, se o acesso sofrer restrições, dependendo do grau de interdição, o sentido será negativo, o que tornará o controle do espaço subordinado aos interesses dos grupos de maior poder de organização, e, portanto, a representação sócio-espacial será negativa, o que será elemento para reduzir a auto-estima do grupo inferiorizado.

Por seu turno, o acesso, segundo LYNCH (*op. cit.*, pp. 138-9), pode ser classificado de acordo com os elementos que constituem barreiras espaciais e/ou simbólicas que determinam restrições ou constrangimentos espaciais, ou de acordo com aqueles elementos que criam facilidades para que indivíduos ou grupos de indivíduos tenham mais liberdade de ir e vir. Entretanto, restringir ou liberar, muito mais do que um ato de vontade, pertence à questão relacional da sociedade, mesmo quando se trata das relações mais simples. Esse jogo é entendido pelo autor como “se permitir” e “ter permissão”, como momento de ultrapassar os atos de vontade. Da dimensão mais simples (básica), o acesso às demais pessoas – família, amigos – e a uma variedade de conhecimentos mais circunstanciais deveria constituir direito inalienável de todos. Os seres humanos são animais sociais, e os contatos freqüentes, ao menos entre os membros de um grupo social primário, são fundamentais para seu bem-estar. Segue-se em importância o acesso a certas atividades humanas. As atividades-chave para muitos adultos podem ser trabalhar e morar, porém devemos incluir também alguns serviços importantes: financeiros, médicos, recreativos, educativos e religiosos. Estas atividades – trabalhar, adorar, estudar ou recrear-se, por exemplo – representam oportunidades para que as pessoas tenham algo ou proporcionam um serviço valioso, como o de um hospital ou um banco. A maior parte do deslocamento urbano diz respeito às viagens de casa para o trabalho e do trabalho para casa; por outro lado, raras vezes são contadas as viagens dos menores, a menos que sejam em automóvel.

Na medida em que alguns membros da sociedade podem exercer seus direitos, significando acesso a todas as instituições da sociedade, eles tanto recriam os sistemas simbólicos no campo do imaginário social como os realimentam com suas práticas e seus sonhos. Por outro lado, se há restrições quanto aos acessos para parte significativa da população, e, ao mesmo tempo, ela não tem “consciência” política, seja porque não há uma estrutura de organização interna, seja porque há a reprodução das práticas antigas, acaba sendo permitido o controle do grupo, o que suscita dois movimentos distintos: reunião e separação. Tanto acesso/controlado quanto reunião/separação⁶⁶ são operados em pares, reunidos nessa ordem ou em outros pares, todos, necessariamente, vinculados ao sentido.

O controle, segundo LYNCH (*id. ibid.*, p. 150), diz respeito à conduta das pessoas e ao espaço a que estão associadas e que, ao mesmo tempo, deve ser regulado. Os homens e as mulheres são animais territoriais: usam o território para regular suas relações pessoais e reclamam de seus direitos sobre um território a fim de conservar os recursos materiais e imateriais. As pessoas exercem esses controles sobre um pedaço de terra e também sobre os espaços que acompanham cada pessoa. Os controles espaciais têm grandes conseqüências psicológicas: sentimento de ansiedade, satisfação, orgulho ou submissão. O *status* social reforça-se ou, pelo menos, expressa-se mediante o domínio espacial que tem ocorrido pelas disputas territoriais, e os governos são unidades baseadas em um território. Esses são fenômenos onipresentes. As propriedades humanas são subjacentes a uma das redes mais amplas de propriedades animais. Trata-se de uma convenção que distribui o controle atual, suficiente para os propósitos humanos, entre as pessoas existentes. Não é permanente nem total.

O controle, apesar de ter o Estado como um dos agentes fundamentais nesse exercício, sustenta, de maneira direta ou indireta, a ação de grupos privados que, por meio do sistema de objetos geográficos, fixam formas espaciais que possibilitam um afastamento maior ou menor dos demais membros da sociedade. Na verdade estamos tratando do sentido, do controle, do acesso que podemos dar à cidade e a seus equipamentos – uma via expressa, um *shopping center*, para além de sua materialidade

⁶⁶ Reunião/separação é considerada aqui operadora da representação sócio-espacial, assume papéis secundários, pois não existe sem sentido, controle e acesso. Esses termos são entendidos como operadores reativos, na medida em que, segundo CASTORIADIS (1986, p. 290), a reunião deverá agrupar aquilo que pertence ao signo ou ao objeto. Como o signo e objeto não têm sentido em si, precisam de que lhe sejam atribuídos valores e são operados de acordo com os interesses dos grupos responsáveis por suas existências. Da mesma maneira, a separação se dará pelo que não pertence ao signo e ao objeto, que sofrerá uma difusão de acordo com o sistema simbólico em jogo.

implícita, criam valores de reunião entre um segmento da população, mas também criam a separação dos outros membros da sociedade, pois esse segundo grupo tem o acesso restrito, seja pelos conjuntos de signos, seja pelo fator econômico. O discurso que se originará da fixação desses objetos geográficos em uma sociedade, em geral, será sutil, atravessará a questão ligada à classe social, mas não conseguirá ser explicado de maneira que não mereça contestação por parte daqueles que estão sendo excluídos, como, por exemplo, a questão do racismo, um elemento de injustiça social, que restringe o acesso, cria constrangimento com relação ao acesso e impede o sentido de pertencimento dos que sofrem a ação da exclusão.

No que se refere à reunião, mediante as políticas de planejamento e uma maior apropriação do orçamento público, os grupos de interesses acabam por criar, cada vez mais, elementos que os aproximem. Por outro lado, como são membros de um grupo de interesse, também agem de maneira que possam manter afastados os demais grupos, pois, de seu ponto de vista, outros representam “perigo” eminente para seu sistema simbólico.

Do ponto de vista de uma sociedade participativa, condição básica para se constituir a autonomia individual e coletiva, encontram-se indivíduos não alienados ao processo histórico da sociedade. Por outro lado, a falta de controle espacial por parte da maioria da população, o impedimento da acessibilidade e a existência de uma sociedade injusta são elementos para se constituir uma autonomização dessa mesma sociedade, que incluirá a alienação social. Dessa maneira,

[A] autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive sua relação com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto. A alienação encontra suas condições, para além do inconsciente individual e da relação inter-subjetiva que aí se joga, no mundo social. Existe, para além do “discurso do outro”, algo que o sobrecarrega com o individual. É o que se manifesta como massa de condições de privação e de opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência. Nenhuma autonomia individual pode superar as conseqüências deste estado de coisas, anular os efeitos sobre nossa vida, da estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos. É que a alienação, a heteronomia social, não aparece simplesmente como “discurso do outro”, embora este desempenhe um papel essencial como determinação e conteúdo do inconsciente e do consciente da massa dos indivíduos. O outro desaparece no anonimato coletivo, impessoalidade dos “mecanismos econômicos do mercado” ou da “da racionalidade do plano”, da lei de alguns apresentam como lei simplesmente. E, conjuntamente, o que representa daí em diante o outro não é mais um discurso (CASTORIADIS, 1986, pp. 159-60).

Se o indivíduo é responsável pela instituição da sociedade, e esta é a responsável pela criação do indivíduo, como afirma categoricamente CASTORIADIS (1986), então, em se tratando dos segmentos mais pobres da sociedade, sobretudo os considerados afrodescendentes, as imagens que são criadas e recriadas de acordo com os padrões veiculados pelos grupos de maior influência social não são condizentes com as suas origens. Sendo assim, quanto mais são subsumidos, mais eles se aproximam do outro, negando sua própria identidade, deixando, portanto, de se tornar um sujeito histórico. Daí o padrão circular do estado de alienação social entre os grupos mais pobres da sociedade, que se retroalimentam em um processo contínuo de falta de auto-estima. “Se não vejo, deixo de ter referências a serem seguidas”.

O último elemento que constitui a representação sócio-espacial é a educabilidade. Apesar de seu aparente deslocamento das outras instâncias, ela é fundamental no sentido de promover no interior do indivíduo o *teukhein* (juntar-ajustar-fabricar-construir) por meio do *legein* (distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer), contribuindo para a vida social mais justa. Também se constitui em importante instrumento da autonomia, pois ela só existe em meio a indivíduos livres. Uma sociedade em que parte significativa da população transita entre o analfabetismo e a alfabetização funcional não poderá ser livre no sentido estrito do termo. Como poderá ser visualizado nas tabelas 8, 9 e 10 e o Anexo 4, existe forte correlação entre formação e apropriação da renda, criando um estado crônico de desvantagem social e proporcionando a constituição de alienação social entre os afrodescendentes. Maior nível de educabilidade social significa, pelo menos teoricamente, maior consciência política de grande parte da sociedade; evita-se, dessa maneira, o estado de alienação social, pois se distribui, a partir das conquistas, mais justiça social, o que tenderá a melhorar, por sua vez, todas as outras instâncias envolvidas com as representações sócio-espaciais.

Acrescenta-se ainda que, na medida em que a sociedade se encontra organizada, consciente das diferenças existentes entre os vários grupos sociais, ela faz o caminho para que todos possam ter acesso e controle relativos a todas as suas instituições, abrindo espaço para uma maior reunião, isto é, constituindo elementos para a verdadeira autonomia, reconhecendo o direito à diferença. Mas, se a reunião em uma sociedade heterônoma ganhar lógica apenas em determinados grupos sociais, ao mesmo tempo, estar-se-á constituindo a separação, restringindo-se o acesso, construindo sentidos diferenciados do espaço. Essa dinâmica, como se pode perceber, afasta-se dos valores que

estão embutidos na autonomia, criando-se ambientes heterônomos, possibilitando a instalação da *alienação social*.

A boa qualidade de vida e a justiça social, parametrizada pela autonomia, ganham representação sócio-espacial e em sua dimensão imaterial, assim como a educabilidade é meio – instrumento – para que o indivíduo (ou conjunto de indivíduos) possa ter condições mínimas de discernimento sobre o mundo e sobre a sua vida. A educabilidade, para além da alfabetização e da escolaridade, reúne elementos que criam condições organizativas no interior do grupo para contrapor às adversidades que lhe são externas, somando forças para uma reunião advinda do interior do próprio grupo. Mais do que a boa qualidade de vida e a justiça social, a educabilidade permitirá que essas instâncias e a própria autonomia, juntamente com o sentido, o controle e o acesso, sejam reconhecidas como básicas no mundo das representações sócio-espaciais.

Por outro lado, educabilidade menor tenderá a ultrapassar o tempo de uma geração, criando elementos para a ausência da auto-estima no grupo que sofre a ação da separação, da segregação/discriminação. Educabilidade maior, em ambientes de heteronomia, coloca-nos diante da reificação do outro, pois, na condição do “diferente”, ele não poderá ser tomado como igual. Dessa forma, se não há possibilidade de igualdade entre todos os membros de uma dada sociedade, levando-se em consideração as relações sociais estabelecidas e consideradas justas, estamos no interior de um processo de coisificação do conjunto de indivíduos dessa sociedade.

Como se pode examinar até aqui, as representações sócio-espaciais resultam dos elementos materiais e imateriais das relações sociais, da *práxis* que nos leva a reunir/separar em iguais/diferentes. Essas dinâmicas sociais estruturadas (ou não) têm como *locus* o pensamento do indivíduo (ou indivíduos) que transita entre as instâncias do coletivo e do singular. A educabilidade, a boa qualidade de vida-justiça social, reunião-separação, sentido-acesso-controle, muito mais do que atos de vontade, pertencem ao coletivo dos desejos emanados na própria sociedade, pois, caso contrário, irão fazer parte do conjunto de desejos individuais, que poderão ser enquadrados no que CASTORIADIS designou como “situação infantil”, porque, no âmbito individual, a organização não poderá acontecer para o coletivo, pois os valores serão fortemente baseados na singularidade de cada um de nós.

Capítulo 3

O significado da produção de hierarquias sociais em sociedades heterônomas e racializadas

Os debates que envolvem noções, conceitos e teorias sobre classe social, raça, etnicidade, preconceito, discriminação, desigualdades sociais, entre tantos outros, quase sempre provocam dificuldades, dúvidas para quase todos os pesquisadores que necessitam desses conhecimentos para buscar compreensão de seu objeto de pesquisa. Essa complicação é ainda maior quando se busca enquadrá-los na dimensão espacial, por ocasião dos estudos vinculados à segregação sócio-espacial. Quase todas essas dimensões, de uma maneira ou de outra, estarão ligadas à hierarquização social.

Ao pensarmos a sociedade em sistemas que dialeticamente se opõem – escravos/senhores, branco/pretos, discriminador/discriminado, classes populares/classes dominantes, segregados-induzidos/auto-segregados, entre outros pares –, tendemos a pensar e aceitar que a sociedade, na produção de heteronomias presentes no sistema capitalista, produz uma hierarquização social. A igualdade de acesso só será viável se forem vencidas essas estruturas heterônomas, com a construção de autonomia, que, por si só, instaurará as condições básicas para a liberdade positiva.

Dois sentidos do termo são complementares: ordenar/organizar; quem ordena também organiza, porém esse par só deve ser entendido em sua dimensão dialógica, já que ele só tem sentido no contexto relacional. As hierarquizações sociais, como um dos princípios classificatórios, em que indivíduos singulares ou coletivos são postos em ordem, segundo algum interesse ou algum padrão que determinados grupos escolhem como “ideal” de sociedade, só servem para aqueles que se auto-incluem, deixando ao outro sua condição de adaptar-se. Aqueles que se enquadram nesse “ideal” societário se consideram superiores e, ao se estabelecer como bons, melhores ou inteligentes, entendem que aqueles que não são portadores desses atributos se enquadram como maus, piores ou com inteligência inferior à esperada. Esses parâmetros, para além de simples palavras, ganham representação, provocam discriminações, preconceitos,

exclusão, desigualdades, baixa-estima, entre tantos desqualificativos sociais; um sentimento de inclusão para os que são incluídos, *insiders*, e o(s) Outro(s), *outsiders*, não podem ser elevados à mesma condição do Eu.

Como vivemos em um sistema social heterônomo, os conflitos são inerentes à realidade social, na qual a hierarquização é observada em todos os sentidos – dos empregados sobre os desempregados, dos sindicalizados sobre os não sindicalizados, dos proprietários sobre os “sem-terra” e os “sem-teto”, da classe de alto e médio *status* de renda sobre as classes populares, dos que se consideram *insiders* (brancos ou que se identificam com a ideologia dominante) sobre os *outsiders* (afrodescendentes e indígenas) –, compondo uma gama sem fim de hierarquias sociais, que serão consideradas de acordo com o contexto social.

Nesse sentido, para que possamos entender o sistema de hierarquias presente no Brasil, em sua dimensão de discriminação étnico-racial, recorremos a DaMATTA (1987, p. 75)), ao entender que, numa sociedade fortemente hierarquizada, onde as pessoas se ligam entre si e essas ligações são consideradas fundamentais (valendo mais, na verdade, do que as leis universalizantes que governam as instituições e as coisas), as relações entre senhores e escravos, transmutadas para a era republicana em contexto de “subalternidade” entre brancos e negros, podem realizar-se com muita intimidade, confiança e consideração – são exemplos expressões como “ela [ou ele], apesar de ser negra [o], já faz parte da família” ou “este negro tem a alma branca”). Aqui o *senhor* (ou quem se considera incluído) não se sente ameaçado ou culpado por estar submetendo outro homem ao trabalho escravo (ou o considerando inferior), mas, muito pelo contrário, ele vê o outro como seu complemento natural, como um outro que se dedica ao trabalho duro, mas complementar a suas próprias atividades, que são as do espírito. Dessa maneira, irá considerar o autor.

Assim a lógica do sistema de relações sociais no Brasil é de que pode haver intimidade entre senhor e escravo [classe dominante e classe subalterna] superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado, tal e qual o céu da Igreja Católica, também repartido e totalizado em esferas, círculos, planos, todos povoados por anjos, arcanjos, querubins, santos de vários méritos etc., sendo tudo consolidado na Santíssima Trindade, todo e parte ao mesmo tempo; igualdade e hierarquia dadas simultaneamente. O ponto crítico de todo o nosso sistema [ontem e hoje] é a sua profunda desigualdade. Ninguém é igual entre si ou perante a lei (...). Esse é, parece-me, um ponto-chave em sistemas hierarquizantes, pois quando se estabelecem distinções para baixo, admite-se, pela mesma lógica, uma diferenciação para cima. Todo o universo social, então, acaba pagando o preço da sua extremada desigualdade, colocando tudo em gradações (*id. ibid.*, p. 75).

É nesse contexto que começamos a discutir as questões referentes à *raça* (essa discussão não será feita de acordo com os ditames biológicos, mas como uma prática política de ver outro em sua potencialidade total de diferença, ou seja, o *Outro* nunca poderá se tornar *Eu*). Em princípio, consideramos os debates em toda a sua dimensão que, desde sua matriz civilizatória eurocêntrica, como no Brasil, ganham um tom apaixonado, independente do *fórum* em que estejam sendo realizados, sobretudo, quando o grupo considerado hegemônico tem contra si os movimentos sociais organizados, que confrontam no campo das idéias e trazem como respaldo a práxis como base de sua atuação.

As questões raciais, como outras tantas questões sociais, são conflituosas em todas as suas dimensões, porém não trazem nada de novo ao cenário em que são produzidas as políticas de cunho racista, sejam as criadas no interior do Estado, sejam aquelas que permeiam o imaginário social, em que se constituem as representações sócio-espaciais. Tais embates estão presentes tanto no contexto europeu, na passagem do iluminismo para o positivismo, como nos Estados Unidos, quando das discussões em torno dos direitos civis, ou ainda no Brasil, em alguns momentos agudos, como o da formação da Frente Negra Brasileira (1931) ou do Teatro Experimental do Negro⁶⁷ (1944), como nos indica NASCIMENTO & NASCIMENTO (2000, p. 203-236), ou diante da transferência de valores e signos da cultura norte-americana, por meio do movimento *black power*,⁶⁸ na década de 1970, que chega às universidades brasileiras,⁶⁹ ou, ainda,

⁶⁷ Quanto à designação “negro”, segundo Florestan Fernandes, foi introduzida por Vicente Ferreira, militante da Frente Negra Brasileira, instituição de combate ao racismo, fundada em 1927, em São Paulo, contrapondo a expressão “homem de cor”. Dizia Ferreira que “homem de cor somos todos, amarelo, índio, [branco e negro]; acabou com [a] *baboseira* de homem de cor, que não quer dizer nada” (FERNANDES, 1978, p.23). A discriminação, o preconceito e a segregação sócio-espacial, sobretudo as duas primeiras, recaem preferencialmente sobre os negros. Pensar a afrodescendência é pensar primeiro que nem todos os afrodescendentes são discriminados e sofrem preconceitos, mas, ao se tomar essa atitude, começa-se a sofrer certo grau de preconceito, mas não necessariamente ser discriminado entre aqueles que estão em seu entorno.

⁶⁸ Antes de ser considerada uma excrescência, a transferência de valores produzidos externamente por uma nação e sua pronta incorporação por outra é muito mais comum do que parece. Isso pode ocorrer tanto no âmbito da cultura como no que diz respeito à produção científica. Contudo, pelo imaginário que constituímos, quando a transferência foge ao controle dos grupos socialmente dominantes, tendemos a desqualificar como sendo elemento estranho à sociedade. É nesse sentido que adverte Roberto DaMatta, em seu *Relativizando*, quando comenta a chegada das teorias que vão tratar da questão racial no Brasil: “Como o imenso prestígio que *circunda tudo o que vem de fora, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos, esta teoria que gerou o ‘arianismo’ e permitiu relacionar a Biologia e a História com a moralidade foi logo aceita no Brasil*” (DaMATTA, 1987, p. 73, destaque é nosso).

neste início de século, quando se debate o acesso de negros às universidades brasileiras, entre outras iniciativas que puseram o racismo brasileiro em questão. Independente do tempo e do espaço, as transformações não produziram resultados para minorias que sofrem de estado de heteronomia estrutural.

A localização das matrizes da discussão sobre o racismo e etnicidade constitui ponto interessante para a questão que ora enfrentamos, mas, também, é importante para demonstrar que alguns problemas, apesar da emergência com que eles nos tocam, não são portadores em absoluto de nenhuma novidade, apenas uma repetição, uma preocupação renovada ou ainda um racismo transpassado de modernidade e permeado pela igualdade, uma e outra engendradas no interior dos grupos socialmente dominantes.

A idéia de raça, segundo Giralda Seyferth, surge de modo mais ou menos elaborado no século XVIII, tendo em vista que na Antigüidade não se falava em raça, mas tinha-se como conceito-chave para a discussão da diversidade o barbarismo (bem como seus cognatos bárbaros e barbaridade), termo surgido na Grécia, para distinguir os gregos dos outros povos (SEYFERTH, 2002, pp. 18-9). Na contemporaneidade, apesar

⁶⁹ No Rio de Janeiro, na década de 1970, um dos atos de maior significado para o movimento negro foi a criação, em algumas universidades públicas e privadas, de núcleo de estudos com a participação efetiva de alguns poucos negros que ingressaram na vida acadêmica. A função desses grupos foi trazer para o interior da universidade a discussão sobre questões das relações raciais. Para além da militância, o movimento negro já ocupa o espaço acadêmico, de maneira tímida, desde então. Foram constituídos alguns núcleos: o Grupo de Trabalho André Rebouças (Universidade Federal Fluminense), que, sob a influência da historiadora Maria Beatriz do Nascimento, em perspectiva multidisciplinar, discutiu no decorrer de uma semana em novembro o tema “Contribuição do negro na sociedade brasileira” – acredito que, de maneira ímpar, foi o primeiro grupo a divulgar a relevância do 20 de novembro, em memória de Zumbi; o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Universidade Candido Mendes), responsável por estreitar os laços culturais entre África e Brasil; Nizinga, criado por Lélia Gonzales, militante e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado.

Também como fator explicativo, Antonio Sérgio Guimarães afirmará que: “O moderno movimento negro brasileiro foi criado nos [anos] 1930, e recriado nos anos de 1970, como programa de combate à discriminação racial e buscando a integração do negro à sociedade de classes. O primeiro lutou para construir a democracia racial que, tempos mais tarde, adquiriu o teor de farsa e foi denunciada pelo segundo. O primeiro negou as raças e pregou a cor como ‘acidente’, o segundo reivindicou a dignidade e o orgulho raciais, como modo de se opor à opressão. Como consequência de sua atuação, a política de identidade racial rendeu, também, frutos visíveis: em vários pontos do país floresceram grupos culturais de afirmação da identidade negra e afro-brasileira, tais como os bailes *blacks*, blocos afros, os grupos *hip hop*, *funks* etc. A própria forma de identificação cultural mudou, pelos menos em certas camadas sociais, sendo comum hoje, personalidades midiáticas, que (antes de se definirem como morenas ou brancas) se identificam e são aceitas como negras” (GUIMARÃES, 2002, p. 61). Porém, é necessário trazer para o debate a informação de que a existência do movimento da década de 1970 está visceralmente ligada à daqueles da década de 1930, sob a égide da rejeição ao racismo, apesar da contradição interna apontada pela literatura. E esses movimentos dos anos 30, a despeito da acusação efetivada a outros segmentos que buscavam a inserção através do entretenimento, como é o caso dos clubes sociais, não podem ser considerados criadores de “si mesmo”, como se estivessem na origem dos movimentos sociais negros, portadores de ação isolada, pois, de certa maneira, também foram alimentados pela insatisfação da atuação desses clubes, presentes no cenário desde a primeira hora da República.

da forte rejeição, a designação raça, no campo do imaginário instituído, ainda tem forte conteúdo para distinguir os que são diferentes de “si mesmo”, como vêm apontando as pesquisas do IPEA (2002) e DATAFOLHA (1995).

Apesar da dimensão individual que na maioria das vezes atribuímos ao termo raça, apontando os indivíduos em suas singularidades como brancos (em suas diversas designações), negros (da mesma maneira que brancos), amarelos, etc., essa classificação tem seu efeito quando é tratada em sua perspectiva coletiva. Segundo PEREIRA (1996), a expressão “raça A” designa uma população e não um dos indivíduos que a integra. Considerar o indivíduo como pertencente à “raça negra” significa apenas dizer que esse indivíduo faz parte de um grupo de pessoas que tem esse atributo (*id. ibid.*, p.31). Pode, entretanto, haver contradição entre a classificação atribuída e a autoclassificação. No primeiro caso, a classificação atribuída de cor ou raça, o olhar é externo ao indivíduo que está sendo classificado tendo como ponto de referência o discurso produzido pelo imaginário instituído. Então, os indivíduos são ordenados, em escalas diferentes, preto ou branco de acordo com conteúdo do sistema simbólico, que regula as relações sociais entre os membros da sociedade. No segundo caso, a autodeclaração, os próprios indivíduos se autoclassificam seguindo exclusivamente sua consciência e sua inserção social. Sobre o tema, Ricardo Franklin FERREIRA (2000, pp. 43-4) dirá que:

A existência do homem [e da mulher] pode ser vista como uma contínua tentativa de “instalar-se” de maneira segura em seu mundo e, simultaneamente, articular-se com as suas constantes transformações. Ele tem de buscar uma ordem significativa entre suas experiências de vida para este processo se dar. Quando afirmo ‘buscar uma ordem significativa’ refiro-me ao fato de cada indivíduo desenvolver um conhecimento hermenêuticamente construído, isto é, um sentido simbólico, com o qual organiza sua experiência pessoal por meio de construções sobre o real em que são articuladas suas referências de mundo e de si mesmo – seus conceitos, crenças, idéias, atribuições sobre si e sobre o seu *ambiente físico*⁷⁰ e social. Esse processo permite ao indivíduo identificar os objetos em sua especificidade, reconhecer a si mesmo e aos outros como indivíduo e organiza suas ações em seu contexto de vida (...). Tanto o indivíduo quanto as suas concepções de realidades são construídos nas relações interpessoais. Essas inter-relações são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de toda uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é constituída por esse mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é casual, mas determinada pelo somatório das ações políticas de todos os indivíduos que a constituem (...). Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de suas concepções de realidade,

⁷⁰ A concepção que possamos desenvolver sobre a base física não deve ser responsabilizada pelos nossos preconceitos, que têm origem na concepção de sociedade. Preconceitos, discriminações e segregação, ante sua imaterialidade/materialidade, demandam o desenvolvimento, mesmo no âmbito da singularidade de cada indivíduo, de um sistema simbólico que é constituído pela sociedade na qual estão baseadas as práticas sociais. O espaço físico, nesse sentido, é a base para construir um imaginário sobre o outro, em sua qualificação e/ou desqualificação. As teses ratzelianas, assentadas sobre as determinações ambientais e a superioridade de um sobre os outros, têm a sua base na qualidade do ambiente que uma determinada sociedade tem, e a outra não tem ou não faz jus ao que a natureza lhe fornece.

desenvolvem uma sociedade e cultura específica nas quais se inserem, sendo, concomitantemente, seu mundo simbólico por elas construído, formando uma estrutura orgânica na qual todo e parte influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento – o de manter uma certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura (o destaque é nosso).

Ao nascermos, somos introduzidos em determinado sistema social. Não nascemos preconceituosos, discriminadores, religiosos, justos, desiguais ou com outro atributo qualquer, mas nos tornamos, no decorrer de nossas vidas, preconceituosos, discriminadores, ateus, injustos. Somos um somatório de atributos aos quais fomos apresentados por todos que passaram em nossas vidas: parentes, amigos, “comunidades” escolares, redes profissionais, redes religiosas; um sem-número de indivíduos que fazem parte de nossas escolhas como participante da sociedade em que estamos inseridos. Portanto, a sociedade, em parte ou em sua totalidade, influencia e é influenciada pelas escolhas de cada um de seus membros, abrindo a possibilidade de torná-los igualitários, justos, buscando a alteridade, como parte autêntica da verdadeira autonomia, da qual nos fala CASTORIADIS (1986).

Levando em consideração os aspectos do imaginário instituído nas discussões sobre raça, entre a miscigenação encontrada na França e a pureza teutônica, as representações sócio-espaciais tinham como lógica a totalidade continental (africana) e europeia. A Europa, no contexto mundial, considerava-se a maior portadora do processo civilizatório, enquanto as demais partes do mundo eram classificadas de acordo com o grau de semelhança que apresentavam. A África, apesar da proximidade geográfica, era a que mais se distanciava segundo essa postura. Obviamente, o que estava em questão não era outra coisa senão a possibilidade de superioridade entre aqueles que ocupavam o topo da escala social.

O princípio da inferioridade postulado por uma hierarquização das relações sociais, pelo menos no Brasil, já está posto desde a Constituição de 1824 (RIBEIRO, 1996; CARNEIRO, 1985), quando os valores da superioridade e da hierarquização trazidos tanto nos discursos que tratam da incapacidade dos negros frente à adaptação aos novos projetos de modernização da nação quanto pelo próprio português. Os princípios que estavam presentes nas primeiras décadas do século XIX também aparecem no início do século XX, quando Nina Rodrigues, um dos “arautos” do corte racial brasileiro, irá dizer que:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça negra, ou a submeterão, de um lado; e de

outro lado, os estados do Norte, mestiço, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, a mais associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim ameaçados de converterem-se pastos submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores (RODRIGUES, 1988 [1933], p.19).

Hoje, não tem sentido discutir as premissas baseadas na origem dos indivíduos. Assunção que resultou em mudança substancial na discussão de raça, desqualificando o termo e assumindo algo de maior consistência, tanto no campo teórico-conceitual como metodologicamente, foi a elevação das questões ligadas à etnicidade, bem como, posteriormente, a aceitação da expressão étnico-racial, pois esta última permite uma politização das práticas sociais dos grupos considerados minoritários⁷¹ na sociedade.

Nesse sentido, os estudos sobre etnia, segundo Ellis CASHMORE (2000, p. 196), referem-se em seu significado primeiro a “povo” ou “nação”. No sentido estrito do termo, defenderá o autor que “um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas”. Ainda segundo essa concepção, “ao enfatizar as características de suas vidas passadas e presentes, eles compartilham, definem limites dentro dos quais podem desenvolver seus próprios costumes, crenças e instituições – em resumo, sua própria cultura”. Portanto, o autor irá considerar que “o grupo étnico é um fenômeno cultural, mesmo sendo baseado originalmente numa percepção comum e numa experiência de circunstâncias materiais desfavoráveis” (*id. ibid.*, p. 197).

Ainda de acordo com o autor, pode-se dizer que o movimento étnico-racial prospera em sociedade em que há crises sociais. Nesses termos, o autor defende que:

(...) Os grupos étnicos prosperam em tempos adversos, e muito freqüentemente existe uma relação entre um grupo considerado “raça” distinta pela população dominante e o grupo que se considera um povo unificado, que compartilha uma experiência comum. O termo “raça”, porém, refere-se aos atributos dados a um determinado grupo; “grupo étnico” refere-se à resposta criativa de um povo que, de alguma maneira, se sente marginalizado pela sociedade. Não há uma relação necessária entre os dois conceitos, embora na atualidade haja, muitas vezes, uma superposição dos dois, à medida que um grupo denominado de raça é freqüentemente expulso das principais esferas da sociedade e obrigado a suportar duras privações, sendo essas as condições que contribuem para o crescimento do grupo étnico (*id. ibid.*, pp. 197-8).

⁷¹ Grupos minoritários só podem ser entendidos nesse sentido, pelo fato de que os movimentos sociais, em sua grande maioria, são organizados pela vanguarda da sociedade, que, em geral, para ser assim considerada, se afastam (perdem) de suas bases de origens. Em muitos casos, esse afastamento dificulta o entendimento daqueles que deveriam estar no seio do próprio movimento. Não estamos falando nada de novo, porque, por exemplo, as lutas sindicais dificilmente são assumidas por todos que pertencem à categoria, mas uma pequena parcela de militantes é responsável pelos resultados alcançados pela categoria, apesar de os resultados se estenderem a quase todos os membros.

Apoiado em Weber, POUTIGNAT & STREIFF-FERNART (1998, p. 37) apontarão que o que distingue a pertença racial da pertença étnica é o fato de a primeira ser realmente fundada na crença subjetiva na “comunidade” de origem, enquanto na segunda são os grupos que alimentam a crença subjetiva em uma “comunidade” de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou de ambos, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que essa crença se torna importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma “comunidade” de sangue exista ou não objetivamente.

Para CASHMORE (*id. ibid.*, p. 198), o termo étnico define a característica proeminente de um grupo que se reconhece, de algum modo (normalmente vários), distinto. A consciência de pertencer a um grupo étnico assume uma característica autoperpetuadora, que é passada de geração a geração. Distintas línguas, crenças religiosas e instituições políticas tornam-se parte de uma bagagem étnica, e as crianças são criadas para aceitar isso. O problema nessa perspectiva é que a aceitação concorre para a conformação da atitude política dos indivíduos que pertencem ao grupo, pois o que se tem é uma naturalização do pertencimento e não um questionamento desses vínculos. A criança, se não for orientada pelos valores que perpassam o grupo, tenderá a reproduzir os comportamentos sem que haja nenhuma possibilidade de mudanças desse padrão de comportamento no futuro. Exemplo desse padrão de discriminação racial, visto pela vertente religiosa, é a idealização dos sujeitos santos-profetas. Os santos-profetas, por questões míticas, têm ligação direta com o imaginário social; se em dada região vive um grupo de hindus que consagra um eurodescendente como santo-profeta, a criança lerá como coisa “normal” elevar à categoria de santo-profeta eurodescendentes e nunca hindudescendentes. Para ela, isso constituirá uma marca, que só poderá ser transformada se seu grupo de origem produzir histórias que contradigam tal verdade.

Apesar da base política, etnicidade e classe social precisam de elementos distintos para criar laços entre os grupos que as tomam como referências. POUTIGNAT e STREIFF-FERNART (1998, p. 97-8) entenderão que a etnicidade surge como uma forma de mobilização política concorrente da classe social e que tende a suplantar esta última no mundo moderno, uma vez que ela implica laços afetivos concretos da qual a classe está desprovida. Enquanto nos séculos XVIII e XIX as pertenças de classe diferenciavam fortemente os indivíduos (em termos de dialeto, de costumes culinários ou de vestimentas), conferindo às diferentes classes sociais características quase étnicas, a uniformização dos estilos de vida em grande parte esvaziou-os de seus poderosos

símbolos culturais, ao passo que os símbolos étnicos preservam de modo latente um poderio inerente, tornando-se facilmente utilizáveis para fins políticos. No contexto americano, a etnicidade é considerada eficiente tendo como base a mobilização política permitindo a combinação de interesses e vínculos afetivos (ou, poderíamos dizer, combinar funções instrumentais e expressivas). Seu sucesso deve-se ao fato de ela mobilizar símbolos culturais menos abstratos e mais facilmente identificáveis do que a classe. O conflito étnico tem base tão racional quanto o conflito de classe, mas a mobilização suscitada por ele apela para emoções (*id. ibid.*, p. 98).

Não defendemos tal perspectiva em sua totalidade; aceitamo-la apenas parcialmente, como uma possibilidade de mobilização política, pois a etnia cria, por um lado, a consciência de pertença a um dado grupo, mas, por outro, não pode ser desvinculada de classes sociais, tendo em vista que não superamos a outra pertença que está estabelecida nos laços produzidos no interior do capitalismo.

Outra possibilidade de entender etnicidade e classe social diz respeito à noção de grupo de interesse quando se restitui a relação dinâmica entre os interesses individuais e coletivos, por um lado, e entre classe e etnicidade, por outro. Partindo de uma ótica norte-americana, POUTIGNAT & STREIFF-FERNART (*id. ibid.*, pp. 97-8) examinam a distribuição desigual de oportunidades de ocupação de nichos urbanos em uma situação em que as ondas sucessivas de imigrantes encontram os nichos mais vantajosos já ocupados por aqueles que os precederam. Nesse caso de forte competição entre grupos minoritários, submetidos todos ao domínio econômico e cultural do grupo dominante, a pertença étnica representa para os indivíduos uma base segura para a mobilidade social. O problema aqui é simples, ligado, sobretudo, à simplicidade, de que nos fala DaMATTA (1987), do sistema em que há um estranhamento progressivo, até o limite da primeira metade do século XX, quando entra em vigor a lei de dois terços, que permite a grupos nacionais ocupar as vagas oferecidas pelas empresas localizadas no território nacional. Como o grupo de afrodescendentes era (e é) o que reúne mais desvantagens, foi também o que se beneficiou da lei, que, segundo FERNANDES (1974), serviu como ferramenta de inserção no sistema classe para negros, mulatos e pardos.

A etnicidade como forma de solidariedade que emerge em resposta à discriminação e à desigualdade manifesta grande consciência política por partes dos grupos que buscam reverter uma lógica de dominação (POUTIGNAT & STREIFF-FERNART, *op. cit.*, p. 103-4). Em outras palavras, o processo de modernização

aumentou de maneira considerável a desigualdade de distribuição dos recursos e do poder entre um grupo central, econômica e politicamente privilegiado, e grupos periféricos penalizados no processo de modernização, uns e outros localizados em nichos sociais distintos. Na medida em que essa distribuição desigual dos recursos e do poder corresponde a uma divisão cultural do trabalho, a alocação de papéis diferenciados entre centro e periferia contribui para o desenvolvimento de identificações étnicas, constituindo os desníveis entre os dois grupos.

A situação de competição econômica resultante da segmentação do mercado de trabalho explica os fenômenos sociais de exclusão ou da segregação que corresponde aos interesses dos operários pertencentes aos grupos étnicos mais bem pagos. Tal abordagem tem, entre outros, o interesse de fornecer uma explicação para o “racismo” das classes populares nas sociedades ocidentais. Há uma crença de que a consciência de classe é maior do que as especificidades das questões ligadas ao racismo. A teoria marxista tradicional pensa que as “realidades” étnicas dissimulam o conflito de classe e postula (admitindo, contudo, que essa hipótese nunca pôde ser submetida à verificação) que, se a afiliação étnica (como a afiliação aos grupos religiosos, ao grupo social ou à casta [segregação]) tem por função ocultar as realidades das distinções de classe, as diferenças étnicas desapareceriam se as condições sociais chegassem a abolir os antagonismos de classe a que estão submetidas. O grupo étnico, como raça ou grupo segregado, é uma variedade de *status* social sustentando, a partir de identidades construídas numa visão do passado, reivindicações de poder no presente. Ele constitui “um reagrupamento de pessoas por uma afinidade que precede miticamente à cena econômica e política atual e que é a reivindicação de uma solidariedade que ultrapassa os grupos definidos em termos de classes e de ideologia” (*id. ibid.*, pp. 107-8).

Estamos de acordo com tal perspectiva. Como pode ser observado, a categoria classe social emerge com muita força, às vezes como ponto dialógico com etnia, esta confluindo com a discussão encontrada em nação, que, por sua vez, tem seus cortes teóricos interpenetrados pela discussão de raça. A raça, como já vimos, só tem lógica em um contexto cultural, e, como tal, raça, etnia e classe social podem estar ligadas entre si. Entretanto, os valores atribuídos à raça perdem sentido, preferindo-se a orientação mais presente nos movimentos sociais negros de tratar o problema do afrodescendente, na sociedade brasileira, como um problema étnico-racial, com primazia, como discutimos até agora, das questões étnicas.

Apesar dos pontos de confluência entre classe social e etnia, a concepção de classe é vista, desde 1827, apenas como possibilidade analítica por Charles Comte, antecipando em alguns anos os escritos de Marx sobre o tema. Segundo POLIAKOV (1974, pp. 209-10):

(...) à primeira vista, o sistema proposto desde 1827, por Charles Comte,⁷² um republicano militante, [tentava compreender] a exploração do homem pelo homem, do escravo pelo seu dono [e] do servo por seu senhor (...). Num exame mais atento, as ‘raças’ tais como ele as concebia eram antes classes sociais, unidas tanto por sua condição como por sua origem comum. ‘Quando a conquista reuniu no mesmo solo povos de diversas raças, escrevia, cada uma delas conservava e transmitia a seus descendentes os costumes e os preconceitos que nasceram da dominação e da servidão’. Aos seus olhos, a pertença fisiológica destes povos ou ‘castas’ não tinha grande significado: ‘Se as duas castas pertencem à mesma espécie, e se, por conseguinte, não podem distinguir-se por caracteres físicos, distinguem-se por sinais artificiais (...) o que um europeu estima não é tal nome ou tal sinal considerado em si mesmo, é o fato de contar entre seus antepassados um indivíduo da raça conquistadora’ (...) Comte mostrava-se muito cético quanto à diferença de valor entre raça, ainda que hesitasse em pronunciar-se sobre esse assunto, invocando imperfeição dos conhecimentos de seu tempo. Pensador original, ele sabia distinguir em todo caso entre a realidade da raça e sua representação fantasiada (poder-se-ia dizer também: entre ‘natureza’ e ‘cultura’), e descrevia a permanência dos mitos raciais, sob seus disfarces sucessivos, em sua linguagem particular.

Nesse sentido, encontramos a classe social segundo Nicos POULANTZAS (1986, p. 61;) que, rejeitando as vinculações estritamente ligadas ao econômico e à formação social⁷³, dirá:

(...) as classes sociais reportam-se sempre não apenas à estrutura econômica – relações de produção –, mas ao conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e às relações que neles mantêm os diversos níveis. Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações, no caso concreto: 1^o) do nível econômico, 2^o)

⁷² De acordo com POLIAKOV (1974, p. 209-10), Charles Comte é francês e autor da obra: *Traité de législation, ou exposition des lois générales suivant lesquelles les peuples prospèrent déperissent ou restent stationnaires*, Paris, 1827-1835.

⁷³ Ainda segundo POULANTZAS (1986, p. 55), a formação social capitalista é composta, em sua pureza, por diversas instâncias – econômica, política, ideológica – caracterizadas por autonomia específica e pelo papel dominante da econômica. Apesar de concordarmos que a dimensão econômica assume a importância preconizada pelo autor, defendemos a idéia de que ela não pode ser considerada a única dimensão, posto que classe social será apenas um dos elementos que soldarão a vida social dos agentes, havendo, principalmente na atualidade, outras dimensões que exercem esse papel, como, por exemplo, a própria dimensão étnico-racial. Assim, entendemos o fracionamento no interior de uma determinada classe social, quando por laços de identidade uma fração da sociedade se liga à lógica da própria classe, mas também que, por motivos alheios à vontade do indivíduo, ele também pode estar ligado a diversas outras redes sociais, cuja dimensão poderá ser verificada de acordo com a dimensão tempo-espacial desses mesmos indivíduos. Essas redes sociais têm sua materialidade espacial no conjunto de práticas emanado das representações sócio-espaciais de cada grupo social, ou melhor, de cada classe social oriunda da formação social capitalista.

*do nível político, 3^o) do nível ideológico.*⁷⁴ Uma classe social pode ser identificada quer ao nível ideológico, e pode, pois, ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e a sua *conceituação* reportam-se ao conjunto dos níveis dos quais ela constitui o efeito (o destaque é nosso).

As classes sociais não se apresentam como efeito de um nível estrutural particular – por exemplo, a estrutura política ou a estrutura ideológica –, no interior, portanto da estrutura, mas, antes, como o efeito global das estruturas no domínio das relações sociais, que conotam, nas sociedades de classe, a distribuição dos agentes-suportes por classes sociais, e isso na medida em que as classes sociais determinam o lugar dos agentes-suportes com relação às estruturas de um modo de produção e de uma formação social (*id. ibid.*, p. 62). Por outro lado, ainda segundo Poulantzas, as relações de produção correspondem, nas relações sociais, às relações sociais de produção, mas também será possível falar com todo o rigor de relações “sociais” políticas e relações “sociais” ideológicas (*id. ibid.*, p. 63). Nesse caso, poderíamos tratar as relações sociais em seu conteúdo político-ideológico – por exemplo, a questão da etnização de uma nação ou de sua fração, como acontece na sociedade brasileira – sem cometer nenhum erro teórico-metodológico, tendo em vista que a questão da etnização (e seu entendimento em uma sociedade de classe) está vinculada a outras instâncias sociais, como as determinações postas pelas questões econômicas, sem, entretanto, ser a estas últimas reduzidas. Para tanto considera o autor que

(...) as relações sociais de produção, enquanto estrutura, não são assim classes sociais (...), mas sim ao conceito de classe, querendo com isto dizer que o conceito de classe não pode recobrir a estrutura das relações de produção. Estas consistem em formas de combinação, sendo a relação entre as categorias do Capital e do Trabalho assalariado expressa por um conceito particular, o da mais-valia (...). Estas observações são, aliás, igualmente válidas para outras instâncias: as estruturas do político, nomeadamente a superestrutura jurídico-política do Estado, não são classes sociais, aliás como as estruturas do ideológico. Elas têm como efeito, nas relações sociais, e ao seu nível – relações sociais jurídico-políticas e relações sociais ideológicas –, a distribuição dos agentes que são seus portadores em classes sociais (*id. ibid.*, p.64).

O fato de serem portadores de uma dada classe, mesmo que sejam vistos a partir dela mesma, não faz com que todos os indivíduos pertencentes a essa classe social sejam iguais entre si, pois há espaços para as especificidades sociais formadas do

⁷⁴ POULANTZAS (1986, p. 61), em sua nota 8, trata da delimitação das classes em relação ao “econômico”, tal como se encontra em *O Capital*, compreendendo, por exemplo, as relações seguintes: “relações de produção em sentido estrito: produtor/proprietário dos meios de produção”; “relações de repartição do trabalho social: produtor/produtor”; “relações de transferência do produto social: produtor/produtor”.Essas relações decorrem da combinação das duas relações econômicas – apropriação real e propriedade – e remetem assim à organização do processo de trabalho e à divisão do trabalho.

interior de outras relações sociais. Dessa maneira, como defende POULANTZAS (*id. ibid.*, pp. 65-6), a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes. Nesse sentido, se a classe é de fato um conceito, não designa, contudo, uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe.

Assim, pensar o estatuto da classe social para além de sua dimensão econômica, significa pensar:

A organização das instâncias em níveis econômico, político, ideológico de classe e em 'luta' das práticas das diversas classes [e fração delas]. Sendo a relações sociais um 'domínio-efeito' estruturador do sistema das estruturas, então os escalões da luta de classe mantêm o mesmo tipo de relações que as instâncias da matriz. *A determinação em última instância da luta econômica de classe (...), pode refletir-se por um deslocamento do papel dominante para outro nível da luta de classe – luta política, luta ideológica (id. ibid., p.67; o destaque é nosso).*

Nesse movimento de entender a classe social para além de sua dimensão econômica sem, entretanto, rejeitá-la como um poderoso instrumento de análise, GUIMARÃES (2002) abordará a ampliação do conceito de classe social para nele incluir o movimento social, ou seja, o processo de formação das classes a partir das práticas dos atores sociais, nas diversas esferas da vida cotidiana, produtivas ou não, sem que tenhamos que ficar reféns dos estatutos organizativos das corporações de ofícios. Nesse sentido, alguns autores preferem mesmo falar em *classes populares*, já que tal expressão indica “que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores em movimento. Portanto, para Guimarães, classe social diz respeito a “um coletivo presente duplamente: na experiência única com aqueles que se identificam em cada uma dessas situações; e na elaboração mais geral de todos, reconhecendo algo em comum entre experiências distintas” (*id. ibid.*, 2002, p. 26).

Para reforçar essa posição, o próprio Marx, ao tratar dos camponeses, observará que:

Quando milhões de famílias vivem em condições econômicas que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes, colocando-as em oposição às demais, elas formam uma classe, porém, enquanto existe, entre esses camponeses parcelares, apenas uma conexão local e enquanto a identidade de seus

interesses não gera entre eles uma “comunidade”, um laço de nacionalidade e uma organização política (MARX, 1986, pp. 131-2).

Dessa maneira, como já foi dito de modo embrionário no primeiro capítulo, a constituição de classe social pode ser efetivada a partir de *éthos* diferenciado de sua determinação econômica. Aliás, pensando na perspectiva econômica e levando em consideração a condição de minorias socialmente postas, os membros de uma classe social, em sua concepção “fechada”, “miticamente” não percebem a “ocultação” dos outros, que são diferentes deles, pensando que a autonomia é uma condição “natural” a ser alcançada no interior da própria classe social. Por outro lado, sabe-se hoje que as especificidades levam às diferenças intransponíveis se permanecerem as condições maiores que levam à ligação dos membros de uma dada classe social. Esse é caso dos grupos de imigrantes relatados por POUTIGNAT e STREIFF-FERNART (*op. cit.*, pp. 98-9), quando é elevada a categoria de trabalhadores que oferecem mão-de-obra mais barata ao capital, o que fará com que esse grupo se aglutine em torno de alguns princípios nem sempre postos claramente. Nesse caso, é a condição étnico-racial e não, provavelmente, o estatuto de classe econômica que será cortada pela junção político-ideológica de que nos fala POULANTZAS (1986). Assim, a condição étnico-racial pode ser considerada importante, em que os segmentos sociais se juntarão, mesmo que se leve em consideração que sua organização não se dá no mesmo nível daquela das classes sociais que são tratadas na teoria clássica; ainda assim, haverá uma organização, o que possibilitará aos indivíduos assumirem uma identidade. Nesse sentido, consideremos as diversas possibilidades de junção dos indivíduos algo que move a consolidação da formação de classes sociais, como as possibilidades apontadas acima, em torno da etnicidade.

Se nos concebermos enquanto indivíduo portador de uma identidade totalizante, determinada pela classe social, em seu sentido clássico, ela será responsável por toda a formação do indivíduo no contexto social, mas, se admitirmos que a classe econômica é apenas parte dessa formação, concordaremos que outras instâncias sociais são responsáveis pela constituição dessa identidade, abrindo-se a possibilidade de desenvolvermos as identidades de acordo com as redes sociais em que estamos envolvidos. Além disso, ao desenvolvermos os laços de pertença social, não verificamos exclusividade social, pois somos proletários, intelectuais, camponeses, comerciários, bancários, políticos, mas somos afrodescendentes, religiosos, eurodescendentes, pobres, ricos, formando redes sócio-espaciais que são desenvolvidas de forma concomitante ou não, sendo que cada uma delas

tem a sua especificidade. Nesse sentido, constituem-se os afrodescendentes em classe social? Seria pouco dizer que sim. Então, há a necessidade de enfrentarmos a discussão, com intuito de rebatermos a afrodescendência como instância ligada à origem da raça, como exposto na Nota 1.

Sabemos que, no contexto das classes sociais, há uma ampla possibilidade de se criar identidade, entretanto as bases de tais identidades têm outro sentido, e uma dessas diferenças é a própria temporalidade, que pode corresponder à vida total de um indivíduo (e até passar de uma geração a outra), mas também durar alguns poucos dias ou poucos anos. Nesse sentido, quanto mais próximo dos dias atuais, menor a possibilidade de desenvolver a identidade de classe, em seus termos clássicos, haja vista o discurso político sempre proferido com orgulho, mas com uma roupagem “esquizofrênica” da “requalificação profissional”. Por outro lado, a identidade étnico-racial é uma marca coletiva de um dado grupo, que independe das condições transitórias ligadas aos indivíduos.

De acordo com o entendimento de Pereira, não em todas as nações, mas em parte delas, as minorias, aqueles grupos que poderiam ser abafados na condição humana e social, sentem-se relativamente protegidas por esse clima favorável e partem para a ofensiva. São movimentos de inconformismo, em graus variados, em diferentes países, que principiam pelo resgate de identidades étnicas. Essas manifestações políticas visando à valorização de raízes e culturas alcançam até países, como o Brasil, que se auto-representam como nações formadas da união consensual de todas as suas correntes étnicas (PEREIRA, 1996, p. 25). As mobilizações políticas permitem considerar os grupos minoritários organizados, o que provavelmente vem acontecendo nos países europeus, tendo em vista a desigualdade provocada pelo fenômeno da imigração verificada nas últimas décadas. No Brasil, o nível de organização entre os movimentos sociais é pontual, a organização social em torno da etnia está sempre vinculada aos demais movimentos sociais, não podendo ser pensada como uma organização endógena aos movimentos sociais, apesar das diferenças das especificidades que coroam tais movimentos.

Apesar de, ao longo do século XX, os movimentos sociais negros terem fustigado de maneira incessante as estruturas discriminatórias que os desqualificavam, notamos que os movimentos organizados não constituíam uma base de sustentação política para tais iniciativas. Atribuímos tais afastamentos à falta de uma base territorial que ligasse de forma insofismável o problema da discriminação/preconceito/desqualificação coletiva dos pretos e pardos ao bairro ou a uma dada região, como acontece com os demais movimentos sociais urbanos. Por outro lado, ainda como resultado desse afastamento, houve um processo de

despolitização da própria segregação e dos princípios que regem o planejamento urbano, em função do distanciamento entre os que ocupavam a vanguarda de diversos movimentos reivindicatórios de direitos civis e os demais membros da sociedade sem vínculos com os movimentos sociais. O que se percebe que a escolha da escala nacional para atuação conduz os militantes a maior visibilidade das ações; ou quando muito trabalham com na escala intermediária, a regional, ou seja, as unidades estaduais, o que se demonstra descolado do cotidiano da maioria das pessoas. A condição de discriminado racialmente – apesar da dificuldade teórica de estabelecer o critério de raça, o critério baseado na cor, desvinculado de sua base territorial – somada à baixa escolarização dos pretos e pardos no Brasil serviu fundamentalmente como fator de desmobilização desse segmento social. Entretanto, também serviu como fator de encobrimento e ocultação do mesmo problema: encobrimento pela pobreza, encobrimento pela convivência mais ou menos pacífica nos espaços públicos, encobrimento pelo ideário da passividade do povo brasileiro, ou, ainda, de maneira sintética, na propalada *democracia racial*, que, em muito serviu aos propósitos dos grupos socialmente dominantes.

A segregação, um dos motores das desigualdades sociais no Brasil, não deve (e não é) um fator organizativo, apesar de nos Estados Unidos, por exemplo, constituir um poderoso instrumento de lutas sociais.

Capítulo 4

A afrodescendência: as condições prévias para se constituir uma identidade “visível”, inserida e politicamente compartilhada

A discriminação racial, uma das dimensões que se coloca no contexto da heteronomia social, em sociedade fortemente racializada, como a norte-americana, terá sua expressão racial nas normas de conduta, em que os negros postulam sua inclusão nessa sociedade que os discrimina. Na sociedade brasileira, essas condições são mais complicadas, são mais fugidias, não são capturadas com facilidade pelos analistas, visto que o estatuto social não reconhece tal discriminação, criando um *gap* entre as práticas sociais e o que é instituído na própria discriminação, ou seja, entre o mundo vivido e o discurso originado da sociedade existe um distanciamento que provoca estranhamento. Nesse sentido, a hierarquização expressa a partir dos elementos segregacionistas não servirá, *grosso modo*, como parâmetro dessa desigualdade, ou melhor, dessa “subalternização” (peça-chave da “invisibilidade”), pois ideologicamente não aparecerá aos olhos da maioria da população. Porém, será ressaltada a dimensão da *igualdade* inscrita nas relações sociais cotidianas, em que a dimensão da inferioridade, como uma dimensão da hierarquização social, não aparecerá. Entretanto, ao aparecer, a discriminação étnico-racial pode ser entendida como uma possibilidade do estabelecimento do conflito, quando pretos, pardos e mulatos tomam consciência do problema social.

A dialética entre a tomada de consciência e a “ocultação”, entre o conflito e a conformação pode ser buscada na posição de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Em Roger Bastide, encontramos o princípio básico do funcionamento do tipo de relação social que seria denominado, mais tarde, “democracia racial”. Nesse sentido, GUIMARÃES (2000) captura Roger Bastide, quando comenta que:

[Ao regressar] para cidade de bonde. O veículo estava cheio de trabalhadores de volta da fábrica, que misturavam os seus corpos fatigados aos dos passantes que voltavam do parque dos Dois Irmãos. População de mestiços, de brancos e pretos fraternalmente aglomerados, apertados, amontoados uns sobre os outros, numa enorme e amistosa confusão de braços e pernas. Perto de mim, um preto exausto pelo esforço do dia, deixava cair a sua cabeça pesada, coberta de suor e adormecida, sobre o ombro de um empregado

de escritório, um branco que ajeitava cuidadosamente suas espáduas de maneira a receber esta cabeça como num ninho, como numa carícia. E isto constituía uma bela imagem de democracia social e racial que Recife me oferecia no meu caminho de regresso, na passagem do arrebalde pernambucano⁷⁵ (Bastide, 1944 citado por GUIMARÃES, *id. ibid.*, pp. 143-4).

A maneira enfocada por Bastide deixa-nos entrever que há uma ultrapassagem dos negros e mulatos das condições de “subalternidade” impostas desde a época da escravidão, do que vai discordar Florestan Fernandes, quando afirma que:

Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos, para beneficiar a raça “branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como raça dominante (FERNANDES, 1978a, p. 249).

Entre Bastide e Fernandes, pode-se caminhar por duas perspectivas:

- a) como resultado das desvantagens encontradas no sistema que valorizam as condições da “democracia racial”, criam-se e/ou mantêm-se as condições para a construção de mais heteronomia social, por meio de combinação da discriminação/segregação em todo sistema urbano, como visto anteriormente; dessa maneira, alargam-se os níveis da segregação étnico-racial. Tal situação pode ser compreendida de acordo com a combinação de três níveis de discriminação: social (pobreza), étnico-racial (envolve determinado segmento social) e espacial (segregação sócio-espacial envolve, em grande parte dos casos, as outras duas dimensões, sobretudo quando estão em quetão os grupos considerados “minorias”);).
- b) romper a fronteira da “invisibilidade” social, escolhendo como serão conduzidas as questões referentes à população negra, parda e mulata, politizando-as, escolhendo a autodesignação, ultrapassando o problema concernente ao estágio da submissão, passando por um efervescente momento de

⁷⁵ Para que não percamos o contexto em relação ao qual Roger Bastide é citado, Guimarães (op. cit.) refere-se ao terceiro e último artigo, no qual o autor trata da “ordem social própria à democracia brasileira, ordem que seria baseada na ausência de distinções rígidas entre brancos e pretos”.

conflito e contradição no estágio de militância, para que possa alcançar o estágio da articulação (FERREIRA, *op. cit.*, p. 69), no qual se estará em um processo de construção de identidade sócio-espacial de negros, mulatos e pardos de acordo com os valores levantados pela identidade da afrodescendência.

Os dois pontos acima resultam da postura política dos pretos, pardos e mulatos (afrodescendentes) frente aos problemas das desvantagens sociais. As escolhas são feitas independente da opinião que este ou aquele grupo expresse; o termo afrodescendência, aliás, é ele mesmo fruto desse entendimento conflituoso pela autodesignação. Esse é o primeiro ponto que iremos tratar gira entre a “invisibilidade” e a autodesignação. Como vimos acima, nem sempre cabe ao grupo autodesignar-se branco, preto, pardo, moreno, negro, ou outra categoria qualquer, mas, *grosso modo*, ele é assim designado. Embute-se nesse sistema a classificação hierarquizada dos sujeitos sociais ou desqualificam-se aqueles que não são portadores de história. FERNANDES (1978a) faz considerações sobre a questão de formulações de categorias que podem ser dialeticamente construídas ou se tornar uma porta de conformidade com a situação imposta. Segundo o autor:

A elaboração prévia de certas categorias de pensamento e de ação, cuja função consistia em imprimir cunho moral às reivindicações, em demonstrar sua conformidade com a ordem social existente e em submeter suas manifestações concretas à contenção consciente, (...) [vem sendo] o essencial. O conflito era visto como uma arma de combate ao isolamento difuso; pretendia-se circunscrevê-lo e impedir que ele gerasse algo pior, como a segregação sistemática (*id. ibid.*, p. 36).

A tomada de consciência sobre os problemas relacionados às desigualdades étnico-raciais não torna os sujeitos plenos de seu direito, mas os coloca frente aos conflitos – um primeiro impacto que os leva ainda a aceitar a argumentação reifica a submissão como parte do projeto e a legitimação do “outro” – FERREIRA (2000) denomina tal momento *estágio da submissão*.

No caso dos negros, é comum que eles absorvam e se submetam às crenças e aos valores da cultura dominante, inclusive à noção sintetizada nas idéias de "branco ser certo" e "negro ser errado". Essa interiorização do estereótipo negativo é conduzida de forma inconsciente. A idealização da visão de mundo dominante a partir dos pressupostos da cultura eurodescendente é assentada como verdadeira, o que provoca uma desvalorização da visão de mundo dos negros e, em consequência, os faz assumirem os valores da cultura dominante, não reconhecendo os signos e representações de seu grupo cultural. A entrada nesse universo é pela aceitação de um

mundo "eurocêntrico", construído de acordo as práticas escolares. A escola passa uma visão distorcida da história, encarando, por exemplo, a escravidão como uma simples experiência civilizatória, em que apenas negros se tornaram escravos. Mesmo que os livros entrem por essa discussão de maneira periférica, a divulgação dos fatos históricos através dos docentes é quase sempre parcializada (FERREIRA, *id. ibid.*, pp. 70-1). As revoltas populares não são aprofundadas em seu contexto social, mas encaradas como fatos insignificantes.

Grosso modo, esse estágio de submissão está presente em grande parte do contingente considerado negro, pardo e mulato. Nesse estágio, a caracterização enquanto negro, para além da autoclassificação, tem validade no contexto social; a percepção do outro, quando se classifica e é classificado a um só tempo, constrói [é isso?] a possibilidade de o outro nunca poder ser reduzido ao "eu". Em outras palavras, essa percepção, por ter origem nas singularidades de cada indivíduo, leva cada um a classificar o outro de acordo com os signos, símbolos e valores constituídos no interior do próprio grupo social. A incapacidade de identificar os problemas provocados pelas desvantagens étnico-raciais (FERREIRA, *id. ib.*) faz, em nossa avaliação, desse estágio um momento despolitizado. Essa despolitização, por não criar contraponto com as práticas sócio-espaciais dominantes, sobretudo aquelas vinculadas às classes médias, legitima toda a estrutura de dominação social exercida pelo grupo dominante, tendo em vista que todos os discursos emanados desse grupo ganham valor de "verdade" absoluta.

Como se pode perceber, não existe uma filiação automática a uma dada posição étnico-racial, como, por exemplo, "eu existo, eu sou preto, ou mulato, ou pardo, por consequência, eu pertencço ao grupo de referência dos 'afrodescendentes'". Se assim o fosse, a tese demonstrada por DAMASCENO (2000) seria inconsistente, não teríamos problemas raciais, e a questão da afrodescendência seria alcançada de acordo com o tempo, um novo momento da vida social, uma condição natural. Entretanto, para ultrapassar o estágio da submissão é necessário um estado de consciência sobre as desvantagens sociais decorrentes dos acessos desiguais ao sistema de promoção social. O estágio da submissão será tão mais longo quanto maior for o "desconhecimento de si e do próprio grupo do qual os demais segmentos sociais *acham* que o *eu* está incluído". Nesse caso, o *eu* contribui para consolidar a própria "*invisibilidade*" social de pretos, pardos e mulatos.

O *estágio da militância* é uma assunção da tomada de consciência sobre o problema da discriminação-segregação, que deixa de ser uma estrutura decorrente da

pobreza. A discriminação (étnico-racial)-segregação e a pobreza são categorias produzidas pelas relações sócio-histórico-espaciais, em que determinados grupos sociais estão em desvantagem em relação a outros segmentos sociais. Essa consciência, ainda em estágio primário, porém de maior qualidade do que o estágio da submissão, é denominada por FERREIRA (*op. cit.*) estágio da militância. Nesse estágio, estará sendo construída uma pseudo-identidade afrocentrada, mas que estamos considerando “negrocentrada”. É “negrocentrada” a auto-identificação como negro perante os outros indivíduos que assumem/permanecem centrados em valores/signos/símbolos dos grupos hegemônicos. Há uma tendência exacerbada a se considerar vítima de todo o processo, mas, também, há uma dimensão idealizada, sem a fundamentação necessária para consolidar o conhecimento sobre a nova identidade.

Apesar dessa identificação ainda confusa, uma pequena parte da população consegue ultrapassar o estágio da submissão, provocando mudanças substanciais. Nesse sentido, segundo FERREIRA (*id. ibid.*, p. 79), não é ainda o momento de a pessoa se ver transformada, mas, sim, apenas aquele no qual ela se decidiu por uma mudança, embora não tenha familiaridade com a nova estrutura que deseja desenvolver, com a pessoa que deseja tornar-se. Ao contrário do autor, tendemos a pensar que a transformação do indivíduo, como já se ponderou acima, não é atributo do indivíduo, mas decorre das relações sociais estabelecidas no próprio grupo de origem, resultantes das relações territoriais qualificadas⁷⁶. Os elementos que permitirão a qualidade dessas relações serão dados pelo reconhecimento da importância da cultura, inicialmente, negrocentrada, porém neste momento não há nenhuma interlocução com a história do próprio negro. Por isto é considerada como tal. O estágio posterior, segundo a nossa avaliação, poderá ser considerado afrocentrado, pois estarão em jogo outros elementos de auto-afirmação.

No estágio de militância, apesar da consciência idealizada em torno das relações sociais, sobretudo diante da discriminação étnico-racial, não há discernimento sobre as questões ligadas à segregação espacial. Como o estado de consciência sobre a questão étnico-racial ainda é confuso para grande parte dos afrodescendentes no que se refere à nova identidade (ainda se encontram no estágio de uma pseudo-identidade), também é pouco provável que eles tenham elementos para associar, a um só tempo,

⁷⁶ Estamos denominando relações territoriais qualificadas aquelas em que o indivíduo é influenciado pelo local de convivência em seu cotidiano, como, por exemplo, local de moradia, local de trabalho, ou ambiente escolar ou grupos associativos em menor escala, como sindicatos, clubes etc.

segregação/pobreza/discriminação étnico-racial, pelo menos na maioria dos casos, e compreender que essas três dimensões fazem parte de um único sistema. A tendência será a dissociação da segregação das outras duas dimensões, como se cada uma pudesse se auto-explicar. A segregação seria algo resultante da pobreza urbana, associada com certeza à pouca capacidade dos indivíduos de mudar sua história de vida. Apesar de principiarem no mundo político, por meio da pseudo-identidade “negrocentrada”, as questões ligadas à moradia pertencem ao fórum da propriedade na maior parte dos casos, não se enquadrando nas questões políticas.

Outro argumento possível, levando-se em consideração as questões políticas envolvendo a questão de moradia, é o fato de a segregação vincular-se sempre a uma questão da classe social, classe entendida como a oposição entre os grupos de média e alta renda e os grupos de menor renda, ou seja, os pobres urbanos. Se levarmos em consideração que uma parte significativa de negros, mulatos e pardos reside nas chamadas “comunidades pobres”, sobretudo em favelas, conglomerados de bairros pobres (essa forma de segregação estaremos examinando mais adiante) e loteamentos irregulares, destitui-se a questão da segregação de seu aporte político, mas vincula-se, principalmente, aos problemas econômicos, o que nos leva a um reducionismo do problema. A questão fundamental a ser entendida até aqui é a dissociação entre as três dimensões: pobreza, segregação e discriminação étnico-racial.

O terceiro estágio, em nossa avaliação seminal no tocante às relações étnico-raciais em nosso país, é o *estágio de articulação* (FERREIRA, *id. ibid.*, pp. 83-4), que significa uma possibilidade de constituir uma abertura para a alteridade, segundo o autor, e, em nossa avaliação, um passo importante para a busca de maior justiça social e da qualidade de vida com dignidade, que, em última instância, constitui o desenvolvimento sócio-espacial. Justiça social como um dos elementos que ganhará maior representação à medida que forem decifrados os códigos que regulam o comportamento coletivo e a consciência de que tudo advém de uma produção da sociedade. Nesse estágio, constata-se que aliados/adversários são conjunturais, a aliança necessitando de ter seus termos sempre em constante negociação, para que o estágio de articulação possa avançar em direção à autonomia compartilhada por todos os membros de uma dada sociedade. A contradição, tendo em vista o presente argumento, é, justamente, que a maior parte da população vive em “eterno” estágio de submissão, e apenas alguns poucos chegam à militância, o que provoca uma representação que tende

à “invisibilidade” dos que lutam em campos opostos ao das elites quando assumem a postura do estágio da articulação.

A construção da identidade afrocentrada, como elemento iniciador de um soldamento de indivíduos de diferentes matizes sociais, é um momento de avanço da nova identidade, ou seja, a construção da afrodescendência, considerada aqui uma classe social. Antes, há necessidade de entender como essas discussões chegam até o Brasil. Primeiro houve o aparecimento da expressão afro-brasileiro (consagrada pela Constituição de 1988 e fazendo coro ao grande líder norte-americano Malcolm X, que insistia em que os negros se autodenominassem afro-americanos). Nestes termos, para Jorge da SILVA (1994, p. 21), negros e afro-brasileiros deverão ser sinônimos, com sutis diferenças conotativas, sendo que o vocábulo afro-brasileiro incluirá os mestiços de aparência branca. Concordamos em parte, mas não aceitamos a condição de serem expressões sinônimas. O termo afrodescendência surge em decorrência de uma aproximação vigorosa com a ideologia africanista presente desde a década de 1970, com o Teatro Experimental do Negro – TEN. Podemos dizer que era uma saída ao conformismo que instava os movimentos negros a uma semiparalisia, juntamente com a maioria dos movimentos sociais que se colocavam contra o movimento militar.

Porém, a afrocentricidade não se torna suficiente, tendo em vista que os valores que serão assumidos para fixação dessa nova identidade precisam necessariamente ser fixados em relação aos valores e compromissos daqueles que estão no mesmo campo de luta, ou seja, a busca de maior justiça social em torno das questões étnico-raciais. Esse é um estágio eminentemente político, rejeitando-se *a priori* qualquer vinculação decorrente da discussão sobre raça ou suas variáveis, ou ainda de exclusividade de um determinado segmento social, pois se aceita a afrodescendência como uma possibilidade associativa de livre escolha, contrariando algumas teses presentes no movimento negro de associação compulsória à questão de cor de pele. A cor de pele não traz necessariamente os indivíduos para o interior da questão política, mas apenas coloca a questão da especificidade, que, não necessariamente será reconhecida como elemento político, é mera decorrência do fenótipo: negros de todos os matizes, brancos de todos os matizes foram classificados, e a aceitação dessa classificação passou a ser lugar-comum, isto é, não está em questão a escolha de cada um dos membros pertencentes ao grupo em tela; a *afrodescendência* diz respeito às escolhas de indivíduos singulares ou coletivos, de associarem-se em torno das questões étnico-raciais. Nesse caso, não importa a cor da pele, pois o preconceito decorrente das desvantagens não recai

uniformemente sobre todos os afrodescendentes, mas sobre os pretos (de forma preferencial), mulatos (secundariamente) e os pardos (como aquele *status social* sem definição fenotípica, resultado do que PINTO (1998) denominou “cotas de transferência”, como parte da política de embranquecimento).

Como podemos observar, a constituição da identidade afrodescendente requer, sobretudo, o reconhecimento da diferença como fator fundamental para que possam avançar as relações sociais no interior da sociedade brasileira.

SEGUNDA PARTE

**O PLANEJAMENTO URBANO E A SEGREGAÇÃO NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS: AS REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS
EM UMA SOCIEDADE ÉTNICO-RACIAL DESIGUAL**

Capítulo 1

Algumas tendências de planejamento urbano: concepções de ordenamento espacial das cidades brasileiras e a questão da afrodescendência

1.1) O urbanismo pré-modernista: eugenismo, segregação e discriminações dos afrodescendentes em cidades brasileiras

O urbanismo pré-modernista inicia sua caminhada como modelo de pensar as cidades capitalistas na segunda metade do século XIX. Esse momento é caracterizado pelas *propostas higienistas* para as cidades, cujo espaço é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes. O verde, consagrado à jardinagem e à educação do corpo, oferece um quadro para os momentos de lazer. O ar e a água devem ser igualmente distribuídos a todos. O segundo ponto desse modelo refere-se à relação entre o espaço e sua função. De acordo com essa perspectiva, o espaço urbano deve ser traçado em conformidade com a análise das funções humanas. Se uma classificação rigorosa deve preocupar-se em buscar os locais distintos para as diversas funções – de habitat, de trabalho, de cultura e de lazer (CHOAY, 1979 [1963], pp. 7-8) –, aceita-se a idéia de algum nível de zoneamento.

O urbanismo pré-modernista influenciado pelas propostas *higienistas/sanitaristas* tornou-se importante para a organização espacial das cidades brasileiras que foi realizada entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Pode-se afirmar que os códigos de postura produzidos pelas diferentes administrações públicas, no Distrito Federal e em várias cidades brasileiras, são instrumentos responsáveis por alimentar elementos que provocaram a segregação, a discriminação e o preconceito que, em larga medida, permitiram o afastamento de milhares de famílias de suas áreas centrais, como demonstra LIRA (1999, pp. 47- 8) ao analisar a fase do urbanismo pré-modernista. Em tese, pode-se pensar que a segregação sócio-espacial no Brasil tem origem naquele período, porque, anteriormente, as relações entre classe dominante e grupos “subalternos”, no espaço urbano, guardavam elementos de proximidade, uma

*quase-ubiquidade espacial*⁷⁷ sem demandar necessariamente igualdade entre os diferentes segmentos sociais.

É possível separar o urbanismo pré-modernista em duas fases, fazendo corresponder a primeira ao período entre 1850 e 1900, quando o ideário do higienismo e da emergência do sanitarismo foi importante para estabelecer como o Estado, por meio das intervenções urbanas (o início do processo de demolições de cortiços e estalagens) e dos códigos de postura, mudou a lógica das cidades brasileiras, como aponta a literatura (ABREU, 1987; 1996; 2001; LAGO, 2000; CAMPOS, 2005; entre outros). No mesmo período, surge também as concepções eugênicas, com seus discursos de (des)qualificação racial (SCHAWARCZ, 1993), que influenciaram a atuação tanto de higienistas, no primeiro momento, como, posteriormente, dos sanitaristas. Também há que incluir como fator primordial a modernização dos transportes nos grandes centros urbanos que, de certa forma, nessa fase de urbanização, condiciona a dinâmica das classes sociais, seguindo as especificidades de cada grupo: trabalhadores em busca de oportunidades de ocupação e moradia, grupos de alta renda fugindo da alta concentração das áreas centrais e procurando habitações mais salubres. Contudo, como abordaremos mais adiante, *parcela da população de trabalhadores, disponibilizada para o mercado pós-Abolição, não fez esse movimento: já se encontrava há mais tempo nas áreas que foram incorporadas pela expansão da cidade*. Esse período é emblemático para a organização interna das cidades brasileiras. A ocupação do solo seguiu a lógica das cidades capitalistas: os de maior renda, aqueles que eram socialmente incluídos, se localizavam em áreas constituídas de maiores amenidades e, que, de uma forma ou de outra, agregavam valores. Os pobres urbanos, por sua vez, passaram a habitar as áreas centrais das cidades e/ou eram deslocados para os subúrbios, como foi o caso do Rio de Janeiro. Nesse sentido, não só a ação do Estado, mas também a do mercado imobiliário pode ser considerada responsável pela produção de segregação sócio-espacial em cidades brasileiras. Todos os grupos que viviam na

⁷⁷ Ubiquidade significa a propriedade ou estado de ubíquo ou onipresente; ubiquação, onipresença. Nesse caso, a relação de *ubiquidade espacial* demandaria a presença das favelas e outras áreas segregadas em toda parte, ou seja, a cidade toda deveria ser constituída por favelas e por áreas outras segregadas, o que, de todo, não reflete a verdade. Dessa maneira, optamos pelo advérbio de modo *quase* antecedendo a expressão *ubiquidade espacial*. O advérbio serve, portanto, para expressar o que autor entende sobre o espaço urbano carioca, no qual a favela e as outras áreas segregadas convivem com a cidade formal, mas, de certa maneira, acabam formando estruturas espaciais à parte. Sendo assim, daqui em diante, quando fizermos referência à *ubiquidade espacial*, entenda-se que estaremos tratando, de fato, da *quase-ubiquidade espacial*.

condição de pobres urbanos foram os primeiros alvos dos higienistas e sanitaristas, mas nem todos sofreram com as ideologias eugênicas.

A segunda fase do urbanismo pré-modernista (1900-1928) tem como foco principal as reformas urbanísticas e é conhecida como a “era das demolições”. O higienismo que vinha em crise desde 1880, começa a perder espaço para o sanitarismo dos engenheiros com concepções de cunho mais técnico e respostas mais imediatas para os problemas das cidades (ABREU, 1996; 2001). Nesse contexto, são realizadas as diferentes reformas no espaço urbano nacional. Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Niterói, Recife foram alguns dos palcos da intensa modificação e ordenamento espacial, segundo a lógica do capital imobiliário.

Na capital federal, essas mudanças foram significativas (seguindo as transformações executadas em Paris), preparando-a para os novos tempos: do capitalismo. A dotação de infra-estrutura na área central e o prosseguimento de *limpeza espacial* por meio da destruição, do arrasamento de morros e do aterro de mangues na orla da baía de Guanabara, da abertura de novos bairros tanto na Zona Sul como na Zona Norte e Oeste, da criação de vilas operárias fizeram parte do período de intervenção urbana responsável pela remodelação da cidade. Lembramos ainda que a demolição de cortiços, presente desde 1870 e intensificada nessa segunda fase do urbanismo pré-modernista, é fundamental para explicar a história espacial do contingente de afrodescendentes na cidade, sobretudo na formação e consolidação de favelas. A grande presença desse contingente em alguns bairros do subúrbio carioca, nos dias atuais, também deve ser atribuída às mudanças impostas à dinâmica sócio-espacial dos grupos subalternizados ao longo do século XX, sobretudo após os anos 50, como teremos oportunidade de explicitar mais adiante mediante a apresentação de análise esclarecedora dessa segregação espacial induzida.

As justificativas para a ocupação das favelas são cruzadas, obtidas a partir de informações indiretas, uma vez que a origem da explicação para a dinâmica espacial das classes pobres, naquele período e ao longo do século XX, era apenas de razão econômica. Sendo assim, há uma ocultação *não premeditada* das informações sobre os motivos reais que levaram os contingentes de afrodescendentes a constituir, em algumas favelas, a maioria da população desses lugares. Lembramos que o padrão de segregação sócio-espacial induzida desse grupo em favela não é o mesmo durante todo o tempo. No que se refere ao segundo aspecto, a maior presença em bairros contíguos, parte da explicação advém das políticas habitacionais adotadas a partir da metade do século XX,

cuja dinâmica foi construir centenas de conjuntos habitacionais em determinadas áreas, concentrando, de certa maneira, os grupos de menor renda, conforme demonstram o Anexo 1 e o Mapa 2.

Essa dinâmica espacial, concentradora de especificidades no que se refere a auto-declaração de cor ou raça, renda, educabilidade, inclusão digital etc, bairros contínuos, denominamos como *áreas de segregação espacial induzida continua* ou a *segregação espacial induzida curta* são perspectivas de análise que vão além das encontradas em áreas de segregação induzida tradicional, as quais correspondem aqui, embora não como regra, mas na maioria dos casos, à *segregação induzida*. A mudança retira das favelas ou dos conjuntos habitacionais⁷⁸ a função de lugares concentradores de pobres urbanos e também de pretos e pardos (até determinada época de nossa história) e a transfere para os bairros.

Além dos fatos apontados, após a implantação do sistema de transporte mais eficiente, houve, também, a modernização do sistema (da tração animal para energia elétrica), o que implicou a transformação das feições de toda a metrópole do Rio de Janeiro. Esse fato foi da maior relevância, visto que promoveu uma valorização e uma intensificação do mercado imobiliário e assentou valores segregacionistas no espaço urbano, por meio da atuação do Estado em consórcio com esse segmento econômico. Podemos pensar que, nessa fase, o Estado e o setor ligado ao capital imobiliário foram os principais responsáveis pelos elementos da racialização do espaço urbano do Distrito Federal. A razão dessa afirmação é função da atuação do capital imobiliário, que preparou parte do solo da cidade para receber determinado segmento social, restringindo, então, a permanência de grupos não desejados. Com demonstra a literatura, os interesses das empresas ligadas ao setor de transportes públicos e da produção de moradias muitas vezes se confundiam, e sua ação econômica, quase sempre, era verticalizada. Esse fato é importante em função do aumento do poder econômico na estruturação do espaço urbano e no alargamento dos prazos que as empresas ligadas ao setor conseguiram como concessionárias de serviços públicos. Seu poder era tão grande, que influenciaram a composição da diretoria que determinava os

⁷⁸ Cabe esclarecer que os grandes conjuntos habitacionais, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, são considerados “favelas de concreto armado”. No Rio de Janeiro, por exemplo, Cidade de Deus, Vila Kennedy (Bangu), Cezarão (Santa Cruz; ver Mapa 1) são alguns dos exemplos de conjuntos habitacionais que são visto como favelas. Em São Paulo, os conjuntos localizados na Zona Leste da cidade, que abrigam grandes quantidades de pobres urbanos, têm as mesmas características.

prazos em que as obras deveriam ser concluídas, passando, assim, a interferir no próprio poder concedente, o Estado.

Em quase todas as mudanças empreendidas no espaço urbano nacional, havia como princípio duas concepções – higienismo/eugenismo e, posteriormente, sanitarianismo/eugenismo –, que poderiam ser pensadas no conjunto ou isoladamente. O par higienismo-sanitarianismo foi responsável pela reestruturação urbana do espaço construído e dos valores a ele agregados, enquanto o eugenismo tinha como objetivo pensar o povo de acordo com a pureza ou não da raça.

O higienismo, segundo ABREU (1996, pp. 160-163; 2001, p. 37), tem suas origens na obra de Hipócrates intitulada *Sobre os ares, as águas e os lugares* e teve no médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689) seu grande sistematizador moderno. Para Sydenham, algumas enfermidades eram epidêmicas, enquanto outras seriam “estacionárias” e produzidas por “uma oculta e inexplicável alteração ocorrida nas entranhas da Terra”. Nas cidades brasileiras, o higienismo teve como princípio as aglomerações urbanas e os efeitos maléficos dos gases emitidos pelo interior da Terra associados às péssimas condições de higiene produzidas pela atividade humana, como atestam diferentes relatos encontrados na literatura.

O termo *eugenia*, boa (*eu*) geração (*genus*), segundo nos informa SCHAWARCZ (1993, p. 60), foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton, que, na época conhecido por seu trabalho como naturalista e como *geógrafo* especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865, após ter lido *A origem das espécies*. Em 1869 publicou *Hereditary genius*, até hoje considerado o texto fundador da eugenia. De acordo com um médico brasileiro, a *eugenia consiste em conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças visando à perfectibilidade da espécie humana. Os métodos têm por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual e impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Nestes termos a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte.* (Batista, João, 1918 [Brasil Médico] apud SCHAWARCZ, *id. ibid.*, p.231).

Transformada em vigoroso movimento científico e social a partir da década de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em

promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHAWARCZ, *id. ibid.*, p. 60). Dessa maneira, o movimento eugênico incentivou, portanto, uma administração científica e racional da hereditariedade, introduziu novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social (Stepan [1991] apud SCHAWARCZ, *id. ibid.*, p. 60).

O pensamento higienista/eugenista sustentou a maior parte da reflexão urbana brasileira da segunda metade do século XIX. As prescrições urbanas do higienismo [associadas às concepções eugênicas] tiveram importante papel normativo nas cidades brasileiras. Incorporadas aos códigos de postura, muitos dos quais elaborados pelos próprios médicos, elas enquadraram o desenvolvimento de novos bairros, mas, é forçoso observar, pouco mudaram o espaço já construído, herdado do período colonial (ABREU, 2001, pp. 38-39), sobretudo a área central da cidade, tomada por cortiços, estalagens e casas de cômodos que abrigavam as populações pobres.

A correlação entre os denominados “cortiços” [ou “estalagens”], duas das preocupações de higienistas e sanitaristas no que diz respeito à habitação popular, e as “classes perigosas”, segundo CHALHOUB (1996, p. 39), faz pensar que ambos supostamente descrevem “realidades” referentes aos hábitos das mesmas pessoas – as “classes pobres” –, que se caracterizavam muito mais pela fluidez e pela ambigüidade do que por qualquer esforço conseqüente de precisão de conceitos. Essa ambigüidade, de acordo com o autor, é carregada de significados: como se trata de conceitos altamente estigmatizantes, a imprecisão aumenta infinitamente a possibilidade da suspeição, ampliando assim a esfera de intervenção das autoridades públicas no espaço urbano e comprimindo, por conseguinte, os direitos civis desse segmento da sociedade (*id. ibid.*, pp. 39-40).

As propostas dos médico-higienistas não ficaram encapsuladas pelo tempo, apesar do descrédito que a corrente sofreu desde 1880 (ABREU, 1987; 1996; 2001). Sua influência ultrapassou, em larga medida, o século XIX. É importante notar que as considerações de ordem higiênica sofreram mudanças bastante significativas: do higienismo passou-se ao sanitarismo. Segundo ABREU (2001, p. 37), a partir das considerações de ordem higiênica, os núcleos urbanos herdados de períodos anteriores à República foram avaliados, criticados e repensados. Muitos deles foram transformados por meio de obras de infra-estruturas. Por sua vez, a criação de novas cidades e de novos bairros nas cidades preexistentes foi guiada por preocupações semelhantes.

A crise que se abateu sobre o higienismo a partir de 1880 fez surgir o tecnicismo dos engenheiros na concepção do espaço urbano. Segundo ABREU (1996; 2001), a era do sanitarismo tem seu ponto de partida nas cidades brasileiras, onde esses profissionais começaram a pensar o espaço urbano de maneira mais holística, ou seja, de acordo com uma visão que transcendia o simples equacionamento de um problema técnico. Para reforçar a importância do sanitarismo, o autor relata que foi nomeada, no Distrito Federal, a “Comissão de Melhoramento do Rio de Janeiro”, com a atribuição principal de elaborar um plano de remodelação da cidade e que não contou, surpreendentemente, com a participação de médicos, sendo integrada apenas por engenheiros (ABREU, 1996, p.173). A participação desses profissionais na forma de conceber a cidade fez com que eles, cada vez mais, ficassem responsáveis pelas questões urbanísticas de todas as cidades do país.

Do relatório de Everardo Backheuser de 1905 sobre moradias populares, CHALHOUB (2001, p. 38) transcreve as principais formas de habitação do período: “estalagem” e “cortiço”. A estalagem era definida como:

Pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de *registros de santos* e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos.

Enquanto o “cortiço” tinha a seguinte descrição:

(...) São ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos consertos clandestinos, atravessadas nos fundos de prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e textura ruinosa (*id. ibid.*, p. 39).

O Rio de Janeiro, que já concentrava um grande contingente de população afrodescendente no período imperial, viu esse número aumentar, congestionando ainda mais a ocupação do tipo de moradia descrito acima. Isso nos leva a fazer uma forte correlação entre o que Backheuser narra e as habitações de famílias de tradição afrodescendente. Nesse sentido, dirá SODRÉ (1988, pp. 120-1) que, desde o final do século XVIII, os escravos de ganho e forros se vinham aglutinando nas freguesias da Candelária, Sacramento e Santa Rita, área central do Rio de Janeiro, especialmente na segunda, depois de 1850, data em que os afrodescendentes começaram a mover-se em direção ao subúrbio, em função da demolição das antigas construções e da restrição para os novos empreendimentos do gênero.

ABREU (1987, p. 57), SODRÉ (1988, p. 41), CHALHOUB (1996) e CAMPOS (2005), entre outros, apontam que o crescimento populacional, contraditoriamente, implicava a proliferação dos cortiços e de moradias baratas. No caso da metrópole carioca, a população crescia em função do fluxo migratório a partir de áreas periféricas da própria cidade e da migração nordestina. No primeiro caso, a grande liberação de mão-de-obra escrava que procurava refúgio na área central, cujo desenho urbano não favorecia a recaptura para o conseqüente retorno às lavouras e outras atividades ligadas ao sistema escravagista, era um dos principais motivos da chegada dessas pessoas ao Centro da cidade. Já no segundo caso, o contingente nordestino foi atraído pela construção civil e pelo assentamento de trilhos urbanos, entre outras atividades que não demandavam nenhuma qualificação, como bastante documentado pela literatura.

A aliança dos diferentes setores da sociedade contrários à forma de moradia popular defendia, algumas vezes, interesses antagônicos na sociedade carioca: médicos higienistas e/ou engenheiros sanitaristas protegiam ou eram associados ao capital imobiliário; políticos e/ou engenheiros sanitaristas eram empresários ligados ao setor de transportes etc. Personagens como Carlos Sampaio, Barão de Drumond, Vieira Souto são exemplos de homens públicos que tinham algum interesse nas intervenções urbanas entre o final do Império e os primeiros anos da República. (CHALHOUB, 1996, 50). Esses duplos papéis encontravam no higienismo/sanitarismo o discurso ideal para a realização das reformas urbanas. Um exemplo clássico pode ser observado em Cândido Barata Ribeiro⁷⁹ (1892-1893), médico baiano, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da “Intendência Municipal” (1892), que em sua tese de doutoramento de 1877 apontava que os problemas epidemiológicos, morais e sociais que os cortiços provocavam deveriam ser extirpados de uma vez por todas da sociedade e servir como exemplo para o futuro. Nesse sentido, são bastante significativas as palavras colhidas por CHALHOUB (*id. ibid.*, p. 51) sobre esse tipo de habitação popular: “(...) Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas”. Parece justo. O problema é que os programas de moradias populares eram

⁷⁹ Barata Ribeiro foi nomeado prefeito pelo então presidente da República Floriano Peixoto, entre 1891 e 1893. Segundo CHALHOUB (1996, nota, p. 191), sofreu forte oposição durante o período que desempenhou a função de prefeito do Distrito Federal. “Como havia uma alegação de ilegalidade na sua nomeação para a prefeitura – uma deliberação de Floriano Peixoto à revelia da lei orgânica do município –, o Senado não confirmou a indicação (...) e [ele] foi apeado do cargo já em meado de 1893.”

de iniciativa muito restrita, alcançando inicialmente apenas as vilas operárias, atendendo aos operários de algumas fábricas, enquanto as políticas efetivadas pelo Estado eram poucas e sem representatividade em relação à grande demanda.

Outro homem público com interesses vinculados ao setor de construção era Carlos Sampaio⁸⁰ que, em 1892, foi encarregado das obras de prolongamento das ruas Cajueiros e João Ricardo, e da abertura do túnel no morro do Livramento. Ele solicitou à administração do Distrito Federal a completa destruição do cortiço Cabeça de Porco (CHALHOUB, 1996, p. 55). De acordo com o autor, apoiado em Lílian Fessler Vaz, dirá que:

Carlos Sampaio solicitara ainda as concessões de praxe em tais contratos: direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos públicos, privilégio para a exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes e no túnel, e mais direito de cobranças de pedágios por trinta anos.

Já em São Paulo, a associação entre capital privado (agentes imobiliários e setor de transporte público) e interesse de Estado é mais emblemática. Segundo S. F. S. WOLFF (2006, pp.76-79), em 1911, fundava-se em Londres a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company*, ou simplesmente *City*, que objetivava trazer para a cidade os altos padrões de construção residencial concebidos por Ebenezer Howard, em que estavam presentes “as dimensões controladas [das propriedades]” e promover o “equilíbrio entre cidade e campo”. A *City*, em 1912, comprou cerca 12.380.098 metros quadrados de terrenos na capital, o que correspondia a mais de um terço do perímetro urbano da cidade, em que seria desenvolvido o projeto “Jardim América”. Para que o empreendimento lograsse sucesso, a primeira diretoria da empresa contratou um representante da *Light and Power*, empresa canadense responsável pelo fornecimento de energia e transporte público, por meio de bondes. Essa associação, além de transportar os operários, serviu como fator determinante para atrair potenciais clientes.

Outro aspecto que acabava facilitando os trâmites legais da *City* era poder contar, como membro de sua diretoria, com o engenheiro Vitor Freire, que também exercia, no mesmo momento, “simplesmente” o cargo de diretor de Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo. Essa ligação, sem dúvidas, fez com que os interesses da empresa ganhassem mais velocidade, como, por exemplo, abertura e calçamento de ruas em direção às áreas a serem comercializadas.

⁸⁰ Carlos Sampaio administrou o Distrito Federal entre 1920 e 1922. Foi nessa administração que o morro do Castelo foi desmontado, dentro da concepção sanitária de que nos fala ABREU (1987, p. 76).

Como já visto, empresários ligados ao capital imobiliário, aos transportes e administradores públicos, entre outros setores da classe dominante, participaram, em função de seus interesses, da produção de desigualdade urbana, principalmente contra os pobres urbanos, incluindo práticas contra os afrodescendentes (que ainda representavam uma ligeira maioria da população). Tais problemas não podem ser examinados de forma direta, uma vez que a questão da racialização do espaço urbano quase nunca é observada. As diferenças encontradas na apropriação do espaço urbano estão ligadas inexoravelmente à carência material das pessoas, à pobreza, como fator fundamental para a explicação do fenômeno da segregação espacial das cidades brasileiras. Contudo, como nos informa SCHAWARCZ (1993), as discussões eram travadas nas faculdades de medicina (por meio das revistas médicas); nos diversos museus nacionais e no Arquivo Nacional (e suas publicações); nas diferentes sociedades históricas e geográficas, entre outras instituições que desempenhavam funções nas cidades e povoavam com suas idéias o imaginário popular e dos técnicos que eram encarregados de pensar a cidade. Os responsáveis pela análise das relações sociais (incluídas as raciais) influenciavam higienistas e sanitaristas, os quais tomavam suas decisões no sentido de combater o que se pensava ser as causas das doenças infectocontagiosas provocadas por emanações miasmáticas e de promover medidas profiláticas para as cidades brasileiras.

A produção de conhecimento de cunho eugenista, quase sempre influenciou a concepção de cidade tanto do ponto de vista dos higienistas quanto dos sanitaristas. Ocultadas, em geral, pelo discurso da técnica, nem sempre tais ligações eram de fácil percepção. Embora tênues, porém, não passaram despercebidas por LIRA (*op. cit.*, p. 51) que, apoiado em diferentes fontes, registra: é possível que a ênfase dada à contribuição do médico, do engenheiro e do perito em higiene legal tenha retardado o reconhecimento do papel de saberes como os da antropologia, da etnografia e mesmo o sociológico na formação e legitimação do *discurso do urbanismo*. É possível até que a ascensão, entre 1880 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais de “nossa decadência” tenha ampliado as possibilidades de abordagem dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de razões étnico-raciais, até então indiscutíveis. Mais ainda, se o conceito de raça no Brasil, freqüentemente confundido no período com os conceitos de povo e de nação, serviu no mais das vezes para descrever obstáculos intransponíveis, não é de estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país tenha de fato contribuído

com mais força para referendar e exaltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora da nação.

Dessa maneira, ainda de acordo com o autor, existe um realinhamento no campo das abordagens sanitárias e urbanísticas do discurso da raça e da cultura no debate sobre a cidade. Esse debate tem duplo sentido. De um lado, serve para contrapor um meio urbano visto como *degenerador* e uma cidade asséptica, civilizada e domesticada para as funções do trabalho, mas também ‘eugênica’, quer dizer, racialmente higienizada. Não por acaso, engenheiros, arquitetos e médicos higienistas não deixaram de pontuar o papel *eugênico* de suas ações urbanas, ora manipulando explicitamente o vocabulário da raça, ora atualizando – em proposta de limpeza urbana e tratamento de morros e alagados, e definições de bairros nobres arianizados e bairros-jardins operários, de cordões verdes, *parkways* e parques urbanos –, atualizando, repito, aquilo que os cientistas sociais e críticos da cultura até hoje não cessam de perguntar a respeito do Brasil. Como se formulam as diferenças nesta sociedade em que a incivilidade lançada contra enorme fração dos não-brancos é reiteradamente jogada na ambigüidade, suavizada e apagada na imagem de um povo que, sem cor nem raça, aparece sempre como constituído de desiguais econômicos e sociais, pobres e ricos, famintos e esbanjadores, povo e elites, menores delinquentes e crianças “que têm berço” (id. ib. p. 51).

De outro lado, prossegue LIRA (id. ib. p. 52), o que vemos nos grandes projetos de renovação urbana e ampliação dos espaços da cultura é a transformação de muitas cidades e trechos de cidades brasileiras em palcos e vitrinas de tradições, histórias e manifestações culturais que, rearranjadas ao sabor das expectativas de seu público, seja ele feito de uma classe média aborrecida, turistas mal informados ou ávidos consumidores de novidade, parecem nos colocar novamente diante da questão de sermos ou não um povo interessante.

A seleção social tem seus primeiros indicativos mostrados pelo desenvolvimento de uma política de transporte diferenciada por bondes e trens, no Rio de Janeiro. Nesse caso, os transportes urbanos por bondes, de um lado, e trens, de outro lado, criaram formas diferenciadas de ocupação do solo urbano no Rio de Janeiro. Desde que a cidade, em sua porção sul, chegou até o bairro da Glória com o primeiro assentamento dos trilhos (1859), intensificado a partir de 1870 por toda a área central e incorporando novos sítios tanto a sul como a norte da capital (ABREU, 1987, p. 37), mudou também a mobilidade espacial tanto dos grupos de maior renda como dos grupos pobres.

Segundo ainda o autor, o adensamento populacional dos bairros do Catete e da Glória levou os grupos de maior renda a criar, primeiro como habitação secundária e, mais tarde como moradia principal, novas chácaras nos bairros de Laranjeiras e Botafogo, ampliando assim os limites da cidade.

A ocupação pelo contingente de afrodescendentes dessa nova área de expansão, no período anterior à Abolição, era muito pequena em relação à que ocorria na área central e nos subúrbios da cidade. À medida que a urbanização avançava, como tradicionalmente acontece, a atividade agrícola era empurrada para novas áreas, cada vez mais distantes do centro do poder da capital federal. Por sua vez, a Zona Sul, apesar da existência de chácaras, não desempenhava atividades ligadas à agricultura. A produção agrícola emprega, para desenvolver suas funções, uma grande parcela de mão-de-obra, que até aquele momento ainda era escrava, ao contrário das chácaras, que demandam pouca mão-de-obra, tendo em vista sua função última: a moradia. Já os subúrbios, locais de grandes fazendas, mesmo que deslocadas pelo processo de urbanização, concentravam grandes contingentes de escravos, sendo, portanto, também concentradores de espaços quilombolas, como registram diretamente SODRÉ (1988), GOMES (1996) e CAMPOS (2005), e, indiretamente, MOURA (1987; 1988), ALGRANTI (1988) e CHALHOUB (1996). Assim, haverá uma tendência esperada de maior presença de afrodescendentes no interior dos bairros que foram constituídos nas áreas mais afastadas das estações de trens. Essas distâncias são decorrentes da atuação das empresas do setor imobiliário, que, em geral, eram as mesmas companhias permissionárias de gerir o transporte ferroviário, e de pequenos loteadores independentes (ABREU 1987). Nesse sentido, o processo abolicionista não é indicativo de que aqueles que estavam em luta contra o sistema escravista tenham feitos movimentos de mudanças das fazendas para a área central ou para a Zona Sul da cidade⁸¹ – nos anos posteriores à crise de produção do café e/ou de leis que restringiam

⁸¹Por ocasião da conclusão da pesquisa *Do quilombo à favela*, entendíamos que a existência da estrutura espacial quilombola se resumia a um único modelo, subdividido em duas versões: periurbano e rural. Trabalhamos, em grande parte, com os quilombos periurbanos, que, ao longo do processo histórico, receberam combate das forças imperiais e foram incorporados à estrutura urbana – Piraquê, Dragas, Pasmado, Praia do Pinto (antigas favelas que foram extintas) e Dona Marta – ou, simplesmente, ultrapassaram o período escravagista, perdendo seu sentido de resistência, tornando-se favelas ao longo da República, como, por exemplo, o Complexo da Maré, como demonstra CAMPOS (2005) apoiado em GOMES (1995). Porém, E. SILVA (2002) defende que as estruturas quilombolas eram duas: *quilombo de rompimento* e *quilombo abolicionista*. A primeira, relatada acima, corresponde a estrutura do “quilombo-resistência”, como tendência dominante e caracterizada pela política do esconderijo e do segredo de guerra. Essa dinâmica de lutas foi considerada por CAMPOS (2005) como um dos primeiros exemplos de “guerra de movimento” ou “guerrilha”, tendo em vista que a movimentação dos integrantes do quilombo

essa modalidade de trabalho – a fim de constituir novas relações espaciais. Mas, ao contrário, existem evidências de que os quilombos (presentes nos “interstícios espaciais”, locais onde as fazendas, sítios e chácaras não desenvolviam suas atividades, ou ainda nas áreas sem valor para os pequenos loteadores) se faziam presentes. Esses elementos espaciais foram responsáveis pela manutenção do contingente de afrodescendentes no subúrbio carioca, seguindo assim o que indica ABREU (1987, p. 37), quando afirma que “a mobilidade espacial é privilégio de poucos” no período. Trechos como a orla da baía de Guanabara, em que a literatura registra a existência de quilombos até a Abolição (GOMES, 1995), ou, mesmo após a construção da Avenida Brasil (1944), entre as margens dessa importante via e a baía (até a década 1970, essas favelas eram construídas sobre palafitas e denominadas Maré) foram alvo de consolidação de favelas. As moradias construídas nas encostas do Grajaú/Engenho Novo/Lins de Vasconcelos/Engenho de Dentro, onde se encontram favelas com nomes sugestivos, Morro dos Pretos Forros ou Morro do Encontro, são indicativas de que a

era fundamental para a sobrevivência do grupo. No entanto, segundo E. SILVA (2003, pp. 1-45), nem todos os quilombos-resistência utilizaram a “guerra de movimento, visto que tal expediente só era empregado na iminência de ataque das forças imperiais”. A segunda estrutura, do quilombo era denominada de “abolicionista”, que adotava como estratégia a inserção de seus membros na sociedade formal. O mais famoso desse tipo de estrutura espacial é o “Quilombo do Leblon”, que atualmente constitui parte do bairro de mesmo nome (ver Mapa 1). Se o quilombo-rompimento esforçava-se para proteger seu dia-a-dia, sua organização interna e suas lideranças de todo o tipo de inimigo, curioso ou forasteiro, o modelo abolicionista cria uma nova forma de resistência, cujas lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os grandes guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a “comunidade” de fugitivos e a sociedade envolvente. Sabemos hoje que a existência de quilombo inteiramente isolado foi coisa rara. Mas, no caso dos quilombos abolicionistas, os contatos com a sociedade são tantos e tão essenciais, que o quilombo já se encontra internalizado, parte do jogo político da sociedade mais ampla. Além do Quilombo do Leblon, comandado por um português chamado José de Seixas Magalhães (fabricante de malas) que plantava e distribuía camélias como símbolo de liberdade, outros foram famosos por esse tipo de articulação: Camorim, localizado na zona rural de Jacarepaguá, no atual bairro da Freguesia, próximo à Igreja de Nossa Senhora de Loreto; o Quilombo Jabaquara (Santos – São Paulo), considerado a maior colônia de fugitivos da história; o de Pai Felipe, situado em Cubatão, SP, que fez a transição entre o “quilombo-rompimento e o quilombo abolicionista. Ressalta-se que tanto no Império como na própria República, pessoas importantes aderiram ou protegeram a existência desse tipo de estrutura espacial: Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, princesa Isabel, Joaquim, Nabuco, Campos da Paz, João Chap, entre outras personalidades. Alguns capitalistas, republicanos de primeira hora, também estavam associados ao projeto abolicionista, em um “quadrado não perfeito”. Em geral, tem-se que os abolicionistas eram aliados natos dos republicanos, pois, acreditava-se até agora que essa corrente representava os ideais da liberdade. E, por outro lado, a Casa de Bragança estava coligada aos escravagistas, sendo aquela a responsável pelo sistema vigente no Império. Na verdade, como mostram SILVA (1997; 2003) e LEAL (2006), havia outras alianças: “Casa de Bragança, na pessoa de princesa Isabel e abolicionistas; e ainda Casa de Bragança e capitalistas. Segundo LEAL (2006, pp. 68-76) um dos exemplos marcantes dessa relação é o Barão de Mauá que, por intermédio de seu banco, a “Casa Mauá” propunha pagar indenização aos ex-escravos, invertendo a lógica de alguns republicanos que defendiam o pagamento por perdas e danos, tendo em vista a libertação dos escravos (P. LEAL, 2006, pp. 68-74). No Capítulo 3.4, teceremos outros comentários sobre a temática.

população de afrodescendentes já estava fixada em algumas áreas antes mesmo da expansão urbana em direção à Zona Norte da cidade.

Portanto, pode-se afirmar, com alguma margem de certeza, que na primeira fase do urbanismo pré-modernista, o Estado não pode ser considerado, de maneira direta, levando em conta apenas o elemento da expansão urbana, responsável pela existência de *áreas segregadas*, tendo em vista que parte da população pertencente às classes de menor poder aquisitivo e ao contingente afrodescendente já se encontrava nessa área.

Ao contrário do que podemos perceber no Brasil, nos Estados Unidos a administração pública pode ser responsabilizada pela criação direta de *áreas segregada*. Segundo nos informa GOTHAM (2000), o capital imobiliário e as políticas habitacionais do Estado norte-americano, entre o final do século XIX e início do subsequente, promoveram, de acordo com seus interesses, a racialização do espaço urbano das cidades no país. Essas políticas adotaram como estratégias a promoção de moradias nos *suburbs*, onde eram atendidos os anseios das classes de maior poder econômico, que, fundamentalmente, viam-se livres da vizinhança de negros pobres, liberados no movimento do campo para a cidade. Nesse sentido, desenvolvem-se as estratégias de produzir espaços racialmente “puros” pela escolha de pessoas que atendessem a um determinado perfil sócio, político e econômico ideologicamente produzido. Essa postura pode ser explícita, como no caso que acabamos de verificar, ou implícita, operada de forma subentendida, por meio de um conjunto de manifestações que nega as intenções das elites.

No Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século XX, o estreitamento do acordo entre Estado, capital imobiliário e o setor de transporte presente na Zona Sul da cidade é o meio operador da lógica de construir impedimentos espaciais de maneira implícita. Eles impediram, de certa maneira, que os grupos enquadrados com essa especificidade encontrassem meios para ocupar essa parte da cidade de forma mais efetiva. Essa restrição em parte se justifica pela cessão de direitos da administração pública à iniciativa privada ligada ao setor de transporte que, em geral, era a mesma que dava as “cartas” no setor imobiliário. Obviamente, a ação das classes populares para construção de habitação foi dificultada, visto que a vigilância do setor privado sempre foi mais efetiva quando se trata de propriedade privada.

Outra linha argumentativa, no que se refere à restrição dos mais pobres em habitar a Zona Sul, encontraria explicação muito simples se fosse levado apenas em consideração o fator econômico. Como já observamos, a maioria dos pobres, no período

escravista, habitava a área central da cidade, no Rio de Janeiro e em outras partes do país. Porém, na porção sul da cidade, cortada por trilhos de bonde, pelos motivos apontados em CAMPOS (2005), não havia o vazio completo. Quilombos transmutados em favelas. Quilombolas, em favelados. Movimento de resistência ao Império, em pobres da República. Áreas como morro do Pasmado, orla da lagoa Rodrigo de Freitas (Piraquê, Catacumba e Ilha dos Pescadores, Dragas) eram transmutações de quilombos em favelas. Dessa maneira, quando houve o assentamento de trilhos dos *carris*, grande parte dessas áreas já estava ocupada por contingente ao qual elas não se destinavam.

O morro do Castelo, por exemplo, sítio original da urbe carioca, foi posto abaixo, e seu material usado para aterro na administração de Carlos Sampaio (1920-1922). O bairro da Misericórdia, que apareceu logo depois do desmonte do morro do Castelo, também foi demolido de acordo com o princípio básico do nascente capitalismo industrial e o interesse do mercado imobiliário (ABREU, 1987, p. 76; SODRÉ, 1988). Dessa maneira, apoiado em Sampaio (1924), ABREU (*id. ibid.*, p. 77) irá destacar que:

Com a construção (...) [da Avenida Rui Barbosa] deixou de existir a solução de continuidade que se nota na Avenida Beira Mar no trecho entre as Praias do Flamengo e de Botafogo, ligadas até então pela Avenida Oswaldo Cruz, desafogando dessa forma o trânsito para os bairros de Botafogo, Gávea e Copacabana, *acabando com uma série de barracões imundos, a maioria dos quais feitas de folhas de zinco, tábuas velhas, e até latas de gasolina existentes desde o lado da Praia de Botafogo até as redondezas da antiga fortaleza do Ministério da Guerra (...)* A Avenida do Contorno deixa entre ela e a encosta do morro uma larga faixa de terreno próprio para a construção de grandes edifícios (...) que, vendidos mais tarde, darão para cobrir completamente o custo da avenida (o destaque é nosso).

Da mesma maneira, outras providências foram tomadas para que o bairro da Lagoa fosse incorporado aos demais bairros da Zona Sul, com uma homogeneização de sua população. Desta forma, avaliando a administração Carlos Sampaio, ABREU (*id. ibid.*, pp. 77-8) dirá:

(...) Deve-se à administração de Carlos Sampaio a integração de mais uma nova (extensa) 'área nobre' à cidade: as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Desde a Proclamação da República, que a ocupação da Lagoa vinha se realizando de forma morosa, e por uma população diferente daquela que se fixava na Zona Sul. *Era na verdade uma população operária, atraída à área pela instalação de grandes indústrias têxteis no último quartel do século (...)* [XIX], *ou que simplesmente ia procurar aí 'uma residência gratuita, em terrenos abandonados (e pantanosos), e que pagava com a saúde o que não podia pagar pecuniariamente (o destaque é nosso).*

Os destaques demonstram que populações diferentes daquelas às quais se destinavam as áreas que sofreram intervenções espaciais, no período, já preexistiam à ação da administração de Carlos Sampaio. Não se pode atribuir ao mercado de trabalho a única justificativa pela existência de populações nos trechos da enseada de

Botafogo/Lagoa (passando pelo Jardim Botânico), enseada de Botafogo/Copacabana (chegando ao Leme e à Vila Ipanema). Algumas dessas áreas, segundo alguns registros históricos, foram ocupadas por quilombos ou por trabalhadores urbanos que serviram de mão-de-obra no período de implantação do assentamento dos trilhos de bondes, ou, ainda, pela combinação das duas hipóteses. Mesmo que a quantidade de pessoas não seja significativa, há de ser levada em consideração para efeitos de análise, inclusive para explicar a presença pequena de afrodescendente nessa parte da cidade. Uma dessas possibilidades diz respeito à existência do “Quilombo do Leblon”, que abrigou escravos até a Abolição, como nos relata SILVA (2003). Além da importância desse quilombo, como símbolo de resistência ao sistema escravista, ainda hoje encontramos os remanescentes quilombolas, localizados no trecho enseada de Botafogo/Lagoa e em outras partes da cidade; de acordo com ALGRANTI (1988) e GOMES (1996) ou mesmo com os estudos clássicos de Clovis MOURA (1978), permaneceram ou reocuparam (mesmo após a extinção dessa forma de resistência) as áreas dos antigos quilombos. Alguns desses remanescentes puderam manter-se na atividade de pesca, fornecendo seus produtos para a área central e para os novos habitantes da Zona Sul. Um desses exemplos de “comunidade” remanescente é a encontrada no bairro da Lagoa,⁸² que, no final de 2005, recebeu do Governo Federal a titularização da terra.⁸³

A incorporação de Copacabana ao tecido urbano da cidade também encontrou população remanescente do período anterior ao assentamento das linhas de bondes. As *choupanas imundas* encontradas nas áreas apontadas pelos estudos de ABREU (1987) indicam que essa população já estava consolidada há algum tempo, e, até hoje, existe como registro uma colônia de pesca, grupo que sobreviveu a toda a febre urbanizadora do bairro. Poder-se-ia argumentar que a ocupação teria tido origem com os

⁸² Sobre o tema, é exemplar a declaração de José Luiz Pinto Júnior, o Luiz Sacopã, uma das principais lideranças do quilombo, localizado na Ladeira do Sacopã, na Lagoa Rodrigo de Freitas, que informa: “nos anos 60, o governador Carlos Lacerda, em conjunto com a secretária de Habitação Sandra Cavalcante, criou a política de remoção das favelas. Acabou com a Catacumba, e deu-se início à especulação imobiliária e também ao fim do sossego de Sacopã. Nesta época comecei a liderar o movimento de resistência. Primeiro, começaram pelas grandes favelas. Praia do Pinto foi incendiada. Acabou com Ilha das Dragas, Morro da Guarda, Macedo Sobrinho. Depois, começaram a pegar os peixes miúdos, como é nosso caso; muita gente aceitou, nós não. Por mais que eles chegassem e aumentassem a quantidade da oferta, eu conscientizava a minha família que a qualidade de vida que a gente tem aqui jamais teríamos fora daqui, seja qual for a quantidade de dinheiro” (www.vermelho.org.br/diario/2005/0501/0501_quilomborj.asp).

⁸³ A titularização dos lotes é promovida pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que baixou a portaria nº 74, de 31 de outubro de 2005, criando o programa 1336 – Brasil Quilombola, ligado à Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Esse programa tem como objetivo, entre outros, a regularização das terras remanescentes de quilombos. (*DIÁRIO OFICIAL*, Brasília, nº 211 de 03/11/2005).

trabalhadores que assentaram os trilhos de bondes na expansão da linha entre Copacabana e Leme, porém, no final do século já havia, segundo SODRÉ (1988), forte imigração de nordestinos para o Rio de Janeiro; então, a ocupação ilegal se daria de forma mista, encontrando-se, no Chapéu Mangueira e Babilônia, nas partes mais altas, afrodescendentes e nordestinos. Entretanto, nessas “comunidades”, notou-se a presença significativa de nordestinos nas partes mais baixas da favela, indicando a entrada em momentos posteriores.

Ainda do ponto de vista dos grupos de afrodescendentes, a criação dessas novas áreas e a utilização intensiva para habitação dos bairros de São Cristóvão e do Caju, ao norte, e a ampliação do limite sul (Botafogo e Laranjeiras) da cidade não contribuíram para que esse grupo fosse dotado de mobilidade espacial urbana. Essa população mantinha-se encerrada na área central, onde desenvolvia suas atividades cotidianas abrigada em cortiços e estalagens – pontos sensíveis à administração pública em quase todas as cidades do país.

A inclusão de novas áreas com fins de fixação de moradia das classes abastadas, na Zona Sul, e o escoamento da produção agrícola no subúrbio fizeram a diferença na primeira fase do urbanismo pré-modernista. Em 1868, foi inaugurada a linha Gonçalves Dias – Largo do Machado; em 1871, as linhas chegaram ao Jardim Botânico, passando pela antiga região aristocrática de Botafogo, onde existiam inúmeras chácaras. Em 1872 é inaugurado o ramal da Gávea. Alguns anos mais tarde, em 1892, concluem-se as obras do atual Túnel Velho, permitindo que a primeira linha de bonde alcançasse o distante bairro de Copacabana. Em 1901, finalmente, os trilhos chegam até Vila Ipanema (ABREU, 1987, pp. 43-8).

A dinâmica urbana, apesar da crise dos transportes, favoreceu a ampliação da cidade, uma vez que as populações de maior renda puderam ser deslocadas para as áreas onde eram encontradas as melhores condições, oferecidas principalmente pelas amenidades espaciais –a orla marítima privilegiada e o clima ameno das montanhas –, longe do que, durante um bom tempo, se considerou problema: as emanções miasmáticas e a alta concentração de população, até então classificada como anti-higiênica, do Centro da cidade. Muitas destas áreas foram incorporadas sem que necessariamente houvesse densidade populacional para tanto. De acordo com ABREU (*id. ibid.*, p. 47), uma das empresas, ao solicitar ao intendente a prorrogação do prazo para estender os trilhos até Copacabana, em 1890, teve o pedido negado. Porém, os interesses eram muitos poderosos, e o intendente foi removido do cargo. Uma das

companhias e seus associados tinham interesses em lotear o bairro de Copacabana, mas, para que esse empreendimento obtivesse êxito, eram necessários pesados investimentos e muitas obras de infra-estrutura. Túneis foram perfurados para permitir a ligação até o bairro e, posteriormente, ampliação das linhas até o Leme. É interessante a observação do autor a respeito do movimento de algumas empresas de transporte e suas pretensões imobiliárias ao responder aos anseios dos acionistas:

A inauguração das linhas de Copacabana sofreu pressões contrárias de alguns acionistas da empresa, que viam como um grande erro da diretoria e, na melhor das hipóteses, como um ato imprudente, a decisão de levar o bonde ‘àquele deserto arenoso, sem habitação e cujo progresso seria muito lento’. Refutando essa opinião, e antecipando as vantagens de acumulação de capital que a nova linha proporcionaria, seus diretores, em relatório datado de 25/08/1894 e submetido à assembléia, expressavam a ideologia que orientava a ação da Companhia de forma exemplar:

É incontestável que as duas praias de Copacabana e Arpoador são dotados de um clima esplendido e salubre, beijadas constantemente pelas frescas brisas do oceano ... A exceção de um ou outro prédio bom, os demais são, na verdade, pequenas e pobres choupanas ... é (pois) um bairro a criar-se. Agora é que vão tendo começo as edificações, as melhores casas se levantam, depois de vendidos os lotes de terrenos para esse fim, já que se acha organizada uma companhia com capital suficiente para edificar um club de sport e uma grande casa balneária que, brevemente, dará começo às obras. Dentro de um lustro, aqueles desertos do Sahara — como qualificam, se converterão em grandes povoações, para onde afluirá, de preferência, a população desta cidade (...) Não podemos duvidar da acção civilizadora dos nossos tramaways, que têm levado aos bairros afastados e desertos o gosto e o conforto na edificação de prédios, a vida e o progresso, dilatando assim o seu percurso, com aumento da renda (ABREU, 1987, p. 48; o destaque é nosso).

Seguindo a mesma estratégia, ainda em 1870, o bonde liga alguns bairros do Centro à porção norte da cidade. Os serviços são estendidos a São Cristóvão, Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi, Rio Comprido e Tijuca. Essas linhas, ao contrário das linhas que faziam a ligação centro-sul, transportavam um número elevado de passageiros, visto que o eixo Centro/Santo Cristo/São Cristóvão já vinha sendo ocupado intensivamente desde as primeiras décadas do século XIX, enquanto as demais áreas, quando muito, tinham seu uso vinculado aos fins de semana ou eram grandes vazios. Entre 1873 e 1875, os bairros do Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Maracanã, São Francisco Xavier e Engenho Novo recebem novos ramais, ampliando assim a malha de transportes urbanos (*id. ibid.*, p. 48).

De acordo ainda com o autor, a associação entre bonde e loteamento (e empreendedores imobiliários e Estado) é bem exemplificada em Vila Isabel (e em quase toda a cidade). Esse loteamento destacava-se das demais áreas da cidade por suas ruas largas, a exemplo das cidades européias, entre as quais o Boulevard 28 de Setembro (*id. ibid.*, p. 44).

Segundo LAGO (2000), o momento pode ser percebido da seguinte maneira:

(...) o interesse do capital em geral somado aos interesses específicos dos incorporadores, ao determinarem as condições de reprodução dos trabalhadores e da própria elite, nortearam as trajetórias espaciais dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole (...). O processo de separação entre pobres e ricos havia sido inaugurado no final do século [XIX], quando as camadas sociais abastadas foram deslocadas para novos bairros recém-construídos especialmente para elas. Nesse período, sob a orientação do capital privado – em particular das empresas de bonde – e do Estado, as fronteiras da cidade expandiram-se rapidamente em direção às Zonas Sul e Norte, incorporando as áreas do Jardim Botânico, Gávea, Lagoa Copacabana, Ipanema, Tijuca e Vila Isabel. Essa expansão, no entanto, possibilitou o deslocamento apenas das classes mais altas, restando aos trabalhadores urbanos os bairros proletários nas áreas centrais e àqueles em condições de ter gastos diários com transportes as freguesias suburbanas que, com a chegada dos trens, começavam a perder a função rural (*id. ibid.*, p.59).

Pensando dessa forma, podemos entender que o espaço urbano é, a um só tempo, reflexo e condição da sociedade contemporânea, tendo em vista que a distribuição espacial de pessoas e atividades reflete, de certa maneira, a distribuição e a apropriação da renda e das representações sociais de cada segmento. Como não vivemos em uma sociedade homogênea, onde todos, por uma ação do Estado, alcançarão uma equidade na apropriação da renda, a tendência é a construção de distâncias sociais cada vez maiores.

O conteúdo social de cada parte da cidade não é homogêneo, podendo ser compreendido de acordo com a proposta de Elizabeth GITTUS (1976, p. 209). A autora aponta que a expressão dessa desigualdade não é a concentração de pobres ou ricos em uma parte da cidade, mas a interpolação de segmentos diferentes na forma e no conteúdo social. Assim, para além de encontrar pobres em todas as cidades, encontramos *áreas de privações*. Elas são partes da cidade que são parcamente dotadas de um número relativamente baixo de infra-estrutura técnica e social, incluindo serviços para as moradias, educação, emprego e saúde, onde a pobreza, em geral, pode ser prevalente. Áreas de privações não contêm todos os pobres e nem todas as desvantagens sociais encontradas em qualquer cidade capitalista, mas têm, provavelmente, altas densidades demográficas e suas condições de vida são as piores, em comparação com outros setores da cidade, permeadas por múltiplas privações. Então, os guetos de Nova York, as favelas cariocas ou os bairros populares que carregam em seu nome a expressão “jardim”, localizados em periferias distantes, têm em comum a quase ausência de planejamento. Lembra-se aqui que as *áreas de privação* sempre se fizeram presentes nas sociedades urbanas, e não são homogêneas, nem no tempo nem no espaço, em seus conteúdos sociais.

Ainda de acordo com a autora, existe a tendência de obscurecer os estudos referentes à pobreza. Esse encobrimento é visto pelo caráter do conceito, que é “escorregadio”, tem significado diferente em cada sociedade e, mesmo dentro de uma nação, muda sua concepção. Os grupos étnico-raciais são os que sofrem as maiores conseqüências, visto ser nas áreas que habitam, nas grandes cidades, que se concentram os maiores índices de violência, ausência de infra-estrutura etc.

Dessa maneira, o salário mínimo, por exemplo, no Brasil ganha representação distinta numa grande metrópole e numa pequena cidade do interior do país. Enquanto a renda tende a circular com maior velocidade na primeira, expondo os seus moradores a um consumo generalizado e desenfreado, os moradores do interior estão quase sempre protegidos, visto que a oferta de bens e serviços é bem mais reduzida.

As *áreas de privações*, nos termos estabelecidos por GITTUS (1976), serão mais comuns nas periferias urbanas, sobretudo nos subúrbios das grandes metrópoles. Dessa maneira, temos que, entre 1858 e 1903, foram inaugurados diversos trechos, ligando a área central aos mais distantes pontos: Santana/Queimados (atualmente município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, localizado na Baixada Fluminense); São Cristóvão, Deodoro, São Francisco, Cascadura, Engenho Novo, Todos os Santos, Riachuelo (ABREU, 1987, p. 50). Ainda de acordo com o autor, a existência de uma linha de subúrbio até Cascadura (veja Mapa 1) incentivou, de imediato, a ocupação do espaço intermediário entre essa estação e o centro antigo. Olarias, curtumes ou mesmo núcleos rurais passaram então a se transformar em pequenos vilarejos e atrair pessoas em busca de moradias baratas, resultando daí uma considerável demanda por transporte e a conseqüente necessidade de aumentar o número de composições e de estações.

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma linear, localizando-se as casas e alguma atividade comercial ao longo da ferrovia e com maior concentração em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas por *proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras*, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (*id. ibid.*, p. 50; o destaque é nosso). A ocupação das áreas suburbanas, levando em consideração o assentamento dos trilhos e das estações de trens, segue exemplo de dois modelos de segregação: 1) a elite junto ao centro; 2) no processo de expansão urbana e modernização dos transportes, há uma descentralização dos grupos de maior renda. O primeiro foi estabelecido pelo geógrafo alemão J. G. Kohl (1841), situando a classe de

maior poder junto à área central, seguida por anéis periféricos, onde estariam localizados os grupos de classe média e renda baixa. A mobilidade intra-urbana era muito limitada, e construir moradia junto ao Centro era uma necessidade para as elites e para as atividades mais dinâmicas da economia (CORRÊA, 1989, pp. 67-8). O segundo modelo de segregação apresentado pelo autor é aquele em que há uma inversão, seguindo o padrão espacial das grandes cidades americanas, cujas elites estabelecem como áreas preferenciais para construção de moradia as periféricas ao Centro da cidade, ficando a área central com as pessoas de menor renda. Observa o autor que, inicialmente, as classes dominantes localizam-se de acordo com o modelo apresentado por Kohl, descentralizando-se mais tarde, possivelmente, pelos mesmos motivos que ABREU (1987) nos informa: a modernização dos transportes urbanos possibilita maior mobilidade espacial dos grupos de maior renda, impedindo, de certa maneira, pelo custo, que os grupos de menor renda façam o mesmo.

Tendo em vista os dois modelos de segregação, percebeu-se que a ocupação do espaço suburbano não se deu de maneira linear, ou seja, à medida que os trilhos eram assentados e as estações construídas, a população e as atividades econômicas, logo depois, passavam a desenvolver a área. Ao contrário, nem todas as estações foram palco de ocupação intensiva, e algumas tiveram o entorno parcialmente habitado, constituindo modelagens diferentes. Dessa maneira, após a construção das estações, sobretudo no ramal da antiga Central do Brasil, a ocupação seguiu lógica diferente e espacialização também diferente. Algumas estações receberam população que ocupou as duas margens da linha férrea, tendo como ponto de partida sempre a estação, ponto de referência para o desenvolvimento de atividade econômica e moradia. Inicialmente, o comércio era incipiente, mas à medida que a densidade populacional aumenta, amplia-se também o número de pequeno comércio, como acontece na formação dos vilarejos em cidades do interior. Com o tempo, mais ruas são abertas e abrigam mais e mais moradias e outras atividades, até cobrir uma grande área dos dois lados da linha férrea. Esse modelo de ocupação espacial, iniciado a partir da segunda metade do século XIX e consolidado ao longo do século XX, denominamos *área de ocupação completa*. Os bairros que melhor representam essa espacialização, no Rio de Janeiro, são: Méier, Madureira, Cascadura, Marechal Hermes, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Bonsucesso, Ramos, Caxias etc.

Se levarmos em consideração a importância de alguns desses bairros para a questão urbana do Rio de Janeiro, estaremos diante da formação de subcentros que drenam recursos e renda dos bairros vizinhos, como é o caso de Méier, Madureira,

Bangu, Campo Grande etc. Alguns desses lugarejos atraem consumidores, mas não conseguem exercer o mesmo papel, como é caso Cascadura, Ramos, Bonsucesso, entre outros bairros. Outras localidades acabam desempenhando papéis também administrativos, visto que abrigam crescente demanda pela presença do poder público. Esse fato acaba criando possibilidades políticas e valorização progressiva da propriedade, beneficiando, assim, os moradores que residem nessa área.

Porém, nem todos os bairros suburbanos se constituíram de acordo com essa dinâmica. A maior parte desses bairros é dotada de pouca capacidade de agregar funções diversas, como centralizar fluxo de mercadoria e transporte, moradia e pessoas. Na malha ferroviária é mais comum o fato de os bairros desempenharem funções mais modestas em relação à estrutura urbana de uma cidade. Nesse sentido, uma parte dos subúrbios se estrutura como *área de ocupação semicompleta* e outra parte, grande, como *área de ocupação incompleta*. A primeira, a de *ocupação semicompleta*, tem como lógica o desenvolvimento de atividade em um dos lados da estação. No início o processo se assemelha ao modelo de ocupação completa, e não há possibilidade de prever qual das duas margens da estação será escolhida para receber investimento e atenção dos consumidores de lotes para habitação e/ou desenvolvimento de atividades ligadas, sobretudo ao setor terciário, mais especificamente do pequeno comércio: lojas de material de construção, alimentos e outras atividades cuja instalação não demanda sofisticação técnica. Com o desenrolar do tempo, porém, algumas atividades começam a se concentrar em um dos lados, atraídas pela presença maior de consumidores ou porque a ligação entre essa margem e algum ponto da cidade de maior importância se faz com mais rapidez, ou por ser mais valorizada do ponto de vista comercial do que a outra margem.

A propriedade dos lotes em torno da estação, como relata a literatura, também não é resultado apenas do parcelamento das antigas propriedades, levado a efeito por pequenos empreendedores ou por empresários ligados ao setor de transporte que acabaram se responsabilizando igualmente pela ação imobiliária, mas decorre em grande parte da “ocupação” mediante o uso da posse (tornando-se o ocupante da gleba posseiro). A ocupação dessas áreas não era regularizada, e sua legalização dependia do interesse que ela despertava no mercado de terra urbana, possibilitando, assim, no decorrer do tempo, a violência urbana conduzida pela ação de grileiros ou especuladores que buscavam concentrar propriedade para fins comerciais.

Dessa maneira, uma das margens ganha maior densidade, oferecendo alguns serviços que não são encontrados nem na outra margem nem nos bairros próximos. Serviços esses que não são interessantes, do ponto de vista do custo, de ser buscados na área central ou em outras *áreas de ocupação completa*. Obviamente, a importância das *áreas de ocupação semicompleta* é limitada, visto que o crescimento das *áreas de ocupação completa* acaba impedindo ação mais efetiva nesses espaços, que se constituem, em muitos casos, em complemento do primeiro modelo.

No Rio de Janeiro, demonstram melhor essa realidade os bairros de São Cristóvão (que funciona como entroncamento entre a área central e muitos outros pontos da cidade, mas, também, é a parte mais dinâmica que se localiza entre trecho da linha férrea e a avenida Brasil), Olaria, Magalhães Bastos, Engenho de Dentro, Engenho Novo, entre outros tantos.

Por seu turno, a *área de ocupação incompleta* refere-se àquela que ao longo dos anos recebeu menor fluxo de pessoas e de atividades econômica, mantendo um dinamismo muito baixo. A ocupação dos dois lados da estação não se diferencia, e um “bairro-tampão”, isto é, um ponto no espaço de mero apoio na ligação entre bairros de maior importância. Nesse caso podemos enquadrar os bairros de Lauro Muller, Mangueira, São Francisco Xavier, Riachuelo, Sampaio, Quintino Bocaiúva e Oswaldo Cruz.

De acordo com os modelos apresentados, podemos entender de que maneira se deu a ocupação das áreas ao longo das vias férreas no Rio de Janeiro. Não na totalidade do sistema suburbano, mas em alguns casos o modelo pode começar a explicar, como nos dias atuais, podemos encontrar em determinados bairros uma concentração de afrodescendentes. Como demonstram os dados (Anexo 2), as *áreas de ocupação completa* como Méier, Madureira e Campo Grande concentram a partir da estação, em ambos os lados um contingente menor de afrodescendentes. Se pensarmos, por exemplo, na questão da educabilidade, verificaremos que a concentração de *mestres e doutores* nas áreas como Pavuna, Bangu, Marechal Hermes (apesar de pertencerem ao Modelo 1), a tendência será igual a zero, não se repetindo os indicadores que ocorrem no Méier, Campo Grande ou Madureira. Esses, por algum mecanismo, se destacam, servindo como ponto de referência para quase toda a malha suburbana, inclusive pela autoclaração de cor ou raça, em que grande parte se considera da cor branca. Esse é o ponto comum das três áreas acima citadas.

O modelo de *áreas de ocupação* suburbana, tendo como foco a cidade do Rio de Janeiro, como já se teve a oportunidade de dizer, é uma releitura de autores que fundaram os modelos de segregação espacial. Outros autores, contemporâneos ou não, seguiram os estudos de Kohl e Burgess, dando outras contribuições ao modelo dos círculos concêntricos. Dessa maneira, R. D. McKENZIE (1974 [1926], p. 66) dirá que, na década de 1920, a segregação tem como significado a concentração de um tipo de população no seio de uma comunidade, reafirmando que todo tipo de segregação é resultado da atuação de forças seletivas, tendo como principal desses fatores o corte econômico. Para Harvey W ZORBAUGH (1974 [1926], pp. 83-9), a competição será estritamente pelo que considerou resultado da ocupação das “áreas naturais⁸⁴ da cidade”. Porém, atribuirá aos elementos que compõem a segregação um caráter global, ao afirmar que os estudos da expansão de cidades seguem um dado padrão de ocupação espacial. Entende o autor que a segregação acontece em amplas áreas à medida que se estende radialmente desde a área central, passando pelos distritos comerciais (onde também existe uma zona de transição entre a área naturalmente ocupada pelo comércio e a área destinada à residência); trata-se de uma invasão por parte das atividades comerciais e das indústrias leves, que proporcionam uma deterioração física e uma desorganização social em área de moradias da classe operária, conjugadas por distritos residenciais intra-urbanas ao longo das principais vias de transporte, e ainda uma zona de apartamentos ocupada por determinados grupos sociais. Idealmente, essa *segregação global* tende a ganhar mais complexidade à medida que são introduzidos os fatores de ordem geográfica que acabam complicando o esquema. Dessa maneira, conclui Zorbaugh que todos os habitantes de uma cidade, em todos os sentidos, competem com os demais pela ocupação dessas áreas naturais. Nesse sentido, todos os estratos serão segregados na medida em que cada grupo social ocupará uma determinada área da cidade. O valor do solo que distingue cada área natural tende a orientar e distribuir a população de acordo com os valores culturais envolvidos, que, de certa forma, criam, por seu turno, elementos que atraem ou são repulsores.

ZORBAUGH (*id. ibid.*, pp. 83-9) ainda opina que cada grupo social terá seu lugar *predestinado* na cidade. O caráter singular de cada área permite, ao autor, aceitar que a

⁸⁴ Segundo Paul HATT (1974 [1946], pp.181-87), a área natural é concebida por dois pontos vista: a) como uma unidade espacial limitada por fronteiras naturais que encerram uma população homogênea no contexto de uma ordem moral característica; b) uma unidade espacial habitada por uma população unida com base nas relações simbióticas.

segregação tende a transformar áreas naturais em áreas culturais determinadas, por exemplo, os bairros japoneses, ou chineses, ou italianos, ou guetos negros, nos Estados Unidos.

Não há possibilidade de aceitar a idéia de que os grupos sociais tenham lugar predestinado no espaço urbano, visto que a ação da sociedade é resultado da história de cada povo e não é o caso de uma determinação natural, pela qual se destinam as áreas mais valorizadas para as elites econômicas e/ou políticas, e as áreas de menor valor para os grupos de menor renda. Em muitas grandes cidades do mundo, a redução da importância da área central foi uma decorrência de novas alocações espaciais dos grupos de alta e média renda (incentivados pela atuação do capital imobiliário), juntamente com o zoneamento de atividades econômicas e a atuação efetiva do Estado nas intervenções urbanas. Esse momento é importante, visto que as práticas sociais que valorizavam a *quase-ubiquidade espacial* foram rompidas em favor de políticas segregacionistas, afetando, principalmente, as classes de menor poder econômico e com menor possibilidade de organização.

Para alguns autores, o início do processo de reestruturação urbana precisa ser visto segundo a lógica portuária. De acordo com CORRÊA (1989), esse momento pôde ser observado quando o processo de centralização já não mais desempenhava o papel relevante que tivera no passado. De acordo com LEME (1999, p. 23-5), as obras de reforma urbana e a modernização portuária alcançaram muitas outras cidades além do Rio de Janeiro: São Paulo, Vitória, Porto Alegre, Niterói e Recife têm como principal motivador a reforma dos portos para melhorar o escoamento da produção e facilitar a importação de produtos estrangeiros. Aponta a autora que essas obras geraram arrasamento de quadras inteiras, eliminando edifícios e marcos históricos da cidade. No Rio de Janeiro, as avenidas estabelecem a ligação entre o Centro e os bairros na Zona Norte e na Zona Sul, iniciando a expansão da cidade. Na cidade de Vitória, o projeto de reforma do porto, no final do século XIX, era parte de uma estratégia de recuperação econômica da região. Foram demolidos sobrados e vielas encortiçadas, e, em seu lugar, construídas ruas, avenidas largas e grandes edifícios. Uma das principais intervenções na cidade foi a construção de um ramal ferroviário ligando as regiões produtoras a Vitória. Essas obras, que tinham como objetivo mudar a feição colonial e acolher o desenvolvimento, proporcionaram a verdadeira expansão urbana de Vitória, onde foram erguidos o Novo Arrabalde, o bairro operário Vila Monjardim e, entre os dois, a Vila

Hortícola. Os três bairros somam uma área seis vezes maior do que a ocupada por Vitória na época.

Como apontam, por exemplo, ABREU, 1987, SODRÉ (1988), CHALHOUB (1996a, 1996b) e LIRA (1999), entre outros autores, a questão habitacional é um dos pontos cruciais no final do século XIX no Rio de Janeiro e em outras cidades, pedindo soluções não ortodoxas que proporcionassem moradias para um sem-número de escravos recém-libertos, imigrantes (tanto nordestinos como estrangeiros) e pobres urbanos de maneira geral, que buscavam oportunidades na capital. Percebendo a questão da etnização espacial, LIRA (1999, p. 53) dirá que: a questão da habitação não por acaso irá parecer às elites políticas locais um perigo, em função da proximidade entre brancos e negros. Afinal, o tempo dos cortiços no Rio foi também o da intensificação das lutas dos afrodescendentes pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores.

O que parecia apenas um indício de progressão da produção de segregação pelo Estado passou a se constituir em certeza. O combate sistemático à existência de cortiços tendo como justificativa principal a eliminação de focos de doenças nas áreas densamente habitadas, de um lado, e a associação do Estado com a iniciativa privada para fazer chegar o bonde às áreas de maior interesse ao capital imobiliário, por outro, são faces da mesma moeda. A política que se seguiu, nos anos posteriores à Proclamação da República, foi, primeiramente, estabelecer uma intensa modernização do espaço já habitado das cidades – considerado por sanitaristas anacrônico para os novos tempos que se aproximavam – por meio de transformação da atividade capitalista; e, posteriormente, a política de remoção de parte significativa das habitações que não serviam à causa maior: a modernização.

Nesse sentido, a segunda fase do urbanismo pré-modernista começa o século com propostas mais radicais tendo em vista esses novos dias.

De acordo com ABREU (1987, pp. 71-2), o ano de 1906 simboliza o início de outro momento de organização social, que só viria a se concretizar plenamente com a Revolução de 30. Trata-se da decadência da aristocracia do café que, superproduzido no país, apresenta agora cotação cada vez mais baixa no mercado internacional, obrigando o governo, a partir de 1907, a sustentar seu preço por meio de uma política de valorização pela retenção de estoque e pela manutenção de câmbio favorável para exportação do produto.

No primeiro momento essas medidas favoreceram sem dúvida os fazendeiros, mas fazem, por outro lado, emergir a atuação marcante dos bancos que, de agente econômico secundário, passam a constituir uma das principais atividades econômicas (*id. ibid.*, p. 71) ao longo do século XX, como financiador de quase todos os setores econômicos, inclusive da dívida pública do Estado.

A questão urbana nacional mostra contradições internas na organização das cidades. Entre 1906 e 1930, o câmbio favorável para exportação torna a vida mais cara para a população e torna mais cara a importação de equipamentos e material para infraestrutura nos centros urbanos, o que era contraditório em época de implantação de indústrias e renovação urbana. Afirma ainda ABREU (*id., ibid.*, p 72), que:

De um lado, os Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e de embelezamento da Zona Sul. As cirurgias urbanas se sucedem, afetando, como sempre, os bairros pobres da cidade. Por outro lado, e não contando com qualquer apoio do Estado, as indústrias se multiplicam na cidade e começam a se expandir em direção aos subúrbios, criando novas áreas, dotando-as de infra-estrutura e, principalmente, gerando empregos. Estes, por sua vez, atraem mão-de-obra numerosa, que tanto se instala nos subúrbios, como dá origem a novas favelas, situadas próximas as indústrias. Financiadores tanto do consumo quanto da produção, os bancos, nacionais e estrangeiros, beneficiam-se das ações dos setores público e privado, aumentando sua influência em amplas áreas da economia.

Além desse fato, ressalte-se que o Estado, que atuava mais indiretamente, passa a comandar grande parte dessa mudança por intermédio das administrações municipais. Essa atuação, como já foi apontado, dirige-se sobretudo à Zona Sul, à área central da cidade e a pequena parte da Zona Norte (Grande Tijuca), deixando as demais áreas por conta da iniciativa privada ou da expansão urbana espontânea. De acordo com O autor (*id. ibid.*, pp. 59-60)

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluindo o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social (...). A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver contradições que (...) [a capital da República] apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação e exportação de mercadoria, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais (...).

A posição quase homogênea entre o eugenismo e a questão urbana é vista por LIRA (*op. cit.*, pp. 53-64) como indicativa de atuação segregacionista e discriminatória contra os afrodescendentes na cidade. O autor aceita que essas transformações só podem ser associadas a partir da década de 1920, com a difusão do eugenismo/sanitarismo. Porém, encontramos indícios de que o eugenismo vinculado à questão urbana (higienismo), ainda que de maneira bastante embrionária, já estava presente entre nós desde o começo do processo de “expulsão” das classes populares dos centros históricos, datado do último quartel do século XIX. A base desse ideário havia chegado ao país por intermédio dos intelectuais ligados aos museus, ao IHGB e a outras instituições de pesquisa nesse período, como nos informa SCHWARCZ (1993). Seja como for, o discurso eugenista, para LIRA (*op. cit.*), deve ser considerado tendo em vista a sua importância para alguns setores sociais que pensavam a cidade, como é caso de Recife. As propostas mais autorizadas de planificação e higienização dessa cidade marcada por circunstâncias naturais de bacia estuarina, com suas ilhotas, gamboas, manguezais, baixios e depressões muito procurados pelos habitantes pobres para construir as suas casas, prescindiriam de justificativas de cunho étnico-racial. Afinal, dizia um eminente engenheiro sanitaria da cidade, a higiene e a eugenia são duas ciências que precisam caminhar emparelhadas, uma complementa a outra a primeira cuida da cidade, e a segunda aperfeiçoa a raça de cuja perfeição e vitalidade muito depende o progresso do País. Nesse sentido, a política de habitação popular ali levada adiante, a partir da terceira década do século XX, ao iniciar a cruzada de demolição dos mocambos urbanos não deixaria de especificar fronteiras intransponíveis aos estigmas de miséria e *barbárie* (LIRA, 1999, p. 55) que envolviam os afrodescendentes.

Como os outros setores da sociedade, os engenheiros sanitaristas também defenderam a aliança entre o ideário do higienismo/eugenismo/pobreza. Esse foi o caso de José Mariano Filho (médico e professor da Escola Nacional de Belas Artes) que acreditava na inferioridade dos afrodescendentes e sua forma de habitar como uma das responsáveis pela degradação do espaço urbano. Em um de seus artigos, em que constrói uma vinculação entre habitação e raça, entre favela e inferioridade racial dos negros, ele afirma que:

o elemento étnico predominante na formação das favelas é o negro ao qual se aliam, por conveniência própria, outros elementos alienígenas. A tendência do elemento negro ao isolamento da civilização do branco, à qual não se querem submeter, é fato de observação corrente nas repúblicas sul-americanas. Entre nós ela se manifesta de modo ostensivo, em falta de medidas coercitivas. Voltando a expressão rural, ele satisfaz violentos impulsos do subconsciente. O retorno à vida primária permite ao negro a

satisfação de suas tendências raciais, as práticas fetichistas, as danças, as macumbas, etc. As favelas do Rio de Janeiro como os mocambos do Recife, são puras sobrevivências africanas como foram os Quilombos dos Palmares no século XVII (Mariano Filho, 1943, citado por LIRA, *op. cit.*, , p. 63; o destaque é nosso).

As discussões sobre modernidade contrapondo-se aos afrodescendentes também estão presentes no ideário de formação de cidades do sul do país. Pedro Rodolfo Bodê de MORAIS e Marcilene Garcia de SOUZA (1999, p. 12), citando M. R. M. Pereira (1996), irão apontar elementos que ligam o eugenismo e a desqualificação espacial dos afrodescendentes. De acordo com os autores, Pereira (1996) corroborou a análise ao informar que desde a segunda metade do século XIX, *na busca da modernidade para a cidade [de Curitiba], percebe-se o acirramento de uma série de objeções em relação ao escravo e ao negro em geral, entre as quais uma rejeição de tipo estético, com fundo racial[,] pois ele era símbolo do atraso de uma época a ser esquecida. Em nome da rejeição ao escravismo, rejeitava-se a pessoa do escravo, isto é, do negro que trazia na pele o estigma daquilo que deveria ser superado.*⁸⁵

Cabe ainda destacar que muito mais do que a questão da higiene/sanitarismo o que constituía o foco das intenções das elites do país era o projeto de construção de nação, situação ainda muito frágil no país até final do século XIX. Nessas discussões, que haviam começado por volta de 1820 (por ocasião da Constituição do Império, como relata CUNHA, 1985), os elementos que constituem a cultura *afrocentrada* estavam largamente sendo rejeitados pelas elites intelectuais e políticas em favor da forma de viver adotadas por europeus.

Outro artigo de Mariano Filho, segundo a análise de LIRA (1999), encontra amparo entre aqueles que acreditavam que o destino deste país era ser um representante legítimo do “urbanismo dito civilizado” que se praticava na Europa. Nesse sentido, as hipóteses em antropologia física aparecerão da seguinte maneira em diferentes momentos do artigo: *os pés dos habitantes da Ilha do Leite no Recife eram deformados, não apenas em razão da insalubridade, amontoamento e promiscuidade em que vivem, pela vadiagem e indisciplina, mas também por serem ‘arraial de presos’ e constantemente evocarem a fisionomia primitiva das cidades negras, deveriam ser sistematicamente erradicados, construindo-se em seu lugar cidades-jardins, submetidas a um plano higiênico e econômico*⁸⁶ (p. 63). O esforço urbanístico de Mariano Filho, prossegue Lira, visava não simplesmente reforçar os estigmas raciais mais comuns;

⁸⁵ O destaque é nosso.

⁸⁶ O destaque é nosso.

tratava-se ainda de discriminar o espaço da cidade entre os valores aristocráticos mais elevados e as contingências de uma cidade industrial. Assim, seria preciso estabelecer na lei de loteamento uma hierarquia urbana: um grupo de ruas nobres nas quais se agrupariam as casas de grande aparato arquitetônico; outros bairros, incluindo os suburbanos, também deveriam eleger por plebiscito as suas ruas nobres; por fim, os bairros-jardins operários perfeitamente higienizados e saneados (idem).

Outra posição sobre as obras em Recife é a de LEME (1999, pp. 23-4), que escreve:

O financiamento consistiu em um sistema idêntico ao Rio de Janeiro – empréstimos levantados pela União através de contrato com empresa selecionada por concorrência –, no caso do Recife, a empresa Societé de Construction du Port du Pernambouc (...). As obras do porto compreenderam a construção e reforço de diques e muralhas, construção de armazéns, serviço de drenagens e de aterros, implantação de calçamentos e linhas férreas urbanas para maior escoação de pessoas e produção de mercadorias. Estas obras atingiram sobretudo as classes populares que foram removidas das áreas que sofreram intervenções com a ação do Estado, como em outras capitais.

O mesmo processo, segundo a autora, também aconteceu em Porto Alegre, no estuário do rio Guaíba, primeiro núcleo urbano gaúcho, em cujas áreas foram executadas obras de aterro (p.24), construção de armazéns e, conseqüentemente, a remoção da população pobre e destruição do conjunto arquitetônico que abrigava essas pessoas.

Em São Paulo a situação não era diferente. Segundo CARRIL (2003), apoiada em diferentes autores, os quartos de aluguel eram formas predominantes de moradia dos negros de São Paulo, em casas de cômodos e porões da Praça da Sé, ou pequenas aldeias nas periferias. O desmonte do chamado “Centro Velho” – território simbólico dos afrodescendentes na cidade – durante a gestão de Antônio Prado (1899-1911) intensificou a modernização da cidade (p. 64). Como em Recife e no Rio de Janeiro (LIRA, 1999), estavam implícitas no Plano de Melhoramento da Capital as transformações que eram necessárias para apagar os vestígios dos traços culturais dos afrodescendentes e acentuar o processo de europeização, conferindo a São Paulo uma imagem metropolitana. Com a redefinição do espaço urbano paulistano, os novos territórios negros apareceram no sul da Sé, na região dos Lavapés, nos campos do Bexiga, na Barra Funda e em Santa Ifigênia (CARRIL, 2003, p 64).

A valorização de novas áreas levou ao abandono e à transformação de moradias da burguesia em cortiços. Os projetos para o vale do Anhangabaú (1906-1912) integram as

duas encostas do vale, de um lado a colina em que se formou a cidade de São Paulo, e do outro o emergente bairro comercial valorizado pela construção do Teatro Municipal. A transformação do vale é radical, passando de área ocupada por fundos de lote para um jardim de alamedas e canteiros plantados para o passeio de pedestres. Esse parque era cortado por uma via que estabelecia a ligação do vale com o restante da cidade LEME, 1999, p. 24).

A questão da circulação, ou “febre viária”, já está presente na definição de posturas para alinhamento de edifícios, abertura, alargamento e prolongamento de vias. Mas não é apenas à fluidez do tráfego que servem essas normas. Está sendo elaborado um novo modelo de cidade com ruas largas, casas alinhadas, praça e parques com desenhos definidos de canteiros. Não é mais o acaso, mas o projeto de engenharia que define as áreas centrais das cidades (*id. ibid.*, pp. 24-5).

Diferente do Rio de Janeiro que no final do século XIX já havia completado quase toda a sua rede de transporte urbano por trilho, São Paulo, ainda de acordo com CARRIL (2003, p. 69), tinha sua área urbana bastante concentrada. As condições de transporte, realizado por meio de bonde, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho concorreram para que os trabalhadores se fixassem próximo aos locais de trabalho e esparsamente ao longo das ferrovias. Os cortiços, onde se aglomera a população pobre, aparecem como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos. Em consequência dessa concentração urbana, o mercado imobiliário paulistano criou novas áreas para abrigar as elites – Higienópolis, Campos Elíseos (denominação sugestiva) e Avenida Paulista –, ficando a massa de trabalhadores nos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro e Lapa.

Certamente as explicações da espacialização das diferentes classes sociais no território paulistano serão encontradas na presença de escravos e libertos na capital. A presença desse contingente populacional não tem o mesmo sentido da que foi vista no Rio de Janeiro, cuja concentração se deu, desde o final do século XVIII, pelo conjunto de atividades: primeiro nas atividades agrícolas e, posteriormente, nos serviços domésticos e nas fazendas que resistiram à crise do setor de café no século XIX. Foi na capital federal, fora das regiões mineradoras, que a maior quantidade desses escravos e libertos se fez presente, pelas condições oferecidas pela cidade: a grande densidade populacional permitia que os que se encontravam em situação ilegal pudessem passar pelo anonimato (GOMES (1995)). No Estado de São Paulo, por sua vez, a densidade desse tipo de trabalhador é bem menor, visto que a instalação da lavoura açucareira

precisou empregar grande quantidade desses trabalhadores, ou seja, o desenvolvimento da produção açucareira e, posteriormente, o período do café foram o motor da importação de escravos para a região paulista.. Segundo CARRIL (2003, p. 43) apoiada em E. Vioti da Costa (1997), mesmo assim, em São Paulo nunca chegaria a existir um número de escravos comparável ao da Região Nordeste ou da zona de mineração.

A tese da autora busca entender que a dinamização dos cafezais do estado a partir do vale do Paraíba, direção Rio de Janeiro – São Paulo, provocou a abertura de novas fronteiras agrícolas, incorporando, por sua vez, um sem-número de braços escravos. Porém, essa incorporação não foi efetivada a um só tempo, mas cortada por vários eventos que, interligados, provocaram situação particularizada para o Estado de São Paulo. Vista dessa maneira, a crise verificada no sistema escravagista ocasionada pelas diferentes liberdades dos negros – Lei Euzébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1871) e Lei Áurea (1888), conjugadas com a Lei de Terras (1850) e a regulamentação de 1854 – trouxe uma crise sem precedentes à lavoura cafeeira, possibilitando, desde então, o desenvolvimento de políticas de atração de mão-de-obra estrangeira e a rejeição dos negros para as atividades no campo (Vioti da Costa, 1997, apud CARRIL, *id. ibid.*, pp. 53-54). Dessa forma, parte do contingente liberado do campo busca a área central da cidade – Carandiru, Pari, Santa Cecília, Bexiga e Liberdade, dos quais apenas Pari foi efetivamente cortado pelos trilhos ferroviários (*id. ibid.*, p. 66) –, enquanto parte dos negros desenvolve atividades de “limpeza” de terrenos nas fronteiras agrícolas, embora sem poder tornar-se proprietária das terras que desbravava, visto ser vizinhança indesejável (RIBEIRO, *op.cit.*).

Apoiada em Kowarick (1986), a autora afirma que os casarões e outras modalidades de edificações foram colocados num rentável mercado imobiliário, que até a década de 1940 continuou a ser dominante na cidade. Só a partir dos anos 50 ocorreram mudanças com o desenrolar do processo “metropolização/periferização” da cidade (CARRIL, *op. cit.*, pp. 70-1).

A segunda fase do urbanismo pré-modernista esgota-se sem que a urbanização se tenha completado nas grandes cidades brasileiras. Essa percepção diz respeito à ação do Estado frente às necessidades das classes trabalhadoras, visto que o processo que provocou as transformações urbanas foi seletivo: novas áreas foram valorizadas do ponto de vista das classes de maior renda. Por outro lado, parte significativa da população foi colocada “à própria sorte” nas soluções dos problemas urbanos. É nessa perspectiva que precisa ser vista a dinâmica sócio-espacial dos afrodescendentes locais,

dos migrantes nacionais (expulsos, em geral, pela modernização das relações capitalistas no campo ou pelo fim da escravidão) e das levas de estrangeiros que aportaram nas cidades brasileiras, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A década de 1920 termina com a ascensão de Antonio Prado Junior ao cargo de prefeito do Distrito Federal, em 1927. Essa administração fica marcada mais pelo ideário do que propriamente pela ação administrativa, visto que foi nesse período que o urbanista francês Alfred Agache é contratado para pensar o Rio de Janeiro como uma “cidade monumental”. Entretanto, a Revolução de 1930, conjugada aos altos custos das obras, abortou tal iniciativa (ABREU, 1987, p. 86).

Avaliando o período, a “era das demolições” serviu, pelo menos no Rio de Janeiro, para agravar o problema habitacional das classes menos favorecidas, principalmente quando tratamos dos afrodescendentes. A capital federal ainda era o maior pólo econômico do país, mas dava sinais de exaustão no início do século XX. Apesar desse fato, ela continuou a concentrar uma quantidade muito grande de trabalhadores afrodescendentes, que se intensificou ainda mais no período imediato à Abolição da escravidão. Obviamente, a procura da área central está ligada às estratégias de sobrevivência, pois a abertura e a posterior modernização do transporte público por trem não foram suficientes, pelo menos nos primeiros anos do século passado, para fazer com que os migrantes se localizassem fora da área de maior dinamismo econômico.

Não podemos esquecer que as publicações deixadas pela medicina legal (Salvador e Rio de Janeiro) e os trabalhos divulgados pelas faculdades de direito (Recife e São Paulo) contribuíram, de alguma maneira, para a difusão dos postulados eugênicos e uma visão desqualificadora do afrodescendente, Brasil afora. Esses estudos, de muita repercussão entre político (Rodrigues Alves, Pereira Passos, Carlos Sampaio, Barata Ribeiro), foram produzidos por intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Oliveira Vianna e o próprio Barata Ribeiro, e passaram a interferir na maneira de pensar o urbano brasileiro. Soma-se a esse conjunto de fatores o propósito alimentado há muito tempo de construir uma nação com valores “civilizados” europeus. Os afrodescendentes, segundo a visão de intelectuais e políticos, representavam o “anacronismo”, o “atraso”, aqueles que não tinham condições de incorporar o “espírito do novo tempo” e suas tecnologias. E as cidades deveriam criar soluções que afastassem tais convivências.

1.2) O planejamento modernista e a permanência do “estigma” da segregação sócio-espacial e da discriminação dos afrodescendentes na sociedade brasileira

Os anos 20 do século XX marcam a passagem do pré-urbanismo modernista para outra fase: das reformas urbanas às políticas de planejamento efetivas, ou seja, ao planejamento modernista. Esse modelo de planejamento alterou as feições das cidades mundiais, inclusive dos centros urbanos brasileiros, e seu princípio possibilitou o rompimento com a idéia de que “transformar a cidade era transformar a área central”. Essa fase, que tem como marco histórico o final da segunda década do século XX, pode ser considerada detentora de uma modalidade de planejamento *convencional*; de acordo, porém, com suas propostas de transformações inovadoras do espaço urbano, não deve ser enquadrada com o rótulo de conservadora (SOUZA, 2002).

O urbanismo modernista começa aparecer, segundo Choay (1979 [1962]), a partir de 1928, quando da realização do *I Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* (CIAM), que se torna, posteriormente, o principal órgão de difusão das idéias modernista sobre o espaço urbano. Em 1933, o CIAM propõe uma formulação doutrinária sob o nome de Carta de Atenas, o “bem comum” dos urbanistas modernistas, cujo conteúdo é retomado em numerosos escritos (pp.19-20). Le Corbusier é um dos maiores responsáveis pelo sucesso mundial dessa corrente, e seus representantes no Brasil, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, os que melhores traduziram o espírito do urbanismo modernista.

A idéia-chave dessa corrente é a de modernidade, vista sob duas perspectivas: a indústria e a arte de vanguarda (na ocasião, o cubismo, do qual Pablo Picasso foi a figura de maior relevância). É importante, segundo essa corrente, o deslocamento do foco das estruturas econômicas e sociais para estruturas técnicas e estéticas. Nesse sentido, a cidade do século XX precisa realizar a revolução industrial: não basta empregar sistematicamente os materiais novos, aço e concreto, que permitem uma mudança de escala e de tipologia; é preciso, para obter a “eficácia” moderna, anexar os métodos de estandarização e de mecanização da indústria (p.20).

A imagem do *homem-tipo* inspira a Carta de Atenas, que analisa as necessidades humanas universais no quadro de grandes funções: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito (lazer). As cidades modernistas têm a preocupação com a

eficácia que se manifesta, antes de tudo, na importância atribuída à questão da saúde e da higiene. Uma das conseqüências, indubitavelmente, é a abolição da rua, estigmatizada como um vestígio de barbárie, um anacronismo revoltante. Paralelamente, a maior parte dos urbanistas modernistas preconizará a construção elevada, para substituir a continuidade dos velhos imóveis baixos por um número reduzido de unidades ou pseudocidades verticais (p.21-22).

A rua não é abolida apenas em nome da higiene, na medida em que simboliza em nossa época a desordem circulatória. A cidade-instrumento, no modelo modernista, é também a *cidade-espetáculo*. O espaço fragmentado, mas ordenado, da cidade-objeto corresponde rigorosamente ao espaço dissociado, mas geometricamente composto, da *cidade-espetáculo*. O funcionalismo e os princípios estéticos, inspirados pelo racionalismo, presidem à concepção dos elementos da composição, quer dizer, dos edifícios repartidos pelo espaço. A cada destinação dos objetos geográficos (um edifício, por exemplo, não se constitui em um único objeto geográfico, mas em um conjunto de objetos geográficos) corresponde um protótipo, que exprime na verdade uma função (p.24). Os protótipos são definidos por Le Corbusier, segundo a autora, como unidades de habitação, unidades de trabalho, unidades de circulação horizontais e verticais (p.24). A ruptura com o passado é assumida de modo agressivo, provocante, e os novos valores (mecanização, padronização, rigor, geometrismo) são afirmados num estilo de vanguarda e de certa forma expostos ao público cuja adesão deve ser conquistada por uma impressão de futurismo. A nova cidade torna-se, a um só tempo, o lugar da produção mais eficaz e uma espécie de centro de criação humana (pp. 24-26).

Outra visão sobre o período, também francesa, é a do arquiteto Donat Alfred Agache, secretário-geral da Société Française des Urbanistes, que foi contratado pelo prefeito Prado Junior para uma série de palestras e, posteriormente, para desenvolver um plano de intervenção na cidade e convencer a opinião pública da necessidade de disciplinar o futuro. Para o meio técnico profissional, ele estaria divulgando um conceito ainda recente e de uso restrito e que substituiu gradualmente a palavra melhoramento. Tratava-se de uma tarefa mais ambiciosa, não se referindo apenas à intervenção na cidade. Propunha conceituar uma área de conhecimento na confluência de ciência e arte. “*É uma ciência e uma arte e sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramentos das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levadas a efeito, mediante*

um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras". Uma ciência para a compreensão do funcionamento das cidades, que teriam funções análogas às do corpo humano, e o plano enfocaria três funções: respirar, circular e digerir. Esse plano é muito mais completo do que os que foram elaboradas para outras cidades brasileiras, como o de Atílio Corrêa Lima, em sua tese intitulada *Avant Project d'Aménagement et d'extension de la ville de Niterói*, defendida no Institut d'Urbanisme de Paris; ou os diferentes planos de intervenção apresentados à prefeitura de Recife, que mereceram sonoras críticas da intelectualidade recifense, propostos por Francisco Prestes Maia, Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy (antes de 1930), ou, ainda, os de Domingos Ferreira (1927) e Nestor Figueredo (1932), ou o de Francisco Prestes Maia para a cidade de São Paulo (1930), entre outras propostas (Leme, 1999, pp. 26-9).

O urbanismo modernista, segundo SOUZA (2000, p. 125-6), foi resultado de uma tentativa de melhor adaptar as cidades à era industrial e, por tabela, às necessidades do capitalismo. Mais do que isso, ele buscava mimetizar plenamente a racionalidade da produção industrial, transpondo para a produção do espaço urbano categorias próprias do universo da produção industrial. Nesse sentido, prossegue o autor:

É óbvio que não seria correto tachar o Urbanismo modernista simplesmente de conservador; em um certo sentido, ele era, isso sim, iconoclasta (desprezo pelas tradições e particularidades culturais, históricas e ambientais locais, regionais e nacionais, usual desdém pelo legado arquitetônico do passado) e pouco tinha de "conservador"! No entanto, sob o ângulo político, embora o modernismo tenha revelado preocupações "sociais", como com a produção de habitações higiênicas para a classe operária e o acesso dos pobres urbanos a moradias dignas (...), a perspectiva era de disciplinamento e uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora nos marcos do capitalismo, e não uma superação deste ... (p. 129).

Ressalta ainda o autor que Le Corbusier – bem como, acrescento, seus seguidores – exemplo de arrogância, de autoritarismo tecnocrático e de etnocentrismo, foi também um exemplo do quanto a "mudança" preconizada por meio de cirurgia urbanas e remodelações de traçados visavam à manutenção do *status quo* (p. 129). Nesse sentido, pode-se dizer que, no processo de embelezamento e de cirurgias urbanas das cidades brasileiras ao longo das décadas de 1920 e seguintes, os princípios do planejamento modernista já se faziam presentes. Uma leitura atenta da literatura que trata desse período nos mostra que, no momento anterior, a *boa forma urbana* era posta de acordo com os princípios da higiene/sanitarismo (associada em alguns casos ao eugenismo), cujo objetivo era demolir as construções ocupadas pelos grupos mais pobres,

consideradas, segundo o discurso ideológico, difusoras de doenças. Milhares dessas habitações foram postas abaixo em todo o país, prejudicando principalmente as classes populares. Por sua vez, as políticas urbanas do planejamento modernista têm sua ação dirigida não só às áreas construídas, mas também ao substrato desses lugares. No Rio de Janeiro, além de prosseguir com os aterros de áreas de mangues e de lagoas, uma nova modalidade de ação se fez presente: o desmonte de morros. As justificativas eram sempre higiênicas/sanitaristas, como a manutenção da boa circulação de ar na área central. O problema, porém, de fato era outro: as áreas se haviam tornado lugar de moradia dos mais pobres, e, portanto, era necessária uma intervenção que devolvesse ao mercado imobiliário algumas glebas que poderiam ser valorizadas mais tarde.

Apesar de não terem dividido o mesmo espaço, Le Corbusier e Agache fizeram do Rio de Janeiro uma *arena* de disputas. Segundo Leme (1999, pp. 30-1), Le Corbusier, atraído pela possibilidade de projetar para o Brasil o que era chamado na época de Planaltina, convive nesse período com Agache, que tinha seu escritório na cidade. As redes de relação dos dois urbanistas são bastante diferentes. Agache era reconhecido no meio acadêmico. As notícias chegaram a Le Corbusier por intermédio do escritor francês Blaise Cendrars que, em correspondência, lhe falava das possibilidades abertas para o projeto de uma nova cidade, capital do Brasil. Na passagem pelo Rio, Le Corbusier faz também conferência e fica extremamente interessado em realizar trabalhos na cidade. Em sua argumentação não hesitava em desqualificar o trabalho que Agache realizava naquele momento, no Rio, demonstrando claramente que pertenciam a círculos bastante diferentes na França.

De acordo com a autora (pp. 30-1)

Le Corbusier, em seu primeiro trabalho completo de urbanismo, o plano para uma cidade de três milhões de habitantes, apresentado em 1922, no Salão de Outono, e projetando uma nova cidade sobre a antiga – o que, certamente, é o problema do Rio de Janeiro e de outras capitais brasileiras. Os croquis que são elaborados, em sua viagem à América do Sul, em 1929, evocam concepções inteiramente novas de urbanização, utilizando as técnicas modernas, cujo princípio consiste em estabelecer as grandes circulações de automóveis em inextricáveis e criando volumes consideráveis de habitação. No Rio de Janeiro em particular, como mostram dois croquis, a operação interliga as diversas baías da cidade sem prejudicar seu estado atual. O projeto compõe-se de um viaduto com habitações que pousa sobre a cidade existente.

Enquanto os embates entre os ilustres franceses ocorriam no Rio de Janeiro tendo como finalidade a melhor concepção de espaço urbano, nos Estados Unidos a discussão sobre cidade e as questões vinculadas ao planejamento e áreas segregadas ganhavam

novos rumos. Nesse sentido, encontramos trabalhos que tentam superar as teses de Zorbaugh (1974 [1926]) a respeito da *predestinação* de cada classe social no espaço urbano. E. Franklin Frazier (1974 [1937]), em estudo de caso sobre a comunidade negra, analisa o movimento de ocupação do Harlem por esse contingente populacional, tratando-o pelo enfoque da sucessão espacial. Aponta que a ocupação dessa área, na década de 1910 já indicava que ela passaria por franco processo de deterioração, visto que os afro-americanos, que sucederam os brancos, detinham rendimentos menores e capital político também reduzido para enfrentar os problemas sócio-espaciais decorrentes da ação. Além das questões econômicas que envolviam a sucessão, o autor destacará uma motivação simbólica, constituindo-se em um campo das representações. Nesse sentido, ele dirá que os negros, no processo de ocupação do Harlem e de áreas próximas, sofreram pela intolerância étnico-racial promovida pela população branca, que não concordava com a nova vizinhança. Em 1916, os jornais da cidade (ampliando o coro dos protestos) apontaram que, em pouco tempo, o Harlem se tornaria um bairro totalmente negro (pp. 279-280), tomado pela pobreza e pela violência urbana. Essa violência estaria associada em grande parte à maior densidade populacional, à ausência de postos de trabalho para todos e a outras iniquidades sociais. Refere ainda o autor que a maior concentração populacional no Harlem também ampliaria o número de abandonos, aumentando a demanda de atendimento do serviço social em função da desorganização familiar (pp. 289-291). Porém, como é comum nessa situação, o poder público deixa de investir ou reduz a ação das políticas públicas com intuito de diminuir as distâncias sociais. Obviamente, o que cria possibilidade de manutenção dos equipamentos de uso coletivo é o fluxo de investimento, sobretudo, em áreas de privações sociais. Se assim não for, não há a mínima possibilidade de conservação e manutenção do funcionamento da parte da cidade que foi atingida pelo desinteresse das autoridades. Tal situação só poderá ser resolvida se o conflito for estabelecido entre moradores e o poder público ou por amplo programa de participação popular, o que não era o caso do Harlem.

No Brasil, a rejeição à relação conflituosa entre os diferentes grupos sociais indicada na cidade de Nova York não era prioridade dos grupos de maior renda. As discussões sobre as demandas étnico-raciais, apesar de presentes desde décadas anteriores, giravam sobre as questões sociais mais amplas, como, por exemplo, qual a linha de luta que os afrodescendentes poderiam adotar para tornar mais efetiva sua inserção na sociedade de classe. As questões ligadas à habitação, dessa forma, eram

secundárias para grande parte do movimento negro organizado. Por seu turno, contraditoriamente, os grupos de alta renda fechavam os olhos para o crescimento do espaço favelado, uma das maneiras mais populares de moradias dos mais pobres. Esse adensamento, ao que parece, recebia a chancela do poder público, que não tomou nenhuma atitude para frear esse movimento urbano dos mais pobres, permitindo, assim, a consolidação da *ubiquidade espacial latente*. Ao mesmo tempo, fez surgir o ideário que, mais tarde, se tornou corrente: a existência de dois espaços urbanos, a *cidade formal* contrapondo-se à *cidade de segunda classe*, em que os pobres urbanos se aglomerariam em *pardeiros urbanos*, alvo do combate higienista/sanitarista.

Para além da *ubiquidade latente*, que ditava a coexistência na mesma unidade espacial, as mudanças verificadas na capital federal foram profundas entre 1930 e 1950, atingindo, sobretudo, a organização social, econômica e política da cidade. As principais cidades do país, além de aumentarem substancialmente suas populações, também transformaram a forma urbana. De acordo com Abreu (1987), a cidade do Rio de Janeiro já se encontrava bastante estratificada, isto é, a classe de alto poder aquisitivo mudou-se para os bairros da Lagoa, Ipanema, Leblon, Gávea, São Conrado; a classe média localizou-se fundamentalmente nos bairros da Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo, Copacabana, Tijuca e adjacências; e os grupos mais pobres, proletários e outros trabalhadores permaneceram na área central ou estavam morando nos subúrbios (p. 94). Ainda de acordo com o autor, o crescimento tentacular da cidade havia resultado no aumento das distâncias entre local de trabalho e residência, exigindo deslocamento cada vez maior da força de trabalho. A eletrificação da rede ferroviária, com o conseqüente aumento da velocidade do transporte, não contribuiu de maneira substancial para reduzir o tempo de viagem, tendo em vista que a localização residencial de parte considerável desse grupo estava para além das fronteiras da cidade, ou seja, nas cidades vizinhas: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu etc. (id., *ibid.*).

Para a Zona Norte da cidade, a década de 1930 representa um diferencial em relação às anteriores. Se em outros momentos a iniciativa privada tomou a dianteira em lotear, sanear e incorporar essa área à totalidade da cidade, a partir de então, o Estado começa a intervir, criando alguma iniciativa próxima das políticas de zoneamento, que resultou na transferência da indústria localizada no Centro e na Zona Sul da cidade. De acordo com Abreu (1987, pp. 99-101)

É importante observar que o processo de deslocamento das indústrias da área central para os subúrbios foi completado por dois outros, também importantes. Em

primeiro lugar, a saída dos estabelecimentos fabris das proximidades do Centro levou à liberação de edificações amplas, que foram prontamente ocupadas por ramos industriais que exigiam grandes espaços para a produção e comercialização de seus produtos, destacando-se a indústria de móveis, que passou a se concentrar no Estácio [ver Mapa 1] e nas proximidades da Praça Onze de Junho.

Em segundo lugar, é também a partir da década de 1930 que o Estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-lei 6.000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Como dessa nova área foram excluídos os bairros da Zona Sul e Norte do Rio (muitos dos quais com importante tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo impostas ao espaço passaram a ser inevitáveis. Impedidas de se expandir nessas áreas da cidade, e ocupando terrenos agora extremamente valorizados, essas indústrias logo optaram por transferir-se para outros locais, ou encerraram mesmo suas atividades, loteando seus terrenos e obtendo grandes lucros (...).

Os bairros de São Cristóvão e Caju, que abrigavam a elite até a segunda metade do século XIX e, posteriormente, foram ocupados por população de médio padrão de renda, passaram a ser alvo de zoneamento de atividades. As indústrias deslocadas da área central da cidade foram e/ou tiveram de ser transferidas de suas antigas localizações, ou porque o preço da terra aumentara ou pelas vantagens que aquele momento proporcionava para o loteamento de suas propriedades, principalmente na Zona Sul. Da mesma maneira, o proletariado e os que se encontravam desempregados buscaram os terrenos que não interessavam ou que não foram ocupados pelas atividades produtivas e/ou pelos pequenos e grandes loteadores. Além deles, Bonsucesso, Jacarezinho, Ramos, a faixa entre Del Castilho e Costa Barros (Abreu, 1987, p 101; ver Mapa 1) passaram a constituir área prioritária para o zoneamento industrial.

Ainda no período entre 1930 e 1940, as proposta de criação de bairros-jardins nas periferias de grandes cidades tinham como fundamento principal os problemas provocados pelos *males eugênicos* de que favelas e cortiços eram causas: “basta visitar as favelas e as ‘cabeças de porcos’ da Capital Federal para desse flagelo ter-se uma idéia. É nelas, pode-se dizer, que têm início todas as misérias morais e materiais e todos os vícios. Nelas *medram a tuberculose, o alcoolismo e ainda se desenvolvem os baixos instintos. Lutar contra favelas e ‘cabeças de porcos’ é batalhar pela elevação moral e pela melhoria do físico da raça*”. Nessa tese, defendida perante o I Congresso de Habitação de São Paulo, de 1931, o engenheiro Marcelo Taylor Carneiro Mendonça propunha uma função cívica e moral da casa popular: “os governos encontrarão, na criação das cidades-jardins, a melhor solução para a maior parte dos grandes problemas nacionais presentemente, pois que, na cidade-jardim, os homens se tornam melhores e mais fortes. Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo. A natalidade

aumenta e a mortalidade diminui em proporção surpreendente. As crianças têm campos de recreio e, assim sendo, crescem fortes e saudáveis” (Mendonça (1931) apud Lira (1999, pp. 63-4).

Observa ainda Lira que é curioso perceber que muitas das vezes as idéias geradas no contexto das políticas higiênica/sanitaristas recriam os valores vividos no campo, transferindo-os para a cidade. Essa forma de transferência, defendida pelos partidários do eugenismo/higienismo/sanitarismo, melhoraria moral e fisicamente os indivíduos, aperfeiçoando as gerações futuras, e poderiam ser colocadas não só como alternativa à questão habitacional e à degradação do espaço focal da cidade, mas também como resposta ao problema da nacionalidade. Por vezes, a sugestão de um ‘urbanismo rural’ seria aventada até mesmo como forma de enfrentar o problema da fixação e da distribuição das massas populacionais no território. “Quanto às elites, é sintomático que estas propostas (...) não fossem de todo incompatíveis com a defesa de áreas estritamente residenciais, divididas em lotes de dimensões generosas, onde fosse proibida a construção de arranha-céus e protegida uma determinada quantidade de ruas para a construção de bairros-jardins à maneira inglesa, vale salientar que a idéia original já continha esta distinção entre cidade e enclaves de forma geral. É natural que os velhos bairros aristocráticos do II Império reivindiquem os direitos topológicos das ruas de tradicional nobreza. Assim, Botafogo, teria a rua São Clemente, convenientemente alargada, desde a praia de Botafogo ao largo dos Leões, à rua Real Grandeza e possivelmente à rua [Dona] Mariana. O Engenho Velho (...) [parte da Tijuca, teria ruas alargadas até a rua] Conde Bonfim, no trecho compreendido entre a rua Uruguai e o sub-bairro da Usina. Enquanto Copacabana teria de voltar as suas vistas para avenida Delfim Moreira” (Mariano, 1943, apud Lira, 1999, p. 64).

Em relação à cidade de Recife, o autor destaca a posição de José Estelita, eminente urbanista da década de 1930, que defendia o desaparecimento dos mocambos da paisagem recifense. Segundo Estelita, “era preciso deslocar os mocambeiros para trabalhar em colônias agrícolas, afinal a ‘integridade higiênica’ da cidade estava ameaçada”. A evolução da legislação sobre construções na cidade do Recife revela o progressivo estreitamento da margem de tolerância das autoridades com relação a este tipo de habitação (Estelita, 1938, apud Lira, 1999, p. 64).

Essa posição, porém, não era unânime entre aqueles que pensavam a Recife da década de 1920/30. Merecem destaque as posições tomadas por Gilberto Freyre contra uma excessiva valorização da arquitetura do urbanismo modernista que se configurava

na cidade. Os engenheiros sanitaristas, além do ideário higienista/eugenista, também abriram suas “baterias” contra as construções que guardavam alguns indícios da arquitetura lusitana, africana ou árabe. Em uma série de artigos (“Artigos numerados”, *Diário de Pernambuco*, 1825), Freyre destaca que

(...) a sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janela xadrez defendendo os habitantes dos excessos de luz, de sol e de calor e protegendo-os com a doçura das sombras. Ruas que convidariam os habitantes a andar a pé e devagar, no próprio Centro da cidade, sem se preocupar com os automóveis, os caminhões e os bondes. Era isso o que se propunha e jamais o mau exemplo do Rio de Janeiro de Pereira Passos, cuja Avenida Central tornara-se modelo inspirador de tudo quanto era reforma urbana no Brasil: ‘O Rio, no conjunto de suas avenidas novas e de seus palácios cosmopolitas, não passará de um amontoado inexpressivo; imitá-lo será para o Recife o sacrifício de personalidade própria a um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo’ (FREYRE, 1925, apud Lira, 1999, p 72).

Na capital paulista o processo de urbanização das áreas periféricas ao Centro, como no Rio de Janeiro, foi deixado a cargo da iniciativa privada, com pouca ou nenhuma participação do Estado, informa Carril (2003, pp. 73-4). De acordo com essa autora, os especuladores imobiliários atraíram a população para a compra de lotes de baixo custo com mecanismo de crédito e prestações de longuíssimo prazo, método que financiava a construção. Esses agentes imobiliários desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e fraude ao não suprimento de infra-estrutura básica e desrespeito às dimensões mínimas dos lotes exigidas por lei. Muitas famílias só descobriam essas irregularidades quando começavam as construções e, então, não podiam registrar seus lotes (p. 74).

A área central da cidade do Rio de Janeiro, local que ainda abrigava grande contingente de pobres urbanos, na década de 1940 passa por profundas transformações. Como registra Abreu (1987), as várias intervenções não foram suficientes para desalojar por completo todas as áreas que a população de renda mais baixa ocupava, visto que o capital imobiliário voltava seu interesse para a Zona Sul da cidade, sobretudo para Copacabana. Ainda segundo o autor,

Contrastando com as transformações rápidas que ocorriam na Zona Sul – especialmente em Copacabana – e em decorrência mesmo dessas transformações rápidas que ocorriam na Zona Sul, a área central da cidade apresentou, nas décadas de 1930 e 1940, uma estagnação relativa. Depois da fase de grandes modificações urbanísticas do início do século, tudo levava a crer que o Centro viesse a transformar rapidamente a sua aparência, substituindo padrões de construções antigos por novos edifícios de vários andares. Isso, entretanto, não aconteceu na medida do esperado, e a razão principal foi o aparecimento do ‘fenômeno Copacabana’, que atraiu para si não só uma série de atividades outrora radicadas exclusivamente no Centro, como grande parte dos capitais que normalmente seriam canalizados para investimentos imobiliários na área central. Nem

mesmo as obras de renovação urbana realizada durante o Estado Novo reverteram essa situação (p. 113).

A construção das avenidas Presidente Vargas e Brasil teve repercussões diferentes na maneira de habitar dos mais pobres. A primeira, uma importante via de ligação norte-centro-sul, marcou decididamente a atuação do Estado no Centro. O Plano Agache havia sugerido a construção de uma grande avenida de continuação do canal do Mangue, que exigiria a demolição de todos os prédios situados entre as antigas ruas General Câmara e São Pedro (áreas que margeiam o aeroporto Santos Dumont e a Praça XV) até a Igreja da Candelária. Para os afrodescendentes, a construção desse eixo viário, juntamente com outras obras monumentais como as realizadas para construção do aeroporto (área de aterro), prédios de ministérios e autarquias federais (na esplanada do Castelo), representou perdas substanciais de áreas identitárias: O que restou do antigo bairro da Misericórdia, entre a Santa Casa de Misericórdia e o aeroporto, foi posto abaixo para dar lugar à ligação expressa com o Aterro do Flamengo, concluído na década de 1960. Na Avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944, apesar da falta de registros precisos, sabe-se que 525 prédios foram demolidos e inúmeras atividades comerciais e industriais removidas para as proximidades ou deslocadas para os subúrbios (Abreu, 1987, p.114). É importante registrar que a área compreendida entre a Central do Brasil e o Centro Administrativo São Sebastião (Cidade Nova) era um importante concentrador de população afrodescendente, visto que algumas das atividades culturais importantes da cidade eram realizadas na Praça 11 de Junho, sendo o carnaval da cidade a principal delas, como registra R. Moura (1995).

Ainda na associação público-privado, para usar uma expressão mais atual, foi inaugurada em 1946 a Avenida Brasil. O novo eixo rodoviário foi construído sobre aterro na baía de Guanabara. Segundo Abreu (1987, p. 103), “objetivava não só deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio – Petrópolis e Rio – São Paulo para áreas menos congestionadas, diminuindo, assim, os custos da circulação, como pretendia também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando a sua ocupação industrial. Este último objetivo, entretanto, só se concretizou em alguns pontos – no extremo do eixo rodoviário – já outro tipo de ocupação do solo veio a se implantar aí, concorrendo com a indústria”. Esse outro tipo de “ocupação” da nova avenida, de acordo com o autor, “por novas favelas não deve ser visto como um fato excepcional. A localização de favelas nas proximidades das áreas industriais já era uma regra bastante comum, sendo que, em alguns casos, como Jacarezinho, era mesmo um dos fatores determinantes da

localização de algumas indústrias que buscavam mão-de-obra farta, barata e espacialmente concentrada. As favelas se localizavam no Centro (...) e na Zona Sul, cujo mercado de trabalho cada vez mais aumentava, principalmente no que toca à prestação de serviços, sobretudo domésticos” (p. 103).

Da mesma maneira que algumas das áreas se transformaram em favelas, visto que já tinham a sua ocupação antes mesmo da expansão do tecido urbano tanto na Zona Sul da como na Zona Norte da cidade, outro fator que funcionou como motivador da ocupação de favelas na orla da baía de Guanabara foi justamente a presença de aglomerados preexistente à Avenida Brasil. Como apontam Gomes (1995) e Campos (2005), a presença das *palafitas* é registrada pelos historiadores antes mesmo da Proclamação da República, em área anteriormente utilizada por quilombolas, caminho marítimo obrigatório entre a região produtora de alimentos e a área central. Então, além dos argumentos apresentados por Abreu (1987), de que existe uma atração das pessoas mais pobres para próximo do mercado de trabalho e da necessidade de que a mão-de-obra estivesse concentrada para reduzir os custos para as indústrias, outro fator importante é a “atração por aglomeração”. Uma atividade industrial, dependendo de sua importância, atrai outras, constituindo, ao longo do tempo, o que se denomina “economia de aglomeração”. Quanto à ocupação de terrenos públicos ou privados para fins residenciais também ocorre o mesmo fenômeno. Nesse caso, não importa a classe social, o fato comum é a ocupação ilegal. Os bairros da Barra da Tijuca (Rio de Janeiro), Piratininga e Itaipu (Niterói) foram alvo de *grilagem* e invasão de terras públicas, incluindo a ocupação das margens do complexo lacunar. Como a ocupação fora efetivada por grupos de renda média e alta, os mecanismos de legalização e regularização dos lotes foram efetuados sem grandes conflitos com o Estado. O fato de se tratar de terras devolutas, a grande capacidade de recorrer ao Judiciário e a importância social de alguns dos “invasores” permitiram reduzir a permeabilidade de conflitos pela posse definitiva. Hoje a área já se constitui em bairros consolidados que abrigam pessoas de renda alta e média de Niterói e do Rio de Janeiro.

No caso específico entre as margens da Avenida Brasil e da baía de Guanabara a ocupação não se deu de forma diferente. Ampliando a área que Abreu (1987) registra – entre os bairros de Olaria e Parada de Lucas –, acredita-se que a construção de favelas aconteceu desde Bonsucesso até Vigário Geral, tendo o núcleo central dessas ocupações se dado no atual Complexo da Maré (ver Mapa 1). O surgimento de novas favelas ao longo da avenida, nas margens de alguns rios que deságuam na baía e na própria orla

faz com que as duas teses indiquem o mesmo lugar. Enquanto Abreu (1987) aponta um trecho da avenida como foco de favelização, entendemos que esse trecho, com pequena ampliação, foi alvo de adensamento, sobretudo, naquelas formadas na orla da baía de Guanabara. Tanto quanto em outros casos, o Estado pode ser considerado responsável pelo aumento da favelização e da segregação, tendo em vista ter sido o criador do zoneamento da atividade industrial, sem o devido provimento de políticas de habitação para estancar o crescimento da área favelada que já existia no local. Da mesma maneira que a pouca efetividade do Estado, no decorrer do processo, é fundamental para justificar a presença desse contingente nessas áreas, as políticas adotadas posteriormente também “pecaram” pela falta de objetividade e ausência de definição a respeito de qual seria o destino das classes populares no espaço urbano brasileiro, visto que não se esclarecia se haveria remoção ou permanência. Essa indefinição, ao longo da história urbana do país, levou os mais pobres a se localizar em favelas e nos loteamentos irregulares nas periferias das grandes cidades.

Ainda na década de 1940, segundo Carril (2003, p.72), um fato foi importante para a periferização dos grupos mais empobrecidos: o congelamento dos aluguéis, em 1942. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em quase todo o país, essa medida representou um alívio para os trabalhadores, mas, a médio e a longo prazos, impossibilitou a renovação dos contratos de locação e diminuiu a oferta de moradias disponíveis para esse segmento da população, o que provocou também o aumento da quantidade de despejos, criando o que na década de 1960 passou a ser conhecido como “denúncia vazia”, instrumento utilizado pelos proprietários de imóveis para recuperar o imóvel sem necessidade de explicações maiores.

A década de 1940 também é considerada por Abreu (1987) a de maior proliferação de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Na Zona Sul, nesse período, a maior ocupação profissional deu-se no setor secundário, seguido pela construção civil e serviços domésticos. Na Zona Norte, a afluência de novos contingente de trabalhadores às favelas foi consequência direta do zoneamento industrial, visto que essa forma de atividade, até então, utilizava mão-de-obra em grande quantidade. Como vimos, a ausência de políticas habitacionais serviu tão-somente à forma de habitações alternativas à *cidade formal*.

De acordo com Lago (2000, p. 71), o enorme crescimento da população favelada, tanto nos subúrbios quanto na Zona Sul e na Zona Norte, foi acompanhado pela crescente diferenciação das favelas quanto a seus respectivos conteúdos sociais. As

localizações na zona suburbana, devido ao número significativo de trabalhadores da indústria de transformação, assemelham-se a “bairros operários”, enquanto as demais, cujos moradores apresentavam perfil ocupacional mais diversificado, ligado predominantemente aos setores de serviço e comércio, caracterizavam-se como “bairros populares”. Segundo a autora, fica evidente aqui a estreita relação entre o processo de favelização e a proximidade do mercado de trabalho, presente em vários estudos, evidenciando que a favela seria uma estratégia de inserção dos pobres nesse mercado (p. 72), relação essa não integralmente compartilhada por este autor.

De forma geral, a literatura sobre favelas registra que o desmonte dos morros em que estavam localizadas algumas favelas criou outras demandas por moradias em áreas correlatas. A década de 1950 reinicia essa nova fase, representada pelo desmonte do morro de Santo Antônio, entre 1952 e 1955. Se o desmonte do Morro do Castelo já havia criado uma demanda por moradia em décadas anteriores na área central, esse aumentou ainda mais a necessidade de novos locais para abrigar essa população. A lógica da mobilidade residencial, nesse momento, já era de longa distância, apesar de alguns segmentos tentarem a permanência na área central da cidade. Nesse deslocamento de longa distância, muitas pessoas buscavam, como alternativa barata, visto que o preço da terra era muito mais em conta, a construção de habitações nos subúrbios afastados ou até em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro vivendo seus derradeiros momentos de capital da República, as classes populares tinham como esteio das lutas políticas e pela moradia digna a Igreja que, desde a década de 1930, servia como instituição organizadora das populações em risco permanente, por meio da ação decisiva de Dom Helder Câmara e seu banco da Providência. A preocupação com as pessoas que habitavam as *áreas de privações sociais*, apresentadas por Gittus (1976), assenta-se em boa medida com as preocupações, naquele momento, dos religiosos, visto que as demais instituições públicas e privadas dispensaram pouca atenção a esse contingente populacional, moradores de áreas urbanas deprimidas pela exclusão em quase todos os setores da vida coletiva.

No Brasil, por sua vez, a atenção aos grupos urbanos mais pobres, assolados pelas dificuldades inerentes a quem vive em grandes cidades, torna-se cada vez mais problemática, uma vez que há um afastamento sistemático do Estado e de suas políticas de planejamento. Segundo o ideário difundido por meio do combate às moradias populares, desde o início do século XX e permanecendo até os dias atuais, da

ineficiência para inserção no mercado de trabalho, do desinteresse pelas questões educacionais, do abandono das famílias pelos homens, da falta de adequação à modernidade urbana, das condições indignas de moradia e por outras tantas formas de desqualificação social, tem-se a impressão de que existe de forma continuada no tempo e no espaço uma “desorganização” estrutural e profunda desse segmento social em suas práticas quotidianas e na forma como pensa o espaço onde vive e a cidade de maneira geral.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a questão da moradia aparece na literatura especializada como algo central, porém, o tratamento não é isolado, pois há que pensar em modelos nos quais o mundo do trabalho, a vizinhança, o sistema educacional e o da saúde possam ser integrados. Não estamos falando de equidade entre os grupos sociais, mas, na medida em que se pensa a cidade para um determinado segmento social, outros tendem a buscar defender seus interesses. Algumas propostas de planejamento, mesmo aquelas de corte ortodoxo, de *predestinação* das classes sociais ou da *sucessão espacial*, estudadas no âmbito da Escola de Chicago, têm essa preocupação de pensar a cidade de acordo com diferenças econômicas, pobreza e níveis de urbanização ou a correlação entre os diferentes indicadores. Assim, a urbanização, a pobreza, a segregação e o mundo do trabalho (de forma conjunta ou isolada) serão preocupações marcantes entre aqueles que pensam o sistema urbano americano. É nessas condições que as décadas de 1940 e 1960 aparecem entre pensadores e planejadores urbanos.

Como vimos em páginas anteriores, Frazier (1974 [1937]) trata da sucessão espacial de brancos por negros no Harlem, apontando a dificuldade sofrida por negros em Nova York; outros autores têm preocupações que se aproximam ou tomam outras direções nas análises da questão do planejamento urbano, como: H. S. Perloff (1968), H. Gans (1968), S. M. Miller (1968), GRIER e GRIER (1968), W. W. Stafford e J.e Ladner (1969), Shevky e W. Bell (1974, T. Schuman e E. Sclar (1998), entre outros.

Examinando a correlação entre urbanização e segregação, na década de 1940, E. Shevky e W. Bell (1974, pp.377-392),⁸⁷ com base em setores censitários americanos, observaram em seus estudos que havia marcante associação entre *urbanização e segregação*, sendo esta última considerada determinante na sociedade da época. A

⁸⁷ Observe-se que os autores dessa tendência metodológica pertencem à New Geography, grupo que se apoiou nos pressupostos positivista renovado do meado do século XX, com fortes bases nos levantamentos estatísticos censitários. Para entender um pouco mais essa corrente, veja A. Christofolletti (1982) e R. L. Corrêa (1995).

população que vivia sob a égide da segregação foi, nesse contexto, avaliada como formadora daqueles pertencentes ao conjunto da subpopulação americana constituída pelas *minorias sociais*, como, por exemplo, pelas *novas levas de migrantes* e pelos *grupos de não brancos*. A segregação, aqui, é dissociada da questão de classe, no sentido clássico do termo, pois esta é tomada no interior da ocupação espacial dos indivíduos ou grupo de indivíduos de acordo com a origem.

Seguindo a trilha de Shevky e W. Bell (1974), que correlacionam a segregação, a pobreza e a questão étnico-racial em meio às lutas pelos direitos civis, S. M. Miller (1968) no trabalho denominado *The american lower classes: a typological approach* examina a formação da classe baixa em contraposição à classe média. De acordo com essa análise a formação da classe social seria definida por um grupo de atributos ligados aos indicadores específicos, como a ocupação no mundo do trabalho, o nível educacional, o lugar de residência (p. 253). Também GRIER e GRIER (1968, pp. 124-147) trabalham com a perspectiva da segregação totalmente vinculada à questão étnico-racial, associando-a, *grosso modo*, à pobreza urbana. Esse conjunto de fatores só pode ser explicado pelas condições históricas a que esse grupo foi submetido, sobretudo, à discriminação no mundo do trabalho e às barreiras que foram criadas para impedir o acesso aos equipamentos educacionais. Tais diferenças se refletem na ocupação espacial, visto que os programas que permitem o acesso aos financiamentos públicos e privados privilegiaram aqueles grupos que estavam ligados aos setores dominantes. Estes receberam financiamentos diferenciados para construção nos *suburbs* americanos, enquanto a população negra e os migrantes permaneceram ligados aos guetos e aos cortiços localizados nas partes deterioradas de grandes centros urbanos, como apontou Gotham (2000).

Essa tendência de concepção de planejamento é rompida em prol da construção de políticas sócio-espaciais mais justas, com objetivos claros de buscar a inclusão dos grupos que sofrem pela falta de condições nas *áreas desprovidas*: maior inserção no mercado de trabalho, acréscimo ao nível educacional das populações, maior integração de grupos étnico-raciais diferentes, entre outras providências.

No Brasil, por não serem consideradas um problema de fundo, as questões étnico-raciais se confundem *sempre* com as demandas econômicas, inseridas nas reivindicações de classes sociais. Daí decorre a necessidade de explorar o tema com lupas e olhar muito atento a fim de não construirmos novas armadilhas epistemológicas.

1.3) A emergência da não-ortodoxia em planejamento urbano: modernização das cidades brasileiras e as mudanças no padrão de segregação induzida no Rio de Janeiro

Nos anos de 1950 e seguintes dificilmente podem ser estabelecidas ligações imediatas entre as políticas urbanas de planejamento e a questão de habitação envolvendo os afrodescendentes. É complexo estabelecer ligações entre a ocupação de favelas, por exemplo, e a ocorrência de um contingente específico, visto que a estruturação dos dados da agência oficial, na contagem geral, não divulgou a ocorrência da autodeclaração por setor censitário. Essa é uma das dificuldades de quem trabalha com a designação étnico-racial, não podendo apurar a ocorrência do fenômeno em escalas muito pequenas, como as encontradas nas favelas ou em grandes conjuntos habitacionais.

Porém, se não podemos verificar a ocorrência de acordo com a autodeclaração e outros indicadores, podemos analisar, embora sem mensurar, algumas das políticas que separam o uso do solo urbano para o atendimento de grupos de alta renda e as que afastam aqueles que não se enquadram no perfil de consumidor final de alto *status*. Os condomínios exclusivos que proliferaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em outras capitais são os exemplos mais bem acabados dessas ações.

As favelas, os cortiços, as casas de cômodo e, secundariamente, os loteamentos regulares (ou irregulares) foram lugares que absorveram os egressos da escravidão e os demais pobres urbanos. Contudo, foram as favelas que se tornaram o contraponto dos condomínios exclusivos, consolidando ainda mais a segregação sócio-espacial no país. O modelo de segregação à moda brasileira existe, mesmo que as teses contrárias busquem justificativas para não o aceitar. A favela é o exemplo mais acabado e emblemático dessa espacialização no urbano brasileiro, sendo o Rio de Janeiro o maior representante desse processo.

A urbanização da antiga capital federal é caracterizada, desde meados dos anos 40 do século XX, por uma *quase-ubiquidade espacial*, envolvendo as áreas que os pobres urbanos ocuparam e os bairros em que os demais grupos sociais se estabeleceram. Não há dúvida de que essa coexistência, em quase todo espaço urbano carioca, serviu como um modelo ruim para a maior parte do país. Esse modelo prevaleceu mais como impressão do que como fato, pois não existiam pesquisas que comprovassem tal

evidência. Era (e é) lugar-comum a idéia de que os mais pobres ocuparam as favelas das grandes cidades em decorrência do modelo excludente, sobretudo no que se refere ao mundo do trabalho e à moradia. Acredita-se que os afrodescendentes, por pertencerem aos grupos urbanos mais empobrecidos, *mediaticamente*, têm sua imagem associada à existência de favelas e à criminalidade.

Até os anos 50 do século passado, a tese poderia ser até correta, visto que a maioria de pobres urbanos era também constituída de afrodescendentes, como procurou mostrar Costa PINTO (1998). O problema dessa tese é que não há uma comprovação empírica que ratifique a impressão de que esse contingente habitava as favelas, apenas aponta para seu estado de pobreza; e, afinal, a maioria de pretos e pardos poderia também habitar os poucos cortiços ou as casas de cômodos que ainda existiam, ou ainda ser deslocada para os loteamentos na periferia. E, de outra forma, historicamente, esses segmentos tinham as suas práticas culturais consideradas, potencialmente, ofensivas às instituições, que, em geral, eram controladas pelo aparelho repressivo policial; são exemplos dessas práticas a escola de samba, os terreiros de culto afro, a capoeira etc.

Sabemos que grande parte desse contingente, inicialmente, abrigava-se na área central, e aos poucos foi deslocada para as periferias, acompanhando em geral o movimento do capital, e/ou já se encontrava localizada nesses pontos antes mesmo da expansão urbana por meio do assentamento dos trilhos suburbanos que ampliaram as periferias em quase todas as cidades. Contudo, a lógica de localização dos mais pobres não permaneceu a mesma ao longo do tempo. Quando se faz referência à mudança da lógica de localização dos mais pobres, refere-se à entrada do Estado no processo de produção habitacional e na regulação de ocupação do espaço urbano por meio de política de zoneamento de atividades econômica. Nesse sentido, o Estado interferiu no planejamento da cidade enquanto uma totalidade, favorecendo principalmente o capital imobiliário por meio dos investimentos em infra-estrutura, sobretudo nos bairros que seriam destinados aos grupos de maior renda. E, ao mesmo tempo, regulamentou as áreas da cidade em que o parque fabril se poderia ser instalado. Por outro lado, porém, mostrou-se ausente ou com presença muito acanhada nas áreas que os mais pobres ocuparam.

A totalidade tem a ver com os limites espaciais, mas não com o tratamento dispensado a todas as unidades espaciais da cidade, visto que o interesse do capital, sobretudo o capital imobiliário, não foi o mesmo para as todas as partes. Nesse sentido, os códigos de postura que vigoraram até a década de 1920 funcionaram como

instrumento de ordenamento territorial para atuação do capital e, ao mesmo tempo, criaram restrição na dinâmica espacial dos mais pobres em quase todas as grandes cidades brasileiras. No antigo Distrito Federal, o que se viu foi um deslocamento contínuo dos mais pobres, entre os quais se encontravam os afrodescendentes, para áreas desconcentradas, transferidos dos cortiços e das casas de cômodo para as favelas localizadas na própria área central ou em suas proximidades. Posteriormente, assistiu-se ao deslocamento de grandes contingentes para os subúrbios, nos loteamentos regulares ou irregulares, em geral, acompanhando o avanço da linha férrea. Esses deslocamentos eram formas de instrumentalizar o ideário do eugenismo/higienismo/sanitarismo, como foi visto em páginas anteriores. Até os anos 50, podemos pensar que a realocação espacial, apesar de atingir grande número de pessoas, tinha como resultado o adensamento das favelas e outras formas de habitação. Porém, do final dos anos 50 até a década de 1970, a lógica mudou. O Estado efetivamente passou a interferir na realocação dos mais pobres, por meio da concepção de grandes conjuntos habitacionais como forma de habitação. Assim, entra em cena, na política habitacional brasileira, a figura da *remoção de favelas*.

Apesar de transcorrido quase meio século do início das políticas de remoção, em que o Estado se fez efetivamente presente na formulação de políticas de realocação das populações de baixa renda, não há estudos que apontem o perfil dessas pessoas. No Rio de Janeiro, estima-se que parte substancial desse grupo de indivíduos removidos tenha sido constituída de afrodescendentes, deslocados que foram de quase todas as partes da cidade, mas, sobretudo, das favelas assentadas na Zona Sul da cidade. Os grandes conjuntos habitacionais construídos à época, como D. Jaime Câmara (Padre Miguel), Cidade de Deus, Vila Kennedy (Bangu), Cidade Alta (Cordovil), Maré, Fazenda Botafogo (Acari), Cezarão (e outras unidades de moradia localizadas no bairro de Santa Cruz), foram os resultados mais visíveis dessa política de remoção. Todos esses bairros e mais um conjunto de outras unidades espaciais são os que concentram, hoje, uma maioria de afrodescendentes (como podemos observar no Anexo 2 e no Mapa 2).

Se essa concentração resultou da política de remoção, não se pode afirmar, mas seria fruto de muita coincidência que justamente os bairros que receberam grandes conjuntos habitacionais sejam os que mais concentram contingentes de afrodescendentes. As políticas de remoção de favelas e realocação de pessoas, sobretudo em áreas suburbanas, têm paralelos com os estudos urbanos americanos. Os discursos que tomaram conta de políticos e intelectuais desde o início do século XX

eram no sentido de conceder moradias sadias e melhores condições de vida para as populações pobres. Para tanto, havia necessidade de destruir cortiços e casas de cômodos, e, posteriormente, as favelas.

Nos Estados Unidos, discursos correlatos também estavam presentes em relação aos guetos, porém com a inclusão de um tema-problema dessa sociedade: as questões étnico-raciais e as heteronomias provocadas por esse tipo de relação. Nesse sentido, eliminar a pobreza e avançar no que diz respeito à integração étnico-racial são as preocupações de muitos autores, como, por exemplo, H GANS (*op. cit.*, pp. 39-53). Ele afirma que as políticas de planejamento devem ser mais generosas e servir de esteio para os avanços sociais; que deverão, sobretudo, ter como objetivo a eliminação da pobreza urbana, sem a necessidade de empregar as ferramentas autoritárias, presentes no planejamento regulatório clássico. O autor acredita que o papel do planejamento é oferecer alternativas que conduzam as pessoas a se movimentar no espaço urbano de forma objetiva e planejada, ou seja, de acordo com os princípios do que denominou *mobilidade guiada* (*guided mobility*). O longo tempo de insucesso das propostas apresentadas pelo planejamento físico-territorial autoriza que sejam pensadas outras formas de reduzir (ou até mesmo eliminar) a pobreza urbana, já que essa era uma das preocupações dos planejadores vinculados à corrente.

Sendo assim, um planejamento filiado às correntes de cunho mais social, para além de cuidar da estética ou da organização interna das cidades, deveria cuidar também do bem-estar de todas as pessoas que estivessem envolvidas no processo, independente da classe social.

Deve ser também objetivo desse tipo de planejamento a mudança progressiva do *modo de vida das pessoas*, por meio da integração econômica das diferentes classes sociais em um programa pelo qual todos fossem beneficiados, integrando a economia, a política e aumentando os laços de vizinhança entre todos os interessados.

Essa modalidade de planejamento passa pela mobilização “comunitária” ampliada, cujo desenvolvimento depende de todos os setores sociais. O autor pensa que para desenvolver uma proposta dessa magnitude seriam necessárias algumas ultrapassagens, como: a) desenvolver novos métodos de educação para crianças de baixa renda e carentes de cultura, assim como a redução da criminalidade, proporcionando a aprendizagem de uma profissão para buscar colocação no mercado de trabalho; b) reduzir o desemprego por meio de novas formas de treinamento de jovens e adultos (qualificação e/ou requalificação de mão-de-obra) e criar novas formas de

trabalho e geração de renda na própria “comunidade”; c) estimular o aumento da auto-estima pela valorização individual e comunitária; ampliar a interação com a vizinhança; d) e, finalmente, oferecer serviços de qualidade para a comunidade nos campos de saúde e educação pública, primeiro emprego, programas de recreação para todas as idades.

Por sua vez, Harvey S. PERLOFF (1968) afirmará que pensar a cidade é pensar uma possibilidade de desenvolver as potencialidades dos *recursos humanos* (ou, como quer a corrente neoliberal, *capital humano*) presentes em determinado espaço urbano. Dessa forma, ir além da pobreza de muitas famílias não é apenas se ater às políticas dos direitos civis que incluíram discussões, mas desenvolver parâmetros de inclusão de famílias que estejam em desvantagens sociais na sociedade americana. Da mesma forma, os planejadores deveriam criar mecanismo permitindo que as minorias tivessem acesso aos equipamentos educacionais, reduzindo as desigualdades estruturais, e buscar o crescimento do número de oferta de postos de trabalho, tendo em vista a inserção desse grupo que, em geral, não tem boa qualificação profissional. Essas ações poderiam reduzir as “áreas de privações sociais”.

A falta de interação entre os diversos grupos de interesses (poder público, “comunidade” e homens de negócio) é a responsável pelo insucesso de diversos programas sociais e pelo atraso do desenvolvimento urbano. Assim, por exemplo, o aparente entusiasmo gerado com as moradias públicas, nos anos 30, provocou desapontamento em muitos dos que acreditaram nesse programa. Um dos muitos problemas estava associado aos projetos de construção dessas moradias e a sua conexão com a cidade de maneira geral.

Em algumas áreas criou-se muita resistência aos efeitos produzidos pelos programas de renovação urbana local. O impacto da remoção de famílias pobres dos cortiços conjugado com as dificuldades associadas à realocação dos removidos, o deslocamento de pequenos comerciantes e a destruição dos laços comunitários existentes são elementos que fomentam a diferença entre grupos antagônicos, aqueles que trabalham apenas com a perspectiva do planejamento físico-territorial e os que defendem uma atuação dentro de parâmetros que desenvolvam os recursos humanos interados com a ação desse tipo de planejamento.

Porém, os conflitos entre os antigos moradores e os novos deverão ser superados pela negociação de acordo com os interesses das partes. Se, por um lado, os realocados precisam adaptar-se às novas estruturas espaciais, tendo como principal fator a vizinhança de classe social totalmente distinta, os antigos que, em momentos anteriores,

fugiram em busca de exclusividade espacial, deverão ceder espaço para que haja maior dinamismo social, econômico, político e espacial da comunidade. Nesse contexto, deverá ser ainda equacionado o problema que levou os grupos de alta renda a buscar a exclusividade espacial nos *suburbs*, já que a chegada de nova vizinhança altera as relações territoriais, além de provocar a desvalorização do espaço de moradia no mercado. Obviamente, os conflitos eram acirrados, pois o desejo de manter as famílias de menor renda afastadas não por acaso estavam ligadas às questões étnico-raciais.

Ainda na perspectiva de PERLOFF (1968), os princípios que direcionam a ação do planejamento físico-territorial consorciado aos princípios do desenvolvimento do capital humano, de alguma forma, deverão compreender o papel dos diversos atores envolvidos, buscando coadunar interesses comunitários com os do poder público e os dos homens de negócio. Assim, por exemplo, quando uma família ou morador decide mudar ou permanecer em determinado lugar, deveriam ser levados em consideração todos os cenários possíveis, que, na verdade, estariam inter-relacionados: geração de empregos e renda (independente do valor da renda auferida pelas famílias, pois, se muito pequena, será recolhido imposto de forma indireta; se for maior, o recolhimento é direto: imposto de renda, circulação de mercadorias, entre outros tributos), moradia e ambiente (incluindo as condições socioambientais e políticas) e ainda a perspectiva de inclusão no sistema de vizinhança, como, por exemplo, aceitação ou rejeição dos novos membros que estariam se mudando para as proximidades. Além dessas condições, é premente a busca de ambiente que favoreça a acessibilidade aos serviços públicos de qualidade: escola em todos os níveis, saúde pública, lazer etc.

Procedimento análogo pode ser aplicado às empresas privadas. Elas também irão considerar um conjunto de fatores presentes na “comunidade” para que possam decidir pela implementação de negócios de toda natureza. As condições para que novos negócios ingressem no sistema comunitário são de infra-estrutura básica: localização do novo empreendimento que envolva facilidades para o ingresso de matéria-prima e/ou escoamento da produção; transporte eficiente para os possíveis empregados terem acesso aos locais de trabalho, boas condições técnicas para comunicação, o que também é válido para a manutenção de antigos empreendimentos. O sistema funcionando plenamente deverá ser fator importante para atrair novas empresas, aumentando a arrecadação de impostos, como também novos moradores ao sistema comunitário.

Para os governos, as relações com os moradores e com os homens de negócio são desenvolvidas de acordo com a estrutura política, que modelará os serviços públicos

e a acessibilidade às infra-estruturas técnicas e sociais para promover o bem-estar da população, bem como as facilidades para implementação das demandas que possam surgir em função da complexidade desse nível de relação. Por exemplo, o fornecimento de água e o tratamento do esgotamento sanitário são concessões da administração municipal, que deve viabilizar a parceria com setor privado tendo em vista a melhoria dos serviços públicos de qualidade superior. Dessa maneira, poderá atrair novos investimentos para a cidade, até para o centro mais dinâmico da cidade. Os níveis de decisão não são exclusivos do poder público, mas de todos os grupos de interessados: moradores, homens de negócios e poder público.

Para que as condições apresentadas sejam propícias ao sucesso desse tipo de iniciativa, o autor sugere três princípios básicos promotores do desenvolvimento de todos os setores da comunidade: a) moradia decente e meio ambiente saudável para todas as famílias; b) empregos para todos e renda mínima para as famílias; e c) adequação e igualdade nos serviços públicos e facilidades de acessibilidade para todos.

De certa maneira, os problemas apontados tanto nas cidades americanas como em várias partes do mundo têm em comum a pobreza que violenta as famílias. E, ao mesmo tempo, essas pessoas, além de viverem em *áreas de privações sociais*, sofrem os males dos preconceitos e da discriminação étnico-racial, religiosa, de gênero, origem etc. Dessa maneira, ao interpretar Wacquant (2001) quando analisa as condições de pobreza e segregação nos Estados Unidos, L. de F. B. CARRIL (*op. cit.*) aponta a existência de semelhança entre a marginalidade urbana e a situação marginal de favelas (Brasil), *población* (Chile), *villa miseria* (Argentina), *ranchos* (Venezuela), *banlieue* (França) e *ghetos* (Estados Unidos). Esses lugares, por seu histórico de estigmatização, atraem a atenção da mídia, do poder público, da polícia e de todos os outros setores sociais. Seus signos são, na maioria das vezes, negativos, pois, envolvem o medo e o preconceito, pois em geral ali predominam o crime, a violência, o medo, o vício e a desintegração social e moral. As análises sociológicas norte-americanas, sobretudo na década de 1980, têm convergido para a conceituação de *underclass* como uma expressão ideológica que denota o caráter de marginalização atribuído pelas classes médias às populações pobres das cidades norte-americanas.

Ainda segundo Carril, devem ser evitadas as comparações que apontem as formas

de *guetização*, da miséria ou de áreas de exclusão⁸⁸ em outras realidades urbanas. É necessário diferenciar as condições sociais de cada grupo segregado, sua posição no sistema hierárquico de cada sociedade e a função que exerce na organização social de cada metrópole.

No que se refere à pobreza norte-americana encontrada em áreas ocupadas preferencialmente por negros, Peter DREIER (2003) aponta que pobreza e racismo são problemas fundamentalmente presentes nas cidades americanas e que nem todos os planos juntos poderão equacionar. Cerca de 38 milhões pessoas pobres contribuem para aumentar a densidade populacional dos bairros considerados de baixo *status*, concentradores de pobreza. Nesse sentido, a pobreza, geralmente, tem como força motriz desemprego e subemprego, baixa escolaridade, altos índices de criminalidade etc. Contudo, a concentração nesses espaços resulta ainda em preconceito e discriminação racial. Segundo o autor, 62% desse contingente é composto por grupos de latinos e/ou negros que vivem em quarteirões com predomínio dos negros. Em outros casos, apesar de serem encontrados compartilhamento espacial, existe maior quantidade de latinos. De qualquer forma, negros ou latinos pobres são provavelmente muito mais numerosos do que os brancos do mesmo *status* social que vivem em áreas de grande precariedade, como nos fala M. KENNEDY (1996)

Por sua vez, retomando FRAZIER (1974 [1937]) e outros autores, T. SCHUMAN e E. SCLAR (1998) estabelecem o confronto entre as idéias presentes no *blueprint planning* clássico e no *planejamento social* com intuito de analisar os três planos regionais para Nova York produzidos pelo Committee on the Plan of New York and Its Environs e estabelecidos a partir de 1921. Na mesma década, em 1929, o primeiro plano teve a denominação alterada de *Regional Plan New York (RP)* para Regional Plan Association (RPA). No momento de sua implantação a órbita do conflito étnico-racial estava a cinco milhas do CBD (Fifth Avenue, Tiffany e Woolworth). Como vimos em páginas anteriores, o Harlem foi o ponto central das mudanças do padrão racial urbano, visto que, em processo de recuperação de prejuízos, o capital imobiliário transformou um bairro de maioria branca, constituindo sua população em maioria afro-americana.

Por mais de 60 anos, o RPA foi o porta-voz dos empresários, cujos líderes procuraram assegurar a eficiência econômica promovendo o planejamento regional

⁸⁸ A expressão “área de exclusão” é muito problemática, pois nos leva a pensar em “apartação espacial”, o que nos traz de volta ao velho conceito de segregação. Será que há necessidade de trocar os termos para dizermos a mesma coisa?

coerente e competitivo. Enquanto as duas primeiras versões do plano trataram dos problemas gerados pelo alto custo do desemprego que atingiam as minorias étnico-raciais e os migrantes em decorrência da discriminação e da segregação, o último plano identificava essa população como um setor crítico para o crescimento da região, tendo em vista a falta de competitividade da força de trabalho. Reconhecem-se também, além da discriminação e da segregação, obstáculos maiores à inserção dessa mão-de-obra no mundo do trabalho; seria necessário, nessa versão do plano, introduzir novos elementos no currículo escolar, tornando a educação um elemento de inclusão no mundo do trabalho. Porém, ao mesmo tempo, as políticas deveriam centrar-se no combate sistemático à segregação e à discriminação dessa população.

Por volta de 1960, as fronteiras dos conflitos raciais tinham se movido para fora do CBD. Forest Hills, uma vizinhança de classe média do Queens, foi escolhida para abrigar um grande projeto de construção de casas populares em sua periferia. Porém, em vez de construir casas para pessoas de baixa renda, houve a substituição por apartamentos que atendessem a pessoas da terceira idade.

As lutas étnico-raciais americanas tomam o caminho do sul de Nova York, chegando a Leonia (Nova Jersey), cujo acesso só é possível pela ponte George Washington, distante cerca de 15 milhas do CBD; predominantemente ocupado por uma classe média branca, localiza-se junto a Englewood, um subúrbio de integração racial, com forte presença de população de origem afro-americana e de escolas públicas que beneficiariam a frequência em seus bancos da convivência multirracial.

O acirramento das lutas raciais que já ocorriam em décadas anteriores sofreu seu primeiro revés a partir do momento em que as escolas foram regionalizadas e adotaram as políticas de integração racial. Essa integração foi fruto das lutas daqueles que antecederam os movimentos pelos direitos civis na América. Porém, segundo nos informam os autores, nenhuma dessas ações se mostrou satisfatória no decorrer dos anos. Em 1930, o Harlem era um *gueto* densamente povoado e problemático, com concentração muito grande de pobres, tornando-se um problema, de acordo com a visão de administradores, planejadores e, sobretudo para a vizinhança, constituída, em geral, por grupos de renda alta e média. Dessa maneira, Forest Hills, que era uma vizinhança urbana de muito prestígio até os anos 70, deixou de ser o destino preferido das pessoas de renda muito elevada, servindo, na melhor das hipóteses, como ponto intermediário da cidade para aquelas pessoas que desejam adquirir imóveis nos *suburbs*, ou seja, indivíduos que estão em ascensão social.

As pressões ocorridas em Nova York são similares às ocorridas no município de Westchester, cujos bairros de Leonia, Yonkers e Mount Vernon sofreram alterações em suas configurações, decorrentes das políticas públicas de construção de moradias para grupos de menor renda. Essas áreas eram dominadas por um grupo de classe média branca, que passou a conviver com grupos de outras etnias e origens em suas periferias, tornando os conflitos étnicos raciais eminentes. De acordo com os autores, não se superam os problemas étnicos raciais (segregação e discriminação).

Como já apontaram outros autores, o sistema educacional é fundamental para que se superem as iniquidades sociais. Contudo, SCHUMAN e SCLAR (1998) acreditam que o sistema educacional deve ser utilizado como estratégia secundária a qualquer proposta de planejamento para o encaminhamento das soluções de outros problemas sociais, como, por exemplo: a) reduzir o desemprego por meio de novas formas de treinamento de jovens e adultos (reeducação) e criação de novas formas de trabalho nas “comunidades”; b) estimular a auto-estima comunitária e dentro do próprio grupo étnico-racial e individual, juntamente com a participação da vizinhança, que é constituída por classes diferentes; c) oferecer serviços de qualidade para cada comunidade, como o primeiro emprego, programas de recreação e saúde pública de qualidade.

De acordo com os autores examinados, os guetos de configuração étnico-raciais ou de migrantes não podem ser desmontados apenas com as práticas encontradas no *blueprint planning*, por meio das construções de moradias dignas para os mais pobres, ou com acréscimo de melhor infra-estrutura instalada. Provavelmente, esses elementos serão interessantes, porém servirão apenas para amenizar a crise da segregação e da discriminação. Se o problema da pobreza não for tratado com eficiência, a segregação deverá permanecer nos novos ambientes para os quais as pessoas forem deslocadas. Na verdade, só mudará de endereço. Segregação, pobreza e discriminação só poderão ser superadas com políticas que atendam aos mais diferentes setores da vida social: maior número de homens e/ou mulheres de negócio, maior quantidade de intelectuais, administradores e funcionários públicos em altos cargos da administração, redução da diferença salarial entre os grupos sociais (gênero e origem), criação de oportunidades para os grupos que se encontram em risco eminente, políticas de atendimento à saúde e implementação de educação inclusiva, programas de moradias dignas para os trabalhadores pobres, entre outras medidas que reduziriam as heteronomias sociais.

Algumas dessas premissas, apesar da ausência de corte étnico-racial, têm validade entre nós. O deslocamento em sentido contrário (na maior parte das vezes) dos grupos de maior renda em relação aos mais pobres produzem resultados espaciais diferentes. Como vimos ao longo do subcapítulo anterior e no início deste, no Rio de Janeiro, a concentração populacional seguindo um determinado padrão é resultado de intervenções contínuas (ou da ausência delas) no espaço urbano. Se por um lado, temos um acúmulo de investimento, no outro os resultados são desanimadores: concentração de pobreza, baixos índices educacionais, infra-estrutura básica precária, transferências do sistema simbólico encontrado nas favelas antigas para bairros inteiros etc. Mesmo assim, não se pode concluir, com absoluta certeza, que as políticas de planejamento, sobretudo as ligadas à habitação para os grupos mais pobres, foram também as que provocaram a concentração de afrodescendentes e os piores indicadores (como demonstrarão os anexos de 4 a 7 e os mapas de 7 a 11).

O entendimento que se tinha até agora era o da segregação *sócio-espacial induzida* pelo fenômeno da *quase-ubiquidade espacial*, ou seja, uma favela ou um conjunto de favelas⁸⁹ precisam ser observados como *enclaves* entre bairros de classes sociais diferentes ou mesmo bairros de pessoas da mesma classe social, os denominados bairros populares. No caso de bairros com população de perfil diversificado, sobretudo na Zona Sul e grande Tijuca, a expansão das favelas, dos anos 80 em diante, foi imensa tanto em número de domicílios como em habitantes, gerando conflitos entre o poder público, a população dita da *cidade formal* e os habitantes de favelas. Porém, nos bairros populares ou mesmo de maioria de classe média baixa, o nível de atrito, entre os grupos com propriedades regularizadas e parcela de contingente favelado, segundo a tendência histórica, é menor. Essa tendência é observada de acordo com a visão de que a existência de conflitos não é potencializada ao extremo (atenção *midiática* máxima para o evento), caindo facilmente no esquecimento coletivo, apesar de os problemas persistirem.

Se não havia parâmetro para mensurar o perfil da segregação induzida – fenômeno sócio-espacial que se contrapõe ao outro fenômeno moderno de espacialização urbana, a auto-segregação dos grupos de maior renda –, agora há. Pode-se afirmar que esse parâmetro passa a existir no momento em que é possível fazer o tratamento dos dados a

⁸⁹ Alguns desses conjuntos de favelas foram considerados complexos e, mais tarde, nos anos 90 do século passado, foram denominados bairros.

partir do *Resultado da amostra por área de ponderação especial* (2003), como pode ser observado no Marco Zero – Notas Metodológicas.

A agregação de dados por bairro mostrou uma nova tendência que precisa ser considerada com muita cautela, visto que não se tem uma série histórica para a ratificação das informações. O Mapa 2 e o Anexo 2 demonstram que alguns bairros, como já havíamos apontado, concentram, segundo o critério da autodeclaração, contingente expressivos de afrodescendentes. Até aqui nenhuma novidade; numa exploração pelos bairros da cidade é possível colher essas impressões. O novo da história é que não um bairro, mas um conjunto de bairros passou a concentrar um contingente expressivo de afrodescendentes, colocando a tese da segregação induzida em xeque ou pelo menos apontando que ela necessita de ser atualizada.

Se a existência da favela deixou de representar um dos pontos que expressava os termos segregacionistas, por meio da segregação induzida, há necessidade de pensarmos novos termos para que possamos compreender esse novo momento. De acordo com os argumentos expostos, defendemos que essa nova possibilidade analítica seja denominada *área de segregação induzida contínua e área de segregação induzida curta*.

A área de segregação induzida contínua diz respeito às áreas contínuas no território de determinada cidade, em que três ou mais unidades espaciais (bairros, em geral) são semelhantes de acordo com uma determinada característica social: renda, corte étnico-racial, regional, saúde, educação etc., em relação a seu entorno. Alerta-se que a *área de segregação induzida contínua* tem como objetivo verificar a recorrência de um dado fenômeno, observando sua contigüidade espacial ou não. No caso dos afrodescendentes, nota-se a *presença maior em três áreas de segregação induzida contínua*: Freguesia, Cidade de Deus, Curicica e Gardênia Azul, Taquara e mais outros cinco bairros, ou seja, em quase toda a grande Jacarepaguá. Outra área é a Zona Oeste, onde encontramos: Bangu, Santíssimo, Santa Cruz e mais seis outros bairros. E, ainda, alguns bairros que são limítrofes com a Baixada Fluminense: Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Costa Barros.

Por outro lado, a *área de segregação induzida curta* corresponde às *áreas contínuas limitadas, ocorrendo, no máximo, a conjugação de duas unidades espaciais no território de determinada cidade, de acordo com uma ou mais características sociais semelhantes: renda, enquadramento étnico-racial, origem regional, acesso à saúde, educação, etc.* Em relação aos afrodescendentes, encontramos algumas áreas com as

características apontadas, principalmente na Zona Norte da cidade: Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Mangueira, Vigário Geral, Jacaré, Marechal Hermes, Vicente de Carvalho, Mangueira, entre outras.

Esses bairros, em conjunto (36 ao todo), somam cerca 1.866.174 habitantes, representando, aproximadamente, 32% da população da cidade, enquanto os afrodescendentes somam, nessas áreas, 1.105.522 (44,7%). Esse contingente, em qualquer política de planejamento, deverá ser sempre levado em consideração, visto que representa quase a metade de todos os afrodescendentes que habitam a cidade do Rio de Janeiro. Voltaremos ao tema mais adiante.

Como já apontado, acredita-se que a mudança da lógica, de uma *segregação induzida* para a *área de segregação induzida contínua ou área de segregação induzida curta*, acontece no momento em que o Rio de Janeiro vive o plano Doxiadis. Não que seja responsabilidade desse plano a intensificação dessa modalidade de segregação, sendo sua importância ditada mais pela contemporaneidade do que pela intervenção na cidade. Esse, entre outros planos que o antecederam, enquadra-se, segundo SOUZA (2002, pp. 124-134), como uma aproximação do *planejamento sistêmico*, que, por sua vez, é um ponto adiante do *planejamento físico-territorial (blueprint planning)*. O *blueprint planning* prevaleceu em quase todas as intervenções urbanas até final dos anos 80. O planejamento regulatório clássico compreende duas modalidades bastante diferentes: além do planejamento físico-territorial mais antigo, o *planejamento sistêmico*, que surge nos anos 60 do século passado. Como nos informa o autor, o *blueprint planning clássico*:

consiste na concepção do planejamento como a atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial para a “cidade ideal”. Tipicamente, trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto (...), funcionando o plano como um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas (quanto ao uso da terra, ao traçado urbanístico, ao controle da expansão e do adensamento urbano, à provisão de áreas verdes e ao sistema de circulação). Trata-se de uma redução menos ou mais acentuada do planejamento urbano a um planejamento da organização espacial, preocupado essencialmente com o traçado urbanístico, com as densidades de ocupação e com o uso do solo (SOUZA, 2002, p. 123).

Embora o *blueprint planning clássico*, principal esteio do planejamento urbano regulatório clássico, tenha florescido institucionalmente, sobretudo, depois da Segunda Grande Guerra, enquanto o ideário do Urbanismo modernista despontará já mesmo antes dos anos 20 (como foi visto em páginas anteriores), o planejamento sistêmico pode ser considerado, sob certos aspectos pelo menos, a encarnação mais acabada do *blueprint planning clássico* (*id. ibid.*, p. 125).

A idéia-força central,⁹⁰ (p. 132-35), mais implícita que explícita, continuava a ser a da modernização da cidade. Todavia, a abordagem sistêmica (*system planning*) e mais ainda uma variante a ela estreitamente associada, o enfoque “racional” (*rational process view*), sublinharão a *racionalidade* dessa abordagem como elemento distintivo em face do “planejamento físico-territorial”. Não que a preocupação com a racionalidade estivesse ausente do “planejamento físico-territorial” clássico; entretanto, a maneira como essa preocupação passa a ser veiculada conhece uma virada nos anos 60/70. De acordo ainda com o autor, essa racionalidade volta-se exclusivamente para a adequação dos meios a fins preestabelecidos. Os fins permanecem inquestionáveis, e, por ser a sua discussão uma discussão de valores, ela não deve ser considerada pertinente a uma esfera racional em sentido estrito (*id. ibid.*, p. 38). A racionalidade instrumental orienta a que Habermas (1981) denomina “ação estratégica”, em que a linguagem não é utilizada para fins de entendimento, mas sim para fins de dominação e cooptação. Já a racionalidade comunicativa não se deixa aprisionar por uma análise acrítica da adequação entre meios e fins. Nesse sentido, a racionalidade instrumental está muito longe de ser a única forma de racionalidade. A racionalidade comunicativa, a qual precisamente pode florescer por meio da ação comunicativa e tornar-se o fundamento de um debate racional em torno dos fins da ação, não é uma modalidade menos importante de racionalidade. Enquanto a moldura prática da racionalidade instrumental é a “ação estratégica”, que orienta para a eficiência e comumente agasalha uma dimensão de dominação e manipulação, a racionalidade comunicativa é orientada para o entendimento por meio da comunicação, em que deve prevalecer o melhor argumento (*id. ibid.*, pp. 38-9). Dessa maneira, prossegue o autor:

(...) o *system planning* permaneceu, no longo prazo, marginal a ele próprio. Ao partir do pressuposto de que a realidade se acha estruturada sob a forma de múltiplos sistemas, a abordagem sistêmica busca uma entrada no debate científico mais amplo que naquela época e já antes, sob a influência da chamada Teoria Geral dos Sistemas, empolgava diversas disciplinas, influenciando não somente o planejamento urbano mas o planejamento em geral.

A ênfase do planejamento sistêmico sobre a necessidade de saber como as cidades e regiões ‘funcionam’, ênfase essa que representou uma extraordinária chance para a ‘cientificização’ do planejamento (...) requeria, portanto, uma formação profissional e uma predisposição que não eram (como até hoje não são) dominantes entre os vários tipos de profissionais que lidam com planejamento e gestão urbanos (*id. ibid.*, p. 133).

⁹⁰ Segundo o autor, a *idéia-força* refere-se ao objetivo mais essencial perseguido, o qual contribuiu decisivamente para definir o espírito da abordagem e funciona como ‘farol’ para os seus praticantes (Souza, 2000, p. 120). Os demais critérios destacados são: *filiação estética, escopo, grau de interdisciplinaridade, permeabilidade em face da realidade, grau de abertura para com a participação popular, atitude em face do mercado e referencial político-filosófico (idem)*.

No Brasil, como já apontado acima, o planejamento sistêmico, segundo SOUZA (2002, p. 134), encontra algum amparo no plano Doxiadis pode ser considerado representativo da transição entre o planejamento físico-territorial clássico para uma abordagem de tipo sistêmico. Informa ainda o autor que

(...) o plano Dixiadis (...) não chegou a ser um exemplo de *system planning*, mas tampouco é um plano físico-territorial no velho estilo. Complexo, ele reúne um *comprehensive land-use plan* sofisticado, mesclado com um *social planning*. Ao mesmo tempo em que as técnicas e a linguagem empregadas deixam transparecer algumas influências sistêmico-cibernéticas típicas do momento, a preocupação em ser mais que um simples plano físico-territorial também fica evidente.

As políticas de habitação popular, longe de ser exclusividade do Rio de Janeiro, atingiram outras capitais, por meio do sistema de cooperativas estaduais de habitação popular, visto que a outra ponta do sistema de financiamento atingiu os grupos de maior renda, em que os empreendedores imobiliários foram os maiores beneficiários.

O foco inicial da criação dessa política foi a inauguração do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tinham como fundamento principal promover a construção e financiar casa própria para famílias de renda baixa e muito baixa. Mas foi a classe média quem mais se beneficiou com os financiamentos, sobretudo nos anos 70. É necessário atentar para o fato de que o período em pauta representou o fim do chamado “pacto populista de classes”, inaugurado com a Revolução de 1930. O golpe militar, ao reprimir os movimentos populares e ao retirar a autonomia dos municípios, aprofundou o modelo segregacionista desenvolvido nas metrópoles brasileiras. Os recursos eram repassados pelo governo federal, e, em relação às políticas habitacionais, o BNH tornou-se o financiador da promoção imobiliária. A ação do banco, no entanto, era intermediada pelos agentes financeiros (sociedades de crédito imobiliário e bancos privados), o que resultou na drenagem de boa parte dos rendimentos do sistema para seus agentes. Assim, compreende-se que a lógica financeira pautada em correção monetária, mesmo com juros mais baixo, também encontrava níveis salariais baixos e restringia a ação das classes com poder aquisitivo menor (CARRIL, *op. cit.*, p. 74).

Ainda referente à década de 1960, durante a administração de Carlos Lacerda, a cidade continuou a viver a “febre viária” (ABREU, 1987, 133) e o início da intensificação da “febre de remoção” sistemática de favelas. No caso do Rio de Janeiro, a febre de remoção das favelas, como o momento anterior da “febre viária”, provocou a liberação de diversas áreas, e a população mais pobre precisou ser deslocada de vários

pontos da cidade. Na verdade, na década de 1960 e até os anos 70, conviveram as formas de intervenções: tanto a viária como as políticas de remoção. As duas políticas se interpenetraram, não podendo ser estabelecidos os limites entre uma e outra. A abertura de túneis, construção de viadutos, vias expressas entre outras modalidades são percebidas da seguinte maneira:

(...) a conclusão do Túnel Santa Bárbara, a construção do túnel Rebouças (Rio Comprido – Lagoa), a construção da primeira etapa do Trevo dos Marinheiros, a conclusão da via expressa do Aterro do Flamengo (aí incluída toda a arborização do parque), abertura do primeiro trecho da Avenida Radial Oeste (que requereu a remoção da favela do Esqueleto), o prolongamento da Avenida Maracanã, e a construção da Rodoviária Novo Rio. As obras viárias também foram realizadas nos subúrbios do Rio de Janeiro, visando sobretudo ao aumento de sua acessibilidade à Avenida Brasil. Datam dessa época, por exemplo, o prolongamento da antiga Avenida Novo Rio (às margens do rio Faria-Timbó) e do viaduto que a liga a Avenida Brasil; e a construção do Viaduto João XXIII, ligando os antigos subúrbios da Rio D'Ouro também à Avenida Brasil (*id. ibid.*, pp. 133-34).

Por outro lado, em geral, procura-se a não-associação da abertura de vias de circulação à remoção dos grupos mais pobres. Contudo, há fortes indicativos de que, nesse momento e no passado, a “febre viária” e o deslocamento de população constituem fenômenos muito próximos. Nesse sentido, esclarece LAGO (*op. cit.*, p. 90), entre 1965 e 1982, foram produzidos pela Companhia Estadual de Habitação – Cehab, na cidade do Rio de Janeiro, em torno de 62 mil unidades em conjunto habitacionais, atendendo às famílias com renda de até cinco salários mínimos, enquanto o programa de cooperativas pôs em oferta 52 mil apartamentos para aqueles com renda familiar de até 10 salários mínimos. As 300 mil famílias com rendimento inferior a dois salários mínimos que residiam na cidade, em 1980, dificilmente tiveram acesso à produção estatal, que, para garantir o retorno dos investimentos, passou a financiar moradia, a partir de 1970, apenas para aqueles cuja renda estava próxima ao limite superior da faixa. Entretanto, embora não tenha atendido às necessidades da população pobre, a produção estatal marcou o espaço construído da cidade, onde produziu e consolidou um padrão de estruturação urbana profundamente desigual.

Em outra base, entre 1962 e 1974, o impacto ganha uma conotação mais específica com relação às favelas: de 80 “comunidades”, representando 26.000 famílias, foram removidos cerca de 140.000 moradores (VALADARES, 1980, p. 39; CAMPOS, 2005, p. 76). Nesse caso, quase sem exceção, as “comunidades” foram atingidas por obras de modernização do sistema viário. E, ainda, acredita-se que a *segregação induzida contínua* ganha mais substância a partir do programa de remoção, visto que uma parte

dos bairros apontados (Bangu, grande Jacarepaguá, Santa Cruz) é também a que recebeu maior contingente populacional destinado aos conjuntos habitacionais.

Outra modalidade de planejamento se fez presente no cenário urbano brasileiro, nos anos 90 – o planejamento estratégico –, porém subdividida em enfoques diferentes: uma à direita, tendo como representante o Plano Estratégico do Rio de Janeiro e outra à esquerda, objetivada pelo *planejamento e gestão urbano social-reformistas*, cujo maior exemplo é a política de planejamento adotada em Porto Alegre e, em menor grau, em outras cidades brasileiras.⁹¹ De acordo com SOUZA (2002, p. 162), o rótulo “planejamento estratégico” remete a ambientes distintos: tanto ao ambiente do planejamento de atividades empresariais quanto ao do planejamento de atuação do Estado, inclusive sob a ótica militar; tanto à moda atual dos “planos estratégicos”, como ao do Rio de Janeiro. O autor reforça sua posição ao afirmar que:

(...) tem sido usual, no debate recente em torno do planejamento e da gestão urbanas no Brasil, reduzir-se a idéia de planejamento estratégico à sua versão mais badalada e conservadora, ilustrada pelo Plano Estratégico do Rio de Janeiro – reducionismo esse que tem sido cometido tanto pelos conservadores quanto por seus críticos. Parece inegável, porém, que o ‘planejamento politizado’ corresponde, sem assumir-se enquanto tal, à incorporação, por parte de planejadores de esquerda de elementos da linha de abordagem (...) [do planejamento situacional] (SOUZA, 2002, nota 6, p. 41).

O *planejamento situacional*, concebido por Carlos Matus, como nos informa SOUZA (2002) em seu livro *Política, planejamento e governo* (1996),

admite ser utilizado por forças políticas de perfil substancialmente diverso daquelas administrações conservadoras que abraçam o planejamento empresarialista. A rigor, se se considera que a essência do planejamento estratégico, tal como apresentado por Matus, é a incorporação da dimensão política e a sensibilidade diante dos conflitos de interesse, o plano carioca aparece, no fundo, até mesmo como pouco “estratégico”, por encarnar o estilo de uma peça de *marketing* urbano preocupada exclusivamente em construir um consenso (consenso esse apenas aparente, pois os conflitos são dissimulados e alguns agentes são privilegiados enquanto que outros são deixados de lado) (SOUZA, 2002, pp.162-3).

O modelo de “planejamento estratégico” adotado pelo Rio de Janeiro, denominado pelo autor “pouco estratégico” (com muita razão), foi concebido em 1993, no mesmo período em que muitas cidades latino-americanas desenvolviam as mesmas estratégias de gestão de cidade. Cidade do México, Bogotá, Buenos Aires e, obviamente, o Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras, segundo Jordi BORJA (1997, pp. 81-2), foram algumas das cidades que adotaram [ou tentaram adotar] o modelo de planejamento

⁹¹ Só examinaremos com mais vagar a primeira, o planejamento estratégico, que atende melhor ao objeto desta pesquisa, visto que o foco principal é o Rio de Janeiro, enquanto o segundo se daria em um ambiente de participação elevada, como Porto Alegre, como aponta SOUZA (2000; 2002, entre outros trabalhos).

estratégico. Ainda segundo o autor, a “Conferência sobre População da ONU” (Cairo, 1994) estava muito preocupada com os problemas gerados pelo crescimento da população urbana mundial. A globalização dos processos sociais, econômicos, culturais e populacionais mais os efeitos dessa internacionalização permaneciam concentrados em aglomerações urbanas e requeriam atuações de políticas integradas. Dessa maneira, apesar da crescente internacionalização dos processos, sobretudo o econômico e cultural, era premente a reativação do modelo que valorizasse o local como uma das possibilidades de resolver os graves problemas urbanos das grandes cidades.

A intensificação e a visibilidade dos problemas urbanos – congestionamento de trânsito, insegurança do cidadão, poluição do ar e da água, déficit de moradia e de serviços básicos (*id. ibid.*, p. 82) – são elementos que alimentam o estado de crise nas grandes cidades, sobretudo dos países de economia periférica. Para vencer tais situações de heteronomias, seriam necessárias ações em três campos distintos: melhorias da dinâmica econômica (*reativação da economia*), inclusão de todos os setores na elaboração e execução do plano (*participação social*) e democratização da tomada de decisão (*política*).

Na avaliação de Borja, o protagonismo político e mediático (imagem pública produzida na vida social ou no exercício de uma atividade) dos prefeitos das grandes cidades, que até se convertem em líderes nacionais, é um dos fatores indispensáveis para o sucesso do empreendimento. Além dele, são indispensáveis a formulação de planos estratégicos de desenvolvimento econômico, social e urbano baseados numa ampla participação cívica e a descentralização dos governos locais. Torna-se bastante interessante nesse processo a implementação de grandes projetos urbanos de iniciativa pública e/ou privada (BORJA, *op. cit.*, p. 82), ou seja, a denominada PPP (parceria público/privada, aprovada no final de 2005, no Brasil) e apontada por SOUZA (2002, pp. 32 e 137). Essa perspectiva que envolve o interesse público e o privado, no contexto do planejamento denominado *empresarialismo*, de certo modo reflete a assimilação contemporânea de desregulamentação e da diminuição da presença do Estado também no terreno do planejamento e da gestão urbana, amiúde sugeridos pela fórmula ‘parcerias público-privadas’ (*private-public partnership*), em que o setor público fica com a totalidade do risco da parceria, enquanto o setor privado colhe apenas os benefícios gerados pela parceria.

As três instâncias apontadas por Borja – *reativação econômica*, *participação social* e a dimensão *política* – são importantes para o desenvolvimento de um plano que

tenha longa duração na organização sócio-espacial de qualquer cidade. Cabe lembrar, porém, que a *dimensão política* é a que permite construir um modelo de planejamento legítimo, visto que ela é esteio das outras duas instâncias. A *dimensão política* deve prevalecer sobre a *econômica* em uma correlação de forças na qual a participação de todos os segmentos seja uma extensão da atividade política, sem a que as demandas dos setores mais bem aquinhoados da sociedade, ou seja, o poder econômico, terão ascendência sobre as demais formas de intervenção. Nesse caso, o próprio poder econômico será a face mais importante do processo, criando obstáculos a outras dimensões, transformando a riqueza da participação em *coerção* ou *manipulação* (níveis mais baixos da participação popular, representando a real heteronomia); ou no máximo chegando a *informação*, *consulta* ou *cooptação* (representando a pseudoparticipação), mas nunca será permitida a real participação de todos os segmentos sociais, envolvendo a *autogestão*, a *parceria* e a *delegação de poder* (SOUZA, 2002, pp. 203-206 e 389-390).

Diferente do entendimento de BORJA (*op. cit.*), que coloca seu planejamento estratégico com *fervores cívicos*, SOUZA (2002, p. 138) diz que esse tipo de planejamento é de caráter empresarialista. Dessa maneira, aponta o autor que o que as duas correntes

(...) possuem em comum é a explicitação da *dimensão política* do planejamento (identificação dos grupos de interesses envolvidos, análise de conjuntura etc.), com o fito de tentar costurar alianças e/ou de promover uma visualização mais clara das ameaças, das potencialidades e dos obstáculos presentes. No ambiente empresarialista, isto é feito de modo acrítico perante ao *status quo* capitalista, e as alianças são condicionadas por um viés que é um peso enorme dos interesses dos empresários na definição da agenda (o mais das vezes, na verdade, muito pouco resta em matéria de discurso sobre o ‘interesse público’, no estilo do velho planejamento regulatório, quando muito, o fino véu ideológico caracteriza-se por buscar convencer que o favorecimento dos interesses empresariais, gerando crescimento econômico e melhorando a posição de uma dada cidade em meio à competição interurbana, traz benefícios coletivos como geração de empregos e maior circulação de riquezas). Nesse contexto, o planejamento, com o mínimo de sentido público e expresso por meio de um conjunto de normas e regras de alcance geral relativas ao uso do solo e à organização espacial, é eclipsado, negligenciado e, não raro, acuado pela enorme ênfase que passa a ser posta em *projetos urbanísticos*, sejam de embelezamento, “revitalização” ou de outro tipo – ênfase essa que é muito conveniente para o capital imobiliário. Em um ambiente mais crítico, diversamente, a preocupação em embutir um cálculo político no planejamento e na gestão se dá na base de outra correlação de forças (SOUZA, 2002, p. 138).

BORJA (*op. cit.*, p. 83) ressalta que a consciência da crise é que leva a construir as soluções urbanas duradouras. A atração de eventos internacionais de grande porte tem como conseqüência também o acolhimento de grandes contingentes de visitantes, como

foi o caso de Barcelona. Essa cidade transformou-se em paradigma quando foi contemplada com a escolha para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, e fez realizar, nos anos que antecederam o evento, um ambicioso projeto de transformação urbana. Porém, não é o único exemplo. Lisboa, a cidade que alimentava o círculo vicioso de sua melancolia e da marginalidade, passou por um importante processo de renovação urbana e dinamização econômica impulsionado por eventos: sediou a Exposição Universal em 1988 e foi a capital da cultura em 1994. Glasgow também se valeu do fato de ter sido escolhida capital cultural para modernizar sua infra-estrutura urbana e criar condições de atrair congressos, encontros internacionais, turistas e visitantes (principalmente para seu festejo de verão). Manchester, com vistas aos Jogos Olímpicos, vem promovendo alterações em todo o seu tecido urbano.

O Rio de Janeiro adotou a mesma política de renovação urbana com vistas a uma série de eventos internacionais. Da Eco-92, quando a cidade recebeu centenas de milhares de pessoas, à candidatura aos Jogos do PAM-2007, a cidade vem sofrendo uma série de obras de infra-estrutura. Mas, ainda assim, a imagem que fica é do seu plano estratégico, certamente não participativo, sem desconcentração das decisões políticas, que vem cumprindo apenas um dos papéis do qual nos fala Borja, a reativação de um dos setores da economia: o capital imobiliário, sobretudo a construção civil (ou, dito de outra maneira, o capital imobiliário foi o setor que sempre se beneficiou dos programas e projetos desenvolvidos pelo Estado⁹²), com vistas à modernização da cidade.

Voltando ao *planejamento e gestão urbanos social-reformistas*, a politização da relação entre sociedade e espaço (incluindo o espaço natural) oferece as condições de superação tanto da valorização puramente estética da natureza quanto das concepções que escamoteavam o conteúdo antiecológico e os conflitos ambientais inerentes ao capitalismo. Com isso o “planejamento politizado” propicia um quadro reflexivo mais realista que o proporcionado pelas correntes de planejamento conservadoras (SOUZA, 2000, p. 291).

De acordo ainda com o autor,

O enfoque preconizado pelo *mainstream* do “planejamento politizado” brasileiro, de sua parte, rompe em larga medida com o viés tecnocrático desse modelo, mas sem conseguir eliminá-lo inteiramente. Isso porque, na prática, não se cogita de abraçar um projeto alternativo à ‘democracia’ representativa (ou, mais exatamente, oligarquia liberal) e ao capitalismo, mas sim de aumentar o grau de transparência e controle popular da primeira e de diminuir o grau de exclusão social inerente ao segundo (SOUZA, 2000b, p. 89).

⁹² No Capítulo 2 analisaremos o Plano Estratégico do Rio de Janeiro.

Apesar do avanço detectado pelo autor, também existem críticas, e, dessa maneira, ele comentará que:

(...) um dos problemas da maior relevância, especialmente em certas cidades, é a expansão do *tráfico de drogas*, o que exige dos planejadores, intelectuais e estrategistas mais realismo. Ao mesmo tempo, esse é um problema que revela alguns limites da base epistemológica do planejamento urbano alternativo. Mais difícil que valorizar mais adequadamente a “questão ambiental” parece ser para o *mainstream* do planejamento alternativo, incorporar em sua estratégia de reforma urbana a expansão do tráfico de drogas, a exponencialização da atomização social e a complexificação da auto-segregação sócio-espacial (...). [O] ideário da reforma urbana e do planejamento urbano alternativo precisa, realmente, ganhar mais concretude, sob pena de trabalhar, em parte, com referenciais e marcos reflexivos ultrapassados no que tange à participação popular, à relação Estado/sociedade civil e à margem de manobra disponível para a implementação de políticas públicas progressistas (...) (SOUZA, 2000, p. 292).

Ainda na avaliação do autor, o “planejamento politizado” é uma espécie equivalente do *radical planning* e do *insurgent planning*, porém não pode ser considerado uma cópia. A reação de grande parte dos marxistas a qualquer tipo de planejamento obscureceu em muito as perspectivas como *radical planning* e *insurgent planning* (SOUZA, 2002). Nesse sentido, o *advocacy planning* recebeu um tratamento aquém de sua importância e potencialidade para as questões urbanas. Essa tendência de planejamento, de acordo com M. KENNEDY (2003), foi desenvolvida no contexto dos movimentos populares na década de 1960 e teve como foco principal o Movimento pelos Direitos Civis. Esse movimento cresceu em função do conservadorismo da sociedade americana. Entre os participantes merece destaque o movimento estudantil, que foi às ruas para reivindicar educação de qualidade e protestar contra a guerra e outros problemas sociais. O movimento ganhou importância por suas vinculações às lutas pelas questões urbanas. Nesse sentido, a mobilização estudantil fortaleceu também as lutas comunitárias que envolviam desde os problemas da moradia até o destino do lixo das grandes cidades.

Nesse contexto, os planejadores e as agências financiadoras passaram a sofrer oposição das comunidades, tendo em vista que muitos que participaram dos diferentes movimentos estudantis participaram também dos movimentos comunitários. Essa oposição teve origem nas comunidades que se opuseram à figura do planejador, que seria o profissional responsável pela remoção e pela realocação de moradores em áreas novas. Dessa maneira, esses profissionais foram considerados pelas “comunidades” responsáveis também pela destruição dos laços identitários comunitários.

Nesse contexto, os planejadores progressistas junto com os estudantes

começaram a se associar aos setores populares que tinham dificuldades de acesso rápido aos profissionais ligados à assistência social. Essa conexão é de fundamental importância para as comunidades, visto que sem a presença desses profissionais ligados à assistência, não há possibilidade de chegar aos financiadores de projetos comunitários. A presença do movimento estudantil e dos planejadores permitiu que a comunidade se organizasse frente aos interesses da esfera pública e da privada.

A essência do movimento era propor uma ação mais democrática tanto do planejamento como dos instrumentos de ordenamento urbano, já que todas as políticas de planejamento deveriam ter o caráter *defensivo*, preservando a todo custo os interesses comunitários. Essa prática ganha mais força à medida que as redes sociais se estruturam com maior densidade organizativa, com maior participação popular e com maior radicalidade pelo lugar de moradia e contra as políticas de remoção, como observou PERLOFF (1968).

KENNEDY (2003) afirma que o reconhecimento das contradições fez com que os planejadores progressistas viajassem pelo país, preparando, assim, as “comunidades” para fazer frente às demandas referentes à manutenção das moradias, lutar contra a remoção e incentivar a participação. Os movimentos populares, apoiados nessa modalidade de planejamento, contribuíram de maneira decisiva para a organização comunitária, e a autora declara manter com eles fortes laços de identificação. Dessa maneira, é necessário compreender qual foi o alcance dessa associação entre ativistas dos direitos civis, do movimento estudantil, dos planejadores comprometidos com as questões populares e da “comunidade”, que pode ser compreendida de acordo a explicação abaixo:

1) Essa modalidade de planejamento desafiou de maneira incontestável a questão central do planejamento conservador regulatório, a *neutralidade*, tendo em vista o perfil *apolítico* desta última; 2) o planejamento defensivo deu grande passo para a institucionalização da participação comunitária, pelo menos na esfera pública; 3) a herança deixada pelo planejamento advocatício foi tornar realidade a carreira e as idéias de muito dos ativistas e profissionais que ainda permanecem contribuindo para que os princípios em torno da justiça social continuem a prevalecer sobre as demais formas de fazer e pensar a cidade; no Brasil, muitos dos ativistas, sobretudo, intelectuais que atuaram na chamada Reforma Urbana, também tiveram as suas idéias e carreiras vinculadas ao planejamento e gestão das cidades inexoravelmente mais democrática, como, por exemplo, os institutos de pesquisas ligados aos departamentos universitários

e algumas instituições independentes; como relata a literatura, foi um período muito rico dos embates sobre a questão urbana brasileira; 4) e finalmente, a contribuição da educação para as questões vinculadas ao planejamento (*education planning*). Esse tipo de atitude leva em consideração os cursos para a comunidade interessada em desenvolvimento de projetos de cunho populares, ligados, sobretudo, ao *advocacy planning*.

Nos estudos sobre planejamento urbano brasileiro, na prática, também vamos encontrar alguma correlação entre planejamento urbano e pobreza, e, embora fraca, entre esta última categoria e etnização espacial. A relação não pode ser conclusiva, visto que são raros os estudos com a finalidade de analisar a real dimensão entre os três vértices apontados. Mesmo assim, ainda se encontram algumas pesquisas que buscam compreender como foi estabelecida a lógica entre planejamento urbano e pobreza, principalmente aquela que trata da relação do crescimento do número de favelas e o aumento desse contingente nas cidades brasileiras – não só entendendo a correlação entre pobreza e segregação sócio-espacial, mas também empreendendo esforços para a superação dessas heteronomias. A intransigente e radical busca de mais justiça social e de maior qualidade de vida para mais pobres deveria ser o foco principal de todas as propostas de planejamento que se proponham a superar as desigualdades entre os diferentes segmentos sociais. O planejamento politizado, examinado em páginas anteriores, é uma das modalidades que tem essa preocupação, porém não alcançou seus objetivos, de acordo com as observações de SOUZA (2000).

Além do planejamento politizado, outra proposta busca em sua radicalidade a superação das heteronomias em direção à autonomia plena; sempre ciosa de maior participação popular, procura ainda colaborar para uma melhor qualidade de vida nas cidades, sobretudo para as minorias, e busca mais justiça social, propostas para melhorar a acessibilidade dos grupos que se encontram em desvantagem social: redistribuição de renda, acesso a moradia digna e em locais saneados e dotados de infraestrutura, preservação ambiental, desmontagem de preconceitos contra certos espaços, distribuição dos equipamentos de lazer por todos os espaços da cidade, tanto de forma quantitativa como qualitativamente; além de adotar como base de negociação política os instrumentos não urbanísticos como tributo e mecanismo de participação popular na definição do orçamento público. Essas providências e mecanismos só podem ter resultados efetivos em um ambiente político, denominado *planejamento e gestão urbanos de um ponto de vista autonomista* (SOUZA, 2000a, p. 86; 2000b, pp. 89-90;

2002, p. 178; 2004, p.34).

Como tivemos a oportunidade de examinar, nas cidades brasileiras, o pré-modernismo e o urbanismo modernista não foram constituídos em ambientes que privilegiavam a participação popular como ferramenta das lutas sociais. Nesses momentos prevaleceu a visão da técnica sobre os interesses das camadas mais pobres da cidade, dando margens à existência de diferentes heteronomias sociais. Também observamos que a fragmentação do espaço urbano foi imposta, de maneira geral, para atender aos interesses do capital imobiliário que, além de segmentar a cidade de acordo a perspectiva de lucros crescentes, elegeu os grupos de maior renda para focar as suas ações, deixando ao Estado a responsabilidade pelos mais pobres.

Dessa maneira, as proposta de planejamento que têm como foco vencer as desigualdades, a exclusão do campo político, a inacessibilidade aos serviços de infra-estruturas técnicas e culturais são esforços alvissareiros e precisam ser trabalhadas com perspectivas muito claras de superar os obstáculos interpostos entre o que é justo para a maioria e o que é legal (no sentido jurídico) para as minorias. Contudo, para que as etapas possam avançar, as propostas autonomistas de planejamento e gestão necessitam das seguintes fases: *diagnóstico, proposta de intervenção, exame, debate público e deliberação por parte da coletividade, e retroalimentação do diagnóstico e da proposta de intervenção* (SOUZA, 2000a, p.86; 2000b, pp. 89-90; 2002, p. 178).

Conclui-se que em algumas propostas de planejamento é possível a construção de parceria entre quem propõe a intervenção e a população. Em outras, tem-se como prática a imposição da vontade de uns sobre a maioria, trata-se da prevalência da técnica sobre os interesses e vontade da maioria que sofre a intervenção sócio-espacial. De outra feita, como observamos há pouco, a intervenção só será possível com total anuência da “comunidade”. A eficiência pode ser obtida desde que os limites políticos entre os interesses do Estado, do capital privado em geral e o comunitário sejam acordados previamente por meio de ação contínua no espaço urbano e no tempo. De outra forma, a melhor proposta de intervenção urbana tenderá a criar obstáculos institucionais ou sofrer descontinuidade de ação. Ambas as tendências são malélicas para o corpo social como um todo, tendo em vista que a descontinuidade é um problema que pode ser logo detectado, pela ausência de investimento para a manutenção das realizações empreendidas em momentos anteriores. Além disso, os investimentos em manutenção são menos onerosos aos cofres públicos do que uma nova intervenção, e também propiciam uma sensação de bem-estar para a comunidade. Por sua vez, a

criação de obstáculos institucionais é um problema estritamente político, que tende a não ser resolvido por falta de interesse de administradores e gestores do bem público, construindo fronteiras intransponíveis entre a esfera de poder e as demandas das “comunidades”. Trata-se de olhar sempre distorcido sobre a realidade da cidade, invertendo prioridade ou carreando investimento para áreas que já estão suficientemente atendidas em infra-estrutura. Essa opção faz com que determinado setor da cidade agregue valor crescente em detrimento de outras partes, que, ao longo do tempo, perdem a capacidade de se tornar, do ponto de vista das classes populares, lugares dignos e dotados de infra-estrutura. Obviamente, as propostas mais radicais vêm na parceria constituída entre a visão técnica do planejador, os interesses do Estado e do capital privado e a vontade das comunidades, com a possibilidade da constituição de realidade plenamente digna para todas, ou seja, o Estado não perde a capacidade de normatizar o uso do solo e colocar os termos em que a relação entre os vários segmentos acontecerá sem que o conflito seja a tônica, mas antes a obtenção de mais justiça social e maior qualidade de vida para todos os participantes, independente da classe social. Ao capital privado, em todos os setores de atividade, é permitido o lucro, sem que as pessoas e as instituições envolvidas se sintam espoliadas de seus interesses. E à comunidade é dado o direito de reivindicar o que acredita ser justo. Deverá ser sempre (sempre) o elo mais forte, visto que, em última instância, membros que compõem o Estado (poderes Executivo, Judiciário ou Legislativo) são, sem margem de manobra, membros de alguma comunidade. Por outro lado, a comunidade tem sempre que fazer valer as suas decisões, cabendo ao Estado cumprir as suas determinações.

Capítulo 2

Plano diretor e segregação: o descompasso entre os discursos e as práticas da subalternização tácita dos afrodescendentes em cidades brasileiras

O plano diretor, do qual trata o artigo 182⁹³ da Constituição da República, tornou-se um dos principais instrumentos de planejamento urbano do país. Contudo, é profundamente lamentável que, ao longo do século XX, tenha servido para “invisibilizar” pela subalternização os afrodescendentes nas cidades brasileiras. É difícil tratar de cidades brasileiras antes do último quartel do século XIX, pois, tendo menos de 50 anos no alvorecer do século XX, elas não refletiam de fato as relações plenamente capitalistas, do conflito de classe, das contradições do trabalho e do capital, cuja premissa é a propriedade do solo urbano. Essa perspectiva está de acordo com o entendimento de que, nos períodos anteriores ao século XX, as atividades que moviam toda economia a brasileira estavam voltadas tanto para a exploração de minerais sem grande valor agregado como para agricultura que, por seu lado, agregava pouco, porém mais do que a atividade mineradora. Essas atividades constituíam as bases da nação, segundo os manuais clássicos de história econômica, como, por exemplo, o de Celso Furtado (1970), que aponta estar a maior parte da população concentrada nos espaços de maior dinamismo, portanto, nesse momento, o setor mais dinâmico estava fora das cidades.

A perspectiva de pensar nos problemas gerados pela segregação sócio-espacial e nos zoneamentos plenos do uso do solo como solução não faz sentido ou tem vinculação muito tênue, de acordo com a quantidade e as características das pessoas que viviam na capital do Império ou em outras cidades, grande parte delas constituída por escravos.

⁹³ O plano diretor é uma obrigação dos municípios com mais de 20 mil habitantes que, segundo a legislação, tem como objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 82). Observa-se que o Art. 183, no que se refere à ocupação da terra urbana, deveria ser a melhor alternativa para os mais pobres. Ele seria uma forma de distribuir maior justiça social na cidade, visto que, parcela significativa dessa população é constituída de afrodescendentes, pelo menos quando se trata do Rio de Janeiro. Em geral, são lotes urbanos com dimensões inferiores a 250 metros quadrados, localizados em favela ou loteamento (regularizado e/ou irregular).

A “invisibilidade” dos afrodescendentes, fato marcante no contexto social brasileiro, tendo em vista as relações de subalternidade construídas ao longo dos quase quatro longos séculos de escravidão (em relação à curta história do país, pouco mais de 500 anos), só tem reflexo a partir do momento em que as relações capitalistas, no espaço urbano, ganham ares de modernidade, sobretudo depois das diferentes reformas empreendidas desde 1870. Contudo, temos que destacar (como visto em capítulos anteriores) que as intervenções urbanas ocorreram em muitas cidades além das verificadas na capital da República. São Paulo, Recife, Curitiba, Niterói também foram palco de intensa modernização em suas áreas centrais, mas, obviamente, essas obras não obedeceram a uma linearidade, seguindo cada cidade o curso de sua história. Essas reformas (como destacado pela literatura da história urbana) são inspiradas na de Paris, comandada por Haussman a pedido do Imperador Napoleão III.

Na expressão *subalternização* tácita, que diz respeito à falta de assunção das condições étnico-raciais no país, tácita significa: 1) silencioso ou calado; 2) em que não há rumor; silencioso; 3) que não se exprime por palavras; subentendido ou implícito; 4) o que não é expresso, mas, de algum modo, é deduzido; 5) oculto, secreto. Nesse sentido, podemos pensar que as relações étnico-raciais são resultado do preconceito velado que existe na sociedade brasileira que, em função dele, descamba para as práticas discriminatórias de cunho étnico-racial e, finalmente, tais sentimentos e práticas deixam suas marcas no espaço por meio da segregação. Esses elementos heterônomos podem operar em conjunto ou ser tomados separadamente no contexto social. Se tomados em seu conjunto e se a sociedade assumir seu conteúdo racista, estaremos diante da intolerância, do ódio racial, da convivência impossível entre os diferentes “contendores”. Nesse caso estaremos diante de conflitos raciais manifestos – como os que foram registrados na África do Sul até a ascensão do Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela à presidência do país – ou, ainda, das condições em que se encontravam os afro-americanos antes da luta pelos direitos civis, na década de 1960.

Por outro lado, o inverso também traz complicações. Uma sociedade que não assume a existência de problemas étnico-raciais, mas cujos elementos ligados às estruturas discriminatórias, preconceituosas e segregacionistas são mais implícitos do que explícitos, é dissimulada, tendo em vista que as instituições sociais que regem as relações tendem a negar sua existência, mas as práticas sociais, em geral, apontam para a comprovação de que um determinado segmento sofre pelo descaso, pela apartação espacial, pela representação negativa no sistema simbólico nacional, pela pobreza, pelo

desemprego, pelo preconceito de cor, pela discriminação e pela segregação sócio-espacial, ou seja, nela, os problemas étnico-raciais são mais presumíveis do que assumidos como verdade. Para os que impõem o sofrimento, oriundo de um sistema preconceituoso e discriminatório, existe a tendência a negar sua presença na sociedade, defendendo que aqueles que imprimem reações contra as injúrias, as injustiças, o descaso etc. são pessoas que não estão adaptadas ao convívio em uma sociedade competitiva. Aos que sofrem as práticas e o imaginário discriminador, preconceituoso e segregacionista, resta reagir e buscar o reconhecimento social de que suas lutas intermináveis contra os grupos de opressores são plenamente justas.

Nesse embate, a subalternização social provoca a “invisibilidade” das chamadas “minorias”, e, dialeticamente, a “invisibilidade” provoca a subalternização. Não há por que procurar o princípio da iniquidade ou da heteronomia, o sistema é aberto, podendo ser acessado pelos promotores do preconceito ou da discriminação tanto pela indução do imaginário como pelas práticas sociais. O resultado, do ponto de vista dos que sofrem a discriminação e o preconceito, é o mesmo: mais heteronomias sociais. Dessa maneira, tanto a subalternização como a “invisibilidade” são mais *tácitas do que assumidas pelo corpo social*. Esse é o motivo pelo qual o subtítulo foi assim denominado.

A cidade expande-se pela ação espontânea da população ou, de forma planejada, pelas mãos de grupos econômicos ligados ao capital imobiliário que, muitas vezes, estão ligados direta ou indiretamente ao setor de transportes urbano. As ações de planejamento muitas vezes receberam apoio do poder público, que tinha como função principal produzir os códigos de posturas, cada vez mais duros e restritivos com relação às classes populares. Entre a aplicação dos códigos de postura que autorizavam ou não a utilização do solo urbano e a dos planos diretores atuais, a cidade mudou muito.

A formulação de códigos de postura ou planos diretores não é isenta de ideologias, como aponta REZENDE (1980, pp. 31-2); trata-se de atitudes assumidas politicamente com determinados segmentos sociais, de acordo com a relação dialética estabelecida, em detrimento da maioria. Como vimos, o Estado (brasileiro ou norte-americano) associou-se ao capital e imprimiu a organização interna das cidades de acordo com os interesses desses atores. Também vimos que a cidade, pelo menos no que tange ao Rio de Janeiro, não recebeu tratamento igual em sua totalidade, escolheu-se parcela do território em que se fizeram maciços investimentos. Como não estamos tratando da totalidade espacial da cidade, uma fração muito grande do território carioca acumulou, aos longos dos anos, menos investimentos, menos infra-estrutura (técnica e cultural),

menor quantidade de pontos de ofertas de serviços com qualidade, entre outras heteronomias. Dessa maneira, cabe examinar os planos diretores de acordo com os princípios estabelecidos institucionalmente e suas discussões conceituais.

2.1) Plano diretor: pressupostos e ideologia como princípio (muitas vezes injustos) de ordenação espacial das cidades

A produção do espaço urbano é uma designação *sine qua non* de quase todas as sociedades contemporâneas. O denominado *espaço social* é, segundo SOUZA (1997, p. 22-3):

(...) primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (...) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente constituído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção do homem, das mínimas modificações introduzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um “ambiente construído” e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo impacto sobre o ambiente natural), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelo pequeno assentamento.

Palco material e objetivo das relações sociais, o espaço, no contexto da experiência de sujeitos cognoscentes organizados em sociedade é, em certa medida, “construído” (inter)subjetivamente: bairro, região, “terra natal”. Enquanto *lugar*, o espaço transcende sua condição meramente objetiva, de suporte material para o existir humano, reaparecendo em um plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada de significado, parte da experiência humana. Em um sentido não-material sutil, um espaço natural, ainda que não propriamente transformado por um dado grupo, pode ser já considerado “social” a partir do momento em que, na mira de projeto de colonização ou, pelo contrário, enquanto reserva biológica, parque natural etc., foi apropriado por um projeto social, passando a ser objeto de uma leitura determinada e recebendo uma finalidade (e sendo mapeado, enquadrado). Assim, não apenas o trabalho, que produz materialmente o espaço social, “socializa” o espaço natural; as representações deste são, em si, formas de desnaturalização, ao significarem a sua captura pelo imaginário de uma sociedade e uma forma ou projeto de apropriação.

Todo planejamento é construído para evitar e/ou solucionar a situação de crise que está por se instalar e/ou já está instalada. A crise, segundo Rezende (1980), serve para opor uma ordem ideal a uma desordem real, que é encarada como algo inadequado. Ela nomeia os conflitos no interior da vida social para melhor os esconder e serve para ocultar a crise verdadeira (REZENDE, *op. cit.*, p. 30).

Na área de planejamento urbano, a crise urbana é comumente invocada no sentido de se elaborar um plano ou efetuar um conjunto de ações que lhe dêem fim e restabeleçam a ordem. A “irracionalidade” do urbano é oposta à “racionalidade” dos planos urbanísticos. Enquanto os grupos sociais buscam estabelecer-se de forma

espontânea ou de maneira ordenada, os planejadores buscam, segundo sua ótica, os pontos de desordem espacial, na tentativa de equacioná-la (*idem*).

Nessa acepção, as sociedades, por meio dos grupos que compõem a base da pirâmide social produzem o tempo (os sujeitos são *senhores de suas histórias*) e são responsáveis em produzir *no espaço* as suas práticas sociais. Apesar da produção de discurso hegemônico que reconhecem parcialmente e/ou ignoram, os segmentos de menor organicidade existem e convivem no mesmo tempo histórico. A cidade, vista dessa maneira, é resultado da ação material e imaterial de todos os grupos sociais, e não só daquele que tem a história ressaltada em seus valores e signos. Segundo COELHO (1990, pp. 39-40), não existe uma cidade ideal que em geral os urbanistas perseguem. *Existe uma cidade, no contexto capitalista, herdada, com áreas segregadas, verticalização excessiva, com periferias sem infra-estruturas, e sobre a qual procuraremos reconstruir visando à isonomia social e espacial. Para o autor, essa compreensão deve orientar a crítica técnica e política dos antigos planos diretores, que foram responsáveis pela produção, em geral, de diagnósticos, levantamentos de dados sem maiores seleção e análise. Ao final, no máximo, conseguiam produzir um espelho do município e diretrizes gerais que se chocavam com a dinâmica da vida social e econômica das cidades. De outro modo, Ribeiro afirma que a tradição brasileira de planos diretores foi amplamente sistematizada durante o período autoritário, quando imperaram os ideais de modernização do espaço urbano; de controle do então chamado *caos urbano* e de racionalização das administrações municipais pela neutralização da esfera política local (RIBEIRO, 1990, p. 17).*

A administração pública, no exercício da gestão do urbano necessita que suas ações sejam respeitadas e identificadas como aquelas que maiores benefícios trazem para esses habitantes que têm o bem comum por objetivo. Da mesma forma, os planos de urbanismo que determinam sobre o espaço e sobre os equipamentos urbanos necessitam ser identificados como portadores do interesse geral e não de uma classe particular, escamoteando o conflito, na tentativa de universalizar os conceitos implícitos em suas decisões (REZENDE, 1980, p. 28)

O conceito de “plano diretor”, segundo RIBEIRO e CARDOSO (1990, p. 87),

(...) refere-se, tradicionalmente, ao planejamento do uso do solo urbano, ou seja, definição das atividades mais adequadas para determinadas áreas da cidade – o “zoneamento”, definição de gabaritos e índice de ocupação do solo; definição de áreas de expansão urbana e proteção ambiental; e normas para abertura de loteamentos ou para parcelamento da terra [urbana]. Tendo em vista a definição que aparece na Constituição (definição de função social da cidade e da própria sede) a abrangência do Plano Diretor

pode ser maior, incluindo o planejamento da atuação do poder público sobre a cidade e a utilização dos novos instrumentos previstos na Constituição.

Em outra definição, entende-se o plano diretor como a materialidade do urbano que tem por base as políticas e diretrizes de desenvolvimento setoriais e territoriais. Tal discussão envolve os debates sobre localizações industriais, tipos de subsídios, formas de atração das atividades econômicas e potencializações das atividades locais (COELHO, 1990, p. 40). Dessa maneira, pode-se pensar que os “novos planos diretores” foram elaborados mais claramente sob a égide do ideário da reforma urbana; enquanto os antigos, os planos convencionais, estavam vinculados ao planejamento regulatório clássico, com forte influência, mais especificamente, do urbanismo modernista (SOUZA, 2002, p. 161-62).

Por seu turno, GUIMARÃES e ABICALIL (1990, pp. 43 segs.) buscam o entendimento do plano diretor como parte integrante do processo contínuo de planejamento e abrangendo a totalidade do território do município, supondo que sua elaboração, assim como sua implantação, é atribuição exclusiva do município e garante a participação das entidades representativas nas duas fases do plano. Ainda de acordo com os autores, um dos pontos que merece destaque é o que prioriza o uso de terras públicas para habitação popular e/ou equipamentos urbanos e que obriga o Estado e as administrações municipais a manter atualizados os cadastros para que haja possibilidade de consulta por parte da população. Compreendem, além disso, que as diretrizes e normas de desenvolvimento urbano devem assegurar a urbanização e regularização dos loteamentos clandestinos e de áreas faveladas e de baixa renda.

Na função social da cidade, urbanização, regularização da posse, uso de terras públicas para construir habitações populares e manutenção do cadastro atualizado são elementos de muita importância para os espaços favelados, área focal deste trabalho. Sem esses instrumentos, não há o menor sentido em falar a respeito de isonomia, autonomia, justiça social etc.

Para ROLNIK (1990, p. 27-8), o plano diretor deveria ser um instrumento de reforma urbana, bem como deveria garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a plena realização da função social da propriedade. Não só para São Paulo, mas para todas as cidades com legislação específica, o plano diretor deveria ser de fácil entendimento para todos os membros pertencentes a uma dada “comunidade”. Se a população for dignamente informada, poderá, em momentos subsequentes, defender o plano. Dessa maneira, o plano diretor terá seu caráter redistributivo da renda

destacado positivamente pela população. Temos dúvidas, todavia, quanto à capacidade de o plano diretor servir a esse propósito, sendo essa uma das dificuldades apresentadas pelas autoras. A possibilidade de termos uma sociedade que se preocupe com a perspectiva redistributiva deveria abraçar os princípios mais democráticos, cuja prioridade fosse voltada para as camadas que estivessem em situação de desvantagem social, por meio das inversões indiretas de renda: mais infra-estrutura, mais saúde preventiva, mais educação de qualidade, maior acesso ao transporte público de qualidade etc. Mesmo que os princípios não apontassem para uma sociedade autonomista, eles estariam a caminho de mais justiça social e melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Os instrumentos de que dispõem o planejador e o gestor urbanos são de diversas naturezas. Eles são *grosso modo* classificados em cinco grupos: a) instrumentos informativos são aqueles sistemas e meios de divulgação de informações relevantes para um ou vários grupos de agentes modeladores do espaço; b) instrumentos estimuladores vão desde os tradicionais incentivos fiscais e outras vantagens oferecidas a empreendedores privados até a tática como troca de saco de lixo por alimento, com finalidade de integrar a população mais pobre um esforço de superação do problema da coleta de resíduos sólidos em áreas de difícil acesso, como em muitas favelas; c) inibidores são os instrumentos cuja aplicação limita a margem de manobra dos agentes modeladores do espaço urbano; d) coercitivos são os que expressam uma proibição e estabelecem limites legais precisos para as atividades dos agentes modeladores; e) instrumentos que criam recursos adicionais para os cofres municipais, como é o caso da *contribuição de melhoria*, cuja aplicação não visa informar, estimular, inibir ou coagir quem quer que seja, mas, sim, captar a parte da valorização de um imóvel advinda como resultado de uma ação do Estado, como a realização de uma benfeitoria que vai além das obrigações legais de uma prefeitura (SOUZA, 2002, pp. 218-9).

Assim, o zoneamento e os parâmetros urbanísticos tornam-se ferramentas indispensáveis para o planejamento urbano. Os parâmetros urbanísticos consistem em grandezas e índices (relação entre duas grandezas) que medem aspectos relevantes à densidade e à paisagem urbana. Os parâmetros urbanos têm que, necessariamente, ser integrados ao zoneamento, uma vez que os valores permitidos a propósito de cada parâmetro não apenas poderão variar de município para município, dado que a legislação que regula sua aplicação (legislação edilícia) é municipal, mas também de zona para zona, no interior de uma determinada cidade.

O zoneamento, em geral, é um dos grandes promotores de segregação sócio-espacial, tendo em vista que a separação dos usos tende a valorizar espaços, seja pelo valor simbólico representativo que uma determinada área recebe enquanto atributo, seja pelo conjunto de investimentos aplicado (cumulativo no tempo) que produz um diferencial em relação a outras áreas da cidade. Os exageros, abusos ou distorções freqüentemente ligados ao zoneamento funcionalista são uma tendência da arquitetura do século XX que parte do princípio de que a forma deve resultar da perfeita adequação à função, ou seja, “a forma segue a função”. De outra maneira, podemos dizer que o “caráter funcionalista do zoneamento convencional incorpora e acoberta a dimensão socialmente excludente e conservadora, a qual pode ser menos ou mais forte ou explicitada” (*id. ibid.*, p. 255-6).

Prossegue o autor:

A preocupação central de um zoneamento de prioridade e incluyente,⁹⁴ em contraste com a técnica tradicional de zoneamento de uso do solo, não é a separação de funções e usos, mas sim a identificação dos espaços residenciais dos pobres urbanos e a sua classificação de acordo com a natureza do assentamento (favela ou loteamento irregular) e, adicionalmente, conforme o grau de carência de infra-estrutura (...).

No caso de favelas, está se lidando com áreas de ocupação ilegal, que demandam regularização fundiária. Esta é, aliás, a sua característica mais importante, sob ângulo conceitual, pois embora outras características, tanto sócio-econômica (pobreza) quanto morfológica (precariedade das habitações, carência de infra-estrutura, malha viária ‘caótica’ etc) possam ser associadas a elas, nenhuma delas possui vocação tão nítida para funcionar como denominador comum de todas as favelas quanto *status jurídico* (afinal, dependendo da cidade, na maioria das favelas as habitações, ainda que pobres, não são ‘barracos’ ou habitações improvisadas, e sim casas de alvenaria; a carência de infra-estrutura, por seu turno, pode variar bastante de favela para favela, e a própria pobreza se apresenta, às vezes, de maneira muito homogênea). Seja como for, as favelas são, tipicamente, áreas carentes – ainda que em grau variável – de infra-estrutura técnica e social, a começar pelo saneamento básico, demandando, portanto, aquilo que, no Brasil, é designado por urbanização (de favelas) e, em inglês, chama-se de *slum-upgrading* ou *community-upgrading*. (*id. ibid.*, p. 263; destaque no original)

E conclui, enfatizando que, ao serem as favelas decretadas Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), deve-se articular isso com um tratamento urbanístico particularizado, que corresponda à especificidade jurídica e material das áreas de ocupação: concretamente, parâmetros urbanísticos e muitas das exigências devem ser ajustados de maneira a facilitar, e não a dificultar, a regularização fundiária, sem que se perca de vista o necessário para se garantir bem-estar aos moradores. Em sendo isso

⁹⁴ Refere-se o autor aos investimentos públicos em infra-estrutura promovidos pelo Estado em áreas que carecem desses elementos que promovam a qualidade de vida e a justiça social, em vez de privilegiar os bairros que já se encontram em melhor situação. A ênfase, nesse caso, é a satisfação das necessidades dos mais pobres em matéria de equipamentos urbanos (SOUZA, 2002, 262).

atendido, as Zeis representam, em si mesmas, um poderoso instrumento de planejamento (*id. ibid.*, pp. 263-4).

Observa-se ainda que o plano diretor, apesar de todas as críticas, adquire extraordinária primazia frente a outras formas possíveis de intervenção planejada nos espaços urbanos (RIBEIRO, 1990, p. 17). Nesse sentido, esclarece a autora:

(...) os planos diretores não deveriam ser compreendidos como instrumentos amortecedores das contradições sociais que caracterizam a vida urbana – através de suas potencialidades de instrumento de ordenamento e controle do uso do solo – mas como possíveis contratos sociais, ou melhor, contratos urbanos, cuja duração estará subordinada à dinâmica da vida política (...). Por outro lado, a noção de contrato implica a existência de fóruns e canais institucionalizados de negociação que correspondam à possibilidade de manifestações política dos interesses em jogo na disputa do espaço da cidade e dos recursos urbanos (*id. ibid.*, pp.20-1).

Contudo, essa amplitude do plano diretor encontra limites de toda ordem, pois a dimensão do conflito estará sempre presente. Assim, a abrangência do plano diretor constitui uma oportunidade e um desafio para os habitantes e administradores públicos, tendo em vista que o contrato, para não se tornar uma peça de ficção, implica a existência da definição de princípios articulados a processo concretos de uso do espaço urbano que possam ser amplamente veiculados, estimulando a participação organizada e o envolvimento da população urbana em geral. Ressalta ainda Ribeiro que, naturalmente, o tamanho da cidade e sua complexidade, a presença ou ausência de forças sociais organizadas, a existência ou não de acesso às informações e aos meios e recursos de comunicação definirão, para cada localidade, diversas possibilidades reais de uso dessa oportunidade (*id. ibid.*, pp. 21-2).

O desafio, sempre presente nas estruturas espaciais urbanas, é encontrado na superação de bloqueios que têm origem em diversas instâncias sociais, como no pensamento técnico sobre o espaço urbano; na falta de tradição, no país, de debate democrático das regras de convívio; na ausência de conhecimento acumulado por parte da população, sobre as características mais gerais do espaço em que vive; nas dificuldades implícitas no envolvimento de segmentos sociais marginalizados na discussão de projetos cujos resultados não possam ser identificados de forma imediata (*id. ibid.*, p. 23).

Outra esfera que limita a ação dos planos diretores diz respeito à escala. Em suas ponderações ROLNIK. (1990) alerta:

O repensar de diretrizes gerais de uma política urbana envolve a análise das diversas escalas de ação governamental e seus efeitos sobre as grandes cidades. Neste sentido, a questão nacional tem elementos determinantes que limitam a ação dos governos municipais. Certamente, não podemos pensar uma estratégia de desenvolvimento nos

limites de um município sem considerar possíveis impactos de políticas regionais, ou mesmo de política de renda a nível nacional. Por outro lado, não podemos fechar as portas da cidade, tais quais as fortalezas da Idade Média (...) sem considerarmos as políticas migratórias (*id. ibid.*, p. 35).

As grandes regiões metropolitanas, como fenômeno urbano, merecem algumas considerações dos autores, quando refletem sobre o tema. Entendem que, para além dos elementos de política nacionais e regionais, que nos limitam em ações restritas à determinadas cidade, há que trabalhar o fato metropolitano como uma realidade irredimível. Não terá êxito um plano diretor de um município de uma região metropolitana se não estiver integrado a uma visão de conjunto do processo de metropolitização (*idem*).

As políticas públicas de planejamento urbano, seja por meio das antigas intervenções urbanas, seja pelos planos diretores, sempre priorizaram setores da sociedade, possibilitando acúmulo de investimento para uns e ausência de investimentos para outra parte considerável da população. No caso do Rio de Janeiro, foram cinco os planos que mudaram a configuração da cidade, possibilitando ações *justas e injustas*, dependendo do ponto de vista, e a situação social em que se encontram os sujeitos, a saber: Plano Agache, Plano Doxiadis, PUB Rio, PIT Metrô e Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

2.2) Plano Agache e a *satelitização* das favelas cariocas: a intensificação da “invisibilidade” dos afrodescendentes no espaço urbano carioca

O pensamento higienista já havia desembarcado nos trópicos desde o final do século XVIII, de acordo com as respostas dadas por três médicos a uma consulta realizada pela Câmara do Rio de Janeiro, em 1798. Solicitados a opinar sobre quais seriam as causas principais da insalubridade da cidade, os médicos apontaram para a ação prejudicial dos pântanos, que produziam miasmas; das montanhas que circundavam a cidade, impedindo a ação purificadora dos ventos; da proximidade do lençol d'água, que dificultava a drenagem das águas pluviais e tornava o solo sempre úmido; e da imundície das vias públicas, que infeccionava o ar (ABREU, 1996, p. 163). Como vimos, o saber médico (substituído pelo dos engenheiros) serve como pano de fundo, alimentador em larga escala da modernização do espaço urbano em finais do século XIX. Sob uma perspectiva capitalista, esse período, no Rio de Janeiro, é analiticamente rico, pois revela claramente a diversidade e a complexidade das forças sociais que o processo de modernização da economia colocou em marcha.

Além dos elementos supracitados, a transferência dos lucros da atividade agrícolas para o urbano, exatamente para o mercado imobiliário, é considerada fator preponderante na organização da metrópole carioca. Segundo ABREU (2001, p. 36), verificou-se também outra faceta do enraizamento acelerado do capitalismo moderno. Trata-se da primeira emergência de um mercado urbano de terras, que se estruturou primeiramente nas cidades que sofriam forte pressão imigratória (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo) difundindo-se depois pelo restante das áreas urbanas.

Assim como na intervenção do início do século, operada por Pereira Passos, que não levou em consideração os interesses das classes populares, o Plano Agache procedeu da mesma forma. A escolha de Prado Júnior como prefeito do Distrito Federal, entre 1926 e 1930, tinha como objetivo modernizar a cidade. Dessa forma, o surto de modernização que assolou o país, principalmente a capital da República, no início do século, gera um conjunto de obras, ferrovias e portos que vai acabar interferindo no urbano. É a fase de intensificação da relação entre o Estado, por intermédio dos serviços públicos, o capital externo e os agentes internos do

capitalismo, representados pelo capital imobiliário. Essa modernização originária em um primeiro nível do setor agrícola e, em segundo nível, do capital estrangeiro, especialmente inglês, acaba por causar, num efeito cíclico, a necessidade de uma remodelação da cidade para adequá-la aos padrões modernos da burguesia urbana.

A responsabilidade de desenvolver o plano de intervenção urbana coube ao francês Alfred Agache, professor do Institut d'Urbanisme da Universidade de Paris. O famoso instituto, que se constitui numa das principais escolas de urbanismo do mundo, surgiu em 1924, como continuidade da Ecole des Hautes Etudes Urbaines, e tinha como docentes, além de Agache, nomes como Leon Janssely, Henry Prost e J.M.Greber, entre outros. A maioria era integrante da Société Française des Urbanistes – SFU, criada em 1913. O instituto destacou-se ainda com a publicação de *La Vie Urbaine*, órgão privilegiado de divulgação dos trabalhos do Iuup, em particular de seus alunos, incluindo-se a tese de Atílio C. Lima.⁹⁵

Com relação ao planejamento, o plano apresenta para o Rio de Janeiro duas funções primordiais – a político-administrativa e a econômica, esta última considerada crescente, à medida que o país se industrializa – que, segundo Agache, irão exigir certos objetivos do plano, como: a) assegurar a existência de certos elementos funcionais e reparti-los da melhor forma – *zoning*; b) traçar rede de vias, de modo a pôr esses elementos em relação rápida e fácil entre eles e com o resto da cidade e satisfazer as exigências da rede urbana do Rio de Janeiro; c) assegurar moradia confortável e agradável às diferentes categorias de habitantes da cidade; d) estabelecer políticas de edificação para a cidade (REZENDE, *op. cit.*, p. 43).

O plano trabalhava entre a modernização dos transportes, mercado de terras e a entrada de novas empresas capitalistas na cidade. As transações com chácaras e lotes, antes realizadas principalmente em função de seu valor de uso, passaram a ser determinadas, sobretudo, pelo valor de troca. O retalhamento deixou de ser produto da ação isolada de um proprietário fundiário que dividia sua chacara em poucos lotes urbanos. Surgiu a promoção imobiliária em grande escala, representada por empresas capitalistas dedicadas à produção e comercialização de lotes urbanos, em muitos casos em estreita associação com o capital bancário (ABREU, 2001, p. 36).

⁹⁵ A formação do espaço urbano x mobilidade da população. In: www.ucg.br/arq/urbano/4Urbanista.htm, referência capturada em 20/04/06.

Atílio C. Lima além de participar como auxiliar do urbanista francês, foi o responsável por inúmeros estudos que propunham a modernização de algumas capitais: Recife, Curitiba, São Paulo etc.

Além das formas acima expostas, havia outra: a transferência dos lucros da renda da terra para as atividades urbanizadoras, como demonstra Brito (2001, cd). No caso de São Paulo, os empresários vinham operando com grande variedade de investimentos, que ia desde a produção agrícola até a exportação propriamente dita (da cana-de-açúcar ao café), o transporte das safras por tropas, as atividades comerciais voltadas tanto para o mercado externo quanto para o mercado interno, os empréstimos a juros, o empreendimento ferroviário, a organização dos primeiros estabelecimentos bancários e industriais da província, a introdução de imigrantes, as *atividades urbanizadoras*, sempre em busca de diversificação e atentos a novas possibilidades de aplicação que pudessem garantir boa remuneração para seus capitais.⁹⁶

Sem se propor a ser um plano de desenvolvimento, mas apenas um plano físico territorial, sua preocupação com a imagem do Rio de Janeiro pelo ponto de vista de um estrangeiro é de fundamental importância para os formuladores do plano de intervenção. A cidade, entrada principal do país (segundo as estatísticas dos órgãos oficiais, em 2005, ainda continuava com a mesma liderança), deveria receber atenção substancial a fim de adequar-se à condição de capital da República.

O plano Agache é um típico plano diretor, quando produz um retrato das condições futuras da cidade e o compara com a cidade ideal, que será obtida mediante suas proposições. Como plano diretor, coloca nas mudanças físicas a possibilidade de serem atingidas mudanças sociais. Prevê, também, a supressão de comportamentos marginais de uma parcela da população por meio da remodelação física da cidade e da existência de saneamento e habitação para todos (*id. ibid.*, pp. 42-3).

Segundo algumas avaliações sobre o Plano Agache, a execução duraria entre 30 e 50 anos, tendo em vista a monumentalidade das obras assumidas.⁹⁷ Não há como negar as palavras de Pedro Ernesto (antigo prefeito da cidade) no sentido de que o Plano Agache pretendia transformar o Rio de Janeiro (ou pelo menos o Centro e a Zona Sul) numa cidade monumental, exigindo inversões públicas de vulto, bastante superiores às possibilidades dos cofres municipais ou da União.

⁹⁶ No caso do Rio de Janeiro, é necessário verificar como se processou a transferência dos lucros das atividades agrárias para o capital imobiliário entre o final do século XIX e o início do XX.

⁹⁷ *O Cruzeiro*. O Rio de Janeiro de 1950. www.memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro. Entrevista concedida à revista *O Cruzeiro*, em 10/11/1928, pelo urbanista francês Alfred Agache. Referência acessada em 20/06/2006.

Resumidamente, o plano pretendia ordenar e embelezar a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço. Assim, o Centro da cidade seria subdividido em áreas funcionalmente distintas: tais como Bairro das Embaixadas, os Jardins do Calabouço, o Centro de Negócios propriamente dito (Castelo), o Centro Bancário (limitado pelo quadrilátero formado pela Avenida Rio Branco, ruas Primeiro de Março, Sete de Setembro e Candelária), o Centro Administrativo (na freguesia de Sacramento) e o Centro Monumental (em Sacramento). A construção dos dois últimos exigiria um grande número de desapropriações, afetando os bairros centrais que haviam sobrevivido às reformas anteriores (ABREU, 1987, pp. 86-7).

O projeto, já naquele momento, previa a necessidade de ligações rápidas entre Rio e Niterói, e Rio e Ilha do Governador, além de construções articuladas, por meio de largas avenidas e um sistema arterial de circulação, estendendo-se até os subúrbios mais distantes, enquanto os bairros seriam cortados por ruas, interligando-se de maneira a terminar com o isolamento das áreas fora do Centro da cidade (*id. ibid.*).

Em seu projeto, Agache previa até áreas de manifestações populares. Em entrevista à revista *O Cruzeiro*, em 10/11/1928, o urbanista declara:

Em frente á barra da Guanabara, no terreno que se conquistará ao mar pela rectificação do incongruente sacco da Glória, ficará a praça monumental – vestibulo sumptuoso da cidade – reservado ao desembarque das grandes personalidades que aqui aportarem e naturalmente destinado ás manifestações, comícios e demonstrações do povo por se tornar o logradouro de maior area e o principal centro da metrópole.

De certa maneira não errou em sua previsão, porque próximo à Glória, a atual Cinelândia (entre a monumentalidade dos prédios históricos: Theatro Municipal, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Centro Cultural da Justiça Federal) foi palco de memoráveis manifestações populares, desde as que buscaram a redemocratização do país até as que expressaram o contentamento pela conquista de títulos em campeonatos de futebol, passando pelas manifestações do MST. Nestes 80 anos (1930-2006) a Cinelândia não perdeu sua magia de centralidade política da cidade.

Sobre a criação da Avenida Presidente Vargas, o urbanista projetou que uma nova e larga rua, formada pelo prolongamento do atual canal do Mangue, cortará perpendicularmente a Avenida Rio Branco, indo até o mar, no cais da antiga Alfândega (hoje, faz parte do complexo histórico da Marinha do Brasil), e se estenderá no seu sentido oposto, transpondo, sempre com a mesma largura, os bairros e subúrbios que ficam além da Praça da Bandeira, para penetrar as regiões aonde a cidade, livre do

contraforte das montanhas e da barreira do mar, rapidamente se despeja e se desenvolve (*id. ibid*).

Ambas as margens do canal do Mangue eram densamente habitadas, e, de acordo com avaliação de ABREU (1987, p. 114), essa população necessitava ser removida para que a via pudesse ter curso. A avenida, concluída em 7/09/1944, fez a ligação entre o mar (próximo à Candelária) e a Praça da Bandeira. Porém, as dimensões entre essa praça e os bairros dos subúrbios (do Maracanã até Marechal Hermes, quase chegando a Deodoro, veja Mapa 1) atribuíam no máximo quatro pistas de rolamento, chegando em alguns pontos a ser reduzidas a duas. Nas áreas mais populares, de Todos os Santos (próximo ao Méier) até o trecho final, ela recebe tráfego em mão dupla, o que aumenta o risco de acidentes.

Segundo Gizlene NEDER (1997, pp. 109-110), apoiada em Jacques Le Goff, dirá que

a cidade pode ser considerada um espaço privilegiado de construção da memória coletiva. Tomaríamos a cidade como um monumento (...). Certas áreas da cidade (portanto, não necessariamente toda ela) poderiam ser vivenciadas como espaços constitutivos de referências étnico-culturais dos vários grupamentos urbanos historicamente estabelecidos.

Nesse sentido, algumas áreas que, desde 1930, vêm sendo alvo de transformação urbana, configuram-se em *espaço de memória* para alguns segmentos sociais que se perderam na história da cidade. A construção da avenida Presidente Vargas, como elemento da renovação urbana no setor de infra-estrutura de transporte, depois da avenida Rio Branco, foi uma das mais importantes.

Porém, do ponto de vista dos grupos de afrodescendentes (pretos e pardos) que habitavam toda a extensão dessa via, representou uma perda irreparável, tendo em vista que o conjunto arquitetônico da área envolvia inúmeras famílias que transitavam entre as margens da nova via.

Quanto à inserção das favelas no contexto urbano, segundo REZENDE (*op. cit.*), Alfred Agache faz as seguintes considerações:

É uma escolha [?]. É uma espécie de *cidade-satélite* de formação espontânea que escolheu de preferência o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene. A solução apresentada por Agache é a construção de habitações a preços baixos ou totalmente subvencionados pelo Estado.

Quanto ao aspecto estético das favelas, o urbanista conjectura:

Em toda a parte existe o contraste, os morros, estes rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do comércio possuindo bellos edifícios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, têm as suas encostas e os seus cumes cobertos por uma multidão de horríveis barracos. São favelas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador (ABREU, 1987, pp. 87-8 *apud* Prefeitura do Distrito Federal da Cidade do Rio de Janeiro, 1930).

Para além dos custos onerosos de edificação, os quais inviabilizam para os mais pobres a autorização legal de construção de suas moradias, tem-se que, historicamente, até aquele momento, essa seria uma contradição em termos de políticas públicas: os programas de criação de moradias populares nunca foram prioridades das elites dominantes. O capital estritamente imobiliário não se interessou pelo setor, deixando a responsabilidade para empresários de outros ramos de atividades. Dessa feita, a construção de habitações populares passou a ser uma das prioridades do capital industrial, com o objetivo de reduzir os deslocamentos de seus empregados, criando as vilas operárias, presentes no cenário urbano e/ou periurbana desde o final do século XVIII. Contudo, essa política foi de pequeno alcance, abrangendo apenas o proletariado empregado na indústria enquanto estivesse em atividade. O Estado só bem mais tarde veio a cuidar da matéria.

De certa maneira, o conjunto de ações que foi proposto pelo plano Agache recebeu releituras e novas implementações ao longo das décadas de 1940 a 1960, sendo muitas vezes redimensionado para os anos posteriores, em decorrência de novos planos diretores. Para os afrodescendentes, o conjunto de ações que foram tomada até o início da década de 1960, resultado do plano diretor, prejudicou a consolidação de seus laços identitários. Somam-se como fator negativo para negros, pardos e o grande contingente de pobres da cidade outras ações que se ligam às condições estruturais da habitação e reestruturação urbana. A remoção de favelas e o desmonte de morros que serviam de abrigo para centenas de milhares de famílias desempenharam papéis muito importantes. Do ponto de vista do setor imobiliário representou a liberação de áreas para futuros investimentos como a disponibilização para moradias de classe de maior poder aquisitivo e/ou instalação de novas atividades econômicas que agregassem mais valores tanto no campo material como no campo simbólico. Enfim, do ponto de vista das classes populares, a cidade perdeu parte de sua identidade, que até os dias atuais (2005) não parece ter sido recuperada.

2.3) Doxiadis, PUB Rio e PIT Metrô: entre a modernização do espaço urbano carioca e a remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1975

A crise dos anos 60 teve o Rio de Janeiro como epicentro político dos acontecimentos nacionais. A mudança da capital para Brasília e a emergência do Estado da Guanabara viram Carlo Lacerda ser vitorioso no pleito em que duas correntes ganhavam notoriedade: candidatos vinculados ao imperialismo contra os denominados nacionalistas. Associando-se à *indústria do anticomunismo*, o governador recebe amplo apoio das classes conservadoras e colabora com a intenção de privar as camadas populares de seu papel político, visto que qualquer tentativa de ascensão desse grupo é considerada crescimento dos setores de esquerda (REZENDE, *op. cit.*, p. 52).

Em discurso populista, Lacerda declara a respeito da cidade que, ao contrário dos planos anteriores, a ação de governo terá como alvo não mais a Zona Sul e a área central, mas os subúrbios tomados pelo abandonado, sobretudo no que se refere ao setor de educação, em estado de calamidade pública, então, demonstrando suas intenções de se voltar para as classes populares (*idem*).

Em março de 1964 é criada a Cedug, Comissão Executiva de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, com o fim especial, entre outros, de fazer cumprir o contrato entre o Estado e a firma grega *Doxiadis Associates*, a fim de elaborar o *Plano e Programas de Desenvolvimento Urbano da Guanabara* a ser entregue até o final de 1965 (REZENDE, *op. cit.*, p. 54).

O Plano Doxiadis é altamente técnico. Trata-se de preparar a cidade do Rio de Janeiro até o ano 2000, segundo padrões estrangeiros. A racionalidade está presente no plano, diagnosticando crises e insuficiências, e propondo soluções. Trata-se de um plano racionalista compreensivo, pela ênfase nos dados e na análise, pressupondo uma atitude científica, não ideológica diante do espaço urbano. Obtém do objeto de estudo, no caso do Estado da Guanabara, grande número de dados e informações (*id.*, *ibid.*, p. 55).

Por outro lado, o Plano Doxiadis introduz o estudo sobre o uso individual do espaço, expresso na perspectiva de (*id. ibid.*, p. 55) como “cada pessoa necessita de espaço em diversas escalas durante o período de sua existência”. Espaço para morar,

espaço para trabalhar, espaço para edifícios comunitários e espaço para atividades sociais e de recreação (*id. ibid.*, p. 56). Esse modelo, comum à época, coloca o plano na concepção maior de planejamento, como as propostas verificadas na década de 1920 por intermédio da escola deixada por Le Corbusier, como registrado pela literatura.

Os objetivos do Plano Doxiadis

Buscar o desenvolvimento através da funcionalidade e da otimização do espaço, sem interferência a nível sócio-econômico, são características percebidas no plano através de seus objetivos. Duas finalidades principais são visadas: primeiro, criar a necessária infra-estrutura física que possibilite o desenvolvimento sadio do estudo e segundo, resolver problemas urgentes dentro do atual tecido urbano sem violentar indevidamente a qualidade, a beleza, o encanto e o caráter da cidade. Além desses objetivos, há outras metas mais gerais: a) estabelecer uma hierarquia de “comunidade” baseada em interesses cada vez mais amplo, para encorajar um sentimento regional progressivamente mais generalizado; b) prover cada grupo de população de um série de facilidades adequadas; c) estabelecer para cada conjunto de facilidades uma área e um centro de ação; e d) localizar usos de trabalho, recreação e moradia de um modo funcional relacionado como o traçado geral da área urbana (*id. ibid.*, p. 57).

Os registros e as imagens do período, realmente, apontam para uma mudança estrutural na Zona Norte da cidade. Os bondes, responsáveis pelo folclore da cidade e pela difusão da *figura do malandro*, combatida desde a era getulista (1930), perdem espaço para o transporte urbano feito por ônibus. Obviamente, houve uma perda substancial para as classes populares, visto que o sistema por bondes/trens urbanos tinha os preços mais adequados ao orçamento popular. Na percepção geral, o sistema era realmente anacrônico, descompassado com os tempos “modernos”, porém a radicalidade que levou ao fim parte do sistema se tornou um ponto de “irracionalidade” no planejamento da cidade. Outras cidades pelo mundo colheram resultados muito positivos na modernização do sistema e na criação de novas modalidades. Pensa-se aqui que essa modalidade de transporte poderia suprir e desafogar o tráfego de ônibus entre os bairros e a área central e mesmo reduzir a quantidade de material rolante entre os próprios bairros, deixando para os trens metropolitanos e suburbanos os trechos maiores.

A substituição de bondes por ônibus ocasionou nos bairros da Zona Norte o recuo de centenas de milhares de moradias, para que houvesse o alargamento das vias. Os bondes e lotações cederam lugar aos grandes ônibus, e ideologicamente as classes populares se viram no contexto da modernização da cidade. Por exemplo, a Avenida dos Democratas (Bonsucesso) viu triplicar a via de rolamento: de duas para seis pistas de rolamento. As casas tiveram reduzidas sua testada de rua em três a cinco metros de cada

lado, funcionando como fator de desvalorização, apesar das inovações e dos investimentos públicos realizados.

Por outro lado, considerado um dos períodos de *modernização excludente* nele se funda, em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH) com proposta de gestão sobre o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), ambos criados pelo governo militar (como examinado em páginas anteriores).

A orientação de levar as classes populares a alcançar o sonho da casa própria nunca foi seguida. A política pública de habitação privilegiou as classes de maior renda com financiamentos relativamente baratos. O número de favelas nas metrópoles aumentou sensivelmente em comparação com períodos anteriores. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e outras grandes capitais viram surgir novas áreas com esse perfil em seus espaços urbanos.

As remoções, que haviam começado em décadas anteriores, são intensificadas nesse momento. Centenas de famílias são removidas para a Zona Oeste e Jacarepaguá, criando dois complexos de moradias que, longe de resolverem o problema da habitação popular, criaram novas demandas urbanas. Os removidos, distantes do mercado de trabalho, foram literalmente jogados em espaços que não davam nenhuma esperança para seus moradores. A política de preço de transporte público, sem nenhuma concepção de integração, tornava tão mais cara a passagem quanto mais distante fosse o centro. Como os mais pobres foram sendo deslocados, em políticas contínuas, para as áreas mais distantes, foram também penalizados pelo preço abusivo dos transportes coletivos. Diga-se que o trem suburbano, o que restou do antigo sistema de transporte, sofreu por falta de investimento desde 1940, tornando mais injusta a produção do tempo das classes populares, tendo em vista que um trabalhador deveria acordar às quatro horas da manhã, ou ainda mais cedo, a fim de se deslocar para o local do trabalho. Tal deslocamento não era nada popular. Por outro lado, os trabalhadores localizados na Zona Sul da cidade, desde muito tempo, vivem de maneira mais cômoda. Servidos por um sistema de transporte por ônibus mais moderno e muito mais barato, esses trabalhadores podiam fazer o deslocamento casa/trabalho/casa com o preço de uma tarifa dos que moravam na Zona Oeste da cidade.

Segundo REZENDE (*op. cit.*, pp. 67-9), pode-se afirmar que o *Plano urbanístico básico da Cidade do Rio de Janeiro* (PUB Rio), 1977 é a resposta municipal à política urbana no nível espacial definida pelo II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento) e o I Plan Rio (plano de desenvolvimento estadual). A implantação

de ambos ocorre no período da fusão dos estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro, a partir de 1975. Verificando a atuação do PUB Rio, a autora acredita que este seja o sistema mais integrado: escala federal por meio das políticas encetadas no II PND e na escala regional através da vinculação com o I Plan Rio, visto que parte da ação teria como palco a própria cidade. O PUB Rio não pode ser considerado um plano diretor típico, mas enquadra-se em um *plano de diretrizes* e não faz uso da racionalidade na identificação de problemas e desvios naquilo que seria considerado modelo. A visão de cidade é a mesma encontrada em outros planos, uma perspectiva funcionalista. A cidade passa a ser vista segundo a proximidade socioeconômica das diversas regiões administrativas, onde cinco áreas de planejamento (APs) são concebidas. Três metas foram eleitas como fundamentais para a realização do PUB Rio: a) aperfeiçoar o planejamento do desenvolvimento municipal; b) aumentar a eficiência das estruturas que abrigam as diferentes funções urbanas e atividades de produção; e c) integrar as ações da administração municipal aos planos dos demais níveis de governo.

O Plano Integrado de Transportes (PIT Metrô) é uma resposta aos governos federal e estadual, com os quais tem identidade de intenções além de grande dependência financeira. O plano tem sua divulgação em setembro de 1975. Não se trata de um plano político, como o PUB Rio, nem é apenas um plano de transportes, pois estuda detalhadamente a área em questão. Ele respeita a evolução demográfica, econômica e de ocupação do solo, baseando-se em séries históricas. Ao contrário de outros planos, o PIT Metrô respeita a evolução da população, desenvolvendo o estudo de acordo com as tendências históricas, dos impactos produzidos por projetos públicos aprovados e a serem implantados, para então, a partir do conhecimento da cidade até o ano limite de 1989, propor uma grande intervenção que é a implantação do sistema de metrô e pré-metrô. O plano não busca uma *cidade ideal*, mas a cidade preexistente, ou seja, a cidade que existia em 1979, 1984, 1989 vista e viabilizada pelo sistema metroviário (*id. ibid.*, p. 70).

Na prática, o sistema metroviário acaba por ordenar uma ampla faixa do território carioca. A linha 1, por muito tempo a única operacional, teve sua implantação no primeiro trecho (Saens Peña a Botafogo) traçada pelos *territórios negros*, antiga Praça 11 de Junho, atravessando a avenida Presidente Vargas. Se para a construção dessa importante via, centenas de pessoas foram deslocadas, com a abertura do metropolitano carioca não restou pedra sobre pedra, uma viva alma não resistiu à demanda da modernidade. Entre 1977 e 1980 os movimentos étnico-raciais não

conseguiram, ou não puderam, ou ainda não se interessaram pelos destinos das famílias que foram vítimas do processo. Essa ausência de ação talvez tenha sido um dos problemas sérios pelo qual se tenha que responder à história.

Todos os movimentos de modernização da cidade verificados até aqui fazem parte de um longo processo de “invisibilidade” dos afrodescendentes (pretos e pardos), tendo em vista que grandes contingentes foram deslocados para os subúrbios distantes, onde identidades tiveram que ser reconstruídas em novos termos. A falta de organicidade dos grupos mais pobres da sociedade passou a contar com a estrutura de escolas de samba, blocos carnavalescos ou clubes de futebol. Obviamente, o entretenimento se presta a muitas atividades, mas não serviu para criar resistência a todos os descasos produzidos pelo poder público, nem criar discursos capazes de fazer frente aos interesses das classes de maior poder aquisitivo. O que vimos, em quase todos os bairros, foi a utilização de “comunidades” inteiras *combalidas* a serviço de grande *mecenas do infortúnio* de centenas de pessoas, promotores da espetacularização do carnaval carioca. Enquanto pesquisador, somente pode-se apresentar o protesto, pois os *deslocamentos compulsórios* dessas famílias também provocaram a morte cultural para milhares de pessoas, cujas ligações com a cidade enquanto totalidade são muito frágeis, quase inexistentes, como poderá ser verificado na avaliação do Programa Favela-Bairro, engendrado anos depois.

2.4) O Programa Favela-Bairro: oclusão dos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro, 1993-2000

Criado pela Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992, o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, o qual estabelece as normas e os procedimentos para a realização da política urbana do município, fixa suas diretrizes, prevê instrumentos para sua execução e define políticas setoriais e seus programas, buscando

o pleno atendimento das funções sociais da cidade (*Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro*, 1993, p. 13).⁹⁸

Em seu Artigo 147, delimita para fins de aplicação do Plano Diretor Decenal, designa favela como área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais (*id. ibid.*, p. 67).

O problema da caracterização de favela é a restrição conceitual. Inúmeras “comunidades”, sitiadas em lugares onde a titularidade do lote é uma realidade, são consideradas também favelas. “Comunidades” como Cidade de Deus, Vila Kennedy, conjunto habitacional Dom Jaime Câmara (Padre Miguel), Cezarão (Santa Cruz), todas localizadas na Zona Oeste da cidade, independente da situação legal, são consideradas favelas pelos moradores dos bairros vizinhos. A Cidade de Deus, como outros complexos favelados – Maré, Rocinha, Jacarezinho e Alemão – foram elevados, de acordo com as decisões do poder municipal, à categoria de região administrativa, na tentativa de dar fim ao estigma e ao preconceito que cobre as favelas cariocas e fazer jus ao programa de maior alcance mediático da prefeitura da cidade, ou seja, “transformar a favela em bairro”. Parece-nos que esse expediente é de pouca eficiência, pois criar a identidade bairrista não é algo que se faça apenas com a publicação de uma norma, mas, antes de tudo, é algo que a população vive no cotidiano. Tomemos o exemplo da Cidade de Deus para um exercício. Ela está inserida na Grande Jacarepaguá (veja Mapa 1), vizinha de outros sub-bairros, como Freguesia, Tanque, Anil etc. Levando-se em consideração o pertencimento das pessoas que moram em um desses sub-bairros, como Cidade de Deus, à pergunta “qual o local de seu domicílio”, a resposta imediata é “moro em Jacarepaguá”, só no segundo momento especificando em que unidade espacial de Jacarepaguá a moradia está localizada. Isso prova que a elevação que se pretende não passa de uma figura de retórica, impressa pelos administradores municipais, tentando fazer valer o ideário presente no Programa Favela-Bairro.

Outro fato que envolve o tema ocorreu no momento da pesquisa realizada para *Do quilombo à favela: a produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro*, que

⁹⁸ Não é intenção deste pesquisador examinar o plano diretor em todas as suas possibilidades, mas apenas compará-lo ao Programa Favela-Bairro (Seção IV, dos Programas; Artigo 146, inciso I – programas de urbanização fundiária de favelas).

detectou, na Cidade de Deus, um interesse visceral das lideranças comunitárias em não deixar a área ser reconhecida como bairro. Esse tratamento tiraria da “comunidade” a possibilidade de ser tratada, diante do poder público municipal, como segmento sócio-espacial diferenciado, disputando com os demais bairros fragmentos do orçamento. Se isso não representaria tanta perda econômica e política para a “comunidade” como um todo, significaria, entretanto, danos irreparáveis para as lideranças com relação ao sistema político local. A elevação à condição de região administrativa foi a saída encontrada para esses personagens, tendo em vista que a condição de favela é mantida em conjunto com outros complexos favelados como Rocinha, Alemão, Jacarezinho e Maré. Essa nova condição retira a Cidade de Deus da disputa por recursos, por exemplo, com os bairros de Jacarepaguá, Freguesia, Pechincha, Taquara e até mesmo a região da Barra da Tijuca. Pensa-se que os únicos beneficiários do fato de essa grande área ser considerada um complexo isolado tenham sido as lideranças comunitárias da Cidade de Deus.

Já o Artigo 148 prevê que a urbanização e a regularização urbanística e fundiária serão realizadas mediante intervenções graduais e progressivas em cada favela, para maximizar a aplicação dos recursos públicos e disseminar os benefícios entre o maior número de habitantes (*id. ibid.*, p. 67).

Os moradores das três “comunidades” foram submetidos a uma série de questões, em que foram chamados a escolher três de 11 opções apresentadas, avaliando alguns pontos de vista. No que tange à *percepção sobre a própria “comunidade” e a cidade* (Tabela 4), três respostas sobressaíram: a resposta mais escolhida (89 pessoas, representando 86% de todos os entrevistados) foi *Gosta do lugar onde mora*, seguida por *Boa relação com a vizinhança* (69 pessoas, 66%) e *ser positivo morar nas “comunidades”* (52 pessoas, mais de 50% dos entrevistados).

Tabela 4

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha: percepção sobre a própria “comunidade” e a cidade, 2004

Percepção do entrevistado sobre a “comunidade”	“comunidade”			
	Chapéu Mangueira	Pau Bandeira	Serrinha	Total de ocorrências
Gosta do lugar onde mora	14	23	52	89
Não gosta, mas não tem como sair	2	3	4	9
Boa relação com a vizinhança	12	22	35	69
Mantém boa relação com o poder público municipal	1	4	9	14
Mantém boa relação com o poder público estadual	0	1	2	3
Não tem nenhuma relação de proximidade com o poder público	0	1	7	8
Tem boa qualidade de vida	9	9	34	52
É atendido em equipamentos de lazer	3	4	9	16
Não tem boa qualidade vida nem equipamento de lazer	0	1	1	2
Proximidade com o local de trabalho	1	14	14	29
Indiferente	3	9	10	22

Fonte: Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004.

A importância desse conjunto de respostas demonstra o nível de relação com o poder público – apenas 14 pessoas apontaram ter *boa relação com o poder público municipal*. A maioria das pessoas ignorava quem eram os reais promotores da intervenção no espaço favelado analisado.

O Artigo 149 trata da integração das favelas no processo de planejamento da cidade, constando nos mapas, cadastro, planos, projetos e legislação relativos ao controle do uso do solo, e de programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos nelas instalados (idem).

O cadastro divulgado pelo IPP (Instituto Pereira Passos) não prima pela eficiência na informação. A apresentação de uma lista de favelas em ordem alfabética com número total de habitantes não parece uma boa providência para difundir informações entre os interessados em fazer pesquisa nem tampouco para a “comunidade” que queira reunir a maior quantidade dados sobre o bairro em que está localizada.

Outro ponto bastante frágil diz respeito à manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos instalados nas “comunidades”. Desde a pesquisa *Do quilombo à favela*, em quase todas “comunidades” visitadas a manutenção dos equipamentos públicos já se mostrava deficitária. Decerto, a construção de muitos

equipamentos foi de suma importância, mas sua conservação não parecia ser prioridade: rupturas de galerias de esgotos e águas pluviais e de tubulações de água, buracos nas vias são alguns problemas observados ao longo da duração das duas pesquisas. A questão não parece de fácil solução, pois, uma vez destinados recursos para iniciar/concluir as obras, deixa de ser prioridade sua manutenção/conservação.

Quanto ao Artigo 150, garantindo a permanência dos moradores na própria “comunidade”, foi observado que as pessoas que perderam suas casas foram mantidas na própria “comunidade”. Esse talvez seja um dos pontos mais acertados do programa (*idem*).

No que se refere ao Artigo 151, que diz respeito aos critérios para *determinação do grau de prioridade da favela para efeitos de sua integração ao programa*, só analisaremos o primeiro inciso, que trata da *participação da “comunidade” no programa*: 66% ou 68 pessoas disseram não ter participado em nenhum momento das discussões sobre o programa de intervenção; 19% ou 20 moradores disseram ter participado apenas parcialmente de todo processo, e apenas 14,6% ou 15 moradores acompanharam e intervieram na discussão ao longo de todo o processo de elaboração da proposta. A modalidade de participação não se mostrou muito forte em nenhuma “comunidade” visitada, cabendo de certa forma à liderança intervir e informar ao coletivo. Este talvez seja um problema da sociedade em geral: buscar a informação com terceiros, nunca diretamente. O exemplo mais claro para ilustrar tal fato é a assembléia de trabalhadores: uma pequena parte decide pela maioria. Quando se obtém sucesso na empreitada, rapidamente se esquece que apenas poucos participaram, mas, no caso contrário, logo surge a observação de que, se todos estivessem presentes, o resultado seria outro. O problema é que sempre a minoria estará presente e sempre decidirá pela maioria, para o “bem“ ou para “mal”.

O Artigo 152 trata do *estudo da situação fundiária e da elaboração de projeto urbanístico*, e dele analisaremos alguns incisos e parágrafos. Quanto ao primeiro inciso, que diz respeito à *integração da favela ao bairro e ao aglomerado de favela onde está situada*, a avaliação que se tem é: 57% das pessoas (59) acreditam que a relação entre “comunidade” e bairro melhorou; 27% (28) defenderam que não houve melhoria nenhuma, e apenas 16 pessoas apontaram que não houve nenhuma alteração na relação entre “comunidade” e bairro. Porém, quando os entrevistados foram colocados diante de algumas opções, para escolher três, obtivemos os seguintes resultados: 70 pessoas escolheram a opção *indiferente*. Pareceu-me que não fazia a mínima diferença se os

moradores o reconheciam ou não. Simplesmente demonstraram ignorar. Por outro lado, 50 pessoas responderam que a “comunidade” passou a ser mais respeitada pelas pessoas que moravam no bairro. Porém, quando perguntadas como, a resposta não era muito clara, não sabiam nem como, nem o por que do respeito; 41 entrevistados disseram que *se sentem mais integrados à vida da cidade*. Todavia, quando perguntado sobre o Programa Rio-Cidade (programa de intervenção urbanística e melhoria infra-estruturais por bairro) apenas a metade ouviu falar do programa, e algumas poucas pessoas demonstraram conhecer o programa de perto.

No que se refere ao Parágrafo primeiro, *regularização urbanística*: inciso III – *reconhecimento dos logradouros* – o programa não cumpriu. A rua principal que dá acesso à “comunidade” e as que se localizam nas proximidades receberam/ou já tinham nome; as demais são referenciadas pelos moradores de maior importância: rua da D. Maria, ou rua do José das Couves. Por outro lado, se a rua não tem referencial, “sem nome”, não poderá receber Código de Endereçamento Postal (CEP), não havendo, portanto, entrega de correspondência direta aos moradores.

Quanto ao inciso IV – *a implantação de sistema de fiscalização, acompanhamento de programa de esclarecimento e conscientização sobre suas finalidades e vantagens* –, parece que não se obteve muito sucesso. Mesmo depois da obra terminada, 52 pessoas, mais do que a metade, não sabiam qual era o objetivo do Programa Favela-Bairro.

Em relação aos impactos das obras, de que tratam os Parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do Artigo 152, a resposta que mais recebeu aceitação foi *calçamento de ruas*, com 61% da preferência. Essa foi a conquista de maior relevância em todas as “comunidades”, seguida de *rede de distribuição de água* (57%); *construção de galerias p/ esgoto e águas pluviais* (53%) e *melhorias de acessos através de escadarias* (49%).

Quanto aos impactos positivos das obras do Programa Favela-Bairro, 47 entrevistados apontaram que elas promoveram *maior integração na própria “comunidade”*; 43 escolheram a opção de que *melhorou o acesso para fazer compras e para trabalhar*; 42 escolheram a *valorização do imóvel*; 38 pessoas *acreditam que haverá maior integração da “comunidade” ao bairro*; e 36 resolveram não opinar sobre a questão.

Dois pontos se mostraram comprometidos no Programa Favela-Bairro: a *regularização dos lotes*, tratada nos artigos 153, 154 e 155. Nenhuma das moradias visitadas, ao longo desta e da pesquisa anterior (ver CAMPOS, 2005), foi contemplada

com a regularização dos lotes. Ponto não inscrito no projeto, mas alvo de discurso eleitoral de sucessivas campanhas (desde 1993) que também se viu frustrado diz respeito à criação de qualquer programa de geração de renda para a “comunidade”. Isso é lamentável tendo em vista que parte das famílias vive no limiar da pobreza absoluta.

Capítulo 3

Planejamento conservador e movimentos sociais urbanos: a dimensão étnico-racial no contexto da segregação no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, os diversos grupos sociais espalham-se pela cidade de acordo com a capacidade de fazer frente aos custos que essa ocupação exige. Entretanto, a ocupação não é apenas uma determinação econômica; passa, sobretudo, pela agregação de valores que um dado bairro representa para um segmento social. Uma favela, um conjunto habitacional (denominado popularmente “condomínio de baixa renda”) ou um loteamento popular podem, a um só tempo, ser encarados pelos pesquisadores ou pelos planejadores, ou ainda pelo Estado como unidades espaciais que merecem a mesma atenção dispensada a outras unidades espaciais ocupadas por grupo socialmente mais aquinhado.

Os planejadores que dão ênfase ao planejamento físico-territorial têm como premissa fundamental a funcionalidade do espaço urbano de acordo com os valores e signos nos quais foram formados. A pobreza urbana é um dos fatores, do ponto de vista de muitos desses profissionais, de desorganização e, portanto, necessita de um ordenamento em benefício da totalidade do espaço urbano. Todavia, pelo fato de a pobreza não ser igual para todos, não se percebe que não se trata apenas de equacionar os problemas urbanos oriundos dessa pretensa “desorganização”, visto que nem pobreza, nem ocupações populares do espaço são desestruturadoras da cidade contemporânea.

Se pensarmos que existe uma tendência de fragmentação cada vez maior de todo o tecido social, podemos também entender que essa fragmentação será da sociedade como um todo, e não apenas desta ou daquela classe social que ocupa um determinado espaço.

Ao contrário de décadas anteriores em que o capital industrial primava pela concentração da atividade econômica, no Brasil e em quase toda parte do mundo, nas décadas de 1980 e 1990 passa-se a uma desconcentração muito forte dos investimentos, estando as unidades fabris localizadas fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro, especialmente quando se trata da primeira, como aponta Clélio Campolina DINIZ

(1993). Em um contexto maior, as regiões que abrigavam os setores manufatureiros, responsáveis pelo crescimento econômico do pós-guerra, foram disciplinadas e racionalizadas por meio de uma combinação variável de fuga de capitais, fechamento de fábricas e introdução de novas tecnologias que conduziram a uma economia de mão-de-obra (SOJA, 1993, pp. 225-6).

O autor ainda associa esse fator à segregação espacial, quando afirma que houve segmentação e fragmentação mais profundas entre trabalhadores de remuneração elevada, com alto índice de especializações, e de remuneração baixa e de baixa especialização, com base em ocupação, raça, afiliação étnica, condição de imigrantes, renda, estilo de vida e outras variáveis relacionadas com o emprego (*id. ibid.*, p. 226).

Não é a totalidade espacial verificada, por exemplo, em Los Angeles, que poderá ser transportada para a realidade brasileira, mas, o que está vinculado à fuga de capital e à “debandada” dos grupos de alto e médio *status*, em busca do ideário da segurança e da exclusividade espacial; a migração tanto do capital como de alta renda são fatos incontestáveis na realidade das cidades brasileiras, colocando, muitas vezes, em xeque a infra-estrutura básica de saneamento de algumas cidades médias, tal o volume de população nova que aporta em seus territórios. Tanto a fuga de capital, em uma de suas vertentes, a busca de maior segurança para as operações do capital industrial (leia-se busca de maiores vantagens locacionais – “guerra fiscal”) como o deslocamento de indivíduos para territórios abrigados da violência urbana criam um discurso e uma representação sócio-espacial contra os pobres urbanos, sobretudo, nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte ou mesmo a grande Curitiba, que apresenta o *city marketing* exponenciado pelo “discurso da qualidade ambiental”, do qual nos fala SÁNCHEZ (1997).

Esses novos elementos urbanos, de certa maneira, criam condições para aumentar o estigma que a sociedade constrói sobre os favelados e aqueles que habitam os loteamentos irregulares nas periferias urbanas, e põem novos obstáculos (fronteiras) na relação entre os diversos segmentos sociais, sejam étnico-raciais ou de cunho regional.

Como podemos examinar até aqui, a segregação associada à questão de discriminação étnico-racial, nos Estados Unidos, tem forte conteúdo territorial que influencia a organização espacial das cidades. Nesse caso, a segregação serve como fator organizativo desde o lugar de moradia (constituindo-se o próprio lugar em uma arena de conflito) até o repartimento da cidade de acordo com a acessibilidade de cada grupo social, que, de certa forma, pode abrigar as dimensões étnico-raciais. Dessa

forma, os movimentos pelos direitos civis, engendrados desde os anos 50, ganham sua expressão principal no território, como possibilidade de atingir todas as esferas da vida coletiva. Nos Estados Unidos, a localização dos conflitos sociais no território colocou os movimentos populares na agenda, incluindo, sobretudo, aqueles vinculados à questão da etnicidade e com alguma vinculação com a questão da moradia.

No Brasil, a segregação não serviu como parâmetro organizativo, visto que, desde o início do século XX, foi desvinculada de seu caráter étnico-racial. O elemento principal por onde caminharam as análises foi a pobreza, destituída do caráter de organização social. A pobreza, por seu devastador conteúdo social, não permite que os indivíduos percebam suas raízes, uma vez que a sobrevivência toma uma enormidade de tempo dos indivíduos, não sobrando muito para outras questões, principalmente as ligadas a organizações territoriais e a vinculações com os movimentos sociais. Pobreza urbana e movimentos sociais urbanos de cunho étnico-racial tendem a um afastamento emblemático, deixando as ações conflituosas, oriundas das relações sociedade e Estado, para os pobres urbanos.

Quando tratamos do conflito entre capital e trabalho, leiam-se sindicatos de trabalhadores e capitalistas, as relações daí suscitadas têm uma base territorial, seja em sua singularidade, seja em sua particularidade. Cada atividade econômica cria a partir daí o conflito, e suas resoluções obedecem às especificidades territoriais. Dessas relações, emerge uma identidade territorial: a territorialidade de bancários, ferroviários, metalúrgicos. Da mesma maneira, podemos pensar no Movimento dos Sem Terra – apesar de a problemática ser nacional, cada região do país tem seus territórios de lutas, colocando os conflitos pela posse da terra dentro de uma especificidade que, no campo das lutas sociais, se diferencia, pois existem territorialidades diferenciadas, apesar de o princípio que os move ser o mesmo: a luta contra os latifúndios improdutivos, a conquista da propriedade e, em última instância, a “utopia socialista”. Se sairmos da seara que liga o rural-urbano, dos “Sem Terra”, e pensarmos os movimentos, por exemplo, das associações de moradores ou das federações de bairro ou favelas, elas, por si sós, necessitam estar territorialmente assentadas; criam territorialidades a partir dos conflitos estabelecidos com o Estado ou com outro segmento social. Nesse caso, o território é uma forma ativa que interage sobre o sujeito social e passa a construir representações. Segundo F. D. COELHO (1996, p. 79), “o surgimento de novos atores políticos, com identidades sociais construídas no território, deve ser pensado como princípio de identidade nos movimentos populares urbanos” ou, no dizer de RIBEIRO

(2003), os novos protagonismos substituem, em tempo de crise, a ação dos movimentos sociais organizados, criando laços tênues de identidade (voltaremos mais adiante ao tema). É nesse contexto de crise que alguns conceitos assentados há décadas vêm sofrendo, nesse início do século XXI, severas críticas em seu uso, como, por exemplo, exclusão, segregação e o termo “comunidade”. Acreditam alguns autores que este último não pode adquirir *status* conceitual na geografia em função de sua inadequação para representar a pequena escala espacial, agravada por seu uso abusivo no senso comum. Vamos examiná-los, um por um, para avaliar suas possibilidades teóricas e conceituais.

3.1) As contradições entre o ideário das intervenções urbanas e os movimentos sociais étnico-raciais percebidos a partir da metrópole carioca

O afastamento dos movimentos sociais étnico-raciais de uma base territorial que contemple o cotidiano da maior parte da população que se autodeclara negra ou parda, como acontecem com os demais movimentos sociais, leva-nos a acreditar *na produção de isolamento sistemático* de outras lutas sociais, tendo em vista que os problemas suscitados pelas relações sociais não se incorporam como lutas de todos, mas apenas daqueles que militam nesse segmento das lutas sociais. Essa visão ficou bastante demonstrada por ocasião da implantação da agenda da “reforma urbana”, desdobrada, posteriormente, em uma proposta de planejamento “social reformista” (SOUZA, 2002).

A reforma urbana, tal como foi concebida nos anos 80 e inscrita na literatura, não foi um movimento amplo da sociedade, mas que, independente de seu alcance social, deixou um rastro de ações que podem ser enquadradas como positivas para toda sociedade. Sem dúvida, o movimento pela reforma urbana abrigou setores de destacada atuação, mas só conseguiu ser popular no momento da votação da Constituição de 1988. Sobre o isolamento do movimento pela reforma urbana, Ermínia MARICATO (1994, p. 309) entende que a proposta de Reforma Urbana, tal como foi concebida durante a década de 1980, não logrou ainda fixar-se na cena política brasileira como um conjunto de direitos reconhecidos como legítimos pela maior parte da sociedade, ou até mesmo

pela imensa maioria da população que vive nas periferias dos grandes centros ou subjugados nas favelas que compõem o tecido urbano. Mesmo nos restritos circuitos em que o tema foi incorporado e debatido, há uma diversidade de interpretações sobre os seus conceitos e seus objetivos.

A reforma urbana não se circunscreve a uma reformulação do espaço físico. Ela é uma reforma social, estrutural, com fortes atuações na dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente da parcela mais pobre, e elevar o nível. O objetivo geral de uma reforma urbana, em seu sentido mais recente, é promover um desenvolvimento autêntico (SOUZA, 2003, p. 112).

Podemos associar a emergência do movimento pela reforma urbana, nos anos 70, à tentativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sentido de unificar as numerosas lutas urbanas que aconteciam, de maneira pontual, nas grandes cidades, em todo o país. De acordo com essa perspectiva, a CPT se dedicava à assessoria da luta de trabalhadores no campo, por conquistas definidas na plataforma da Reforma Agrária, tendo em vista um conjunto de propostas que guardavam diferenças regionais, políticas e ideológicas, e eram (e ainda são) aceitas por numerosas entidades, movimentos e partidos políticos. O conjunto de propostas que compõem o ideário da Reforma Agrária vem sendo amadurecido há décadas de luta camponesa no Brasil, o que caracteriza uma situação bastante diversa do que se pretendia que fosse sua contrapartida, a Reforma Urbana (MARICATO, *op. cit.*, p. 310).

Dessa maneira, complementa a autora, os encontros promovidos pela CPT visavam à construção de uma entidade que assessorasse os movimentos urbanos. Foi com essa intenção que, ainda no início dos anos 80, foi criada a “Articulação Nacional do Solo Urbano” (ANSUR), com o objetivo de formulação de uma plataforma que reunisse as principais demandas dos movimentos urbanos e contribuísse assim para sua unificação. Juntamente com outras entidades católicas, a CPT promoveu vários encontros em Petrópolis e Goiânia com expressiva participação de lideranças populares. Na avaliação da referida autora, essa foi a base concreta do Movimento pela Reforma Urbana (*id. ibid.*, p. 311).

Por seu turno, L. C. de Q. RIBEIRO (1994, p.262) enquadrará o centro irradiador do ideário pela Reforma Urbana em um “sistema de proteção social universalista e redistributivo”, colocando-o como um dos principais eixos do projeto de reforma urbana. Segundo essa concepção, parte do espaço social é entendida como arena em que se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos

de renda e ganhos gerados pela ocupação do solo da cidade e tem como objetivo central a instituição de um novo padrão de política, fundado nas seguintes orientações:

- “a) a instituição da gestão democrática da cidade, com finalidade de ampliar o espaço de exercício da cidadania e aumento da eficácia/eficiência da ação governamental;
- b) fortalecimento da regulação pública do uso do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos (solo criado, imposto progressivo sobre a propriedade, usucapião especial urbano, etc) de políticas fundiárias que garantam o funcionamento do mercado de terras com o princípios da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;
- c) inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos que favoreçam às necessidades coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação de extrema desigualdade social em razão da espoliação urbana”.

Em outro corte sobre a história do ideário da reforma urbana, SOUZA (2002, pp.156-7) dirá que o evento específico no qual se deu o corpo das discussões sobre o tema foi realizado no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), no ano de 1963, por militantes, políticos e técnicos, podendo ser assumido como marco importante da reciclagem ideológica da expressão. Ressalta o autor que

(...) embora a luta pela moradia fosse muito importante naquele momento, a repercussão do referido encontro não se comparou à visibilidade conferida à mobilização que, na mesma época, agitava o Brasil rural, na esteira da organização das ligas camponesas, clamando por reforma agrária. Daí a bandeira da reforma urbana ter permanecido, nos anos 60, quase desconhecida, ao menos em comparação à reforma agrária. Esse momento, que vai dos anos 60 até o começo ou meado da década de 80, pode ser apelidada de ‘pré-história’ da reforma urbana, porquanto, ainda que o núcleo da idéia já estivesse presente, com o seu conteúdo crítico de busca de maior justiça social no espaço urbano, um ideário mais amplo, que fosse bem além da questão da habitação e incluísse reflexões sobre instrumentos, só viria a se constituir duas décadas após o encontro de Petrópolis.

Os anos 60 foram extremamente ricos no contexto dos movimentos sociais, apesar dos problemas oriundos da repressão política estabelecida após o movimento militar de 1964. Nesse sentido, “as margens de manobra para reivindicações populares e movimentos sociais reduziram-se drasticamente, levando o nascente movimento em torno da reforma urbana a ‘hibernar’ por cerca de duas décadas” (*id. ibid.*, p. 157), ganhando força nos anos 80, por ocasião da elaboração da nova Constituição brasileira.

Um dos problemas encontrados na implementação do ideário da reforma urbana, restrito aos dois artigos aprovados na Constituição de 1988, deve-se, segundo MARICATO (*op. cit.*, p. 317), à divisão excessiva do trabalho que atribui competências a cada setor ou departamentos da gestão do espaço urbano, juntamente com a centralização das decisões que se baseiam na parte. Cada um tem uma parcela de

responsabilidade e perde a visão de conjunto. Para aumentar seu micropoder, cada setor ou departamento da máquina pública aumenta a exigência, tentando aperfeiçoar sua parte. Por outro lado, RIBEIRO (1994), parte da concepção de expoliação urbana e, passando pela caracterização da pobreza, chega a uma agenda comum da reforma urbana.

Parte dos problemas da reforma urbana advém dos próprios movimentos sociais e não pode ser atribuída ao emperramento da estrutura burocrática da qual nos fala MARICATO (1994). As redes que compõem os movimentos sociais, em geral, são teias que se interligam ou se fracionam de acordo com interesses presentes em cada grupo social (como veremos na seção 3 deste capítulo). Seus membros transitam em redes sócio-espaciais distintas em grande parte de suas vidas, escolhem e/ou incorporam agendas de atuação que contemplem os interesses e as necessidades presentes em cada grupo. São redes de interesses sindicais, locais de moradias, profissionais, acadêmicas, religiosas, identitário-culturais que criam especificidades e espacialidades distintas entre si. Nesse sentido, um conjunto de fatores pode influenciar para que tenhamos um grupo de entidades fortemente organizadas e atuantes no movimento social, mas, também, criar distanciamentos entre as entidades que militam nessas instâncias da sociedade civil, sendo o local de moradia uma das principais bases de atuação daqueles que se inserem nesses embates.

Estamos considerando elemento básico de uma parte significativa do movimento social a ligação permanente entre o ativista e o local de moradia. Essa ligação funciona, na maioria das vezes, como se fosse o esteio de qualquer ação, identificando-o de acordo com os pertencimentos vinculados. Em outras palavras, o lugar de moradia funciona como o próprio “chão da casa”, quando se trata de espaço urbano, ou “luta pela terra”, quando estivermos tratando de “comunidades” rurais, onde a luta de um corresponde em tese à luta de todos os envolvidos. Por exemplo, se o ativista for do movimento local, e a causa também local, os interlocutores o reconhecerão por esta marca: “João de Jacarepaguá”, “Maria de Assis do Méier”; se regional (esfera estadual), “Aquino de São João de Meriti”, “Rosália de Nova Iguaçu” e assim por diante. Institucionalmente, o ativista será conhecido pela conjugação de nome e do lugar de onde vem. Nesse sentido, a dimensão da identidade territorial do movimento social é fundamental para explicitar a luta à qual o ativista está vinculado.

Da mesma maneira que CASTORIADIS (1987) concebe as instituições como primordiais no aprimoramento das relações sociais, W. W. STAFFORD e J. LADNER

(1969) também as reconhecem como indispensáveis para a superação das heteronomias sociais. Os autores defendem que a redução da pobreza e a criação de um ambiente “propício para a inclusão” das minorias no sistema político-cultural das cidades norte-americanas, da maneira como são concebidas por GANS (1968) ou por PERLOFF (1968), são insuficientes para promoção de justiça social. Eles acreditam que ausência sistemática de representantes das “comunidades” afro-americanas nas instâncias de poder e a ignorância (ou a inobservâncias) de como funcionam as instituições sociais estão entre os principais fatores que levam as minorias ao ocaso da exclusão. Dessa forma, ausência de representação e ignorância do real significado das instituições vêm-se constituindo em obstáculos que envolvem as “comunidades” que abrigam as minorias. Por sua vez, tais obstáculos funcionam como inibidores da liberdade, em sua modalidade positiva ou negativa de acordo com o entendimento de diferentes correntes. Em última instância, a liberdade como um dos valores negados às minorias também restringe a autêntica autonomia, aquela de que nos falamos CASTORIADIS (1986) e SOUZA (1995; 1997; 2000; 2002).

STAFFORD e LADNER (1969) começam a analisar, contextualizando politicamente os grupos que se encontram em condições de subalternidade frente às classes hegemônicas na sociedade americana. Eles lamentam que exista uma lacuna na produção de informações sistemática sobre a relação entre o racismo e o planejamento urbano. E consideram que os estudos sobre raça, nas ciências sociais, desde a década de 1940, deixaram de fazer as conexões entre as práticas do racismo e do planejamento das cidades norte-americanas. Mais do que isso, os artigos publicados em revistas especializadas em planejamento têm-se mostrado pouco interessados nos problemas que dizem respeito à “comunidade” negra. Essa omissão pode ser parcialmente explicada pela filiação estética e ideológica dos planejadores nos últimos anos.

Por outro lado, um dos fatores que contribuíram para o fracasso dos negros – não apenas os grupos de baixa renda, mas, de certa forma, os intelectuais negros e os estudiosos ligados ao tema – é uma aproximação acrítica do sistema de decisão sobre as suas vidas nos centros urbanos. Tradicionalmente, os planejadores não levam em consideração (ou consideram muito pouco) as opiniões de negros sobre as propostas de planejamento ou a respeito das tendências político-ideológicas dos planejadores e de seus comprometimentos institucionais. Três fatores são fundamentais para explicar o insucesso dos negros frente às políticas de planejamento: a) negros têm sido tradicionalmente excluídos das funções de decisões; b) em função da estrutura de renda

na sociedade americana, negros têm poucos recursos para negociar as ações de planejamento e; c) até recentemente, os negros têm falhado em ver a importância das funções de técnicos das quais advêm as políticas de planejamento (STAFFORD e LADNER, 1969). No que diz respeito ao controle social, os negros de baixa renda, no lado oeste de Chicago ou no centro de Atlanta, ou ainda no distrito de Pittsburgh, provavelmente, não estão de acordo com a perspectiva apresentada acima. Acreditam essas lideranças que os problemas vividos nas práticas cotidianas impedem que as “comunidades” exerçam o poder de fazer pressão sobre os grupos dominantes que, em geral, decidem a vida de muitas pessoas. Dessa maneira, o que se nota é uma baixa participação nos centros de decisão comunitária, como se a capacidade de agir para poder valer os seus interesses fosse delegada a terceiros.

Contudo, isso não significa que eles não estejam de acordo com ou interessados em entender de que forma as políticas de planejamento e a ação de planejadores e de políticos estabelecem diretrizes para a vida comunitária. Em alguns casos, porém, determinados líderes acreditam na inutilidade dos encontros para resolver as questões urbanas. Por outro lado, a pouca acessibilidade aos diversos setores da vida urbana mantém os padrões rígidos de segregação, impedindo o que é mais importante: o acesso ao conhecimento das instituições urbanas.

Nas áreas urbanas raciais tensas existem usualmente poucos lugares disponíveis para expansão residencial, permitindo o crescimento maior e mais rápido da população negra americana. Adicionalmente, essas áreas se apresentam como fronteiriças às regiões ocupadas por “comunidades” brancas que vivem nos *suburbs*, resultado de zoneamento direto, e estabelecem controle sobre as áreas ocupadas por negros. Essa prática vem servindo para a manutenção dos modelos de segregação induzida, nos quais estão acentuados alguns dos problemas internos mais emblemáticos da cidade. (*id. ibid.*).

A especificidade de cada movimento faz com que tratemos o lugar do “chão de moradia” ou lugar onde se “luta pela terra” como *locus* privilegiado para organização de movimentos sociais, pois é na microescala da rua, do condomínio de alto *status* ou de baixa renda, ou da favela, ou ainda dos loteamentos irregulares nas periferias urbanas que estão reunidas as melhores condições para que sejam pensadas as questões voltadas para o planejamento, objetivando a melhor qualidade de vida e mais justiça social.

Entretanto, o lugar que reúne tais condições é também o que separa, pois a atuação nessa escala lida com interesses voltados para “comunidade” em contraposição aos

interesses do Estado ou das empresas responsáveis pela execução de políticas públicas de planejamento – entram também na avaliação os interesses de grupos que controlam as ações por meio da venda de varejo de drogas, como acontecem nas favelas cariocas, cujo planejamento não pode ser executado em função dos interesses e dos impedimentos conjunturais, como se relatou na Parte 1, Capítulo 2, no Parque Vila Isabel.

Também, o hiato pode ser observado em função de que os membros das redes sociais ocupam posições em mais de uma rede, sobrepondo interesses que nem sempre transitam na mesma esfera. Assim, podemos considerar que a atuação dos movimentos sociais em torno das questões étnico-raciais e do movimento pela reforma urbana transitou, ao longo da história do país, em esferas diferentes, tendo poucos momentos de pleitos comuns às duas instâncias. Por exemplo, a luta travada para reconhecimento histórico e legitimação da posse das terras ocupadas por “comunidades” remanescentes de quilombo, que, nos anos 60/70, ainda não havia sido contemplada pela CPT, em função da crença de que os problemas sociais do negro só seriam resolvidos pela superação da pobreza urbana e o fim do capitalismo. Enfocar essas especificidades sociais seria um erro estratégico para os movimentos sociais. As questões que guardam alguma especificidade devem ser tratadas como problema ligado a estrutura, ao invés de ser como pertencente à conjuntura. Os problemas dos remanescentes de quilombo, apesar do esforço dos movimentos sociais urbanos, sobretudo aqueles ligados às questões étnico-raciais, em dar visibilidade ao tema, só mais de uma década depois (de 1988 até 2000) entram na agenda de discussão.

Dessa maneira, enquanto o movimento social urbano lutava para que as questões da moradia fossem contempladas na nova Carta Magna, o movimento étnico-racial negro lutava para que se aceitasse como marco da sociedade brasileira o “quilombo”, estrutura de cunho democrático e de lutas sociais historicamente comprovadas.

Historicamente, os movimentos sociais de luta contra as intervenções indiscriminadas no espaço urbano e a agenda dos movimentos étnico-raciais quase sempre andaram separados, escolhendo como foco de ação problemas distintos. O que poderia criar uma sinergia, em geral, foi abandonado ou não foi percebido por ambos os segmentos, ou seja, as lutas dos movimentos sociais por moradias dignas tinham como pressuposto a pobreza, a exclusão, as desigualdades sociais, mas esses fatos motivadores não foram suficientes para provocar unicidade ou a escolha de pontos mínimos que pudessem colocar ambos no mesmo foco. O caminho escolhido foi a

divisão de esforços, o que facilitou em muito a reação do Estado e das elites no projeto de “domesticação” dos movimentos sociais.

Esse fracionamento, de longa data, pode ser observado no documento divulgado pelo MNU, em 1979, que tentava justificar a especificidade da luta dos afrodescendentes. Nesse sentido, afirma que:

Durante o período da escravidão o desenvolvimento do Negro foi impedido, e após a Abolição, não atendia às exigências de trabalho assalariado, Mesmo os setores abolicionistas não tinham interesses em estimular e desenvolver um processo de adaptação do negro ao novo modelo de produção instalado no País. Foi, então, instituída a sua substituição por imigrantes europeus. Durante todo o período da escravidão, forjou-se a ideologia de superioridade racial. A burguesia surgida com o novo modo de produção era branca: os primeiros operários eram brancos. Os imigrantes chegados ao Brasil não tinham origem africana”.

Sem trabalho, com estigma de escravo-coisa e não ser humano, o negro discriminado pela sociedade foi jogado à marginalidade. À fome [sic]. As favelas e mocambos [sic]. ‘Roubar’ era a única alternativa para continuar vivo. Somente após a 1ª guerra mundial com o processo de industrialização, o negro começa a integrar o processo produtivo, ao mesmo tempo que ocorria a imigração japonesa, ocupando terras cedidas pelo governo.

Sem compreender o próprio condicionamento na sociedade, as formas organizativas do negro não eram mais os Quilombos. Aqui surgiram os grupos de capoeira, as entidades recreativas, as religiosas. E tais associações sofriam violentas perseguições policiais. Aqui os setores dominantes da sociedade já não perseguiam o escravo. As classes médias, não lutavam contra Abolição. Sem ‘Donos’, que justificassem sua opressão, os Negros eram perseguidos como marginais, como desempregados, como bagunceiros. Agora, a sociedade tinha uma nova organização sem escravos – com imigrantes europeus, ocidental, cristã e liberal.

O negro formava uma massa miserável, sobrevivendo como dava, sem informação, sem organização, sem técnica. Trazia o estigma do escravo e todas as forças para libertar-se do senhor. Um ser violento e incapaz dentro da nova sociedade; com formas de ser diferentes. Um animal com cara, corpo e voz de ser humano. Um homem para ser visto como homem, mas não para ser tratado como tal. Desde então ser negro passou a ser vergonha para o indivíduo e um perigo para a sociedade. E a perseguição policial ao negro já não era um fato político, mas uma perseguição comum (CARDOSO, 2002, p. 28).

Apesar da redação confusa em algumas passagens do documento, foi ressaltado pelo movimento negro como marco histórico importante o quilombolismo. Uma parte da literatura sobre o tema, na década de 1970, apontou como uma das origens da desigualdade social o “divórcio” entre Abolição e a propriedade da terra, tendo em vista a promulgação da Lei de Terras de 1850 e as regulamentações de 1854. Contudo, é no período entre o fim da Abolição e as duas primeiras décadas do século XX que no Rio de Janeiro e em São Paulo, para ficar só em dois exemplos pragmáticos, foram fundadas as bases da segregação sócio-espacial que se vive hoje, segundo a qual a população negra é consolidada como “rebotalho urbano” nas cidades brasileiras. Apesar de a

sociedade ainda ter, naquele momento, a maioria de sua população vivendo no campo, sobretudo boa parte do contingente negro, na antiga capital federal e em São Paulo, dois processos ganham força na organização do espaço urbano no país: as favelas e os cortiços (*slum*). As favelas, como ressalta ABREU (1987), de estruturas espaciais provisórias são incorporadas ao sistema urbano como definitivas em função das políticas públicas que tornavam invisíveis os contingentes negros que habitavam tais espaços. Acrescenta-se a esse fato a proibição expressa de construção de cortiços que vigorava desde a década de 1880 na cidade. A transmutação e o adensamento das favelas, a restrição e a proibição de construção de novos cortiços são fatores explicativos da distribuição espacial da população carioca de forma desigual. Mas, por outro lado, também, serviu para que alguns teóricos apontassem essas condições como uma incapacidade de negros e pardos se adaptarem aos novos tempos, início do processo industrial, uma nova fase do capitalismo na Nação.

A espacialização dos movimentos negros se posiciona na escala regional ou nacional, o que, de certa maneira, também representa um afastamento da base local, em que se encontram os problemas presentes no cotidiano das pessoas. Examinemos, por exemplo, a atuação de três importantes movimentos sociais étnico-raciais: a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU) – a eles podem ser acrescentados ainda alguns pequenos movimentos que, apesar de seu caráter regional, não chegaram a criar um movimento de massa, como é o caso do movimento *Black Rio* e, mais recentemente, o *hip hop*, que entra na militância e cria um padrão de comportamento pelos quais os jovens passam a tomar consciência de sua condição social. De todos os movimentos étnico-raciais existentes até hoje, acreditamos que não pela importância, mas pela contemporaneidade, o MNU possa ter a sua ação comparada com a ação do movimento pela reforma urbana, para daí encontrarmos os pontos comuns e as contradições entre eles, e sobretudo analisarmos onde poderia haver esforços comuns para o avanço da questão étnico-racial e do planejamento urbano.

Em uma breve passagem, apenas para contextualizar a participação do movimento negro e a falta de coalizão com outros movimentos sociais e destacando-se a capacidade das elites em produzir a “*invisibilidade*” dos negros, reclama Sílvio Romero, um dos arautos da fixação do modo civilizatório europeu, citado por Leôncio BASBAUM (1976, p. 244), de maneira contraditória, que:

(...) na literatura brasileira a raça negra, apesar de ter contribuído com um grande número de habitantes deste país, de ser o principal fator de nossa riqueza, de se ter entrelaçado imensamente na vida familiar pátria, de estar em toda parte, em suma, nunca foi assunto predileto de nossos poetas, romancistas e dramaturgos. E muito menos que a ‘raça negra’, a própria escravidão.⁹⁹

Talvez tais fatos tenham levado também o movimento negro a “fragmentar” ainda mais as lutas, redimensionando os problemas da questão negra aos embates dos estratos médios da sociedade, em que a maior parte dos militantes se localizava. As palavras de Guerreiro Ramos, segundo MAIO (1995), também servem para avaliar a atuação das diferentes temporalidades, tanto dos que precederam o TEN como daqueles que o sucederam e/ou se transformaram em seus herdeiros políticos. Nesse sentido, avaliou o autor:

O TEN, segundo Guerreiro Ramos, deveria se transformar em uma elite política e intelectual negra que tivesse por missão superar o descompasso existente entre a simbólica condição de cidadão livre, adquirido pelo negro após a Abolição e sua adversa situação econômica e sócio-cultural, ainda presente sessenta anos depois. A solução seria uma pedagogia da cidadania que, além de socializar os negros nas novas condições geradas após a Abolição, alterasse a estrutura de dominação da sociedade brasileira. (...) Assim, o TEN formaria uma *intelligentsia* com o objetivo de ‘ganhar’ a confiança dos poderosos desta terra. Que eles reconheçam em nosso movimento uma expressão de elite, um princípio de equilíbrio e de harmonia social (*id. ibid.*, p.183).

Ao examinarmos a atuação da Frente Negra Brasileira¹⁰⁰ (FNB), com atuação marcante nos anos 30, percebemos que não recebeu o apoio de Guerreiro Ramos. Segundo MAIO (*id. ibid.*), Guerreiro Ramos não considerava atuação “autêntica” do movimento negro se houvesse o encastelamento de político institucionalizado, visto que este não criava uma instância para o embate contra as elites e as classes médias paulistanas. No mesmo sentido, essa valorização excessiva, de certa maneira, afastava o político das questões principais que a população negra vivia: a questão da moradia e o acesso à saúde, à educação e ao mundo do trabalho, por exemplo.

Por outro lado, não reconhecer as instituições políticas como elemento fundamental na relação entre os diferentes segmentos da sociedade e não fazer parte dessas instituições constitui-se, no médio e no longo prazo, problemas insuperáveis, tendo em vista o que já foi defendido tanto por CASTORIADIS (1986) quanto por STAFFORD e LADNER (*op. cit.*). A política, como uma das instituições fundantes da

⁹⁹ Ressaltamos que essas considerações sofreram contestações; por exemplo, M. L. T. CARNEIRO (1988) faz outra leitura das posições políticas e acadêmicas de Sívio Romero e de toda a sua obra no que diz respeito à questão étnico-racial do final século.

¹⁰⁰ A FNB foi fundada em 16 de setembro de 1931, na rua da Liberdade, em São Paulo (CARDOSO, 2002).

sociedade democrática, deve representar os interesses de todos os membros, sendo que cada grupo social tem o dever de negociar a sua posição diante dos demais setores sociais. Leva-se em consideração que a representação política não é do indivíduo, por mais importante que seja no cenário nacional, regional ou local, mas coletiva (como toda e qualquer representação social).

Entretanto, existem autores que têm outros entendimentos, como aquele defendido por Peter FRY (2005, p. 177) ao afirmar que:

A própria idéia de um Movimento Negro supõe a existência de uma grande “comunidade” negra consciente de si mesma. Como no Brasil essa “comunidade” se restringe aos militantes negros, não é de se estranhar que o primeiro objetivo do movimento seja criar uma “consciência racial”. Para isso, é preciso convencer o povo brasileiro de que o espectro de coloração da pele não passa de uma ilusão que mascara a “verdadeira” divisão entre brancos e negros, tal como acontece nos Estados Unidos. Antes de [qualquer coisa], esses movimentos tinham de convencer os mulatos, os morenos e os de outras categorias do espectro de cores possíveis de que, afinal de contas, todos eram realmente negros, e que sua cultura lhes teria sido, por assim dizer, roubada pela elite branca dominante. Por isso é que o Movimento põe tanta ênfase na “recuperação” da cultura negra, que funcionaria como um centro aglutinador de uma identidade considerada perdida. Executar essa tarefa não tem sido fácil, porque ela vai de encontro ao mito básico da democracia racial e aos arranjos culturais e sociais que negam o particularismo racial em nome de valores universais.

As observações de Fry são interessantes, ao ressaltar as dificuldades do movimento negro diante do convencimento da sociedade de que são legítimas as lutas para fazer emergir uma identidade afrodescendente neste país. De outro modo, o movimento social negro, lamentavelmente, carece de integração verticalizada em suas ações no cotidiano das cidades, tendo em vista que os discursos são produzidos para ser absorvidos pelos iniciados, repetindo assim os movimentos nativistas que criaram a própria exclusão dos negros dos diversos sistemas sociais no início do século XX. Muitas das vezes, como ressaltou Romero citado por MAIO (1995), a *“invisibilidade” do indivíduo e não apenas da cultura é que cria dificuldade para se consolidar uma identidade afrodescendente.*

A sociedade brasileira e seus intelectuais falam e escrevem muito pouco sobre o tema que envolve as questões identitárias dos afrodescendentes. Mas, por outro lado, expõem muito na mídia as situações *vexatórias* ou aquelas ligadas aos delitos cometidos por negros. Quantas vezes nos deparamos com fotos, reportagens de tv, ou notícias de rádio (quando o rádio era o primeiro veículo de comunicação de massa) destacando indivíduos identificados como “negros”? “Pretos”? “Crioulos”? A mesma situação, envolvendo pessoas de outra etnia não mereceria uma linha, uma palavra. Essa

superexposição funciona para alimentar o senso comum, ligando os negros às questões sociais negativas. E como uma “ligação direta” aos fatores negativos que envolvem os elementos identitários, tornando-os também negativos. Então, não é apenas a “recuperação” dos elementos culturais, como pensa FRY (*op. cit.*), que porá de vez o movimento negro dentro dos “trilhos” da história, mas a produção de discursos que sejam para todos, evitando assim *guetificação* das ações.

O MNU no decorrer de sua história busca fazer esse papel, produtor de discurso por meio de seus documentos, resgatando, sobretudo, a história dos movimentos. Em um de seus documentos referentes à avaliação da FNB, ressaltará que:

A Frente Negra Brasileira congregou a “comunidade” negra na luta por sua efetiva integração na sociedade de classe, chegando a integrar 60 mil associados (o ABC paulista possui hoje [1982] cerca de 100 mil trabalhadores organizados). A FNB criou uma contra-ideologia racial reafirmando as contribuições da “comunidade” negra na construção do Brasil e cobrando seus direitos ao trabalho às oportunidades que eram negadas na prática, o discurso racista que lhes negava o direito de presença na vida política e social, econômica e cultural. A “comunidade” Negra passa a enfrentar o mais duro processo racista de que se tem notícia: o do racismo efetivado na prática, mas negado pelas Leis (ineficazes) e pela teoria mistificadora da democracia racial (...). Tal teoria, que tem em Gilberto Freire o seu defensor, afirma claramente que negros e brancos, desaparecerão (genocídio) que por isso, o racismo no Brasil não teria lugar (CARDOSO, *op. cit.* p. 32).

Segundo GUIMARÃES (2002, p. 87), a FNB buscava afirmar o negro como “brasileiro” – renegando as tradições culturais afro-brasileiras, responsabilizadas pelos estereótipos que marcavam os negros, e denunciando o preconceito de cor que os alijava do mercado de trabalho em favor dos estrangeiros.

Apesar de fundada em São Paulo, como destaca CARDOSO (*op. cit.*, p. 32), a experiência da FNB teve como fato fundamental a possibilidade de alcançar uma articulação política de nível nacional e sua transformação em partido político. Politicamente, apesar de conter algumas dissidências socialistas, a organização era majoritariamente de direita, de corte fascista, incluindo mesmo um grupamento paramilitar. Assim, em 1932, os negros relutam em formar com a revolução Constitucionalista Paulista, de cunho separatista e, em 1937, apóiam o golpe de Vargas que, de certo modo, implementa algumas políticas que contemplavam as suas reivindicações. (GUIMARÃES, *op. cit.*, pp. 87-8).

Porém, esse movimento foi considerado por Guerreiro Ramos, citado por MAIO (*op. cit.*, p. 183), um erro histórico, a transformação de um movimento negro em partido político. Segundo o autor, Guerreiro Ramos recusa qualquer solução do tipo “partido de negros”, na medida em que “o homem de cor, entendido como homem-massa, não

estaria habilitado às funções de mando, as quais, como se sabe, supõem uma longa aprendizagem, caberia à *intelligentsia* negra a elevação social e sem conflitos da massa negra” (*idem*).

Exagero à parte, o que não cabe na sociedade brasileira, de acordo com a história dos movimentos negros é a exclusividade de seus atores, sejam de caráter espacial como os quilombos (abolicionistas ou de rompimento) ou como as favelas (como aquelas que sucederam os quilombos na estrutura urbana), sejam as sociedades recreativas (clubes ou irmandades religiosas de cunho libertário ou religioso), sejam os novos parâmetros de assentamento identitário da afrodescendência que defendemos no Capítulo 4, Parte 1, todas são possibilidades compostas, em geral, por uma multiplicidade étnico-racial. Essas estruturas surgiram ao longo da história, e continuaram seguindo seus princípios de pluralidade.

Por outro lado, fechando-se em suas questões, fecham as possibilidades de alianças com outros segmentos sociais, o que representaria um obstáculo para o avanço democrático das relações entre negros e brancos no país. Entretanto, a constituição de *intelligentsia* negra é fato promissor em todos os movimentos que lutam por maior participação, mas também representam possibilidades de fragmentação nas bases territoriais locais, e o movimento, de uma maneira geral, passa a não ser entendido, na medida em que a população, de uma forma ou de outra, tem dificuldade de participar.

Ao mesmo tempo em que a FNB ganhava projeção nacional, com seus mais de 60 mil associados e publicando, de 1936 a 1938, o jornal a *Voz da Raça*, em que eram divulgados os princípios e as metas de um dos maiores movimentos étnico-raciais de que se tem notícia, uma parte significativa dos negros convivia, na cidade de São Paulo, desde o final do século XIX e início do XX, com problemas de expulsão de seus lugares de moradias. Os quartos de aluguel eram a forma predominante de moradia dos negros na capital paulista, localizados em casas de cômodos e porões da Sé ou nos arrabaldes, nas freguesias de Nossa Senhora do Ó e da Penha. No período que antecedeu a Abolição, havia na capital paulista cerca de 11 mil negros livres e apenas 593 escravos (representando cerca de 17% da população de 65 mil pessoas que vivia na capital paulista) que acompanharam, logo depois da “libertação”, o desmonte do chamado Centro Velho – território simbólico dos negros na cidade – durante a gestão de Antônio Prado (1899-1911), para intensa modernização da cidade (CARRIL, 2004, p. 64). Avalia a autora que, nesse projeto, estava implícito no *Plano de Melhoramento da*

Capital que era necessário apagar os vestígios dos traços afro-brasileiros e acentuar um processo de europeização. Ainda de acordo com (*id. ibid.*, pp.101-2), apoiado em R. Rolnik (*Territórios negros em São Paulo*) e A. U. Oliveira (*A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*), no que se refere à Primeira República, longe de ser dividida em guetos, podia-se identificar espaços [territórios] segregados com limites definidos, onde certos grupos étnicos tinham predominância. No caso da distribuição espacial de negros e mulatos, em meados da década de 1930, na capital paulista, eles se concentravam nos bairros do Bexiga e Barra Funda, além de surgirem novos núcleos na Saúde, Casa Verde e Limão. Apontam os estudos, que a população se tornava mais negra à medida que se afastava em direção à periferia, porém com a maior concentração em Pirituba, na zona norte, e Lageado, na zona leste.

Como está demonstrado, apesar da grande importância exercida pela FNB, a literatura consultada, em quase sua totalidade, não registra a preocupação voltada para as questões locais envolvendo, sobretudo, questões de moradia, da infra-estrutura, da qualidade de vida da população denominada em sua época “gente de cor”. Entretanto, contrariando essa tese, de maneira absolutamente isolada, a autora dirá que:

(...) na década de quarenta, com a valorização da força de trabalho nacional, uma das palavras de ordem da FNB foi de promover uma nova territorialização do negro brasileiro mediante a compra de terrenos em loteamentos recém-abertos, nas periferias da cidade, fundando núcleos negros constituídos por casas próprias. Segundo Rolnick, ‘Para os membros da própria “comunidade” que já estavam integrados, a *desmarginalização* se coloca claramente em termos territoriais – era preciso sair dos cômodos e porões para organizar o novo território negro familiar’ (*id. ibid.*, p.103).

Contudo, Abdias NASCIMENTO e Elisa Larkin NASCIMENTO (2000, p. 204) irão registrar que há alguma desinformação ou contradição no tempo de duração da FNB, quando escrevem que:

A Frente Negra Brasileira continuou a sua atuação até 1937, quando a ditadura do Estado Novo pôs na ilegalidade toda atividade política. Mas o fechamento da FNB não significou a paralisação do protesto afro-brasileiro. Um ano depois, o chefe de polícia paulista proibiu a antiga tradição do *footing*¹⁰¹, na rua Direita, no centro de São Paulo, onde aos domingos os afro-brasileiros passeavam pelas calçadas e ruas adjacentes. Negociantes brancos, donos das lojas dessa importante artéria comercial, reclamaram

¹⁰¹ Os autores fazem referência ao hábito de grupos de negros “andar a pé”, seja como possibilidade de encontros, seja como forma de manifestação, fugindo, de certa maneira, da invisibilidade aos quais negros vêm sendo submetido há tanto tempo. Esse *inocente* movimento é muito eficaz tendo em vista o incômodo que provoca em pessoas que valorizam o racismo como elemento fundador da sociedade nacional.

contra aquela ‘negrada’ que ocultava as vitrines, e o delegado Alfredo Issa baixou uma portaria banindo esse entretenimento semanal de negros.¹⁰²

Como podemos observar, o que Carril, apoiada em Rolnik, destaca sobre a atuação local da FNB, seria praticamente impossível, pois não existem relatos da atuação clandestina dessa instituição, muito menos de que sua atuação no nível local, tenha sido uma das promotoras do desenvolvimento urbano de São Paulo, agindo na compra de lotes para negros. Parece um exagero, pois não há registros de organizações negras com bases territoriais, excetuando aquelas formadas a partir dos anos 50, localizadas ao sul de Campo Limpo, Cidade Dutra e Jabaquara; na porção norte, acima da Freguesia do Ó, São Domingos, Jaçanã; e na porção leste, onde se encontram os bairros Ermelino Matarazzo, Itaquera, Parque do Carmo, São Mateus, Sapopemba e São Rafael, locais em que a concentração de negros supera em 20% a da população (CARRIL, *op. cit.*, pp.104-5).

Para o Rio de Janeiro, ao contrário de São Paulo, existe uma quase total ausência de registro do Movimento Negro durante as quatro primeiras décadas do século XX, como apontam NASCIMENTO & NASCIMENTO (*op. cit.*); GUIMARÃES (2002), CARDOSO (*op. cit.*). Alguns eventos, como a Revolta da Chibata, são frouxamente ligados aos negros, mas não podem ser caracterizados como atividade sistemática de negros contra as desigualdades étnico-raciais na época. A Revolta da Chibata é, aliás, vinculada em larga medida ao movimento sindical, que naquele momento surgia com intuito de defesa plena dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Se levarmos em consideração a estrutura ocupacional, em algumas atividades a presença de negros e pardos era mais marcante, como a de ferroviários, estivadores e arrumadores, marítimos, motorneiros/condutores, carvoeiros, bem como aquelas consideradas artesanais, como, por exemplo, a dos sapateiros, como registrado em C. E. L. SOARES (1994, p.127) e J. A. RODRIGUES (1968, p. 42).

¹⁰² Esta proibição corresponderia em número, gênero e grau a uma decisão hipotética de proibir os negros e simpatizantes da questão negra de transitar e realizar festas nas noites cariocas, na área central, às sextas-feiras. Estas movimentações reúnem milhares de pessoas, sobretudo, na última sexta-feira de cada mês para reafirmar a existência de territórios com existência delimitada no tempo. Para outras discussões sobre o conceito de território, veja, por exemplo, SOUZA (1995).

Uma outra observação, agora de maneira mais restrita, foi relatada a este pesquisador, uma forma de constrangimento, visto que não poderia ser caracterizado como racista. O relato tem o seguinte teor: “Um militante e seus amigos, todos negros, resolveram conversar em uma manhã de quarta-feira, do mês de janeiro de 2004, em frente a uma loja comercial, no bairro de Copacabana. O gerente pediu que o grupo fosse conversar em outras cercanias, pois eles estavam constrangendo os frequentadores da loja. Foi perguntado ao gerente, qual o constrangimento que grupo estava provocando, mas a resposta não foi clara. O grupo resolveu apresentar queixa à polícia por constrangimento moral. Até o momento não sabemos o desfecho.

Segundo HASENBALG e SILVA (1992, p. 106), as condições dos afrodescendentes no Rio de Janeiro se apresentavam de maneira diferente do que era encontrado em São Paulo. Dessa forma, de acordo com o censo de 1920, encontramos em São Paulo cerca de 104.758 pessoas empregadas na indústria, das quais 50,5% eram estrangeiras; os imigrantes formavam mais da metade do número de empregados nas indústrias metalúrgicas, de alimentos e construção civil, da mesma forma que nos setores de transportes e comércio. Nesse sentido, tendemos a pensar de acordo com Andrews citados pelos próprios (*id. ibid.*, p. 107), quando analisa a participação dos nacionais no mercado de trabalho paulistano.

Quando se decompõem estes números, e se considera o fato de que a população estrangeira tinha caído de 50% para 35% do total de habitantes da cidade, percebe-se uma clara situação de preferência no mercado de trabalho em todas as categorias exceto no serviço doméstico (onde a preferência é fraca); na realidade esta preferência aumentou, em ralação a 1893, nas áreas de transporte e comércio. Evidência dispersa sugere que muitos brasileiros empregados nas ocupações urbanas em 1920 eram filhos de imigrantes que tinham chegado nos anos de 1890 e nos primeiros anos da década de 1900, portanto, em 1920, os descendentes de famílias brasileiras nativas estavam possivelmente pior na competição no mercado de trabalho do que tinha estado em 1893.

Apesar de não haver uma norma impedindo a contratação de negros para as atividades urbanas em São Paulo, pensa-se que, como indica Andrews, ocorra preferência marcante pela mão-de-obra branca imigrante, em detrimento da mão de obra nacional. Contudo, também, pode-se pensar que, na falta de braços importados, a preferência recaia sobre a população local considerada branca. A Tabela 5 apresenta a disposição desses dados por setor de atividade em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Tabela 5

Distribuição setorial da PEA, segundo a cor em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1950

São Paulo					
Setor econômico	Total geral	Branços		Não brancos*	
		Total	Por ⁰ / ₁₀₀ habitantes	Total	Por ⁰ / ₁₀₀ habitantes
Primário	1.430.866	1.224.752	856	206.114	144
Secundário	794.795	708.951	892	85.844	108
Terciário	1.109.066	980.404	884	128.662	116
Total do PEA São Paulo	3.334.727	2.914.107		420.620	
Rio de Janeiro					
Primário	316.251	169.248	535	147.003	465
Secundário	156.295	89.860	575	66.435	425
Terciário	255.075	170.693	669	84.382	331
Total do PEA Rio de Janeiro	727.621	429.801		297.820	

Fonte: Censo Demográfico de 1950, citado por HASENBALG e SILVA (1992, p. 111). Reorganizada pelo autor..

*Não brancos inclui pretos e pardos e exclui amarelos.

Enquanto no Rio de Janeiro, para cada 1.000 pessoas, a relação setorial de ocupação no mercado de trabalho era levemente favorável ao grupo declarado branco, em São Paulo era muito mais acentuada. No Rio de Janeiro, a maior diferença ocorre no setor terciário (669 brancos para 331 não brancos¹⁰³ para cada grupo de 1.000 habitantes), mantendo em relação aos outros setores (primário e secundário) uma diferença mínima. Em São Paulo, em todos os setores observa-se desigualdade muito grande: primário (856 brancos contra 144 não brancos por mil habitantes); secundário (892 brancos contra 108 não brancos, a maior diferença encontrada em todo o sistema ocupacional nos dois estados) e terciário (884 brancos contra 116 não brancos por grupo de 1.000 pessoas).

As desvantagens eram visíveis em todos os setores da economia, porém o setor secundário, ou a nascente indústria paulista, empregava oito vezes mais brancos do que não brancos, reforçando a tese de Muniz SODRÉ (1988) de que muitos trabalhadores que aportaram no país no início do século XX vieram para ocupar essas vagas em detrimento de negros recém-saídos do sistema escravagista. Na atividade de serviços, sobretudo aquela ligada ao comércio varejista, a diferença também é bastante expressiva, eram empregados quase oito trabalhadores considerados brancos para um

¹⁰³ Será mantida nesta parte do trabalho a denominação cunhada pelo autor, porém, como se ressalta em nota na própria tabela, os não brancos são essencialmente negros e pardos, que em nossa concepção, como temos mostrado até agora, denominamos afrodescendentes.

não branco. Aqui, sem ser conclusivo, possamos pensar que a tradição em relação ao “mito da boa aparência”, que foi continuamente reeditado no século XX, sendo ela mesma sinônimo de ser branco.

No Rio de Janeiro, no setor secundário da economia, as relações também se mostraram mais discretas, tendo em vista que, para cada 14 empregos oferecidos a pessoas da cor ou raça brancas, tínhamos pouco mais de uma vaga oferecida aos não brancos. No setor primário da economia, em São Paulo a situação não era muito diferente para os não brancos, continuando alta, apesar de ser menor do que em outros setores. Para cada emprego oferecido ao trabalhador não branco, eram ao mesmo tempo abertas vagas para quase seis pessoas brancas. Aqui também, podemos considerar a entrada de trabalhadores estrangeiros, destinados, sobretudo, a ocupar as vagas oferecidas pela agricultura paulista, principalmente nos cafezais, como já muito se escreveu e se mostrou a partir dos trabalhos televisivos e do cinema, quando são exaltadas a qualidades do trabalhador estrangeiro. Os não brancos, como já observava RIBEIRO (1996), migraram para as cidades em busca de sobrevivência durante os primeiros anos do século XX, pois a vida no campo ainda lhes impunha algumas dificuldades para que pudessem ser considerados donos de glebas agrícolas.

Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, a estrutura ocupacional tendia a se apresentar em melhores condições para a população negra na década de 1930, tendo em vista a Lei dos dois terços de 1931.

Como podemos observar, a partir dos dados, os negros e pardos de certa maneira, estavam inseridos na estrutura sindical de onde emanavam quase todas as lutas. O sistema organizativo se dava, decerto, na esfera da fábrica, chegando à organização partidária, mas dificilmente se ligava à esfera da moradia. O contingente de trabalhadores pretos e pardos, quando politizados, estava preocupado com questões relativas à escala nacional. Segundo RODRIGUES (1968, pp. 24-5), ao analisar os caminhos trilhados pelos sindicatos na década de 1940,

(...) O agravamento progressivo da inflação financeira levanta automaticamente problemas ligados ao custo e nível de vida e questões de abastecimento a que não puderam se alienar sindicatos e dirigentes de todas as tendências. E o encadeamento natural dessas questões leva inclusive à discussão de problemas de ordem estrutural, mesmo quando o ponto de partida seja simplesmente o aumento de salário, por exemplo.

Como podemos perceber, daqueles trabalhadores pretos e pardos que participavam da força de trabalho, nem todos eram sindicalizados, segundo a lógica organizativa de todo e qualquer movimento social. Os que participavam dos sindicatos, pelo caráter

corporativo de classe, deveriam enfrentar problemas no âmbito da instituição classista. Então, assim como a FNB, os sindicatos não priorizaram os problemas cotidianos da cidade, por isto a tendência era o afastamento dos problemas ligados à moradia e à intervenção urbana, em que se criavam restrições de ocupação do solo urbano pelos mais pobres.

Segundo ABREU (1987), a maior “proliferação” de favelas no antigo Distrito Federal ocorreu na década de 1940. Também nesse período é criada a Fundação Leão XIII, instituição assistencialista ligada à Igreja Católica, a mesma que, no final da década de 1930, entra no cenário sindical, fundando a Confederação Nacional dos Operários Católicos (RODRIGUES, 1968, p. 23). Esse emaranhado de instituições é o mesmo que, de certa forma, assiste às primeiras remoções de favelas, quando a polícia obriga os moradores a demolir suas próprias casas, e as autoridades não se preocupam com os destinos das famílias (NUNES, 1980, p. 17). De certa maneira, a Igreja Católica se aproxima dos pobres, organizando-os em torno dos círculos operários, e os sindicatos de classes se aproximam dos partidos políticos, criando um hiato entre o cotidiano da população e os problemas de moradia contrapostos às grandes questões nacionais. Outra vez, há um distanciamento entre os problemas gerados a partir da necessidade de habitar e os decorrentes da necessidade organizativa da corporação de classe.

É nesse quadro que o TEN aparece na luta pelos direitos à igualdade da população negra na sociedade brasileira. Segundo NASCIMENTO e NASCIMENTO (*op. cit.*), os objetivos que levaram à criação do TEN são antigos e se inscrevem de acordo com a necessidade de criar condições de desenvolvimento para os negros. Dessa maneira, expressam os autores:

Fundado o Teatro Experimental do Negro em 1944, pretendi organizar um tipo de ação cultural, valor artístico e função social (...). De início, havia a necessidade de resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados (...). O negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um status elevado na sociedade, na forma de oportunidade *coletiva*, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos (...) a abertura de oportunidades reais de ascensão econômicas, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana (*id. ibid.*, p.207).

Apesar do magnífico esforço de organizar a população negra, parece que ficamos na intenção de promover a questão da moradia como parte importante do movimento negro. Isso pode ser notado nas palavras que se seguem, ao responder à indagação “Por onde começar?”.

Partimos do marco zero: organizamos curso de alfabetização no qual operários, empregadas domésticas, habitantes de favelas sem profissão definida, pequenos funcionários públicos, etc., se reuniam à noite, depois do trabalho diário, para aprender a ler e escrever. Usando o palco como tática desse processo de educação da gente de cor (...), ao mesmo tempo o TEN alfabetizava os seus primeiros elementos e lhes oferecia uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, a descobrir o espaço que ocupavam, dentro do grupo afro-brasileiro, no contexto nacional (*idem*).

Se, por um lado, isso reflete uma verdade, quando o TEN tenta promover uma elevação do nível educacional dos negros e pardos por meio da formação e da busca de novos quadros para a militância, por outro lado, o mesmo Teatro Experimental do Negro também padece do problema do afastamento das bases populares, tendo em vista que a linguagem escolhida para atuação era a mesma que um amplo espectro da classe média entendia: teatro. Assim como os sindicatos foram criados para atuar nos diferentes segmentos profissionais, os movimentos negros foram concebidos para lutar contra as estruturas racistas remanescentes do Império. Dessa maneira, pode-se entender o TEN como uma estrutura política que, apesar das intenções de atender a todos os negros que sofriam as injustiças oriundas dos preconceitos e das discriminações, atuava, sobretudo, junto às classes médias. Essa escolha torna-se um fator preponderante e explicativo para o afastamento dos movimentos negros das bases territoriais da “comunidade”, o “chão de moradia”. Esse afastamento é encontrado na seguinte passagem:

Pelo fim da guerra, o TEN funcionava na sede emprestada da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Mas necessitávamos de um instrumento de participação política, por isto (...) [foi fundado] o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1945). Era uma organização ampla, que acolheu em seu seio negros e brancos – destes, a maioria provinha da UNE – mas com a explícita afirmação da perspectiva afro-brasileira. O nosso primeiro objetivo era a luta pela anistia dos presos políticos (...). No entanto, quando a anistia foi conquistada, e os presos políticos (quase todos brancos) foram libertados, *os esquerdistas* da UNE se recusaram a apoiar os trabalhos específicos em benefício da população afro-brasileira, alegando que isto constituiria ‘racismo às avessas’ (...) [Os fundadores da UNE foram] expulsos, acusados de racistas, e o Comitê logo desintegrou (...) (*idem.*, pp. 210-1)

Tanto à esquerda como à direita, o que não faltam são acusações de sectarismo por parte de militantes negros em relação à sociedade como um todo. O que levou os sindicatos a um afastamento das lutas étnico-raciais é o mesmo motivo que levará as diversas tendências, por motivos diferentes, a se posicionarem contra, como fez a UNE.

Pela “direita”, encontramos Gilberto Freyre, quando comentava o impedimento de acesso de uma bailarina americana às dependências de um hotel na Zona Sul da cidade, dizendo que:

É evidente que dois racismos estão repontando no Brasil, como rivais: o racismo de ‘arianistas’ que, em geral, sofrem a pressão da atual supremacia de padrões anglo-saxônicos sobre meio mundo, e o racismo dos que, para fins políticos ou partidários, pretendem opor a esse racismo de ‘arianistas’ o de um negro brasileiro caricaturado do norte-americano. Este segundo ‘racismo’ é, de modo geral, animado por indivíduos que sofrem no Brasil, a pressão da mística comunista, nem sempre fácil de separar o poder de uma Rússia como a de Stalin, tão imperial como os Estados Unidos (*id. ibid.*, p. 213-4; citando entrevista concedida por Gilberto Freyre à *Tribuna da Imprensa*)

Por outro lado, o Partido Comunista também rejeitava votar um dispositivo Constitucional que pudesse impedir todo e qualquer ato de discriminação contra os negros no país. Nesse sentido, o dito popular ganha maior sentido: “só uma coisa une direita e esquerda no cenário nacional: a posição referente ao negro brasileiro”. Parece que, como demonstrado acima, há uma tendência de agrupamento de opiniões sobre a questão negra e suas posições frente às desigualdades étnico-raciais.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o TEN constrói sua trajetória, outros eventos ocorriam na cidade. A Pequena África, nas proximidades da Praça Onze, no Rio de Janeiro, sofria visceralmente uma intervenção urbana por ocasião da construção da avenida Presidente Vargas, em 1944, como visto anteriormente. Essa intervenção, sem dúvida, não era alguma coisa que passasse despercebida, pois envolvia parte significativa de atividades ligadas à cultura, como os terreiros de candomblé, rodas de samba e palco dos antigos carnavais, que agregavam um contingente monumental de negros. Então ao mesmo tempo em que se funda o Teatro Experimental do Negro, também ocorre o desmonte de parte do patrimônio cultural do negro: a Praça Onze, que exhibe hoje o busto de Zumbi dos Palmares. Mais uma vez as áreas ocupadas por negros servem ao desenvolvimento do tecido urbano e possibilitam a dispersão desse segmento social para atender aos interesses da cidade. O resultado dessa intervenção, segundo Abreu, com pequenas modificações, constitui a sugestão de Alfredo Agache (1930), implementada durante o Estado Novo, resultando daí a demolição de 525 prédios durante os três anos da construção dessa importante avenida, (ABREU, 1987, p. 114).

Ainda no contexto temporal do TEN, encontramos, logo após a construção da avenida Presidente Vargas (como visto anteriormente), uma série de eventos que poderiam dar subsídios a esse importante movimento étnico-racial, quando assistiu ao desmonte do morro Santo Antônio, que possibilitou outras demandas por áreas

faveladas, como, por exemplo, os morros da Providência, de São Carlos, do Catumbi e as favelas localizadas no morro de Santa Teresa, entre outras (VALLADARES, 1980).

No mesmo período, além de se assistir à remoção de milhares de favelados e ao desmonte dos morros, também, verificou-se a construção de centenas de conjuntos habitacionais, estrutura modernista posteriormente qualificada como algo que atentasse contra a qualidade de vida. É nesses grandes conjuntos habitacionais, tanto horizontais, como Cidade de Deus e Vila Kennedy, quanto verticais, como D. Helder Câmara, Amarelinho de Irajá e outros tantos, que se abrigaram favelados vindos dos mais diversos bairros do Rio de Janeiro.

Diferente da FNB, não encontramos, na literatura, nenhum indício do encerramento das atividades do TEN. Acredita-se que, com a emergência do golpe militar de 64, o TEN, como outros movimentos sociais, tenha sido frontalmente atingido em sua organização. Nesse sentido, notamos nos relatos de Abdias Nascimento uma presença constante de suas ações pessoais contra as desigualdades étnico-raciais até a emergência do MNU, na década de 1970. Segundo Cardoso, citando Maria Beatriz Nascimento:

*devemos fazer a nossa história buscando a nós mesmos, jogando o nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, negando-os. Só assim, poderemos nos fazer entender, fazer-nos aceitar como somos, antes mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática*¹⁰⁴ (CARDOSO, *op. cit.*, p. 35 citando entrevista de Nascimento ao *Jornal do Brasil*, em 13/05/1979).

É nesse sentido, ao reafirmar valores da história do negro, que o professor Abdias do Nascimento se mostra mais uma vez como “ponta-de-lança” com o seu “quilombismo”, assim sintetizado, em 1980:

A tese do quilombismo, apresentada inicialmente ao 2º Congresso de Cultura das Américas, busca nas raízes da experiência histórica de luta específica dos africanos nas Américas, e particularmente no Brasil, o modelo para articulação de uma ideologia capaz de orientar nossa atuação. Trata-se de uma proposta política para a Nação Brasileira, e não apenas para os negros: um Estado voltado para a convivência igualitária de todos os componentes de nossa população, preservando-se e respeitando-se as diversas identidades, bem como a pluralidade de matrizes culturais. A construção de uma verdadeira democracia passa, obrigatoriamente pelo multiculturalismo e pela efetiva

¹⁰⁴ O destaque não é em função da importância da declaração de Maria Beatriz do Nascimento, mas uma homenagem que se presta a essa que foi responsável pela inserção de muitas pessoas nos embates das lutas étnico-raciais, incluindo esse pesquisador. Por motivos alheios a sua vontade, deixou de publicar em vida muitas reflexões que proferiu em palestras por todo o Brasil, ao longo da sua trajetória acadêmica tumultuada. Beatriz morreu assassinada estupidamente na cidade do Rio de Janeiro, como tantos cariocas, sem motivo aparente.

implantação de *política compensatória ou de ação afirmativa* para possibilitar a construção de uma cidadania plena para todos os grupos discriminados. A independência desses grupos ao articular suas formas de ação comunitária compõe um requisito fundamental de verdadeira democracia. Com o passar do tempo, esses preceitos do quilombismo (...) [venha a se mostrar] nitidamente em harmonia com a evolução da prática do movimento afro-brasileiro e de outros grupos discriminados, sobretudo índios e as mulheres (Nascimento e Nascimento, *op. cit.*, pp.221-2; o destaque é nosso).

Segundo GUIMARÃES (2002, p. 94), a orientação política do TEN ficou expressa no modo extenso de definir os “negros”, para neles incluir mulatos e pardos, tal como já acontecia em São Paulo e no Sul, fazendo com que, longe de ser minoria, o negro fosse a representação do povo brasileiro. Segundo o autor, a postura política do movimento colidia frontalmente com o *mainstream* da intelectualidade brasileira, tanto na interpretação sociológica quanto no plano ideológico. Ainda segundo o autor: “No plano sociológico, o pensamento negro pressupunha a existência de formação racial e não apenas de classe; no plano ideológico, reivindicava a identidade negra e não apenas mestiça, em que constituiria o âmago da identidade nacional brasileira”.

Entretanto, entende CARDOSO (*op. cit.*, p. 80) que não houve por parte do movimento negro uma absorção da proposta do quilombismo de Abdias do Nascimento, que nem sequer foi encaminhada ao conjunto da militância. Ainda segundo Cardoso, outro aspecto que mereceu atenção foi o fato de que não ficou claro se o projeto quilombista propunha, do ponto de vista organizativo, um “outro movimento negro”, na medida em que já existiam outros segmentos da “comunidade” negra que visavam à ampliação e à consolidação de uma organização política negra, por meio do MNU.

De acordo com a contemporaneidade do tema, a atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e do MNU pode fornecer melhores argumentos sobre o que estamos tratando aqui: a colisão de agendas provoca fraturas nos movimentos sociais, mesmo que o campo de atuação seja a esquerda, como relatado acima, por ocasião da luta pela anistia de presos políticos, na década de 1950 (NASCIMENTO e NASCIMENTO, *op. cit.*, pp.210-1).

No contexto do movimento negro, como vimos, a proposta do quilombismo não foi adiante porque algumas de suas lideranças acreditavam que ela fracionaria ainda mais os negros em sua jornada por igualdades sociais. O motivo real pelo qual se recusa a proposta do quilombismo é a atuação política do *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* (MUCDR), formado alguns anos antes (1978). Embora, a pré-história do Movimento pela Reforma Urbana tenha surgido na década de 1960, época de atuação expressiva do TEN, é o MUCDR que melhor expressa o “divórcio” entre as

questões ligadas ao planejamento das cidades (enquanto parte do movimento social pela moradia) e os interesses específicos do movimento negro.

Em reunião com a presença do Centro Cultura e Arte Negra – CECAN, Grupo Afro-latino América, da Associação Cultural Brasil Jovem, grupos *black* e representantes das equipes de baile *soul*, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, os jornais *Abertura* e *Capoeira*, estudantes, atletas, esportistas e artistas negros, decidiu-se criar o *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* (MUCDR), com vistas a mobilizar e organizar a população negra contra o racismo. Assim como o Movimento pela Reforma Urbana aparece no cenário nacional com a emergência da ditadura militar de 64, e o TEN surge na vigência do Estado Novo, o MUCDR também marca suas primeiras manifestações na fase mais dura do último regime de exceção que o país conheceu. Segundo CARDOSO (*op. cit.*, p. 40),

A manifestação foi convocada para protestar contra atos de violência: a discriminação racial sofrida por quatro atletas negros, garotos do time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, proibidos de participar (...) [da agremiação]; o assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família, preso sob suspeita (...) [pela] polícia pelo simples fato de ser negro, torturado até a morte, no 44º Distrito Policial de Guaiunazes/SP; e a morte, também, pela polícia, do negro, operário, Newton Lourenço, no bairro da Lapa.

Ainda em 1978, por ocasião da discussão sobre a anistia aos presos políticos, diferente do TEN que, em décadas anteriores, associou as teses gerais do movimento de oposição, o MUCDR, depois de reuniões sucessivas, resolve agregar o “N”, passando a ser denominado *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial* (MNUCDR) ou simplesmente *Movimento Negro Unificado* (MNU), como passa a ser conhecido nacionalmente, propõe ao Congresso Nacional por intermédio do Comitê pela Anistia uma tese sobre o *papel do aparato policial no processo de dominação do negro*, denunciando a violência policial contra o negro no Brasil, as condições sub-humanas da população carcerária e as torturas nos presídios. Esse documento defende a idéia de que a perseguição policial ao negro não é uma perseguição comum, mas uma perseguição política, dadas as condições sociais e históricas da população negra no Brasil ou do racismo que incide na prática cotidiana, seja dos agentes do Estado, seja da população brasileira (Cardoso, 2002, p. 45).

Em dezembro de 1979, realizou-se na baixada fluminense, no Rio de Janeiro, o I Congresso Nacional do MNUCDR. Essa área foi escolhida em função de ser na época veiculada pela mídia como um dos lugares “mais violentos do mundo”. Também era, segundo posteriormente apurado, o lugar com um dos maiores índices de execução

sumária, sob a justificativa de estarem eliminando do convívio social bandidos e marginais de alta periculosidade. Essa operação ficou conhecida como “Mão Branca”¹⁰⁵ (CARDOSO, *op. cit.*, p. 50). Nesse congresso foram reunidos delegados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, gerando documentos básicos: a Carta de Princípios, o Programa de Ação, o Estatuto e o Regimento Interno. Um dos documentos mais importantes foi a Carta de Princípios, a qual, dada sua importância e pelos objetivos que nos movem, neste momento, transcrevemos abaixo:

“CARTA DE PRINCÍPIOS DO MNUCDR”

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça, reunidos em Assembléia Nacional,

CONVENCIDOS da existência de discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro; péssimas condições de vida; desemprego, subemprego; discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições sub-humanas de vida dos presidiários; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica e social da mulher negra; abandono e mau tratamento de menores, negros em sua maioria; colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; *mito da democracia racial* (grifo de Marcos Cardoso);

RESOLVEMOS juntar nossas forças por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à *habitação*; reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que fomos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro. (grifo AOC)

E CONSIDERAMOS ENFIM QUE nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem e como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira,

NOS SOLIDARIZAMOS com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise à real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais; com a luta internacional contra o racismo (CARDOSO, *id. ibid.*, p. 51, citando o MNU, 1988).

Como se pode observar, o documento, em uma única passagem, trata da questão da habitação e ainda assim de maneira rápida, não estabelecendo metas para alcançar o objetivo de incluir como luta política a conquista de moradia. Parece mais um ponto secundário a ser tratado tanto no documento como no próprio programa de ação do MNU. No geral, as vinculações têm muito da agenda sociológica, antropológica,

¹⁰⁵ É extremamente significativo que uma operação ilegal e criminosa assim se denomine. O resultado dessa prática pode ser buscado em pesquisa nos jornais populares: *O Dia*, *O Povo* e *Luta Democrática*, que estampavam em suas primeiras páginas fotos das vítimas executadas, em geral de cor preta. Que saibamos, mesmo no âmbito do grupo do qual este autor fazia parte, não houve nenhuma outra ação que a denunciasse. Com certeza, fizemos muito pouco.

assistencial, histórica, mas nenhuma vinculação com a questão do planejamento espacial. A Carta de Princípio mostra a ausência de técnicos como geógrafos, arquitetos, sociólogos e outros interessados na questão do planejamento das cidades. Pensamos que sem abordar a questão da moradia e as políticas públicas de planejamento voltadas para os lugares onde estão presentes os afrodescendentes, dificilmente pensar-se-á em uma sociedade com princípios autonomistas.

Foi sem a preocupação com a questão da moradia que o Rio de Janeiro viu a população favelada crescer, no período intracenso, 1970/1980, 26%, quando o crescimento da população da cidade foi de 19%. No mesmo período, o número de favelas alcançou o volume expressivo de 134%, como podemos observar nos dados na Tabela 6 e no Anexo 6, que faz duas relações: favelados por bairro e população total sem favelados por bairro .

Tabela 6

Município do Rio de Janeiro: favelas, população total e população favelada, 1950/1991

Ano	Número de favelas	População (por mil habitantes)		
		Total do município	Total de favelados	Relação por 1.000
1950	59	2.377	169	71.1
1960	147	3.281	335	102.1
1970	162	4.251	565	132.9
1980	377	5.090	717	140.9
1991	537	5.488	962	175.3

Fonte: Campos (2005) apoiado em várias fontes.

Para cada grupo de 1.000 habitantes na cidade, em 1950, cerca de 71 pessoas moravam em favelas; já em 1970, 20 anos depois, a relação aumentou, e, em cada grupo de 1.000 pessoas residentes no município do Rio de Janeiro, 133, aproximadamente, eram moradores de favelas. O número de favelas quase triplicou, entre 1950 e 1970 (cresceu cerca de 174%), e o total de favelados aumentou seu contingente em 234%.

Contudo, a omissão do poder público verificada entre 1950 e 1991 pode ser responsabilizada pelo aumento exagerado de 810% no total de favelas espalhadas pela cidade. Apesar de não haver detalhamento por bairro no período, parte significativa dessa expansão concentrou-se na área em que já havia predomínio de favelas, como mostra o Mapa 5 (zona intertrilho – Central do Brasil e Leopoldina – estendendo-se à Ilha do Governador).

Nesse mesmo período, o crescimento da população favelada aumentou 469%, portanto mais do que triplicando em relação à população total da cidade, que cresceu apenas 130%.

Não se trata de eliminar as desigualdades vistas a partir da habitação, ou as outras dificuldades apontadas no documento, mas é fundamental, para constituir uma sociedade justa e ciente de que poderão ser alcançados os pilares de uma sociedade autônoma, que não percamos tempo e que comecemos a desenvolver ações concretas que permitam reduzir essas desigualdades. Por outro lado, para alcançarmos tal princípio é necessário que saibamos e aceitemos que a sociedade não é igual para todos, e que determinados grupos vivem em risco permanente: risco da pobreza estrutural, ou seja, aquela estabelecida em estrutura social precária, sem atendimento mínimo e que tente a se perpetuar em função de todas as condições possibilitarem um comportamento sem alteração.

Os investimentos em áreas ocupadas por maioria de afrodescendentes teriam resultados melhores e possibilitariam o acréscimo de maior qualidade de vida e justiça social para todos os habitantes, tendo em vista que essas áreas não são apropriadas exclusivamente por esse grupo social. Portanto, investir nas estruturas espaciais dos pobres urbanos é remover obstáculos sociais para todos os habitantes, independente de sua cor.

O encontro de agendas dos movimentos sociais que atuam em um mesmo campo político nem sempre é possível pelas escolhas que são feitas ao longo da história e as prioridades eleitas para dar conta dos problemas sociais. Enquanto o ideário que moveu os militantes, intelectuais e políticos a se entrenchear nas lutas pelas políticas públicas que contemplassem grande parte da população com acesso ao solo urbano, escolhendo como arena de luta o lugar de moradia, sem perder de vista a escala regional ou a nacional, sem atenção devida aos problemas que atingiam as minorias, sobretudo a questão étnico-racial, o movimento negro preferia os debates que contemplassem, em grande parte das vezes, a escala nacional, tornando secundárias as lutas na escala local, a questão urbana. Os temas preferenciais eram as denúncias de racismo, discriminação, injustiças sociais, como mostram os documentos do MNU. Podemos pensar que nenhum dos dois segmentos tenha realmente alcançado as classes populares. Se, por um lado, o ideário da reforma urbana teve ampla repercussão junto aos estratos médios da população, tendo em vista a estrutura organizativa em fóruns, seminários, *workshops* e outras modalidades de discussão, por outro lado, em quase todas as grandes capitais

brasileiras cresciam os contingentes de miseráveis, desempregados, ‘sem teto’ urbanos e da luta emblemática dos sem terra, que, no “frigor dos conflitos”, é uma luta pela boa condição de urbanidade, denunciando um crescimento do agravamento das condições do negro na sociedade brasileira (HENRIQUES, 2001). O movimento negro, por seu turno, como pensava Guerreiro Ramos na década de 1970, constituiu uma elite pensante e se baseia no instrumental oferecido pela tecnologia para apontar as mazelas da condição em que se encontram os negros, buscando nos espaços habitados por maioria negra a inspiração de seus produtos finais: dissertações, teses, livros, artigos. Mas, por não viver essa elite a realidade, conta de maneira parcial os problemas em que vivem as classes populares e os seus negros e pardos.

Contudo, pela televisão ou pelos jornais, temos notícias sobre uma massa de pessoas protestando violentamente por alguma coisa que perturba uma dada “comunidade”. São distúrbios, em geral, com certo corte racial.¹⁰⁶ Não buscam melhores condições de moradia, melhor qualidade na educação dos filhos ou mais trabalho; mas são protestos sobre a violência urbana gerada pelo aparato repressor do próprio Estado, que, ao enfrentar grupos que operam “fora da lei”, expõe a população a fogo cruzado ou outras situações pontuais. Essa dinâmica que, de certa forma, muda a cidade foi denominada protagonismo social (RIBEIRO *et al.*, 2002, pp.18-9).

O protagonismo, como uma postura política que não é resultado de um planejamento das ações dos grupos que se reúnem para dar conta de um ou poucos eventos, não necessita, em sua dinâmica urbana, de uma identidade espacial consistente. Em outras palavras, a identidade espacial, a territorialidade, é fluida onde a ação não é pensada para além do momento da ação, onde a luta é pontual e desterritorializada, sem que haja movimento de integração ao território como grupo. Em geral, os membros pertencem a redes espaciais diferentes, que se tocam aqui e ali, mas não compõem um corpo sólido, cujo objetivo final seja a maior integração dos membros do grupo a uma rede territorial específica. Ao contrário, como acabamos de examinar, o tempo da identidade é o tempo da manifestação. Como não somos ágeis o suficiente para formar redes identitárias, a identidade só se prestará para aquele momento. Entretanto, aqui se vê alguma coisa positiva: a base territorial é local, portanto, em geral os resultados são esperados localmente, não existindo a prioridade de atingir as escalas superiores.

¹⁰⁶ Não é intenção deste pesquisador, aprofundar a discussão sobre certa racialização dos movimentos sociais, mas apenas deixar como possibilidade de estudos futuros, por exemplo, a espacialização segundo a etnicidade dos movimentos sociais brasileiros.

Como examinamos em linhas anteriores, o movimento negro sofre por esse distanciamento, visto que os objetivos finais, em geral, são escalas maiores: regional (algumas vezes) e, em sua maior parte, nacional. Dessa forma, a quase-totalidade dos movimentos negros, apesar de sua agenda ser constituída à esquerda, colhe poucos resultados práticos para a base como um todo. Porém, como perspectiva bastante alvissareira, desde meados da década de 1990, uma manifestação cultural, *hip hop*, vem se configurando em ativistas sociais e, embrionariamente, porta-vozes das “comunidades” tendo em vista o espaço de moradia. Portanto, juntam-se as experiências de fazer ativismo contra as injustiças sociais: denunciar o racismo, o preconceito, a discriminação, a pobreza, a violência policial etc. passa a ser um dos principais objetivos e, emergindo dos problemas locais, atinge outras escalas. E, ao mesmo tempo, como ele próprio tem origem na escala global como manifestação cultural, acaba não perdendo o foco com a escala internacional, regional ou nacional. Por outro lado, em função de o discurso ser fundamentado em base local, por meio de suas denúncias acaba exercendo uma pressão sobre os órgãos municipais, sobre a péssima condição de vida em que vivem os membros de muitas “comunidades” que sofrem pela segregação induzida nas favelas, conjuntos habitacionais, ou em sua modalidade de *segregação induzida extensa* (como vimos anteriormente, em conjuntos de bairros localizados em áreas pobres).

Como nos informam SOUZA e RODRIGUES (2004, pp. 100-101)

O *hip hop* nasceu nos bairros negros das grandes cidades americanas na década de 70, e podemos localizar sua gênese em Nova York. A conjuntura na qual o *hip hop* surge caracteriza-se por uma série de lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros americanos, que, continuando as lutas iniciadas nos anos 60, combatiam um sistema de segregação social, étnica e residencial. Dos EUA, o *hip hop* espalhou-se pelo mundo, mas sempre sendo cultivado em bairros pobres e espaços segregados das cidades. Existe uma íntima relação entre *hip hop* e o lugar onde ele se desenvolve, o que permite dizer que ele é uma produção política e cultural dos guetos, das periferias e das favelas. Não podemos acreditar, em hipótese alguma, que seja mera coincidência. A relação entre esses lugares e o *hip hop* é a própria essência do movimento (...)

Ainda segundo os autores (*idem.*, p. 101), a fonte que alimenta a criação cultural e artística dos integrantes do movimento *hip hop* é o próprio lugar em que moram, as “comunidades” que freqüentam e onde estão os seus amigos – é a cidade desigual e contraditória em que vivem. A inserção dos membros do movimento é fundamental para relatar as experiências e revelar para toda a cidade a angústia coletiva. Assim,

O manancial artístico e cultural é alimentado pelas experiências do cotidiano: o lugar de moradia, a vizinhança, o encontro com os amigos, o futebol no fim de semana. Que lugar é esse? Nos Estados Unidos, foram e são os guetos; no Brasil, são as favelas, as periferias e os conjuntos habitacionais. Tudo que acontece nesses lugares é matéria-prima para a criação de *raps* (a música do *hip hop*), de coreografias de *break* (a dança do *hip hop*) e de grafite (a arte gráfica do *hip hop*, realizada em muros e paredes nas ruas) – isto é, os “três elementos do *hip hop*”, aos quais se deve acrescentar o DJ, ou *disc-jockey*. Assim, tanto as alegrias, os sonhos, as amizades e os desejos que habitam esses lugares, como a violência policial, o tráfico de drogas, a pobreza e a miséria são matérias-primas para a produção artística do *hip hop*.

Entre tantas manifestações culturais que foram criadas ou adaptadas no cenário nacional, sobretudo nas favelas e periferias de grandes cidades brasileiras, nenhuma alcançou a dimensão política do *hip hop*. Como vimos, a década de 1970 e as seguintes foram extremamente criativas para o movimento negro, e nelas surgiram algumas manifestações culturais, outras foram revitalizadas e ainda outras adaptadas. O movimento *black power* (adaptação), por exemplo, influenciou comportamentos tanto na cultura como na vida acadêmica (alguns pesquisadores afrodescendentes começaram sua vida de investigação sobre as relações raciais no país). Nos anos 90, contemporâneo do *hip hop*, o funk também leva milhares de jovens aos bailes de finais de semana, alguns mais, outros menos politizados, alguns mais, outros menos comprometidos com os problemas que cercam a convivência em grandes centros urbanos. Contudo, a diferença que pode ser ressaltada entre o *hip hop* e seus congêneres é a vinculação constante com o lugar de moradia sem perder de vista as outras escalas. Dessa maneira, irão destacar que:

A diferença entre o *hip hop* e tantas outras manifestações artísticas é que, nele, o questionamento político é consciente e explícito, e a arte é, no fundo, o veículo do inconformismo de quem se identifica com e adere ao movimento. Ainda que temas como amor, saudades e alegria não sejam completamente deixados de lado nas letras de *rap*, a tônica da produção é a denúncia das injustiças e o clamor por mudança. As formas de expressão do *hip hop* – o rap, o grafite e o *break* – são construções artísticas que expressam um significativo conteúdo de crítica social, apontando por vezes na direção da instituição de outras relações sociais e de poder. Vale a pena salientar que esse tipo de produção cultural rompe com a artificial divisão da vida social em cultura, economia, política, estética etc.; quando o *hip hop* se apresenta como um movimento político-cultural, ele rompe claramente com tais divisões e põe a arte e a cultura fora de uma “esfera” responsável pela criação de obras “apolíticas” e alienadas que devem ser consumidas como produtos culturais e artísticos que visam o entretenimento, a contemplação, a reflexão e o ‘enriquecimento cultural’ – como se essas ações estivessem dissociadas da política e da economia. A cultura perpassa e ambas tornam-se um único movimento. Cultura como política e política

como cultura: essa é uma das características fundamentais e mais ricas do *hip hop* (*id. ibid.*, pp. 102-103).

Examinando a proposta de atuação do Teatro Experimental do Negro e os manifestos lançados pelo Movimento Negro Unificado e mesmo o *funk* (como um dos responsáveis por juntar milhares de pessoas em um único evento de final de semana), nota-se, de imediato, uma dissociação entre a ação política, a econômica e a cultural. O TEN se assentou sobretudo sobre a base cultural, criando uma ponte importante entre a arte de representar e o cotidiano das pessoas. A Política e a cultura se constituem no principal objetivo de ação, porém, como já observamos, a base territorial é muito grande: foi da metrópole do Rio de Janeiro para o Brasil. Do ponto de vista dos militantes é interessante, pois os projetam nacionalmente ou, até mesmo, internacionalmente, como é caso do professor Abdias Nascimento; porém, do ponto de vista dos grupos subalternizados (como a maior parte dos militantes), dos pobres que vivem nos guetos, favelas, conjunto habitacionais etc., essa ação, em escalas superiores à local, reduz a possibilidade de participação efetiva ou até mesmo da compreensão das lutas que estão sendo empreendidas. Enfim, não há uma ligação entre o cotidiano das pessoas que vivem o local e os militantes, que, por opção de lutas, trabalham em outras escalas.

Por seu turno, o MNU, como um dos mais importantes grupos de ativistas do movimento urbano negro, escolheu, sobretudo, a política para centrar a sua ação. Ao longo de seus quase 30 anos (1978-2006), organizou-se como uma instituição forte, com presença marcante na maior parte dos estados, o que criou maior distanciamento territorial. O mérito de ser visto de forma contundente pela sociedade o faz, também, quase invisível aos grupos mais pobres, que vivem nas periferias das grandes cidades. Nesse sentido, o crescimento da visibilidade do MNU funciona como elemento “encapsulador” de grande parte das questões locais; constrói-se um cotidiano apartado dos bairros, da relação entre afrodescendentes e a estrutura de poder local.

Enfim, a manifestação que tem origem no *funk* não pode ser considerada um movimento social. A estrutura organizativa não ultrapassa os bailes de finais de semana e alguns programas alternativos nos meios de comunicação, apesar de movimentar uma legião de admiradores nos espaços em que convivem grupos de pobres urbanos, em geral muito jovens. O campo de atuação é local, como o *hip hop*, porém vazio de conteúdo e de preocupação social. Uma ou outra música relata os problemas entre “comunidade” e a violência urbana, por vezes, exalta a “vida bandida” de alguns

membros ligados ao tráfico de varejo de drogas, também moradores de alguma periferia urbana. Sob nenhuma hipótese o *funk* poderá ser considerado um movimento social, apesar de influenciar o comportamento de um sem-número de jovens pelo país todo e criar representações sociais, interferindo assim no sistema simbólico, porque lhe falta o fundamental: a ação política. A ação cultural é forte, lastreada por uma *ideologia marginal* das periferias (os organizadores de grandes bailes fazem questão de divulgar, nos meios de comunicação, que o evento reunirá galeras de vários pontos da cidade, que chegarão em caravana), que promoverá disputas e “conflitos organizados”, ou seja, a dança se desenvolverá no salão (em geral em clubes imensos) onde cada grupo tentará agredir com maior violência possível em tempos mínimos os oponentes. Todos os que são diferentes

Nesse sentido, a atuação *hip hop* é diferente, apesar de a base inspiradora ser a mesma da cultura *funk*; as periferias urbanas, os grupos que sofrem as maiores injustiças sociais. Segundo SOUZA e RODRIGUES (, p. 103), a produção do *hip hop* não está circunscrita a um único lugar, não só ao lugar do cotidiano imediato – o bairro pobre, a favela, o loteamento irregular, o conjunto habitacional – que funciona como manancial simbólico e fonte inspiradora para o movimento. Esses lugares podem ser o lugar de gênese e de maior relevância para os militantes, mas não os únicos. O espaço (e a vida) urbano em geral é fonte de matéria-prima simbólica e, ao mesmo tempo, local de intervenções e protesto, como demonstram os grafites que se espalham pelos muros e paredes dos prédios da cidade.

3.2) A segregação sócio-espacial, os “aglomerados de exclusão” e os embates teórico-metodológicos em questão

Assim como a percepção de raça produziu discursos a favor ou contra os seus postulados (POLIAKOV, 1974), a segregação sócio-espacial também nos conduz a entendimentos diferentes. Dependendo da sociedade analisada, caminha-se para uma opinião unânime e inquestionável de sua existência, não cabendo dúvida dos princípios que fundam a existência de algumas heteronomias. Como observamos em páginas anteriores, o sistema composto por discriminação, preconceito e segregação é cambiável

pela exclusão dos afro-americanos nos Estados Unidos, não havendo possibilidade de separar os três termos da equação.

Os pesquisadores e a sociedade em geral podem colocar em dúvida a eficiência ou não dos antídotos que superarão as dificuldades em que se encontra parte significativa da população que sofre pela desigualdade. Porém, no caso de algumas sociedades, como a norte-americana, não há dúvidas, existem pessoas que sofrem de discriminação, de preconceitos ou são segregadas. Por outro lado, quando o sistema simbólico que envolve o preconceito e a discriminação não é explicitado, ou o é de maneira parcial, a tendência primeira é sua negação, levando parte dos pesquisadores e da sociedade a rejeitar sua existência. Esse foi um dos problemas com que nos defrontamos durante todo o tempo desta pesquisa. Existe preconceito, discriminação e segregação contra os afrodescendentes no Brasil? Ou seja, a segregação é um fato entre nós, ou se tornou, ao longo da história, apenas uma figura de retórica. Será que seu emprego faz parte apenas do discurso político ou é parte integrante do processo de subalternização e de invisibilização dos afrodescendentes na política brasileira?

Para responder a essas questões faz-se necessária a presença deste capítulo. A polissemia dos termos *exclusão*, *segregação* e *abandono* nas relações sócio-espaciais nas cidades nos leva aos gargalos teórico-conceituais, visto que, da forma com que são discutidos por especialistas e, ao mesmo tempo, inseridos nas práticas sociais cotidianas são passíveis de múltiplas interpretações e de múltiplas vivências.

A *exclusão*, na teoria proposta por R. HAESBAERT¹⁰⁷ (1994; 1995; 2002 e 2004), anula quaisquer sentimentos de plenitude do indivíduo frente à sociedade, seja na dimensão das liberdades, seja na construção de relações autônomas para quase todos os contextos sociais. Nos termos defendidos pelo autor, essa noção pode ser considerada multiescalar, visto que não há possibilidade de enquadrá-la apenas em um nível, seja local, regional, nacional ou global. Nesse sentido, consideramos positivas as formulações propostas pelo autor, uma vez que nos coloca diante de uma agenda de discussões que explora outras possibilidades de análise. A teoria é muito importante e demonstra exatidão quando vista sob a perspectiva da escala regional e mundial. A geografia regional há muitos anos se ressentia de novas teses que dêem conta dos

¹⁰⁷ Apesar de em alguns momentos apresentarmos posições contrárias a obra de R. Haesbaert, cabe-nos esclarecer que sem as reflexões de autores como ele, P. Vasconcelos, R. L. Corrêa, M. de A. Abreu, entre tantas personalidades que fazem da Geografia uma ciência dinâmica, não poderíamos caminhar para analisar as nossas cidades.

movimentos voluntários ou *compulsórios* de populações em um determinado território.

Nesses termos, considera o autor que a exclusão é um

produto [do] *abandono* pelos circuitos globais de integração à sociedade capitalista, seja em relação ao trabalho, ao consumo da cidadania (no caso dos aglomerados, praticamente a todos eles ao mesmo tempo), a intensificação das migrações dessa população supérflua se torna grande dilema e provoca reações autoritárias e *segregadoras nas áreas centrais do sistema*, que revigoram sua territorialidade através do reforço do controle sobre as *fronteiras e da difusão de sentimentos xenófobos e nacionais*.

Como se pode deduzir, os aglomerados se situam no nível mais agudo desse processo de exclusão. Um dos exemplos mais contundentes são os *acampamentos de refugiados*, esses novos nômades cada vez mais numerosos, onde só resta como alento a uma mínima organização, em meio à total insegurança e fragilidade, a luta pela sobrevivência física cotidiana. Um dos casos mais graves é o dos refugiados somalis, expulsos [pela] guerra civil e da fome para países vizinhos como o Quênia e a Etiópia, estendendo suas tendas por terrenos estéreis onde milhares de pessoas sofrem de desnutrição aguda e agonizam em meio à aridez (HAESBAERT, 1995, p. 190; destaque do autor).

Aqui, o autor apresenta-se com muita propriedade quando trabalha com a dimensão escalar internacional do fenômeno. Destaca-se ainda a possibilidade analítica da proposta quando trata das levas de imigrantes que se concentram em determinadas áreas das “democracias centrais” com baixíssimas condições de vida, que, em alguns casos, são tratados também como refugiados de guerra. Acreditamos ainda que a teoria possa prestar um grande serviço para que compreendamos o deslocamento de centenas de milhares de trabalhadores em luta pela terra no Brasil, tendo em vista que a solução extrapola o poder das autoridades locais, sendo mais bem equacionada pelo poder central de cada país.

Porém, parece-nos uso inadequado quando o autor pensa no conceito da *segregação* para entender parte do fenômeno dos “aglomerados de exclusão”, tendo em vista que o grupo de conceitos que envolve esse tipo de fenômeno cabe mais na dimensão escalar local do urbano do que propriamente na escala regional ou em escalas superiores a essa. Uma extrapolação maior do grupo de conceitos serviria mais para confundir do que esclarecer o problema gerado pelos refugiados ou o dos movimentos sociais que tenham maior abrangência nas escalas nacional ou regional. Talvez aqui esteja a fragilidade da teoria proposta pelo autor, o fenômeno dos “aglomerados de exclusão” que ocorre de maneira multiescalar. Entretanto, pelo que pode ser observado, entre os conceitos essenciais na teoria, um dos fundamentais é a própria desterritorialização, para onde se volta nosso foco neste momento; mais adiante examinaremos os demais conceitos, como, por exemplo, a dimensão escalar, a exclusão, a pobreza e, finalmente, a segregação.

Com relação ao tema de movimento territorializador e a perda do território em seu sentido reflexivo, dirá o autor que:

a desterritorialização¹⁰⁸ [deve ser entendida] como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo racional, des-reterritorializador, onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, menos flexível, marcado pelos tantos muros que separam “incluídos” e “excluídos”, etnia ‘x’ e etnia ‘y’, grupos ‘mais’ ou ‘menos’ seguros (e/ou violentos) (HAESBAERT, 2004, p. 275).

E, ainda, deve ser pensado em sua dimensão desmaterializadora, quando afirma que a:

Desterritorialização (...) antes de significar desmaterialização, dissoluções das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor de exclusão sócio-espacial. Da mesma forma que cada momento histórico tem os seus próprios momentos estruturadores de uma experiência, se não ‘total’, como na sociedade holista, pelo menos ‘integral’ ou ‘coesa’ do espaço, ora de caráter mais concreto, ora mais simbólico, cada contexto tem também os seus próprios agentes básicos de desterritorialização. Na sociedade contemporânea, com toda a sua dinâmica, não resta dúvida de que o processo de exclusão promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2002, p. 36).

Tendo em vista a multiterritorialidade, o autor escreve, baseado em trabalhos anteriores, que:

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiência múltiplas de uma mobilidade ‘opcional’ (‘topoligamia’ ou ‘casamento’ com vários lugares a que se refere Beck, 1999). Enquanto isto, para os mais pobres, a *desterritorialização* é uma multi ou no limite, a territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de ‘flexibilidade’, em experiências múltiplas ‘imprevisíveis em busca de simples sobrevivência física cotidiana” (*id., ibid.*, p. 32).

Nas “comunidades” pesquisadas, a dimensão da *multiterritorialidade insegura* não se fez presente. À pergunta “gosta do lugar onde mora?” 89 das 103 pessoas entrevistadas responderam afirmativamente, demonstrando que, apesar das condições precárias, existe uma identificação com o lugar de moradia¹⁰⁹. Não faz sentido falar em *multiterritorialidade insegura* para os pobres urbanos. Ela será sempre um elemento importante para os diferentes grupos sociais, independente da condição dos termos em

¹⁰⁸ Alertamos aos leitores que na impossibilidade de reproduzir a discussão sobre o tema na sua integridade, destacamos um trecho que acreditamos conter parte fundamental do conceito trabalhado pelo autor. Para mais detalhes sobre o tema, veja HAESBAERT (1994; 1995; 2001; 2004).

¹⁰⁹ Pesquisa de campo realizada entre dezembro de 2003 e setembro de 2004.

que seja tratada. A *multiescalaridade* nos leva a confundir as três escalas: local (problemas urbanos), regional (como o caso dos nordestinos) e planetária (refugiados de guerra ou conflitos nacionais). Além desse foco, acusa-se uma relativização muito forte do próprio termo exclusão. Parece-nos que o termo deixa seu caráter relacional em segundo plano, enfocando, sobretudo, seu significado etimológico. Depois de tecer alguns comentários sobre em que contexto quer trabalhar a conjunção dos termos aglomerado e exclusão, HAESBAERT (1995, p. 187) destaca que:

Há momentos, entretanto, que a reterritorialização ‘marginal’ (= à margem da territorialização legal ou dominante) se impõe de tal forma que o que era um aglomerado passa a conformar nítidos territórios, segregados, porém internamente coesos e ‘seguros’ para quem partilha de suas regras e valores. A disputa entre grupos [de] traficantes rivais nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, alterna períodos de insegurança e desterritorialização (a desordem que põe em jogo suas fronteiras de atuação), quando o espaço social adquire feições mais claras de *aglomerados humanos*, e períodos de consolidação de uma territorialidade rígida e de uma ordem autoritária imposta¹¹⁰.

A criminalidade que ocorre no Rio de Janeiro vem recebendo um tratamento reducionista, visto que os eventos que marcam a violência urbana são atribuídos à totalidade das favelas e lugares nos quais vivem os pobres da cidade. Entretanto, um observador atento reparará que as “comunidades” que são noticiadas pela mídia como envolvidas em conflitos ligados ao tráfico de drogas de varejo são poucas. Das cerca de 600 favelas existentes na cidade, poucas são apontadas como aquelas que potencialmente necessitam de alguma atenção levando-se em consideração os aspectos da segurança pública. Essa visão, de tomar a parte pela totalidade, serve muito mais para criar estigmas, preconceitos desqualificadores contra os pobres e seus espaços, confirmando a tese de CAMPOS (*op. cit.*) de que há uma “criminalização dos espaços” dos grupos subalternizados.

Por outro lado, essas favelas compostas de pobres urbanos não têm a mesma natureza e nem produzem fenômenos de mesma origem das questões nordestinas, como sugere HAESBAERT (2004, pp. 329-31), ou da questão africana (*id. Ibid.*, p. 320; 1995, p. 194). A escala do fenômeno, como já observado, precisa de uma abordagem particularizada (em alguns casos, singularizadas) para que possam ser compreendidas no máximo de sua totalidade. Como adverte MENDONÇA (1982), a realidade não pode ser aprendida em sua totalidade; no que se refere à escala dos *aglomerados de exclusão*, tenta-se articular diferentes realidades que acabam sendo incompatíveis para o mesmo corpo analítico. Dessa forma, defendemos que a construção horizontal e vertical do

¹¹⁰ (destaque no original).

entendimento do fenômeno dos *aglomerados de exclusão*, em sua dimensão escalar, possa ser elemento esclarecedor. Compreendemos como construção horizontal de escalas a possibilidade de conceituar e analisar o fenômeno dentro da mesma escala de tempo e de espaço; e, por outro lado, a verticalidade daria conta das possíveis pontes com níveis inferiores ou superiores. Isso não limitaria a leitura de todo e qualquer fenômeno, como se estivéssemos em uma “camisa-de-força”, mas criaria a liberdade, se assim a teoria necessitasse, de instituir pontos de contatos entre o local e o global, por exemplo.

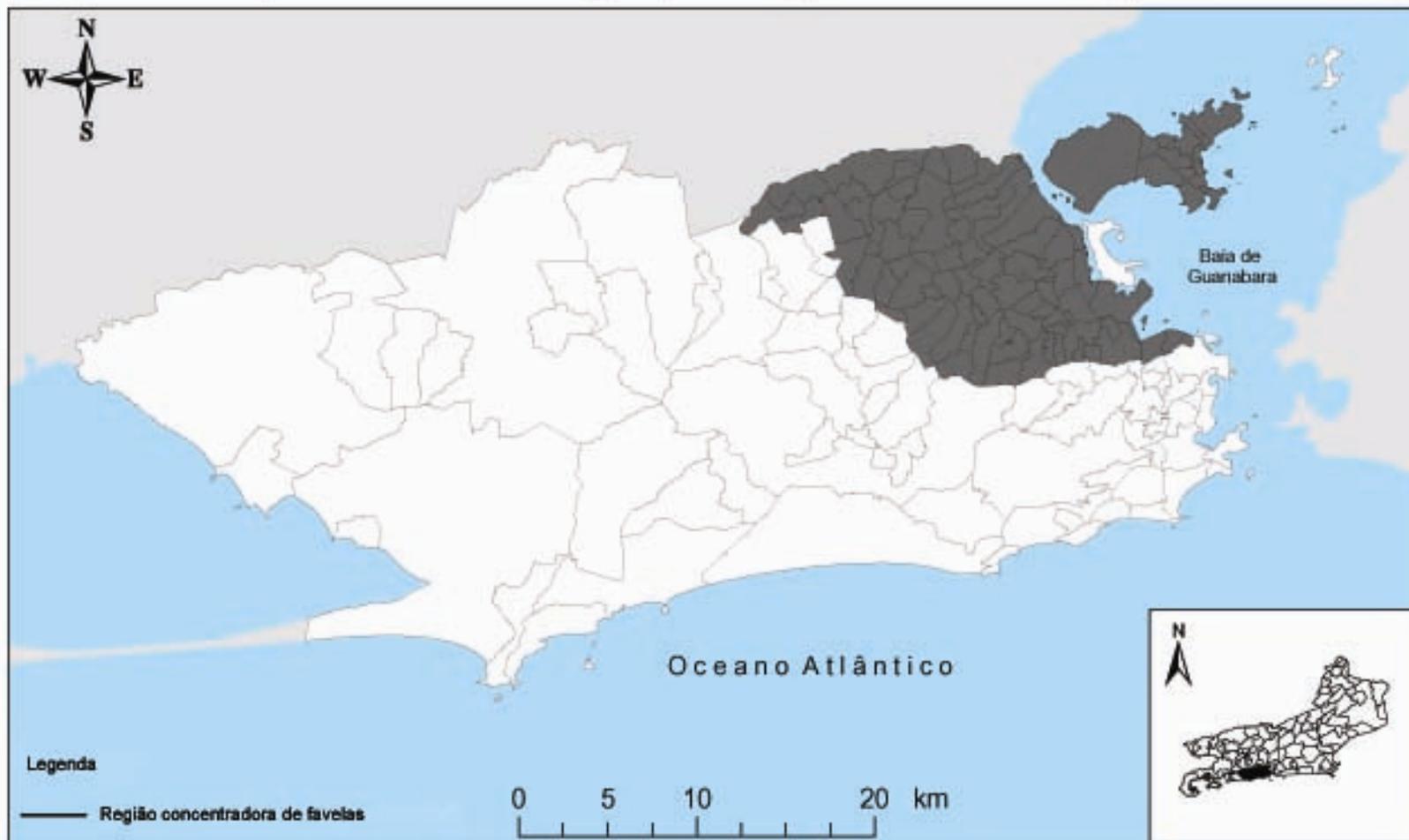
Para ilustrar mais as horizontalidades, consideramos o fenômeno dos *aglomerados de exclusão*, tendo em vista que esses não conseguem apontar todas as possibilidades analíticas, uma vez que nem toda ocupação pode ser considerada território *a priori*. Se isso constitui uma probabilidade, então o conceito da *desterritorialização* não pode ser aplicado.

Do ponto de vista empírico, CAMPOS (*op. cit.*) examinou a área que compreende os bairros cortados pelas linhas férreas da Central do Brasil, antiga Leopoldina, Linha Auxiliar e Ilha do Governador (Mapa 5); das 200 favelas encontradas em 1998, somente a metade tinham algum problema com tráfico de drogas. Também não podemos afirmar que esses problemas fossem situações rotineiras nas 100 favelas apontadas na pesquisa, podendo indicar apenas que, em algum momento, a “comunidade” teve algum problema decorrente da violência urbana ligada sobretudo ao tráfico de drogas. Portanto, segundo demanda o conceito, precisamos ser muito explícitos quando elegemos o território como ponto focal da análise. No caso das pessoas que ocupam o espaço favelado, se não tiveram contato (ou se o contato foi muito ocasional), não as podemos considerar territorializadas, mas apenas localizadas no lugar.¹¹¹ Reservaríamos o termo território para o grupo que rotineiramente vivesse a opressão oriunda desse esgarçamento do tecido sócio-espacial. Portanto, a utilização dos vocábulos territorialização, desterritorializado, reterritorialização demanda um esclarecimento *a priori*.

¹¹¹ Para mais discussões sobre a categoria lugar, um dos cinco conceitos-chave da Geografia, veja Yi-Fu Tuan (1983).

Mapa 5

Município do Rio de Janeiro: delimitação espacial da região concentradora de favelas, 2005



A relação entre *exclusão* e agrupamento humano equiparado à “massa”¹¹² não condiz, em sua generalização, com a realidade de pobres urbanos da metrópole carioca, talvez de nenhuma outra grande metrópole brasileira. Considerar qualquer agrupamento humano que vive em desvantagens sociais tanto no campo econômico como no campo simbólico não nos autoriza a denominá-los “massa”, tendo em conta que o próprio HAESBAERT (1995, p. 186), apoiado em Baudrillard, afirma que todos os “trabalhadores” ou “camponeses”(sic) não podem ser considerados “massa”. Dessa maneira, não se pode deixar de recorrer às estatísticas para refutar essa idéia, em lugares de grande concentração de população levando-se em consideração os grupos de “baixa renda”. Em relação ao total de horas trabalhadas, na Tabela 7 são selecionados, de acordo com o indicador “trabalham 45 ou mais horas por semana”, as 20 maiores ocorrências no município do Rio de Janeiro.

¹¹² Em trabalho anterior, *Do quilombo à favela*, o termo massa foi utilizado de forma acrítica, sem o devido emprego de aspas. Na ocasião, a referência se fazia de acordo com a determinação dos grupos dominantes, que percebem o conjunto de indivíduos que pertencem às classes subalternas como aqueles que têm a suas histórias vinculadas à ação dos que são considerados incluídos. Por outro lado, nesse trabalho passamos a defender a idéia de que os grupos subalternos, apesar de sua invisibilidade no contexto social, são sempre responsáveis por sua história. Qualquer outro entendimento reduz a importância das classes populares diante do processo histórico.

Tabela 7

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros de maior incidência de horas trabalhadas (45 ou mais horas), segundo a ocorrência da autodeclaração de cor ou raça e da população favelada, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)

Código	Bairro	População					horas trabalhadas	
		Total	Afrodes- endente	Branca	Outras	Favelada ¹¹³	(+ 45)	por 1.000 hab.
144	Campo Grande	297.496	144.464	150.635	2.397	21.123	24.437	4,14
141	Bangu	234.028	121.863	109.742	2.423	65.066	21.735	3,69
139	Realengo	204.719	99.263	103.123	2.333	4.149	19.635	3,33
149	Santa Cruz	191.837	111.004	78.506	1.716	5.176	17.737	3,01
157	Complexo da Maré	113.806	61.871	50.222	1.713	113.806	11.606	1,97
151	Guaratiba	101.205	51.123	49.030	1.052	703	10.606	1,80
147	Cosmos	65.961	37.551	28.048	310	0	10.348	1,76
33	Tijuca	171.890	33.215	136.331	2.344	34.649	8.684	1,47
148	Paciência	83.562	50.033	32.604	925	8.166	7.623	1,29
76	Irajá	110.206	42.029	66.836	1.341	16.491	7.323	1,24
114	Pavuna	90.027	45.729	43.011	1.287	20.344	6.920	1,17
43	Penha	74.149	29.625	43.538	986	21.135	6.310	1,07
156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	27.722	823	65.025	6.245	1,06
36	Vila Isabel	81.858	21.464	59.457	937	18.023	4.533	0,77
154	Rocinha	56.339	25.408	30.338	593	42.882	3.905	0,66
20	Botafogo	85.008	14.841	68.916	1.251	10.807	3.687	0,63
113	Costa Barros	25.921	16.615	8.849	457	0	2.320	0,39
128	Barra da Tijuca	93.204	6.901	85.076	1.227	1.555	2.141	0,36
121	Pechincha	31.615	21.906	9.556	153	2.963	1.679	0,28
25	Ipanema	46.807	5.658	40.423	726	8.573	1.425	0,24

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; organizado pelo autor.

Dos 20 bairros de maior ocorrência de 45 ou mais horas trabalhadas por grupo de mil habitantes, 13 estão localizados na Zona Oeste (7) e Zona Norte (6), sendo os demais distribuídos entre Zona Sul (3), Tijuca/Vila Isabel (2) e Jacarepaguá/Barra da Tijuca (2). As maiores relações para o índice são encontradas em Campo Grande (4,14%), Bangu (3,69%), Realengo (3,30%), Santa Cruz (3,01%), Complexo da Maré (1,97%). Para os 13 bairros que se localizam na Zona Norte e Zona Oeste da cidade existem cerca de 31% de todo o contingente favelado da cidade. Com relação à presença dos afrodescendentes, aproximadamente, 34,3% habitam esses 13 bairros. Esclarece-se

¹¹³ Para melhores esclarecimentos da relação população total, população favelada e população sem favelados confronte os dados do Anexo 6.

ainda que os 13 bairros, entre os 20 escolhidos, representam cerca de 27% de população municipal.

Obviamente, não se pode provar qual o total de afrodescendentes que trabalham 45 horas ou mais horas nem qual é a relação de afrodescendente que habitam favelas, nem tampouco mostrar qual é relação entre morar em favela e trabalhar mais de 45 horas; também não se pode mostrar de maneira conclusiva o seu contrário.

Da mesma maneira que não se pode ser conclusivo com o total de horas trabalhadas por lugar de residência, também não há possibilidade de ser conclusivo com a apropriação da renda por grupo, podendo-se apenas apontar a tendência geral de que alguns bairros, com maior incidência deste ou daquele grupo social, apropriam mais ou menos renda. É justamente de acordo com essa tendência que se pretende apontar a existência de certas relações. A relação estabelecida entre o Anexo 2 (autodeclaração de cor ou raça) e Anexo 4 (apropriação da renda até 1 salário mínimo e outras) nos mostrará que há forte tendência de que a população de menor faixa de renda (ALP tratada no Anexo 2 e Mapa 3) tenha a mesma incidência espacial. Portanto há necessidade de proceder à análise cotejando outras faixas de renda para estabelecer o padrão de distribuição espacial comparando com a autodeclaração de cor ou raça. É nessa parte do trabalho que começamos a verificar se os bairros classificados segundo o critérios estabelecidos pela existência da *segregação induzida contínua* tem procedência ou não. À medida que os indicadores forem se sucedendo, e houver inclusão que demonstre a desigualdade de maneira contínua no espaço, estaremos caminhando para confirmar o problema em tela.

A Tabela 8 (síntese de parte do Anexo 2 e Anexo 4) mostra a relação entre cor e renda nos 20 bairros de maior ocorrência segundo a renda e as 20 maiores ocorrência de afrodescendentes por bairro da cidade.

Tabela 8

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda média até 1 (um) salário mínimo em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)

Código	Bairro	Total de dados Selecionados	Até 1 salário mínimo		Código	Bairro	Total da ocorrência	Autodeclaração de cor ou raça			
			Total	por / 1.000				Afrodescendente	p. /1.000	branca	por / 1.000
150	Sepetiba	11.452	2.459	215	123	Tanque	22.374	19.819	886	2309	103
4	Caju	9.008	1.755	195	118	Cidade de Deus	19.607	16.690	851	2.206	113
54	Jacaré	13.563	2.438	180	116	Anil	21.251	16.734	787	4.225	199
113	Costa Barros	8.676	1.517	175	121	Pechincha	31.615	21.906	693	9.556	302
10	São Cristóvão	18.652	3.070	165	120	Freguesia	54.010	37.169	688	16.028	297
151	Guaratiba	35.921	5.815	162	113	Costa Barros	25.921	16.615	641	8.849	341
3	Saúde	12.518	2.023	162	117	Gardênia Azul	38.016	23.661	622	13750	362
11	Mangueira	10.765	1.714	159	146	Inhoaíba	59.536	36.204	608	23.022	387
142	Senador Camará	28.447	4.527	159	124	Praça Seca	59.656	35.842	601	23.249	390
148	Paciência	28.447	4.527	159	148	Paciência	83.562	50.033	599	32.604	390
111	Acari	11.402	1.804	158	122	Taquara	159.387	93.972	590	63.873	401

		Total de dados Selecionados	Até 1 salário mínimo				Total da ocorrência	Autodeclaração de cor ou raça			
Código	Bairro		Total	por / 1.000	Código	Bairro		Afrodes- cendente	p. /1.000	branca	por / 1.000
147	Cosmos	22.273	3.521	158	48	Vigário Geral	39.474	23.100	585	15740	399
149	Santa Cruz	62.412	9.817	157	149	Santa Cruz	191.837	111.004	579	78.506	409
109	Ricardo de Albuquerque	9.861	1.542	156	51	Jacaré	36.458	21.051	577	14.947	410
146	Inhoaíba	20.485	3.103	151	147	Cosmos	65.961	37.551	569	28.048	425
9	Estácio	10.344	1.564	151	156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	561	27722	426
156	Complexo do Alemão	24.022	3.585	149	157	Complexo da Maré	113.806	61.871	544	50.222	441
48	Vigário Geral	14.082	2.050	146	107	Anchieta	53808	29.218	543	23945	445
123	Tanque	7.836	1.128	144	109	Ricardo de Albuquerque	27383	14.824	541	12275	448
157	Complexo da Maré	44.686	6.249	140	145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	540	12.332	452
138	Magalhães Bastos	9.103	1.258	138	119	Curicica	24.840	13.304	536	11.203	451
Total geral de dados selecionados		2.484.756	232.191	93	Total geral de dados selecionados		5.896.271	2.471.464	419	3.351.290	568

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; dados organizados pelo autor

Analisando de maneira comparativa as duas estruturas de dados, os 20 bairros de maior incidência de afrodescendentes (Anexo2) e de apropriação de renda menor do que um salário mínimo (Anexo 4), depara-se com o seguinte quadro: 16 bairros têm a predominância de população que se autodeclarou como preta ou parda. Desses bairros, 10 tem presença nas duas partes da tabela tanto no quadro referente à renda como na espacialização étnico-racial. De acordo com os esses dois indicadores, temos a seguinte espacialização: a) bairros com presença nas duas partes da Tabela 8; b) bairros com maioria afrodescendentes (autodeclaração da cor raça preta ou parda); c) bairros com maioria que se autodeclarou da cor ou raça branca.

a) No primeiro caso, temos:

- 1) os bairros: Jacaré, Costa Barros, Cosmos, Santa Cruz, Ricardo de Albuquerque, Inhoaíba, Complexo do Alemão, Vigário Geral e Complexo da Maré, estão presentes nas duas partes da tabela, ou seja, concentra, para cada grupo de 1.000 habitantes, o maior número de indivíduos que recebem até 1 salário mínimo;
- 2) como vimos anteriormente, dos 20 bairros selecionados, 16 tem a maioria de afrodescendente, sendo que apenas São Cristóvão, Saúde, Estácio e Magalhães de Bastos tem população predominantemente que se autodeclarou da cor ou raça branca;

b) ainda tratando dos bairros com predominância dos autodeclararam como pretos ou pardos, temos duas situações: Costa Barros, Cosmos, Santa Cruz, Ricardo de Albuquerque, Inhoaíba, Magalhães de Bastos e Vigário Geral, destacando que apenas Magalhães de Bastos possui a maioria da população que se autodeclarou da cor ou raça branca. Entretanto, dos 30 bairros que pertencem ao grupo, temos o seguinte quadro:

- 1) dos 32 bairros que fazem parte do grupo considerado como *segregados por indução continuada*, ou seja, aqueles bairros que margeiam a linha férrea a partir de Oswaldo Cruz/Bento Ribeiro/Marechal Hermes e os que são limítrofes com a baixada fluminense que tem como referencial espacial à avenida Brasil Vigário Geral/Acari/Pavuna. A exceção são os bairros de Campo Grande Magalhães de Bastos, Realengo, Coelho Neto Parque Anchieta e Guadalupe que tem leve maioria de autodeclarados da cor ou raça branca.
- 2) Apesar de grande parte desses bairros não estarem classificados entre os 20 na Tabela 8, todos eles estão entre os 50 bairros com maior quantidade de pessoas

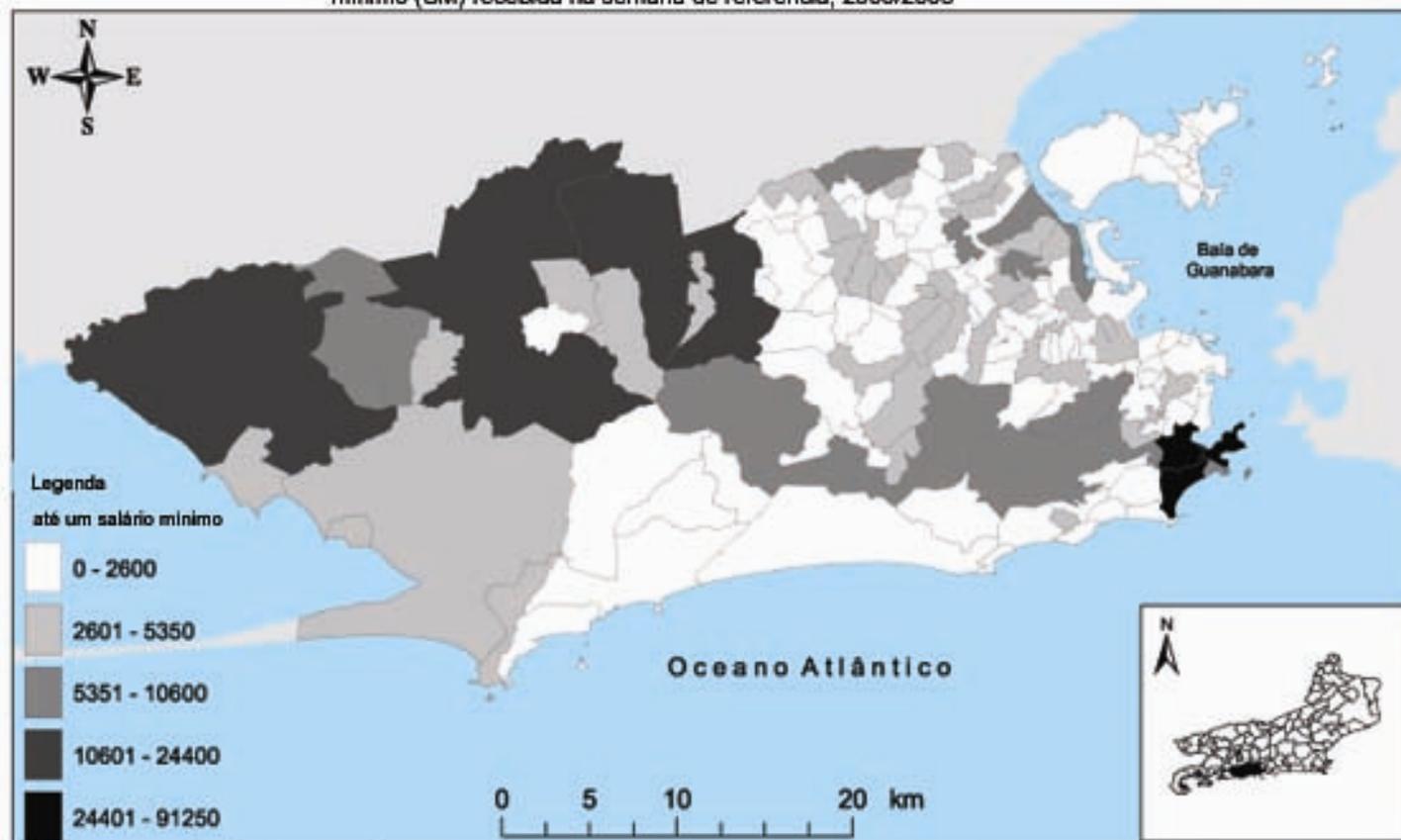
- que recebem até 1 salário mínimo em cada grupo de 1.000 habitantes (ver Anexo 4)
- 3) Entre os 10 bairros pertencentes à grande Jacarepaguá (Jacarepaguá, Taquara, Tanque, Gardênia Azul, Cidade de Deus, Anil, Praça Seca, Freguesia, Pechincha e Curicica – veja Anexo 1 e Mapa 1) foram considerados, no primeiro momento como bairros com tendência de *segregação induzida contínua* por apresentarem um *continuum* espacial com predomínio de autodeclarados pretos ou pardos. Pela estrutura de renda de até 1 salário mínimo, ainda não pode ser confirmado como tal;
- 4) Contudo, as diferenças são mais importantes de acordo com a proximidade com que os grupos convivem. Comparando a grande Jacarepaguá e a grande Barra da Tijuca, encontramos, segundo o grupo de renda analisado alguma diferença: A grande Barra da Tijuca (Itanhagá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena e Grumari) tem população ocupada com mais de 10 anos 90.551 habitantes, enquanto a Grande Jacarepaguá tinha 215.780. Comparando para cada grupo de 1.000 habitantes, com até 1 salário mínimo, a grande Jacarepaguá tinha 60 por cada grupo considerado que em números absolutos representa 18.235 pesos; enquanto a grande Barra possui 12 habitantes para cada grupo de 1.000 com a renda apontada, para um grupo total de 3.794.
- c) bairros com maioria que se autodeclarou da cor ou raça branca: como vimos são apenas 4 bairros classificados entre os 20. Saúde, São Cristóvão e Estácio guardam alguma proximidade com a área central da cidade. O bairro de São Cristóvão foi uma das primeiras áreas que recebeu pessoas da classe dominante no processo de expansão do tecido urbano. Estácio e Saúde foram bairros que sofreram fortes intervenções espaciais ao longo do século XX, ganhando novas feições na sua paisagem. Por último, Magalhães de Bastos, juntamente com Sulacap, Realengo, Deodoro, entre alguns poucos bairros, tem o predomínio de população autodeclarada branca em função do contingente militar, sobretudo oficiais, que residem na área. Como sabemos, a renda desses profissionais são mais elevadas do que grande parte de trabalhadores e a tendência é que os grupos de autodeclarados brancos prevaleçam.

A espacialização da renda de até 1 salário mínimo pode ser observada Anexo 2 e no Mapa 6. O leitor deverá ficar atento as duas manchas que se formam nos bairros da

grande Jacarepaguá e da Zona Oeste. Esta última, como já observada no Mapa 2, chega até aos limites da baixada fluminense, no entorno do bairro da Pavuna.

Mapa 6

Pessoas residentes - 10 anos ou mais -especialização dos bairros do Rio de Janeiro, segundo a renda de até um salário mínimo (SM) recebida na semana de referência, 2000/2003



Fonte: Amostra por área de ponderação, IBGE, Rio de Janeiro, CD, 2003; Atlas escolar da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro (2000, pp.4-10)
Organizado por AOC executado por ATR.

Da mesma forma, os bairros em que as pessoas receberam no período entre um e dois salários mínimos têm as mesmas características do grupo anterior. Usando-se o mesmo procedimento metodológico e selecionando os 20 bairros de maior ocorrência desse tipo de renda, 16 deles são os lugares com a maior incidência de afrodescendentes, localizados na sua maior parte, no eixo concentrador de favelas (veja Mapa 6). Podemos destacar, nesse grupo, Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Jacaré, Acari, Parada de Lucas, Vigário Geral, Costa Barros, Vigário Geral, Barros Filho, Guaratiba, Senador Camará, Paciência e Santa Cruz. Além desses, encontramos alguns bairros da outra área que concentra afrodescendente, a grande Jacarepaguá: Cidade de Deus, Gardênia Azul e Jacarepaguá. Comparando com a área mais próxima, a grande Barra da Tijuca, para o indicador de renda tratado, a grande Jacarepaguá apresenta desvantagem significativa. Enquanto a grande Barra da Tijuca, por cada grupo de 1.000 habitantes, tem 136, a grande Jacarepaguá dobra esse valor, chegando a 295 pessoas. Lembrando que a quantidade de pessoas que se autodeclararam como pretos e pardos é maior no espaço tratado.

Por outro lado, fazem a exceção, de acordo com a concentração de autodeclarados da cor ou raça branca, para a renda entre 1 e 2 salários mínimos, os bairros da Rocinha, Bancário (Ilha do Governador), Bonsucesso e Estácio.

A Rocinha e o Complexo da Maré se equiparam no que se refere à renda de um a dois salários mínimos, mas são estruturas diferentes quanto à autodeclaração e à localização espacial. Enquanto a Rocinha, favela localizada em uma das áreas de maior apropriação de renda, ocupada por população autodeclarada branca, tem sua origem no processo de incorporação efetiva de São Conrado à malha urbana, para onde milhares de pessoas migraram, principalmente, do Nordeste e aí se alojaram. o Complexo da Maré, encravado nos antigos manguezais da Baía de Guanabara, tem sua história ligada à resistência às políticas imperiais, como apontado por CAMPOS (*op. cit*). O predomínio de população afrodescendente na área pode ser visto no Anexo 2 e nas tabelas-sínteses.

A Tabela 9 contabiliza, de maneira comparativa, a quantidade de pessoas que receberam entre dois e cinco salários mínimos.

Tabela 9

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre 2 e 5 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000 / 2003

Código	Bairro	Total de dados selecionados	Entre 2 e 5 salários mínimos		Código	Bairro	Total da ocorrência	Autodeclaração de cor ou raça			
			Total	por / 1.000				Afro-descendente	p. / 1.000	branca	por / 1.000
155	Jacarezinho	3.191	1.821	571	123	Tanque	22.374	19.819	886	2309	103
127	Itanhangá	11.649	5.557	477	118	Cidade de Deus	19.607	16.690	851	2.206	113
130	Vargem Grande	9.420	4.063	431	116	Anil	21.251	16.734	787	4.225	199
117	Gardênia Azul	7.790	3.354	431	121	Pechincha	31.615	21.906	693	9.556	302
154	Rocinha	23.511	10.072	428	120	Freguesia	54.010	37.169	688	16.028	297
112	Barros Filho	5.236	2.212	422	113	Costa Barros	25.921	16.615	641	8.849	341
118	Cidade de Deus	13.444	5.605	417	117	Gardênia Azul	38.016	23.661	622	13750	362
143	Santíssimo	12.270	5.042	411	146	Inhoaíba	59.536	36.204	608	23.022	387
147	Cosmos	22.273	9.060	407	124	Praça Seca	59.656	35.842	601	23.249	390
52	Inhauma	15.847	6.378	402	148	Paciência	83.562	50.033	599	32.604	390
110	Coelho Neto	11.877	4.744	399	122	Taquara	159.387	93.972	590	63.873	401

		Total de dados selecionados	Entre 2 e 5 salários mínimos				Total da ocorrência	Autodeclaração de cor ou raça			
Código	Bairro		Total	por / 1.000	Código	Bairro		Afro-descendente	p. / 1.000	branca	por / 1.000
123	Tanque	7.836	3.119	398	48	Vigário Geral	39.474	23.100	585	15740	399
73	Vicente de Carvalho	8.424	3.348	397	149	Santa Cruz	191.837	111.004	579	78.506	409
77	Colégio	8.314	3.276	394	51	Jacaré	36.458	21.051	577	14.947	410
79	Quintino Bocaiuva	13.311	5.172	389	147	Cosmos	65.961	37.551	569	28.048	425
119	Curicica	10.087	3.909	388	156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	561	27722	426
139	Realengo	50.414	19.485	386	157	Complexo da Maré	113.806	61.871	544	50.222	441
109	Ricardo de Ibuquerque	9.861	3.803	386	107	Anchieta	53808	29.218	543	23945	445
146	Inhoaíba	20.485	7.885	385	109	Ricardo de Albuquerque	27383	14.824	541	12275	448
108	Parque Anchieta	9.716	3.732	384	145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	540	12.332	452
10	São Cristóvão	18.652	7.160	384	119	Curicica	24.840	13.304	536	11.203	451
Total geral de dados selecionados		3.105.529	945.712				5.896.271	2.471.464		3.351.290	

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; tabela organizada pelo autor.

No que se refere aos rendimentos entre dois e cinco salários mínimos, para cada grupo de 1.000 habitantes, a distribuição é equilibrada entre os bairros em que pessoas se autodeclararam pretas/pardas e brancas. Porém, dos 20 bairros selecionados com maior incidência desse nível de renda, a grande maioria está distribuída de forma pela cidade. a) dois *continuum* espaciais têm a prevalência dos autodeclarados pretos e pardos: Zona Oeste / área limítrofe com a baixada fluminense: Santíssimo, Cosmos, Ricardo de Albuquerque e Inhoaíba. Contudo, nesse conjunto de bairros, encontramos ainda 3 com ligeira maioria de autodeclarados da cor ou raça branca: Coelho Neto, Barros Filho e Realengo; e um outro, Quintino Bocáúva, onde há pleno domínio do grupo em tela. O segundo *continuum* está localizado na grande Jacarepaguá, aparecendo com 5 bairros: Vargem Grande/Vargem Pequena (aqui considerados como unidade única), Gardência Azul, Cidade de Deus, Tanque e Curicica. Como já observamos, quase todos os bairros pertencentes a essa grande unidade espacial da cidade, tem o domínio de afrodescendente.

b) os bairros que não pertencem aos dois *continuum*: 1) bairros com predomínio de afrodescendente: Vicente de Carvalho e Colégio; 2) com maior quantidade de pessoas que se autodeclararam da cor ou raça branca: Jacarezinho, Rocinha e Itanhangá. No primeiro caso, os bairros localizados na Zona Norte da cidade; enquanto no outro grupo, Rocinha é um complexo favelado da Zona Sul e Itanhangá está localizado na grande Barra da Tijuca. Ambos estão localizados em áreas de alta concentração de renda (ver anexos 4 e 5), mapas 6 e 7.

No que se refere à frequência nas duas partes da tabela, há uma sensível redução do grupo de bairros do *continuum* espacial da Zona Oeste: Inhoaíba, Cosmos, Ricardo de Albuquerque, enquanto com renda de até 1 salário mínimo, o total de bairros pertencentes à referida estrutura eram de 12. Por outro lado, um acréscimo significativo de bairros da grande Jacarepaguá que tinha uma única participação passou a cinco:

Pode-se, então, comparando as tabelas 7, 8 e 9 (ora analisada), constatar que, à medida que a renda aumenta, diminui a participação dos bairros que concentram os afrodescendentes. Para uma comparação com visão da totalidade, recomendamos a verificação dos anexos 2 e 4. Esse ponto de vista pode ser observado na Tabela 10, com a apropriação da renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Tabela 10

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre 5 e 10 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003

			Renda entre 5 e 10 salários mínimos		Autodeclaração de cor ou raça						
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Total da ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	branca	Por 1.000 hab.
74	Vila da Penha	9.900	3084	312	123	Tanque	22.374	19.819	103	2309	103
64	Todos os Santos	9.788	2909	297	118	Cidade de Deus	19.607	16.690	113	2.206	113
16	Glória	7.179	2117	295	116	Anil	21.251	16.734	199	4.225	199
5	Centro	24.979	7228	289	121	Pechincha	31.615	21.906	302	9.556	302
63	Méier	21.967	6303	287	120	Freguesia	54.010	37.169	297	16.028	297
65	Cachambi	17.290	4947	286	113	Costa Barros	25.921	16.615	341	8.849	341
35	Maracanã	12.605	3447	273	117	Gardênia Azul	38.016	23.661	362	13750	362
18	Catete	14.438	3889	269	146	Inhoaíba	59.536	36.204	387	23.022	387
51	Higienópolis	7.163	1905	266	124	Praça Seca	59.656	35.842	390	23.249	390

			Renda entre 5 e 10 salários mínimos		Autodeclaração de cor ou raça						
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Total da ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	Branca	Por 1.000 hab
103	Portuguesa	12.863	3418	266	148	Paciência	83.562	50.033	390	32.604	390
76	Irajá	42.920	11295	263	122	Taquara	159.387	93.972	401	63.873	401
70	Abolição	4.706	1227	261	48	Vigário Geral	39.474	23.100	399	15740	399
121	Pechincha	14.405	3709	257	149	Santa Cruz	191.837	111.004	409	78.506	409
55	Maria da Graça	8.727	2192	251	51	Jacaré	36.458	21.051	410	14.947	410
120	Freguesia	22.895	5740	251	147	Cosmos	65.961	37.551	425	28.048	425
37	Andaraí	16.917	4217	249	156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	426	27722	426
38	Grajaú	16.579	4047	244	157	Complexo da Maré	113.806	61.871	441	50.222	441
67	Água Santa	8.521	2060	242	107	Anchieta	53 808	29.218	445	23945	445
78	Campinho	16.251	3895	240	109	Ricardo de Albuquerque	27 383	14.824	448	12275	448
31	São Conrado	35.161	8373	238	145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	452	12.332	452
Total geral da ocorrência		2.483.999	469.608				5.896.271	2.471.464		3.351.290	

Fonte: Resultado da Amostra por área de ponderação do Censo 2000, IBGE, Rio de Janeiro, 2000; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro (2000, pp. 4-10); Armazém de Dados (IPP, 2005); tabela organizada pelo autor.

No conjunto da Tabela 10, a incidência de bairros com maior presença das pessoas autodeclaradas da cor ou raça branca é notável. Para análise, dividimos os 20 bairros em três grupos: a) com ampla maioria de autodeclarados da cor ou raça branca: Vila da Penha, Todos os Santos, Glória, Centro, Méier, Cachambi, Maracanã, Catete, Portuguesa, Irajá, Abolição, Andaraí, Grajaú, Água Santa e Campinho. O conjunto de bairros formados por Glória e Catete (Zona Sul); Maracanã, Andaraí e Grajaú (grande Tijuca) pertencem à área da cidade onde o planejamento sempre foi efetivo, existindo uma proximidade ou detendo os melhores equipamentos urbanos de lazer, saúde e educacionais. A presença de afrodescendentes é bastante reduzida, como podemos notar nos anexos 2 e 4.

b) o segundo grupo existe uma tendência de equilíbrio, com uma ligeira vantagem para os autodeclarados da cor ou raça branca: Cidade Nova (bairro próximo à área Central) passou ao longo do século XX, sobretudo no período da construção do metropolitano, por intensas transformações urbanas, onde uma parte significativa da população foi obrigada a se deslocar para outras áreas da cidade; e Maria da Graça (Zona Norte, pertencente ao grande Méier (veja Mpa 1), onde o processo de renovação urbana data da década de meado do século XX, quando recebeu algumas unidades industriais e investimento imobiliário por fazer parte da área de influência do Méier. É um bairro de baixa classe média, onde 395 pessoas em cada grupo de 1.000 ganham acima entre mais de 5 salários mínimos);

c) bairros com o predomínio de afrodescendentes: Higienópolis, Pechicha e Freguesia. Os dois últimos pertencem ao continuum da grande Jacarepaguá. Nesses bairros há uma tendência de equilíbrio entre as pessoas que recebem até 5 salários mínimos, para cada grupo de 1.000 habitantes e os que recebem mais de 5, variando de 495 a 527 pelo indicador considerado.

Dos bairros analisados na Tabela 10, apenas Pechicha e Freguesia estão presentes nas duas partes da tabela. A ampliação da participação da população autodeclarada branca, com renda superior a 10 salários mínimos, pode ser verificada nas tabelas 11 e 12.

Tabela 11

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda entre 10 e 20 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por 1.000 habitantes)

		Renda entre 10 e 20 salários mínimos					Autodeclaração de cor ou raça				
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Total da ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	branca	Por 1.000 hab.
35	Maracanã	12.605	3.455	274	123	Tanque	22.374	19.819	886	2309	103
21	Humaitá	10.955	2.713	248	118	Cidade de Deus	19.607	16.690	851	2.206	113
17	Laranjeiras	33.424	7.762	232	116	Anil	21.251	16.734	787	4.225	199
38	Grajaú	16.917	3.850	228	121	Pechincha	31.615	21.906	693	9.556	302
15	Flamengo	39.531	8.773	222	120	Freguesia	54.010	37.169	688	16.028	297
27	Lagoa	9.759	2.148	220	113	Costa Barros	25.921	16.615	641	8.849	341
26	Jardim Botânico	9.344	2.043	219	117	Gardênia Azul	38.016	23.661	622	13750	362
28	Leblon	22.223	4.722	212	146	Inhoaíba	59.536	36.204	608	23.022	387
63	Méier	21.967	4.644	211	124	Praça Seca	59.656	35.842	601	23.249	390
25	Ipanema	22.624	4.750	210	148	Paciência	83.562	50.033	599	32.604	390
20	Botafogo	58.943	12.290	209	122	Taquara	159.387	93.972	590	63.873	401
128	Barra da Tijuca	49.131	10.216	208	48	Vigário Geral	39.474	23.100	585	15740	399

		Renda entre 10 e 20 sal. mínimos					Autodeclaração de cor ou raça				
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Total da ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	branca	Por 1.000 hab.
29	Gávea	8.509	17.65	207	149	Santa Cruz	191.837	111.004	579	78.506	409
33	Tijuca	74.290	15.062	203	51	Jacaré	36.458	21.051	577	14.947	410
105	Galeão	9.058	6.53	194	147	Cosmos	65.961	37.551	569	28.048	425
24	Copacabana	114.767	22.293	194	156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	561	27722	426
31	São Conrado	35.161	6.742	192	157	Complexo da Maré	113.806	61.871	544	50.222	441
36	Vila Isabel	35.161	6.742	192	107	Anchieta	53808	29.218	543	23945	445
23	Leme	10.389	1.841	177	109	Ricardo de Albuquerque	27383	14.824	541	12275	448
64	Todos os Santos	9.788	1.712	175	145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	540	12.332	452
78	Campinho	16.251	2.808	173	119	Curicica	24.840	13.304	536	11.203	451
Total de dados selecionados		2.483.999	469.608				5.896.271	2.471.464		3.351.290	

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005Rio de Janeiro (2000, pp. 4-10); Armazém de Dados (IPP, 2005); tabela organizada pelo autor.

Tabela 12

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 20 bairros com maior incidência de renda mais do que 20 salários mínimos em comparação com os locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)

		Renda de mais de 20 salários mínimos					Autodeclaração de cor ou raça				
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Total da ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	branca	Por 1.000 hab.
27	Lagoa	9.759	4.248	435	123	Tanque	22.374	19.819	886	2309	103
128	Barra da Tijuca	49.131	16.564	337	118	Cidade de Deus	19.607	16.690	851	2.206	113
29	Gávea	8.509	2.601	306	116	Anil	21.251	16.734	787	4.225	199
28	Leblon	22.223	6.776	305	121	Pechincha	31.615	21.906	693	9.556	302
17	Laranjeiras	33.424	9.781	293	120	Freguesia	54.010	37.169	688	16.028	297
26	Jardim Botânico	9.344	2.621	281	113	Costa Barros	25.921	16.615	641	8.849	341
23	Leme	10.389	2.738	264	117	Gardênia Azul	38.016	23.661	622	13750	362
25	Ipanema	22.624	5.895	261	146	Inhoaíba	59.536	36.204	608	23.022	387
21	Humaitá	10.955	2.797	255	124	Praça Seca	59.656	35.842	601	23.249	390
24	Copacabana	114.767	28.146	245	148	Paciência	83.562	50.033	599	32.604	390
15	Flamengo	39.531	8.929	226	122	Taquara	159.387	93.972	590	63.873	401
20	Botafogo	58.943	11.053	188	48	Vigário Geral	39.474	23.100	585	15740	399

		Renda de mais de 20 salários mínimos					Autodeclaração de cor ou raça					
Código	Bairro	Total de dados	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes	Código	Bairro	Total da ocorrência	Afrodescendente	Por 1.000 hab.	branca	Por 1.000 hab.	
132	Recreio dos Bandeirantes	20.351	3.469	170	149	Santa Cruz	191.837	dente	579	78.506	409	
38	Grajaú	16.917	2.578	152	51	Jacaré	36.458	21.051	577	14.947	410	
33	Tijuca	74.290	10.910	147	147	Cosmos	65.961	37.551	569	28.048	425	
35	Maracanã	12.605	1.815	144	156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	561	27722	426	
36	Vila Isabel	35.161	3.812	108	157	Comp. da Maré	113.806	61.871	544	50.222	441	
31	São Conrado	35.161	3.812	108	107	Anchieta	53808	29.218	543	23945	445	
16	Glória	7.179	777	108	109	Ricardo de Albuquerque	27383	14.824	541	12275	448	
63	Méier	21.967	2.309	105	145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	540	12.332	452	
120	Freguesia	22.895	2.373	104	119	Curicica	24.840	13.304	536	11.203	451	
Total geral de dados selecionados		2.483.999	174.948				5.896.271			3.351.290		

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; tabela organizada pelo autor

Nos dois segmentos de renda tratados (entre 10 e 20) e (mais de 20 salários mínimos), como já se esperava, há maior incidência de bairros com população que se autodeclarou da cor ou raça branca, tornando-se a única exceção o bairro da Freguesia que pertence à grande Jacarepaguá. Para tratar os dois grupos que recebem a renda mais alta, dividimos em dois segmentos: a) conjunto de bairros de maior investimento em infra-estrutura; e b) bairros da Zona Norte.

- a) Em se tratando do primeiro grupo: *conjunto de bairros de maior investimento em infra-estrutura são os que pertencem aos localizados na Zona Sul da cidade* (menos Glória e Catete), mais os bairros da grande Tijuca (menos Praça da Bandeira e Andaraí), Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. A presença de bairros que pertencem à Zona Sul da cidade é a mais esperada, visto que desde meados do século XIX vem recebendo fortes investimentos em infra-estrutura para abrigar os grupos de maior renda. Ao ser eleita como área prioritária para investimento pelo poder público, ela atraiu desde então massa de recurso e interesse acentuado do capital privado, como vimos nos capítulos anteriores dessa parte do trabalho. A exceção fica por conta do bairro Catete que, por ser próximos ao centro velho, foi um dos lugares que primeiro recebeu as pessoas que se deslocaram da antiga área central, sofrendo desvalorização ao longo do tempo e perdeu espaço para outros bairros. A Barra da Tijuca, Recreio e Freguesia, principalmente os dois primeiros, em função do *boom* imobiliário e a mudança de sentido da expansão da cidade, são os que mais crescem, atraindo assim pessoas das classes médias e altas. Em função desse fator também vem se tornando um dos centros mais dinâmico da cidade. Quanto aos bairros da grande Tijuca, assim como os localizados na Zona Sul, foram os que despertaram atenção do mercado imobiliário desde meados do século XIX. Receberam grandes investimentos tanto do setor privado como do próprio Estado por ocasião das primeiras expansões urbanas em direção a montanha (ABREU, 1992). Dessa forma, atraiu também uma classe média influente e com um dos melhores índices de escolaridade de toda a cidade, como poderemos observar no subcapítulo 3.3, dessa parte da pesquisa, na Tabela 17.
- b) *Bairros da Zona Norte: Méier, Todos os Santos e Campinho*: Os dois primeiros pode ser explicado também em função do *boom* imobiliário dos anos de 1970, quando recebeu muita atenção do mercado imobiliário. Centenas de empreendimentos imobiliários foram realizadas, que proporcionou a atração de

novos contingentes de classe média. Em relação aos demais bairros dos subúrbios, não o único, mais é considerado um dos bairros de maior dinamismo econômico, servindo a uma população de mais de 500.000 habitantes (ver Anexo 2). A única surpresa fica por conta da inclusão do bairro de Campinho que, no âmbito dessa pesquisa não conseguimos explicar. Não sabemos que fatores levaram um bairro que não é considerado como “interessante” do ponto de vista de amenidade ou de atração econômica. É bastante relevante que, para cada grupo de 1.000 habitantes, encontramos 173 pessoas que de alguma maneira procuraram os limites desse bairro para residir. O Mapa 7 sintetiza a espacialização desse segmento de renda na cidade do Rio de Janeiro, em que podemos observar concentração da renda de acordo com a autodeclaração, como mostram os anexos 2 e 4.

- c) Alerta-se, que ao contrário de que pensávamos inicialmente, que nem todos os *continuum* espaciais dominados pelos afro-descendentes se constituem em *áreas de segregação induzida contínua*, podendo ser apenas *áreas de segregação induzida* ou, na melhor das hipóteses terem dimensões mais modestas do que aquela pensada inicialmente. Os bairros da grande Jacarepaguá, até agora, demonstraram um padrão diferente daquele encontrado na Zona Oeste, portanto, demandando uma pesquisa mais específica, de acordo com a associação mais forte entre autodeclaração e a respectiva renda (indicadores analisados até o momento) é que poderemos pensar em provar. Ao contrário dessa realidade, a Zona Oeste se mostrou, para a associação examinada, uma forte tendência de comprovação da tese: pobreza de afrodescendente (pretos e pardos) corresponde, de acordo com a localização dos bairros, a autodeclaração de cor.

Mapa 7
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro,
segundo o grupo de pessoas que recebem mais de 20 salários mínimos em 2003/2003



Fonte: Censo Demográfico, Estatisticard, IBGE, 2000
 Base de Ponderação Especial do Censo, Rio de Janeiro, IBGE, 2003
 Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, pp. 4-10, 2000; dados organizados pelo autor e elaboração ATR

Para completar a análise, vamos examinar a estrutura de dados levantados em campo. Para tanto, precisamos levar em consideração que, diferente do Censo 2000, a informação obtida em campo refere-se à renda familiar snquanto a outra toma a renda individual de cada entrevistado. Para efeitos de comparação entre uma e outra, vamos considerar a renda como individual, apesar de sabermos dos problemas que essa decisão pode causar. Nesse sentido, o confronto entre as três “comunidades” e os respectivos bairros no que se refere ao item examinado, encontramos a seguinte correlação na Tabela 13:

Tabela 13

Comparação entre as favelas pesquisadas e os seus respectivos bairros, segundo o perfil de renda, 2000/2004
(por grupo de 10 habitantes)

Rendimento	Chapéu Mangueira	Leme	Pau Bandeira	Vila Isabel	Serrinha	Madureira	Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha	Leme, Vila Isabel e Madureira
Menos de 1 SM	0	1	1	1	0	1	2	1
De 2 até 5 SM	8	3	8	3	7	3	4	2
De 5 até 10 SM	1	1	0	2	2	1	0	1
Mais de 10 SM	1	3	0	2	0	1	0	2
Sem rendimentos	0	2	1	3	0	3	3	2
Total	10	10	10	10	10	10	10	10

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; e pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004.

Em cada grupo de 10 habitantes que residem no Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, nenhum ganha menos de 1 salário mínimo, enquanto nos respectivos bairros 1 trabalhador tem esse perfil de renda. Porém, quando tomamos a renda entre 1 e 5 salários mínimos, a situação demonstra uma outra realidade. Em cada grupo de 10 moradores dessas comunidades, 8 estão enquadrados nessa faixa de renda, enquanto no Leme, Vila Isabel e Madureira, encontramos 3 trabalhadores com essa características. Na faixa de renda entre 5 e 10 salários mínimos, encontramos o dobro de trabalhadores que residem no conjunto de bairros em relação a Serrinha, Chapéu Mangueira e Pau Bandeira, ou seja, 2 em cada grupo de 10 tem esse padrão de rendimento, já nas favelas encontramos 1 em cada 10. Na faixa mais elevada, mais de 10 salários mínimos, a relação é amplamente favorável ao conjunto de bairros, 2 em cada 10 recebem mais de 10 mínimos.

A situação dos afrodescendente quando comparada com as pessoas que se autodeclararam da cor ou raça branca (inclui morena) – ver Tabela 14, aparentemente se apresenta melhor, pois possui o dobro de pessoas que estão enquadradas na faixa de 5 a 10 salários mínimos. A explicação para essa situação é que os pretos e pardos já estão há muito tempo nas três comunidades, enquanto, pelo que constatamos nas entrevistas, a chegada de migrantes, sobretudo nordestinos, ainda muito maior, conforme demonstra a Tabela 2, Parte 1, desse trabalho. Porém, quando comparada no geral bairro/favela a desvantagem dos afrodescendentes permanece igual à esperada.

Tabela 14

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo o grupo de renda familiar e a autodeclaração ou cor/raça atribuída, 2004 (por grupo de 10 habitantes)

Renda (em salários mínimos)	Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha	
	População autodeclarada cor branca ou preta/parda (por grupo de 10 hab.)	
	Outros grupos étnicos	Afrodescendentes
Menos de 1	0	0
De 1 até 5	8	8
De 5 até 10	1	2
Mais de 10	0	0
Sem rendimentos	0	0
Total	10	10

Fonte Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004.

Apesar da situação em que se encontravam, verificou-se que, pelos laços de vizinhança mais antigos e estáveis, produzidos pela identidade territorial, a ajuda era mais efetiva por parte daqueles que moram na proximidade. Isso reflete alguma situação que não mais se encontra na cidade como um todo, felizmente para aqueles que necessitam de ajuda para sobreviver. Ressalta-se que as redes sociais de ajuda também acabam interferindo, muitas vezes de maneira positiva no provimento de auxílio, por intermédio de instituições públicas ou de ongs.

Os dados apresentados acima, de maneira objetiva, nos mostram como são constituídas as desvantagens sociais dos afrodescendentes em relação aos autodeclarados da cor ou raça branca. Contudo, maior apropriação da renda associada a maior formação reflete-se também na qualidade dos espaços de habitação. Nesse sentido, observa Elizabeth GITTUS (1976), quando algumas áreas são dotadas parcamente de infra-estrutura técnica (urbanização precária ou ausente) e de infra-estrutura social (a quase-ausência de serviços básicos, como serviços de saúde, educacionais, apoio institucional a famílias em risco iminente, falta de estrutura de lazer), potencializa-se o estado de pobreza. No caso dos afrodescendentes, envolvidos pela pobreza e ocupando como espaços de moradias favelas, loteamentos irregulares, entre outras formas de habitação, são potencializadores do estado de pobreza, assim como se apresentam na atualidade brasileira.

Por outro lado, as pessoas que escolheram a situação da auto-segregação, apesar de parcamente dotadas de infra-estrutura básica em sua fase inicial, são movidas pelo imaginário social de pertencimento à classe social de maior poder aquisitivo, diferente da maior parte da população. Dessa maneira, a ausência de elementos da infra-estrutura é minimizada, mas não deve ser considerada potencializadora do estado de pobreza. A ausência de infra-estrutura que representa estado de pobreza para um dado grupo social é, para outro, apenas uma estratégia de ocupação espacial, porque, para estes, há certeza de obtenção de suas reivindicações seja junto ao poder público (de preferência), seja pela capacidade econômica. Obviamente, entre um grupo e outro há uma diferença substancial, que nos leva à questão da acessibilidade tanto do ponto de vista material (fixação de objetos geográficos) como do ponto de vista imaterial (maior acesso à educação, por exemplo), que será verificada na próxima seção.

Como podemos perceber, um dos fatores relevantes no contexto do estado de heteronomia é a acessibilidade. Porém, não só o acesso, mas também o sentido e o controle serão importantes para dimensionarmos as representações sócio-espaciais, tendo em vista que essas instâncias permitem a construção de signos e valores distintos para os diferentes grupos sociais. A avaliação, tendo como fatores preponderantes a renda, o número de horas trabalhadas e a autodeclaração de cor ou raça, demonstra que a denominação *aglomerado de exclusão* não pode ser operada na escala intra-urbana, como defende HAESBAERT (1995, 2001 e 2004).

Entretanto, a outra perspectiva em que se apóia o autor, a desterritorialização ocorrida nos *aglomerados de exclusão*, não é a condição primordial dos lugares em que ocorre a segregação induzida, visto que grande parte das “comunidades” faveladas não pode ser caracterizada como constituidora de território, mas elas fazem parte, juntamente com outros bairros (ou parte deles) de uma dinâmica urbana. A dimensão da discriminação, dimensão simbólica da desigualdade, não autoriza a pensar que os lugares ocupados por população de renda baixa tenham que ser compreendidos de maneira diferente do resto da cidade. Ao se pensar dessa forma, opera-se e amplia-se o sistema simbólico dessa mesma discriminação, servindo-se, portanto, a desagregação. Não há desterritorialização das “comunidades” faveladas em sua grande maioria, porque não há a formação de território, como defendida por HAESBAERT (1995, 2001 e 2004).

A desorganização das “comunidades” deve ser explicada não pela incapacidade dos moradores de favelas, mas de acordo com a conjuntura atual dos movimentos sociais urbanos que, salvo raras exceções, como, por exemplo, o Movimento dos Sem Teto buscam alternativas de ação contra a pouca eficiência do Estado no campo da habitação popular.

3.3) Entre a segregação sócio-espacial e a dimensão do “abandono” das populações pobres das metrópoles

Apesar das críticas que possam ser feitas, acreditamos que o aglomerado de exclusão reflete um estado real de segregação sócio-espacial ocorrida na maior parte do

espaço urbano. Essa perspectiva não recebe a mesma apreciação quando se trata das cidades brasileiras, tendo em vista as contraposições que vêm acontecendo nos últimos anos. É o caso de P. de A. VASCONCELOS (2003) e seu estudo “A aplicação do conceito de segregação residencial”.

O autor defende que não há requisitos básicos para que se considere a dinâmica urbana nacional, sobretudo em grandes centros, segregadora e/ou discriminatória contra negros ou pobres, assim como acontece nos Estados Unidos, onde esse tipo de estudo mais avançou. Também faz parte de suas considerações a origem do fenômeno, quando destaca que:

O gueto judeu de Varsóvia, recriado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, corresponde a uma atualização sinistra na época moderna. Por extensão, passou-se a utilizar a denominação gueto para os “cinturões negros” das cidades norte-americanas, destacados nos estudos da Escola de Chicago. De fato, a sociedade americana é baseada numa linha de cor (*color line*), e os norte-americanos de ascendência africana foram obrigados a residir em bairros separados, formando “comunidades” segregadas, a partir de legislação e práticas restritivas, que resultaram na formação de uma subcultura própria, inclusive com um modo de falar reconhecível (*Black English*). É importante lembrar que a segregação extrapolava as questões residenciais que nos interessam, atingindo também as escolas, banheiros públicos e os transportes coletivos, até a aprovação de leis anti-segregacionistas a partir de 1964.

Existem diversas teses sobre a origem do sistema de guetos e da própria segregação nos Estados Unidos. Muitas delas seguem a versão tradicional, apontando como foco maior o movimento do campo para a cidade. O crescimento exagerado de grandes centros urbanos, como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, é resultado dessa dinâmica do aporte de população sem a devida política pública de planejamento.

GOTHAN (2000), porém, aponta outros motivos, menos comuns na literatura, para a existência da segregação. Menos comuns, mas não ignorados por alguns autores brasileiros como, por exemplo, ABREU (1987) e CORRÊA (1989), que apontam forte ligação entre os empresários do setor de transporte e a emergência do capital imobiliário. Essa associação, quase sempre com a anuência do Estado, fracionou o solo urbano de acordo com os seus interesses, voltando-se, sobretudo, para as áreas reservadas às classes dominantes, como examinado no Capítulo 1, desta segunda parte do trabalho.

Sobre o assunto, GOTHAN (2000, p. 617) dirá que a origem do sistema segregacionista está umbilicalmente ligada às necessidades de crescimento do moderno mercado imobiliário. Em decorrência desse fato, o ódio desenvolvido por questões étnico-racial ou a dinâmica campo/cidade (vista a partir da modernização da agricultura)

são elementos menos pragmáticos para explicar a origem da segregação. Para entender o processo de desenvolvimento urbano nos Estados Unidos é necessário contrapor os interesses do nascente mercado imobiliário e a etnização espacial das cidades, visto que esse ponto de vista trabalha mais com o campo simbólico.

A associação entre os proprietários fundiários e os promotores imobiliários [construtores e agentes financeiros] (CORRÊA, 1989, pp. 11-36) potencializou a diferença existente entre os diversos grupos sociais, sobretudo, no que se refere à questão étnico-racial, para incentivar a venda de produtos imobiliários. A maneira pela qual se fomentou uma ideologia segregacionista passou pela difusão dos valores negativos atribuídos aos lugares de moradias de negros e outros elementos que compunham os grupos de menor expressão social.

Os guetos e os lugares que concentravam as minorias eram considerados patológicos responsáveis pela degradação humana, e mereciam ser evitados por brancos. Além de considerados ambientes insalubres, portanto a serem evitados, os agentes imobiliários os associaram também ao subdesenvolvimento cultural, atribuindo como fator de atraso o modo pelos quais os negros viviam em suas práticas espaciais cotidianas. Então, a degradação ambiental, a cultura atrasada, a violência são elementos que vêm, pelo menos, desde 1900 sendo potencializados na constituição de uma vizinhança que se pretenda “saudável”.

Em geral, os grupos *majoritários* conduzem o processo para que os segregados sejam considerados ameaça real à constituição de uma vizinhança sadia. De outra forma, evita-se uma aproximação maior entre os grupos diferentes, preservando o modo de vida dos que se classificam como iguais (GOTHAN, 2000, p. 617).

A associação entre os vários segmentos do mercado imobiliário e planejadores obedecem a interesses comuns. Enquanto uma parte deseja transformar o solo urbano em potente mercadoria, os planejadores desejam vender seus projetos como um bom produto para o setor. Essa noção é reforçada pela constatação do autor, mediante a análise de documentos, que demonstra a convivência inter-classe social e étnico-racial ocorria no mesmo espaço da cidade, sem distinção. As imagens produzidas pelo cinema americano mostram a *ubiquidade espacial latente* das cidades do “velho oeste” (apesar da presença do racismo contra negros, chineses e indígenas), onde não se encontra nenhuma distinção de localização espacial entre brancos e negros, nem entre classes diferentes.

Quanto à oralidade como expressão cultural, destacada por VASCONCELOS (2003), tem-se que os grupos eruditos, difusores da norma culta, repudiam a maneira popular, ligada por vezes à tradição, entremeada de gírias dos homens e mulheres mais simples. No Brasil, ambos (populares e eruditos) têm dificuldade de se entender tal a diferença da construção da língua. Nos Estados Unidos não é diferente. Acredita-se que parte dessa diferença seja produzida pela própria escola e seu fechamento para as classes populares, tendo em vista que os grupos subalternos só ingressaram na escola, e ainda assim de forma rarefeita, na década de 1950, quando da universalização do ensino fundamental.

No que se refere à moradia, no Brasil, tradicionalmente, vem-se utilizando a expressão *segregação* de maneira adaptada, exprimindo uma situação espacial “anormal”, sendo parte do contingente urbano considerada de acordo com suas especificidades de renda, condição inadequada de moradia, acessibilidade à saúde, à educação, aos equipamentos urbanos etc. Os acessos são inadequados, de baixa qualidade e difusores da falta de justiça social, promotores de heteronomias. São homens e mulheres que vivem a discriminação ou a ela sobrevivem por habitar esse tipo de moradia. De certa maneira, pode-se associar a questão étnico-racial à origem da favela, como já apontou CAMPOS (2005). As características encontradas nas favelas cariocas, mas que podem ser perfeitamente observadas em parte significativa dos loteamentos irregulares nas periferias das grandes e médias cidades do Brasil, são comuns, atravessadas por pobreza aguda, analfabetismo, desemprego, truculência do aparelho repressor do Estado.

A linha de cor, como indicado acima, é resultado da ideologia criada pelas diversas ideologias urbanas, sobretudo as ligadas ao setor imobiliário, que, de certa maneira, constitui seu ideário buscando atender às demandas de uma classe média ciosa da exclusividade espacial. A combinação de lucro do mercado imobiliário com as demandas da classe média e das pessoas de alta renda cria ambientes nos quais a presença dos que não se enquadram nesse perfil (socioeconômico e cultural) precisa ser evitada a todo custo, visto que a última determinação é construir vizinhança de iguais.

No Brasil, a convivência é mais próxima, porém de uma profunda distância social e geográfica. A segregação traz consigo a *ubiquidade espacial latente*, segundo a qual grupos diferentes dividem espaço, porém não se misturam, nem mesmo quando dividem o mesmo teto na relação senhor/escravo ou patrão/doméstico(a), cada um com seu papel social. Segregar significa pôr de lado, separar, segundo nos diz a etimologia da palavra;

então a expressão pode ser referenciada tanto no mesmo espaço como em espaços diferentes. Por isso, a *linha de cor* pode ser considerada mais um dos elementos da segregação, embora não seja nem a criadora nem a única responsável pela prática de apartar espacialmente, construída de acordo com a ideologia dos grupos que monopolizam o discurso e, ao mesmo tempo, internalizada pelos grupos subalternos de qualquer sociedade, seja a brasileira, seja a norte-americana.

Em outra passagem VASCONCELOS (2003) aponta que:

Na atual literatura geográfica sobre as questões urbanas brasileiras, utiliza-se, sobretudo, o conceito de “segregação sócio-espacial”, devido às grandes desigualdades sócio econômicas existentes e seus reflexos no espaço urbano, tendo em vista a ausência de uma linha de cor, da grande mestiçagem, e da presença de pobres “brancos” em áreas precárias, como favelas, num fluxo e refluxo, seguindo as crises econômicas (VASCONCELOS, 2003, p. 284).

A literatura geográfica brasileira, até os dias de hoje, ainda não elegeu o fenômeno da segregação como um de seus principais assuntos de pesquisa, mas essa modalidade de estudo pode ser encontrada em outras áreas de conhecimentos, como, por exemplo, a sociologia, a ciência política, a antropologia etc. A geografia, quando cuidou do tema, abordou a dimensão da moradia sem trabalhar com a questão referente à discriminação étnico-racial.

VASCONCELOS (2003) tenta refutar a segregação sócio-espacial com dois argumentos: ausência de uma linha de cor e a pobreza. Muitos outros autores, apesar de não adotarem como um dos princípios a “linha de cor”, escolhem, como princípio fundante, a *pobreza urbana* para analisar a questão da segregação sócio-espacial ou, por outro lado, a ausência de segregação nos espaços urbanos. A pobreza urbana pode constituir-se em fator explicativo parcial se a tomarmos em sua generalidade. Em geral, excluindo a segregação sócio-espacial aplicada aos judeus em vários territórios europeus e por alguns séculos, a maior parte da ocorrência desse fenômeno social tem como pressuposto a própria pobreza. Entretanto, para além da “apartação” produzida, ela gera uma representação dos sujeitos diante da própria sociedade que a produziu. A discriminação e, posteriormente, o preconceito são dois fatores que não se inscrevem na materialidade e, também, não podem ser mensurados. No caso brasileiro, a “fronteira” entre preconceito, discriminação e segregação não é nítida, havendo certa “confusão” entre essas instâncias sociais. Todavia, nem sempre esses entes teórico-conceituais têm seus limites explícitos e inscritos no espaço.

Incorporando a dimensão sociológica, o estudo de L. A. Costa PINTO (1998), publicado pela primeira vez em 1953, é um dos mais importantes. Ele *disseca* a estrutura espacial do antigo Distrito Federal de acordo com a espacialidade da cor de seus cidadãos. Fora desse estudo, parece que todos os outros examinam a segregação do ponto de vista da moradia, renda, nível educacional etc. Obviamente, também, esses estudos foram fundamentais para que as estruturas sociais fossem desvendadas.

O trabalho do referido autor, reconhecido internacionalmente, foi patrocinado pela ONU com o objetivo principal de examinar as relações raciais no Brasil. Nesse sentido, Costa PINTO (1998 [1953]) é um bom parâmetro de comparação, visto que ele busca espacializar essas relações. O autor escreve que:

O município do Distrito Federal pode ser dividido em duas grandes regiões fáceis de identificar: a) região oriental, à beira da baía de Guanabara, núcleo histórico da expansão da cidade e centro da região metropolitana, e b) a vasta região ocidental, que prolonga pelo litoral atlântico e interior, onde se localizam as zonas suburbanas remotas e a zona rural do município, confinante com limítrofe Estado do Rio [na atual estrutura, compreende os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti]

[Na parte oriental a] primeira região encontra-se ocupando uma pequena fração do território dela, o centro da cidade (*city*), ponto de convergência e concentração das linhas de transporte urbanos, suburbanos e interurbanos, os negócios (comércio e bancos), as repartições oficiais, os teatros e cinemas. Em torno desse centro e dele separados [tem-se três setores; o] primeiro setor dirige-se no sentido noroeste e nordeste corresponde às circunscrições de Inhaúma, Irajá, Penha, Madureira, Piedade, Anchieta, Pavuna etc. (...). O segundo setor volta-se para a direção sudeste e sudoeste (Copacabana, Glória, Lagoa, Gávea, Santa Teresa), e *nele se estendem bairros de classe média a abastada*, ou tradicionalmente ocupados por estas classes, como a Tijuca, ou mais recentemente criados na orla do mar, como Copacabana. (...) Entre esses dois setores, na direção oeste, encontra-se a terceira das três divisões citadas, representada pelos bairros de Engenho Velho, Andaraí, Engenho Novo, Méier (Costa PINTO, 1998, p. 128; o destaque é nosso)

De acordo com a divisão contemporânea da cidade, Santa Teresa pertence à área central da cidade. Os bairros de Copacabana, apesar de seu apelo de *marketing*, e Tijuca deixaram de representar pontos de concentração de classe média, como mostram as tabelas 8, 9, 10, 11 e 12, que tratam da espacialização das rendas entre dois e mais de 20 salários mínimos.

O bairro do Engenho Velho, no processo de expansão da atividade do mercado imobiliário, sobretudo nas décadas de 1950/1960, foi incorporado pela Tijuca. Somente os grupos de faixa etária maior ainda conseguem identificar os limites espaciais desse antigo bairro. Por seu turno, os bairros do Engenho Novo e do Méier deixaram de fazer parte do grupo analisado, sendo deslocados para o primeiro grupo (Madureira, Pavuna etc), de acordo com a lógica de formação de subprefeituras ou regiões administrativas, explicitadas em nota adiante.

A região ocidental é “formada pelas circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz”. Além dessas, o autor destaca a circunscrição da Ilha do Governador. Cabe lembrar que as circunscrições da parte oriental eram à época consideradas rurais; a partir dos anos 70 toda a população do Rio de Janeiro passou a ser considerada urbana.

Traçado o quadro das divisões espaciais utilizadas na década de 1950, fica mais fácil estabelecer as comparações com estruturas espaciais mais contemporâneas. Os dados são referentes ao Censo Demográfico de 1940, divididos da seguinte forma: demografia, estratificação social, ecologia, situação cultural, atitudes, estereótipos e relações de raça. A comparação será apenas no campo que o autor considera “ecologia” humana, em que se encontra a espacialização dos grupos sociais segundo a cor (branca, preta e parda), o que de certa maneira atende aos objetivos deste trabalho. As tabelas 15 e 16 demonstram como ocorre, em 1940, a distribuição espacial das populações pela cidade e a síntese apresentada a partir da reunião dos dados em área de planejamento (veja nota 2, adiante).

Como se pode ver na Tabela 15, em todas as circunscrições existe o predomínio dos declarados/considerados²⁰⁸ da cor branca. A área central da cidade, nesse momento, apesar de toda a dinâmica urbana verificada a partir de 1870, como já apontaram ABREU (1987) e CORRÊA (1989), ainda é *locus* privilegiado dos grupos de renda média. Nas circunscrições observadas na Zona Sul, o predomínio dos declarados da cor branca era menor do que aquele encontrado na área central da cidade. Esses dados, do ponto de vista da contemporaneidade, necessitam ser examinados com muito cuidado.

Os negros e pardos irão se concentrar na Zona Norte e Zona Oeste, porém, em nenhum momento, se tornam o grupo majoritário. Esse grupo vem perdendo participação desde o censo de 1872, quando reunia um contingente de 44,79% da população total. Isso significa que em cada grupo de 1.000 habitantes 448 eram classificados como tal. Em 1890, o grupo ora analisado tinha presença ainda menor, caindo para 37,28% do total de pessoas que moravam no antigo Distrito Federal. No censo de 1940, os negros e os pardos perderam quase 10 pontos percentuais, passando a 28,62% da população total. Em 1950, contudo, há uma pequena recuperação, alcançando 29,80%.

²⁰⁸ Aqui não está sendo levado em conta a autodeclaração, mas a cor atribuída pelo recenseador. Segundo a tradição das pesquisas do IBGE, o pesquisador era treinado para identificar a qual grupo étnico pertencia o entrevistado. Só a partir da década de 1970, por lutas políticas do movimento negro, a metodologia mudou para a “autodeclaração de cor ou raça”, portanto, há menos 40 anos.

Então, pela distribuição espacial da cidade, seguindo a lógica da espacialização segundo a cor autodeclarada, , existe a tendência a se pensar que a Zona Norte e a Zona Oeste da cidade seriam as regiões de presença mais pronunciada dos afrodescendentes, ainda que não detivessem a maioria absoluta, como mostram as tabelas 15 e 16.

Tabela 15

Distribuição da população, por cor (brancos e pretos/pardos),
segundo a circunscrições do Rio de Janeiro – 1940

Circunscrições ²⁰⁹	População (%)	
	Brancos	Pretos / Pardos
Anchieta	53,42	46,45
Pavuna	58,86	41,06
Madureira	59,53	40,44
Piedade	70,29	29,55
Gávea	65,29	34,62
Tijuca	71,51	28,43
Irajá	69,69	30,27
Penha	72,31	27,64
Inhaúma	77,32	22,53
Circunscrições	População (%)	
	Brancos	Pretos / Pardos
Engenho Novo	71,14	28,84
Méier	73,82	26,18
Andaraí	80,47	19,49
Rio Comprido	71,34	28,62
Lagoa	73,81	26,13
Glória	78,42	21,48
Copacabana	78,81	21,07
Santa Teresa	79,10	20,81
São Cristóvão	75,36	24,59
Engenho Velho	82,13	17,79
Gamboa	69,43	30,51
Espírito Santo	78,89	21,05
Santa Rita	84,18	18,93
Ajuda	84,23	15,69
Santo Antônio	84,65	15,10
Candelária	85,04	14,79
Santa Ana	85,93	13,95
São Domingos	87,69	12,26
Sacramento	87,92	12,03
São José	88,43	11,50

²⁰⁹ A circunscrição tem equivalência, nos dias atuais, nas áreas de planejamento que, por sua vez, congregam uma série de regiões administrativas. Pela perspectiva do planejamento da cidade do Rio de Janeiro, as áreas de planejamento funcionam como subprefeituras, uma maneira de descentralizar a administração pública, enquanto as regiões administrativas estão mais próximo das subprefeituras, encaminhando as demandas populares ou servindo de “anteparo” político para os subprefeitos ou mesmo para o mandatário do município do Rio de Janeiro.

Circunscrições ²¹⁰	População (%)	
	Branco	Pretos / Pardos
Santa Cruz	51,01	48,18
Guaratiba	52,26	47,74
Campo Grande	58,32	41,61
Jacarepaguá	61,67	38,23
Realengo	62,75	37,12

Fonte: Pinto, L. A. Costa (1998, pp.130-3).

Tabela 16

Quadro comparativo aproximado da participação da população afrodescendente no Rio de Janeiro, 1940 e 2000

1940			2000		
Unidade espacial	Pretos / Pardos	Branco	Unidade espacial	Pretos e pardos	Branco
Circunscrições	%	%	AP ²¹¹	%	%
Área Central	18,45	81,71	AP1	38,53	59,51
Zona Sul e Tijuca	24,14	75,78	AP2	18,61	79,91
Zona Norte e subúrbios	32,55	67,38	AP3	42,86	56,88
Jacarepaguá	38,23	61,67	AP4	52,10	46,70
Zona Oeste	43,66	56,09	AP5	52,04	47,02
Total	31,41	68,52	Total	42,01	57,16

Fonte PINTO (1998); *Censo Demográfico 2000; Resultado da Amostra por Área de Ponderação*, 2003, CAMPOS (op. cit.).

O motivo principal pelo qual houve acréscimo de população no contingente de pretos e pardos foi a mudança de metodologia da pesquisa do Censo. Enquanto, até os anos 60, o pesquisador era instruído para classificar as pessoas de acordo com a cor ou raça, a partir da década de 1970, a autodeclaração de cor ou raça passou a integrar o espectro da pesquisa. Além dessa mudança, pode ser atribuída aos movimentos negros uma mudança de atitude da população afrodescendente frente às questões étnico-raciais. Pode ser observado que a única área onde há perda de contingentes populacionais de pretos e pardos inclui Zona Sul e Tijuca. Uma das explicações possíveis é decorrente da ação do Estado em promover, ao longo das décadas de 1950 e 1970 (como examinado

²¹⁰ A circunscrição tem equivalência, nos dias atuais, nas áreas de planejamento que, por sua vez, congregam uma série de regiões administrativas. Pela perspectiva do planejamento da cidade do Rio de Janeiro, as áreas de planejamento funcionam como subprefeituras, uma maneira de descentralizar a administração pública, enquanto as regiões administrativas estão mais próximo das subprefeituras, encaminhando as demandas populares ou servindo de “anteparo” político para os subprefeitos ou mesmo para o mandatário do município do Rio de Janeiro.

²¹¹ AP (Área de Planejamento) é um conjunto de regiões administrativas (formados por bairros que mantêm a relação de proximidade) que tem como objetivo fazer a gestão da cidade. São cinco as áreas de planejamento: área central (AP₁); os bairros da Zona Sul e os que compõem a Grande Tijuca: Tijuca, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel, Maracanã, Praça da Bandeira etc. (AP₂); a Zona Norte, excetuando a Grande Tijuca (AP₃); a Barra da Tijuca e a Grande Jacarepaguá (AP₄); e, finalmente, os bairros da Zona Oeste (AP₅).

no Capítulo 2.2, Parte 2), o *movimento migratório compulsório de pobres urbanos*. Denomina-se *movimento migratório compulsório o processo de remoção, de caráter nem sempre explicitado, mas que serviu para disponibilizar para o mercado imobiliário e/ou para o poder público áreas imensas que antes eram dominadas, sobretudo por grupos étnico-raciais afrodescendentes*.

Como apontado anteriormente, não é possível construir de maneira explícita a *linha de cor* que nos fala VASCONCELOS (2003), porém podem ser tomados como referência dois parâmetros: o conjunto de bairros que denominados de *segregação induzida extensa* e a pobreza.

Os dados observados na AP₂ demonstram que, nas duas bases espaciais, a Zona Sul tem a prevalência de população autodeclarada branca, variando entre 75 e 79%; de certa forma isso desenvolve um sistema de signos que acaba se refletindo na maneira como parte desse contingente vive e se apropria do espaço urbano. Em contrapartida, a Zona Oeste e Jacarepaguá têm outra realidade, e a maioria das pessoas autodeclaradas afrodescendentes se constitui enquanto grupo cultural de maneira diferente. Como aponta GITTUS (1976), considerar um determinado espaço *área de privação* não significa que toda a sua população vive em estado de pobreza ou miséria, mas apenas que uma grande parte das pessoas é considerada de alguma forma excluída ou tem, como preferem alguns analistas, *inclusão precária*. Dessa forma, podemos estabelecer alguma equivalência entre o que considera *linha de cor* e a apropriação espacial segundo o que foi estabelecida com a *segregação induzida extensa*, levando em consideração a cor autodeclarada, educabilidade e renda em cidades como. Salvador, São Luís, Belém, São Paulo etc, que necessitarão de pesquisas específicas para que se possa determinar o fenômeno.

Em algumas sociedades, como a norte-americana (antes da aplicação das leis dos direitos civis e menos nos dias atuais), as práticas sociais seguem rígidos modelos de rejeição ao outro – não se precisa avançar nessa linha de raciocínio sobre a sociedade norte-americana. Entretanto, o preconceito, a discriminação e a segregação tornam-se condições irrefutavelmente espaciais se as representações dos fenômenos forem associadas ao discurso, como, por exemplo: “sai daqui, seu favelado”; “só podia ser coisa de negro”, “lugar de negro é a África”, “só podia ser paraíba”, “vê se eu estou mais preto”, entre outras pérolas de ofensas de cunho étnico-racial e regional, além de outras duas expressões que passaram a fazer parte do *folclore discriminador*: “negro de alma branca” e, a mais perversa delas, de elevado teor ofensivo, “*Negro, quando não faz*

na entrada, faz na saída”, cujo significado não merece ser explicitado aqui nem em lugar nenhum,

Os argumentos levantados por VASCONCELOS (2003) na busca de explicações que refutem a segregação prosseguem:

O que será comum no período republicano, que vai até os dias atuais, é que ficará a cargo da maior parte da população pobre, de resolver a sua questão habitacional, assim como a do acesso às terras urbanas, sobretudo tendo em vista a atuação sempre insuficiente do Estado na questão, tanto na produção de casas populares (Fundação Casa Popular; institutos de aposentadoria; BNH; Caixa Econômica), como nas suas exigências de rendimentos mínimos e regulares, que impediam o acesso a importantes contingentes urbanos a uma habitação regular. Por outro lado, o Estado ainda teve o papel negativo, do ponto de vista habitacional, seja na destruição de cortiços através das reformas urbanas do início do século XX, seja na “erradicação” de favelas e nas tentativas de impedimentos de novas invasões de terrenos, além das exigências de regras e padrões elitistas para aprovação de projetos habitacionais assim como dos loteamentos.

Nesses termos, para o autor, as cidades brasileiras que, na virada do século XIX para o XX, não apresentavam uma “linha de cor” passaram a ter quando o acesso à terra urbana só poderia ser verificado de acordo com a questão da renda dos trabalhadores, não sendo mediado por outros instrumentos. Sobre a questão da habitação, beneficiaram-se justamente as classes médias e as classes de maior poder de compra. Os maiores financiamentos vieram por parte do BNH e Caixa Econômica (incluindo aí todo o sistema financeiro) para os grupos considerados solváveis. Os grupos de baixa renda, incluindo os afrodescendentes ficaram com as sobras dos investimentos. Dessa decisão decorrem dois problemas clássicos: o fato de o contingente populacional mais empobrecido quando recebeu financiamento do poder público ter recebido também parte da heteronomia praticada pelo Estado e pelos agentes financeiros; e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

A ausência de políticas de habitação não é um problema novo, como visto no Capítulo 2.2, Parte 2; o desenvolvimento dos equipamentos de uso público, sobretudo a infra-estrutura viária, ocorreu porque os grupos de menor renda “cederam” seus espaços de moradia. Hoje, já se constatou que a política de erradicação de favelas não contribuiu em absoluto para a inclusão dos mais pobres, apenas serviu para o poder público projetasse o uso de um manancial crescente de mão-de-obra que poderia ser utilizada em atividades econômicas em vias de deslocamento para áreas periféricas da cidade, ou ainda servir aos propósitos da elites na expansão da malha urbana em direção a Barra da Tijuca.. Um outro propósito, examinado em páginas anteriores, foi liberar áreas nobres

ocupadas até então por favelas, ou seja, os mais pobres cederam espaço para a modernização da cidade, como examinou VALLADARES (1980).

Em sua conclusão VASCONCELOS (2003) destaca que:

Diante da complexidade temática e das transformações ocorridas ao longo do tempo, em uma sociedade que não apresenta as mesmas características da norte-americana (ex. ausência de linha de cor; mestiçagem dominante; sociedade de formação católica e patrimonial e com o peso do passado escravista), tem sentido, o conceito de segregação, originário da Escola de Chicago, ser utilizado nas cidades brasileiras? (...)

1) Quem segrega quem no Brasil? 2) Seria a população pobre das cidades brasileiras segregadas ou abandonadas (pelo Estado) ou sofre o descaso do conjunto da sociedade, como no caso dos escravos no passado, tendo em vista a falta de identificação e de solidariedade das classes dominantes em relação a uma população pobre e majoritariamente mestiça? 3) Pode uma maioria, como no caso de Salvador, ser segregada? 4) Pode uma população “segregada” tomar a iniciativa e ocupar terrenos nos mais diferentes pontos da cidade? 5) Podem elementos de uma população “segregada” ter mobilidade social e espacial, como no caso dos jogadores de futebol ou cantores populares? 6) Em determinadas condições e regiões brasileiras, como no caso de Porto Alegre, podemos considerar a existência de segregação? Assim como no caso de cidades e núcleos planejados como Brasília ou Paulo Afonso, por exemplo?

Como já visto, as teorias e os conceitos necessitam do enquadramento teórico-metodológico de acordo com o interesse de cada sociedade que fará as adaptações e releituras que melhor se coadunem a suas necessidades. Esses procedimentos serão adotados para que possibilitem interpretações mais consistentes à realidade analisada.

Sobre a segregação e sua origem cabem as seguintes considerações de SOUZA (2005, mimeo):

Os impactos do tráfico de drogas de varejo sobre as favelas e sobre a relação entre as favelas e a cidade dita “formal” (uma parte dela também ilegal) [...] têm trazido como consequência um *agravamento* da segregação residencial induzida. Que há segregação residencial também no Brasil (...), disso não se duvide: embora se trate de uma segregação diferente daquela das cidades norte-americanas, que inspirou tanto os sociólogos conservadores da Escola de Chicago quanto os seus críticos marxistas nos anos 70 e 80, a nossa “segregação à brasileira” é visível. Não que negros e mulatos, se conseguirem porventura ascender socialmente, sejam sistematicamente hostilizados se se mudarem para um bairro ou um prédio de classe média tipicamente branca (é o nosso “branqueamento cultural” que, mesmo tendo eficácia includente não absoluta e não eliminando a desconfiança de fundo racista, a muitos ilude), como não raro ocorre nos EUA. Não que se trate, como nos EUA, de uma minoria – os pobres, e dependendo da cidade, os afrodescendentes pobres, são a maioria da população nas cidades brasileiras (mas, que uma minoria pode segregar uma maioria, isso o regime sul-africano do *apartheid*, com seus “bantustões” e, na escala local, com as suas *townships*, já havia provado). Essa maioria, “empurrada” para espaços desprezados pela minoria de alto poder aquisitivo, ocupa terrenos, na condição de posseiros urbanos (caso das favelas), ou compra lotes em loteamentos quase invariavelmente irregulares em áreas distantes do CBD e dos subcentros de alto e médio *status*, lá na periferia, não por simples “escolha racional”, mas por não ter muitas opções.

No que diz respeito ao ato de segregar ficou claro que não é apenas o resultado das políticas públicas de planejamento, mas um conjunto de fatores que opera por meio do fenômeno da “apartação” espacial. O Estado pode ser considerado um dos principais responsáveis, mas nunca o único, pelas políticas territoriais. Ele determina quem ocupa e os que serão demovidos/removidos da idéia de construir moradia em locais não autorizados.

Não há inocência no processo, ele, em geral, é controlado, em grande parte do tempo, por grupos conservadores que acreditam ter as soluções urbanas para os problemas gerados pelo crescimento da cidade. O Estado, por ser mais bem representado pelos grupos hegemônicos, faz uso da máquina para ver seus projetos serem executados.

Outra questão apontada por VASCONCELOS (2003) diz respeito à questão: *seria a população pobre das cidades brasileiras segregada ou abandonada (pelo Estado) ou ela sofre o descaso do conjunto da sociedade, como no caso dos escravos no passado, tendo em vista a falta de identificação e de solidariedade das classes dominantes em relação a uma população pobre e majoritariamente mestiça?*

Para os brasileiros que vivem ALP (abaixo da linha de pobreza), o uso do termo abandonado serve como *desqualificador* de uma situação social, visto que existem pessoas que estão em condição vegetativa, no verdadeiro *abandono*, como é o caso da população em situação de rua. O verbete *abandono* significa: o ato ou efeito de abandonar-se; estado ou condição de quem ou do que é ou está abandonado, largado, desamparado; e, ainda, atitude, maneiras, de quem vive ou como que vive abandonado. Nesse sentido, o *abandono* não pode ser atribuído ao Estado, tendo em vista que este representa também os interesses daqueles que são combatidos socialmente. Essa representatividade está diretamente ligada à organização de cada grupo na sociedade, não ocorrendo de maneira homogênea dentro de um mesmo segmento; mesmo assim, porém, todos estão presentes nessas representações. No caso da representação dos de menor renda, deve ser levada em consideração sua participação histórica nas eleições nacionais, regionais ou locais, nos diferentes movimentos sociais, bem como sua participação real na constituição da história da cidade. Nesse sentido, os mais humildes, classificados corretamente como “população abaixo da linha de pobreza”, devem ser retirados da classificação de *abandonados*, como propõe VASCONCELOS (2003). Como não cabe a dimensão do *abandono*, também não é o caso de considerar a figura

do *descaso* social, que significa *desatenção, desconsideração, desprezo, desapareço* ou ainda *irreflexão, inadvertência*.

No contexto das lutas populares negadas pelo *discurso competente* de intelectuais ligados à história oficial, as revoltas e os movimentos organizados pelos mais pobres são distorcidos e/ou ignorados. A redução desses momentos *a pó* é o verdadeiro descaso social. Cria-se, a partir de então, uma prática perversa de não levar em consideração os diferentes momentos da história da nação, momentos em que houve confronto com os ideais dos vencedores e com as tese de intelectuais pouco atentos às questões populares.

Dessa maneira, os elementos que compõem a segregação sócio-espacial são compostos por duas dimensões, uma é material e outra simbólica. A dimensão material é aquela que envolve a separação compulsória de acordo com a renda percebida, em que não há alternativa de moradia. De outra forma, assim como não se pode atribuir à possibilidade de escolha, também fica difícil discutir sobre a *permanência* em áreas de segregação. Essa dependerá das condições sociais, políticas e econômicas das pessoas.

A conjugação dos anexos 2 e 3 com as tabelas 7, 8, 9, 10 etc demonstrou quem são os *incluídos* e os *excluídos* de acordo com a “escolha” da localização de moradia associada à capacidade de geração/apropriação da renda.

A dimensão material da segregação representa uma das portas de atuação do preconceito e da discriminação sobre aqueles que residem em áreas de menor valor de mercado. O preconceito e a discriminação constituem o sistema simbólico (discurso de desvalorização dos moradores das áreas mais pobres) ao considerar, por princípio, esses moradores e seus espaços criminalizados, como observou CAMPOS (*op. cit.*). Essa criminalização desqualifica do ponto de vista do discurso, agregando um simbolismo perverso, ou melhor, constituindo-se, em última instância, em uma *especialização perversa* da sociedade brasileira, em que os mais pobres, sobretudo os afrodescendentes, são os mais atingidos. A *linha de cor* e/ou *linha de pobreza* não é atributo dos grupos segregados, mas dos grupos que segregam, pois são eles quem opera o discurso pelos quais serão levadas as práticas sociais discriminadoras e “apartadoras” espaciais dos mais pobres.

Por outro lado, de forma concomitante, os grupos de maior poder e os formuladores de discursos exaltam a qualidade dos lugares de moradias e dos grupos que habitam essas áreas de maior valor. Esses espaços podem ser delimitados não pela linha demarcatória que os separa, mas por sua não incorporação às áreas de menor potencial de valorização.

Habitualmente, faz-se uso de interpretações negativas dos espaços segregados, culpabilizando as populações por sua existência, porém esses espaços só existem porque existem os segmentos sociais que “precisam” viver separados dos mais pobres. Dessa maneira, segundo os discursos dos grupos hegemônicos e seus representantes, os mais pobres são os verdadeiros culpados pelas mazelas sociais, não cabendo culpa a nenhum outro agente social. Sendo assim, os usos de *linha de cor* ou de *classe social* são atribuições do grupo que *segrega* e não de quem é *segregado*.

A constituição de espaços segregados do ponto de vista do sistema simbólico pode ser constada pelos dados censitários, em que praticamente se repetem os indicadores vistos a partir da autodeclaração de cor ou raça, ou renda. Na ocasião, no Rio de Janeiro, verificou-se que havia uma tendência explícita de os mais pobres, segundo a apropriação de renda menor, localizarem-se na Zona Oeste da cidade.

Segundo o entendimento geral da sociedade, o menor acesso à educação tem implicação direta na apropriação da renda geral, como demonstra a Tabela 1. O Anexo 5 e a Tabela 18 corroboram com a tendência geral de acessibilidade dos grupos mais pobres à educação. No que se refere à existência de mestres e doutores, níveis mais altos da educação, a Tabela 17 mostra sua espacialização, segundo os dois opostos (maior e menor ocorrências).

Tabela 17

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 21 bairros com maior e/ou menor incidência de indicadores de educabilidade em comparação com locais de maior ocorrência de afrodescendentes, na cidade do Rio de Janeiro, 2000/2003 (por grupo de 1.000 habitantes)

Código	Bairros	População				Anos de estudo									
		Total	Afrodescendente	Por 1.000 Hab	Branca	Por 1.000 Hab	Total da ocorrência	Mestres ou doutores	Por 1.000 hab	Mais de 15	Por 1.000 hab	Menos De 1	Por 1.000 hab	Mais de (+) 1e (-) de 3	Por 1.000 hab
Grupo ordenado segundo a maior número de mestres e doutores (por 1.000)															
26	Leblon	46.163	4.567	99	41.596	901	9.090	423	47	6.059	667	581	64	2027	223
21	Humaitá	15.053	1.175	78	13.878	922	7.103	303	43	6.227	877	155	22	418	59
23	Leme	13.962	2.963	212	10.999	788	7.360	303	41	6.227	846	280	38	550	75
20	Botafogo	83.757	14.841	177	68.916	823	33724	1376	41	25998	771	1.669	49	4681	139
29	Gávea	17.408	1.743	100	15.665	900	10237	344	34	8906	870	391	38	596	58
15	Flamengo	52.143	6.859	132	45.284	868	22083	693	31	18679	846	668	30	2043	93
17	Laranjeiras	44.895	4.980	111	39.915	889	19422	587	30	16.324	840	765	39	1746	90
5	Centro	38.532	12.412	322	26.120	678	8654	250	29	4.175	482	1.044	121	3185	368
14	Santa Teresa	47.680	17.268	362	30.412	638	12605	361	29	6139	487	1.797	143	4308	342
27	Lagoa	18.487	933	50	17.554	950	18725	535	29	17344	926	141	8	705	38
35	Maracanã	27015	3731	138	23284	862	10303	263	26	8495	825	501	49	1044	101

Código	Bairros	População					Anos de estudo								
		Total	Afrodes- cendente	Por 1.000 hab	Branca	Por 1.000 Hab	Total da ocorrência	Mestres ou doutores	Por 1.000 hab	Mais de 15	Por 1.000 hab	Menos De 1	Por 1.000 hab	Mais de (+) 1e (-) de 3	Por 1.000 hab
Grupo ordenado de acordo com as pessoas que tem entre 1 e 3 anos de estudo (pó 1.000)															
118	Cidade de Deus	37.411	23.661	632	13.750	368	7.993	0	0	318	40	1.737	217	5938	743
39	Manguinhos	30.433	16.528	543	13.905	457	7.661	0	0	173	23	1.951	255	5537	723
40	Bonsucesso	19.176	6.633	346	12.543	654	2.784	0	0	173	62	600	216	2011	722
52	Maria da Graça	21.993	4.867	221	17.126	779	2.401	0	0	252	105	452	188	1697	707
148	Paciência	82.637	50.033	605	32.604	395	13.933	9	1	825	59	3.499	251	9600	689
146	Inhoaíba	59.226	36.204	611	23.022	389	11.104	0	0	855	77	2.734	246	7515	677
149	Santa Cruz	189.510	111.004	586	78.506	414	35.056	0	0	2618	75	9.001	257	23437	669
157	Complexo da Maré	112.093	61.871	552	50.222	448	27.124	22	1	787	29	8.230	303	18085	667
48	Vigário Geral	38.840	23.100	595	15.740	405	7.202	47	7	384	53	1970	274	4801	667
142	Senador Câmara	44.373	23.668	533	20.705	467	7.430	10	1	631	85	1892	255	4897	659
117	Gardênia Azul	37.411	23.661	632	13.750	368	4.108	0	0	333	81	1083	264	2692	655
113	Costa Barros	25.464	16.615	652	8.849	348	5.371	0	0	318	59	1551	289	3502	652
Total geral		5.896.271	2.459.465	417	3.347.932	568	1.415.495	16.797	12	571.081	403	226.010	160	545.067	385

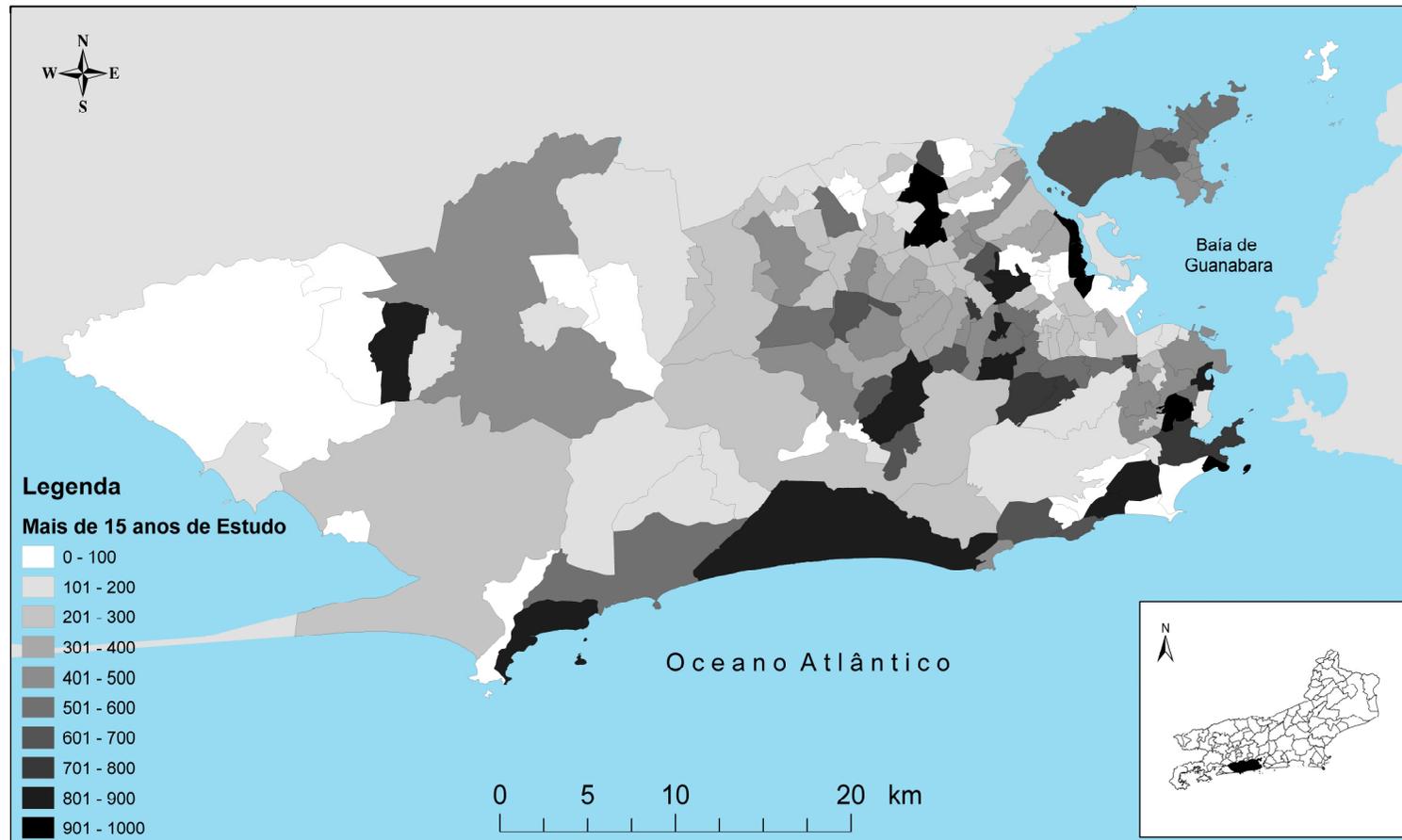
Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; organizado pelo autor

Os cinco maiores destaques são os bairros de Botafogo/Urca, Tijuca/Alto da Tijuca e Copacabana, nos quais mais de 1.000 mestres e doutores têm residência. É interessante observar que a concentração dessa ocorrência se equivale tanto no que se refere à renda quanto a autodeclaração de cor ou raça, cujo procedimento foi pautado na classificação por bairro. Ressalte-se ainda que, dos 30 bairros com incidência de mestres e doutores, 20 estão diretamente ligados à área que mais concentra renda e autodeclaração de cor ou raça branca. Os outros 10 encontram-se espalhados pela cidade.

Se a ocorrência de mestres e doutores é prevalente nos bairros que se encontram entre a Zona Sul, Grande Tijuca e Barra da Tijuca, o mesmo é encontrado para os que têm *15 ou mais anos de estudo*. Também aqui, dos 30 bairros analisados, 18 apresentam as mesmas características já vistas, com domínio dos mesmos grupos sociais.

Contudo, merecem ênfase os bairros da Freguesia, Taquara e Praça Seca, que aparecem nessas duas listas (ocorrência de *mestres e doutores* e pessoas com *15 ou mais anos de estudo*). Além deles, Bangu, Anil e Pechincha se encontram entre as 30 maiores ocorrências dessa modalidade. Esses bairros são mencionados por ter características comuns, entre elas o predomínio de população considerada *afrodescendente*. O Mapa 8 trata da espacialização das pessoas que têm *15 ou mais anos de estudo*, que poderá ser confrontada também no Mapa 2 e nos anexos 2 e 4, em que se encontrarão a prevalência das maiores rendas e a maior quantidade de pessoas que se autodeclaram da *cor ou raça branca*.

Mapa 8
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro, segundo a ocorrência de indivíduos com 15 ou mais anos de estudo em 2003/2003



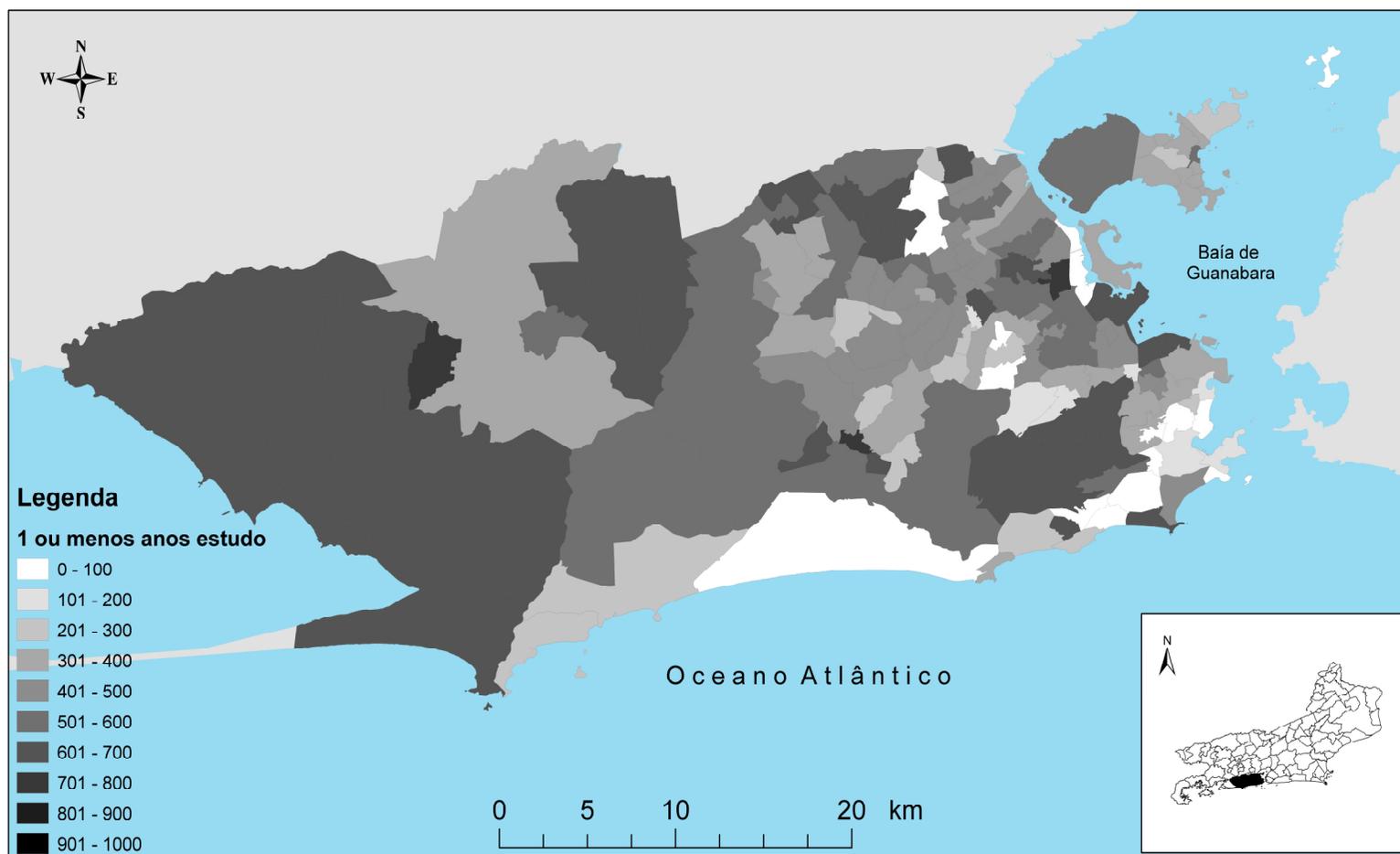
Fonte: Censo Demográfico, Estatcard, IBGE, 2000
 Base de Ponderação Especial do Censo, Rio de Janeiro, IBGE, 2003
 Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, op. 4-10, 2000, dados organizados pelo autor e elaboração ATR

Dos 10 bairros que mais concentram os menores índices de educabilidade, sete são compostos de maioria de pretos e pardos, como pode ser observado nos anexos e nas tabelas que tratam do tema. A mesma situação pode ser observada no Mapa 9, em que se destacam os bairros com a maior incidência de pessoas com *mais de 1 e menos de 3 anos de estudo*, enquanto o Mapa 10 trabalha a espacialização dos grupos com *menos de 1 ano de estudo*. Esses indicadores negativos podem ser atribuídos ao fato que alguns analistas chamam de *partida desigual* no processo de formação de classes sociais no Brasil. Segundo o entendimento mais geral, a apropriação de riquezas e dos elementos que são importantes na vida social não foi igual para todos.

Mapa 9
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro,
segundo a ocorrência de indivíduos com um ano ou menos de estudo em 2003/2003



Mapa 10
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro,
segundo a ocorrência de indivíduos com mais de um e menos de três anos de estudo em 2003/2003



Fonte: Censo Demográfico, Estatísticas, IBGE, 2000
 Base de Ponderação Especial do Censo, Rio de Janeiro, IBGE, 2003
 Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, pp. 4-10, 2000; dados organizados pelo autor e elaboração ATR

De acordo com RIBEIRO (1996), SILVA (1990), SODRÉ (1988) e CAMPOS (2005), a apropriação de glebas de terras foi impedida seja pela Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação de 1854, seja pela relação de vizinhança, não desejando os grupos dominantes ter a tão *malograda presença de pretos – ex-escravos— em coabitação*. Nesse sentido, a partida foi desigual como fator fundamental explicativo na geração de renda, visto que a propriedade da terra era uma das poucas ferramentas possíveis de criação de riqueza encontrada naquela época. É justo pensar que os afrodescendentes não tiveram oportunidade igual à de outros grupos étnico-racial, mas, ao contrário, foram *subalternizados* por meio de políticas públicas no que se refere à questão da propriedade da terra. Por seu cunho danoso, essa foi, fora de qualquer dúvida, a maior heteronomia imposta a um grupo, solapando os direitos civis, criando estigmas e preconceitos contra os egressos da escravidão. E, ao contrário do que se defendia até poucos anos atrás, a “ordem escravagista associada à casa de Bragança era o maior responsável pela manutenção do sistema”. Essa lógica vem sendo paulatinamente desmontada, invertendo-se alguns sinais de relações políticas e de sistema econômico. Primeiro, de acordo com E. SILVA (2002), avaliando a luta de Rui Barbosa e dos abolicionistas, a casa de Bragança assume postura abolicionista muito antes da assinatura da Lei Áurea, promovendo arrecadação de fundos no Palácio de Petrópolis para abrigar escravos fugidos de lavouras, além de fortes laços pessoais com alguns abolicionistas que alimentavam ideologicamente os diversos *quilombos abolicionistas*, sobretudo o *quilombo do Leblon* e sua produção de camélias (símbolo máximo da luta pela liberdade dos negros). Essa luta, de fato, começa em 1831, quando o padre Diogo Antônio Feijó assinou a Lei de 7 de novembro de 1831 para cumprir acordos internacionais, assumidos com a Independência. Porém, como ressalta o autor, a lei já nasceu morta, “era só para inglês ver” (SILVA, 2002, pp..52-54).

O resgate da lei é creditado ao jovem acadêmico Rui Barbosa que, em 1869, assume uma postura dura contra o sistema escravagista, tendo em vista sua ilegalidade. Essa posição é responsável diretamente pela criação do movimento abolicionista radical, do qual também fez parte. Em 7 de novembro de 1885, em discurso inflamado, no Rio de Janeiro, ele declarava:

Estão trocados os lugares entre nós e vós. Nós somos a consciência cristã e a consciência nacional, o saque sois vós, o saque ungido em instituição legal, porque os encobridores oficiais dos furtos cometidos contra a Lei de 7 de novembro de 1831, a ciganagem que ainda quer se locupletar com os sobejos de vinte anos de contrabando [1831- 1850], incorre em tríplice roubo: roubo moral de centenas de milhares de

liberdade; roubo de lesa-pátria contra a honra nacional, penhorada nos tratados; mas também roubo direto, positivo, material, pecuniário, do capital metálico que essa soma de cativo ilegal representa (Rui Barbosa apud SILVA, 2002, p. 56).

Se a partida fosse nos termos pensados pela casa de Bragança, associados aos ideais de abolicionistas e integrantes de quilombos (de rompimento ou abolicionistas) talvez não fosse necessário hoje escrever esta tese e nem gastar um mundo de tinta e tempo para explicar o porquê de tamanha desigualdade em nosso país.

A relação desigual é a força motriz que também formou a base urbana do país, e a apropriação diferenciada do solo urbano pode ser sintetizada pelos dados ora apresentados. A ocupação diferenciada das cidades brasileiras é consequência direta de todas as políticas geradas a partir de então, como visto na Parte 2, Capítulo 2, quando foram tratados “os planos diretores”.

A modernização do território carioca, tal como observada também na Parte 2, Capítulo 2, ocorreu fundamentalmente em espaços de maioria afrodescendente provocando o deslocamento compulsório e em direção às áreas de menor investimento público e de menor valor atribuído pelo mercado imobiliário, seguindo a mesma fórmula descrita por GOTHAN (2000) e, de maneira implícita, apontada por ABREU (1987) e CORRÊA (1989). Esses elementos são as partes visíveis e materializadas da segregação sócio-espacial, em sua modalidade *induzida*, visto que àqueles que foram removidos de seus espaços residenciais não foi dada oportunidade de “escolha” de seu novo local de moradia.

Não de maneira a estabelecer coincidências, mas para ressaltar os fatos, o campo simbólico que envolve a segregação sócio-espacial, representado pelas questões da educabilidade, é importante para a análise. Como examinado nas tabelas, mapas e anexos precedentes, não se tem a dimensão de como e por que os afrodescendentes pouco se apropriam das ferramentas educacionais. Não há possibilidade de se acreditar *que exista uma incapacidade sistêmica e que as oportunidades sejam iguais para todos. Nesse caso, atribui-se a culpa aos pretos e pardos porque não conseguiram adaptar-se à vida moderna*. Portanto, o discurso decorrente de um pensamento apresentado, levou alguns setores da sociedade a acreditar que os resultados obtidos por negros e pardos em relação à economia também são medidas exatas do esforço desse segmento social. A presença desse tipo de pensamento mostra, de maneira dissimulada ou explícita, alguns discursos acadêmicos baseados na filosofia positivista. As práticas oriundas das posições assumidas solaparam a dignidade, a justiça e a possibilidade de se construir

uma sociedade de valores mais autônomos, criando obstáculos ao desenvolvimento dos laços de pertença indentitária de pretos e pardos em conjunto com a realidade social.

Mesmo com tantas condições adversas, denominá-los *abandonados* ou pensar em *descaso* é desqualificar a ação histórica dos mais pobres. A desqualificação é sempre perversa, não permitindo que as histórias e as tradições dos grupos sociais que se encontram na base da pirâmide social sejam ratificadas como movimento legítimo, recebendo a *marca social* (no dizer dos psicólogos) de desorganizados, bandos e outras correlações que se queiram fazer. Assim, a história dos mais pobres e de seus movimentos passa quase despercebida ao longo de nossa história, como foi o caso das revoltas de cunho popular como Alfaiate, Balaiada, Malês, Revolta da Chibata, expressões sociais (de natureza, objetivo e de resultados obtidos desconhecidos) ignoradas por quase todos os segmentos sociais, até mesmo os mais intelectualizados.

Nos resultados de campo, para as questões educacionais, as três favelas pesquisadas na Tabela 18 apresenta o seguinte quadro:

Tabela 18

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo o grau de escolaridade, 2004 (por grupo de 10 habitantes)

Escolaridade	"Comunidade"		
	Chapéu Mangueira	Pau Bandeira	Serrinha
Até 4	4	6	3
De 4 a 14	6	4	7
Mais de 15	0	0	0
Total	10	10	10

Fonte: Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004

Analisando as três comunidades no que se refere à educabilidade de seus moradores, encontramos situação análoga. Elas demonstraram que a formação superior é próxima de zero. Quando tratamos até *4 de anos estudo*, as favelas do Chapéu Mangueira e da Serrinha se aproximam, apresentam indicador, respectivamente, de 4 e 3 por cada grupo de 10 habitantes. Na comparação com os respectivos bairros Leme e Madureira, até 3 anos de estudos, o indicador é semelhante, igual a 1. Apesar do limite imposto pelo tamanho da amostra, a educabilidade baixa (grau de instrução até 3 anos de estudo) se mostrou como um fator de fragilidade.

Por outro lado, no Pau Bandeira essa diferença se mostrou ainda mais acentuada: para cada grupo de 10 pessoas, 6 tiveram acesso a escola durante o período de até 4 anos. A comparação com o bairro de Vila Isabel é essa desigualdade é mais acentuada.

Enquanto o barro 1 em cada 10 faz parte do grupo, como vimos, na favela 6 em cada 10 tem presença nesse grupo. Esse indicador é compatível quando comparado com as pessoas que chegaram a menos 10 anos na cidade e na comunidade de Pau Bandeira, visto que 3 em cada 10 migraram de outras unidades da Federação, como apurado pelo trabalho de campo, em geral vieram do Nordeste, não consolidando ainda as questões educacionais. A hipótese (não vamos comprovar) quando menor o tempo do migrante na cidade, em geral, menor será o nível educacional. Porém esses dados não são repetidos para a renda. O migrante nordestino chega à cidade amparado por uma rede social que, em geral, o emprego é uma garantia para a chegada dele na cidade. Nessa favela 9 em cada grupo de 10 declararam que tem como renda familiar até 5 salários mínimos.

O nível educacional médio (de 4 a 14 anos de estudo), apresenta outra vez Chapéu Mangueira e Serrinha inseridas nas realidades dos respectivos bairros (Leme e Madureira). Enquanto a primeira tem 6 moradores para cada grupo de 10; a favela da Serrinha são 7 para 10. Nos bairros, a diferença é mínima, favorável ao bairro: 6:10 no Leme e 8:10 em Madureira. No Pau Bandeira, como nos outros indicadores, a diferença entre bairro e favela se repete: 4:10 na favela e 8:10 no bairro de Vila Isabel, confirmando a hipótese apresentada em linhas acima.

As condições que são encontradas nas três “comunidades” não são distantes da realidade dos lugares concentradores de pobres, pretos/pardos em sua maioria esmagadora, mas que não nos autoriza a pensar em *abandono ou descaso*. Os poucos investimentos em “comunidades” pobres são problemáticos, o que, entretanto, não nos conduz a pensar como VASCONCELOS (2003), tendo em vista que a desigualdade de acesso deve ser pensada como desigualdade de oportunidade ou como discriminação das autoridades municipais. Porém, há de se convir que a apropriação dos instrumentos da educação, de modo excludente, insere os indivíduos precariamente no sistema, colocando-os em situação subalternizada. A Tabela 19 trata exclusivamente da questão dos afrodescendentes nas três “comunidades”.

Tabela 19

Perfil dos entrevistados: Chapéu Mangueira, Pau Bandeira e Serrinha, segundo autodeclaração de cor e o grau de escolaridade, 2004
(por grupo de 10 habitantes)

Escolaridade	"Comunidade" versus bairro segundo a educabilidade (por grupo de 10 habitantes)			
	Autodeclarados de cor negra	Outras	Total das "comunidades"	Total do bairro
Até 4	4	6	4	1
De 4 a 14	5	4	4	7
Mais de 15	0,4	0	0,2	2
Total	10	10	10	10

Fonte: Pesquisa direta, dezembro de 2003 a setembro de 2004

A educabilidade é bastante interessante se tomada em uma análise comparativa apressada. Comparando o grau de escolaridade entre os afrodescendentes e as outras designações nas favelas examinadas nesse trabalho, os primeiros apresentam-se mais bem preparados tendo em vista que a maior parte desse contingente nasceu e sempre viveu na cidade. O município do Rio de Janeiro, entre todas as unidades da Federação, é um dos que tem o melhor índice de educabilidade, portanto, nada mais coerente que os pretos e pardos também o tenham quando comparado com os grupos que residem a menos de 10 anos na cidade. Enquanto os afrodescendentes em cada 10, 4 só estudaram os 4 primeiros anos, as outras designações étnico-raciais a proporção é 6:10, vantagem para os afrodescendentes. Entretanto, quando comparado com os três bairros (Leme, Vila Isabel e Madureira) notamos que existe uma proporção muito inferior àquela obtida nas "comunidades", notamos que o fato de nascer e sempre morar na cidade não é suficiente para alcançar o padrão geral, ou seja, a proporção encontrada no município é de 1 em cada 10 cursaram até os quatro primeiros anos.

O outro indicador considerado *de 4 a 14 anos de estudo*, também apresenta uma pequena vantagem para os afrodescendentes (5:10) e as outras designações étnico-raciais (4:10). Porém, em relação aos bairros considerados, outra vez essa vantagem desaparece. Os bairros apresentam para cada grupo 7:10 pessoas para total de pessoas que residem nos três unidades considerados.

Os problemas se apresentam agudos quando tratamos do grupo de pessoas com *mais de 15 anos de estudo*. Enquanto o conjunto de bairros tem 2 pessoas para cada grupo de 10, enquanto o conjunto de favelas apresenta indicador bem mais modestos. Entre pretos e pardos em contraposição aos bairros, para cada grupo de 25 moradores

encontramos uma pessoa com mais de 15 anos de estudo, enquanto para as outras designações étnico-raciais, a relação dobra, ou seja, para cada grupo de 50 pessoas 1 possui mais de 15 anos de estudo. Pelos motivos amplamente discutidos, os pretos e pardos levam vantagem em relação aos grupos que chegaram mais tarde à cidade, porém essa vantagem não se confirma quando examinada pela totalidade nem bairros, nem da cidade (ver Anexo 5)

Obviamente, como o resultado demarca um tempo, hoje se observam as diferentes estruturas: educacional, saúde, o mundo trabalho, das diversas acessibilidades à cidade, como nos mostrou LYNCH (1985). Essas acessibilidades serão de acordo com o grupo social aos quais os indivíduos estão vinculados. Quando tratamos de auto-segregados, eles constroem modelos imaginários de cidade que se afastam do modelo vivido pelos mais pobres, para quem os obstáculos são quase intransponíveis. Se no passado esses elementos representavam tão-somente as distâncias sociais, nos dias atuais, a desigualdade ganha novo componente para análise. Um deles, muito presente nos discursos de autoridades governamentais, é a *inclusão digital*. Ela é o retrato da possibilidade de os indivíduos acompanharem todo esforço de modernidade, assim como o acesso ao telefone representou, nas décadas de 1970/1980, um dos elementos de inclusão social. A Tabela 20 e o Mapa 11 refletem de forma sistemática como é espacializada a inclusão digital no município do Rio de Janeiro, de acordo com o que se apresenta no Anexo 6.

Tabela 20

Pessoas residentes – 10 anos ou mais – de acordo com os 50 bairros com maior e/ou menor inclusão digital, população por bairro em relação à população favelada e população segundo autodeclaração de cor ou raça preta/parda e branca no município do Rio de Janeiro, 2000/2003
(por grupo de 10 habitantes e/ou domicílios)

Código	Bairro	População autodeclarada preta/parda e branca, favelada e não-favelada (por grupo de 10 hab.)					Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por domicílio (por grupo de 10.)			
		preta e parda	branca		favelada	não- favelada	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
Bairros com menor inclusão digital										
113	Costa Barros	6,4	3,4		0,4	9,6	7.116	164	0,2	9,8
155	Jacarezinho	2,5	7,5		10,0	0,0	4.325	150	0,3	9,7
156	Complexo do Alemão	5,6	4,3		10,0	0,0	18.218	636	0,3	9,7
39	Manguinhos	5,3	4,5		10,0	0,0	8.935	320	0,4	9,6
51	Jacaré	5,8	4,1		2,2	7,8	10.646	409	0,4	9,6
157	Complexo da Maré	5,4	4,4		10,0	0,0	33.048	1.345	0,4	9,6
148	Paciência	6,0	3,9		1,0	9,0	22.842	1.175	0,5	9,5
151	Guaratiba e adjacência	5,1	4,8		0,1	9,9	27.877	1.447	0,5	9,5
146	Inhoaíba	6,1	3,9		0,0	10,0	16.477	857	0,5	9,5
149	Santa Cruz	5,8	4,1		0,3	9,7	52.641	2.837	0,5	9,5
116	Anil	7,9	2,0		1,2	8,8	10.760	620	0,6	9,4
143	Santíssimo	5,2	4,7		0,5	9,5	18.419	1.066	0,6	9,4
110	Coelho Neto	4,7	5,2		3,4	6,6	9.540	612	0,6	9,4
4	Caju	5,1	4,8		8,8	1,2	4.884	320	0,7	9,3
118	Cidade de Deus	8,5	1,1		10	0	5.471	378	0,7	9,3
150	Sepetiba	4,3	5,6		1,0	9,0	10.459	742	0,7	9,3
47	Parada de Lucas	5,2	4,7		6,9	3,1	6.904	491	0,7	9,3

Código	Bairro	População autodeclarada preta/parda e branca, favelada e não-favelada (por grupo de 10 hab.)					Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por domicílio (por grupo de 10 hab.)			
		preta e parda	branca		favelada	não- favelada	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
142	Senador Câmara	5,3	2,9		3,7	6,3	12.932	921	0,7	9,3
120	Freguesia	6,9	3,0		0,3	9,7	16.352	1.166	0,7	9,3
48	Vigário Geral	5,9	4,0		2,8	7,2	11.093	821	0,7	9,3
109	Ricardo de Albuquerque	5,4	4,5		0,2	9,8	8.138	612	0,8	9,2
145	Senador Vasconcelos	5,4	4,5		0,0	10,0	9.584	757	0,8	9,2
154	Rocinha	4,5	5,4		10,0	0,0	16.715	1.394	0,8	9,2
107	Anchieta	5,4	4,5		0,7	9,3	15.242	1.415	0,9	9,1
147	Cosmos	5,7	4,3		0,0	10,0	7.781	734	0,9	9,1
Bairros com maior inclusão digital										
7	Rio Comprido	3,0	6,8		5,2	4,8	10.730	3.317	3,1	6,9
78	Campinho	2,9	6,9		0,0	10,0	12.411	3.944	3,2	6,8
65	Cachambi	2,4	7,5		0,3	9,7	13.421	4.423	3,3	6,7
16	Glória	2,1	7,8		0,1	9,9	4.275	1.418	3,3	6,7
74	Vila da Penha	2,5	7,4		1,0	9,0	7.805	2.833	3,6	6,4
121	Pechincha	6,9	3,0		0,9	9,1	9.936	3.655	3,7	6,3
23	Leme	2,1	7,8		1,7	8,3	5.672	2.177	3,8	6,2
24	Copacabana	1,4	8,4		0,8	9,2	61.497	23.836	3,9	6,1
31	São Conrado	3,0	6,8		0,6	9,4	27.162	10.914	4,0	6,0

Código	Bairro	População autodeclarada preta/parda e branca, favelada e não-favelada (por grupo de 10 hab.)					Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por domicílio (por grupo de 10 hab.)			
		preta e parda	branca		favelada	não- favelada	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
115	Jacarepaguá	5,1	4,8		1,4	8,6	6.342	2.588	4,1	5,9
64	Todos os Santos	2,1	7,8		0,0	10,0	7.353	3.005	4,1	5,9
63	Méier	2,1	7,7		0,8	9,2	17.407	7.423	4,3	5,7
132	Recreio dos Bandeirantes	2,8	7,1		1,1	8,9	11.339	4.891	4,3	5,7
33	Tijuca e Alto da Tijuca	1,9	7,9		2,0	8,0	58.388	26.127	4,5	5,5
15	Flamengo	1,3	8,5		0,2	9,8	22.150	10.511	4,7	5,3
20	Botafogo e Urca	1,7	8,1		1,3	8,7	32.162	15.407	4,8	5,2
25	Ipanema e Vidigal	1,2	8,6		1,8	8,2	18.471	9.599	5,2	4,8
17	Laranjeiras e Cosme Velho	1,1	8,6		1,3	8,7	16.927	9.512	5,6	4,4
26	Leblon	1,0	8,9		0,2	9,8	17.916	10.169	5,7	4,3
21	Humaitá	0,8	9,1		0,5	9,5	5.861	3.391	5,8	4,2
29	Gávea	1,0	9,0		0,9	9,1	6.148	3.648	5,9	4,1
28	Jardim Botânico	1,6	8,3		0,0	10,0	6.715	4.199	6,3	3,7
128	Barra da Tijuca e Joá	0,7	9,1		0,2	9,8	30.878	21.224	6,9	3,1
27	Lagoa	0,5	9,4		0,0	10,0	6.787	4.978	7,3	2,7
Total da ocorrência no município		4,2	5,7		4,7	5,3	1.900.144	407282	2,1	7,9

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; organizado pelo autor.

A Tabela 20 mostra a exata medida de como a desigualdade no acesso as novas tecnologias disponíveis, em geral, acontece de acordo com a renda de cada família. Ela foi dividida em dois segmentos: a) a primeira parte trata dos bairros que têm os piores indicadores, denominada de: *bairros com menor inclusão digital*; e b) *bairros com maior inclusão digital*. Além dessa classificação, poderemos observar mais dois segmentos de análise: a *incidência de autodeclarados afrodescendentes –pretos/pardos e brancos* e, ainda, a relação entre *bairro com a presença de favelados* e *bairro sem a presença de favelados*.

- a) *bairros com menor inclusão digital*; nessa parte da tabela, encontramos baixa participação na inclusão digital. Dos 25 bairros selecionados, em média, a taxa de inclusão para cada 10 domicílios não é superior a 1,3. Portanto, existem 8,7 computadores por cada grupo de 10 domicílios fora desse grupo alvo. Se levarmos em consideração a presença de pretos e pardos, contabilizamos entre os 25 bairros, 21 com domínio absoluto desse grupo, sendo que dos lugares classificados, 12 faz parte do conjunto de bairros que designamos anteriormente como parte das áreas de *segregação induzida contínua*. Outras 6 áreas variam entre tem o domínio da população que habitam áreas faveladas em relação à população da “cidade formal”. Essa variabilidade é de 6,9 em 10 para Parada de Lucas; 8,8 para o Caju; e chega a proporção de 10 para 10 em complexo favelado como Maré, Alemão, Rocinha, Jacarezinho, Rocinha e Manguinhos. Desses, apenas Rocinha e Jacarezinho não apresentam ocorrência de pretos e pardos como maioria. Todos os bairros, exceto a Rocinha, pertencem à Zona Norte ou a Zona Oeste da cidade. A Rocinha é o único bairro que está localizado na Zona Sul da cidade. Em relação à Grande Jacarepaguá, estão classificados na faixa intermediária de acessibilidade, apenas o bairro do Anil e Freguesia estão classificados na parte superior, caracterizando baixa inclusão digital (9,4 e 9,3 em cada grupo de habitantes, respectivamente, de exclusão). Por outro lado, Pechincha (5,9) e Jacarepaguá (6,4) são os bairros considerados com boa acessibilidade ao mundo digital. Em função dos dados apresentados até aqui, a grande Jacarepaguá não deve ser considerada como área de *segregação induzida continuada*, pois não atende a todos os princípios selecionados para ser tomados como tal: renda, educabilidade e inclusão digital, mantendo

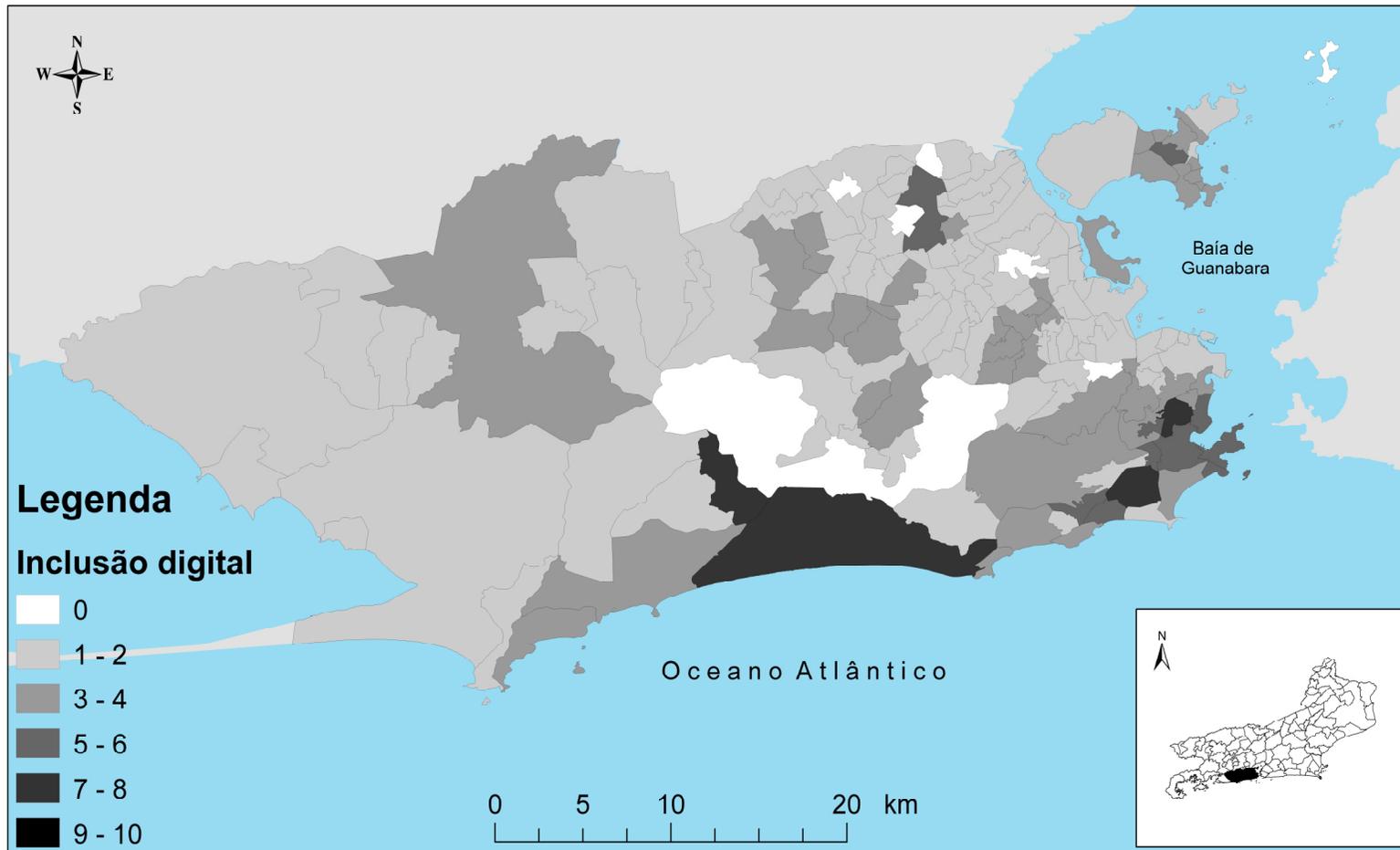
apenas como um dos lugares que mais concentram afrodescendentes (pretos e pardos). Precisariamos do conjunto de dados que demonstrassem a especificidade desse grupo em cada unidade espacial da grande Jacarepaguá para que possamos encontrar as respostas definitivas com relação aos pretos e pardos.

- b) *bairros com maior inclusão digital*: apesar de forte acessibilidade ao mundo digital, não podemos pensar que esse grupo seja homogêneo para esse indicador. Aliás, dos 25 bairros selecionados guardam duas situações semelhantes: a quase ausência de pretos/pardos e presença reduzida de favelados. Quanto à presença de favelas existe variação de 8,3 a 10 para cada grupo de 10 pessoas que habitam a “cidade formal”. Para esse indicador a única exceção é o bairro de Rio Comprido que entre 10 moradores, 4,8 residem em favelas, uma diferença insignificante entre um segmento e outro. No que refere à presença de afrodescendente, encontramos duas situações: 1) os bairros localizados principalmente na Zona Sul, grande Tijuca e área de influência da Barra da Tijuca com indicador que 0,5 (Lagoa) a 3 (São Conrado) para cada grupo de 10 habitantes; 2) os dois bairros, já citados anteriormente, Jacarepaguá (5,1) e Pechincha (6,9) em cada grupo de 10 habitantes são pretos ou pardos.

Quanto à inclusão digital propriamente dita, encontramos três situações: 1) bairros com altas taxas de inclusão (mais de 5 computadores por cada grupo de 10 domicílios): Ipanema, Laranjeiras e Cosme Velho, Leblon, Humaitá, Gávea, Jardim Botânico, Barra da Tijuca e Lagoa, onde encontramos a presença entre 5 a 7 computadores em cada grupo de 10 domicílios; 2) o grupo que tem entre 3 a 5 computadores por cada grupo de 10 domicílios: Jacarepaguá, Todos os Santos, Méier, Recreio dos bandeirantes, Tijuca, Flamengo e Botafogo; 3) o grupo formado pelos bairros que tem de 3 a menos de 4 computadores para cada grupo de 10 domicílios: Jacarepaguá, Todos os Santos, Méier, Recreio dos Bandeirantes, Tijuca, Flamengo e Botafogo.

O Mapa 11 mostrará o quadro da *inclusão digital* de maneira mais objetiva, onde poderemos observar as diferenças das quais relatamos.

Mapa 11
Pessoas residentes – 10 anos ou mais – espacialização por bairro do Rio de Janeiro,
segundo a ocorrência de inclusão digital em 2003/2003 (computador por cada grupo de 10 domicílios)



Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; Favelas Cariocas: Alguns Dados Estatísticos, IPLANRIO, 1983; e Anuário Estatístico do Município do Rio de Janeiro, 1980; os dados foram organizados pelo autor e elaborado por ATR

Mais do que indicativo, pelo menos no Rio de Janeiro, a segregação sócio-espacial é uma realidade, determinada muito mais pela *quase ubiqüidade espacial* do que pela separação dos lugares de moradia. Apesar da proximidade, não podemos ignorar que o uso do solo urbano é muito distinto por parte dos diferentes grupos sociais. Como pudemos observar ao longo deste trabalho, o Estado pode ser considerado responsável por não prover os espaços dos mais pobres com a infra-estrutura técnica e social, buscando a partir das políticas públicas reduzir sensivelmente as desigualdades sociais. Como vimos também, a existência de um novo padrão de segregação (*induzida extensa*), em que um conjunto de bairros concentra uma maioria de afrodescendente, merece toda atenção dos que propõem as políticas públicas. Não há como negar – existe segregação em nosso país.

Considerações finais

Amanhece no Rio de Janeiro. Pessoas se deslocam, apressadas; direções e distâncias são múltiplas, percorridas com diferentes intenções. Contudo, a palavra *amanhecer* tem significado diferente para diferentes segmentos sociais. O tempo e o espaço são produções sociais distintas. Para o “mundo financeiro”, que movimenta bilhões de dólares, o tempo e o espaço, ambos tendem a zero, a compressão do tempo elimina as distâncias. Tal mimetismo do tempo/espaço, em que há a ocultação do segundo pelo primeiro, conduz a enganos frustrantes para aqueles que acreditam que essa é a realidade do mundo todo. A sensação de encolhimento do tempo/espaço é bem registrada pela literatura de quase todas as áreas do conhecimento, como tendência geral da sociedade desde 1990. Os grandes investidores/especuladores internacionais promovem a bancarrota de nações inteiras ao toque de um comando no teclado de um microcomputador. Essas armadilhas montadas pelas nações e corporações transnacionais “encurralam” países de economias médias, como o Brasil, que priorizam a produção de superávits primários em detrimento dos investimentos sociais para reduzir as desigualdades sociais.

O tempo que produz os superávits primários coadunados com os interesses internacionais não é o mesmo tempo/espaço de grande parte da população mundial que vive o tempo/espaço real, acelerado ao mínimo, correspondendo aos “passos” de uma realidade dura, sem complacência, em que, literalmente, um passo sempre é dado quando o anterior se completa. O tempo de trabalhar o campo não é o mesmo das corporações nem de produção de *superávits* primários. O tempo do campo é o tempo da natureza; para semear e colher milho é necessário que tenhamos o tempo do milho que, em última instância, é o tempo da *natureza*. Pode ser acelerado, mas o limite será sempre o limite da *natureza*. Da mesma maneira, o tempo do urbano tem seu limite, visto que tempo/espaço não é o mesmo para todos que vivem em cidades.

Para se ter uma idéia, mesmo o trabalhador ligado aos setores da economia globalizada, ele próprio não tem seu tempo todo na mesma situação. Como grande parte dos trabalhadores, também precisa fazer seus movimentos cotidianos, hora a hora, minuto a minuto, em espaços nada virtuais. Há ainda a considerar pessoas que serão

transportadas pela cidade nas condições apontadas em linhas acima, em coletivos que não oferecem dignidade aos usuários. Outras serão fustigadas pelos operadores da segurança pública sem culpa formada. Chegarão a domicílios localizados em áreas que não acumularam, ao longo da história, investimentos que proporcionassem mais justiça social e qualidade de vida, ou seja, áreas de ausência de desenvolvimento sócio-espacial.

O entardecer e o amanhecer dessas pessoas compõem-se de concepção diferenciada de tempo e espaço, produzem *histórias não descritas* ou descritas parcialmente pelos analistas sociais. Como os trabalhadores mal remunerados e a *massa* desempregada (na acepção apontada por HAESBAERT [1995; 2001; 2004]) (com parte significativa de afrodescendentes), são pessoas não *contempladas* devido à pouca densidade na aquisição de indicadores que as qualificam como cidadãos.

Traçar o perfil dessas pessoas, ao longo do texto, foi uma tarefa árdua. Capturar a situação por meio de números e argumentos mostrou que a desigualdade social não é construída apenas pela contemporaneidade do tempo vivido, mas pelo processo em que a sociedade está integrada. Nesse sentido, pode-se apontar como os processos históricos foram desiguais, visto que os momentos de partida também não foram iguais para todos os membros da sociedade brasileira. Os afrodescendentes que viram frustrarem-se sua inclusão no mundo do trabalho e seu acesso à geração de riquezas pelo impedimento de manter propriedades, lá pelos idos de 1850, com a edição da Lei de Terras e suas regulamentações, tiveram a “infelicidade” de ser elementos dispensáveis desde 1822, para se constituir em braços que tocariam o projeto de modernização da economia nacional na sua modalidade fabril, como nos ensinaram SILVA (1990), Cunha (1985) etc. Se não bastasse, como mostram as diretrizes curriculares do Ministério da Educação com participação da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (2005), a *partida* também foi desigual para o acesso à educação, impedindo ou restringindo os negros.

Esses impedimentos geraram, ao longo de mais de 150 anos que transcorreram desde a edição da Lei de Terras, desigualdades estruturais, pessoas que nascem e morrem nas ruas, registradas na literatura como *populações em situação de rua*. Porém, alguns desses indivíduos já estão na terceira ou quarta geração. Mesmo nessa perspectiva, o número de afrodescendentes é alto, apontando que a situação, como demonstrado ao longo deste trabalho, não é ocasional.

Os bairros que abrigam as populações empobrecidas no Rio de Janeiro têm perfil que pode ser observado em quase todo o país, mas que necessita ser apurado com novas pesquisas que comprovem ou refutem o senso comum. Uma dessas pesquisas comprovou que algumas das áreas nobres de São Paulo foram constituídas pela cessão compulsória de espaço para abrigar setores da classe média alta e atividades econômicas de ponta. A espacialização e o dinamismo dos bairros centrais paulistanos fizeram deslocarem-se para as periferias milhares de pessoas; essa não é uma situação fortuita, de ação ocasional de planejamento urbano paulistano, mas uma situação plenamente concebida nos gabinetes do poder. A produção de heteronomias é resultado de escolhas, em última instância, de vizinhanças de iguais, como aponta Carril (2003).

No Rio de Janeiro, bem mais real do que se pode imaginar, o Estado por intermédio da classe política e dos instrumentos de intervenção urbana, ao longo do século XX, promoveu a segregação sócio-espacial. Todavia, nessa empreitada de promover modernização no espaço urbano carioca, o poder público não atuou isoladamente, estava agindo de acordo com o *interesse* do mercado imobiliário, nos moldes apontados por GOTHAN (2000). A modernização resultou em perdas territoriais dos grupos sociais de menor poder organizativo, segundo se observou nas intervenções urbanas ao longo do século XX. Apesar de os anos 50 ao final dos 70 representarem uma efervescência nos movimentos sociais dos grupos *subalternos*, como mostra Nunes [1980], esses tempos podem ser considerados responsáveis pela promoção de uma intensa “periferização” das populações de pobres, compostas em sua grande parte por afrodescendentes, constituindo-se, assim, o que aqui se denomina *espacialização perversa* desse contingente.

Sabe-se que as identidades espaciais estão estruturalmente vinculadas à ação das territorialidades constituídas pelas populações. O *deslocamento compulsório* dos grupos de afrodescendentes criou rupturas identitárias e perturbou de forma inexorável a aquisição de direitos básicos, uma vez que, afastando-os da *área central*, espacialmente ratificou-se a “*invisibilidade*” e, por conseqüência, a *subalternização*. Essa ação foi resultado da atuação unilateral (decisão do Estado, apoiada pelos agentes do capital imobiliário, por exemplo). Não se tem dúvida de que as forças institucionais que estavam postulando essas soluções não agiram de forma isolada; utilizaram o Estado como possibilidade de legitimação das posições assumidas. Como quase sempre acontece, tal legitimação da ação foi justificada pelos produtores de discurso, que, ao desempenharem as suas funções de informar, conduziram a opinião pública para

acreditar que aquela era melhor solução para a cidade. Contudo, a população-alvo só teve uma única saída: ser expulsa dos locais que lhe eram caros por todo o processo identitário. A opinião pública, em todos os momentos da história, foi convencida de que o *deslocamento compulsório* era a melhor saída para todos os setores da sociedade: favelados, a maioria afrodescendente, conseguiu viver em habitações salubres, em casas mais decentes, mas longe das áreas centrais, onde a sobrevivência lhes era assegurada; os estratos médios da população não teriam a incômoda vizinhança, e, finalmente, o Estado, por meio do poder público, não teria que legitimar as ocupações populares em áreas passíveis de valorização nem se obrigava a alocar recursos orçamentários para investimentos em áreas pobres.

É tradição das decisões políticas sobre as cidades o investimentos em áreas que possam se tornar *vitruvianas urbanas*, constituídas de amenidades apreciadas pelos grupos de maior renda. Então, locais que abrigam quantidades significativas de pobres e, sobretudo de afrodescendentes, que não conseguiram manter as suas centralidades, perdem também a possibilidade de participar do processo de construção (reconstrução) das cidades, visto que a “invisibilidade” *desqualifica* os indivíduos como *fazedores* de sua própria história. A subalternização é efetivamente operada por meio de comportamentos velados, preconceituosos e, por vezes, racistas, atingindo a *alma* e a auto-estima. A reação é infinitamente menor do que a ação perpetrada em todos os campos sociais. É esse o jogo que permite as *permanências* sociais, a não-reação às injustiças, às *injurias*; jogo considerado *cordialidade* por muitos que já escreveram sobre o tema. Enfim, as cidades vão sendo produzidas e reproduzidas sem que as identidades sejam efetivas, sem o autoconhecimento das histórias particulares, sem que se vejam sujeitos de sua própria história.

O esforço despendido aqui é apenas uma parcela muito pequena do que ainda precisa ser feito. As desigualdades étnico-raciais não serão vencidas apenas com belos argumentos construídos com propriedade de analistas, mas aprendendo e reaprendendo a arte de perceber as dinâmicas das classes populares. Sabe-se que à medida que os *fazedores de teses* apresentam suas longas digressões sobre as práticas cotidianas dos subalternizados não os qualificam como responsáveis pela dinâmica social; é imperativo que as palavras, amarradas umas às outras, que dão sentido ao texto sejam eivadas de contexto. A homocromia é apenas a possibilidade de se confundir e confundir a todos os agentes sociais; ela não contribui, na realidade, para o avanço social. Permite, sim, que a aparência se sobressaia à essência; porém a história demonstrará que tal mimetismo não

poderá se constituir em verdades que criem esteio sobre a vida social. Os mais pobres não terão mais qualidade em suas vidas nem terão acesso a mais justiça apenas porque há uma denúncia em curso; isso demandará a possibilidade organizativa.

A organização é a essência social. Ela deve ser usada sempre que as excrescências corruptoras ameacem a vida coletiva; é, na verdade, a possibilidade de se vislumbrar mais autonomia, como indicam CASTORIADIS (1986) e SOUZA (1995; 2000a; 2004). Esperar que os mais pobres, no alto da lucidez, possam perpetrar sistemas organizativos independentes é condená-los às *permanências* heterônomas das quais eles são vítimas. O Estado, por intermédio do poder público local responsável, comprometido com as causas populares, terá a função inicial de motivar os genes da organização social desse contingente. Essa iniciativa deverá *sempre* ter como princípio o lugar de moradia e suas adjacências, em que o movimento casa-rua-bairro-cidade e seu inverso possam se tornar realidades presentes. A cidade é a casa de todos que a habitam, mas há necessidade de se reconhecer pertencente a ela.

Tendo em vista tal perspectiva, o Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro), como se observou no Capítulo 2.4 da Parte 2, não cumpriu esse papel para as pessoas, sobretudo para afrodescendentes, que tiveram dificuldades de se ver inseridos na cidade. O limite das ações estava confinado, em geral, à própria “comunidade”, restringindo o fluxo da ação apenas ao trajeto casa-rua-“comunidade” e, no máximo, a parte do bairro. Nesse sentido, propiciar o acesso irrestrito ao sistema identitário que, por sua vez, é muito maior do que aquele verificado apenas na “comunidade” é permitir graus de integração entre indivíduo e cidade maiores do que os imagináveis. Os depoimentos colhidos demonstram que parte das pessoas se sente mais apoiada no interior da “comunidade”, o que não necessariamente é uma situação confortável, pois demonstra medos (*medos espaciais*). Porém, tal fenômeno não é um atributo das classes de maior poder aquisitivo no recesso de suas moradias em condomínios duplamente fechados. Os mais pobres sempre estão mais expostos *aos mundos* dos preconceitos, das discriminações, dos racismos, das injúrias, enfim dos imponderáveis sociais, que os impedem de exercer a plena cidadania (não aquela discursiva, como de registro civil ou documento de identidade [é obrigação do Estado prestar esse serviço], cortar cabelo ou receber um prato de comida em dia de banquete, financiado por algum benemérito). A fome é de tudo. Dignidade, saber, trabalho, saúde, justiça (jurídica e social), qualidade de vida, entre tantas necessidades a cujo acesso todos fazem jus.

Já se falou muito que a cidade é resultado do processo histórico e que sua organização interna depende muito de como as diferentes classes sociais se estruturaram e se apropriaram dos instrumentos oferecidos pelo planejamento urbano ao longo do tempo. Se um determinado contingente foi estigmatizado no decorrer da história da produção do espaço urbano, torna-se muito difícil a superação dessa iniquidade social, o que, aliás, demanda que, além do grupo estigmatizado, o Estado e parte da sociedade civil criem alianças com objetivos explícitos de vencer as dificuldades. Como examinamos ao longo do Capítulo 1, Parte 2, as referidas heteronomias foram produzidas também pela associação ou interferência do Estado, do capital imobiliário e do setor de transporte, municada pelos argumentos dos eugenistas..

Partindo desse princípio, nas cidades brasileiras – sobretudo o Rio de Janeiro, desde que o transporte público passou pelo processo de modernização intensa, mudando também as feições do espaço urbano –, as intervenções urbanísticas utilizadas sempre foram desfavoráveis aos grupos menos favorecidos, os pobres urbanos, sendo mesmo empregadas contra os afrodescendentes. Em sua fase mais aguda, a “era das demolições” ou um pouco antes, esse contingente constituía a maioria da população da capital federal, ocupando principalmente a área central e seus arredores; formadores das primeiras favelas e habitantes dos cortiços e das casas de cômodo, foram, em decorrência dessa ocupação, deslocados para os subúrbios distantes, sobretudo, para as margens dos eixos rodo-ferroviários.

Os afrodescendentes, além de sofrerem pela condição social de ex-escravos, tornaram-se também “pobres urbanos” pela ação da “marginalização” político-econômica, subalternizados pelo *status quo* estabelecido anteriormente, montado ao longo do período em que vigorou a associação entre o ideário eugênico e as práticas espaciais de higienistas/sanitaristas. A atuação dos higienistas/sanitaristas, desde meados do século XIX, combinou-se com as formulações pseudocientíficas dos eugenistas que legitimaram as intervenções cirúrgicas no espaço urbano de muitas cidades brasileiras. Essas intervenções criaram dificuldades para parte significativa dos pobres urbanos, sobretudo para os afrodescendentes. Quanto mais afastados da área central, maior a possibilidade de eles se tornarem “invisíveis” no sistema urbano, uma vez que os problemas das periferias ou das favelas ganham pouca relevância no contexto das políticas da cidade. Essa prática perdura pelo menos até os anos 10 do século XX, quando assume a responsabilidade de pensar a cidade a corrente do urbanismo modernista.

O planejamento regulatório brasileiro, em grande parte, é de postura tecnicista e busca resolver a “desordem” urbana segundo a concepção de urbanistas e políticos. Ele assume também os problemas de uma cidade dividida, como no caso do Rio de Janeiro, cujos investimentos, que já eram substanciais na Zona Sul e na área central, ganham maior densidade, sobretudo, na primeira. A ampliação dos investimentos das vias de circulação e da modernização das cidades beneficiou os grupos de maior renda, legando aos mais pobres o deslocamento compulsório da área central, em continuidade à “era das demolições”. Especialmente, o planejamento urbano conservador brasileiro apenas ratificou as práticas dos grupos dominantes que tratavam os afrodescendentes como subalternos. A subalternização tem como princípio a exclusão do sistema político e econômico dos afrodescendentes, como ressaltaram, por exemplo, RIBEIRO (1996), BENTO (2000), CHALHOUB (1996A; 1996B), COIMBRA (2001), DAMASCENO (1998), FERNANDES (1978), FERREIRA (2000), GOMES (1996), GUIMARÃES (2002), NASCIMENTO & NASCIMENTO (2000). Dessa maneira pode-se afirmar que o planejamento regulatório conservador tornou *os afrodescendentes “invisíveis” por afinidade ideológica* ao tratar as desigualdades socioeconômico-espaciais dos pobres urbanos de acordo com as propostas de eugenistas, higienistas e sanitaristas, os quais consideravam que os problemas urbanos dos pobres tinham raízes na incapacidade desses grupos em adaptar-se à modernidade dos novos tempos.

Por outro lado, o movimento negro preocupado com as grandes questões nacionais, deixou de enfrentar, na maior parte das vezes, os problemas locais. Desterritorializado, ele construiu agendas em escalas superiores, enfrentou problemas regionais ou nacionais enquanto a cidade se constituía como *locus* dos conflitos: a habitação, a falta de infra-estrutura, o transporte precário nas periferias, a grande mortalidade infantil, a precariedade do sistema público de saúde e educação, a violência urbana não ganharam atenção nos embates com os grupos que estavam pensando a reforma urbana nos anos 70. Como movimento organizado, deveria intervir, trazendo à tona os problemas urbanos dos afrodescendentes, procurando assim inserir nas agendas as possíveis soluções do ponto de vista desse grupo. A atuação nas escalas superiores à local criou um forte desenraizamento do movimento, fazendo com que seus membros, ao fazerem a opção pela luta contra a discriminação, o preconceito, o estigma que perseguia grande parte dos afrodescendentes, perdessem de vista o próprio local de moradia. Acreditava-se que resolvendo o problema no nível nacional, ele estaria

resolvido na escala local. A estratégia mostrou-se inadequada, pois, de certa maneira, as pessoas que moram nas periferias urbanas ou nas favelas não conseguem perceber a importância das lutas travadas em outras escalas. O *hip-hop*, cultura híbrida em nossa sociedade, vem cumprindo esse papel de aproximar o problema vivido pelas “comunidades” mais pobres, com prevalência de afrodescendentes, dos embates em outras escalas. Dessa maneira, consegue politizar a atuação tendo como foco principal o local sem perder de vista as escalas regional, nacional e mesmo a internacional.

Porém, se o movimento negro, por sua atuação em escalas maiores, não se deu conta dos problemas prementes das “comunidades” locais, o tecnicismo de esquerda, encontrado sobretudo na visão dogmática dos planejadores “social-reformistas”, tornou (ou, melhor, manteve) os afrodescendentes na “*invisibilidade*” por *contaminação ideológica*, visto que o objetivo maior era resolver o problema da pobreza das *massas* trabalhadoras, não cabendo a criação de estratégia para grupos isolados. O problema dessa abordagem, pelo menos quando tratamos de Rio de Janeiro, é que parte considerável dos afrodescendentes vive em áreas muito pobres, na informalidade do mercado de trabalho (SILVA, 2000) e com baixo nível educacional (PAIXÃO, 2003; ROSEMBERG, 2000); portanto, não seria alvo privilegiado das lutas políticas dessa corrente, tendo em vista que ocupa os setores de menor prestígio da sociedade, como já mostrava COSTA PINTO (1998) em seu estudo clássico *O negro no Rio de Janeiro*. A ascensão do proletariado ao poder, por meio de uma revolução socialista, só seria a solução para os afrodescendentes se os princípios dessa corrente fossem quebrados, onde os interesses daqueles indivíduos que MARX (1984, pp 206-209) denominou superpopulação relativa fossem prioritários para a sociedade. Porém, esta perspectiva anda muito distante de nossa realidade. No contexto da superpopulação Os afrodescendentes, segundo essa perspectiva, enquadrar-se-iam, sem esforço algum, entre a terceira categoria (a estagnada, com ocupação completamente irregular) e a quarta categoria (habitando a esfera do pauperismo [pobreza absoluta]) da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- ABERS, R. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. In *Cadernos do IPPUR*, vol. XII (1), 1998, pp. 27-78.
- ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iplanrio/Zahar, 1988.
- _____. A cidade e a montanha. In ABREU, Mauricio de A. (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- _____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. & CORRÊA, R. Lobato (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 145-184.
- _____. Sobre a memória das cidades. In *Revista Território* (3) 4. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ – Garamond, 1998, pp. 5-26.
- _____. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: *Anais do VII Simpósio de Geografia Urbana: Pensar e Projetar a Cidade do Século XXI – desafios para a construção da problemática urbana*. São Paulo, USP, Mesa 2, 2001, (em cd).
- _____. (2001a). Cidades brasileiras: 1870-1930. In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente, GASPERR/UNESP, 2001a, pp.35-44.
- ABRIC, J.-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Paredes & OLIVEIRA, Denise Cristina (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB Editora, pp. 27-38, 2000.
- ALGRANTI, L M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808/1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ADITAL. **Desigualdade no trabalho**. In: *ADITAL*, 17/04/06, www.adital.com.br, acessa em 15/10/2006.
- AMADOR, E. da S. Baía de Guanabara: um balanço histórico. In: Maurício de A. ABREU. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- Anuário Estatístico do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IPP, 1980.
- Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1993/94*, Rio de Janeiro, IPP, 1993
- APPIAH, K. A.. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.
- BACHELARD, G. A noção de obstáculo epistemológico: plano da obra. In: _____. *A formação do mundo científico*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, pp. 17-28.
- BASBAUM, L. *História Sincera da República – das origens a 1889*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

- BENTO, M. A. S. Racismo no Trabalho: o movimento sindical e o Estado. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 325-342.
- BERNARDES, L. M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- BLACKWELL, A. e GOONEWARDENA K. Poverty of planning: tent city, city hall and Toronto's new official plan. In www.plannersnetwork.org, 2002 (capturado 26/03/2003).
- BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1997.
- BORJA, J. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, pp. 79-100.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRITO, M. S.. Arquivo Público do Estado: iniciativa privada e a produção de terras: 1890-1911. In: *Anais do VII Simpósio de Geografia Urbana: Pensar e Projetar a Cidade do Século XXI – desafios para a construção da problemática urbana*. São Paulo. USP, mesa 7 (em cd), 2001.
- BURGESS, E. W. El crecimiento de la ciudad: introducción a un proyecto de investigación. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana (1)*. Barcelona, Labor, 1974, pp. 69- 81.
- CAMPOS, A. Origens, expansão e (des)construção do espaço favelado no Rio de Janeiro: a cidadania ausente In: *Rio Urbano, Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (1) 3, Rio de Janeiro, Fundação CIDE, 2002, pp. 22-31.
- _____. *Do quilombo à favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- CAPARA, A.. Polissemia e multivocalidade da epilepsia na cultura afrodescendente. In: CARDOSO, Carlos & BACELAR, Jéferson (org.). *Faces da Tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro/Salvador, Palas/Centro de Estudos Afro-Orientais, pp.257-288.
- CARDOSO, A. M. *Movimento Negro*. Belo Horizonte, Maza, 2002.
- CARNEIRO, M. L. Tucci. *Preconceito racial: Portugal Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, H. M. de. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- CARRIL, L. de F. B. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, Departamento de Geografia, pp.309.
- CASHMORE, E. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo, Selo Negro, 2000.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____. *As encruzilhadas do Labirinto/1*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a.

_____. *As encruzilhadas do Labirinto/2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987b.

_____. *As encruzilhadas do Labirinto/3: O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*, Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

DEBRUN, Michel (2001). *Gramsci: filosofia, política e bom senso*. Campinas, Unicamp/Fapesp

CASTRO, Ana Maria de & DIAS, Edmundo F. Classes sociais. In: *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1981, pp.176-195.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. Medo branco de alma negra: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Discursos Sediosos: Crime, Direito e Sociedade*,1 (1). Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996b.

CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise (1963). *O urbanismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da Nova Geografia. In: *Perspectivas da Nova Geografia*. São Paulo, Difel, Ática, 1982, pp. 71-101.

COELHO, F. D. *História urbana e movimentos sociais: o movimento de reforma urbana (1950 – 1990)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciência e Filosofia da UFF, Niterói, 1990.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro/Niterói, Oficina do Autor/Intertexto, 2001.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, Sistema Jornal do Brasil.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1989.

_____. Espaço, um conceito-chave de Geografia. In: CASTRO, Ina E. et alli (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1998 [1953].

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense 1985.

DAMASCENO, Caetana Maria. Em casa de enforcado não se fala de corda: notas sobre a construção social da “boa” aparência no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundação Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998, pp. 165-199.

DAMATTA, Roberto. *Ensaio de Antropologia estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro. Rocco, 1987.

DAVIS, Darien J. *Afro-Brasileiros hoje*. São Paulo, Selo Negro, 2000.

Diário Oficial da União, Brasília, nº 211 de 03/11/2005.

- DIAS, Leila C. Redes: emergência e organizações. In: CASTRO, Iná E. et alli. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp. 141-162.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia* 1(3), 1993, pp. 35-65.
- DREIER, Peter. The Struggle for Our Cities: Putting the Urban Crisis on the National Agenda. Prepared for the 1996 Planners Network Conference, "Renewing Hope, Restoring Vision: Progressive Planning in Our Communities. 1995. www.plannersnetwork.org. (Capturado em 2003).
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- FAIRCLOUGH, Norma. *Discurso e mudança social*. Brasília, UnB, 2001.
- Favelas Cariocas: Alguns Dados Estatísticos*, IPLANRIO, 1993;
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classe*, v. 1 São Paulo, Ática, 1978.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afrodessendente: identidade em construção*. Rio de Janeiro/São Paulo, Pallas, 2000.
- FRANKLIN, John Hope. *Raça e História. Ensaios selecionados (1938-1988)*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FRAZIER, E. Franklin. Harlem negro um estudio ecologico. In Theodorson, G. A. *Estudios de ecologia humana (1)*. Barcelona, Labor, 1974, pp. 279-291.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, v.1. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- _____. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968b.
- FRY, P. *A persistência da raça. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970.
- GANS, Herbet. Social and phisical planning for the elimination of urban poverty. In: *Urban planning and social policy*. New York & London, Basic Books Inc., 1968, pp. 39-53.
- GITTUS, Elizabeth. Deprived and social planning. In: HERBET, D. T. & JOHNSTON, R. J. (orgs.). *Spatial perspectives on problems and polices*. London, New York, Sidney e Toronto: John Wiles & Sons, pp. 209-233, 1976.
- GOMES, Flavio dos Santos. A hidra de Iguauçu: uma história da liberdade no recôncavo da Guanabara (1812 -1883). In: GOMES, Flavio dos Santos. *História de quilombolas: comunidade de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOTHAM, Kevin Fox. Urban space, Restrictive covenants and the origins of racial residence segregation in US city, 1900-50. In: *International Journal of and Regional Reserch*, vol. 24.3, 2000, pp. 616-630.

GRIER Eunice e GRIER George. Equality and beyond: housing segregation in the great society. In: FRIEDEN, Bernarde J. & MORRIS, Roberty. *Urban Planning and social policy*. New York, Basic Books, Inc., pp. 124-147.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.

_____. Cor, Classes e Status nos Estudos de Pierson. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundação Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

GUIMARÃES, Gonçalo. Uma cidade para todos. *O plano diretor do município de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro, Forense, 1997..

GUIMARÃES, Gonçalo e ABICALIL, Marcos T. (1990). O plano diretor do município de Angra dos Reis: análise da Constituição e proposta para o Município. In: GRAZIA, Grazia (org.): *Plano Diretor: instrumento de reforma urbana*. Rio de Janeiro. Fase, 1990.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões redes”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba, AGB, 1994, pp. 206-214.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Geografia; conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. Território, cultura e desterritorialização. In: CORRÊA, R. e ROSENDHAL, Z. (orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2001.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. *Território, Território*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

_____. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004

HATT, P. El concepto de área natural. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecologia humana (1)*. Barcelona, Labor, 1974, pp. 181- 187.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HASENBALG, C. e SILVA, N. do V. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Gal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. In: *Textos para discussões* n° 807, Rio de Janeiro, IPEA, 2001, pp. 1-52.

HERBET, D. T. & JOHNSTON, R. J. An introduction. In: HERBET, D. T. & JOHNSTON, R. J. (orgs.). *Spatial perspectives on problems and policies*. London, New York, Sidney e Toronto: John Wiles & Sons, 1976, pp. 1-16.

IBGE. *Sistema de recuperação de informações geográficas (Estratcart)*. Rio de Janeiro, IBGE, 2002 (cd).

_____. *Resultado da amostra por área de ponderação (Estratcard)*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003 (cd).

_____. Desigualdades raciais. In: www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/, acessado em 15/10/2006

JAPIASSU, H. *O Mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Cortez Editora, 1989.

LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

LAGO, L. C. do. *Desigualdade e segregação na metrópole*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório Ippur-Ufrj, 2000.

LEAL, P. O lado rebelde da princesa Isabel. In *Nossa História* (3) 31. São Paulo, Vera Cruz, maio de 2006, pp. 68-74.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford (UK) & Cambridge (USA), Blackwell, 1991.

_____. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 1999.

LEME, M. C. da S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil. In: LEME, M. C. da S (coordenação). *Urbanismo no Brasil – 1895/1965*. São Paulo, Fundam – Fausp / Studio Nobel, 1999, pp. 20-38.

LIMA, N. T. e H. OCHMAN, G. Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M Chor e SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundação Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998, pp. 23-40.

LIRA, J. T. C. de. O urbanismo e o seu outro. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas, Ampur, nº 1, 1999, pp.47-78

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na Sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 1994.

LYNCH, Kevin. *La buena forma de la ciudad*. Barcelona, Gustavo Gili SA, 1985.

KENNEDY, M. Transformative Community Planning: Empowerment Through Community Development. In *Planners Network Conference*, www.plannersnetwork.org, 1996 (capturado em maio de 2004).

KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Roberto. *A ciência e o saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MAIO, M. C. . A Questão Racial em Guerreiro Ramos. In: Marcos Chor Maio; Ricardo Ventura Santos. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil e Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 1996, pp. 179-183.

MARICATO, E; RIBEIRO, L. C. Q. Reforma urbana, limites e possibilidades. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, p. 309-325.

MARX, Karl. *O Capital* (vol. 1). São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1867].

_____. *O Capital*, v. 1, Tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1867].

McKENZIE, R. D. El ámbito de la ecología humana. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana* (1). Barcelona, Labor, 1974, pp. 57-67.

- MENDONÇA, N. D. *O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MILLER S. M. The american lower classes: a typological approach. In: FRIEDEN, Bernarde J. & MORRIS, Roberty. *Urban Planning and social policy*. New York, Basic Books, Inc., pp.252-267.
- MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Fundação Banco do Brasil, 1998, pp. 15-22.
- MORAIS, Pedro Rodolfo Bode de e SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência em Curitiba. In *Revista de Sociologia e Política*, 13, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999, pp. 7-16.
- MOURA, Clóvis. *Quilombo: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *Rebeliões da senzala: quilombos, ressurreição, guerrilhas*. Porto Alegre, Mercado Aberto & Propaganda Ltda., 1988.
- MOURA, Roberto. A pequena África e o reduto de Tia Ciata. In *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 1995, pp. 86-115. Coleção Biblioteca Carioca.
- NASCIMENTO, Abdias & NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 203-236.
- NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, Dossiê, 1997, pp. 106-134.
- LEAL, P. O lado rebelde da princesa Isabel. In: *Nossa História* 3 (31), São Paulo, Vera Cruz, maio de 2006, pp. 68-74.
- NUNES, Guida. *Favela – resistência pelo direito de viver*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ORTIZ, M. E. R. A pobreza desde uma perspectiva de direitos humanos. In: ORTIZ, M. E. R. (org.). *Justiça social: uma questão de direito*. Rio de Janeiro, DP& A / Fase, 2004, pp. 143-148.
- ORTIZ, Renato. *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo, Olho d’água, 2002.
- PAIXÃO, M.. Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) Como Instrumento de Mensuração de Desigualdades Étnicas: o caso Brasil. Rio de Janeiro, Fase/Fundação Ford, 1999, (mimeo.).
- _____. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro, DP&A., 2003.
- PARK, Robert Ezra. Ecología Humana. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecologia humana* (1). Barcelona, Labor, 1974, pp. 43-55.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PEREIRA, João Batista Borges. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, Edusp, 1996, pp. 75-94

PERLOFF, Harvey S. Common Goals and the Linking of Physical and Social Planning. In: *Urban planning and social policy*. New York & London, Basic Books Inc., 1968, pp. 346- 359.

Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP, 1993.

Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP, 1993.

PPCOR. "IBGE confirma desigualdades raciais". In: *Boletim Informativo PPCOR* (4), Rio de Janeiro, PPCOR/UERJ, 23/06/2003, p 1. Acessado em 15/10/2006 por meio de www.politicadacor.net.

PINTO, L. A. Costa (1998[1953]). O negro no Rio de Janeiro: ralações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro, UFRJ

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo, Perspectiva, 1974. Coleção Estudos.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Unesp, 1998.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1976.

PROETECEILLE, Edmundo & VALLADARES Licia. A desigualdade entre os pobres – favelas, favelas. In: HENRIQUE, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro / Brasília, Ipea, 2000, pp. 459-485.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundação Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998, pp. 59-82.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e ideologia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et. al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: Planejamento e Território: ensaio sobre desigualdade. *Cadernos Ippur-UFRJ*, 2001/2-2002/1. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ/DP&A, 2001/2002, pp. 33-52.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et. al. Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo. Simpósio Ibero-americana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII). *VII Seminario Internacional*, Camagüey, Cuba, 27 al 29 de noviembre de 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentimento do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, L. C. de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lúcio. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In GRAZIA, Grazia (org.). *Plano diretor: instrumento de reforma urbana*. Rio de Janeiro, Fase, 1990, pp. 71-88.

_____. A (In) governabilidade da cidade? Avanços e desafios da Reforma Urbana. In: VALLADARES, Licia & COELHO, Magda P. (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 107-159.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

- RODRIGUES, Fernando. Racismo Cordial. In: *Folha de São Paulo/Datafolha. A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo, Ática, 1995, pp. 11-55.
- RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*. Brasília, Editora UnB, 1988.
- ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- ROUQUETTE, M-L. Representações e práticas sociais; alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, A. P. & OLIVEIRA, D. C. (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB Editora, pp. 39-47, 2000
- ROSE, H. M. The developement of an urban subsystem: the case of the negro ghetto. In: *Internal Structure of the city*. New York/Toronto/London: Oxford University Press, 1971, pp. 316-320.
- ROSEMBERG, F. Educação infantil, gênese e raça. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, Paz e Terra, 2000, pp. 127-164.
- SÁNCHEZ, F. *Cidade espetáculo. Política, planejamento e city marketing*. Curitiba, Palavra, 1997.
- SANTOS, C. N. dos. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? In *Revista de Administração Municipal*, 28(160), pp.6-29. Rio de Janeiro, Ibam, 1981.
- SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, A. S. A. & HUNTLEY, L. (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 53-75.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1988.
- _____. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sócias. In: SANTOS, Milton. *Economia espacial, críticas e alternativas*. São Paulo, Hucitec, 1979a, pp.153-167.
- SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário*. São Paulo, Ática, 1996.
- _____. *A imaginação*. São Paulo, Editora Abril, 1973, pp. 39-113. Coleção Os Pensadores, vol. XLV.
- SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHUMAN, T. e SCLA, E. New York: race, class & space: A historical comparison of the three Regional Plans for New York. In: *Planners Network* (www.plannersnetwork.org). Newsletters: March/April, 1998, capturado em 18/06/2004.
- SEN, A.. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SENNETT, R. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- SEPPPIR. *Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, SEPPPIR, 2005

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Fundação Banco do Brasil, 1998, pp. 41-58.

_____. O beneplácido da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: OLIVEIRA Yolanda et al. *O Racismo no Brasil*. São Paulo/Petrópolis, Abong/Ação Educativa/Anpeg, pp. 17-43, 2002.

SHEVKY, Eshref & BELL, Wendel. Análises de área social. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecologia humana* (1). Barcelona, Labor, 1974, pp. 377-391.

SILVA, A. C. M. A produção do espaço urbano como negócio. Fortaleza da segunda metade do século XIX. In: *Anais do VII Simpósio de Geografia Urbana. Pensar e Projetar a Cidade do Século XXI – desafios para a construção da problemática urbana*. São Paulo, USP, 2001, Mesa 7 (em cd).

SILVA, E. *Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. As camélias do Leblon e a Abolição da escravatura. Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lígia M. O. *A Lei da Terra: Um estudo sobre a História da propriedade da Terra no Brasil (Vol 1)*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

SILVA, J. da. *Direitos civis e relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Luan, 1994.

SILVA, N. do V. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, Paz e Terra, 2000, pp. 33-51.

SMOKA, Martim: Solo criado: notas para a fundamentação das questões em debate. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Municipal*, 38 (201), 1991, pp. 30-8.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada e a instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 1994, Coleção Biblioteca Carioca.

SOARES, L. E.; BILL, MV e ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis:Vozes, 1988.

SOJA, Edward W O desenvolvimento metropolitano nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Ampur, 1994.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). In *Terra Livre* nº 10, pp. 21-45, 1988.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Geografia; conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxico. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Algumas considerações sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (2) 3. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ – Garamond, 1997, pp. 14-35.

_____. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000a.

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In: *Revista Território* (5) 8. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ/CNPq, 2000b, pp. 67-100.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. de e RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. Presidente Prudente, Unesp, 2004.

STAFFORD, Walter W. e LADNER, Joyce. Comprehensive Planning and Racism. In: *The Cities, The Black and the Poor. Journal of the American Institute of planners*. March 1969. Volume XXXV number 2, pp 68-74.

TAEUBER, Karl E. & TAEUBER, Alma F. Negroes in cities. In: FAVA, Sylvia F. (org), *Urbanism in Word perspective*, 1968, pp. 266-280.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação Racial*. São Paulo, Edusp, 1996, pp. 95-111.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. São Paulo, Papirus, 1996.

TUAN, Yi-FU. *Espaço & lugar*. São Paulo, Difel, 1983.

VALLADARES, Licia do Prado *Passa-se uma casa – uma análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

VASCONCELOS, P. de A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: *Cidades*, v.1, nº 2. Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, 2004, pp. 259-274.

VIANNA, Hermano. *Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Zahar Editor/Editora UFRJ, 1995.

VIANNA Luis Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1997.

VIANNA, F. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2001.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. P. & OLIVEIRA, D. C. (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB Editora, pp. 3-25, 2000.

WOLF, Eleanor P. The tipping-point in racially changing neighborhoods. In: FRIEDEN, Bernarde J. & MORRIS, Roberty (edit.). *Urban planning and social policy*. New York/London, Basic Books, 1968, pp. 148-155.

WOLFF, S. F. S. Utopia verde. In: *Nossa História* (3) 31, São Paulo, Vera Cruz, maio de 2006, pp. 76-79.

ZOBAUGH, Harvey W. Las áreas naturales de la ciudad. In THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana* (1). Barcelona, Labor, 1974, pp. 83-91.

ANEXO

Anexo 1:

Roteiro de entrevista

1) Onde o sr. (ou sra.) nasceu?

- (a) na própria comunidade
- (b) em outra comunidade
- (c) em outro bairro da cidade do Rio de Janeiro
- (d) em outro município do estado do Rio de Janeiro
- (e) em outro estado

1a) Se em outra comunidade, qual?

R.: _____

2) Se fora do Rio de Janeiro, onde?

R.: _____

3) Qual é a sua idade?

- () menos de 20 anos
- () entre 21 e 30 anos
- () entre 31 e 40 anos
- () entre 41 e 50 anos
- () mais de 51 anos

4) Qual é seu grau de instrução?

- (a) ensino fundamental incompleto
- (b) ensino fundamental completo
- (c) ensino médio incompleto
- (d) ensino médio completo
- (e) ensino superior incompleto
- (f) analfabeto
- (g) ensino superior completo

5) Neste momento, o sr. (ou sra.) está trabalhando?

- () Sim
- () Não

() aposentado

6) O sr. (ou sra.) trabalha com carteira assinada?

() Sim

() Não

7) O sr. (ou sra.) trabalha em:

a) instituição pública

b) instituição privada

c) autônomo

d) diarista

e) comerciante na comunidade

8) Quantas pessoas estão trabalhando em sua família?

a) apenas 1 pessoa

b) de 2 a 3 pessoas

c) mais de 4 pessoas

9) Qual é o rendimento familiar?

(a) menos de 1 salário mínimo

(b) de 1 até 3 salários mínimos

(c) de 3 até 5 salários mínimos

(d) de 5 até 10 salários mínimos

(e) mais de 10 salários mínimos

10) Sua casa é:

(a) própria

(b) alugada

11) Há quanto tempo mora nesta comunidade?

(a) menos de 1 ano

(b) mais 1 e menos de 5 anos

(c) mais de 5 e menos de 10 anos

(d) mais de 10 anos

12) Quantas pessoas residem em seu domicílio?

a) apenas 1

b) 2 pessoas

c) 3 pessoas

d) 4 pessoas ou mais

13) Como o sr. (ou sra.) considerou as obras do Programa Favela-Bairro?

- (a) boas
- (b) regulares
- (c) ruins
- (d) não tem opinião

14) Sua casa foi regularizada pelo

- (a) Programa Favela-Bairro
- (b) em cartório (por sua conta)
- (c) Por outro programa ou ONG
- (d) ainda não foi regularizada a sua posse
- (e) paga aluguel
- (f) não sabe informar
- (g) regularizado pela CHAB
- H) outra modalidade de registro

15) Para o sr. (ou sra.), quais foram as obras que mais beneficiaram a comunidade? Escolha 3 opções:

- (a) Calçamento de ruas
- (b) Melhorias de acessos através de escadarias
- (c) Rede de distribuição de água
- (d) Construção de galerias para escoamento de esgoto e águas pluviais (chuvas)
- (e) Construção de creche comunitária
- (f) Construção do centro comunitário
- (g) Construção de centro poli-esportivo
- (h) Na comunidade já havia os itens: a; b; d; e; f; g;h

16) O sr. (ou sra.) saberia informar quando começaram as obras do Programa Favela-Bairro aqui?

- Sim
- Não

17) O sr ou sra. foi convidado a participar das discussões sobre as obras do Programa Favela-Bairro na comunidade?

- Sim (mas apenas fui informado sobre as obras)
- Sim (participei das discussões iniciais)
- Não participei

18) O sr. (ou sra) tem informação sobre a participação de outras pessoas da comunidade nas discussões do Programa Favela-Bairro?

- Sim
- Não

19) Sobre a realização das obras, aponte três impactos positivos para a comunidade (ESCOLHA 3 OPÇÕES)

- (a) maior integração na própria comunidade
- (b) diminuiu a integração entre as pessoas
- (c) valorizou o seu imóvel
- (d) integrou a comunidade ao bairro de maneira mais efetiva
- (e) criação de programa de geração de renda
- (f) implantação de programa de apoio escolar para as crianças
- (g) implantação de programa de saúde comunitária
- (h) melhorou o acesso tanto para fazer compras como para sair para trabalhar
- (i) não integrou a comunidade ao bairro

20) O sr. (ou a sra.) sabe quais são objetivos principais do Programa Favela-Bairro?

- () sim
- (...) não

21) Se a resposta for positiva, aponte pelo menos dois

R) _____

22) Alguma outra instituição vem fazendo intervenção ou obras na comunidade?

- () sim
- () não
- () não sabe informar

23) Em caso de resposta afirmativa, qual?

- (a) Governo do estado
- (b) ONGs
- (c) outras instituições
- (d) não sabe informar quem realiza as obras
- (e) Pela CHAB

24) Com a realização das obras, o sr. (ou a sra.) acha que melhorou a relação com os bairros vizinhos?

- (a) Sim
- (b) Não

25) Por quê? (ESCOLHA 3 OPÇÕES)

- (b) A comunidade passou a ser mais respeitada pelas pessoas dos bairros vizinhos
- (c) Não alterou em nada em relação ao sentimento pelos bairros vizinhos
- (d) Continua sofrer discriminação por morar na comunidade pobre

- (e) Não se sente mais integrado à vida do bairro
- (f) Sente-se mais integrado à vida da cidade
- (g) Não alterou em nada o sentimento em relação à cidade
- (h) Não sofre discriminação na comunidade em que mora

26) Em relação à vida comunitária, o Programa Favela Bairro proporcionou:

(ESCOLHA TRÊS OPÇÕES)

- (a) melhorias quanto à limpeza pública e ao recolhimento do lixo
- (b) melhorias na qualidade de vida da comunidade
- (c) não houve melhorias na limpeza pública e no recolhimento de lixo na comunidade
- (d) não houve melhoria na qualidade de vida
- (e) melhorias nas relações com a associação de moradores
- (f) melhorias em relação à auto-estima (se acha agora um cidadão)
- (g) não houve melhoria na relação com a associação de moradores
- (h) minha auto-estima não foi alterada positivamente

27) O sr. (ou a sra.) tem conhecimento do projeto Rio-Cidade?

- () Sim
- () Não

28) O que representa para o sr. (ou a sra.) morar nesta comunidade?

(ESCOLHA 3 OPÇÕES EM ORDEM de IMPORTÂNCIA)

- (1) gosta do lugar onde mora
- (2) boa relação com a vizinhança
- (3) não gosta, mas não tem como sair
- (.4.) mantém boa relação com o poder público municipal
- (5) mantém boa relação com o poder público estadual
- (6) tem boa qualidade de vida
- (7) é atendido em equipamentos de lazer
- (.8.) proximidade do local de trabalho
- (9) não tem nenhuma relação de proximidade com o poder público
- (10) não tem boa qualidade vida nem equipamento de lazer
- (11) resposta livre: _____

29) Por que a escolha dessas opções?

R.: _____

30) O sr. (ou sra.) tem conhecimento de algum projeto/trabalho que foi pensado e executado pela própria comunidade?

- () Sim
- () Não

31) Se positiva a resposta, informe pelo menos 2

R.: _____

32) O sr. (ou sra.) se sente discriminado, enquanto indivíduo, porque mora em comunidade carente?

- (a) sim
- (b) não
- (c) sem opinião

33) O sr. (ou a sra.) pode dizer onde e como ocorreu a discriminação?

34) (Cabe ao pesquisador a classificação de cor do entrevistado)

Preta	Branc a	Amarel a	Indígen a
-------	------------	-------------	--------------

35) Qual é a sua cor?

- (a) branca
- (b) negra
- (c) parda
- (d) mulata
- (e) morena
- (f) amarela
- (g) outra

36) Se outra, qual é?

R.: _____

37) O sr. (ou a sra.) já ouviu as expressões afrodescendência e afrodescendente?

- () Sim
- () Não

38) Se positiva a resposta, saberia dizer o que significa?

R) _____

39) Sabe o que é desigualdade social?

- (a) sim

(b) não

40) Se positiva a resposta, aponte dois elementos que a caracterizam.

R): _____

41) O sr (ou a sra) já sofreu discriminação racial?

(a) sim

(b) não

(c) sem opinião

42) O sr. (ou a sra) pode nos contar onde e quem a cometeu?

R) _____

43) O sr. (ou a sra) prefere ser classificado como:

(a) negro

(b) preto

(c) afrodescendente

(d) não faz diferença

(e) outra classificação

(f) não tem opinião

44) Se outra classificação, aponte qual:

R.: _____

45) O sr. (ou a sra.) já ouviu a expressão “ação afirmativa”?

(a) sim

(b) não

46) O sr. (ou a sra.) sabe o que significa?

(a) sim

(b) não

47) Em caso afirmativo, dê exemplos:

R.: _____

48) O sr. (ou a sra) se vê representado, no que se refere à cor,

(a) na política (Legislativo, Executivo)

(b) na justiça (juízes, promotores públicos, advogados)

(c) na televisão (novelas, apresentador de telejornais, comerciais)

(d) na figura dos professores da rede pública

(e) na figura dos atletas em geral

- (f) não se vê representado em nenhum dos campos acima
- (g) em outros campos, além dos que estão acima
- (h) não tem opinião

49) Se outros campos, aponte três, ou quantos souber

R.) _____; _____ e _____

50) O sr. (ou a sra.) tem sugestões para aumentar a representação de negros na sociedade?

- (a) Sim
- (b) não

51) Aponte duas sugestões

R.: _____

52) O sr. (ou sra.) sabe por que grande parte dos negros se encontra nesta situação de inferioridade social?

R.: _____

53) O sr. (ou sra.) conhece alguém que já sofreu discriminação racial?

- (a) sim
- (b) não

54) Enquanto negro, se sente discriminado na comunidade?

- (a) sim
- (b) não
- (c) não tem opinião

55) Na sua comunidade, existem mais negros ou brancos?

- (a) negros
- (b) brancos
- (c) não sabe informar

56) Onde os negros se localizam nesta comunidade?

- (a) nas principais ruas da comunidade
- (b) nas ruas intermediárias da comunidade
- (c) nas partes mais altas e menos valorizadas
- (d) não sabe informar
- (e) em outros locais

57) O sr. (ou sra) se identifica enquanto negro

- (a) Na comunidade
- (b) Na comunidade, mas sofro alguma discriminação

- (c) fora da comunidade
- (d) não tem opinião

58) Quanto à atuação do Programa Favela Bairro e outros programas

- (a) nos dão oportunidades de integração
- (b) não estão preocupados com a nossa integração
- (d) se preocupam apenas com o discurso e não com a prática
- (e) o discurso e a práticas andam juntos, buscam o melhor posicionamento de negros na sociedade

59) Na sua opinião, o que poderia tornar o Programa Favela-Bairro mais representativo no que se refere ao alcance dos programas sociais implantados?

R.) _____

Anexo 2

Município do Rio de Janeiro, espacialização, segundo a autodeclaração de cor ou raça (afrodescendentes, branca e outras), por bairro na cidade do Rio de Janeiro, 2000 e 2005

Código	Bairro	Total	Afrodescendente (preta e parda)	p. / 1.000	branca	por / 1.000	Outras designações	por / 1.000
3	Saúde e adjacência	22.294	9.268	416	12.609	566	417	19
4	Caju	17.681	8.984	508	8.477	479	220	12
5	Centro	39.135	12.412	317	26.120	667	603	15
7	Rio Comprido e Catumbi	34.832	10.443	300	23.609	678	780	22
8	Cidade Nova	12.914	5.572	431	7.123	552	219	17
9	Estácio	20.632	8.135	394	11.290	547	1.207	59
10	São Cristóvão	38.333	14.201	370	23.533	614	599	16
11	Mangueira	21.381	11.114	520	9.915	464	352	16
12	Benfica	19.018	8.414	442	10.311	542	293	15
14	Santa Teresa	48.374	17.268	357	30.412	629	694	14
15	Flamengo	53.268	6.859	129	45.284	850	1.125	21
16	Glória	10.098	2.091	207	7.920	784	87	9
17	Laranjeiras e Cosme Velho	46.382	4.980	107	39.915	861	1.487	32
18	Catete	21.724	5.813	268	15.453	711	458	21
20	Botafogo e Urca	85.008	14.841	175	68.916	811	1.251	15
21	Humaitá	15.187	1.175	77	13.878	914	134	9
23	Leme	14.157	2.963	209	10.999	777	195	14
24	Copacabana	147.021	20.971	143	123.559	840	2.491	17
25	Ipanema e Vidigal	46.807	5.658	121	40.423	864	726	16
26	Leblon	46.670	4.567	98	41.596	891	507	11
27	Lagoa	18.675	933	50	17.554	940	188	10
28	Jardim Botânico	19.560	3.149	161	16.160	826	251	13
29	Gávea	17.475	1.743	100	15.665	896	67	4

Código	Bairro	Total	Afrodescendente (preta e parda)	p. / 1.000	branca	por / 1.000	Outras designações	por / 1.000
31	São Conrado	24.874	7.489	301	16.973	682	412	17
32	Praça da Bandeira	14.385	4.229	294	10.031	697	125	9
33	Tijuca e Alto da Tijuca	171.890	33.215	193	136.331	793	2.344	14
35	Maracanã	27.320	3.731	137	23.284	852	305	11
36	Vila Isabel	81.858	21.464	262	59.457	726	937	11
37	Andaraí	38.540	8.068	209	29.983	778	489	13
38	Grajaú	38.295	5.942	155	31.813	831	540	14
39	Manguinhos	31.059	16.528	532	13 905	448	626	20
40	Bonsucesso	19298	6633	344	12 543	650	122	6
41	Ramos	62 510	24256	388	37 668	603	586	9
42	Olaria	37537	11422	304	25 581	681	534	14
43	Penha	74 149	29 625	400	43 538	587	986	13
44	Penha Circular	24 248	9 585	395	14 499	598	164	7
45	Brás de Pina	59 389	26 485	446	32 293	544	611	10
46	Cordovil	46 533	24 494	526	21 408	460	631	14
47	Parada de Lucas	23 269	12 001	516	10 868	467	400	17
48	Vigário Geral	39.474	23100	585	15 740	399	634	16
49	Jardim América	25 947	10 107	390	15 555	599	285	11
50	Higienópolis	16.586	4.163	251	12.249	739	174	10
51	Jacaré	36.458	21.051	577	14.947	410	460	13
52	Maria da Graça	22.435	4.867	217	17.126	763	442	20
54	Inhaúma/Del Castilho	42.721	17.916	419	24.015	562	790	18
55	Engenho da Rainha	27.312	13.345	489	13.593	498	374	14
56	Tomás Coelho	21.579	10.335	479	10.991	509	253	12
57	São Francisco e adjacência	27.441	9.214	336	17.967	655	260	9

Código	Bairro	Total	Afrodescendente (preta e parda)	p. / 1.000	Branca	por / 1.000	Outras designações	por / 1.000
61	Engenho Novo	44.472	16.698	375	27.291	614	483	11
62	Lins de Vasconcelos	35.171	15.129	430	19.710	560	332	9
63	Méier	51.343	10.981	214	39.784	775	578	11
64	Todos os Santos	22.926	4.798	209	17.888	780	240	10
65	Cachambi	41.334	9.998	242	31.108	753	228	6
66	Engenho de Dentro	46.833	15.795	337	30.693	655	345	7
67	Água Santa / Encantado	22.654	8.553	378	13.879	613	222	10
69	Piedade	44.110	16.834	382	26.941	611	335	8
70	Abolição	12.346	3.824	310	8.464	686	58	5
71	Pilares	28.957	11.261	389	17.212	594	484	17
72	Vila Cosmos	17.673	7.166	405	10.272	581	235	13
73	Vicente de Carvalho	24.310	12.312	506	11.384	468	614	25
74	Vila da Penha	24.290	6.142	253	17.874	736	274	11
76	Irajá /Vista Alegre	110206	42029	381	66836	606	1.341	12
77	Colégio	26.489	13.915	525	11.840	447	734	28
78	Campinho / Vila Valqueire	41.124	11.973	291	28.567	695	584	14
79	Quintino Bocaiúva	34.757	12.490	359	21.932	631	335	10
80	Cavalcante	34.146	16.443	482	17.526	513	177	5
82	Cascadura	33.526	13.287	396	19.743	589	496	15
83	Madureira / Vaz Lobo	51.411	23.047	448	27.934	543	430	8
85	Turiaçu	16.053	6.641	414	9.298	579	114	7
86	Rocha Miranda	41.254	20.280	492	20.630	500	344	8
87	Honório Gurgel	22.010	10.862	494	10.921	496	227	10
88	Oswaldo Cruz	35.901	17.078	476	18.612	518	211	6
89	Bento Ribeiro	46.507	20.424	439	25.687	552	396	9
90	Marechal Hermes	52.186	26.250	503	25.278	484	658	13

Código	Bairro	Total	Afrodescendente (preta e parda)	p. / 1.000	branca	por / 1.000	Outras designações	por / 1.000
96	Cocotá e adjacência	13 275	4 521	341	8 660	652	94	7
102	Moneró e adjacência	143 910	48 852	339	96 783	673	1.696	12
103	Portuguesa	30 913	8 104	262	22 227	719	582	19
105	Galeão / Cidade Universitária	23 369	10 664	456	12 396	530	309	13
106	Guadalupe	46 324	22453	485	23 464	507	407	9
107	Anchieta	53 808	29218	543	23 945	445	645	12
108	Parque Anchieta	27 091	12173	449	14 395	531	523	19
109	Ricardo de Albuquerque	27 383	14824	541	12 275	448	284	10
110	Coelho Neto	32.052	14.951	466	16.716	522	385	12
111	Acari	33.843	16.790	496	16.405	485	648	19
112	Barros Filho	15.222	7.404	486	7.145	469	673	44
113	Costa Barros	25.921	16.615	641	8.849	341	457	18
114	Pavuna	90.027	45.729	508	43.011	478	1.287	14
115	Jacarepaguá	100.822	51.002	506	48.237	478	1.583	16
116	Anil	21.251	16.734	787	4.225	199	292	14
117	Gardênia Azul	38.016	23661	622	13 750	362	605	16
118	Cidade de Deus	19.607	16.690	851	2206	113	711	36
119	Curicica	24.840	13.304	536	11.203	451	333	13
120	Freguesia	54.010	37.169	688	16.028	297	813	15
121	Pechincha	31.615	21.906	693	9.556	302	153	5
122	Taquara	159.387	93.972	590	63.873	401	1.542	10
123	Tanque	22.374	19819	886	2 309	103	246	11
124	Praça Seca	59.656	35.842	601	23.249	390	565	9
127	Itanhangá	21.814	8.538	391	12.960	594	316	14
128	Barra da Tijuca e adjacência	93.204	6.901	74	85.076	913	1.227	13

Código	Bairro	Total	Afrodescendente (preta e parda)	p. / 1.000	branca	por / 1.000	Outras designações	por / 1.000
130	Vargem Grande / Vargem Pequena	21.628	11.356	525	10.054	465	218	10
132	Recreio dos Bandeirantes / Grumari	37.708	10.723	284	26.767	710	218	6
137	Jardim Sulacap e adjacência	38.020	17.785	468	19.795	521	440	12
138	Magalhães Bastos	24.849	11.221	452	13.070	526	558	22
139	Realengo	204.719	99.263	485	103.123	504	2.333	11
140	Padre Miguel	64.754	32.258	498	31.798	491	698	11
141	Bangu	234.028	121.863	521	109.742	469	2.423	10
142	Senador Câmara	44.798	23.668	528	20.705	462	425	9
143	Santíssimo	34.086	17.711	520	16.182	475	193	6
144	Campo Grande	297.496	144.464	486	150.635	506	2.397	8
145	Senador Vasconcelos	27.286	14.728	540	12.332	452	226	8
146	Inhoaíba	59.536	36.204	608	23.022	387	310	5
147	Cosmos	65.961	37.551	569	28.048	425	362	5
148	Paciência	83.562	50.033	599	32.604	390	925	11
149	Santa Cruz	191.837	111.004	579	78.506	409	1.716	9
150	Sepetiba	35.893	15.356	428	20.010	557	527	15
151	Guaratiba e adjacência	101.205	51.123	505	49.030	484	1.713	17
154	Rocinha	56.339	25.408	451	30.338	520	593	11
155	Jacarezinho	27.255	13.108	480	14.147	2.079	126	10
156	Complexo do Alemão	65.025	36.480	561	27.722	426	823	13
157	Complexo da Maré	113.806	61.871	544	50.222	441	1.713	15
Total geral		5.896.271	2.471.464	419	3.351.290	568	73.517	12

Fonte: Resultado da Amostra por Área de Ponderação do Censo 2000, IBGE, Rio de Janeiro, 2000; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro.

Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro (2000, pp. 4-10); Armazém de Dados (IPP, 2005); dados organizados pelo autor.

Anexo 3

População residente – 10 ou mais anos de idade – que vive abaixo da linha de pobreza (ALP) por unidade da Federação, 2000 / 2002

População geral			População que vive ALP (por 1.000 habitantes)		
Brasil e estados	total		Geral	Branca	Preta
Brasil	169.799.170		22.784.085	156	231
AC	557.526		97.194	116	193
AM	2.812.557		583.831	163	226
AP	477.032		81.830	188	166
PA	6.192.307		1.054.240	120	189
RD	1.379.787		187.430	104	153
RO	324.397		68.422	146	218
TO	1.157.098		241.764	155	229
AL	2.822.621		977.163	222	402
BA	13.070.250		3.642.548	223	294
CE	7.430.661		1.893.184	220	271
MA	5.651.475		1.699.342	247	315
PB	3.443.825		855.171	177	288
PE	7.918.344		2.231.627	225	316
PI	2.843.278		932.538	215	359
RN	2.776.782		617.168	176	255
SE	1.784.475		396.671	140	248
RS	10.187.798		796.482	70	125
PR	9.563.458		721.563	62	116
SC	5.356.360		168.832	21	112
SP	37.032.403		2.244.164	45	100
GO	5.003.228		348.075	46	88
MS	2.078.001		127.319	41	82
MT	2.504.353		199.998	51	94
ES	3.097.232		226.377	46	97
MG	17.891.494		1.428.994	56	103
RJ	14.391.282		793.823	37	82

Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2002, dados produzidos pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), (2004); dados organizados pelo autor.

Anexo 4

Pessoas residentes – 10 anos ou mais -- classificadas por rendimento de acordo com o bairro de ocorrência no município do Rio de Janeiro, ordenado segundo a maior renda, 2000 / 2003

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
3	Saúde	12.518	162	269	357	143	61	8
4	Caju	9.008	195	310	354	110	24	8
5	Centro	24.979	99	171	383	289	114	32
7	Rio Comprido	19.869	102	189	303	218	133	55
8	Cidade Nova	6.775	126	294	340	158	68	13
9	Estácio	10.344	151	404	167	174	78	26
10	São Cristóvão	18.652	165	256	384	235	90	19
11	Mangueira	10.765	159	288	293	144	80	35
12	Benfica	10.558	137	227	377	180	62	17
14	Santa Teresa	29.922	108	213	310	185	109	74
15	Flamengo	39.531	42	86	188	236	222	226
16	Glória	7.179	56	85	289	295	167	108
17	Laranjeiras	33.424	47	62	174	193	232	293
18	Catete	14.438	76	174	254	269	158	69
20	Botafogo	58.943	63	107	211	224	209	188
21	Humaitá	10.955	45	66	170	217	248	255
23	Leme	10.389	80	101	212	167	177	264
24	Copacabana	114.767	44	92	192	232	194	245
25	Ipanema	22.624	29	95	211	195	210	317
26	Jardim Botânico	9.344	25	88	202	186	219	594
27	Lagoa	9.759	14	50	136	144	220	380
28	Leblon	22.223	23	73	200	186	212	288

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
29	Gávea	8.509	18	84	195	191	207	174
31	São Conrado	35.161	55	164	243	238	192	52
32	Praça da Bandeira	6.459	83	232	308	208	122	12
33	Tijuca	74.290	47	146	227	231	203	178
35	Maracanã	12.605	23	84	201	273	274	124
36	Vila Isabel	35.161	55	164	243	238	192	101
37	Andaraí	16.579	50	152	281	244	170	102
38	Grajaú	16.917	37	149	185	249	228	152
39	Manguinhos	7.803	100	192	349	236	92	31
40	Bonsucesso	11.470	131	408	368	76	13	3
41	Ramos	24.352	90	223	361	210	94	22
42	Olaria	15.625	68	211	356	238	96	30
43	Penha	27.728	102	280	318	203	78	18
44	Penha Circular	9.524	101	272	347	212	60	8
45	Brás de Pina	23.203	91	248	368	208	67	18
46	Cordovil	17.644	119	305	371	159	42	4
47	Parada de Lucas	8.229	133	365	364	113	23	3
48	Vigário Geral	14.082	146	352	325	129	24	25
49	Jardim América	10.384	95	228	352	230	72	23
50	Engenho da Rainha	10.731	78	269	377	203	65	8
51	Higienópolis	7.163	55	206	292	266	130	51
52	Inhaúma	15.847	90	259	402	188	52	7
54	Jacaré	13.563	180	397	346	66	10	-
55	Maria da Graça	8.727	68	210	327	251	111	32
56	Tomás Coelho	7.700	85	284	360	190	75	6

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
57	São Francisco	11.823	89	253	310	210	108	30
61	Engenho Novo	19.306	77	229	322	219	106	48
62	Lins de Vasconcelos	14.554	90	223	284	225	134	44
63	Méier	21.967	37	112	247	287	211	105
64	Todos os Santos	9.788	40	128	270	297	175	90
65	Cachambi	17.290	56	152	282	286	164	60
66	Engenho de Dentro	19.304	72	238	324	234	98	32
67	Água Santa	8.521	71	215	344	242	98	30
69	Piedade	16.870	94	234	342	229	83	19
70	Abolição	4.706	55	205	361	261	105	13
71	Pilares	11.371	114	253	367	180	80	6
72	Vila Cosmos	6.721	82	228	348	217	97	28
73	Vicente de Carvalho	8.424	111	287	397	147	47	10
74	Vila da Penha	9.900	51	134	291	312	161	51
76	Irajá	42.920	64	191	361	263	98	23
77	Colégio	8.314	123	299	394	120	54	10
78	Campinho	16.251	54	160	315	240	173	58
79	Quintino Bocaiuva	13.311	72	215	389	222	85	18
80	Cavalcante	13.259	132	299	344	166	48	11
82	Cascadura	13.210	94	241	367	199	81	18
83	Madureira	19.906	103	246	351	211	77	12
85	Turiaçu	6.027	107	246	374	194	69	10
86	Rocha Miranda	15.584	117	267	355	195	57	8
87	Honório Gurgel	7.968	124	267	382	175	43	8
88	Oswaldo Cruz	13.445	113	208	361	223	74	21

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
89	Bento Ribeiro	17.222	93	234	376	216	70	11
90	Marechal Hermes	17.899	119	256	366	185	62	12
96	Cocotá	5.626	98	229	347	183	116	27
97	Bancários	1.531	116	332	361	155	12	24
102	Moneró	69.711	78	248	305	192	121	56
103	Portuguesa	12.863	59	169	288	266	156	62
105	Galeão	9.058	29	95	192	232	194	12
106	Guadalupe	16.723	115	260	370	194	54	7
107	Anchieta	19.035	133	282	380	159	41	5
108	Parque Anchieta	9.716	83	265	384	202	45	21
109	Ricardo de Albuquerque	9.861	156	257	386	161	31	8
110	Coelho Neto	11.877	98	271	399	180	46	5
111	Acari	11.402	158	366	374	85	12	5
112	Barros Filho	5.236	112	347	422	108	10	1
113	Costa Barros	8.676	175	357	371	85	12	1
114	Pavuna	32.029	107	279	377	193	38	7
115	Jacarepaguá	42.798	104	330	377	123	46	21
116	Anil	9.212	56	176	287	228	151	103
117	Gardênia Azul	7.790	88	346	431	101	24	11
118	Cidade de Deus	13.444	103	360	417	108	10	1
119	Curicica	10.087	103	244	388	193	58	15
120	Freguesia	22.895	51	173	265	251	157	104
121	Pechincha	14.405	45	157	303	257	163	74
122	Taquara	64.746	81	229	337	216	98	39

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
123	Tanque	7.836	144	263	398	144	45	6
124	Praça Seca	22.567	86	216	332	222	109	36
127	Itanhangá	11.649	56	260	477	97	44	66
128	Barra da Tijuca	49.131	14	58	213	169	208	337
130	Vargem Grande	9.420	122	299	431	102	31	15
132	Recreio dos Bandeirantes	20.351	64	177	323	144	123	170
137	Sulacap e Outros	14.390	70	203	344	233	125	24
138	Magalhães Bastos	9.103	138	250	383	171	45	11
139	Realengo	50.414	115	263	386	166	57	12
140	Padre Miguel	24.058	126	271	364	185	47	8
141	Bangu	88.085	129	274	381	162	44	9
142	Senador Camará	28.447	159	335	366	122	16	2
143	Santíssimo	12.270	121	277	411	149	36	6
144	Campo Grande	108.688	119	250	353	195	67	16
145	Senador Vasconcelos	10.186	137	283	376	155	42	7
146	Inhoaíba	20.485	151	300	385	106	29	29
147	Cosmos	22.273	158	303	407	114	16	3
148	Paciência	28.447	159	335	366	122	16	2
149	Santa Cruz	62.412	157	333	377	102	25	5
150	Sepetiba	11.452	215	303	322	120	31	9
151	Guaratiba	35.921	162	346	359	100	24	8
154	Rocinha	23.511	91	372	428	94	14	1
155	Jacarezinho	3.191	69	252	571	100	8	-

Código	Bairro	Total da Ocorrência	Por 1.000 habitantes					
			até 1 SM	(+) 1 e (-) 2	(+) 2 e (-) 5	(+) 5 e (-) 10	(+) 10 e (-) 20	(+) de 20
156	Complexo do Alemão	24.022	149	399	360	82	9	1
157	Complexo da Maré	44.686	140	400	369	81	10	0
Total geral		2.483.999	94	227	319	189	103	70

Fonte: Resultado da Amostra por área de ponderação do Censo 2000, IBGE, Rio de Janeiro, 2000;
Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro (2000, pp. 4-10);
Armazém de Dados (IPP, 2005); dados organizados pelo autor.

Anexo 5

Pessoas residentes – 10 anos ou mais -- classificadas de acordo com a educabilidade por bairro de ocorrência no município do Rio de Janeiro, 2000 / 2005 (por grupo de 1.000 habitantes)

Código	Bairro	Total de dados selecionados	Grau de instrução em anos de estudo(por grupo de 1.000 habitantes)			
			Mestrado ou doutorado	Mais de 15	Até 1 ano	Mais de 1 e menos de 3
1	Saúde e adjacência	4.557	6	148	222	624
4	Caju	4.284	0	60	300	639
5	Centro	8.654	29	482	121	368
7	Rio Comprido e Catumbi	8.581	26	474	133	367
8	Cidade Nova	2.519	15	241	197	547
9	Estácio	5.326	4	195	345	457
10	São Cristóvão	8.204	16	298	209	477
11	Mangueira	4.726	2	270	220	508
12	Benfica e Vasco da Gama	3.904	2	216	219	563
14	Santa Teresa	12.605	29	487	143	342
15	Flamengo	22.083	31	846	30	93
16	Glória	2.888	9	750	61	179
17	Laranjeiras e Cosme Velho	19.422	30	840	39	90
18	Catete	6.223	16	598	125	261
20	Botafogo e Urca	33.724	41	771	49	139
21	Humaitá	7.103	43	877	22	59
23	Leme	7.360	41	846	38	75
24	Copacabana	14.465	14	298	203	486
25	Ípanema e Vidigal	47.321	22	918	16	44
26	Leblon	9.090	47	667	64	223
27	Lagoa	18.725	29	926	8	38
28	Jardim Botânico	19.814	18	917	18	48
29	Gávea	10.237	34	870	38	58

Código	Bairro	Total de dados selecionados	Grau de instrução em anos de estudo(por grupo de 1.000 habitantes)			
			Mestrado ou doutorado	Mais de 15	Até 1 ano	Mais de 1 e menos de 3
32	Praça da Bandeira	5.602	14	710	89	186
33	Tijuca e Alto da Tijuca	14.591	6	126	258	609
35	Maracanã	47.957	30	941	6	23
36	Vila Isabel	16.599	16	512	139	333
37	Andaraí	11.386	18	707	81	194
38	Grajaú	19.942	28	818	40	114
39	Manguinhos	17.890	19	563	109	310
40	Bonsucesso	2.784		62	216	722
41	Ramos	5.494	2	331	189	478
42	Olaria	9.414	8	304	182	506
43	Penha	20.469	6	233	308	452
44	Penha Circular	9.663	10	458	220	312
45	Brás de Pina	13.360	5	86	388	520
46	Cordovil	14.013	4	254	302	441
47	Parada de Lucas	6.990	3	192	326	479
48	Vigário Geral	7.202	7	53	274	667
49	Jardim América	5.673	0	90	383	527
50	Higienópolis	2.701	13	439	155	393
51	Jacaré	9.243	10	218	251	521
52	Maria da Graça	2.401	0	105	188	707
54	Inhaúma e Del Castilho	8.289	5	250	199	546
55	Engenho da Rainha	5.138	6	340	158	496
56	Tomás Coelho	4.071	2	292	209	497
57	São Francisco e adjacência	4.187	2	253	204	540
61	Engenho Novo	7.569	7	373	190	430
62	Lins de Vasconcelos	6.695	8	308	202	481

Código	Bairro	Total de dados selecionados	Grau de instrução em anos de estudo(por grupo de 1.000 habitantes)			
			Mestrado ou doutorado	Mais de 15	Até 1 ano	Mais de 1 e menos de 3
63	Méier	7.196	20	598	100	282
64	Todos os Santos	13.849	16	888	25	71
65	Cachambi	7.470	18	565	92	325
66	Engenho de Dentro	11.850	11	537	127	325
67	Água Santa e Encantado	7.047	15	651	90	244
69	Piedade	6.669	10	309	189	492
70	Abolição	4.848	12	731	67	190
71	Pilares	4.449	4	206	170	620
72	Vila Cosmos	3.414	23	438	134	405
73	Vicente de Carvalho	5.208	5	276	261	457
74	Vila da Penha	2.336	10	375	173	442
76	Irajá e Vista Alegre	12.640	3	259	167	570
77	Colégio	5.115	5	136	257	602
78	Campinho	8.531	12	622	101	264
79	Quintino Bocaiúva	6.380	6	397	176	421
80	Cavalcante	5.374	7	224	209	560
82	Cascadura	6.352	10	337	159	493
83	Madureira e Vaz Lobo	9.053	3	347	196	454
85	Turiaçu	2.583	3	289	116	592
86	Rocha Miranda	6.065	3	214	180	603
87	Honório Gurgel	3.560	4	171	208	618
88	Oswaldo Cruz	5.515	9	385	155	450
89	Bento Ribeiro	7.170	8	416	132	444
90	Marechal Hermes	8.046	4	253	219	525
96	Cocotá e adjacência	2.767	32	466	123	379
102	Moneró e adjacência	32.771	12	510	141	338

Código	Bairro	Total de dados selecionados	Grau de instrução em anos de estudo(por grupo de 1.000 habitantes)			
			Mestrado ou doutorado	Mais de 15	Até 1 ano	Mais de 1 e menos de 3
103	Portuguesa	6.886	18	568	92	322
105	Galeão e Cidade Universitária	4.541	3	197	233	567
106	Guadalupe	6.766	5	237	191	567
107	Anchieta	8.649	2	148	224	626
108	Parque Anchieta	4.430	8	240	195	556
109	Ricardo de Albuquerque	4.157	2	163	224	611
110	Coelho Neto	4.883	2	194	234	571
111	Acari	7.004	0	46	323	631
112	Barros Filho	3.042	2	48	298	652
113	Costa Barros	5.371	0	59	289	652
114	Pavuna	15.099	5	164	239	592
115	Jacarepaguá	25.199	3	128	285	585
116	Anil	6.056	21	605	104	270
117	Gardênia Azul	4.108	0	81	264	655
118	Cidade de Deus	7.993	0	40	217	743
119	Curicica	4.345	5	202	182	612
120	Freguesia	13.607	18	602	108	272
121	Pechincha	6.926	18	638	105	238
122	Taquara	32.482	6	408	172	415
123	Tanque	5.574	1	390	172	436
124	Praça Seca	13.418	9	444	147	401
127	Itanhangá	6.311	15	268	219	499
128	Barra da Tijuca e Joá	39.911	22	878	25	75
130	Vargem Grande e adjacência	5.101	2	161	287	550
132	Recreio dos Bandeirantes e Grumari	12.530	15	595	125	265
137	Jardim Sulacap e adjacência	6.788	21	451	130	398

			Grau de instrução em anos de estudo(por grupo de 1.000 habitantes)			
Código	Bairro	Total de dados selecionados	Mestrado ou doutorado	Mais de 15	Até 1 ano	Mais de 1 e menos de 3
138	Magalhães Bastos	3.926	4	195	246	555
139	Realengo	40.233	4	219	199	578
140	Padre Miguel	10.568	1	207	237	555
141	Bangu	43.453	3	153	225	618
142	Senador Câmara	7.430	1	85	255	659
143	Santíssimo	5.409	0	94	265	641
144	Campo Grande	51.115	7	274	198	520
145	Senador Vasconcelos	4.191	2	163	237	597
146	Inhoaíba	11.104	0	77	246	677
147	Cosmos	10.941	3	55	263	679
148	Paciência	13.933	1	59	251	689
149	Santa Cruz	35.056	0	75	257	669
150	Sepetiba	6.829	4	128	261	606
151	Guaratiba e adjacência	22.989	1	81	278	641
154	Rocinha	15.517	3	38	330	629
155	Jacarezinho	3.047	22	657	80	241
156	Complexo do Alemão	15.866	0	23	340	637
157	Complexo da Maré	27.124	1	29	303	667
Total geral		1.411.081	12	422	166	400

Fonte: Resultado da Amostra por Área de Ponderação do Censo 2000, IBGE, Rio de Janeiro, 2000;

Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro (2000, pp. 4-10);
Armazém de Dados (IPP, 2005); dados organizados pelo autor.

Anexo 6

Pessoas residentes – 10 anos ou mais -- classificadas de acordo com a população que se autodeclarou como preta/parda e branca; cidade com favelados e sem favelados por bairros de ocorrência; e computador por grupo de domicílios, na cidade do Rio de Janeiro, entre 2000 e 2005 (por grupo de 10 habitante e/ou domicílios)

Código	Bairro	Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela, segundo os bairros		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
		preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
1	Saúde	4,2	5,7	4,7	5,3	6.611	731	1,1	8,9
4	Caju	5,1	4,8	8,8	1,2	4.884	320	0,7	9,3
5	Centro	3,2	6,7	0,0	10,0	16.344	3.026	1,9	8,1
7	Rio Comprido	3,0	6,8	5,2	4,8	10.730	3.317	3,1	6,9
8	Cidade Nova	4,3	5,5	0,0	10,0	3.876	534	1,4	8,6
9	Estácio	3,9	5,5	8,7	1,3	5.311	1.016	1,9	8,1
10	São Cristóvão	3,7	6,1	2,3	7,7	11.428	2.219	1,9	8,1
11	Mangueira	5,2	4,6	7,8	2,2	6.192	993	1,6	8,4
12	Benfica	4,4	5,4	6,0	4,0	5.686	892	1,6	8,4
14	Santa Teresa	3,6	6,3	4,2	5,8	15.909	4.341	2,7	7,3
15	Flamengo	1,3	8,5	0,2	9,8	22.150	10.511	4,7	5,3
16	Glória	2,1	7,8	0,1	9,9	4.275	1.418	3,3	6,7
17	Laranjeiras	1,1	8,6	1,3	8,7	16.927	9.512	5,6	4,4
18	Catete	2,7	7,1	1,9	8,1	8.495	2.292	2,7	7,3

		Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
Código	Bairro	preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
20	Botafogo	1,7	8,1	1,3	8,7	32.162	15.407	4,8	5,2
21	Humaitá	0,8	9,1	0,5	9,5	5.861	3.391	5,8	4,2
23	Leme	2,1	7,8	1,7	8,3	5.672	2.177	3,8	6,2
24	Copacabana	1,4	8,4	0,8	9,2	61.497	23.836	3,9	6,1
25	Ipanema	1,2	8,6	1,8	8,2	18.471	9.599	5,2	4,8
26	Leblon	1,0	8,9	0,2	9,8	17.916	10.169	5,7	4,3
27	Lagoa	0,5	9,4	0,0	10,0	6.787	4.978	7,3	2,7
28	Jardim Botânico	1,6	8,3	0,0	10,0	6.715	4.199	6,3	3,7
29	Gávea	1,0	9,0	0,9	9,1	6.148	3.648	5,9	4,1
31	São Conrado	3,0	6,8	0,6	9,4	27.162	10.914	4,0	6,0
32	Praça da Bandeira	2,9	7,0	0,0	10,0	4.795	1.339	2,8	7,2
33	Tijuca e Alto da Tijuca	1,9	7,9	2,0	8,0	58.388	26.127	4,5	5,5
35	Maracanã	1,4	8,5	0,0	10,0	27.320	5.030	1,8	8,2
36	Vila Isabel	2,6	7,3	2,2	7,8	81.858	10.914	1,3	8,7
37	Andaraí	2,1	7,8	4,2	5,8	38.540	5.267	1,4	8,6
38	Grajaú	1,6	8,3	2,2	7,8	38.295	5.988	1,6	8,4
39	Manguinhos	5,3	4,5	10,0	0,0	8.935	320	0,4	9,6
40	Bonsucesso	3,4	6,5	5,4	4,6	6.030	1.394	2,3	7,7
41	Ramos	3,9	6,0	4,7	5,3	11.819	2.565	2,2	7,8

		Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
Código	Bairro	preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
42	Olaria	3,0	6,8	0,0	10,0	19.437	4.565	2,3	7,7
43	Penha	4,0	5,9	2,9	7,1	22.635	3.950	1,7	8,3
44	Penha Circular	4,0	6,0	9,7	0,3	7.484	1.080	1,4	8,6
45	Brás de Pina	4,5	5,4	1,8	8,2	18.018	3.181	1,8	8,2
46	Cordovil	5,3	4,6	4,7	5,3	13.987	1.575	1,1	8,9
47	Parada de Lucas	5,2	4,7	6,9	3,1	6.904	491	0,7	9,3
48	Vigário Geral	5,9	4,0	2,8	7,2	11.093	821	0,7	9,3
49	Jardim América	3,9	6,0	0,6	9,4	7.746	1.495	1,9	8,1
50	Higienópolis	2,5	7,4	1,1	8,9	5.310	1.538	2,9	7,1
51	Jacaré	5,8	4,1	2,2	7,8	10.646	409	0,4	9,6
52	Maria da Graça	2,2	7,6	0,9	9,1	7.024	1.767	2,5	7,5
54	Inhaúma e Del Castilho	4,2	5,6	9,6	0,4	12.920	1.851	1,4	8,6
55	Engenho da Rainha	4,9	5,0	1,9	8,1	8.227	1.538	1,9	8,1
56	Tomás Coelho	4,8	5,1	7,8	2,2	6.344	1.136	1,8	8,2
57	São Francisco e adjacência	3,4	6,5	1,2	8,8	8.275	2.020	2,4	7,6
61	Engenho Novo	3,8	6,1	2,8	7,2	14.186	3.771	2,7	7,3
62	Lins de Vasconcelos	4,3	5,6	6,8	3,2	10.792	3.012	2,8	7,2

Código	Bairro	Autodeclaração de cor ou raça			Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
		preta /parda	branca		Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
63	Méier	2,1	7,7		0,8	9,2	17.407	7.423	4,3	5,7
64	Todos os Santos	2,1	7,8		0,0	10,0	7.353	3.005	4,1	5,9
65	Cachambi	2,4	7,5		0,3	9,7	13.421	4.423	3,3	6,7
66	Engenho de Dentro	3,4	6,6		0,2	9,8	14.848	3.490	2,4	7,6
67	Água Santa e Encantado	3,8	6,1		1,6	8,4	6.688	1.577	2,4	7,6
69	Piedade	3,8	6,1		0,3	9,7	13.687	2.686	2,0	8,0
70	Abolição	3,1	6,9		0,2	9,8	4.010	920	2,3	7,7
71	Pilares	3,9	5,9		1,6	8,4	8.946	1.463	1,6	8,4
72	Vila Cosmos	4,1	5,8		0,0	10,0	5.123	1.188	2,3	7,7
73	Vicente de Carvalho	5,1	4,7		0,3	9,7	7.243	929	1,3	8,7
74	Vila da Penha	2,5	7,4		1,0	9,0	7.805	2.833	3,6	6,4
76	Irajá e adjacência	4,1	5,8		3,3	6,7	41.498	8.028	1,9	8,1
78	Campinho	2,9	6,9		0,0	10,0	12.411	3.944	3,2	6,8
79	Quintino Bocaiúva	3,6	6,3		2,4	7,6	10.656	2.286	2,1	7,9
80	Cavalcante	4,8	5,1		0,7	9,3	10.141	1.493	1,5	8,5
82	Cascadura	4,0	5,9		0,7	9,3	10.210	1.828	1,8	8,2
83	Madureira	4,5	5,4		4,5	5,5	15.892	2.991	1,9	8,1
85	Turiaçu	4,1	5,8		1,5	8,5	4.811	725	1,5	8,5

		Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
Código	Bairro	preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
86	Rocha Miranda	4,9	5,0	1,2	8,8	12.440	1.671	1,3	8,7
87	Honório Gurgel	4,9	5,0	1,1	8,9	6.558	754	1,1	8,9
88	Oswaldo Cruz	4,8	5,2	0,3	9,7	11.071	1.900	1,7	8,3
89	Bento Ribeiro	4,4	5,5	0,5	9,5	13.992	2.657	1,9	8,1
90	Marechal Hermes	5,0	4,8	1,6	8,4	14.539	2.081	1,4	8,6
105	Galeão e Cidade Universitária	4,6	5,3	2,7	7,3	6.447	836	1,3	8,7
105	Ilha do Governador	3,4	6,4	2,7	7,3	64576	17833	2,8	7,2
106	Guadalupe	4,8	5,1	1,4	8,6	13.742	1.923	1,4	8,6
107	Anchieta	5,4	4,5	0,7	9,3	15.242	1.415	0,9	9,1
108	Parque Anchieta	4,5	5,3	0,5	9,5	7.795	999	1,3	8,7
109	Ricardo de Albuquerque	5,4	4,5	0,2	9,8	8.138	612	0,8	9,2
110	Coelho Neto	4,7	5,2	3,4	6,6	9.540	612	0,6	9,4
111	Acari	5,0	4,8	9,9	0,1	9.390	1.077	1,1	8,9
112	Barros Filho	4,9	4,7	2,4	7,6	4.399	598	1,4	8,6
113	Costa Barros	6,4	3,4	0,4	9,6	7.116	164	0,2	9,8
114	Pavuna	5,1	4,8	2,3	7,7	25.967	3.507	1,4	8,6
115	Jacarepaguá	5,1	4,8	1,4	8,6	6.342	2.588	4,1	5,9
116	Anil	7,9	2,0	1,2	8,8	10.760	620	0,6	9,4

		Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
Código	Bairro	preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
117	Gardênia Azul	6,2	3,6	1,0	9,0	7.071	1.166	1,6	8,4
118	Cidade de Deus	8,5	1,1	5,3	4,7	5.471	378	0,7	9,3
119	Curicica	5,4	4,5	1,0	9,0	7.071	1.166	1,6	8,4
120	Freguesia	6,9	3,0	0,3	9,7	16.352	1.166	0,7	9,3
121	Pechincha	6,9	3,0	0,9	9,1	9.936	3.655	3,7	6,3
122	Taquara	5,9	4,0	0,3	9,7	6.223	699	1,1	8,9
123	Tanque	8,9	1,0	1,4	8,6	6.223	699	1,1	8,9
124	Praça Seca	6,0	3,9	2,5	7,5	17.809	4.473	2,5	7,5
127	Itanhangá	3,9	5,9	2,1	7,9	6.295	871	1,4	8,6
128	Barra da Tijuca e Joá	0,7	9,1	0,2	9,8	30.878	21.224	6,9	3,1
130	Vargem Grande	5,3	4,6	3,4	6,6	5.961	569	1,0	9,0
132	Recreio dos Bandeirantes	2,8	7,1	1,1	8,9	11.339	4.891	4,3	5,7
137	Jardim Sulacap e adjacência	4,7	5,2	0,8	9,2	10.586	2.770	2,6	7,4
138	Magalhães Bastos	4,5	5,3	3,8	6,2	7.285	863	1,2	8,8
139	Realengo	4,8	5,0	0,2	9,8	74.815	10.113	1,4	8,6
140	Padre Miguel	5,0	4,9	2,7	7,3	18.629	2.349	1,3	8,7
141	Bangu	5,2	4,7	2,8	7,2	67.773	7.963	1,2	8,8
142	Senador Câmara	5,3	2,9	3,7	6,3	12.932	921	0,7	9,3

		Autodeclaração de cor ou raça		Cidade com ou sem as favela		Relação entre fornecimento de energia elétrica, computador por bairro e computador por 10de domicílios			
Código	Bairro	preta /parda	branca	Com favelados	Sem favelados	Domicílios com serviço de energia	Computador por bairro	inclusão digital	excluído digital
143	Santíssimo	5,2	4,7	0,5	9,5	18.419	1.066	0,6	9,4
144	Campo Grande	4,9	5,1	0,7	9,3	84.688	12.543	1,5	8,5
145	Senador Vasconcelos	5,4	4,5	0,0	10,0	9.584	757	0,8	9,2
146	Inhoaíba	6,1	3,9	0,0	10,0	16.477	857	0,5	9,5
147	Cosmos	5,7	4,3	0,0	10,0	7.781	734	0,9	9,1
148	Paciência	6,0	3,9	1,0	9,0	22.842	1.175	0,5	9,5
149	Santa Cruz	5,8	4,1	0,3	9,7	52.641	2.837	0,5	9,5
150	Sepetiba	4,3	5,6	1,0	9,0	10.459	742	0,7	9,3
151	Guaratiba e adjacência	5,1	4,8	0,1	9,9	27.877	1.447	0,5	9,5
154	Rocinha	4,5	5,4	10,0	0,0	16.715	1.394	0,8	9,2
155	Jacarezinho	2,5	7,5	10,0	0,0	4.325	150	0,3	9,7
156	Complexo do Alemão	5,6	4,3	10,0	0,0	18.218	636	0,3	9,7
157	Complexo da Maré	5,4	4,4	10,0	0,0	33.048	1.345	0,4	9,6
		4,2	5,7	4,7	5,3	1.900.144	407282	2,1	7,9

Fonte: Censo Demográfico 2000; Área de Ponderação Especial, 2003; Armazém de dados, IPP, 2005; dados sobre favelas; Favelas Cariocas: Alguns Dados Estatísticos, IPLANRIO, 1993; e Anuário Estatístico do Município do Rio de Janeiro, 1980; os dados foram organizados pelo autor.

Anexo 7

Programa Brasil Quilombola: regularização das terras de descendentes de ex-escravos



Edição Número 211 de 03/11/2005

Presidência da República Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

PORTARIA Nº 74, de 31 de OUTUBRO de 2005

A SECRETÁRIA ESPECIAL de POLÍTICAS de PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004-2007, e o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, que estabelece normas para a gestão do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e de seus programas; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento do processo de planejamento no âmbito da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mediante a implementação de sistema de monitoramento e avaliação de ações, orientado para a produção qualitativa de resultados, com foco na melhoria organizacional, em conformidade com a metodologia e as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê de Coordenação de Programas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial com a finalidade de coordenar os processos de gestão dos programas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 1º O Comitê de Coordenação de Programas tem as seguintes atribuições:

I validar e pactuar os planos gerenciais dos programas;

II fazer a gestão de restrições que dificultem a implementação do Programa;

III definir e priorizar os recursos orçamentários e financeiros dos programas;

IV monitorar a implementação dos programas e avaliar seus resultados;

V coordenar, monitorar e avaliar a execução da política setorial, em especial por meio da implementação do conjunto dos programas.

§ 2º Integrarão o Comitê de que trata o § 1º deste Artigo:

a) O Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de políticas de Promoção da Igualdade Racial, como Coordenador;

b) O Subsecretário de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que exercerá as funções de coordenador do Comitê, na coordenação do programa "1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial";

c) O Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, que exercerá as funções de coordenador do Comitê na coordenação do programa "1336 - Brasil Quilombola";

d) O Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas;

Art. 2º Os programas a que se refere o parágrafo anterior serão geridos pelos titulares das unidades administrativas relacionadas no Anexo I desta Portaria

Art. 3º São atribuições dos gerentes de programa:

I negociar e articular os recursos para o alcance dos objetivos do programa;

II monitorar e avaliar a execução do conjunto das ações do programa;

III indicar o gerente executivo, se necessário;

IV identificar mecanismos inovadores para financiamento e gestão do programa;

V promover a superação de eventuais obstáculos que possam dificultar o desempenho do programa;

VI subsidiar a tomada de decisões do Comitê de Coordenação dos programas do órgão;

VII elaborar o plano gerencial do programa; e

VIII validar e manter atualizadas as informações relativas ao desempenho físico, gestão e eventuais restrições das ações, bem como os dados gerais do programa sob sua responsabilidade, mediante a alimentação dos sistemas de informações do governo federal.

Art. 4º O gerente de programa pode indicar um gerente executivo para apoiá-lo, no âmbito de suas atribuições.

§ 1º O gerente de programa deve formalizar a indicação do gerente executivo mediante cadastramento no SIGPLAN.

§ 2º Compete ao gerente executivo apoiar a atuação do gerente do programa, no âmbito de suas atribuições, devendo para tanto exercer as funções que lhe forem atribuídas pelo gerente do programa.

Art. 5º São atribuições dos coordenadores de ação:

- I viabilizar a execução e o monitoramento de uma ou mais ações do programa;
- II responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso na meta física da ação;
- III utilizar os recursos de forma otimizada, segundo normas e padrões mensuráveis;
- IV gerir as restrições que possam influenciar a execução da ação;
- V estimar e avaliar o custo da ação e os benefícios esperados;
- VI participar da elaboração do Plano Gerencial do Programa; e
- VII efetivar o registro do desempenho físico, da gestão de restrições e dos dados gerais das ações, sob sua responsabilidade, no Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações de Promoção da Igualdade Racial (Sisplam/SEPPIR)

Art. 6º Fica designada a Secretaria-Adjunta da SEPPIR para exercer as funções de unidade de monitoramento e avaliação, com a finalidade de apoiar a elaboração dos planos gerenciais, o monitoramento e a avaliação dos programas, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Art. 7º Fica autorizada a criação de sistema informatizado para auxiliar a captação de informações sobre o andamento dos programas e das ações sob a responsabilidade desta Secretaria Especial/PR e subsidiar os gerentes no monitoramento e na tomada de decisões pertinentes, segundo as disposições contidas no Decreto nº 5.233, de 2004.

§ 1º O sistema informatizado de que trata este artigo, que conformará o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações de Promoção da Igualdade Racial - Sisplam/SEPPIR, será implementado de forma integrada com o SIGPlan/MP, de modo a permitir a importação e a exportação de uma base de dados para outra;

§ 2º A alimentação do referido sistema será obrigatória no que se refere aos programas e ações do Plano Plurianual e ao detalhamento das tarefas estabelecidas no planejamento interno do Órgão.

Art. 8º. Revoga-se a Portaria nº 87, de 24 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2004, Seção 1, página 4.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATILDE RIBEIRO

Anexo

Unidades Administrativas Responsáveis por Ações do PPA

Unidade Orçamentária: 20126 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Programa: 1152: Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial

Unidade Administrativa Responsável pelo programa: Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da Igualdade Racial

Ação Unidade Administrativa Responsável 0770 Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Gabinete/SEPPIR 09BB Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais na Promoção da Igualdade Racial Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas 802U Fomento à Qualificação de Afrodescendentes em Gestão Pública Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 802V Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Audiovisual 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Diretoria de Programas / Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Diretoria de Programas / Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Diretoria de Programas / Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Diretoria de Programas / Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 2272 Gestão e Administração do Programa Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Diretoria de Programas / Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 4641 Publicidade de Utilidade Pública Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas/SEPPIR 8601 Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais.

Programa: 1336 - Brasil Quilombola Unidade Administrativa Responsável pelo programa: Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais